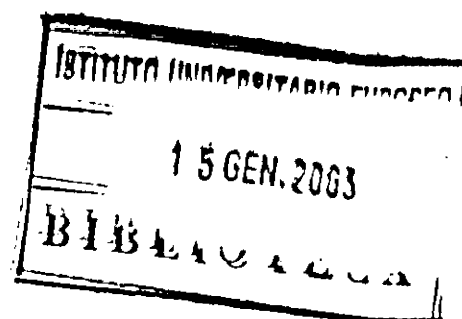




European University Institute
Department of History and Civilization



**AS DUAS DITADURAS IBÉRICAS NA NOVA ORDEM
EUROFASCISTA (1936-1945)**

Autodefinição, mundivisão e Holocausto no Salazarismo e no Franquismo.

By

Manuel Loff

- Volume III -

Thesis submitted for assessment with a view to obtaining the degree of
Doctor in History and Civilization
from the European University Institute

Florence, January 2004

B/C →





European University Institute
Department of History and Civilization

201
R.0280

**AS DUAS DITADURAS IBÉRICAS NA NOVA ORDEM
EUROFASCISTA (1936-1945)**

Autodefinição, mundivisão e Holocausto no Salazarismo e no Franquismo.

- Volume III -

Presented by

Manuel Loff

To the Jury :

- Prof. Louisa Passerini
- Prof. Philippe Schmitter
- Prof. Hipolito de la Torre
- Prof. Fernando Rosas

Thesis submitted for assessment with a view to obtaining the degree of
Doctor in History and Civilization
from the European University Institute

Florence, January 2004

Manuel Loff

**AS DUAS DITADURAS IBÉRICAS NA
NOVA ORDEM EUROFASCISTA
(1936-1945)**

**Autodefinição, mundivisão e Holocausto no
Salazarismo e no Franquismo.**

Volume 3: 4ª Parte e Cap. 14

Ph.D. Dissertation

Supervisor: Prof.ssa Luisa Passerini (I.U.E., Firenze)

Co-supervisor: Prof. Hipólito de la Torre (U.N.E.D., Madrid)

**Instituto Universitário Europeu/European University Institute
Firenze, 2004**

LIB
946.9042
LOF



4^a Parte

«Le petit-bourgeois venait d'apprendre que la raison avait été abolie, que l'on était libre de l'insulter. Quand il crut en outre que la raison, ce croquemitaine qui tenait du socialisme, de l'internationalisme, et même de l'esprit juif, était responsable de sa détresse, il s'attribua une faculté supérieure qui lui permit de bafouer la raison. Il apprit le mot "irrationalisme", si difficile à prononcer, mais qui correspond bien à son instinct profond (...) Ces misérables primaires excités étalent leur fausse science, leurs théorèmes pervers, leur galimatias mystagogique, leur prétention insolente d'asseoir leur domination pour mille ans. La science intimidée, ou honteusement ralliée, ose à peine élever une voix tremblante».

Thomas MANN¹

¹ In (1937). *Avertissement à l'Europe*. Préface de André Gide. Paris: N.R.F. - Gallimard, pp. 39-40.

CAP. 10: SALAZARISMO, FRANQUISMO E HOLOCAUSTO: O PROBLEMA

10.1 Salazarismo, Franquismo, Holocausto e *Nova Ordem*: a colocação do problema

A inclusão de um tema como este num trabalho que trata do Salazarismo e do Franquismo pode ser avaliada, por alguns, como surpreendente. Este adjectivo tanto pode querer dizer, na cabeça de quem o utilizasse, que dedicar ao antisemitismo uma parte significativa da tese global que pretendo defender é claramente produto de *sobrevalorização* da questão, ou de *falta de cabimento lógico*. Encontro alguns factores que explicam, em minha opinião, uma tal avaliação, que quero, desde já, rejeitar.

A generalidade das obras que tratam de forma compreensiva a Península Ibérica, ou cada um dos seus dois Estados, durante o período da II Guerra Mundial dedicam poucas páginas e pouca atenção às repercussões e à percepção que a partir dela se teve do fenómeno a que se convencionou chamar *Holocausto*. Aquelas que, particularmente, se dedicam ao estudo dos dois regimes nesta sua fase fascizada (termo, aliás, como vimos, pouco consensual), aparentam surpreender-se com o que entendem ser a ausência de políticas antisemitas em ambas as ideologias, ambos os regimes e ambos os Estados. Em vários, casos, pelo contrário, mais do que se relevar a ausência (tida como essencial) de valores racistas na cultura política e ideológica dos dois regimes (e das duas sociedades), sublinha-se a solidariedade activa com as vítimas da perseguição nazi, designadamente com as que se viram mergulhadas no processo condutor do Holocausto, por parte dos mais destacados dirigentes das duas ditaduras.

Por fim, a estes factores paralisantes, no meu ponto de vista, de um maior interesse por este campo de investigação - o facto de se tratarem de teses relativamente consensuais, fixadas pelos órgãos oficiais e oficiosos de produção de opinião desde 1940 (no caso português) ou 1942-44 (no caso espanhol), mas que sobreviveram quase incólumes à queda das duas ditaduras -, acrescente-se a verificação básica que quase sempre serve de pressuposto a qualquer consideração sobre este tema: a escassa presença de cidadãos portugueses e espanhóis de assumida identidade judaica nas sociedades ibéricas contemporâneas. Este pressuposto, sintomaticamente reivindicado pelos dirigentes e pelos propagandistas dos dois regimes como causa fundamental da ausência de sentimentos antisemitas nas suas sociedades, relaciona-se intimamente com a percepção dos judeus como membros, em Portugal e em Espanha, de uma comunidade *pequena* e *insignificante* (adjectivos muito importantes neste processo, porque tidos como sinónimos de *inofensiva*), constituída sobretudo por estrangeiros, ou por naturalizados descendentes de estrangeiros, percepção que não é, de forma alguma, incompatível com a *inassimilabilidade* judaica, um dos conceitos centrais da ideologia social e antropológica das famílias salazaristas e franquistas.

Uma tal percepção rejeita, como veremos a seguir para o caso português, reconhecer identidade judaica ao fenómeno do *marranismo*, daqueles que conservavam clandestina uma identidade judaica, pelo menos parcial, tão típico da História moderna ibérica. Aceitá-la seria, inevitavelmente, aceitar

uma pluralidade identitária, se não ao nível étnico, pelo menos ao nível religioso que nenhuma das duas ideologias hegemónicas pretendia sequer conceber. Quando, em Fevereiro de 1939, um Franco quase vencedor da Guerra Civil revoga a Lei republicana que, em 1933, regulava as confissões e as congregações religiosas, deixa taxativamente escrito no seu preâmbulo que «ante todo partía aquella Ley de una base absolutamente falsa: la coexistencia en España de pluralidad de confesiones religiosas, cuando es notorio que en nuestra Patria no hay más que una que los siglos marcaron con singular relieve, que es la Religión Católica, inspiradora de su genio y tradición» (transcrito in SABÍN, 1997: 322²).

Pelo lado português, essa *consustancialidade* católica de que em Espanha se falava é menos pesada, menos esmagadora, mas é sociológica e antropologicamente incorrecto falar-se de uma liberdade religiosa (muito menos de um pluralismo religioso) como fenómeno social assumido pelo Estado. Se é verdade que o Salazarismo, em cuja coligação inicial de poder participava uma importante componente republicana conservadora, manteve formalmente um regime de separação através da Concordata de 1940, todo o seu metabolismo de funcionamento e de presença do Estado e dos seus aliados na sociedade estava impregnado, como já se expôs em capítulo anterior, da *essencialidade* católica da *Nação Portuguesa*, configurando, em suma, uma reconfessionalização do Estado³. No Portugal de Salazar, com «a liberdade e a inviolabilidade de crenças e práticas religiosas» expressa numa Constituição que reproduzia ainda, em 1933, o modelo formal herdado do Liberalismo, todas as minorias religiosas, e os protestantes em primeiro lugar, confrontaram-se com inúmeros obstáculos legais à sua actividade, delas se esperando que cumprissem o preconceito social que imaginava a sua inexistência. Em todos os casos, as minorias religiosas foram percepcionadas pelo Estado e pela Igreja Católica como resultado de ofensivas «sacrílegas e desnacionalizadoras [para] se espalhar na sagrada terra portuguesa», como denunciava o clero português, em Pastoral Colectiva de 1940; «o protestantismo» - assim, sem designação rigorosa de crença -, era definido como «a cizânia» instalada no seio de uma sociedade que se representava como homogeneamente católica, um «empreendimento» que feria «o nosso sentimento de católicos e o nosso brio de portugueses». Era curioso ouvir os bispos portugueses, em véspera da passagem de inúmeros refugiados não católicos pelo país, em fuga dos exércitos nazis, perguntarem-se:

«Nós, que nos tempos agitados em que o protestantismo dividia a Europa e a empapava de sangue, nos conservámos unidos na fé e nos levantámos ao apogeu da glória, agora que ele está em dissolução e dividido em inúmeras seitas, havemos de assistir de braços cruzados e em criminosa indiferença à sua invasão? Isso nunca!»

Efectivamente, os mesmos dirigentes de um catolicismo tão frequentemente invocado para explicar a não totalitarização do regime salazarista, foram perfeitamente capazes de adoptar a linguagem da unicidade para descrever Portugal, a sua «grandeza que assenta na unidade granítica da

² Preâmbulo da Lei da Jefatura del Estado, de 2/2/1939.

³ Desde 1951 que a Constituição passaria a consagrar o catolicismo como «a religião da Nação portuguesa» (novo art. 45º), e desde 1971 que se definia o Estado «consciente das suas responsabilidades perante Deus» (novo art. 45º).

nossa nação fidelíssima», na afirmação, «para que a nossa pátria não morra: "um só Deus, um só Cristo, uma só fé e uma só pátria"»⁴. Por outro lado, ao contrário das interpretações que encontram a crítica católica do totalitarismo evidentemente dirigida contra o modelo de Estado do Nacionalsocialismo alemão e do Fascismo italiano, é frequente vermos nos textos católicos oficiais deste período a denúncia do *totalitarismo* das «democracias laicas». Por exemplo, quando Gonçalves Cerejeira atacava, no fim de 1940, a «democracia laica» que «oprime o homem com a imposição duma concepção ateia da vida», cujo «conceito de Estado, por ser exercido em nome de muitos, não é por isso menos totalitário, visto não reconhecer limites ao seu poder e autoridade, tendendo à absorção total da pessoa humana»⁵.

A relevância desta temática no estudo da autodefinição do Salazarismo e do Franquismo durante a *época do fascismo* não pode ser mais óbvia. O problema dos refugiados judeus que, durante a II Guerra Mundial, batem às portas dos consulados portugueses e espanhóis para neles procurarem uma saída legalmente protegida para a perseguição implacável de que são vítimas, constitui, como seria de calcular, um terreno privilegiado que permite, por um lado, a avaliação da postura das duas ditaduras ibéricas perante aquilo que elas mesmas designavam como «problema semita», reivindicado que foi sempre - *a posteriori* e, por vezes, contemporaneamente aos acontecimentos - o seu pretendido antirracismo, mas, simultaneamente, uma análise conjunta, comparada, dos seus comportamentos.

Por outro lado, ainda antes de desencadeada a guerra, e com ela a extensão a quase todo o continente europeu da mais generalizada campanha de extermínio genocida jamais registada na História, de que foram vítimas judeus e não só, os governos de Lisboa e de Madrid tiveram a oportunidade de lidar com questões muito concretas de aceitação plena dos direitos de judeus que, no estrangeiro, reivindicavam, jurídica e historicamente, uma das duas nacionalidades estatais ibéricas.

Por fim, as elites dos dois sistemas de Poder ibéricos foram confrontadas, como toda a Europa, pelo menos, o foi, pelo processo explícito de perseguição antisemita que se desencadeou na Alemanha, a partir do aparelho de Estado, em 1933, e que se foi ampliando para o resto do continente, ou pelo menos fez acelerar outros processos que já se haviam iniciado. Se, de início, tal processo pôde ter sido recepcionado a partir da perspectiva estrita do problema da imigração e dos refugiados, depois da invasão da Polónia, e, sobretudo, da invasão da União Soviética, os Governos de Lisboa e de Madrid e as suas representações diplomáticas e consulares, que permanecem abertas nos países do Eixo, nos seus aliados e em vários dos seus colaboradores, tomam conhecimento da escalada da repressão e da violência que é praticada nos territórios ocupados a Leste, na Europa balcânica, em França, na Holanda.

Pode o conjunto desta informação ser dispensável para a avaliação do posicionamento dos dois Estados no âmbito do mais devastador conflito da História da Humanidade? E poder-se-á ignorá-

⁴ «Pastoral Colectiva do Episcopado Português» (20/4/1940), in *Lumen*, Ano IV, Fasc. 6 (Junho de 1940), Lisboa, pp. 349-59.

⁵ «Mensagem de Natal de Sua Excelência o Cardeal Patriarca de Lisboa», in *Lumen*, Ano V, Fasc. 4 (Abril de 1941), Lisboa, p. 236.

lo para estabelecer a natureza dos dois regimes e das ideologias que lhes serviam de suporte? Creio evidentemente que não, mesmo que a maioria da literatura, por economia temática ou por convicção metodológica, pareça pressupor a resposta contrária.

Gostaria, antes de mais, de explicar a razão pela qual, no estudo da temática geral da interpretação que salazaristas e franquistas fizeram da orgia de violência política e etnicamente motivada - em todos os casos, ideologicamente motivada -, praticada ao longo da II Guerra Mundial pelas demais potências fascistas empenhadas na construção de uma *Nova Ordem*, privilegiarei a perseguição antisemita. Primeiro, há que especificar que quando aqui se falar de violência, falar-se-á daquela que podemos considerar fora do âmbito estrito das operações militares que punham em confronto o Eixo e os seus aliados às forças militares regulares das chamadas *Nações Unidas*. Depois, recordar que no capítulo anterior analisei alguns elementos relativos à percepção dos movimentos de resistência antinazi e a várias das políticas de *colaboração* praticadas por entidades políticas dos territórios ocupados com as autoridades alemãs e italianas de ocupação, as quais passavam, forçosamente, por práticas generalizadas de repressão política e social, e em vários casos étnica.

Aberto, desde pelo menos a famosa *Historikerstreit* («controvérsia dos historiadores») alemã de 1986-87⁶, o (provavelmente interminável) debate da unicidade do Holocausto judeu, especificamente daquele que vários autores definem como *judeu*, parece desenrolar-se por um estreitíssimo e difícil caminho, pelo qual qualquer estudioso se arrisca a ser acusado de resvalar por uma de duas vertentes perigosas:

- i) Por um lado, fixar-se excessivamente, a partir do carácter evidentemente excepcional do processo, da operativização, do Holocausto judaico, numa pretensa *unicidade* histórica e moral do fenómeno, que desta forma é descrito como tendo sido especificamente direccionado contra os judeus e como qualquer coisa de incomparável. Esta atitude tende a desvalorizar as demais

⁶ Tratei já esta questão com bastante detalhe em LOFF, 1996: cap. I («História e memória do fascismo e da II Guerra Mundial»); nele socorri-me especialmente de: AA.VV, 1993; Peter BALDWIN (ed.) (1990). *Reworking the Past. Hitler, the Holocaust, and the Historians' Debate*. Boston: Beacon Press (onde se inclui a correspondência trocada entre Martin Broszat e Saul Friedlander); BOSWORTH, 1993; Ian BURUMA, (1994). *Il prezzo della colpa. Germania e Giappone: il passato che non passa*. Trad. it. [Ed. ori. (1994): *The Wages of Guilt*]. Milano: Garzanti Editore; Alfred D. LOW (1994). *The Third Reich and the Holocaust in German Historiography. Toward the Historikerstreit of the mid-1980s*. New York: Columbia University Press; Brigitte PÄTZOLD (1994). «En Allemagne aussi. Intellectuels en croisade», in *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 1994, Paris; Richard von Weizsäcker en diálogo con G. Hoffmann y W. A. Perger, trad. esp. [ed. ori.: (1992). *Richard von Weizsäcker im Gespräch mit Gunter Hoffmann und Werner A. Perger*. Vito von Eichborn GmbH & Co. Verlag KG]. Madrid: Anaya & Mario Muchnik; Michael SCHMIDT (1993). *The New Reich. Violent Extremism in Unified Germany and Beyond*, trad. ing. [ed. ori. (1993), Editions Jean-Claude Lattès]. Londres: Hutchinson; TERNON, 1995; Hans-Ulrich WEHLER (1989). *Le mani sulla storia. Germania: riscrivere il passato?*, trad. ital. [ed. ori.: (1988). *Entsorgung der deutschen Vergangenheit? Ein polemischer Essay zum «Historikerstreit»*, Munique: Verlag C. H. Beck]. Florença: Ponte alle Grazie; especialmente de Ernst NOLTE, cf.: (1988). *La guerra civile europea, 1917-1945*, trad. ital. [ed. ori.: (1987). *Der europäische Bürgerkrieg, 1917-1945. Nationalsozialismus und Bolschewismus*. Frankfurt-am-Main/Berlin]. Florença: Sansoni, 1988; (1993). *Intervista sulla questione tedesca*, a cargo de Alberto Krali. Roma-Bari: Editori Laterza; a apresentação «Sguardo retrospettivo e bilancio alla fine di un lungo cammino», à nova edição italiana de 1993; e o despoletador artigo «Vergangenheit, die nicht vergehen will», in *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 6/6/1986, Frankfurt.

vítimas da decisão de extermínio total (os doentes mentais e os ciganos) e daquela que podemos designar como perseguição selectiva massificada (os prisioneiros políticos, os homossexuais, as Testemunhas de Jeová e, as vítimas mais numerosas de todas, o conjunto das populações escravas, de entre as quais se destacam os milhões de prisioneiros de guerra soviéticos). Acrescidamente, convergindo para uma *sacralização* do fenómeno (inexplicabilidade, irracionalidade total, impossibilidade de ser historicizado, explicado...) ⁷, tende em muitos casos a considerar «o carácter único [como] um dado adquirido na ideia do Holocausto; a tarefa definida é prová-lo, já que negá-lo equivale a negar o Holocausto» (FINKELSTEIN, 2001: 53).

ii) Por outro, a racionalização e historicização do Holocausto, tarefas essenciais e inerentes ao processo investigativo científico, pode naturalmente passar pela sua comparação com outros fenómenos violentos, o que, por sua vez, pode legitimar inaceitáveis propostas de *relativização* moral e política, como aquelas que o revisionismo histórico tem veiculado (*todos cometeram crimes contra a Humanidade durante a II Guerra Mundial e antes e depois dela, o Holocausto foi apenas mais um...*), ou pode simplesmente contribuir para a sua banalização ⁸ - atitude para a qual têm contribuído, curiosamente, e como bem nota o polémico Norman Finkelstein, alguns dos mais ferozes defensores da tese da *unicidade* ⁹.

Zygmunt Bauman propõe uma definição do Holocausto relativamente consensual na geração dos últimos vinte anos de estudos sobre o tema, mas à qual haveria que fazer alguns acrescentos:

«El Holocausto sí fue una *tragedia judía*. Aunque los judíos no fueron el único grupo sometido a "trato especial" por el régimen nazi (los seis millones de judíos se contaban entre los más de veinte millones de personas aniquiladas por orden de Hitler), solamente los judíos estaban señalados para que se procediera a su destrucción total y no tenían sitio en el *Nuevo Orden* que Hitler se propuso instituir» (1997: xiii).

Pela minha parte, não teria mais objecções a colocar aos termos da definição se o autor incluísse em cada referência que faz aos judeus idêntica referência às duas outras comunidades humanas que, definidas enquanto tal (por muito diferentes que fossem os critérios da sua definição), resulta da documentação nazi que igualmente «estaban señalados para que se procediera a su destrucción total y no tenían sitio en el *Nuevo Orden*»: os ciganos e todos aqueles a quem os médicos nazis definiram como *vidas inúteis*.

Expostas assim as coisas, porque não integrar na análise que aqui se propõe a

⁷ Sobre esta questão, Norman Finkelstein convida à leitura do livro de Peter Novick (1999), *The Holocaust in American Life*.

⁸ Trato esta questão em LOFF, 2000.

⁹ Os exemplos nos últimos dez anos podiam ser intermináveis, porque parece ter-se tomado moda justificar qualquer operação militar dirigida pelos E.U.A. com a necessidade de não se repetir o *apaziguamento* de Munique ou o Holocausto nazi... Finkelstein cita, por exemplo, Daniel Goldhagen, que sustentava em 1999 que a perseguição a albaneses do Kosovo por parte de sérvios era «na sua essência» idêntica à praticada pela Alemanha nazi, distinguindo uma da outra em «termos de escala», tese em que foi acompanhado de tantos outros como Hillary Clinton; ou o Centro Simon Wiesenthal que qualificou de «genocídio» a intervenção soviética no Afeganistão (FINKELSTEIN, 2001: 83, 164-65); ou os dirigentes máximos norteamericanos que sistematicamente compararam com o Holocausto e com as práticas genocidas nazis a invasão do Koweit pelo Iraque ou o ataque às *Twin Towers* de Nova York em Setembro de 2001...

percepção comparada de ciganos e *associais* no Portugal e na Espanha oficiais (Estado, universidade, intelectuais dos regimes, publicística) do período, e mais especificamente a forma como descreveram e explicaram o tratamento que estes dois grupos sofreram às mãos do III Reich?

Quanto às vítimas ciganas, o interesse reforçar-se-ia pelo facto de, desde a sua génese, os instrumentos políticos e burocráticos de perseguição étnica e as opções genocidas do regime nazi terem sido aplicados simultaneamente a judeus e às populações *Rom* e *Sinti*, dentro e fora do território alemão¹⁰. Dois motivos afastaram-me da inclusão deste tema neste trabalho. O facto de as Administrações portuguesa e espanhola não terem, aparentemente, de se defrontar durante este período, pelo menos do que se infere da documentação, com um fenómeno de solicitação de asilo ou de trânsito por parte de ciganos perseguidos noutros Estados, distingue este caso do dos judeus. Por outro lado, o triste, e revelador, facto de a historiografia e os estudos especializados na análise deste período omitir toda e qualquer referência às comunidades *rom*, sobretudo às portuguesas, obrigar-me-ia a um esforço desmesurado para cobrir aquilo que é um evidente vazio. Em todo o caso, a perspectiva de análise utilizada neste trabalho não significa, ou pelo menos não é resultado, de uma deliberada desvalorização das vítimas ciganas do Holocausto e uma consequente valorização relativa das vítimas judaicas. É simplesmente produto de uma economia da investigação que, mesmo levantando vários problemas correlacionados, não os pode pretender tratar todos.

Analisar a recepção ibérica do processo político, e da ideologia científica por detrás dele, conducente àquilo que o Nacionalsocialismo designou como a sua *Euthanasie-Aktion*, que concluiu com um *Sonderbehandlung* («Tratamento Especial») aplicado provavelmente a 100 mil *unwertes Lebens* («vidas inúteis») entre 1939 e 1944¹¹, seria uma das tarefas mais interessantes a cumprir no âmbito desta investigação. Esse interesse reforçar-se-ia ainda mais por um estudo desta natureza poder ser enquadrado naquilo que a minha investigação tem de história intelectual dos primeiros Salazarismo e Franquismo.

Permita-se-me fazer aqui uma curta reflexão metodológica. Uma das possibilidades que se me abriu numa fase já terminal da minha investigação foi a de avaliar o peso e o condicionamento que exerceu na produção científica de tantos intelectuais e académicos inseridos nos sistemas salazarista e franquista a atracção ideológica e institucional que sentiram, desde inícios dos anos '30, pela *ciência*

¹⁰ Cf. Michael ZIMMERMANN (1989). *Verfolgt, vertrieben, vernichtet. Die Nationalsozialistische Vernichtungspolitik gegen Sinti und Roma*. Essen: Klartext, e Guenter LEWY (2000), *The Nazi Persecution of the Gypsies*. Oxford: Oxford University Press.

¹¹ Sobre o tema, cf. NOAKES, PRIDHAM, 2000: 262-65, e 1991: 997-1048, em grande parte recolhendo elementos em Ernst KLEE (1983). «Euthanasie» im NS-Staat. *Die «Vernichtung lebensunwerten Lebens»*. Frankfurt-am-Main: S. Fischer Verlag, e em K. KOVAK (1978). «Euthanasie» und Sterilisation im «Dritten Reich». *Die Konfrontation mit dem Gesetz zur Verhütung erbkranken Nachwuchses und der «Euthanasie-Aktion»*. Goettingen; também Henry FRIEDLANDER (1993). *The Origins of Nazi Genocide. From Euthanasia to the Final Solution*. Chapel Hill/Londres: The University of North Carolina Press, Raymond PROCTOR (1988). *Racial Hygiene. Medicine under the Nazis*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

fascista que se produzia em Itália, primeiro, e na Alemanha, depois. Tratar-se-ia aqui de estudar a produção «en algunas disciplinas como la biología, antropología física, medicina, psiquiatría y el derecho, que proveen los elementos científicos y técnicos sobre los que construir sistemas de control, aplicados por el Estado a determinados individuos o grupos» («Introducción» a HUERTAS, ORTIZ, 1998: 10). Deparando-me com várias fontes secundárias sobre o caso espanhol¹², a investigação para o caso português era ainda mais tentadora uma vez que, salvo um par de artigos¹³, e algum estudo de natureza institucional que à questão pudesse ter feito referência, estava por fazer o levantamento da relação entre ideologia de Estado e produção científica institucional na fase de clara fascização do regime e das elites dominantes em Portugal. Desenvolver a questão tanto quanto me embrenhei pela problemática do antisemitismo significaria dar uma volta demasiado substancial num trabalho cuja fase de pesquisa sobre fontes primárias, por então, já estava encerrado - daí que a tivesse que abandonar, resignando-me a uma curta referência complementar a esta questão quando abordar a natureza racista da ideologia e dos regimes ibéricos.

E, contudo, e uma vez mais, o investigador que se embrenha pela paisagem fascista do Salazarismo dos anos '30 e primeiros '40 depara-se com a contradição de sempre: por um lado, a tese generalizada é a da natureza/essência católica do regime que o impede de evoluir na direcção do fascismo; por outro, de um primeiro levantamento documental que fiz, emergia uma imagem e uma ambiência que não me parecia poder ser descrita nesses termos. Bastava-me debruçar um pouco em torno das teses que se divulgaram em reuniões científicas promovidas pelo Estado sobre o que genericamente se chamavam as «Ciências da População», e ainda em torno das intervenções públicas do seu máximo organizador, e uma das maiores autoridades portuguesas do tempo no campo da Antropologia¹⁴, Mendes Corrêa, ou ainda de Eusébio Tamagnini, o eugenista que Salazar chama para o

sta do

¹² Várias referências no aqui muitas vezes citado RODRÍGUEZ-PUÉRTOLAS, 1986; de Enrique GONZÁLEZ DURO, além de algumas referências interessantes em 1996, cf. o seu completo (1978). *Psiquiatría y sociedad autoritaria. 1939-1975*. Madrid: Akal; no presente capítulo citarei algumas das comunicações apresentadas num seminário que, em Maio de 1996, organizaram em Madrid os Departamentos de Antropología e de Historia de la Ciencia do C.S.I.C., recolhidos em HUERTAS, ORTIZ, 1998.

¹³ PIMENTEL, 1998, e pouco antes um curto artigo, KUIN, 1997, de um investigador/jornalista que já antes dedicara à Mocidade Portuguesa.

¹⁴ Para um rápido apanhado da Antropologia em Portugal na centúria 1870-1970, cf. LEAL, 2000: cap. 1 («A Antropologia portuguesa entre 1870 e 1970: um retrato de grupo»); para um estudo mais geral, CABRAL, João de Pina (1991). *Os contextos da Antropologia*. Lisboa: Difel; para um muito útil estudo comparado, SÁNCHEZ GÓMEZ, Luis Ángel, «Contextos y práctica de la antropología "oficial" en los fascismos ibéricos», in HUERTAS, ORTIZ, 1998: 127-46. A maioria dos estudos sobre o período salazarista, centrados mais especificamente na aliança entre Estado e instituições científicas, interessaram-se pela chamada *cultura popular*, o mais recente e interessante estudo é MELO, Daniel (2001). *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. Eu próprio estudei parcialmente a questão a partir da análise da actividade do «Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar na construção do assimilacionismo colonial salazarista» (comunicação ao VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Porto, 5-9 de Setembro de 2000; inédita), centrada nos anos 1956-61, nas vésperas do desencadeamento da Guerra Colonial de 1961-74.

Ministério da Instrução Pública em 1934-36, e verificar a sua abertura intelectual para o discurso científico e a sua colaboração institucional com congéneres italianos e alemães. E se era certo serem evidentes as tensões e as diferenças entre os discursos eugenistas e racistas, de natureza autodefinida *espiritual*, moral e cultural, que se assumiam na Península, e o eugenismo e racismo alemães [eventualmente até de âmbito *germânico* considerada a dimensão institucional de que a eugenia beneficiou em sociedades como a sueca, a norueguesa ou a norteamericana (cf. MORIANI, 1998)], também aqui no interior dos dois regimes ibéricos se procedeu a um incontestável movimento de síntese entre uma e outra pulsões ideológicas, tendo o discurso (e o Poder) científico como terreno de luta e, dentro da medida do possível, de convergência.

Neste quadro, é até possível dar um bom exemplo do que pretendo dizer, citando uma fonte absolutamente oficial e numa fase em que se tornara geral o conhecimento sobre as práticas de extermínio eugénico que as autoridades políticas e sanitárias haviam levado a cabo na Alemanha nazi. Trata-se do parecer que a Câmara Corporativa produziu em 1943 sobre o *Estatuto de Assistência Social*¹⁵ que o Governo apresentara: «"Sem ir de forma alguma aos extremismos a que ultimamente nalguns países se levaram as práticas do eugenismo, não pode deixar de se reconhecer que a liberdade de perpetuação dos indivíduos portadores de disposições mórbidas hereditárias é humanamente dolorosa e socialmente perigosa"» (transcrito in KUIN, 1997: 51). Por outras palavras, a estratégia era a de condenar publicamente, sobretudo num terreno aparentemente moral e ético, os «excessos» ou «extremismos» de um eugenismo cuja operatividade se julgava ser só nazi - não o era, havia bastante, no campo da esterilização forçada, praticada nos E.U.A., nos países escandinavos, até em França¹⁶ -, mas sem querer perder de vista as vantagens que se haviam sempre exaltado no eugenismo.

Para o caso espanhol, Raquel Álvarez, que estudou a obra da figura espanhola mais marcante neste domínio, Antonio Vallejo-Nágera, aproxima-se desta perspectiva de um discurso eugénico franquista insuflado com teses alemãs, concluindo que «su concepción tan particular de la higiene de la raza, quiere integrar unos principios católicos, e ideas particularmente tradicionalistas como las mantenidas por Ramiro de Maeztu, con principios fascistas y nazis, que si en algunos casos concuerdan, en otros entran en contradicción con su tradicionalismo y catolicismo». A situação, contudo, não era exclusiva dos casos ibéricos, como bem nota Álvarez, já que «también sucedió, por cierto, en Alemania, con algunos de los grupos religiosos en su relación con Hitler y los nazis del Tercer Reich». E, para rematar, «todo ello aparentemente sustentado y demostrado por la "ciencia", por una biología tranquilamente manipulada» (ÁLVAREZ, 1998: 95)¹⁷. O psiquiatra Enrique González Duro, pelo seu lado,

¹⁵ Lei nº 1998, de 15/5/1944, in *Diário do Governo*, I Série.

¹⁶ Cf. MORIANI, 1999: 50-61 e 116-25.

¹⁷ Sobre esta temática, e dentro de HUERTAS, ORTIZ, 1998, cf. ainda Isabel JIMÉNEZ LUCENA, «Medicina social, racismo y discurso de la desigualdad en el primer franquismo», pp. 111-26.

acrescenta ainda a figura do médico Juan José López Ibor¹⁸ - de novo, uma figura pouco identificada com o falangismo mais próximo do Nazismo, de um monárquico tradicionalista que fora nomeado membro da Junta Política da Falange mas que em 1944 viria a ser «confinado» em Barbastro por represália contra as suas actividades monárquicas favoráveis a Don Juan de Borbón. No imediato pósGuerra Civil, López Ibor «trataba de hallar las "esencias" psicológicas del hombre español», entrando assim, na opinião de González Duro, «en la Psicología de la raza, tan de moda entonces en la Alemania nazi, aunque en esta tarea habría de desconcertarle que sus admirados mentores, los científicos arios, hubiesen calificado despectiva y negativamente a todas las razas mediterráneas, apasionadas, excitables y propensas a toda clase de extremismos e histerismos». Tal como sucedia com congéneres portugueses seus, López Ibor «efectuaba una pirueta intelectual, y llegaba a la conclusión de que en la raza española existían elementos nórdicos y mediterráneos: la mezcla ideal» (GONZÁLEZ, 1996: 311). Acrescentemos só, a título anedótico, como a moda de incluir ancestrais *germânicos* na definição das *raças* que tanto ocupavam os *eurofascistas* do período, que também aqueles que entre os *ustashas* croatas se autoproclamavam historiadores da nação *renascida* se reclamava a ascendência germânica que superaria qualquer proporção eslava na génese daquele povo dos Eslavos do Sul...

Irene Pimentel, que também neste terreno contribuiu para desbravar vias muito esquecidas mas relevantes de investigação, sustenta aqui, pelo contrário, a mesma tese que a veremos sustentar quanto à ausência de antisemitismo na cultura política e antropológica do Salazarismo. Para ela, «o Estado Novo só encontrou obstáculos ao seu intervencionismo na sua própria ideologia», de «matriz católica», e «na vigilância da Igreja, que, ao manter-se atenta perante uma excessiva intervenção nas esferas privada e familiar, serviu de válvula de segurança contra o "totalitarismo", assim como os excessos "negativos" da eugenia», num esquema que a própria Pimentel reconhece ter sido de «competição entre a Igreja e o Estado para monopolizar os espíritos», já que a primeira «não discordou do intervencionismo estatal desde que este fosse movido por uma lógica natalista de multiplicação das "famílias numerosas"», reconhecendo ao Estado o «direito de "defender-se" dos crimes contra a sociedade e a "raça", e não se opôs nem à reclusão dos "anormais", nem à pena de morte noutros países» (PIMENTEL, 1998: 26).

Ora, neste terreno, o exemplo italiano pareceu-me particularmente revelador, e a aplicação de um esquema comparativo entre a Itália, a Espanha e Portugal dos anos da *época do fascismo* poderia trazer uma luz muito nova sobre a visão, em minha opinião, estereotipada que se tem maioritariamente reproduzido sobre os casos ibéricos. Também na Itália pré- e póslegislação *racial* antisemita de 1938 se evidenciava uma tensão entre um racismo *espiritualista*, de matriz e tradição católica e *latina*, «all'italiana» como se exprime na maioria da literatura, e um racismo «alla germanica», a maioria das vezes adjectivado como *positivo* (porque operativo e não simplesmente analítico), outras

¹⁸ Cf. sobretudo dois artigos que virão a ser integrados in (1964). *El español y su complejo de inferioridad*. Madrid: Editorial de Cultura Hispánica: (1940). «El hombre español», in *Revista Sol y Luna*. Buenos Aires; e (1940). «Pathos ético del Hombre Español», in *Escorial*. Madrid.

vezes como *negativo* (porque repressor e segregador), presumindo-se que o primeiro nunca teria deixado de ser sociológica e legalmente hegemónico.

Roberto Maiocchi, autor de uma detalhadíssima, e igualmente interessante, investigação sobre o racismo nas ciências e nos cientistas italianos do *Ventennio* fascista, confrontou-se também ele com a tese maioritária de que

«l'ideologia razzista non avrebbe avuto negli anni precedenti [alla legislazione in "difesa della razza" nel 1938] alcuno spazio nella cultura italiana, se non in frange marginali, sarebbe stata imposta dalle scelte politiche del regime alla nostra comunità intellettuale la quale (...) l'avrebbe accolta cercando, anche secondo direttive provenienti dall'alto, di darne una versione "italiana"».

E, também neste caso, o esquema comparativo que tradicionalmente se segue ao colocar em paralelo, favorável ao Fascismo italiano, os regimes hitleriano e mussoliniano, parece a Maiocchi servir

«per ripresentare sul piano culturale la tesi largamente circolante sul piano politico di un razzismo italiano "imperfetto" rispetto alla "perfezione" della macchina da sterminio tedesca, meno rigoroso, più morbido perché più confuso, più umano perché meno scientifico, più "buono", in definitiva, in quanto sentimentale invece che freddamente razionale».

Ainda por cima, a investigação sobre o caso italiano confirmava uma série de similitudes com os casos português e espanhol. Quando se percebe que «il razzismo biologico non ebbe nessuna fortuna in Italia», os dois factores que Maiocchi introduz para o explicar são perfeitamente aplicáveis ao que se conhece do discurso científico ibérico sobre a questão: porque aquele racismo *biológico* «comportava (...) una inferiorità degli italiani rispetto ai nordici» e porque «era problematico accogliere una impostazione che privilegiava l'importanza dei dati somatici a causa dell'impossibilità manifesta di poter parlare, sulla base di parametri fisici, di un popolo italiano omogeneo». Da mesma forma que antropólogos (e) eugenistas espanhóis e portugueses recusariam os discursos da *excessiva* mistura *racial* que deles fariam povos *decadentes*, tinham naturais dificuldades para encontrar uma *biotipologia*, como se costumava então dizer, única para os *tipos* das suas várias regiões.

Roberto Maiocchi, contudo, isola «un aspetto del razzismo biologico [che] ebbe buona accoglienza» em Itália, constituindo precisamente uma perspectiva permanentemente presente no discurso *racial* que se desenvolvia então em Portugal e Espanha, designadamente entre aqueles que se autodefiniam como cientistas e intelectuais católicos: «la connessione tra fisico e psichico, il diritto di impiegare il giudizio estetico per trarne giudizi di ordine morale e intellettuale». Ora, também nos ateneus ibéricos, recorrendo a este esquema dedutivo que estabelecia psiquismos e moralidades próprias de cada *raça*, se discorria pela *bondade* daquelas que ali se designavam como *raças portuguesa e hispânica* e pela *maldade* da *raça judia* (sobretudo em Espanha¹⁹), ou se levantavam todas as dúvidas sobre o

¹⁹ Onde também era prolífica a literatura e o imagético antiárabe, e mais especificamente antimarroquino - cf. o recente Eloy MARTÍN CORRALES (2002). *La imagen del magrebí en España. Una perspectiva histórica (siglos XVI-XX)*. Barcelona: Ediciones Bellaterra. Para o caso português, Abdoolkarim Vakil é um pioneiro, significativamente sem grande companhia nas suas tarefas de investigação, no estudo da islamofobia intelectual e institucional no Portugal contemporâneo, com particular incidência no período do pós-II Guerra Mundial e dois dos espaços coloniais portugueses, Moçambique e Guiné-Bissau (cf. VAKIL, 2002).

carácter do mestiço *euroafricano* (o que ocupava mais os investigadores em Portugal). Esta perspectiva, no caso italiano, «finì per offrire un fondamento scientifico alla più rozza propaganda che insisteva sul significato recondito delle labbra dei negri e del naso degli ebrei» (MAIOCCCHI, 1999: 3-4 e 323).

Expostas as razões pelas quais uma temática muito interessante e que coerentemente caberia neste estudo nele não pôde ficar, regressemos à perspectiva a partir da qual se encarará o Holocausto; e, deste modo, regressemos a Zygmunt Bauman. Interessa-me mais a forma como o sociólogo coloca o problema, justamente para negar que o Holocausto tenha sido «un problema judío ni un episodio sólo de la historia judía»: «El Holocausto se gestó y se puso en práctica en nuestra sociedad moderna y racional, en una fase avanzada de nuestra civilización y en un momento álgido de nuestra cultura y, por esta razón es un problema de esa sociedad, de esa civilización y de esa cultura» (BAUMAN, 1997: xiii²⁰).

Não pretendo com esta citação e este raciocínio vir propor um automatismo para forçar o envolvimento português e espanhol na problemática do Holocausto. Procuo simplesmente contextualizar aquela *percepção* e *recepção* que do fenómeno da deportação e do extermínio se teve a uma certa distância, reduzindo esta a nada quando considero que dentro do conceito de Holocausto forçosamente ocupa um lugar o fenómeno da fuga e da procura de refúgio por parte de judeus que escolheram ou que se encontraram com Portugal e a Espanha, ou alguma das suas representações externas, como possibilidade. Parto de um princípio que, parecendo óbvio, raramente emerge nestes estudos: o de que sendo inevitavelmente *modernas* as sociedades ibéricas dos anos '30 e '40, fazendo parte daquela *cultura* e daquela *civilização* de que fala Bauman, seria natural que o processo social da construção do Holocausto tivesse nelas reflexos.

Mais ainda quando Bauman sugere que «el Holocausto fue el resultado del encuentro único de factores que, por sí mismos, eran corrientes y vulgares» - e de tal forma vulgares que não poderiam estar completamente ausentes das sociedades ibéricas. Acrescenta o sociólogo uma explicação causal que se adequa muito aos casos salazarista e franquista:

«Dicho encuentro resultó posible en gran medida por la emancipación del Estado político - de su monopolio de la violencia y de sus audaces ambiciones de ingeniería social - del control social, como consecuencia del progresivo dismantelamiento de las fuentes de poder y de las instituciones no políticas de auto-regulación social» (BAUMAN, 1997: xvii²¹).

Um dos pontos de partida desta dissertação é a de que o Salazarismo e o Franquismo representaram, no percurso histórico moderno das duas sociedades, uma evidente tentativa de *emancipação* do Estado face aos mecanismos de controlo social desse mesmo Estado. Primeiro, pressuponho que se tratavam de modelos de Estado mais capazes de reunir o consenso das elites sociais dominantes do que quaisquer outros da experiência ibérica contemporânea. Essas elites, face ao processo de emergência de uma sociedade moderna e tendencialmente de massas, reuniam uma

²⁰ Itálico no original.

²¹ Itálico no original.

acrescida vontade e necessidade de hegemonia social no quadro de uma realidade social crescentemente plural e de interesses conflituais organizados.

Por uma infinidade de razões - que não cabem aqui analisar - que derivam deste processo de mudança social que caracteriza a época contemporânea, pelo menos nas sociedades europeias, creio ter ficado provado que a ideologia dominante, representada pelo Salazarismo e pelo Franquismo, imposta às sociedades ibéricas, se adapta bastante bem àquele «authoritarian type» e ao «*potentially fascistic individual*» que Max Horkheimer e Theodor Adorno²² procuraram fixar no final dos anos '40 quando se lançaram (e, creio, inauguraram nas ciências sociais) nos «*studies in prejudice*». O primeiro era descrito «*anthropologically*» como alguém que «*seems to combine the ideas and skills which are typical of a highly industrialized society with irrational or anti-rational beliefs[,] at the same time enlightened and superstitious, (...) jealous of his independence and inclined to submit blindly to power and authority*» (Horkheimer, in ADORNO *et alii*, 1969: ix). Estes termos aplicam-se particularmente à perspectiva que usei em capítulos anteriores para interpretar o Salazarismo e o Franquismo à luz da ofensiva irracionalista que triunfa entre as direitas europeias no período de entreguerras mundiais, e, através delas, na maioria dos Estados europeus.

O segundo, o «*potentially fascistic individual*», «*one whose structure is such as to render him particularly susceptible to anti-democratic propaganda*», e que me parece dever ser interpretado como possível especificação do *tipo autoritário*, emergia do estudo da «*ethocentric ideology*», definindo o «*fascism and the dissolution of democratic values*» como «*politicalized ethnocentrism*», construído este a partir de oposições sistemáticas entre «*ingroups*» (grupos dentro dos quais os *ethocentristas* se procuram encontrar) e uma série de «*outgroups*» (grupos a que os *ethocentristas* sentem e pensam não pertencer), globalmente rejeitados, definidos como «*not "acceptable"*» e, em última instância, «*"alien"*».

is to render

Adorno e a sua equipa tiveram o mérito de sublinhar como «*the ingroup-outgroup distinction thus becomes the basis for most of the social thinking*» do *fascista potencial*. Em primeiro lugar, na «*inability to identify with humanity*», o que politicamente «*takes the form of nationalism*», justamente, «*and cynicism about world government and permanent peace*»; moral e antropologicamente assume as «*ideas concerning the intrinsic [and unchangeable] evil (...) of human nature[,] (...) rationalized by pseudo-scientific hereditarian theories of human nature*». Depois na forma como os «*outgroups are seen, as threatening and power-seeking. Accusations against them tend to be moralistic and, often, mutually contradictory*». Naturalmente, «*the interaction of ingroups and outgroups, and indeed all social interaction, is conceived in hierarchical and authoritarian terms*». Por fim, a percepção da «*generality of outgroup rejection*» como «*a primary characteristic of ethnocentric ideology*», conduziu estes investigadores a procurar verificar (com sucesso) a hipótese «*that a man who is hostile towards one minority group is very likely to be hostile against a wide variety of others*». A investigação, por exemplo, confirmava um dado

²² À frente de uma equipa que incluía Else Frenkel-Brunswik, Daniel J. Levinson e R. Nevitt Sanford, uma das várias criadas no âmbito do *Department of Scientific Research* criado pelo *American Jewish Committee* na sequência de um «*research program*» estabelecido em Maio de 1944.

fulcral: «prejudice against, or totally uncritical acceptance of, a particular group often exists in the absence of any experience with members of that group»; por outras palavras, «the prejudiced individual is prepared to reject groups with which he has never had contact» (ADORNO *et alii*, 1969: 1, 147, 150, 148-50, 9²³).

O aspecto mais interessante da teoria de Adorno, ou pelo menos aquele que a tomava mais operacional e amplamente aplicável nomeadamente na minha investigação, é de que os «ingroups» e os «outgroups» concebidos pelos *etnocentristas* não se definem exclusivamente por critérios *étnicos*. Pelo contrário, eles podem, pelo menos por critérios científicos, tratar-se de classes ou grupos sociais, de correntes politicoideológicas ou de comunidades religiosas²⁴. A aplicabilidade deste esquema conceptual às rejeições do Salazarismo e do Franquismo que se analisaram em capítulos anteriores é, assim, evidente. A hipótese que se me permite colocar, portanto, é a de que o tão elevado peso da rejeição de vários «outgroups» por parte de salazaristas e franquistas, óbvios *etnocentristas* no contexto das suas sociedades, é um indício óbvio de que a rejeição dos judeus, como «outgroup» por antonomásia, deveria ser detectável no discurso daqueles. Se acrescentarmos uma contextualização histórica do preconceito maioritário contra os judeus evidentemente verificável nas duas sociedades, desapareceria qualquer dúvida sobre a colocação desta hipótese.

Primeiro, porque, como sustentavam Adorno e os seus colegas, já então juntamente «with most social scientists», a generalidade das características do preconceito contra os «outgroups» coincide com o processo de rejeição dos judeus enquanto tais, ou seja, coincidia com a ideologia antisemita. A hipótese de que partiam era de que o «anti-Semitism probably is not a specific or isolated phenomenon but a part of a broader ideological framework», e de que este é «based more largely upon factors in the subject and in his total situation that upon actual characteristics of Jews, and that one place to look for determinants of anti-Semitic opinions and attitudes is within the persons who express them» (ADORNO *et alii*, 1969: 3 e 2), não nos judeus que os antisemitas consideram, precisamente, como responsáveis pelo antisemitismo.

É aqui que faz sentido relevar que o antisemitismo, muito para além de uma prática política e social normalmente apoiada num conjunto de normas jurídicas discriminatórias, é uma *ideologia*, na definição de Daniel J. Levinson: «a relatively organized, relatively stable system of opinions, values, and attitudes concerning Jews and Jewish-Gentile relations», incluindo «*negative opinions* regarding Jews (that they are unscrupulous, clannish, power-seeking, and so on); *hostile attitudes* toward them (that they should be excluded, restricted, kept subordinate to the Gentiles, and so on); and *moral values* which permeate the opinions and justify the attitudes» (Levinson, in ADORNO *et alii*, 1969: 58²⁵). Neste sentido, toda a distinção entre um pretenso *antijudaísmo* e o antisemitismo, pressupondo uma importante

²³ Itálico no original.

²⁴ Cf. a introdução ao cap. IV «The study of ethnocentric ideology», de Daniel J. Levinson, in ADORNO *et alii*, 1969: 102-04.

²⁵ Itálico no original.

diferença de grau e até de causalidade, como se o primeiro se resumisse ao terreno do preconceito e da opinião e esse não fosse também um terreno do segundo, parece-me destituída de sentido e (involuntariamente?) propiciadora de uma conotação *inofensiva* que ao primeiro pudesse ser reconhecida.

Por outro lado, não posso deixar de partir do pressuposto de que a aparente (e só aparente) ausência de judeus nas sociedades ibéricas não podia ser - ao contrário do que ouviremos os salazaristas e os franquistas repetidamente sustentarem - um óbice para a produção de um discurso e de um preconceito antisemitas. Juntamente com muitos outros investigadores, Zygmunt Bauman conclui que «el estereotipo del judío como fuerza perturbadora del orden, como cúmulo incongruente de oposiciones que socava todas las identidades y amenaza todos los esfuerzos para la autodeterminación se ha sedimentado hace mucho tiempo en la cultura europea». Sendo assim, «se puede adoptar este estereotipo, al igual que muchos otros conceptos fabricados culturalmente, como vehículo para la solución de problemas locales aunque la experiencia histórica que lo ha producido fuera desconocida en esa zona». Portanto, o antisemitismo «se puede adoptar aunque las sociedades que lo hagan no tengan ningún conocimiento anterior de primera mano sobre los judíos. O quizá debido a eso». Ora, numa época de grande intensidade ideológica como foi a *época do fascismo*, em que as explicações globais da realidade e dos processos sociais ajudaram a radicalizar os conflitos, é lógico que compreendamos o «*antisemitismo contemporáneo, más que [como] un producto de la sedimentación cultural, [como estando] sometido a los procesos de difusión cultural*» (BAUMAN, 1997: 103-04²⁶), a que estavam abertos salazaristas e, muito mais ainda, franquistas, e que terão sido particularmente bem utilizados pelos nazis na sua construção do mito da *perigosidade* universal judaica (que encontraremos consagrado também na Península).

Toda esta linha de raciocínio tende a justificar a inevitabilidade e a naturalidade com que há que encarar a detecção do antisemitismo nas sociedades portuguesa e espanhola dos anos da perseguição. Coloco-me, assim, contra a tese tradicional da ausência de antisemitismo nestes espaços sociais e políticos, e que aceita apenas verificar a presença de um pretenso *antijudaísmo*. Tal tese, além do mais, é favorecida pelo óbvio motivo de orgulho para as sociedades ibéricas o elas terem podido, pelo seu não envolvimento bélico durante a II Guerra Mundial, propiciar uma saída libertadora a muitos fugitivos da repressão nazi. Ora, o facto de que, quando esta repressão se abateu em toda a sua força homicida sobre judeus e ciganos, mas também sobre as populações eslavas, se revelou a mais terrível de sempre, os territórios espanhol e português se tomarem involuntariamente um refúgio, a literatura que aborda esta temática deveria identicamente chamar a atenção para o facto de que esta circunstância não tomou os seus países, os seus Estados, em corajosos heróis da salvação de vidas.

Por outras palavras, serem Portugal, e até a Espanha, territórios de refúgio, ou no percurso da fuga, escolhidos pelas vítimas de políticas mais persecutórias de antisemitismo, geralmente conducentes à expulsão e depois ao genocídio, não significa que fossem territórios de tolerância, muito

²⁶ Itálico no original.

menos isentos de racismo, e menos ainda isentos de antisemitismo, social ou de Estado. Recorde-se que a própria Itália fascista representou um refúgio para muitos judeus perseguidos na Alemanha ou na Áustria até à aprovação da legislação antisemita de Novembro de 1938, para não chegarmos ao extremo de lembrar que milhares de judeus fugiram da zona ocupada para a chamada Zona Livre administrada directamente por Vichy, depois não só da assinatura do armistício francoitaloalemão de Junho de 1940, mas até depois de aprovada legislação antisemita em Outubro desse ano; a própria Hungria, uma aliada do Eixo dirigida ditatorialmente por um almirante antisemita sem frota de guerra, que se autointitulava *Regente* de um *Reino* sem dinastia, serviu de refúgio para muitos judeus, apesar da legislação social e economicamente discriminatória, que se viram tragicamente envolvidos na última grande onda de deportações realizada antes do final da guerra pelas estruturas genocidas do sistema nazi.

A vítima em fuga, como o judeu que procura desesperadamente fugir às formas mais violentas de perseguição, não deve ser nunca tomado como um avaliador qualificado capaz de descobrir a liberdade, a tolerância e a ausência de preconceito onde ele estiver. A vítima em fuga é, pelo contrário, uma personagem tomada pelo desespero que naturalmente se apodera de quem sabe apenas que deve lutar pela sua própria sobrevivência contra as forças da agressão, da morte. Dentro de uma tal lógica, o trajecto da fuga é feito de um somatório de alternativas em que, à maior perseguição e discriminação deve suceder menor perseguição e segregação - mas não necessariamente a sua ausência, sobretudo no mundo dos anos '30 e '40. Como sustenta aquele que se tomou a mais consensualmente respeitada autoridade investigadora sobre o Holocausto, no final dos anos '30 «gli ebrei cercarono un rifugio qualsivoglia, fosse Cuba, Shanghai che era in mano ai giapponesi o un paese vicino con frontiere non invalicabili come il Belgio, la Francia e l'Italia, in cui si potesse entrare con un visto provvisorio o illegalmente» (HILBERG, 1997: 119).

Boa experiência deste circunstancialismo tiveram os milhares de refugiados espanhóis que, sabendo-se perseguidos pelas forças franquistas durante a Guerra Civil espanhola, sobretudo na sua primeira fase, procuraram refúgio em Portugal, simplesmente atravessando a fronteira. As autoridades salazaristas procederam não só à sua prisão, em instalações militares e policiais ou em improvisados campos de concentração, mas também, e de seguida, na enorme maioria dos casos, entregaram-nos pura e simplesmente nas mãos das forças militares rebeldes espanholas, com as consequências que se imaginam. Além disso, as forças militares e militarizadas portuguesas, «coordenadas com as tropas nacionalistas e as milícias falangistas» espanholas, procederam a «frequentes "operações de limpeza"» (OLIVEIRA, 1987: 161) nas regiões fronteiriças, ao mesmo tempo que bloqueavam a fronteira a todo o tipo de refugiados, militares ou civis²⁷. À atitude do Governo opôs-se a solidariedade de comunidades portuguesas fronteiriças, de activistas da oposição antisalazarista, de alguns espanhóis de simpatias republicanas residentes em Portugal e até de redes internacionais organizadas para permitir a evacuação

²⁷ Sobre toda esta questão, cf. OLIVEIRA, 1987: 155-71, e ainda MOUTINHO, José Vale (1998). *No pasarán! Cenas e cenários da Guerra Civil de Espanha*. Prefácio de Raúl Morodo. Lisboa: Editorial Notícias, 1998, numa investigação que ainda prossegue e de que se esperam mais títulos.

de refugiados.

Recordemos sempre este caso histórico no momento em que analisamos a atitude do regime de Salazar perante a perseguição antisemita na *época do fascismo*. Além de todos os outros paralelos, ele ocorre em simultâneo com a afluência de refugiados judeus da Europa Central, e desmente irremediavelmente qualquer tese sobre uma pretensa *tradição de acolhimento* de que o Estado português contemporâneo seria protagonista.

Muita literatura presume, no entanto, o contrário da asserção que acima se propôs, sustentando que onde não há perseguição legal, não há preconceito, ou este é inofensivo. A equação é praticamente esta: culturas de base católica, que rejeitam o racismo, propiciam ausência de legislação antisemita, o que garante acolhimento voluntário de refugiados no interior das fronteiras nacionais e protecção voluntária de perseguidos no exterior. Tal equação não foi proposta unicamente pelos dois Governos ibéricos na aproximação da vitória aliada e no período que imediatamente se lhe sucedeu, nem só pelos propagandistas de ambos os regimes desde então; boa parte da investigação independente parte deste pressuposto teórico, desvalorizando a avaliação do preconceito ideológico e étnico, e, inversamente, sobrevalorizando o antisemitismo de Estado e os seus instrumentos de acção persecutória, caracterizando o primeiro pela presença dos segundos, e permitindo que se presumam como inofensivas todas as formas não legais, não explícitas, de antisemitismo.

10.2 Uma introdução às grandes tendências da investigação

Antes de entrarmos em temas tão polémicos, como veremos, é forçoso começar por desenhar, de forma breve, o quadro ideológico, mental, relativo ao nível de antisemitismo detectável na cultura reaccionária moderna dos dois Estados ibéricos. Como em todas as suas outras dimensões, aqui emerge em toda a sua pujança a reacção irracionalista na concepção das relações sociais, designadamente na sua dimensão histórica, de par com a evidente mentalidade autoritária que há tantos anos categorizou a equipa de Adorno, concebendo uma identidade tão rigidamente totalizante e impositiva que haveria de, necessariamente, produzir exclusões e procurar forçar inclusões.

A propósito das exclusões, procurarei em toda esta 4ª Parte carrear provas documentais, habitualmente ausentes da literatura sobre os dois regimes ibéricos, que nos permitem deduzir a permanência de uma concepção do *judeu inassimilável* no quadro da cultura reaccionária, de matriz católica, do Portugal e da Espanha contemporâneos, partindo-se do contexto de um grupo maioritário, hegemónico, que, por não querer nem dever aceitar a pluralidade, deveria assimilar todos os que não se excluíssem. Para os portadores desta cultura, verdadeiras *civilizações* historicamente *superiores*, como descreviam serem a portuguesa e a espanhola, haviam resolvido no passado este *problema* através da expulsão dos judeus, dos muçulmanos e dos ciganos da Península na viragem do séc. XV para o XVI; a assimilação pelo catolicismo dos que houvessem permanecido, enquanto *cristãos novos*, ou a vivência praticamente clandestina, e oficialmente não reconhecida, do muito restrito judaísmo português e

espanhol por aqueles que a História chamou *marranos*, permitiria, sempre na concepção autoritária, que as respectivas sociedades contemporâneas vivessem livres do *problema*, ao contrário do que sucederia no resto da Europa - porque, nesta opinião, tal *problema* era real. Isto significava, portanto, que todos os demais que não coubessem naquela categoria poderiam ser, apesar da sua *alteridade*, aceites enquanto diferentes mas, sobretudo, *inofensivos*.

No mesmo registo das exclusões identitárias, haveria que estudar a política salazarista e franquista perante a identicamente histórica minoria cigana, de resto essencialmente ibérica, mais do que portuguesa ou espanhola. Uma investigação que se pretenda completa sobre o preconceito contra as minorias étnicas, como uma das características centrais das ideologias dominantes em Portugal e Espanha neste período, deveria incluir esta questão. As razões pelas quais não o fiz creio terem ficado claras quando a elas me referi há algumas páginas atrás.

Retomemos o quadro autoritário de interpretação da realidade. Nas primeiras décadas do séc. XX manifestavam-se, na sua perspectiva, alguns sintomas preocupantes. O primeiro resultava do processo de laicização da sociedade, acentuado ainda mais com a laicização do próprio Estado, que estaria permitindo a reemergência de alteridades antes submergidas, como a judaica, precisamente. É sobretudo o caso português, com a chamada *Obra do Resgate* dos judeus clandestinos que se desencadeia nos anos '20. Os anos que se sucedem ao triunfo hitleriano na Alemanha, aceleram o processo com a transformação de Portugal e Espanha em territórios de refúgio ou de fuga para fora da Europa para milhares de judeus que escapam ao antisemitismo que de novo se desenfreada pela Europa Central e Oriental, com consequências tão esmagadoramente trágicas.

Os diferentes equilíbrios de poder, os diferentes processos históricos de construção da hegemonia, a diferente atracção pelo modelo fascista dominante, a diferente capacidade - e necessidade - de reacção do mundo católico à laicidade e à diversidade religiosa, explicarão a proporcionalmente diferente virulência do antisemitismo ideológico presente no Salazarismo e no Franquismo. Em algum, ou vários, pontos de ambos os sistemas ideológicos, lá estava ele. Como seria natural em regimes com a sua composição, génese, papel histórico. Todos estes parâmetros terão contribuído para que se revelasse muito mais aberto e franco no caso espanhol, mais subterrâneo e deliberadamente mascarado no caso português. Neste último contexto, os mesmos adjectivos se poderiam aplicar à avaliação do racismo dirigido contra o negro, para não falar no que segrega o cigano, que, uma vez mais, não era assumido enquanto tal, antes envolvido num discurso em que se cruzavam matriz católica e historicismo nacionalista, que atribuía ao colonialismo português uma atitude «paternalmente civilizadora», de raiz «espiritual cristã» e não económica (ou até mesmo «antieconómica»), que o distinguiria de todos os outros. É aqui, no campo colonial, que nos deparamos com políticas de inclusão forçada numa identidade totalizante como aquela que o nacionalismo português do período salazarista procura impor, e como noutros campos, é notória a divergência essencial entre autodefinição deliberada e características essenciais do discurso.

Da análise da documentação política e da literatura especializada no caso espanhol

emerge uma marcada hostilidade para com os judeus. É o que sobressai objectivamente do que se escreve nos documentos diplomáticos e, sobretudo, na publicística mais ou menos elaborada da época, numa clara adesão às teses dos que sustentam a existência, o enunciado, de um pretenso «problema semita», subscrevendo-se a culpabilização dos judeus e a aceitação, legitimação e apoio às medidas legais antisemitas, sem que se explicita, naturalmente, a prática de qualquer metodologia de extermínio. Estes serão os valores que pautam a atitude tão marcadamente antisemita que revela a elite política do Franquismo, para não dizer a generalidade da classe dominante espanhola. Uma vez mais, também aqui o ciclo histórico da ascensão internacional do fascismo e o ciclo estratégico e militar dos triunfos bélicos das potências do Eixo e do Pacto Tripartido funcionam como contexto dentro do qual esta tendência se acentua, como todas as que aproximam o Franquismo dos demais regimes da galáxia fascista.

É minha convicção que só destacando claramente o pano de fundo antisemita emergente da interpretação que os salazaristas e os franquistas faziam do problema global europeu se pode interpretar em todas as suas dimensões a política oficial dos Governos de Salazar e de Franco, tanto face aos refugiados judeus que acodem às fronteiras e aos consulados portugueses e espanhóis, como perante os cidadãos portugueses e espanhóis de religião judaica, na sua enorme maioria sefarditas, espalhados pela Europa no momento em que se desencadeia o processo da *Shoah*.

Sintomaticamente, a investigação tem dedicado muito poucas páginas ao estudo da inserção das comunidades judaicas portuguesa e espanhola, e dos judeus em geral, no Portugal de Salazar²⁸ e na Espanha de Franco²⁹. No primeiro dos casos, uma investigadora que tem procurado

²⁸ Refira-se, no seio da própria comunidade israelita de Lisboa, SCHWARZ, Samuel (1959). *História da moderna Comunidade Israelita de Lisboa*. Lisboa: s. ed.; Schwarz havia sido o autor, em 1925, ao fim de dez anos de ter emigrado da Polónia para Portugal, de *Cristãos-Novos em Portugal no século XX*; e, nos últimos anos, o papel desempenhado por uma das suas dirigentes, Esther Mucznik (cf. 1999). Elvira Mea revelou-se um caso raro de investimento académico no estudo dos judeus portugueses, ou em Portugal, no séc. XX: cf. «O judaísmo no século XX: a fénix renascida em Trás-os-Montes», in COMISSÃO DE ARTE SACRA DE BRAGANÇA-MIRANDA (org.) (1997). *Páginas da História da Diocese de Bragança-Miranda, 1545-1995: actas*. Bragança: C.A.S.B.-M., e MEA, STEINHARDT, 1997. No momento em que concluo a redacção desta dissertação, acaba de sair nas livrarias uma recolha de testemunhos orais, incluindo alguma selecção de documentos oficiais: ANTUNES, José Freire (dir.) (2002). *Judeus em Portugal. O testemunho de 50 homens e mulheres*. Versalhes: Edeline.

²⁹ A mais completa das obras sobre os judeus na Espanha do séc. XX parece ser LISBONA, 1993. Algumas teses doutorais (de Martine Berthelot, de Mercedes Fernández Martorell) estudaram a comunidade de Barcelona; uma outra (de Josette Ouahnon) os judeus sefarditas e a Espanha desde 1920; todas eram inéditas em 1993 e, aparentemente, continuam-no em 2002. No momento em que acabo a redacção desta dissertação, tive conhecimento da publicação de CHILLIDA, Gonzalo Álvarez (2002). *El antisemitismo en España. La imagen del judío (1812-2002)*. Madrid: Marcial Pons, primeiro estudo concentrado exclusivamente no levantamento da produção discursiva antisemita na Espanha contemporânea. As duas obras de referência sobre a actividade diplomática do Governo franquista relativa aos judeus durante a II Guerra Mundial, são AVNI, 1982, e MARQUINA, OSPINA, 1987 (ao longo do meu texto, presumir-se-ão ser de Marquina as opiniões e o trabalho relativo ao período posterior a 1936 uma vez que, na «Nota preliminar» do livro de ambos se esclarece que Gloria Ospina se encarregou do período que se analisa até então); Marquina publicara no diário *El País* um artigo sobre a questão (em três partes: 22, 23 e 24/6/1979) sob o título «La política española ante el holocausto judío», e um outro intitulado «Sí existió una segunda expulsión de los judíos» (31/7/1979). Sobre o mesmo tema, o regime

desbravar um tema quase inexplorado, o da identidade da comunidade judaica portuguesa contemporânea, reiterou recentemente que a «extremamente bem conseguida integração social dos judeus portugueses, nos séculos XIX e XX, levou e continua a levar à sua assimilação pura e simples pela sociedade católica maioritária» (MUCZNIK, 1999: 32). Mesmo um tema tão interessante quanto o «potencial de salvação para expressiva parte de judeus perseguidos pelos nazis» que representou a neutralidade durante a II Guerra Mundial foi, como bem o destacou um investigador israelita, «ignorada pela excelente historiografia portuguesa publicada sobre o Estado Novo na década de 90» (MILGRAM, 1999: 54). O mesmo não sucedeu, felizmente, com o caso espanhol, como veremos, talvez porque veio a adquirir no pós-guerra foros de debate internacional.

A questão da política portuguesa de abertura das suas fronteiras a refugiados da perseguição nazi, designadamente judeus, foi, é certo, estudada por alguns estudiosos portugueses, mas porventura mais por jornalistas³⁰ que procederam a investigações históricas do que por historiadores³¹ que

promoveu directamente a publicação de YSART, Federico (1973). *España y los judíos en la segunda guerra mundial*. Barcelona: Dopesa, e de LIPSCHITZ, Chaim U. (1984). *Franco, Spain, the Jews and the Holocaust*. New York: Ktav Publishing House Inc.. Estudos mais antigos que incluam os judeus em Espanha no séc. XX são: BEINART, Haim (1969). *Ha-yishuv ha-yehudi he-hadash bi-sefarad: reka, metziut, ve-ha'arakhah* [«As novas comunidades judaicas em Espanha: antecedentes, realidade, avaliação»]. Jerusalém; ou o clássico, pouco interessado na época contemporânea, CARO BAROJA, Julio (1978). *Los judíos en la España moderna y contemporánea*. [1ª ed. em 1961] Madrid: Istmo. Dois dirigentes da oposição antifranquista no exílio analisaram o comportamento do regime durante a guerra mundial: ÁLVAREZ DEL VAYO, Julio (1949). «Franco as "Friend" of the Jews. Motives Behind the Dictator's New Policy», in *Congress Weekly*, vol. 16, no. 7 (February), Nova York; MADARIAGA, Salvador de (1946). *Spain and the Jews*. Londres: The Jewish Historical Society of England/University College.

³⁰ Nos anos '80, destaca-se o lusocanadiano Rui Afonso, que se dedicou prioritariamente ao caso Aristides Sousa Mendes [cf. 1990 e (1995). *Um homem bom. Aristides Sousa Mendes, o Wallenberg português*. Lisboa: Editorial Caminho]; um artigo de António Valdemar («Refugiados judeus transformaram Portugal», in suplemento do *Diário de Notícias*, Lisboa, 5/5/1985) pode ser considerado pioneiro. Nos anos '90, o jornal *Público*, Lisboa, publicou vários artigos sobre o tema, da autoria de jornalistas como Clara Viana e João Mendes (cf. os seus dois artigos conjuntos, o primeiro, 1994, citado na bibliografia, e um segundo, «Congresso Mundial Judaico agradeceu a Branquinho», in *Público*, 3/4/1994, Lisboa), António Melo (cf. 1998 e 1998a, entre outros) ou Isabel Arriaga e Cunha. Inclua-se neste grupo o estudo ALEXANDRA, 1995.

³¹ A única obra que poderemos considerar de referência, e que abrange não só o caso português como também o espanhol, é MÜHLEN, Patrik von zur (1992). *Fluchtweg Spanien-Portugal. Die Deutsche Emigration und der Exodus aus Europa, 1933-1945*. Bona: Dietz. Nos anos seguintes, têm avançado por esta via o alemão Ansgar SCHÄFER [(1992). «Obstáculos no caminho para a liberdade. O governo português e os refugiados alemães durante a segunda guerra mundial», in *Aspectos e Tendências de Estudos Germanísticos em Portugal*. Dezembro de 1992, pp. 85-94], a húngara Éva BÁN (autora de trabalhos académicos na Universidade de Ciências Económicas de Budapeste e de BÁN, LOUÇÃ, 1995), o israelita Avraham MILGRAM (1999) e os portugueses António LOUÇÃ (além do artigo anteriormente citado, cf. ainda LOUÇÃ, 1995), Ana Cristina SILVA e Maria da Conceição MACIEIRA (autoras de um trabalho académico inédito aparecido em 1997: «Portugal e a Hungria na II Guerra Mundial. Sampaio Garrido: Budapeste e o drama judaico em 1944») e, num âmbito mais vasto, Irene PIMENTEL (1995, onde reúne um primeiro conjunto de obras de ficção sobre o tema, 1998a e 1999) e Manuela FRANCO (1999, e FRANCO, FEVEREIRO, 2000). Acrescentem-se-lhe publicações de homenagem como MASCARENHAS, João M.; MARTINS, Maria João (1996). *Aristides Sousa Mendes. A coragem da*

tenham empreendido um estudo aturado da questão, não só do ponto de vista político, diplomático e consular, dificultada pela «sintomática desorganização [dos processos conservados no Arquivo Histórico-Diplomático do M.N.E.], de origem, reveladoras das próprias dificuldades de gestão do problema na época», ou pelo próprio «desaparecimento, na violência devastadora dos conflitos, do arquivo da Legação em Berlim» (FRANCO, FEVEREIRO, 2000: 11), mas também numa perspectiva ética, sociológica e ideológica.

A maioria das visões propostas reproduzem os aspectos centrais das teses que afirmam estar o antisemitismo tradicionalmente ausente da sociedade portuguesa contemporânea, quando não se nega até a sua verificação em algum momento da História portuguesa. Em alguns casos, propõe-se uma distinção entre um «antijudaísmo relacionado com o antigo ódio religioso», que Irene Pimentel encontra nas manifestações «de alguns pensadores da direita» portuguesa de inícios do séc. XX, «com uma matriz mais católica e cultural do que política», e um «anti-semitismo racista», que terá assumido necessariamente, na conjuntura em questão, «um carácter moderno» de que se não teria revestido o antijudaísmo português. A mesma autora qualifica como «sempre marginal» o «anti-semitismo português» - expressão que utiliza «por razões de compreensão» - de inícios do século passado, «instrumentalizado como reacção ao anticlericalismo republicano e à República nos anos dez e vinte» e elemento «não central da ideologia do incipiente movimento fascista português» (em referência aos nacionaisindicalistas) (PIMENTEL, 1999: 52-53).

Comecemos por sublinhar que a maioria da literatura utiliza a mesma dupla de conceitos para descrever o que se passaria na católica Espanha. José Antonio Lisbona, em geral crítico com muita da historiografia produzida sobre estes temas, cai no mesmo modelo de análise que sustenta que «mientras en el resto de Europa el antisemitismo se desarrolla por consideraciones raciales o corrientes intelectuales, en España las profundas raíces de la Iglesia Católica en la población llevan a un antijudaísmo de carácter religioso» - o que não impede que, como o próprio Lisbona sublinha, que «después de Francia, es España el país donde más ediciones se han publicado de *Los Protocolos [de los Sabios de Sión]*» (1993: 91) ou que o mesmo autor resenhe inúmeras teses publicamente defendidas por dirigentes das direitas espanholas dos anos '30 e '40, nomeadamente franquistas, que atribuem características raciais profundamente negativas aos judeus enquanto tais. Por outro lado, é bom estarmos cientes de que a invocação do catolicismo como obstáculo, ou via absolutamente diversa, à transformação do que se pretende descrever como *antijudaísmo* em antisemitismo *moderno*, aparece sintomaticamente em paralelo muito claro com a concepção que o pretende em oposição aberta a qualquer processo de fascização, e designadamente do Salazarismo e do Franquismo. Analisaremos esta questão no decorrer deste capítulo, propondo que se relembre o posicionamento do Vaticano e das Igrejas

tolerância. Lisboa: Biblioteca-Museu República e Resistência; e AA.VV. (1999). *Aristides Sousa Mendes. Um herói português*. Viseu: Ed. Avis. Vários destes autores participaram em HEINRICH, Christa; VARGAS, Merete; WINTERBERG, Hans (orgs.) (1994). *Fugindo a Hitler e ao Holocausto. Refugiados em Portugal entre 1933 e 1945*. Lisboa: Goethe Institut.

católicas portuguesa e espanhola na segunda metade dos anos '30.

Quanto ao regime português em si mesmo, a literatura em que se estuda e caracteriza o Salazarismo, enquanto sistema de poder e de ideias, habituou-nos à ideia de uma rejeição do antisemitismo como componente sua fundamental, efectivamente ausente do conjunto de grandes máximas ideológicas que o ditador fixaria nos anos à volta da aprovação da Constituição de 1933, da institucionalização do *Estado Novo*. Neste sentido, as inegáveis, e muito pouco estudadas, expressões de claríssimo e banal antisemitismo inscrever-se-iam, para quem sustenta esta tese, em franjas marginais da produção ideológica reacçãoária portuguesa. «O Estado Novo, apesar das semelhanças, diferenciava-se - pelo nacionalismo específico, o conservadorismo e o catolicismo - do totalitarismo racista e expansionista nazi, (...) não cabendo na ideologia salazarista o antisemitismo» (PIMENTEL, 1996: 823).

Primeira fonte desta tese: o discurso de inauguração do I Congresso do partido único, a União Nacional, em Maio de 1934, quando Salazar apela ao «afastamento do impulso tendente à formação do que poderia chamar-se o Estado totalitário», entendendo que «a raça» é uma das ideias à qual naquela forma de Estado se «subordina tudo». O ditador rejeita-o por se tratar de um «Estado essencialmente pagão, incompatível por natureza com o génio da nossa civilização cristã» (SALAZAR, 1935: 340-41). Por então, discurso do Estado e discurso da Igreja Católica caminhavam absolutamente a par e serviam, não no-lo esqueçamos, para desmobilizar os apoios de que beneficiavam as oposições antisalazaristas que recorriam sistematicamente ao argumento da *imitação* do estrangeiro, da *importação* de ideologias estranhas à natureza portuguesa.

Estava-se em 1934, e como já sublinhei repetidamente ao longo deste trabalho, numa fase na qual a capacidade de atracção política e ideológica do fascismo internacional não atingira o seu zénite. Pelo contrário, o *Estado Novo* procurava na ideia de uma *originalidade portuguesa* absoluta da sua fórmula política uma fonte de legitimação política e até histórica. Dois anos mais tarde, por exemplo, já destacadíssimo dirigentes do regime se expressavam de forma distinta. E se a Igreja portuguesa foi sensível aos ataques de Pio XI, na última fase do seu papado, ao racismo nazi, contrariando-o nas suas publicações doutrinárias sem, no entanto, o definir nunca como antisemita, sem reconhecer serem judias, em primeiro lugar, as suas vítimas, o Estado português deixaria de, uma vez iniciada a guerra, produzir, ou permitir que se produzisse, publicamente qualquer crítica. E, justamente, quanto à presença ou não de componentes racistas no discurso salazarista, a contradição era, já então, notória, como veremos já a seguir quando se fizer referência ao discurso antropológico (e) eugenista.

Pelo lado espanhol, não foi sem consequências que o difícil e violento triunfo do Franquismo ocorreu quando a perseguição antisemita estava prestes a atingir o seu auge trágico no continente europeu. Num contexto, como o dos dois Estados ibéricos, onde o catolicismo mais ultramontano conseguira reconquistar, apoiado nas duas ditaduras, e apoiante delas, uma hegemonia ideológica que lhe fora seriamente disputada nos decénios anteriores, seria sempre natural depararmos com uma fraseologia antijudaica, que alguns observadores chegam mesmo a distinguir, pela sua natureza *religiosa*, de um antisemitismo *rácico*. O que a conjuntura histórica do aparente triunfo do

fascismo internacional acrescentaria a este circunstancialismo de base, era o da equação daquilo que em qualquer órgão de propaganda da galáxia autoritária da época se designava por «o problema judaico».

CAP. 11: O ANTISEMITISMO IBÉRICO NOS PRIMEIROS QUARENTA ANOS DO SÉC. XX

Como na generalidade das sociedades europeias de final do século XIX e do início do século XX, «popular anti-Semitism» e «anti-Jewish feeling had been increasing ever since the 1880's» em Espanha (AVNI, 1982: 38). É provável que o mesmo se pudesse aplicar a Portugal.

11.1 O antisemitismo em Portugal entre a laicização do Estado e o «renascimento judaico»

Da mesma forma como António Sardinha, o líder intelectual do Integralismo Lusitano e de toda uma geração de intelectuais da moderna Direita portuguesa de Novecentos, falava, em 1917, do «"assalto dos judeus ao Estado"» português, que se teria prolongado desde as campanhas napoleónicas (apoando o invasor francês), passando pelo apoio à maçonaria e «acedendo ao poder em 5 de Outubro de 1910», com a proclamação da República, corolário de uma «"substituição violenta de um facto étnico por outro"» (PIMENTEL, 1999: 44), também sectores das direitas espanholas «sought to prove that the establishment of the Second Republic [in 1931] was nothing but a Jewish plot planned well in advance and abetted by the Freemasons and Communism», entrando forçosamente em confronto com a Igreja Católica, procurando por isso mesmo «"make life impossible for the Catholics"» (AVNI, 1982: 38³²).

A deriva antisemita das direitas ibéricas, em consonância com o que ocorria pelo resto do continente, aparecia aliás como uma reacção directa ao avanço da democracia como reivindicação estrutural de mudança social. No caso português, uma das muito poucas investigadoras que se debruçou sobre o tema, Irene Pimentel, acaba por entender que «o anti-semitismo não foi um factor central do pensamento integralista. Surgiu mais como um elemento ideológico importado de França» (1999: 45). Tal não impede que se deva encarar a presença de uma componente antisemita no magma ideológico do mundo reaccionário deste período como sinónimo de modernização. Justamente numa visão internacional do «problema», como estas personagens gostavam de colocar a questão, Sardinha falava, em 1925, do fim da «"vil judaização das sociedades ocidentais por meio das doutrinas económicas do liberalismo" graças a pessoas como Mussolini e Primo de Rivera», e quatro anos mais tarde insistia em que o «judaísmo» era «"um sinónimo diverso de plutocratismo" e "mais um facto moral e económico do que, estritamente, um facto étnico e confessional"» (cit. in PIMENTEL, 1999: 44³³).

No período que decorre até à instauração da ditadura portuguesa, em 1926, Irene Pimentel resenha ainda o papel do poeta modernista Mário de Saa, autor de *Portugal Cristão-Novo ou os Judeus na República* (1921) e de *A Invasão dos Judeus* (1925), que «identificou, de novo, como Sardinha o tinha feito, a maçonaria, o liberalismo e a República com os judeus», mas que se distinguiria dos integralistas pelo «seu carácter anti-semita pagão e não-monárquico (...), introduzindo no seu discurso ideias do pensamento eugénico, do darwinismo social e do racismo» (PIMENTEL, 1999: 45). A ser verdade que «um segundo volume [de *Portugal Cristão-Novo...*] que teria sustentado a origem judaica do próprio Salazar teve a edição proibida ou desaconselhada»³⁴, não nos surpreenderá a marginalidade do papel de Saa. No mesmo período, traduz-se e publica-se em Portugal, sob a égide da Juventude Monárquica, o famoso falso *Protocolos dos Sábios de Sião*, antetitulado, em Portugal, *Os Planos da*

³² No último caso, o autor cita Robles Dégano (1932). *La conspiración judía contra España*.

³³ Citações retiradas, respectivamente, de *Ao Ritmo da Ampulheta*, 1925, e *Purgatório das Ideias*, 1929.

³⁴ A autora recolhe a informação em José Augusto França.

Autocracia Judaica (1923), além de um panfleto de publicação algarvia, de autoria do pseudónimo Paulo de Tarso, *Crimes da Franco-Maçonaria Judaica* (1924).

A proclamação da República portuguesa, ou pelo menos o estabelecimento da separação entre Estado e Igreja Católica e, em 1912, o reconhecimento oficial da Comunidade Israelita de Lisboa, encerrava 416 anos de perseguição ou ignorância legal e política da identidade judaica em Portugal. Mas duas realidades completamente distintas passariam a caracterizar a vida da comunidade. O homem que em 1926 se tomou presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, Moses Amzalak, pragmático e conservador, contribuiu seguramente para ajudar a que de fosse formando a avaliação positiva da postura do regime salazarista e da sociedade portuguesa perante o fenómeno judaico ao longo do séc. XX³⁵. Amzalak descrevia-a, em 1923, como «"florescente"», com as suas seis centenas de membros, mas sabia muito bem que tal adjectivo não poderia ser ampliado às «"colónias inteiras de cripto-judeus, absolutamente isoladas do mundo judaico"», que Samuel Schwarz surpreende, em 1925, «"nas partes mais remotas do Norte de Portugal"», para logo comentar parecer-lhe «"inverosímil a existência de judeus clandestinos em pleno século XX num país democrático e republicano da Europa"» (cits. in FRANCO, 1999: 315-16).

Parte desse mundo dos chamados *marranos*, dos *anussim*, concretamente 34 comunidades locais reunindo «alguns milhares de membros» (RUAH, 1999: 384), acabaria por vir, efemeramente é certo, à superfície pela «"obra admirável"», assim a classifica Amzalak, que Barros Basto desenvolve no interior Norte de Portugal, desde que, em 1923, constitui a Comunidade Israelita do Porto. O «"militar ilustre do Exército português"», que na opinião de Amzalak, em 1927, «"dá politicamente a garantia de que nunca a sua obra poderá ser acusada de antiportuguesa"» (cit. in MUCZNIK, 1999: 36), lançara-se numa verdadeira «Obra de Resgate», nas suas palavras, «não se dando conta», na opinião de Elvira Mea e Inácio Steinhardt, «que, no seu entusiasmo, se sujeitava a despoletar uma bomba explosiva cujas consequências eram muito difíceis de prever, na altura em que iniciou o seu apostolado» (1997: 247).

Os autores referem-se no fundo aos receios que, já em 1924, a Comunidade Israelita de Lisboa manteria face «"ao partido clerical, muito vivo, estando talvez adormecido, de momento"», mas que, como o «"antisemitismo [que] quase não existe em Portugal, poderá ele acordar de novo, se nós fizermos proselitismo, ou o que possa parecer proselitismo"» (cit. in MEA, STEINHARDT, 1997: 61³⁶).

³⁵ A liderança tão prolongada (entre 1926 e 1978, ou seja, cobrindo, e superando-a em quatro anos, a totalidade da experiência ditatorial) da comunidade lisboeta nas mãos de Amzalak só pode ter tido uma influência determinante na formação desta memória do não conflito. Esther Mucznik recorda que «"tinha estudado em Coimbra com Salazar, gozando da sua confiança"» (1999: 38). Sob o regime, adquiriu grande notoriedade pública e institucional: aos 39 anos, a partir de 1931, era vicerreitor da Universidade Técnica de Lisboa, criação (em 1930) emblemática da primeira versão da tecnocracia salazarista; entre 1956 e 1962, ascende, por nomeação, a Reitor, e entretanto (1933-44) dirigira o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Na fase final do regime, não deixa ainda de ocupar um lugar na Câmara Corporativa (1962-72).

³⁶ Carta ao Rishon Lesion (grão rabino da Palestina, Jacob Meir), 23/6/1924.

Esta atitude explicaria que Samuel Schwarz, «um dos primeiro judeus ashkenazi [nascido na Polónia] a acolher-se a Lisboa, em 1915», o «redescobridor e divulgador da existência de cristãos-novos em Portugal» numa época em que avançavam ainda os processos de emancipação e integração das comunidades judaicas europeias, tenha deparado, por um lado, com «"dificuldades em vencer a desconfiança e o secretismo dos criptojudeus"», mas, por outro, «"não menos obstáculos [com a] indiferença, e por vezes mesmo distanciamento dos judeus de Lisboa"» (Nahum Slousch, cit. in MEA, STEINHARDT, 1997: 58).

Em Agosto de 1926, meses depois da instauração da ditadura militar em Portugal, Barros Basto (aliás, Abraham Israel Ben-Rosh, na nova identidade judaica que assume) empenha-se na constituição do *Portuguese Marranos Committee*, em coordenação com a *Spanish and Portuguese Congregation* e a *Anglo-Jewish Association*, todas sediadas em Londres, conquistando o entusiasmo dos segmentos mais empenhados das organizações e imprensa judaicas de todo o mundo, junto de várias das quais se criam comités de apoio. Paradoxalmente, a evolução política e o reforço através, designadamente, de Salazar, do peso dos católicos na coligação de interesses que sustentava a ditadura, leva a que «a Obra de Resgate tenha tido, desde o seu início, uma oposição cada vez mais compacta e sistemática por parte da maioria católica, tanto maior quanto as comunidades aumentavam» (MEA, STEINHARDT, 1997: 91). Desde 1928 que o próprio *Marranos Committee* de Londres «aconselhou Barros Basto a ter mais cautela, a ser mais recatado no seu afã proselitico».

A avaliação que este faz do estado das coisas relativamente ao renascimento do judaísmo no Norte do país é revelador de quanto a viragem política começava a produzir os seus efeitos: «"O medo dos cripto-judeus de se declararem publicamente é formidável, reforçado por esta *indigestão* de catolicismo que existe agora em Portugal. A reacção clerical neste momento aqui, em Portugal, é formidável"», escrevia ele ao Comité londrino em Dezembro 1928, para logo acrescentar, esperançada mas equivocadamente: «"Isto não pode durar muito tempo porque o povo começa já a combater esta reacção [católica]. (...) O povo das cidades odeia os padres e brevemente assistiremos a violências populares contra eles. Mas durante a ditadura, os padres julgam-se em terra conquistada"» (cit. in MEA, STEINHARDT, 1997: 95).

O confronto de Barros Basto com a direcção da Comunidade Israelita de Lisboa, mais moderada e próxima do poder político, que se descreve a si própria muito mais como uma *colónia* (no sentido de comunidade estrangeira) do que como *comunidade*³⁷, tomava-se inevitável, uma vez que esta «avaliava negativamente o impacto do eventual ingresso no judaísmo oficial de centenas de baptizados, em pleno processo de recristianização da vida social e política da Nação e do Império» (FRANCO, 1999: 317). A interpretação de Mea e Steinhardt é a de que «a Comunidade de Lisboa começava a ficar realmente apreensiva com a perspectiva de perder o controlo da vida judaica no país» perante a proliferação de novas comunidades locais e, sobretudo, com «a preferência dada pelo Committee de

³⁷ Sigo aqui uma opinião que me transmitiu, em conversa, Esther Mucznik.

Londres a Barros Basto e à jovem Comunidade portuense (...), pelo que propõe, então, a criação de um Consistório Judaico Nacional, à semelhança do que acontecia noutros países» e dentro do qual «a Comunidade de Lisboa teria, naturalmente, a hegemonia» (1997: 105).

Sucedem-se nesses anos manifestações de antisemitismo precisamente nas regiões do interior Norte onde reemerge o judaísmo através das comunidades de marranos, assumindo, pelo peso das elites católicas, uma representatividade local significativa. «O combate ao judaísmo já ultrapassara as trincheiras de combate do catolicismo, começavam a aparecer artigos nos jornais como "Judaísmo e Comunismo"» (MEA, STEINHARDT, 1997: 140), reeditam-se antigos opúsculos antisemitas. Barros Basto é transferido, em 1932, pelo Estado Maior do Exército, do Porto para Évora; é-lhe feita chegar a advertência, «através de informações de Madrid e até do Vaticano, que devia tomar cuidado com as intrigas dos padres"» (cit. in MEA, STEINHARDT, 1997: 141) e a partir de então sucedem-se os obstáculos levantados pela administração militar. Famílias judaicas de pequenos centros do interior do país «iniciaram mesmo uma diáspora para cidades, como Lisboa ou Porto, a fim de se livrarem da pressão social dos católicos da sua terra, como aconteceu na Covilhã ou mesmo na pequena aldeia de Argozelo» (MEA, STEINHARDT, 1997: 147).

Os primeiros anos '30 são os da ascensão política e eleitoral do Nacionalsocialismo alemão e coincidem, de forma seguramente não inocente, com a expressão aberta de argumentos antisemitas em sectores ideológicos como o Nacionalsindicalismo português, ao mesmo tempo que animava a direita católica e antirrepublicana espanhola. Os primeiros descreviam os «"judeus da finança - abutres sem ninho"» (António Pedro, cit. in PINTO, 1994: 105³⁸) como «"esse inimigo temível, inimigo de todas as pátrias, querendo aniquilá-las para que a raça proscrita domine a pátria universal"» (transcrito in PIMENTEL, 1999: 48³⁹).

Em 1933, não só Hitler subia ao poder na Alemanha, imprimindo uma aceleração da entrada da retórica e das práticas antisemitas entre as direitas europeias mais radicais; também é o ano em que, com a aprovação do respectivo texto constitucional, se instaura o *Estado Novo* salazarista. A corporativização forçada do mundo económico, laboral e sindical é ainda acompanhada de suficiente resistência, logo em Janeiro de 1934 (tentativa de greve geral), para que o novo regime não enverede por um endurecimento da oposição e uma confirmação da sua capacidade de atracção e de integração daqueles que António Costa Pinto (cf. 1995) descreve como sendo os fascistas portugueses, que, depois da dissolução imposta do *Movimento Nacionalsindicalista* em Junho desse ano, ingressam na sua maioria nas fileiras do regime e das suas organizações. O triunfo da *Frente Popular* em Espanha, em Fevereiro de 1936 produz um susto evidente no Salazarismo, que se remobiliza ao longo da Guerra Civil que espanhóis exilados em Portugal desencadeiam cinco meses depois, num claro processo de fascização do *Estado Novo*.

³⁸ Retirado de *Esboço para uma Revisão de Valores*, 1932.

³⁹ In artigo no jornal *Revolução*, 27/4/1933, Lisboa.

É neste contexto que, em Março de 1937, Barros Basto transmitia ao comité de Londres que «"por imitação dos jornais conservadores estrangeiros e da própria propaganda nazi, vários jornais portugueses atacam os judeus como propagandistas do comunismo"» (cit. in MEA, STEINHARDT, 1997: 220). Efectivamente, em Dezembro desse ano, Jesus Pereira alertava, no oficioso *Diário de Notícias*, «contra uma invasão judaica no mundo, imputada a "uma raça inabsorvível nos meios", embora distinguísse os três mil judeus portugueses de famílias distintas que nada tinham em "comum com os seus irmãos de raça, para seu e nosso orgulho"» (PIMENTEL, 1999: 49). E dois meses depois da inauguração da que se tomava a maior sinagoga portuguesa, no Porto, em Janeiro de 1938, o jornal católico *A Voz* abria as suas páginas à pena de um V. Borges, apresentado como uma «pessoa que conhece bem o assunto», autor de uma série de artigos inseridos numa campanha «contra as ervas daninhas que Hitler arrancou da terra alemã e que para cá se foram transportando». O autor sustentava, por exemplo, que «se a Alemanha hitleriana perdeu um ou outro talento, se é verdade que muito dinheiro saiu do país, é verdade também que se viu livre de muito indesejável, de muito factor de desordem e de desintegração»⁴⁰.

O director d'*A Voz*, Fernando de Sousa, para quem «por não haver judeus em Portugal, não há antisemitismo», denunciava também ele «instigações e diligências promovidas de fora para proselitismo e manifestações confessionais junto dos que há séculos abandonaram o judaísmo e são cristãos», como a abertura de sinagogas e «estabelecimentos de ensino chamados seminários», ou a «propaganda judaica», tudo graças a «dinheiro de fora», «de Londres, como inglês é o dinheiro que alimenta entre nós a propaganda protestante, que procura desviar da Igreja Católica os incautos»⁴¹. O tom do discurso, que reproduzia em geral os estereótipos antisemitas, era, no entanto, o da tese da inexistência condicionada de antisemitismo em Portugal, tomando-o como um fenómeno indexado à existência de uma forte comunidade judaica no país; por outras palavras, se prosseguisse o «proselitismo» judaico, poderia surgir o antisemitismo...

Os meios católicos, naturalmente intrínsecos ao regime, saíam finalmente a terreiro para alertarem contra a campanha de renascimento judaico que se promovia no Norte do país. No dia em que se noticiava a inauguração da sinagoga do Porto, o jornal católico titulava: «Alerta! Invasão judeo-alemã no Norte. Vários indesejáveis»⁴². «Na nossa terra», escrevia-se n'*A Voz*, «há miséria moral de indivíduos muito defeituosos, mas isso não justifica a abertura das nossas portas a criaturas de moral muito pior». O judeu era não só «moralmente mau»; «procuram esses judeus fazer do País base de operações, viciando o ambiente com as misérias morais de que são capazes?», perguntava-se, para logo se reivindicar ser «necessário que todos os que disso tenham conhecimento meditem bem nos ensinamentos que o

⁴⁰ In *A Voz*, 19/3/1938, Lisboa. Esclarecia-se aí que o autor «não é Vasco Borges», deputado da União Nacional.

⁴¹ «Acção judaica em Portugal», in *A Voz*, 21/3/1938, Lisboa.

⁴² In *A Voz*, 22/3/1938, Lisboa.

passado e o presente nos revelam, dentro e fora do País», o que revelava evidente solidariedade genérica com as políticas antisemitas adoptadas na Alemanha⁴³.

Dirigentes das recémconstituídas comunidades judaicas de Trás os Montes e das Beiras eram, entretanto, sujeitos a processos administrativos de assédio político, e em alguns casos presos directamente pela polícia política por actividades clandestinas de oposição ao regime, designadamente de auxílio a refugiados republicanos espanhóis, como o caso de Artur Mirandela, eleito presidente da Comunidade Israelita de Bragança em 1937. «O medo paralisa as pequenas comunidades judaicas do interior» (MEA, STEINHARDT, 1997: 220 e 223). E para que medo fosse sentido terá contribuído seguramente a atitude da Igreja. Exemplo disto é o inquérito que o bispo de Bragança-Miranda lança formalmente aos seus párocos, no Verão de 1939, indagando, a propósito do que a Igreja designava por «seitas heréticas e propaganda das más doutrinas», se «existe no território da paróquia algum templo protestante? Alguma sinagoga? Com ministro destes cultos? O pároco tem constatado alguma propaganda do culto heterodoxo entre os fiéis da paróquia? Qual é o número dos protestantes e judeus estabelecidos na paróquia?», ao mesmo tempo que inquiria sobre Maçonaria, «má imprensa», «maus livros». O fim da década trouxe consigo o refluxo deste movimento, o que se reflectia na omissão de qualquer referência a protestantes ou judeus em idêntico documento que o mesmo prelado lança ano e meio mais tarde, quando se limita a indagar pela «má» e «boa imprensa» da diocese⁴⁴.

O alvo principal da repressão é, no entanto, o próprio Barros Basto, sujeito no início de 1935 e de novo entre Abril de 1936 e Março de 1937 a dois processos por acusação de homossexualidade, os quais, apesar de em ambos os casos haver sido ilibado, são aproveitados para o expulsar do Exército em Julho de 1937, por decisão judicial militar seguramente inspirada pelo próprio Santos Costa, então jovem subsecretário de Estado da Guerra e futuramente uma das figuras agregadoras da facção mais reacçãoária do regime português. Numa interpretação recente, Elaine e Robert Rosenthal descrevem por isto Barros Basto como «the Portuguese Dreyfus»⁴⁵. O ainda presidente da Comunidade do Porto será vigiado pela polícia política entre 1938 e 1952, e a sua correspondência violada num período em que se empenha no auxílio aos refugiados judeus que afluem a Portugal (cf. MEA, STEINHARDT, 1997: 165-70, 182-219, 223-25)⁴⁶.

⁴³ Um último artigo, significativamente intitulado «Viagem ao país das trevas», é publicado a 25/3/1938; o dirigente judaico Samuel Schwarz, com cujo apelido alemão se havia ironizado num dos primeiros artigos, consegue ver publicada uma carta sua três dias mais tarde, que, aparentemente, encerra a questão.

⁴⁴ Cf. «Questionário para a Visita Canónica às Paróquias da Diocese de Bragança», anexo à Pastoral do Bispo de Bragança e Miranda, 15/8/1939, in *Lumen*, Ano III, Fasc. 10 (Outubro 1939), pp. 561-71, e questão de idêntico documento de 20/1/1941, in *Lumen*, Ano V, Fasc. 3 (Março 1941), Lisboa, p. 226.

⁴⁵ Artigo assim intitulado in *Midstream*, 2/1987.

⁴⁶ Artur Barros Basto assumirá ainda alguma militância política oposicionista ao aderir, em 1945, ao Movimento de Unidade Democrática. Morre aos 74 anos, em Março de 1961.

Cecil Roth, um professor da Universidade de Oxford que foi um dos fundadores do *Portuguese Marranos Committee* de Londres, e que viajara ao Porto no Verão de 1929⁴⁷, sintetizaria em 1960 o destino do «"movimento de renascimento dos marranos"»: «"encontrou dificuldades, ou foram as dificuldades que o encontraram a ele: além de outros factos, justamente quando estávamos a suscitar o interesse público, rebentou no mundo a enorme tragédia alemã e este problema tão pequeno não podia concorrer com ela em atracção sentimental. Para mais, a reacção clerical começou a ganhar terreno precisamente nessa altura"» (cit. in MEA, STEINHARDT, 1997: 238-39)⁴⁸.

11.2 Racismo institucional e científico no primeiro Salazarismo

Um discurso racista, com inevitáveis proximidades com o antisemitismo, crescia em Portugal. Figuras intelectuais que se identificavam intimamente com o regime, como João Ameal, a propósito do «nosso posto de combate nas trincheiras do Ocidente em perigo», apontavam já em 1932 para a «vitória da Nação renascida contra as suas crises interiores» que era também a «vitória da Raça despertada contra as invasões estranhas!» (AMEAL, 1932: 30), numa espécie de «Portugal erwacht!» de inegável sabor hitleriano. Oliveira Salazar, pela sua parte, afilaria ainda mais esta questão em Março de 1938, ao descrever a *excepcionalidade* portuguesa: «Ter oito séculos de idade é caso raro ou único na Europa e em todo o Mundo, sobretudo se para a definição da identidade política se exigir o mesmo povo, a mesma Nação, o mesmo Estado. (...) Guerras, muitas», reconhecia, «mas nem invasão ou confusão de raças», sublinhava⁴⁹. E em 1940, no Congresso Nacional de Ciências da População que se reunira no Porto em plena exaltação nacional formalmente encenada nas *Comemorações dos Centenários*, um catedrático de Medicina e conhecido eugenista explicava constituírem «os Celtíberos, os Romanos e os Germânicos» as «origens étnicas do povo português», em oposição aos «povos intrusos: os Árabes, os Judeus e os Negros», dedicando uma boa parte da sua comunicação a explicar a «difusão dos Judeus pelo País» na época medieval, e a deduzir da forma «como o povo os considerava» «a necessidade da sua expulsão»⁵⁰.

⁴⁷ Na sequência da viagem publica no *Jewish Guardian* (6/6/1930) o artigo «The Apostle of the Marranos», logo reproduzido em órgãos da imprensa judaica portuguesa, francesa, alemã, italiana e holandesa, tal foi o seu sucesso junto de várias comunidades judaicas.

⁴⁸ O tema foi objecto de uma Dissertação de Doutoramento, apresentada em 1988 na Universidade de Amesterdão, por Peter Cohen: *De bevrijding der marranen. Tragische komedie of komische tragedie? De geschiedenis van een joodse missiebeweging*.

⁴⁹ No folheto de apresentação das *Comemorações dos Centenários*, intitulado *Independência de Portugal. 1139, 1640, 1940 (Nota oficiosa da Presidência do Conselho)*, Março de 1938, Lisboa: Edições da Comissão Nacional dos Centenários.

⁵⁰ Cf. o resumo da sua comunicação: «Prof. Dr. J. A. Pires de Lima (Catedrático da Faculdade de Medicina do Porto) - Influência dos Mouros, Judeus e Negros na Etnografia Portuguesa», in COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS (1940). *Congresso Nacional de Ciências da População. Resumo das memórias e comunicações*. Porto: s.ed., p. 42.

A verdade é que o discurso oficial do Salazarismo, quer enquanto aparelho de gestão política, quer enquanto aparelho de formação ideológica, discorria frequentemente pelos temas da «raça», da sua «força expansiva»⁵¹ do seu «melhoramento», da sua «protecção», descrevendo em padrões abertamente racistas as «raças inferiores»⁵² que se incluíam no «Império», em referência às populações africanas, sobretudo, sob domínio português. Desde Outubro de 1926, cinco meses depois da instauração da ditadura militar, que vigorava nas colónias africanas portuguesas, na boa tradição do colonialismo *latino*, um sistema legal de discriminação racial no plano jurídico e da cidadania, através de um «Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique»⁵³, que distinguia claramente da população portuguesa branca os «indivíduos da raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distinguem do comum daquela raça» (art.30º). Tratava-se aqui, não unicamente de uma atitude social, com as suas evidentes implicações ideológicas, económicas e políticas; este era um verdadeiro sistema institucionalizado de racismo legal, que o Governo salazarista só desmantelará enquanto tal (ou seja, no plano jurídico) em 1961, ao fim de sete meses de rebelião nacionalista armada em Angola.

Estamos já na fase em que o próprio Salazar escolhe o termo «raça» para falar do seu «instinto da perpetuidade» numa intervenção a propósito de «o que há de belo no nosso património lusitano, latino e cristão», queixando-se da ausência de «consciência da sua superioridade» (cit. in ALMEIDA, 1995: 88⁵⁴) no comportamento dos portugueses. Ao fazê-lo, o ditador-catedrático não fazia mais do que adoptar e aplicar ao seu discurso a linguagem que então se utilizava nas universidades, nos eventos e nas revistas científicas, e, evidentemente, nos jomais, na publicística portuguesa. Para o percebermos, peguemos na mais representativa das personagens deste *mundillo*.

Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, director do respectivo Instituto de Antropologia e Etnologia, António Augusto Mendes Corrêa (1888-1960) foi o organizador principal das mais importantes reuniões científicas portuguesas deste período neste sector, como o I Congresso Nacional de Antropologia Colonial (Porto, 1934)⁵⁵, em simultâneo com a Exposição Colonial

⁵¹ Por exemplo, em discurso de Agosto de 1935, referindo-se ao «génio descobridor e de colonização» dos portugueses (cf. SALAZAR, 1935: 47-56).

⁵² Por exemplo, em discurso de Junho de 1933, perante a I Conferência Imperial Colonial, cit. in ALMEIDA, 1995: 88.

⁵³ Decreto-Lei nº 12533, de 30/10/1926; o Estatuto seria alargado à colónia da Guiné e ao território da *Companhia de Moçambique* pelo Decreto-Lei nº 13968, de 30/5/1927; reformulações são introduzidas pelo Decreto-Lei nº 16473, de 6/2/1929; em todos os casos, cf. in *Diário do Governo*, I Série, das respectivas datas.

⁵⁴ Discurso de 19/3/1933. Pedro Ramos de Almeida resenha, neste artigo, várias referências que considera de conteúdo racista em discursos e documentos assinados por Salazar.

⁵⁵ Além do «Discurso inaugural», publicou-se em separata também a sua comunicação «Valor psico-social comparado das raças coloniais» (Porto: Edição da I Exposição Colonial Portuguesa). Até então, o mais relevante da obra de Corrêa era (1913). *Os criminosos portugueses. Estudos de antropologia*

que então se realizava na mesma cidade. Num artigo de 1938, defendia ser «do mais alto interesse nacional e científico seguir entre nós os exemplos de países que, como a Alemanha, a Itália, a Suécia, etc., têm organizado institutos de biologia racial, comissões e congressos para o estudo das ciências da população»⁵⁶. Obviamente que trabalhando no seio de uma elite académica fundamentalmente católica, e numa fase em que o Vaticano intervinha frequentemente contra as «práticas neomalthusianistas» (cf. MAIOCCHI, 1999), não poderia um catedrático português senão perguntar-se: «Para servilmente moldarmos em idênticas normas a nossa política da população? Não. Para obtermos adequadas soluções dos nossos problemas. Delas dependem em grande parte os destinos de Portugal»⁵⁷.

Corrêa conseguiria convencer os organizadores oficiais da série de eventos científicos e institucionais que se integraram nas Comemorações dos Centenários de 1940, à qual se deu o nome de *Congresso do Mundo Português*, a apoiar a realização de um Congresso Nacional de Ciências da População, que se convoca naquele ano no Porto, e ao qual ele próprio presidirá; convidado de honra: Corrado Gini, apresentado como presidente da «Comissão Italiana de Estudo dos Problemas da População», seguramente «il più importante degli studiosi italiani di demografia della prima metà del Novecento», um «nazionalista e fascista ortodosso» que conseguiu ter «una enorme influenza sulle scienze sociali italiane» e cujas «idee ebbero non poco peso sulle opinioni di Mussolini» que «ricevette sistematicamente Gini in udienze personali due volte al mese». Gini vinha ao Porto no momento em que preparava a publicação em Itália de um artigo⁵⁸ no qual sustentava que «solo in un regime autoritario sono possibili efficaci politiche che mirano a far crescere la popolazione», fazendo o elogio do conjunto dos «regimi autoritari (compresa, dunque, la politica di "difesa della razza" nazista)» (MAIOCCHI, 1999: 84-85 e 91).

Mendes Corrêa, o académico católico que era simultaneamente Presidente da Câmara Municipal do Porto (1936-42), e que, pelo menos a seguir à II Guerra Mundial, dirigiria a Escola Superior Colonial onde se formavam os quadros da respectiva administração, sustentaria nesse congresso ideias absolutamente incompatíveis com aquela que é descrita como a *ausência* de racismo na cultura

criminal. Porto: Imprensa Portuguesa; (1919). *As condições físicas na formação das raças*. Coimbra: Imprensa da Universidade; (1919). *Raça e nacionalidade*. Porto: Renascença Editora; (1924). *Ideologia do século XX*. Porto: s.ed.; e (1928). *O problema eugénico em Portugal*. Porto: s.ed..

⁵⁶ Corrêa referir-se-ia ao *Instituto de Investigação e de Higiene Racial e Hereditariedade*, criado por Robert Ritter em 1936 junto do governamental Departamento de Higiene do Reich; ao *Ufficio demografico centrale* do Ministério do Interior italiano que, contemporaneamente a este artigo de Mendes Corrêa, se transformava em *Direzione generale per la demografia e la razza* (conhecida por *Demorazza*); ao *Instituto Nacional de Biologia Racial* que, pelo menos desde 1922, existia na Suécia e que esteve na base da legislação que em 1935 previa a esterilização, forçada se necessário, de «deficientes» e «diferentes» ou «associais» (cf. MORIANI, 1998).

⁵⁷ A. A. Mendes CORRÊA (1940). «O estudo do povo português», in *Da raça e do espírito*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto/Instituto de Antropologia, p. 168.

⁵⁸ «La politica demografica delle democrazie», in *Genus*, IV, Novembro de 1940, nºs 3-4, pp. 117-24.

dominante em Portugal. Da «pureza duma raça forte» falava Mendes Corrêa em 1940, descrevendo-a como sendo, «por si, maior garantia de higidez e de valor físico e social do que a lotaria germinal dum cadinho confuso de elementos heterogêneos e contraditórios. A pureza do sangue português metropolitano» - ou seja, excluídas as populações coloniais - «é uma condição essencial da continuidade histórica e moral da nação» (CORRÊA, 1940a: 13). Corrêa percebia que «difícilmente se encontrarão hoje grupos raciais homogêneos» e clamava contra «o mestiçamento generalizado e sem restrições [que] só poderá conduzir a um confuso *melting pot* de que sairá uma humanidade biologicamente comparável, no seu profuso polimorfismo individual, na sua variedade caprichosa e incongruente, na infiltração germinal de todos os factores degenerativos - senão letais - e de todas as insuficiências individuais, aos atípicos e lazarentos "cães de rua"». E, quando reconhecia que em eventos científicos anteriores, de 1934-35, fora «menos adverso do que hoje [sou] ao mestiçamento nas nossas colónias, (...) [insisto] hoje na conveniência nacional de restringir os cruzamentos raciais» (CORRÊA, 1940b: 122 e 133⁵⁹).

Justamente, tal como os antropólogos italianos, era preocupação sua desmentir a *inferioridade* ou a «decadência» de que falavam vários autores estrangeiros sobre os portugueses, procurando demonstrar serem reduzidos os efeitos de uma «pululação de elementos inferiores, de um abastardamento da raça pelo mestiçamento intenso com gente de cor». Se outros argumentos não fossem encontrados, «limitemo-nos a registar com desvanecimento» que «o labor de alguns dos nossos institutos científicos, o verdadeiro milagre de ressurgimento, operado sob a direcção firme e esclarecida de Salazar» poderiam ser invocados como «protesto contra a asserção dos que nos dizem decadentes» (CORRÊA, 1940: 10-11).

Outro forte opositor da mestiçagem, fenómeno que, curiosamente, servirá de base para a construção do chamado modelo *lusotropicalista*⁶⁰ dominante depois da II Guerra Mundial, e eugenista convicto, era Eusébio Tamagnini (1880-1972), que repetia em Coimbra os lugares académicos de Mendes Corrêa (catedrático da Faculdade de Ciências, director do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra), e que proporia em Janeiro de 1933, ao Senado da sua Universidade, a criação de um «Instituto Nacional para o estudo sistemático das questões relativas à Higiene da Raça»⁶¹. No ano seguinte vem a fundar a Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos (S.P.E.E.)⁶², conjuntamente com, entre outros,

⁵⁹ Itálico no original.

⁶⁰ Paradigma identitário, de aplicação sobretudo ao espaço colonial, baseado nas teses do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, desenvolvidas inicialmente nos anos '30 mas só adoptadas a partir de finais dos '40 pelo regime e pela universidade portuguesas.

⁶¹ Cf. SANTOS, Luís A. Duarte (1940). «Estudos portugueses de Biotipologia», in COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS. *Congresso do Mundo Português*, XII vol. («Discursos e comunicações apresentadas ao Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa», Tomo I, I e II Secção - I Parte). Lisboa: s.ed., p. 559.

⁶² Irene Pimentel (1998: 22-23) confunde a inauguração das suas instalações (Dezembro de 1937) com a sua criação.

Mendes Corrêa. Tamagnini mantinha relações privilegiadas com o mundo académico alemão, designadamente com o *Kaiser Wilhelm-Institut für Anthropologie, menschliche Erblehre und Eugenik*, de Berlim⁶³, intercambiando, em 1937-38, visitas com o seu director, Eugen Fischer; a instituição, sustenta Irene Pimentel, «inspirou [Tamagnini] para erguer a secção de Antropologia da Faculdade de Ciências de Coimbra, da qual foi, depois, director» (1998: 23). Fischer, pelo seu lado, era um académico que já na sua tese doutoral, apresentada em 1913, assegurava que «sicuramente sappiamo questo: senza eccezione, ogni nazione europea che ha accolto il sangue delle razze inferiori - e solo i romantici possono negare che negri, ottentotti e molti altri siano inferiori - ha pagato con la degenerazione spirituale e culturale l'aver accettato elementi inferiori» (cit. in MORIANI, 1998: 63); o caso descrito seria, por exemplo, o português (escravos africanos no território português a partir do séc. XVI) ou o ibérico em geral (presença de uma multiplicidade de povos, designadamente judeus e árabes, ao longo do percurso histórico antigo e medieval)...

Pimentel percebe que Tamagnini contrariava a posição da Igreja Católica quanto à eugenia e que entendia ser insuficiente «a única medida promovida pelo Governo - o encerramento de "loucos" e "vadios" em albergues»⁶⁴ porque havia, isso sim, que «favorecer os indivíduos "saudáveis", como, segundo ele, aconteceria na Alemanha». E, para a contextualização da personagem, invoca a pertença de Tamagnini à «direita radical fascista», designadamente a organizações (*Liga 28 de Maio* e *Movimento Nacional Sindicalista*) que perseveraram (até 1934) à direita do partido único, a União Nacional, nos anos de constitucionalização do *Estado Novo*, «antes de se colocar ao lado do regime» (PIMENTEL, 1998: 23).

Se até 1933-34 é possível pretender perceber à direita do Salazarismo, num território político mais tipicamente fascista, personagens como Eusébio Tamagnini, porque o pluralismo ideológico e, sobretudo, organizacional é ainda muito mais nítido (até porque legal, ou pelo menos não ilegal), é absolutamente indispensável perceber que tanto Tamagnini como Mendes Corrêa são personagens típicas do sistema de Poder salazarista, e nomeadamente dessa plataforma giratória em que, entre o Poder político e o académico e científico, se movem muitas das figuras gradas do regime. Em Outubro de 1934, é Tamagnini, que já fazia parte da Junta de Educação Nacional⁶⁵, que distribui a sua docência (e

⁶³ Sobre esta instituição, cf. A. BERGMANN; G. CZARNOWSKI; A. EHMANN (1989). «Menschen als Objekte humangenetischer Forschung. Zur Geschichte des Kaiser Wilhelm-Instituts für Anthropologie, menschliche Erblehre und Eugenik in Berlin-Dahlem, 1927-1945», in PROSS, C.; GOETZ, A. (eds.). *Der Wert des Menschen: Medizin in Deutschland, 1918-1945*. Berlim: Edition Hentrich.

⁶⁴ Sobre o tema, cf. BASTOS, Susana Pereira (1997). *O Estado Novo e os seus vadios. Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão*. Lisboa: Pubs. Dom Quixote.

⁶⁵ Órgão assessor e consultivo, com deliberações pontualmente vinculativas, do Ministério da Instrução Pública, cuja designação desde 1835, com a criação do *Conselho Superior da Instrução Pública*, variará ao longo de cerca de um século, passando por esta (*Junta de Educação Nacional*) estabelecida pelo Decreto nº 16381, de 16/1/1929, para estabilizar em 1941, e até ao fim do *Estado Novo*, com a designação de *Junta Nacional de Educação* - cf. o meu «As políticas de construção do Ensino Básico em Portugal. Reforma, contra-reforma e modernização educativa através da obrigatoriedade escolar, 1910-

influência) por várias instituições educativas e científicas, que Salazar chama para ocupar a ideologicamente estratégica pasta da Instrução Pública (que manterá até Janeiro de 1936) - e estratégica designadamente pela sua importância na relação do Estado com a Igreja Católica. Quando Tamagnini e Mendes Corrêa se lançam, nesse mesmo ano de 1934, na criação da S.P.E.E., entre os seus fundadores e dirigentes está José Alberto dos Reis, que, no fim do ano, seria designado, por escolha de Salazar, nada menos que presidente do novo parlamento por ele imaginado, a Assembleia Nacional, permanecendo no cargo até 1945. Mendes Corrêa, pelo seu lado, além de influente dirigente local do regime, reunia às honras institucionais e académicas - membro fundador da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e também, em 1938, da Academia Portuguesa de História (por nomeação do ministro Cameiro Pacheco) -, as dos cargos típicos do *cursus honorum* do poder legislativo salazarista (deputado à Assembleia Nacional a partir de 1945, procurador à Câmara Corporativa).

Acrescentem-se alguns elementos mais a este quadro do racismo salazarista e das suas pontes com a Alemanha nazi. Por exemplo, perceber o que se lia e consultava nos institutos de investigação especializada. No Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, dirigido por Eusébio Tamagnini, «em correspondência com a orientação dada aos estudos, procurou-se levar a biblioteca, que em 1907 apenas recebia algumas revistas francesas da especialidade, a um estado que constituísse um instrumento efectivo de trabalho científico sério». Da listagem de 79 publicações periódicas que aquela biblioteca recebia ou recebera até 1940⁶⁶, das 19 cuja publicação ou recepção cessara antes de 1933 (ou seja, até à nazificação da universidade alemã), oito eram francesas e apenas duas eram alemãs; a proporção de revistas alemãs, porém, subira para 14 no total das 60 que haviam sido recebidas depois de 1933, em comparação com nove norteamericanas, sete britânicas, quatro italianas e apenas quatro francesas; somem-se-lhe mais 12 portuguesas, e conclua-se que a predominância relativa dos órgãos do pensamento eugénico alemão teriam contribuído substancialmente para um «trabalho científico», agora sim, «sério».

Nestes termos, não podia ser por acaso, portanto, que Jorge Dias (1907-1973), «a figura central da antropologia portuguesa de perfil académico nos anos 1930 [- de facto, desde 1945-50 -] a 1970» (LEAL, 2000: 37), começasse a preparar o seu Doutoramento em 1938, em Munique, junto do *Kaiser Wilhelm Instituts für Genealogie und Demographie der Deutschen Forschungsanstalt für Psychiatrie*, o qual concluirá em plena guerra mundial, em 1944, ou que, na Universidade de Berlim,

1974», in PIRES, Eurico Lemos (Org.) (1996). *Educação Básica. Reflexões e Propostas*, Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, pp. 11-82.

⁶⁶ Só as que cobriam, segundo a classificação de Tamagnini, temáticas como «morfologia, anatomia e antropologia», «etnologia e etnografia», «biologia, hereditariedade, eugénica», «métodos e estatística biológica», «bibliografia biológica» e «progressos da genética e hereditariedade» [cf. TAMAGNINI, Eusébio; SERRA, J. A. (1940). «Subsídios para a história da Antropologia portuguesa», in COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS. *Congresso do Mundo Português*, XII vol. («Discursos e comunicações apresentadas ao Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa», Tomo I, I e II Secção - I Parte). Lisboa: s.ed., p. 652-62].

contacte regularmente com o africanista Richard Thornwald⁶⁷.

Para terminar, 1940 é também, por exemplo, o ano da criação do Instituto Nacional de Educação Física, em «regime de efectiva cooperação com a Mocidade Portuguesa» como se prescrevia no decreto governamental⁶⁸ que o criava, nele se percebendo uma clara influência (e até presença docente) dos modelos alemão e italiano⁶⁹.

11.3 Antisemitismo em Espanha da laicização do Estado à Guerra Civil

O paralelismo entre os percursos históricos português e espanhol, apesar do desfasamento das respectivas cronologias, percebe-se também quanto ao estatuto das minorias. A uma República laica, francamente anticlerical, sucede um autoritarismo fascizado com uma fortíssima componente católica. Esta segunda fórmula abrirá o campo, como veremos, para formas de antisemitismo de formulação ideológica genérica, muito mais explícitas no caso espanhol (entre outros factores porque o regime se consolida em plena ascensão do fascismo internacional) que no português, e a políticas de discriminação administrativa e de prevenção política contra os judeus (em Espanha) e a recepção de refugiados judeus (em ambos os países).

Os dirigentes políticos das direitas espanholas devem ter sentido o ambiente antisemita suficientemente amadurecido para lançar o «problema judeu» como um dos temas da retórica eleitoral logo em 1933, meses depois da ascensão de Hitler à Chancelaria alemã. Além das tiradas especialmente virulentas dos arautos da ultradireita fascista (Onésimo Redondo, das J.O.N.S., Primo de Rivera, da Falange, e os diários carlistas *El Siglo Futuro* e *La Unión*), a mais importante frente eleitoral conservadora, de matriz essencialmente católica - a Confederación Española de Derechas Autónomas (C.E.D.A.) - associava, também ela, no seu manifesto «"las logias masónicas y el judaísmo internacional, con la cooperación del sectarismo marxista"» na reponsabilidade pelo «"dolor de la patria en las congojas de trágica agonía"» (cit. in LISBONA, 1993: 97). Nas eleições de Fevereiro de 1936, em que se assistiu à contraposição da *Frente Popular* a uma ampla *Frente de la Contrarrevolución* que reunia, ainda que não formalizadamente, as várias direitas e que incluía os falangistas, o tema foi ainda mais manipulado por esta última, apoiada pelo diário *Informaciones*, subvencionado pela Embaixada alemã e pelo dirigente

⁶⁷ Curiosamente, uma vez concluído o Doutoramento na Alemanha, Dias transitará para Espanha, onde reside até 1947. Cf. artigo biográfico de João de Pina CABRAL, in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.) (1999). *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII (Suplemento A/E). Porto: Figueirinhas, pp. 526-27; sobre a sua colaboração com o regime na questão colonial, cf. Ana BARRADAS. (1997). «O pensamento colonial de Jorge Dias», in *História*, nº 30 (Nova Série), Abril, pp. 36-47, e a minha comunicação (inédita) antes citada.

⁶⁸ Cf. Decreto-Lei nº 30279, de 23/1/1940, in *Diário do Governo*, I Série.

⁶⁹ Cf. GOMES, Rui (1991). «Poder e saber sobre o corpo: a Educação Física no Estado Novo (1936-1945)», in *Boletim da S.P.E.F.*, nºs 2-3. Cruz Quebrada: S.P.E.F., pp. 109-36.

monárquico José Félix de Lequerica (de que ouviremos falar muito frequentemente nesta parte da dissertação).

Uma vez desencadeado o *Alzamiento* franquista, em Julho, Haim Avni sintetiza assim os «two central motifs in the hostility emerged from the Nationalist camp: traditional fanatical Catholicism and racist anti-Semitism» (AVNI, 1982: 39). Por alguma razão, logo em Março de 1937 o próprio Franco declarava ao *Observer* britânico que o seu objectivo último era a construção de «una España sin cadenas ni tiranías judaicas, una Nación sin marxismo ni comunismo destructores» (cit. in PALACIOS, 1999: 102). Um «viejo escritor asimilado por el fascismo español durante la guerra civil», Julio Camba, garantia em 1938 que «de los prohombres de nuestra República se podrá afirmar que todos eran judíos, mientras no desmostrasen lo contrario y muchos, aunque lo demostrasen. Judíos o judaizantes. Hijos ilegítimos de Israel o israelitas de mentalidad y temperamento, que es lo que realmente importa» (cit. in RODRÍGUEZ-PUÉRTOLAS, 1986: 148-49).

Não faltaram, ainda durante o conflito espanhol, casos de aberta perseguição antisemita nas zonas sob controlo franquista que chagaram a embaraçar o Governo de Burgos, obrigado a publicar desmentidos na imprensa internacional. Os mais afectados terão sido as comunidades da Zona Espanhola do Protectorado de Marrocos, cujos membros foram obrigados, quer individual, quer colectivamente, a fazer contribuições que em alguns casos eram descritas como *voluntárias* para o esforço de guerra franquista ou simplesmente para actividades dos seus dirigentes e apoiantes. As formas de que se revestiu esta chantagem foram várias: «multas a determinados almacenistas judíos bajo la acusación de elevación indebida de precios», «suscripciones populares vigentes durante toda la guerra»⁷⁰ cujas listas de donativos «se publicaban en los periódicos del territorio», advertindo ameaçadoramente as novas autoridades franquistas «que se procedería a una minuciosa revisión de donativos en relación con la fortuna de los donantes»; «falangistas y requetés»⁷¹ iban por su cuenta «pidiendo» dinheiro, casa por casa», nos bairros habitados pelas comunidades judaicas, «para comprar cualquier cosa que necesitaran»; às comunidades israelitas de Ceuta e de Tetuán são exigidas, colectivamente, grandes somas de dinheiro - situação que se repete em Janeiro de 1938 fora de Marrocos, em Sevilha, concretamente, onde governa o verbalmente desbragado Queipo de Llano, praticamente *virrey* da maioria da Andaluzia que caíra sob domínio franquista.

⁷⁰ José Antonio Lisbona elenca oito logo em Agosto de 1936, ao fim de duas-quatro semanas de combates, que, aliás se desenrolavam exclusivamente fora de Marrocos: «"Recaudación para remediar el paro (...)», "(...) para suministro de vestuario y equipaje de las fuerzas de choque (...)», "(...) para los damnificados del bombardeo de Tetuán", "(...) Pro Falange", "(...) para sufragar los gastos que ocasiona el Alzamiento Nacional", "(...) para agasajar a los soldados y voluntarios"». Mais tarde, abrir-se-á ainda uma «"Suscripción especial para reponer el oro del Banco de España, robado miserablemente por las hordas comunistas, y restaurar la economía nacional", fórmula que consigue buenos resultados entre los hebreos de Ceuta, Melilla y Marruecos». Em geral, sustenta o mesmo autor, «los hebreos son contribuyentes destacados» (1993: 65-66).

⁷¹ Membros das milícias carlistas, recrutados originalmente em Navarra.

Esta situação não impede, evidentemente, que destacados empresários, e especialmente banqueiros, judeus do Protectorado Espanhol de Marrocos tenham financiado a rebelião militar de Franco, muitos dos quais o conheciam pessoalmente do tempo das suas missões militares na guerra do Rif contra as guerrilhas marroquinas, num gesto que o próprio *Caudillo* gostará de recordar frequentemente *a posteriori*. José Antonio Lisbona é de opinião que «los judíos que apoyan y financian el Alzamiento no lo hacen por la llamada "Cruzada" o por la Falange, sino por el prestigio y la relación personal que les une a destacados mandos del Ejército de África», recordando que «los hebreos de Marruecos, Ceuta y Melilla siempre vieron en el ejército a un protector». Evidentemente, contudo, «algunos de estos pudientes israelitas serán recompensados durante la guerra - pero sobre todo, después de ella» (LISBONA, 1993: 65-68) com contratos do Estado.

Tudo isto ocorre, sublinhem-lo, num ambiente de generalizada hostilização do «judaísmo», corolário da retórica agressiva contra a tríade *comunistas, judíos y masones* de que falam todos os propagandistas na *Zona Nacional*, sistematicamente acusados de apoiar e lutar ao lado dos republicanos. Esta ambiência era, por sua vez, enquadrada por um sentimento de aberta, explícita, propagandeada aliança políticomilitar com a Alemanha nazi completavam o quadro do antisemitismo genérico que se vivia na *Nueva España* que surgia pelas armas de Franco. Muitos judeus de Marrocos sofreram na carne esta hostilização, que, mais do que simples retórica discursiva, alcançou consequências violentas. Apesar das «exageraciones» que Lisbona detecta hoje publicadas na «prensa judía mundial» daquela época, alguns casos são reveladores. Em Melilla, em primeiro lugar, justamente onde se desencadeou o levantamento franquista a 17 de Julho, noite em que na cidade «son detenidos los miembros destacados de partidos de izquierda y sindicalistas, luego los francmasones y, por último, los judíos». Pelo menos seis de entre estes últimos são fuzilados entre Julho e Agosto de 1936 em Melilla, três outros mortos no tiroteio de 19 de Julho, outros cinco fuzilados em Ceuta, onde o chefe local da Falange «fue casa por casa en busca de hebreos no afectos al Alzamiento»; este, utilizando um procedimento tipicamente fascista, «a muchos les obligó a beber aceite de ricino y a otros les incautó todos sus bienes».

Franco dirá à imprensa internacional, em Março de 1937, que pretende «mantener la libertad de culto (...) "en la Iglesia, en la Mezquita y en la Sinagoga"», mas várias sinagogas de Melilla são encerradas pelas autoridades e um instituto de ensino religioso hebraico «fue requisado para cuartel de las milicias falangistas y, después, por el ejército, instalándose en él el gobierno militar» (LISBONA, 1993: 63-64 e 67).

O triunfo franquista, em Abril de 1939, abate-se sobre uma Espanha que desde 1933, graças àquela que, na interpretação de Haim Avni, terá sido uma «positive approach toward the Jews on the part of the Republican administrations», se havia tomado num dos potenciais portos seguros para comunidades judaicas perseguidas da Europa central, como a alemã ou a polaca. Entre 1933 e 1935 não menos de três mil judeus alemães e polacos imigraram para Espanha, que representariam só por si metade da comunidade judaica residente no país em 1936, enquanto «the avowed willingness of the

Republican government to attract the Sephardic diaspora to Spain did indeed strike a chord among some Greek Jews» (AVNI, 1982: 37, 44). José Antonio Lisbona, que (re)analisou a documentação duas décadas depois, não questiona a primeira das asserções, mas redesenha noutros termos a abertura do regime republicano espanhol ao acolhimento de refugiados. Efectivamente, a vaga de emigrantes judeus (cerca de 60 mil) que abandonam a Alemanha logo no ano da ascensão de Hitler ao Poder, em 1933, coloca em embaraço vários Estados europeus dos quais se esperaria uma atitude mais acolhedora e solidária. Se, por um lado, dirigentes políticos e intelectuais republicanos de renome criam o *Comité español de ayuda a las víctimas del fascismo hitleriano*⁷², por outro o Governo decidiu restabelecer o regime de vistos com a Alemanha e, invocando a sua tradição de país *emigrante* e não *imigrante*, resiste a incluir «Espania en la lista de países apropiados para recibir refugiados israelitas»⁷³. A situação não melhoraria com a chegada de coligações do centro republicano e da direita católica ao Governo entre Novembro de 1933 e Fevereiro de 1936, cuja orientação evoluiria para uma política de expulsão de indocumentados «o [de los que] se sospechara que hubiesen participado en movimientos revolucionarios». Contudo, «debido a los ruegos del Alto Comisariado de la S.D.N. para que no fueran devueltos a Alemania», o Governo espanhol acabou por não proceder a expulsões e admitir a entrada e a permanência de alguns milhares de refugiados, bem como a passagem de muitos mais (cf. LISBONA, 1993: 57-59).

O estado de guerra que devastou a Espanha nos três anos seguintes fez com que se accionasse, para a grande maioria, o mecanismo da procura de novo refúgio. Antes de mais, para aqueles refugiados da Europa Central (alemães e polacos, sobretudo) que são apanhados dentro do território controlado pelos franquistas, designadamente o Protectorado de Marrocos. Lisbona recolhe fontes que recuperam os casos de judeus alemães que, perante a presença de colaboradores nazis das forças franquistas, fogem para a Polónia, ou daqueles outros que, em Agosto de 1937, procuram fugir, em vão, para Tânger, sujeita a uma administração internacional que as tropas espanholas interromperão com a ocupação que realizam entre 1940 e 1945; ou ainda de um barco dinamarquês que, tendo recolhido judeus alemães e polacos que procuram abandonar o Marrocos espanhol, não obtém autorização para aportar a Tenerife, nas Canárias dominadas pelos franquistas. Da zona republicana, onde se encontravam as maiores comunidades judaicas em território peninsular, a maioria dos refugiados entrados em Espanha desde 1933 abandona território espanhol, por muito que o Governo republicano assumia uma política de protecção das comunidades e de acolhimento a novos refugiados, sobretudo àqueles que pudessem vir ajudar o esforço de guerra da República (cf. LISBONA, 1993: 65).

Justamente, muitos destes, e de muitas nacionalidades, sentiram-se evidentemente interpelados pela Guerra de Espanha, como um combate pela liberdade que prosseguia um esforço

⁷² Entre eles Martínez Barrio, Ossorio y Gallardo, os historiadores Américo Castro e Sánchez Albornoz (futuro embaixador em Lisboa), e Jiménez de Asúa, que presidia.

⁷³ Resposta à Sociedade das Nações, do Outono de 1933, recusando-se o Governo espanhol a fazer parte do Conselho de Administração que se constituíra no seu seio para tratar deste problema (cf. LISBONA, 1993: 58).

secular de emancipação do povo judaico que se vinha processando ao longo de toda a época contemporânea, e que o avanço internacional do fascismo racista vinha procurar barrar. Segundo várias estimativas, entre três e nove mil⁷⁴ participaram nas milícias e nas Brigadas Internacionais que lutavam pela República, numa proporção bem acima daquela que era a presença demográfica hebraica nas distintas nacionalidades de origem; muitos deles, seguramente a maioria, arriscando-se a não poder mais regressar, pelo menos em liberdade, aos seus Estados de proveniência, de resto como os seus demais companheiros de armas. Perante uma rebelião militar ultramontana que «blamed "international Jewry" for the Civil War and whose Nazi allies had declared open warfare on the Jewish people», não nos poderá surpreender que «very few Jews anywhere felt open sympathy for the Nationalists» (AVNI, 1982: 49-50). Ajudavam a esta atitude actos como a solidariedade publicamente demonstrada pelo Governo e pelo presidente da República, Manuel Azaña, às vítimas do *pogrom* nazi de Novembro de 1938, a *Kristallnacht*, denunciando a «"campaña oficial (...) [y la] acción de gobierno [que] tiende al exterminio de la raza judía"» e oferecendo, «"al terminar la guerra [en España], dentro de los límites de sus posibilidades, cobijo a cuantos perseguidos por su origen, ideas políticas o religiosas, sean católicos, protestantes o israelitas, deseen dedicarse a un trabajo pacífico"» (cit. in LISBONA, 1993: 89).

Essa convergência entre judeus e República era pelo menos a convicção do próprio regime franquista, demonstrada durante e depois do conflito. No início da guerra mundial, o Director General de Política Exterior «afirmó ante el nuncio Cicognani que los judíos españoles entrados en España durante la República, "todos sin excepción" estuvieron en contra del general Franco y con la victoria de Franco hubieron de marcharse para evitar las sanciones del caso» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 140).

Se tomarmos em conta, por outro lado, muito do que se publicou nos anos da vigência da II República, da Guerra Civil e do pós-guerra espanhol, é lícito supor que a elite conservadora e católica deste país acreditava, exactamente como na Alemanha e na vasta galáxia antisemita, que «la raza judía tiene, desde hace siglos, el deseo de imponerse al mundo», que tendo «una gran idea de su superioridad, un profundo desprecio por los demás, y es hombre de pocos escrúpulos (...) cree que la dirección del mundo es algo que está asignado a su raza, desde el comienzo de la historia» (BAROJA, 1938: 66-67). Estas afirmações de um homem com a projecção intelectual na Espanha da primeira metade do século como era Pío Baroja ilustram bem a ambiência carregada de antisemitismo que se vivia nas direitas espanholas do período, incluídas, evidentemente, as que se identificavam a si mesmas como essencialmente católicas, historicamente preconceituosas face ao povo judeu.

Baroja reuniu num volume que se publicou, em 1938, na zona franquista da Espanha em guerra civil uma série de artigos e de ensaios com o revelador título de *Comunistas, Judíos y demás ralea*, a maioria deles produzidos desde a vitória da Frente Popular nas eleições de 1936. O volume aparecia prologado por um artigo de Ernesto Giménez Caballero, justamente intitulado «Pío Baroja: un precursor

⁷⁴ LISBONA, 1993: 80, recupera os cálculos de Hugh Thomas, Josef Toch e Alberto Fernández.

del fascismo», e nele se descrevia o intelectual basco como um «**hombre-índice**» da sua época, que teria protagonizado, antes de qualquer outro, a procura de «sus antecedentes **rubios, sentimentales, arios, antiafricanos y antirrománicos**», um verdadeiro «archieuropeo» que reclamara a cruz suástica «mucho antes de que Hitler la hiciese emblema del racismo alemán», para assim concluir que Baroja teria sido o «entronizador del sagrado racismo en España, del fascismo alemán!», o «profeta de toda una política futura del mundo europeo: **el fascismo**» (Giménez Caballero, prólogo a BAROJA, 1938: 6-7 e 9⁷⁵). Baroja, em artigo incluído na compilação, não rejeitava o apodo, achando ser «posible que haya sentido o presentido el fascismo como motivo literario» (BAROJA, 1938: 93).

A análise de Baroja não passava de uma colagem dos mais tradicionais dos argumentos antisemitas. Primeiro o do internacionalismo congénito do judaísmo: «Al judío, para mandar, le estorban las diferenciaciones nacionales de Europa, que fueron humillantes para ellos. De aquí nace ese fondo de odio semítico contra las naciones europeas, el deseo de que se hundan». A pirueta lógica estava em ver o judeu interessado em «que no haya más valor que el dinero» e entender ser «la mayoría de los judíos de categoría, expresa o tácitamente, partidarios del comunismo», deduzindo assim «en el fondo inconsciente del marxismo [haber] un elemento étnico, y este elemento [ser] el judío». Finalmente, «el sentimiento de la raza hace que los judíos vean en el comunismo su venganza y la posibilidad de su triunfo».

Especial relevância no estudo da concepção de uma *Nova Ordem* europeia adquirem as afirmações de Baroja sobre o «odio semítico contra Europa» dos judeus e dos marxistas, e «el deseo de que se hunda», que o coloca, essencialmente, no mesmo campo ideológico do fascismo europeísta que a propaganda alemã e italiana propõem a partir de 1940. «El judío tiene un fondo de rencor contra Europa (...), entra con placer en todo lo que pueda desacreditar nuestro continente» e assim «se le ve figurar en el teatro, en la novela y en el cine eróticos, en el cubismo, en las falsificaciones y en la legitimación del homosexualismo con Freud y sus discípulos». Qualquer dirigente nazi subscreveria, por fim, a tese de que «el comunismo es hoy la gran cruzada que la raza judía hace contra el mundo europeo y su cultura con un fin catequista» (BAROJA, 1938: 66-70).

Outro dos grandes nomes da retórica reaccionária espanhola do período, Ramiro de Maeztu, fuzilado pelos republicanos em Outubro de 1936, a quem o académico e seu congénere José María Pemán, *poeta alférez* por proclamação oficial franquista, cantou como «"señor y capitán de la Cruzada"» (cit. in RODRÍGUEZ-PUÉRTOLAS, 1986: 208⁷⁶), havia sustentado na sua *Defensa de la Hispanidad*, livro de 1934 e que seria verdadeiramente oficializado pelo Franquismo desde a sua republicação em 1938, que «nuestro sentimiento de catolicidad, de universalidad, se forjó frente a los judíos, que son el pueblo más exclusivista de la tierra». Maeztu, imiscuindo-se na discussão que ocupava os antropólogos que trabalhavam no seio de culturas maioritariamente católicas, era um aberto partidário da tese de que «los judíos son una raza. No es verdad que constituyan, en primer término, una comunidad

⁷⁵ Sublinhado no original.

⁷⁶ Extraído do (1938). *Poema de la Bestia y el Ángel*. Zaragoza: ediciones Jerarquía.

religiosa».

A primeira das provas de que assim era advinha do facto de «que no quieren prosélitos». Maeztu recordava até que «por esta causa fueron rechazados los samaritanos, que profesaban su religión, pero que no procedían de su sangre». Outra das teses deste católico ultratradicionalista, mas que contrariava o discurso oficial do Vaticano sobre o tema, ainda que seguramente encontrasse ampla aceitação nos meios católicos, era a de que «un judío sigue siendo un judío cuando abjura de fe» (MAEZTU, 1938: 211-12) - precisamente o que pensavam os ideólogos e, por então, já legisladores nazis, e o que se fixará nas várias legislações antisemitas adoptadas pelos Estados que colaborarão no Holocausto.

11.4 O judeu conceptual

Baroja e Maeztu, apesar de serem duas das vozes mais respeitadas e elaboradas das direitas espanholas, com lugar automaticamente reservado no Olimpo da história intelectual do seu país, não reproduziam aqui mais do que aquela que era uma espécie de *vox populi* do preconceito, em que se acumulavam camadas históricas da experiência da Espanha das três religiões/culturas - cristã, muçulmana, judaica⁷⁷ -, entre o conflito e a coexistência, e o impulso do antisemitismo desenvolvido pelos ultrarreaccionários modernos. Recordam-nos os especialistas que, justamente, «*la edad de la modernidad ha heredado "el judío" claramente diferenciado de los hombres y mujeres judíos que vivían en las ciudades y en los pueblos*», ou seja, um «concepto de "el judío" tal y como lo han construido los usos de la Iglesia cristiana», como explica Zygmunt Bauman. Em suma, um «judio conceptual», que hoje podemos perceber como sendo veiculado como «el prototipo y el arquetipo del inconformismo, la heterodoxia, la anomalía y la aberración» (BAUMAN, 1997: 52-53⁷⁸).

Nos autoritarismos ibéricos, tão obsecados com adversários deliberadamente demonizados, tão evidentemente apostados em agudizar o conflito político e social recorrendo às representações morais e até físicas o mais maniqueístas possível, os judeus não serão, evidentemente, os únicos arquétipos do *mal*. Pelo contrário, entre os salazaristas será o *comunista*, o *vermelho*, a ocupar esse lugar, como já pude exemplificar em capítulo anterior. E se entre os franquistas coexistirão os dois (e mais) espectros, o *mal* judaico será incomparavelmente menos recorrente, e seguramente menos necessário, menos útil, na propaganda salazarista. Passemos em revista algumas explicações básicas.

O plano do conflito político e ideológico em Portugal não é, nem de longe, nem de perto, o mesmo que na Espanha posterior a 1936, mesmo se os anos da guerra espanhola são, até à Guerra

⁷⁷ Curiosamente, recuperadas a partir do exílio pelo historiador republicano Américo Castro (1885-1972) para, em *España en su Historia. Cristianos, moros y judíos* (1948), entender a *españolidad* como resultado do «entrecruce de tres castas de creyentes» (cf. FUSI, 1999: 96).

⁷⁸ Itálico no original.

Colonial de 1961-74, os de maior repressão. Pelo contrário, a brutalidade do conflito espanhol radicaliza todos os processos e propicia que se mobilize todos os preconceitos, todos os ressentimentos, todas as teorias conspirativas; envolver os judeus, o *judeu conceptual*, na coligação de inimigos da Espanha nacional e da civilização era, no quadro da cultura tradicional das direitas, quase uma inevitabilidade. A economia da propaganda salazarista procede pelo trajecto inverso: da pluralidade de inimigos caminha para a simplificação, a uniformização. Nos primeiros anos - os das revoltas republicanas de 1927 e 1931, o da mobilização operária de 1934 -, batalhava-se contra o republicano maçom, o anarquista, o comunista; a partir de 1936 já só restaria o *vermelho*, o comunista apostado na *sovietização* da Península Ibérica...

A Guerra Civil pode ser também a explicação para essa Igreja muito mais violenta, feroz e ressentida em Espanha que em Portugal, e portanto mais descomplexadamente antisemita num país que no outro. «La persecución anticlerical» dos primeiros meses da guerra «convirtió a la Iglesia en víctima, la contagió de ese desprecio de los derechos humanos y del culto a la violencia que desencadenó el golpe de Estado», recapitula Julián Casanova sobre o posicionamento da hierarquia católica ao longo do conflito e depois dele. «Entró en juego la intransigencia más feroz. Y aunque la violencia anticlerical cesó muchísimo antes que la que el clero apadrinaba, la Iglesia, por arriba y por abajo, desde el cardenal Isidro Gomá al último católico, rechazó la mediación o cualquier salida a la guerra que no fuera la rendición incondicional de los "rojos"» (CASANOVA, 2001: 15). A guerra produzia, e acabou por legar à Espanha do pós-guerra, uma Igreja e uma elite católicas tão intransigentes que, como veremos, chegaram a marcar alguma distância face a políticas vaticanas como a da condenação do racismo nazi, e a ignorar qualquer recomendação de discrição no uso público de linguagem antisemita. Acrescente-se-lhe a aliança politicoideológica que o Franquismo assume, quer ao longo da Guerra Civil, quer depois dela, com a Alemanha antisemita, a que se juntará a Itália um ano antes de se concluírem os combates em Espanha, e reunimos suficientes razões para perceber, por exemplo, porque é que Estado e hierarquia estão de acordo, em 1937, em silenciar uma encíclica papal que criticava o Nacional-socialismo.

Pelo contrário, a Igreja portuguesa, quando começa a guerra em Espanha, no terreno da sua relação com o Estado já reconquistou muito do terreno perdido ao longo do *século liberal* (1820-1926), pelo menos uma grande parte daquilo que ela própria define como sendo os seus objectivos. Toda a sua solidariedade com a *Cruzada* espanhola não lhe motiva especiais reservas quanto à política do Vaticano, como ocorrerá com o Estado salazarista; a sua imprensa espelha as reservas que Pio XI levanta ao racismo germânico, de forma evidentemente mais moderada que o mundo católico francês, por exemplo, mas, em qualquer caso, de forma muito mais clara do que a nitidamente fascizada imprensa católica espanhola. Acrescentem-se-lhe as cautelas que, no plano internacional, tem que ter o regime salazarista, por forma a não esticar demasiadamente a corda que une interesses económicos e coloniais portugueses e britânicos, e numa fase em que os salazaristas se incomodam com todas as referências negativas que os meios anglofranceses deles façam, e o quadro que sobrevém ajuda a explicar a maior vontade do regime de Salazar em manter o *problema judeu* dentro de uma considerável discrição pública.

Estes factores não podem deixar de ser tomados em conta quando nos apercebemos da

diferença quantitativa, e só secundariamente qualitativa, na emergência pública de manifestações antisemitas entre um regime e o outro - o português menos pródigo, o espanhol muito mais. Pela minha parte, não subscrevendo qualquer avaliação que encontre diferenças significativas na natureza dos dois regimes e na sua substância ideológica; não admitindo ser francamente razoável qualquer explicação culturalista, que encontre numa pretensa *tradição* cultural português um carácter mais *tolerante* do que na espanhola; só no plano das gradações do político e do social parecem poder entender-se as diferentes manifestações de um antisemitismo presente em ambos os lados da fronteira.

Vejamos então o que era o judeu *conceptual* para franquistas, e residualmente para os salazaristas.

11.4.1 «Erros» do mundo moderno e contemporâneo

Globalmente, ao «Judaísmo» (que se grafava habitualmente assim, com maiúscula que parecia solenizar o conceito) eram atribuídas, pela generalidade dos autores franquistas, as culpas pelos «erros» modernos e contemporâneos da Humanidade em que tanto insistiam. Em 1941, Carrero Blanco atribuía aos judeus a origem, a responsabilidade, pela «Reforma, primero; después, las ideas de la Enciclopedia, el liberalismo, el izquierdismo ateo, la masonería, el marxismo, el comunismo», e descrevia «todo ello [como] minas puestas al reducto inexpugnable del Cristianismo Católico», a que haveria que somar ainda «los separatismos y los internacionalismos», os «imperialismos capitalistas», «las creencias heterodoxas». Por isso, «España, paladín de la Fe de Cristo, está otra vez en pie contra [este] verdadero enemigo», numa «guerra a muerte, como tiene que ser la lucha del Bien contra el Mal, de la verdad contra la mentira, de la luz contra la oscuridad» (CARRERO, 1941: 9-10)⁷⁹. Em Agosto desse ano, recémnomeado Subsecretário da Presidência do Governo, Carrero propõe a Franco um revelador «Plan general de la gobernación de España» que parte do pressuposto que «la grandeza de España ha tenido por base su papel de paladín del cristianismo católico». A explicação para a «progresiva pérdida de nuestro norte» dever-se-ia, como seria de imaginar, à «infiltración del virus del liberalismo, masonería, izquierdismo ateo, marxismo, comunismo, etc.», apresentados como sendo «todos los recursos y tretas del Judaísmo, por naturaleza anticatólico y por ende antiespañol» (F.N.F.F., 1992: 317⁸⁰).

Das obsessões mais comuns entre franquistas e salazaristas era a da «decadência» e «degeneração» francesas, habitualmente invocadas para justificar a derrota de 1940, mas presente desde anos antes. Todos estes *virus*, garantia-se, haviam-se já instalado nessa «França judaica e maçónica», expressão utilizada de forma banalíssima nos meios reaccionários europeus desde, pelo menos, a vitória do *Front Populaire* em 1936. Encontramos esta tese, por exemplo, em documentos do ministro de

⁷⁹ José Antonio Lisboa confirmou que da 3ª edição (revista) desta obra, publicada em 1962, «los párrafos antijudíos han sido eliminados». Carrero saberia bem porquê...

⁸⁰ «Primer informe de Carrero Blanco sobre la situación interior en España», 25/8/1941.

Portugal em Berlim meses depois da imposição da legislação antisemita nazi e pétainista⁸¹.

Por outro lado, a associação entre judaísmo e comunismo/marxismo é feita com carácter sistemático pela propaganda antisemita de carácter reaccionário. O conflito ideológico do período de ascensão internacional do fascismo, a partir do final da I Guerra Mundial, abriu-lhe todo um mundo de possibilidades de generalização. O Franquismo, e o seu dirigente máximo em particular, foi prolífico na referência à «conspiración judeomasónica» perenemente descoberta ou intuída por todos os lados. A diferença é que, curiosamente, neste caso insistia menos num dos três elementos do «conglomerado judeo-masónico-marxista» de que falava «la propaganda del Eje», a qual, como «es patente, no ha mentido al denunciarlo», e contra ele «no cabe otra solución que un orden nuevo más justo y más puro, de alcance universal»⁸². No fim de Janeiro de 1943, era um diplomata de carreira habitualmente descrito como um *moderado* no seio do regime franquista que, de Berlim, e no décimo aniversário da nomeação de Hitler como Chanceler, reconhecia que «al Führer cabe el honor de haber levantado la barrera de los ideales Nacional-Socialistas para cortar el paso a las fuerzas disolventes y mortíferas del bolchevismo y del judaísmo internacional que hoy militan, como es natural, en el campo enemigo»⁸³. E a tese de que a direcção soviética estava nas mãos, desde a Revolução de 1917, de judeus, essa, era partilhada por sectores incomparavelmente mais amplos do que os da irradiação ideológica das teses nazifascistas. No órgão máximo da opinião jesuítica, *La Civiltà Cattolica*, assegurava-se em 1935 que «"tutto il 'controllo' sia del partito comunista e sia del governo del paese [- l'U.R.S.S. -] si trova nelle mani di giudei"». E numa surpreendente pergunta, questionava-se se «"potrà Stalin circondato da Molotov, Vorosilov, Ordzhonikidze, difendersi a lungo contro la marea che monta?"», porque os jesuítas achavam que «"sembra che egli si renda conto del pericolo che lo minaccia"» (cit. in MICCOLI, 2000: 487).

Uma mescla de antisemitismo eivado de antiamericanismo e de discurso antiplutocrático permitia que, pela mesma altura, se pudesse ver desde Madrid «el comunismo, con reiteradas huelgas, [preparando] el terreno en los EE.UU. para la revolución», comparando-os delirantemente com a Espanha de «antes del año 1936», porque «muchos intelectuales y hombres de negocios ven con simpatía y aún entusiasmo esa agitación hábilmente fomentada». Nela, especificava-se, «los judíos prestan el concurso de mayor eficacia a la obra revolucionaria, si no es que ellos mismos la representan»⁸⁴.

Da documentação oficial dos dois regimes ibéricos, designadamente quando confrontados com o fluxo de refugiados judeus que fogem da Alemanha nazi e, a partir de 1938, dos territórios que esta vai ocupando, emergem ideias semelhantes. Em algum caso mais moderado e

⁸¹ Cf. carta de Nobre Guedes (ministro de Portugal em Berlim) a Salazar, 4/1/1941, in A.N.T.T., AOS/CD-2, pasta 6.

⁸² «Después de la Conferencia del Atlántico», editorial de *Mundo*, nº 68 (24/8/1941), Madrid.

⁸³ Ofício de Vidal a Jordana, 28/1/1943, in A.M.A.E., R. 1177/1.

⁸⁴ Artigo titulado com a primeira frase citada, in *Mundo*, nº 64 (27/7/1941), Madrid, pp. 503-06.

cronologicamente mais distante do início da guerra mundial, dir-se-á até que terá sido a própria perseguição a «"dar aos judeus expulsos ou fugidos da Alemanha certo carácter comunista"» (informação do M.N.E. português, Fevereiro de 1936, transcrita in MELO, 1998a). Na generalidade das situações, no entanto, os judeus, sobretudo quando oriundos da Europa Central e Oriental, são tomados globalmente como portadores do «vírus comunista», por convicção ideológica ou por tática demolidora da *Europa*, assumida aqui como entidade civilizacional a que o povo judeu seria alheio.

11.4.2 Materialismo

Outro dignitário do regime franquista, então ocupando um lugar ainda mais elevado na sua hierarquia do que o de Carrero, especificava que tanto o «capitalismo moderno, con insondable ambición de lucro», como o «marxismo, con insondable ambición de odio», eram «soluciones judías» responsáveis pelo desencadeamento da luta de classes (ARRESE, 1941a: 13), assegurando, até, que «si el judaísmo materialista no hubiera hecho de la vida un culto al dinero, no hubiera habido paro» (ARRESE, 1940: 9). No quarto aniversário do levantamento militar contra a República, Franco, ao explicar a política antisemita dos Reis Católicos, descrevia os judeus como «"la raza extraña"» que então se «"[adueñara] de un pueblo"» e que era «"esclava de los bienes materiales"» (cit. in LISBONA, 1993: 109).

A este mesmo propósito, a revista *Mundo*, que dedicará repetidamente a sua atenção ao «problema judío», fala pela mesma altura nas suas «innegables aptitudes comerciales y usurarias para explotar la necesidad o credulidad ajenas» e vê na «libertad política alcanzada con la Revolución francesa la llave que abrió al mundo judío la puerta del ancho campo donde habían de desenvolverse en lo futuro para dominar, desde la sombra o abiertamente al resto de la cándida Humanidad», tudo «ideas que hoy consideramos caducas y desprestigiadas, pero que han aprovechado precisamente los judíos»⁸⁵. Desde 1937 que os cursos de «Educación moral y social» impostos aos prisioneiros republicanos durante a Guerra Civil incluíam entre os seus temas a análise dos «fines del judaísmo», a par, como seria de esperar, dos «errores del marxismo», «la subordinación y esclavitud de los políticos del Frente Popular [español] a las organizaciones internacionales» ou o «orgullo de saberse fuertes y potentes por el hecho de ser españoles y solamente españoles» (REIG, 1996: 251).

Chegava-se ao ponto de tomar como dado adquirido que «en algunos escándalos recientes de dinero y de soborno, precisamente en los de mayor magnitud y de mayores estragos materiales y espirituales, la figura central es un judío». A argumentos de aparente ética económica e política acrescentavam-se outros do terreno da estética e dos costumes. A mesma revista chamava a atenção para o «número de israelitas que intervienen, por ejemplo, en la confección de modas, y ya se sabe la influencia corruptora que ciertas modas han sembrado en los espíritus femeninos»⁸⁶. O

⁸⁵ «Pasan de veinte millones los judíos esparcidos por el mundo», in *Mundo*, nº 28 (17/11/1940), Madrid, pp. 33-35.

⁸⁶ «Los judíos de Francia deberán abandonar el día 15 las profesiones prohibidas en la Ley del pasado

«materialismo» que se lhes atribuía, «les permite disfrutar (...) de las riquezas acumuladas en un medio civilizado a cuyo desarrollo no ha contribuido, pero del que se ha aprovechado hasta la saciedad, pues no en balde es raza oriental que sabe hundirse en placeres y gustar de la vida con sibarítica voluptuosidad»⁸⁷.

Em Portugal, a imprensa católica descrevia o fenómeno do *resgate* da identidade judaica de algumas centenas de cripto judeus, a que se fez ampla referência, como uma «Viagem ao país das trevas»⁸⁸. Os «marranos que têm acudido à chamada do judaísmo» eram descritos como sendo elementos «um pouco mais cultos» do que a maioria das suas comunidades locais, o que lhes teria permitido «ver no judaísmo campo de acção para a defesa dos seus interesses particulares ou para a obra de ataque às instituições nacionalistas». Uma vez mais, a identidade judaica não passava aqui de um instrumento de satisfação de interesses presumidos como ilegítimos, e automaticamente contestatária do projecto político do regime.

11.4.3 Sefarditas «bons» contra Askenazim «maus»

Boa prova de como o desenho do *judeu conceptual* pouco ou nada tinha a ver com a experiência história era a sistemática contraposição que o antisemitismo espanhol fez entre os detestados askenazim e os sefarditas descritos carregados de ambiguidade. O esquema desta dicotomia que o antisemitismo espanhol - e aqui não era caso único - fazia na análise dos judeus e da cultura judia, diabolizando os askenazim e salvando da condenação universal os sefarditas, passava por descrever estes últimos como portadores de «raíces hispánicas», como se salientava, naturalmente, no acto solene de abertura da *Escuela de Estudios Hebraicos*, em 1941, integrada no Consejo Superior de Investigaciones Científicas, que, por sua vez, dependia directamente do Ministerio de Educación Nacional, e que publicava a revista *Sefarad*. Na síntese que Haim Avni faz da questão, para os cultores desta distinção, entre eles alguns destacados representantes da comunidade hebraica espanhola antes da II República, «materialism and rationalism, the sources of evil, depicted by anti-Semites as "Jewish" philosophies, were not characteristics of Sephardic culture or of Spanish Jews, but applied to Ashkenazic Jews and to them alone» (1982: 70-71).

Quando os publicistas antisemitas se referem à questão durante o regime franquista, o fulcro dos seus argumentos reproduz outro dos artigos que Pío Baroja publicara durante a Guerra Civil, intitulado precisamente «Diferencia entre los judíos». Por exemplo, em Setembro de 1943, a revista *Mundo*, em plena viragem política no sentido da preparação para a eventualidade da derrota nazifascista,

mes de Junio», in *Mundo*, nº 71 (14/9/1941), pp. 63-65.

⁸⁷ «Pasan de veinte millones...», artigo já citado.

⁸⁸ In *A Voz*, 25/3/1938, Lisboa.

decide pôr em prática as instruções oficiais, emanadas do próprio Governo, no sentido de «"acusar el sentido cristiano y humanitario de la nueva España"» relativamente ao tratamento dado aos judeus sefarditas perseguidos na Europa Oriental, pretendendo-se assim sublinhar «"su política de estricta neutralidad, su independencia de criterio ante las actuales corrientes racistas, convenientemente aireado por la prensa"» (Agustín de Foxá, cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 209⁸⁹), e entrava, assim, em directa, mas nunca assumida, contradição com quase tudo quanto tinha publicado até então. Num artigo intitulado «El judaísmo no es ni una religión ni una idea, sino una entidad nacional dispersa entre otras naciones», começava-se por considerar que «difícilmente puede encontrarse un tema del que la Prensa de todos los países se haya ocupado en estos últimos cinco años con más insistencia que el tema de los judíos», para sublinhar, curiosamente, que «más difícilmente aún puede encontrarse un tema sobre el que se hayan dicho más disparates»⁹⁰...

Esta conclusão, reveladora de tão extraordinária desfaçatez dos destacadíssimos responsáveis políticos do regime franquista que faziam o *Mundo*, copiava o essencial dos argumentos enunciados por Baroja anos antes, para quem havia «una serie de confusiones al referimos a los judíos», a começar porque «hablamos muchas veces indistintamente de semitas, de israelitas, de hebreos y judíos como si fueran palabras sinónimas y no hay tal». Para Baroja, o importante era «hacer la discriminación» entre «los judíos sefarditas o sefardeos (Sephardim), judíos españoles o ibéricos, y el askenazin [sic] o askenazita (Aschkenazim) [sic], habitante del centro y oriente de Europa». Baroja sistematizou o que entendia ser as diferenças entre ambos, recorrendo a um conjunto de adjectivos, de selecção perfeitamente arbitrária mas que viriam a revelar uma sobrevivência temporal notável. «Los sefarditas se distinguen de los otros judíos por su belleza y por su prestancia, por su espíritu abierto y por ser más dotados para las artes que los demás», começava. «Casi todos los judíos del mundo consideran como un timbre de aristocracia el descender de los sefarditas españoles o portugueses», aparentemente contaminando uma parte de um povo que desprezava com um pouco das qualidades que pressuporia para quem tivesse habitado a Península. E, no entanto, descrevia-os ainda como «un poco infantiles, contemplativos, ergotistas [sic], de una movilidad excesiva, llenos de distinción, amables, felinos, un poco ávidos y rapaces». Baroja desenha um quadro histórico de uma simplicidade arrepiante ao fazer descender os sefarditas dos «judíos más puros, más israelitas, más peligrosos por lo exaltado» que os romanos teriam empurrado para a Península Ibérica. «Siguiendo su táctica de doblez, favorecieron la entrada de los árabes afines de raza», que teriam retribuído concedendo-lhes «grandes prerrogativas»⁹¹.

⁸⁹ Citação extraída de relatório a Jordana, 13/9/1943.

⁹⁰ In *Mundo*, nº 176 (19/9/1943), Madrid, pp. 88-89.

⁹¹ Esta era a tese veiculada às crianças do ensino básico ainda no final da guerra mundial, em 1945. «"Había entonces en España"», aquando da entrada dos muçulmanos na Península Ibérica vindos do Norte de África, em 711, «"muchos judíos. Y los judíos, que tampoco querían a los españoles, dijeron a los moros por dónde tenían que entrar para apoderarse de España"» [Agustín Serrano de Haro (*Yo soy español. El libro del primer grado de Historia*), cit. in RODRÍGUEZ-PUÉRTOLAS, 1986: 340].

Pelo contrário, «el askenazita es un producto híbrido mezclado», e os polacos e alemães, em concreto, revelavam «una actitud oscura de servilismo, siempre humillados, dominados por supersticiones puramente mecánicas y verbales (...), rudos, groseros, de mal aspecto, muchas veces harapientos y repulsivos», sem «la menor pureza étnica», um verdadeiro «conjunto de razas parias». Socialmente, os sefarditas seriam «más elegantes, más elaborados, con una sociedad más jerárquica»; os askenazim, pelo contrário, «forman un conglomerado social mixto, confuso, sin ninguna homogeneidad, con pocos escrúpulos, sin ninguna elegancia, ni delicadeza». No que pretendia ser uma avaliação política de uns e outros, sublinhava-se a presença destacada de sefarditas no «Califato de Córdoba» e no período medieval castelhano, tendo «muchos ingresado e influido en el catolicismo», enquanto que se propunham, como representantes dos askenazim, nomes como os de Marx, Rathenau, Freud, Trotsky e, até, Sarah Bernhardt, para se concluir que eram «hoy la avanzada del comunismo».

Deste contraste, Baroja deduzia que «una reunión de sefarditas es decorativa, una reunión de askenazitas tiene un triste aspecto», o que, por si só, pasme-se!, «ha sido uno de los motivos del antisemitismo violento que se ha desarrollado en Alemania, Polonia y sobre todo en Rumanía» (1938: 71 e 74-77). No mesmo sentido, no jornal *Arriba España*, que se começou a publicar em Pamplona durante a Guerra Civil, escrevia-se, no início desta, que a «"Polonia tiene la peor desgracia que puede suceder a un país: viven en él tres millones de judíos, y si ya un judío es abominable, ese número debe producir miasmas fétidos en el aire militar y católico de Polonia"» (cit. in RODRÍGUEZ-PUÉRTOLAS, 1986: 43).

Pela mesma altura em que na Espanha nacionalista se reimprimiam estes ensaios de Baroja, no jornal católico português *A Voz* o seu director, o consagrado Fernando de Sousa, reproduzia uma tese já tradicional, distinguindo os «judeus portugueses» dos «estrangeiros», sobretudo alemães, askenazim portanto, «que vêm [para Portugal] **com o apoio de sociedades secretas e com dinheiro estrangeiro**», designadamente inglês, veiculado por associações internacionais judaicas catalogadas como «maçónicas»⁹².

Comparemos esta descrição de Baroja com a que a revista *Mundo* fazia da mesma questão em Setembro de 1943. Passado o equador bélico da guerra, entrara-se já na fase na qual a diplomacia franquista se apercebera do crédito que poderia conseguir, junto dos governos aliados, se praticasse uma política de máximo rendimento propagandístico com mínimo investimento prático na salvação de refugiados, judeus ou outros. Tudo quanto sublinhasse a boa vontade espanhola na direcção dos sefarditas, sublinhando inclusivamente muito do que os relacionava historicamente com Espanha, contribuiria, como veremos, para essa tarefa política.

Num discurso pleno de lugares comuns antisemitas, era fundamental sublinhar «la división de origen esencial [entre] sefardíes y askenazíes, (...) la más profunda e imborrable del judaísmo entero», já que «en todos los países donde hay judíos, viven ambas clases [sic] separadas y tienen aparte

⁹² In *A Voz*, 25/3/1938, Lisboa; sublinhado no original.

sinagogas, tribunales, sociedades benéficas, escuelas, etc., siendo incluso muy raro que contraigan matrimonios entre sí». Propunha-se, agora, uma descrição aparentemente neutra do sefardita, «por sus costumbres y mentalidad, un hombre superior al askenazim, pues no hace vida inquieta y, generalmente, vive en el mismo país, no [tomando] parte en los grandes movimientos políticos judíos y vive practicando su religión de una forma más tolerante». Significativa até era a negação, baseada em argumentos históricos, de toda a responsabilidade por parte dos sefarditas na «muerte de Cristo Nuestro Señor», ou o facto de que estes «[solieran] decir que los askenazies no eran hebreos puros, ni casi de raza semita».

Para o *Mundo*, no entanto, os askenazim eram «la mayor parte de los judíos inquietos y de mirada recelosa que constantemente van a vivir de un lado para otro y cambian fácilmente de idioma, aspecto y nacionalidad», incluindo «los grandes banqueros, los grandes revolucionarios, los jefes del sionismo y los grandes magnatas de la industria en algunas naciones del Norte europeo y americano»⁹³.

No ano anterior, a revista já tinha abordado o assunto, de forma seguramente, permita-se a ironia, abarcável pela definição de «disparates» que se faria no artigo de Setembro de 1943. Na comparação entre ambos, comece-se por notar a diferença entre os números de sefarditas e de askenazim que se referem. De um total de 16 milhões de judeus, que se mencionava no artigo de 1942, ou 17 no de 1943, ou ainda «más de veinte millones» num artigo, já citado, de 1940⁹⁴, o *Mundo* assegurava, em 1942, que 14,5 seriam askenazim e apenas 1,5 sefarditas; um ano mais tarde a desproporção diminuiria, vá-se lá saber porquê, para 13/2,5... Se em 1943 se admitia que «Sefar, en hebreo, designa a España», em 1942 dizia-se que «se ha creído», apenas, em tal tese. Pelo contrário, em 1943 propunha-se a explicação de que «askenazim es el nombre hebreo que designa el Norte de Europa», enquanto que em 1942 se escrevia que «la palabra Askenase» significaría directamente «Rusia».

Quanto aos «rasgos físicos», os sefarditas eram descritos em 1942 como «[confundiéndose] en buena parte con los naturales, su perfil es recto, como el de las demás razas europeas», razão pela qual «no existía apenas problema judío» em países como a Itália, pretexto para a publicação do artigo. Pelo contrário, os askenazim eram descritos como tendo «el perfil oblicuo, la nariz arqueada y las orejas de abanico».

Para modelar mais positivamente os sefarditas, porque portadores de menos características tidas como judaicas, citava-se «Laurant [sic] Carbona Benvenesti [sic]» para quem estes «han llegado a liberarse casi completamente de los prejuicios de la raza y de las condiciones psicológicas de sus hermanos», ou até Montaigne, que neles teria visto «un espíritu tan poco judío, en una palabra, en su esencia». Pelo contrário, os askenazim «están más modelados sobre el Talmud, tienden a aislarse, a no comunicar con no judíos, y prefieren las profesiones liberales, en especial la administración del dinero,

⁹³ «El judaísmo no es ni una religión...», artigo já citado.

⁹⁴ «Pasan de veinte millones...», artigo já citado.

a los trabajos rudos del campo y del taller»⁹⁵.

11.4.4 A «comprobada peligrosidad de la raza judía»

Tanto em Portugal como em Espanha - mas sobretudo nesta - sucedem-se as instruções administrativas, de natureza e intencionalidade obviamente políticas, dirigidas especificamente contra os judeus que, em países estrangeiros, reivindicam as nacionalidades espanhola e portuguesa, e contra judeus que, perseguidos nos seus Estados de origem ou em Estados nos quais se refugiaram, solicitam a entrada em território espanhol ou português, como forma de refúgio perante a perseguição ou simplesmente em trânsito na direcção de outro refúgio. Este conjunto de medidas, que definem a identidade judaica como uma categoria distintiva de um conjunto de pessoas que entram em relação com a Administração, foi em boa parte adoptado também pelo Governo português, e configura claramente formas legais de discriminação antisemita.

Um órgão espanhol de formação de opinião política tão representativo do regime, pensado como veículo perfeitamente competente das teses oficiais da política externa franquista, a revista *Mundo* dedicou muitas das suas páginas a esta questão. Os artigos que faziam referência às «severas medidas legislativas» antisemitas insistiam em alguns lugares-comuns conhecidos. Num artigo de Novembro de 1940 insistia-se no carácter «prolífico» da «raza judía», mais de «veinte millones esparcidos por todo el orbe», uma perigosa «diáspora» de «un pueblo que pacientemente sabe aguardar la hora de su triunfo en el mundo y al que no le importan incomodidades ni humillaciones». A sua presença em determinados países era descrita como resultado de uma «invasión»: a Polónia, que «era, en Europa, el paraíso judío» - o tempo verbal já sintomaticamente conjugado no pretérito imperfeito... -, «llegando a considerarla (...) una segunda Palestina»; «España conoció también la invasión judía»; «hacia América afluyó una gran corriente judía, que se aposentó en las tierras vírgenes, no para trabajarlas y darles vida, sino para explotar a los colonos»⁹⁶; «la emigración judía a Palestina ha llegado a convertirse en una verdadera invasión», titulava, três anos mais tarde, o *Mundo*⁹⁷.

Em Fevereiro de 1942 propunha-se até, em título, «la suerte de los Rothschild en estos últimos años», como «símbolo de las vicisitudes del pueblo israelita». E explicava-se que, «como hace siglo y medio, la familia se ha diseminado», especificando-se que, «entonces, para conquistar el mundo»,

⁹⁵ «Frente a los oscuros manejos de los judíos, las naciones europeas oponen severas medidas legislativas», in *Mundo*, nº 107 (24/5/1942), pp. 137-39. Neste, publica-se um quadro estatístico, cuja fonte nem sequer é explicitada, com uma pretensa distribuição, percentual e em valores absolutos arredondados, dos 16 milhões de judeus que se dizia existirem, por sectores profissionais. Destacam-se o «comercio» (38,6%), a «industria (comprendido artesanía)» (36,4%) e os «rentistas» (12,7%), em oposição aos poucos que trabalhariam na «agricultura» (4%).

⁹⁶ «Pasan de veinte millones...», artigo já citado.

⁹⁷ In nº 189 (19/12/1943), pp. 610-12.

mas «ahora, huyendo de la fortuna adversa, que les ha perseguido a través de Europa». «En su encumbramiento, desde la humildad del "ghetto" de Francfort, se encuentra todo lo bueno y todo lo malo» dos judeus: «inteligencia, audacia, habilidad y una absoluta falta de escrúpulos»⁹⁸.

Segundo grande factor da «perigosidade» judaica justificativo das medidas antisemitas: o seu carácter «inasimilable». «Han pasado siglos, largos siglos de exilio durante los cuales la raza judía, oprimida, menospreciada, reclusa al principio en los ghettos, mas luego libre para codearse con los restantes mortales, se ha mantenido pura e incontaminada»⁹⁹. Na mais explícita das suas intervenções sobre o genocídio que então se desenvolvia já em pleno, a revista *Mundo* titulava, em Maio de 1942, que «frente a los oscuros manejos de los judíos, las naciones europeas» - numa expressão claramente idêntica à utilizada pela propaganda nazifascista da *Nova Ordem* -, «oponen severas medidas legislativas», começando por entender que os «numerosos» problemas relacionados com as comunidades judaicas «derivan, en realidad, de una misma fuente: el judío no se asimila», é «internacional», sente-se «al margen de los intereses de la nación en que vive, y es sumiso a los manejos de carácter internacional (...) y cuando, por efecto de medidas de gobierno, sea perjudicado en sus intereses, recibirá protección de sus hermanos de todas partes del mundo». Os redactores do *Mundo*, destacados membros de uma elite política e intelectual que incansavelmente se descrevia, havia algumas gerações, como partidária de um catolicismo que historicamente propunha, através do Papado, uma referência unitária, necessariamente supranacional, do continente europeu, asseguravam que «los pueblos europeos, vigorosamente nacionalistas, ven en los judíos a súbditos que no se entregan lealmente a los intereses de la patria y que son fieles servidores de de tendencias sobrenacionales, y antinacionales a veces»¹⁰⁰.

Por fim, e acima de qualquer outra consideração, a sua «aspiración del dominio mundial, que le servirá - según espera - en bandeja de plata el mismo mundo no judío, que le desprecia y humilla». Para tal, os judeus «luchan por el hundimiento del orden establecido, fomentando revoluciones y guerras para beneficio propio y de su idea»¹⁰¹ - e aqui a retórica antisemita do período recenseava, já o esperávamos, «la revolución soviética», mas también «la organización del bolchevismo en China»; a revolução dos Conselhos na Hungria, em 1919, «dirigida por los judíos Bela-Kun [sic], Agaton y Peter Graunbaun [sic]»; «los disturbios de Berlín de 1923 (...) y, en Brasil, los de 1936»; a «intervención en España, en 1936, de los judíos Lehmann, Guinsburg [sic], Rosenberg, embajador de la U.R.S.S., y Álvarez del Vayo», ministro dos Estrangeiros do Governo da República¹⁰².

⁹⁸ In *Mundo*, nº 92 (8/2/1942), pp. 231-34.

⁹⁹ «Pasan de veinte millones...», artigo já citado.

¹⁰⁰ «Frente a los oscuros manejos de los judíos...», artigo já citado.

¹⁰¹ «Pasan de veinte millones...», artigo já citado.

¹⁰² «Frente a los oscuros manejos de los judíos...», artigo já citado.

Esta culpabilização dos judeus, entre outros, da necessidade de lançar a guerra para salvar a Espanha era moeda corrente, já o vimos, na propaganda franquista. E na católica, em particular. A Pastoral do Cardeal Gomá intitulada «Lecciones de la guerra y deberes de la paz», de Agosto de 1939, recordava «la influencia extranjera», o papel das «sectas secretas» e dos «agentes judíos de Rusia» como «causas de nuestra ruina anterior» (transcrito in SABÍN, 1997: 324). O *Mundo*, porém, concluía a sua lista com a referência à «Francia, [donde] la política frentepopulista estaba dirigida por Léon Blum, judío al servicio de los banqueros judíos de París y de Nueva York»¹⁰³. Todos estes eram «hechos y acusaciones suficientemente comprobadas, que dan medida de las consecuencias que ha tenido para Europa el dejar intervenir en la vida interior de los pueblos a las fuerzas internacionalistas y apátridas».

«Fomentando revoluciones y guerras», escrevia-se. A guerra mundial como «luta de ideias, de povos, de sistemas políticos, sociais, económicos», mas também, justamente, «de raças, de continentes, de civilizações» (AMEAL, 1941: 5) era como a apresentava João Ameal numa alocução, em 1941, aos milicianos do regime inscritos na Legião Portuguesa, procurando convencê-los, justamente, de que viviam numa sociedade que «obrigava cada homem a ser, mesmo involuntariamente, soldado». Para os franquistas, os «manejos ocultos» dos judeus teriam sido responsáveis pela Grande Guerra de 1914-18, e, ainda que «no [fuera] tiempo aún de saber» em que é que aqueles «manejos hayan podido dar como resultado la guerra actual y la intervención que hayan tenido en ella los judíos, bástenos señalar su parte en algunas conferencias internacionales de gran importancia». A referência ia directa para a «Conferencia celebrada en Moscú en septiembre de 1941, para tratar de la ayuda a Rusia»¹⁰⁴, na qual, garantia o *Mundo*, «había 104 delegados de los tres países [U.R.S.S., Gran Bretaña y EE.UU.], y de ellos 81 eran judíos o muy ligados al judaísmo»...¹⁰⁵

A insinuação, para não a considerar mais do que isso, coincidia substancialmente com a tese oficial da Alemanha nazi. Fora lançada, enquanto pseudo-«profecia», pelo próprio Hitler meses antes do desencadeamento da invasão da Polónia, perante o Reichstag. «In the course of my life I have very often been a prophet, and have usually been ridiculed for it», dissera o *Führer*. Ainda antes de chegar ao poder, exemplificara ele, «I said (...) I would among other things settle the Jewish problem». E «today», continuava, «I will once more be a prophet: if the international Jewish financiers (...) should succeed in plunging the nations once more into a world war, then the result will not be the Bolshevizing of the earth, and thus the victory of Jewry, but the annihilation of the Jewish race in Europe!» (transcrito in NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1049). A advertência, absolutamente reveladora das intenções hitlerianas, estava lá,

¹⁰³ A tese não era original, muito menos exclusiva de meios de opinião fascista. Em Julho de 1936, dois meses depois do triunfo do *Front Populaire* em França, a *Civiltà Cattolica*, portavoz da Companhia de Jesus, descrevia o governo, «"infeudato al comunismo, del capo socialista, l'ebreo multimilionario Leone [sic] Blum"» (cit. in MICCOLI, 2000: 487).

¹⁰⁴ Primeira conferência interaliada, realizada em Moscovo em 29/9-1/10/1941, três meses depois de desencadeado o ataque alemão à União Soviética.

¹⁰⁵ «Frente a los oscuros manejos de los judíos...», artigo já citado.

pelo menos desde Janeiro de 1939.

E era natural que a generalidade da elite franquista nela acreditasse. Em Dezembro de 1942, Carrero Blanco, o homem de quem se assegura, como veremos mais adiante, ter conseguido informação directa do genocídio antisemita, garantia num relatório político a Franco que a guerra tivera a sua origem «en el fundamental designio judaico de aniquilar Europa, como medio de reducir a ruinas la Civilización Cristiana» (cit. in TUSELL, 1993: 87¹⁰⁶). Um ano antes, no momento em que os Estados Unidos entram no conflito, descrevia

«"el frente anglosajón soviético", que ha llegado a constituirse por una acción personal de Roosevelt, al servicio de las Logias y los Judíos es realmente el frente del Poder Judaico [sic] donde alzan sus banderas todo el complejo de las democracias, masonería, liberalismo, plutocracia y comunismo que han sido las armas clásicas de que el Judaísmo se ha valido para provocar una situación de catástrofe que pudiera cristalizar en el demumbamiento de la Civilización Cristiana» (cit. in TUSELL, 1993: 63¹⁰⁷).

O *Mundo*, «con lo expuesto», parafraseava Franco ao escrever que «se comprende que los pueblos de Europa se hayan decidido a tomar medidas de protección, particularmente aquellos que más fuertemente se ven afectados por la presencia de numerosas colonias judías». A revista insistia que o seu «exámen de la acción de esta raza» era feito «sin ningún apasionamiento», mas garantia que dele «se viene a la conclusión de que, dejados en libertad, llegan a comprometer la existencia de los Estados», o que justificaria a «reacción antisemita» que a revista analisa e elogia. «Alemania ha sido la primera en defenderse con una dura legislación», ainda que o articulista poupasse ao leitor detalhes sobre esta porque entendesse estar «fuera del propósito de nuestro artículo y no dispondríamos de espacio para ello», aproveitando simplesmente para reproduzir os dados fornecidos pelas autoridades nazis sobre as «fortunas judías». A legislação italiana de 1938, por exemplo, era interpretada como «consecuencia de la llegada de oleadas de judíos expulsados de los países centroeuropeos» ao longo dos anos anteriores, uns «veinte mil [que] pertenecen a la Bolsa, a la finanza, al comercio, así como a otras profesiones liberales»¹⁰⁸.

Argumento necessário à retórica da «peligrosidad de la raza» era o de que se descrevia como sendo a «ambición de dominio» dos judeus, um dos mais típicos na retórica antisemita. No seio do regime salazarista, por exemplo, aparece-nos na curiosa tese de um funcionário do Secretariado da Propaganda Nacional, em viagem pela Alemanha no início de 1939. A ideia era a de que os nacionalsocialistas se «apropriaram da doutrina racista dos judeus» e, virando-a contra estes, «expulsaram-nos e os combatem»¹⁰⁹. As vítimas do racismo nazi eram, assim, quem conformara o

¹⁰⁶ Relatório «Notas sobre la situación actual en orden a la política internacional», 18/12/1942.

¹⁰⁷ Relatório «Consideraciones sobre la situación internacional actual orden a la actitud de España», s.d. mas de Dezembro de 1941.

¹⁰⁸ «Frente a los oscuros manejos de los judíos...», artigo já citado.

¹⁰⁹ «Impressões da breve visita que o funcionário do S.P.N. José Luís da Silva Dias fez à Alemanha por ocasião da Exposição do Livro Português», relatório confidencial, 8/3/1939, in A.N.T.T., AOS/CO/PC-12E,

modelo de segregação antisemita...

Um dos temas mais repetidos na revista *Mundo* era o do «secular empenho» sionista da construção na Palestina da «patria soñada» dos judeus¹¹⁰, projecto revelador da «comunidad de intereses entre Inglaterra e Israel en los países del Próximo Oriente», assumindo-se, nesta como noutras questões, abertamente um discurso de solidariedade com o mundo muçulmano sempre que tal reforçasse as vertentes francófoba e antisemita da propaganda espanhola. Na mesma lógica que a assumida pela propaganda nazi, procurava-se descrever os judeus como uma das componentes da estratégia britânica, como se constituíssem um autêntico Estado em guerra. Daí se dizer, em termos reveladoramente drásticos, que «para ellos y para su sueño sionista, la vida de Inglaterra y su preponderancia en el Próximo Oriente es cuestión de vida o muerte». Repropondo uma visão «libertadora», «saneadora», das armas do Eixo, este artigo de Março de 1941 concluía: «Pero la última jugada de la batalla está a punto de comenzar, y ella nos dirá si la influencia y el oro judíos son capaces de vencer a las armas, que no han dicho todavía su postrera palabra»¹¹¹.

Para aproximar dos espanhóis o «perigo sionista», o *Mundo*, pejado de artigos em que de determinada informação histórica se deduziam conclusões políticas para o presente, repropunha, em título, teses tão duvidosas quanto a de que «el primer Estado judío que registra la Historia trató de establecerse en Gibraltar durante el reinado de Enrique IV», para logo descrever a génese do projecto sionista oitocentista mencionando «el judío Moisés Hess, amigo y hermano de raza de Carlos Marx, [que] inspiró [en 1848] la idea de formar un Hogar nacional en Palestina», e o «fracaso, 47 años más tarde, de Teodoro Herzl, (...) [que] trabajó activamente para organizar el Estado judío» mas que se teria deparado com a recusa de «los judíos, que controlaban la gran Banca internacional, [pero] se negaron a aportar el dinero necesario»¹¹².

Na *Revista de Estudios Políticos*, em que pontuavam os militantes do Partido único que melhor equilibravam as pulsões falangistas e católicas, um católico como Luis Jordana de Pozas sustentava, no início de 1942, que «nada [es] tan peligroso para la unidad» - conceito político sobre o qual parecera especializar-se enquanto teórico - «como la admisión o crecimiento de los grupos que por motivos de raza, ciudadanía o religión no participan de la comunión espiritual que es condición y esencia de aquella unidad». Jordana pressupunha ser «sabido que todo Estado tiene una política de población que persigue el mantenimiento o modificación de su número, composición y distribución en el sentido que exija el interés nacional», a qual, tal como «las disposiciones sobre colonización y emigración», «ha de

pasta 3.

¹¹⁰ «Pasan de veinte millones...», artigo já citado.

¹¹¹ «Comunidad de intereses entre Inglaterra e Israel en los países del Próximo Oriente», in *Mundo*, nº 46 (26/3/1941), Madrid, pp. 474-77.

¹¹² In *Mundo*, nº 31 (8/12/1940), Madrid, pp. 31-34.

estar inspirada por el principio de unidad». Assim, «el movimiento demográfico y la fuerza relativa de esos grupos deberán ser atentamente vigilados» e «mucho antes de que signifiquen una amenaza efectiva para la unidad, ha de acudir sin vacilación ni blandura a poner en práctica los remedios adecuados».

A compreensão pelos «remedios» que se estariam a ministrar pelo continente europeu fora estava plenamente justificada. Jordana procura, curiosamente, integrar várias políticas nacionais sob esta designação, sem esclarecer se entendia que todas elas respondiam às mesmas preocupações e sobretudo se todas elas teriam tido, em sua opinião, a mesma eficácia. É muito duvidoso que assim fosse, porque entre os «múltiplos ejemplos [sobre los] que falta espacio para comentar», enumera «nuestra historia y la política contemporánea de las naciones del Imperio Británico y de los Estados Unidos respecto a la inmigración y de la población de color», e «a ellos hay que agregar la serie de leyes y de medidas alemanas que responden al principio racista» (1942: 37).

11.4.5 «Ódio» a Espanha e a Portugal

Típica estratégia argumentativa da construção do preconceito era a da inversão deste, a inversão especular do ódio. Os judeus, segundo os antisemitas ibéricos, detestariam *Portugal*, a *Espanha* - como verdadeiras abstrações de que a alteridade judaica estaria ausente - e, como seria de esperar no discurso de nacionalistas conservadores, a Igreja Católica. Em Espanha, no terreno mais específico da propaganda produzida pelo Partido único, a explicação oficial que dos 26 *puntos* programáticos da Falange se propunha, em 1942, aos jovens militantes da Frente de Juventudes, estabelecia-se que «la vitalidad de los pueblos jóvenes niega el poder del oro judío, antiespañol desde Isabel y Fernando hasta el Nuevo orden económico e ideológico del destino hispánico de Europa» (F.E.T. Y DE LAS J.O.N.S., 1942: 19). Opostos ao espanhol «hecho por España a su imagen y semejanza», nas palavras de Arrese, «quiénes son los patriarcas del internacionalismo? Marx, Lenin, Trotski. Todos sin patria; judíos todos». E concluía: «Prosigan ellos su vida trashumante, que en España no hay posada» (ARRESE, 1941a: 9).

Mas não só desse lado vinha o ódio a Espanha: «antiespañola» era, por exemplo, a «judería de los EE.UU.»¹¹³. Mais delirante ainda era a tese do director da *Real Academia Española*, o monárquico tradicionalista José María Pemán, que no já citado *Poema de la Bestia y del Ángel*, de 1938 atribuía a morte, tão mitificada pelo Franquismo, do deputado ultradireitista Calvo Sotelo aos «odios de masones y de judíos por haber nacionalizado el petróleo y creado la CAMPSA», como sintetiza Rodríguez-Puértolas (1986: 205¹¹⁴).

¹¹³ «Norteamérica sigue prodigando insidiosas consignas para que la América española defina su actitud en los pleitos de Europa», in *Mundo*, nº 63 (20/7/1941), pp. 464-65.

¹¹⁴ «Se agita sacudida / la curva panza del banquero. Canta / guerra el antro masónico. Se espanta / la sinagoga. Chilla / la Prensa // Pulpo grasiento de la *Standard Oil*! / Ágil leopardo de la *Royal Dutch*!», escrevera Pemán a propósito do assassinato. José Calvo Sotelo fora ministro da Fazenda com Primo de Rivera, posto no qual decreta aquelas medidas. Dirigente monárquico fascizado durante a II República, é assassinado por membros da *Guardia de Asalto*, um dos corpos policiais da República, a 13 de Julho de

Tomava-se por então comum repetir que «la judería, separada tradicionalmente, reclusa en su "getho" [sic], ha sido un elemento funestísimo para nuestra España», cuja «piqueta» actuava onde quer que encontrasse uma «jerarquía hispánica que se pueda destruir». Beneyto atribui à «judería» uma forte responsabilidade pela «deformación del Santo Tribunal» da «Inquisición, Tribunal admirable y Santo, hecho para la defensa de los grandes principios vivificadores de España, y por consecuencia también en derecho contra los judíos» (BENEYTO, 1939: 84-85). Em 1940, o mesmo Beneyto apresentava o «judaísmo» como o primeiro dos «separatismos que destrozan las unidades moral y espiritual de nuestra cultura», porque «desvirtuó la Inquisición», já o dissera antes, e «hundió nuestras jerarquías» (BENEYTO, 1940: 123). De dentro da Igreja Católica, e simultaneamente do regime franquista¹¹⁵, o frei Justo Pérez de Urbel assegurava que os judeus eram «nuestros enemigos actuales y los eternos de España» (cit. in BLÁZQUEZ, 1991: 70¹¹⁶).

É evidente o paralelismo com as teses que anos antes integralistas e nacionalsindicalistas haviam sustentado em Portugal. Em 1915, António Sardinha destacava «a pureza da raça» como «a razão principal de todo o nosso engrandecimento», mas descrevia-la «de pronto infeccionada [sic] pelas mestiçagens mais contraditórias». Também ele, um intelectual com tão duradoura influência numa geração de futuros agentes propagandísticos do Salazarismo, recorria a uma determinada explicação da História para a contextualização do «problema judeu» em Portugal: «"Não sejamos injustos"», pedia Sardinha, «denegando [sic] ao Santo Ofício os resultados incalculáveis das suas medidas purgatórias (...). Se os reis católicos não dispusessem dum forte agente repressivo, não duvidemos muito de que *marranos* e *conversos* marchariam [contra] a unidade nacional, fomentando a desavença contínua e abrindo as portas ao adversário marroquino» (Sardinha, cit. in PIMENTEL, 1999: 44¹¹⁷). Era o que sucedera, justamente, em «nuestra República de mulatos, judíos y mestizos» (SARDINHA, 1939: 29).

Confesso admirador de Sardinha - como quase todos os salazaristas... -, aquele que seria, seguramente, o divulgador de História mais lido pelos salazaristas¹¹⁸, António Mattoso, levantava-se, numa famosa polémica que sustentou com um adversário editorial (António Martins Afonso) entre 1940 e 1944, contra quem julgava que a Inquisição portuguesa havia «"exagerado" na "defesa dos bons princípios"». Efectivamente, muitas das referências aos «erros» e aos «vícios» associados aos judeus

1936, companheiros de José Castillo que havia sido assassinado no dia anterior por pistoleiros da ultradireita.

¹¹⁵ Pérez de Urbel era membro do Consejo Nacional da F.E.T. y de las J.O.N.S. e foi nomeado procurador a Cortes em 1943, por indicação expressa de Franco.

¹¹⁶ Citação extraída de «Judíos y galos», in *Arriba España*, 20/2/1938.

¹¹⁷ Retirado de *O Valor da Raça*, publicado em 1915; itálico na citação.

¹¹⁸ E que estes mais obrigavam a ler: Mattoso era autor dos compêndios escolares que durante mais tempo foram adoptados pelo Ministério da Educação Nacional.

faziam-se a partir de reanálises que se propunham do papel da Inquisição na época moderna em Portugal e Espanha. «Como se realizou, porém, este "exagero"?», perguntava Mattoso, que exemplificava:

«Defendendo a sociedade sob o ponto de vista *moral*, com a perseguição dos réus do nefando, dos bigamos, dos amancebados, dos luxuriosos, dos maus sacerdotes, dos libertinos? Defendendo a sociedade sob o ponto de vista *religioso*, com a perseguição dos luteranos, dos herejes, dos heterodoxos? Defendendo a sociedade do ponto de vista *rácico*, com a perseguição dos judeus, dos cristãos novos, dos mouriscos? Defendendo a sociedade sob o ponto de vista *político*, com a perseguição dos elementos dissolventes, dos libertários, dos arautos de ideias estrangeiras?».

A positivação de cada uma das perguntas formuladas parecia configurar um verdadeiro programa político a cumprir. Mattoso insinuaria ainda que, no campo da «defesa da *ordem interna*», a Inquisição teria «evitado perseguições populares e revoltas contra os judeus», o que não me parece contraditório (nem ao próprio terá parecido...) com a sua anterior definição da «perseguição aos judeus» como «defesa *rácica*» (MATTOSO, 1944: 433-34¹¹⁹). Depreende-se que o «povo» lá teria sabido porque perseguiria os judeus...

Por sua vez, em 1933, quatro meses depois da ascensão de Hitler ao poder em Berlim, o órgão oficial do Nacional Sindicalismo português perguntava-se, justamente, se «há em Portugal uma questão judaica? Somos nós um nacionalismo *rácico* a quem a defesa do sangue reclama medidas profiláticas contra os israelitas, como acontece na Alemanha presentemente?», repondo a mesma resposta pseudohistórica que se oferecia, ou se viria a oferecer, na Espanha franquista: «Não há em Portugal um problema judaico. Porque na defesa da raça teve já, é certo, esse problema, que resolveu, de resto, como hoje o resolve a Alemanha hitlerista. Foi isso, porém, no tempo de D. Manuel I [1495-1521]¹²⁰» (cit. in PIMENTEL, 1999: 48¹²¹).

Era esta a ideia central da virulência ideológica do antisemitismo franquista: «"Nosotros, por gracia de Dios y la clara visión de los Reyes Católicos, hace siglos nos liberamos de tan pesada carga"», dizia Franco no fim de 1939 (cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 145¹²²). Não sem críticas e difamação, segundo a versão que do mesmo fenómeno veiculava em discurso de Maio de 1942: «También entonces [los magnates y los poderosos] estaban disconformes, también entonces criticaron lo que llamaban injusticias y crueldades de la Reina [Isabel], y cuando los judíos traicionaban a España y la ponían en trance de disolución, son expulsados; cuando se coronó la unidad política, territorial y racial de

¹¹⁹ Itálico no original.

¹²⁰ O mesmo rei, que não terá obstaculizado o estabelecimento temporário em Portugal de judeus espanhóis fugidos, a partir de 1492, à expulsão de Espanha ordenada pelos Reis Católicos, decreta, por sua vez, a expulsão dos judeus de Portugal em 1496, cumprindo uma das cláusulas do seu contrato de matrimónio com a filha de Isabel de Castela e Fernando de Aragão. A medida teria sido, no entanto, mitigada por expedientes vários que terão permitido, a troco de um alto preço económico e humano, a permanência da importante comunidade de judeus portugueses, transformados em *cristãos novos*.

¹²¹ Retirado do jornal *Revolução*, 27/5/1933, Lisboa.

¹²² Transcrito do diário *Arriba*, 1/1/1940, Madrid.

todos los españoles, entonces también difamaban a la Reina grande»¹²³. Portanto, como lembrava o tradicionalista conservador José Félix de Lequerica, se a «raza judía» já não constituía um problema para a Espanha, era graças à «inolvidable obra de los Reyes Católicos en 1492 [contra los judíos] que hoy todo el mundo busca imitar con mayor o menor disimulación»¹²⁴.

Esta interpretação era a mesma que se sustentava na revista *Mundo* em Novembro de 1940, quando esta se propunha sintetizar «el problema judío», começando por descrevê-lo como «un problema mundial, tanto por el número como por la actividad de los israelitas», para justificar «que algunas naciones hayan resuelto siguiendo el ejemplo de nuestros Reyes Católicos». «El mundo católico», apelava a revista que tão bem fazia a síntese ideológica do regime, «que tanto ha sufrido bajo el yugo político y financiero de una raza cuya mayor y casi única habilidad ha consistido siempre en el manejo del dinero (...), no puede desentenderse de este problema»¹²⁵. Por fim, a mesma tese era reproduzida na publicação católica espanhola por antonomásia, *Ecclesia*, ainda em Fevereiro de 1943: «"España resolvió el problema judío en su propia casa (...) adelantándose en siglos y con cordura a las medidas profilácticas que hoy han tomado tantas naciones para librarse del elemento judaico, fermento tantas veces de descomposición nacional"» (cit. in LAZO, 1995: 216¹²⁶). E era, de resto, ampliada, em artigo publicado no *Mundo* em Maio de 1942, a Portugal, onde a «resolución de este problema» haveria sido assegurada pela «expulsión decretada hace cuatro siglos y medio»¹²⁷.

Os judeus não constituíam, portanto, um problema sempre que... não existissem. Caso contrário, o problema aí estaria. Atentemos na descrição do «grave problema difícil de resolver, el problema judío», às militantes da *Sección Femenina* da Falange Española. «Este pueblo, con sus dotes especiales, había ido infiltrándose en el país», escrevia-se durante a guerra mundial, veiculando-se uma inversão completa dos dados da História ibérica. Os judeus haveriam «llegado a adquirir una gran preponderancia. Muchos habían sido aparentemente convertidos, pero en el fondo seguían con sus mismas costumbres. Por sus riquezas y su manera de vivir eran odiados del pueblo». Num manual em que a figura «tenaz» da rainha Isabel, «la Católica», era sistematicamente proposta como modelo de virtudes às militantes da *Sección Femenina*, estabelecia-se que esta, «llevada de su deseo de unidad de religión, decidió la expulsión de los judíos que no se quisieran convertir. Y fueron varios miles los que salieron de España buscando otros lugares donde establecerse» [F.E.T. Y DE LAS J.O.N.S. (SECCIÓN FEMENINA), (s.d.): 33].

Um dos *Papas* da formação ideológica das direitas espanholas do primeiro terço do séc.

¹²³ In *Arriba*, 30/5/1942, Madrid; discurso perante dirigentes da Sección Femenina.

¹²⁴ Ofício de Lequerica a Jordana, 29/9/1942, in A.M.A.E., R. 2295/10.

¹²⁵ «Pasan de veinte millones...», artigo já citado.

¹²⁶ In *Ecclesia*, 20/2/1943.

¹²⁷ «Frente a los oscuros manejos de los judíos...» (24/5/1942), já citado.

XX, Ramiro de Maeztu, explicava em 1934 a expulsão de 1492 pela «duplicidad de la moral de los judíos»: «cuando abrigaban el intento de alzarse con España, no era para convertimos a su religión o igualamos a ellos, sino para poder cumplir mejor con los preceptos del "Deuteronomio" (...): "Prestarás a las demás naciones y no recibirás prestado de ninguna." "Al extraño cobrarás intereses; al hermano no se los cobrarás."» Teria sido «la repulsión que produjo esta doble moral entre los españoles» a motivar a expulsão, bem legitimada pela versão que Maeztu nos oferece de uma pretensa citação de S. Paulo: «*et omnibus hominibus adversantur* (y son enemigos de todos los hombres)». Se levarmos em linha de conta o descarado disparate histórico que nas mesmas páginas se sustenta - «el número total de judíos [en Castilla] era [en el final del siglo XIII] de cuatro a cinco millones, en una población total que se calcula en 25 millones de habitantes» -, podemos imaginar a dimensão que atribuiriam a tal *perigo* os leitores de Maeztu... (cf. MAEZTU, 1938: 213)

Os meios católicos portugueses, numa fase em que se sentiam e descreviam como parte intrínseca do *Estado Novo*, sustentavam abertamente, em 1938, teses abertamente antisemitas, produzidas, de resto, numa conjuntura em que o país era utilizado como via de refúgio para algumas centenas de exilados alemães e austríacos. Apesar de tudo, era evidentemente revelador que a censura salazarista permitisse que um jornal, apesar de órgão tão central da opinião católica como *A Voz*, embarcasse numa campanha antisemita, tão pouco usual na imprensa portuguesa. Na opinião do seu director, Fernando de Sousa, um reaccionário dificilmente descrito como se tendo deixado, tipicamente, fascizar, os judeus eram em geral responsáveis por uma «acção desnacionalizadora que procura suscitar divisões onde a união e a paz religiosa existem» - por exemplo, no Norte de Portugal, ao *resgatar* a identidade judaica de muitos criptojudeus. «Não deve esquecer-se que por toda a parte o judaísmo militante se alia com a Maçonaria e dá largo contingente à acção revolucionária e bolchevista», insistia o mesmo Sousa¹²⁸, reiterando um dos mais tradicionais *leitmotiv* antisemitas.

11.4.6 «Ódio» à Igreja Católica

Retomemos aqui o artigo que em 1943 o *Mundo*, seguindo orientações absolutamente oficiais, publicava, pretendendo, aparentemente, contrariar a porção mais grosseira do discurso antisemita que a própria revista, juntamente com a generalidade dos órgãos de informação do regime, havia até então veiculado. «De los judíos se dicen y escriben las cosas más diversas y contrarias, pero pocas veces se basan en el espíritu objetivo y frío del hecho judío», afirmava-se. Quem descrevera os judeus nos termos físicos, morais, políticos e pseudopsicológicos que preenchem estas páginas, diziam agora de que «a pesar de la imposibilidad de que los judíos admitan extraños en su seno, no es cierta la creencia de que sean una raza distinta, ni mucho menos una raza inferior», à qual «se opone no sólo la Iglesia Católica, que no admite ese principio de razas inferiores, pues todos los hombres tienen el mismo origen, sino

¹²⁸ «Acção judaica em Portugal», in *A Voz*, 21/3/1938, Lisboa.

também a mesma realidade antropológica, que encontra em os judeus grande variedade de tipos físicos, e não há um tipo judeu especial e isolado»¹²⁹.

Para quem pretender encontrar aqui a manifestação de um grau importante de autonomia das concepções católicas espanholas face a um antisemitismo exclusivamente falangista, atentemos no posicionamento de expoentes desse mundo católico que não deixavam margem para dúvidas. Numa obra particularmente bem sucedida no mundo editorial da Espanha franquista deste período, as *Sugerencias* do padre Vicente Gar-Mar, de 1942, o autor mostrava-se «"espantado"» pela «"ceguera de los judíos"» e sublinhava que «"todos los pueblos han perseguido cruelmente (...) a estos hombres propensos a la prevaricación"», para concluir, em pleno desenvolvimento do Holocausto, que «"verdaderamente la sangre del Justo cayó a plomo sobre sus cabezas"» (cit. in LAZO, 1995: 217). Pelo seu lado, o jesuíta Enrique Herrera Oria, futuro bispo de Madrid (1954), posteriormente elevado a cardeal (1965) escrevia em 1941:

«"El judío, como bien notan los especialistas en cuestiones judías, lleva en su alma impreso el odio a la Iglesia Católica, y, en general, a los 'goim' [sic], o sea, todo el que no es judío (...). Es un misterio ese espíritu intranquilo demoledor de la raza judía; pero es una realidad, inexplicable a veces científicamente, mas terriblemente real, confirmado con frecuentes hechos por la historia (...) esa mentalidad sádica que les ha llevado antiguamente, y aún hoy día, como se ve por el comunismo, a promover las catástrofes más bárbaras de la Humanidad"» (cit. in BLÁZQUEZ, 1991: 70¹³⁰).

Durante a Guerra Civil, os franquistas (e com eles a generalidade das direitas europeias que os apoiavam ou que se reviam na sua luta) denunciaram o que consideravam ser a cumplicidade judaica com as forças que combatiam pela República, habitualmente substituída na propaganda pelo termo «Comunismo». Na linguagem diplomática que se usava com a Santa Sé, pressupunha-se, em Junho de 1938, ser «"pública y notoria la existencia de estrecha colaboración y concomitancia, sino unidad de fines, entre la judaica pravedad y las logias [masónicas] y los soviets que por ella están inspirados"», procurando-se «"[poner] bien de relieve el contraste entre la acción despiadadamente persecutoria ejercida por los comités rojos sucesivamente instalados en Madrid, Valencia y Barcelona¹³¹ en contra de nuestra Santa Fe y el decidido apoyo por esos comités prestado a los judíos y al culto hebraico"» (general Espinosa de los Monteros, cit. in LISBONA, 1993: 87¹³²).

Em Janeiro de 1943 aparece na revista *Mundo* uma das frequentes insinuações àquilo que franquistas - e os fascistas europeus em geral - consideravam ser a *responsabilidade judaica* no

¹²⁹ «El judaísmo no es ni una religión...», artigo já citado.

¹³⁰ Citação extraída de *Historia de la educación española*. Em (1939), *España es mi madre*, Herrera escrevera: «Los masones matan niños menores de siete años y beben su sangre en un cráneo; los comunistas generalmente matan a sus madres» (cit. in idem).

¹³¹ Em referência ao Governo republicano, que, ao longo da guerra, mudou a sua sede de Madrid para Valencia e desta cidade para Barcelona.

¹³² Ofício do Subsecretario de Asuntos Exteriores ao embaixador junto da Santa Sé, 9/6/1938.

desencadramento da guerra. Os termos em que aparece essa referência assemelham-se muito àqueles que verificaremos mais adiante serem os empregues por Luis Carrero Blanco em relatório a Franco, e é, portanto, muito provável que fosse ele a escrever naquela revista oficiosa espanhola que «estamos convencidos del siniestro designio judaico de triturar a Europa para así aniquilar al Cristianismo católico». Segundo esta tese, aos judeus, para cumprir os seus «oscuros intereses», teria bastado «estimular la competencia entre el "made in England" y el "made in Germany"»¹³³.

Não será, seguramente, sem relação com estas notas que Carrero preparava que Franco, ele mesmo, se tenha decidido, poucos meses mais tarde, a escrever pessoalmente ao próprio Papa, «prostrado ante la Santidad de quien es cabeza visible de la Iglesia de Cristo, [besando] humildemente la Sandalia de Vuestra Beatitud». Fazia-o para advertir Pio XII de que «paralelamente a la guerra y a los propios designios de los Gobiernos[,] se mueven, entre bastidores, la masonería internacional», pela enésima vez associada ao «judaísmo imponiendo a sus afiliados la ejecución de un programa de odio contra nuestra civilización católica, en el que Europa constituye el blanco principal por considerársele el baluarte de nuestra fe»¹³⁴.

11.5 Antisemitismo católico

Como se poderá adivinhar desta viagem pelas diatribes antisemitas do regime espanhol, não há aqui distinção possível entre um Franquismo católico, em que se poderia perfeitamente incluir Carrero, ele próprio um destacado redactor do *Mundo* desde a sua criação, e até, porque não, Arrese, e um Franquismo falangista; ambos foram muito explícitos na sua condenação do «judaísmo», não «como raza, que no será nunca un problema para España, [sino] como espíritu, mentalidad, religión»¹³⁵, mas em tais termos que adquirem especial relevância no contexto generalizadamente antisemita de la época. Em geral, na Espanha de Franco, «los catecismos, los libros de historia y los mismos textos litúrgicos, se referían a los "pérfidos" judíos y al "pueblo réprobo de Dios"», na síntese de Feliciano Blázquez (1991: 71). Ao analisar o comportamento ideológico da imprensa franquista no pósGuerra Civil, Alfonso Lazo é taxativo quanto a este aspecto: «existió un antisemitismo voluntario y no impuesto en las publicaciones de la Falange y de la Iglesia [Católica]» e «falangistas y clérigos rivalizaron, libremente, con sus escritos, en apoyo a la ideología antisemita del fascismo europeo», denunciando até o «silencio» de Antonio Marquina «sobre el colaboracionismo ideológico con el antisemitismo fascista de las revistas y diarios clericales» (LAZO, 1995: 186-87¹³⁶).

¹³³ «Cuando termine la guerra, Europa solo podrá encontrar en África el remedio para su debilitamento», in *Mundo*, nº 139 (3/1/1943), Madrid, pp. 12-13.

¹³⁴ Carta de Franco a Pio XII, 12/4/1943, in A.M.A.E., R. 1371/3.

¹³⁵ Editorial (de Fermín Yzurdiaga) de *Arriba España*, 14/8/1938, cit. in LAZO, 1995: 213.

¹³⁶ Lazo refere-se aos capítulos da autoria de Marquina sobre o período franquista na obra MARQUINA,

No entanto, sustenta Lazo, «si no existen diferencias entre la virulencia antijudía católica y falangista, si hay un matiz diferenciador en cuanto a su contenido», já que o segundo se descreve «en gran medida [en una] base racial» e no primeiro «el rechazo del judaísmo se hace en base a motivaciones religiosas: el judaísmo es peligroso no en cuanto raza determinada, sino en cuanto espíritu, mentalidad, y comportamiento derivado de una determinada religión» - o que é dificilmente sustentável perante o conteúdo do que se viu até aqui e de muito do que se verá adiante. Este investigador exemplifica esta atitude com uma tese jesuítica defendida nas páginas do órgão oficial da Companhia: «sin duda hay judíos malos y (...) hasta concedemos que sean los más numerosos», reconhecia-se, para «"precisar inmediatamente que un "judío converso al catolicismo no puede ser malo" ya per se, pues su originaria maldad desapareció con la conversión» (cit. in LAZO, 1995: 217¹³⁷).

Posturas semelhantes podem até ajudar a entender um certo grau de distanciamento crítico, mas também muito ambíguo e por si só declaradamente antisemita, que sectores importantes do catolicismo espanhol conseguiram manter face ao racismo e ao antisemitismo fascista ou fascizado europeu. A propósito do advento da *Nova Ordem*, a revista *Signo*, órgão oficial da Juventud de Acción Católica, e portanto portavoz das teses oficiais do episcopado espanhol, recordava em Agosto de 1941 que «"a lo largo de los siglos (...) el judaísmo, el paganismo, la herejía, el cisma, la desvergüenza y el orgullo"» haviam sido os inimigos tradicionais da Igreja Católica, para produzir, seguidamente, uma tese extraordinária:

«"El judaísmo en su impulso anticristiano [se encarna] en el caos y el comunismo; el paganismo está representado por la Alemania de hoy, [mientras que los pueblos cristianos están representados por Portugal y España.] (...) Al final, la cruz vencerá a la esvástica [nazi] pero primeramente los pueblos paganos [destruirán] al comunismo, para ser luego transformados por el cristianismo"»¹³⁸.

Um dos factores responsáveis por esta ambiguidade, que veremos estar presente em todo o antisemitismo católico, deriva da constante rejeição, por parte dos católicos, do carácter justamente antisemita das suas posturas. Ainda por cima ampliado para regimes políticos que se definiam a si próprios como católicos - o salazarista, o franquista. O padre Fermín Yzurdiaga, jovem pregador político do falangismo espanhol, com grande representatividade institucional no seio do regime¹³⁹, insistia em 1938 que nos textos do *Fundador*, José Antonio Primo de Rivera, «"ni una sola vez se invoca la palabra ni el concepto de raza como diferenciación biológica del español"». Mais de um ano havia passado sobre a publicação da encíclica *Mit brennender Sorge* (cuja divulgação as autoridades franquistas não haviam

OSPINA, 1987.

¹³⁷ Frases retiradas de *Razón y Fe*, Maio-Agosto de 1939.

¹³⁸ Editorial «Nave segura», in *Signo*, 30/8/1941, cit. in LAZO, 1995: 213.

¹³⁹ Em Abril de 1937, aos 34 anos, fora nomeado chefe do departamento de Prensa y Propaganda do Governo de Burgos, cargo que manteve até Fevereiro de 1938; tomara-se membro do Consejo Nacional da Falange e, desde a sua criação, das Cortes.

permitido) e o sacerdote falangista sentia a necessidade de reiterar que o judeu, «como raza, no será nunca un problema para España». Mas, «si en la conciencia universal moderna hemos hecho un trinomio indudable y férreo de "Judaísmo-Masonería-Comunismo" [es] porque aparecen los tres ligados y operantes contra toda cristiana, entonces sí, para nosotros el problema es un Artículo de Fe"» e o objectivo era o de «"arrojar de la tierra germinal toda esa extranjería, manipulada y cuajada en el comunismo, en la masonería y en el judaísmo. Como antes"» (Yzardiaga, cit. in RODRÍGUEZ-PUÉRTOLAS, 1986: 307¹⁴⁰), ou seja, como nos tempos da expulsão de judeus e muçulmanos decretada pelos *Reis Católicos*.

Obsessão de Franco e dos franquistas, esta *conspiração* (o *Caudillo* também falava de «contubernio») *judaicomacónica* não era, enquanto conceito e slogan, um modismo espanhol. Numa revista tão relevante do catolicismo italiano, e tão próxima dos meios vaticanos, como *La Civiltà Cattolica*, órgão oficial da Companhia de Jesus, passava-se nestes anos de falar da «"cospirazione ebraico-liberale-massonica"» para se falar da «parola d'ordine sull'"alleanza giudaico-massonica" [che s'incontra] con la nuova polemica anticomunista» (MICCOLI, 2000: 487). É neste ponto, então, que importa perceber como o percurso do catolicismo espanhol nos anos '30 e '40, tão intrínseco que era na constituição interna do próprio Franquismo, e tão intransigente como o descreve Julián Casanova, não era, nem podia ser, apesar de tudo, radicalmente diferente do catolicismo dominante no resto da Europa, e na Santa Sé, em primeiro lugar, com a relativa excepção do caso francês. É o catolicismo contemporâneo, oitocentescos, quem começa a associar os judeus aos *erros* da modernidade, produzindo «una marea di giornali, opuscoli, libricoli e trattati di vario genere» que difundem «le tematiche antisemite nel pensiero politico e nella propaganda dei movimenti cattolici di tutta Europa». E se nos princípios do séc. XX «tale campagna subisce una sorte di arresto, in coincidenza peraltro con il momentaneo declino anche delle altre forme di antisemitismo politico», não se terá verificado «né revisione né superamento. Tutto il bagaglio della polemica antiebraica resta depositato nella memoria della cultura cattolica, pronto a riemergere quando se ne presentassero l'occasione e l'opportunità», como sublinha Giovanni Miccoli.

A aceleração dos processos de massificação social e democratização política que a Grande Guerra trouxe consigo, de que a Revolução Soviética e o impulso comunista foram parte notória, «rilanciarono su larga scala nella stampa cattolica gli attacchi agli ebrei», que acrescentam à «"minaccia sionista"» a bandeira da «"cospirazione ebraico-bolscevica"» (MICCOLI, 2000: 266-67). É, assim, evidente que «dopo la guerra l'antisemitismo cattolico trovò risposdenze e punti d'incontro con l'antisemitismo presente nell'area del nazionalismo». Esta é a fase, por um lado, da recuperação e reinterpretação, também nos meios católicos, de falsificações editoriais, relançadas como verdadeiras, como os *Protocolos dos Sábios de Sion*, e por outro da percepção que havia da necessidade de distinguir entre *bom* e *mau* antisemitismo, entre aquilo que, em 1933, no autorizado *Lexikon für Theologie und Kirche*, o teólogo jesuíta Gustav Gundlach chamava um antisemitismo «"unchristlich"» («não cristão»), portanto

¹⁴⁰ Editorial de *Amiba España*, 14/8/1938, já citado; itálico na citação.

negativo, «che combatte l'ebraismo semplicemente "a causa del suo essere diverso dal punto di vista razziale ed etnico"», e um antisemitismo «"erlaubt"» («permitido»), aceitável, até mesmo positivo, porque «combatte l'ebraismo "a causa dell'eccessivo e dannoso influsso della parte ebraica della popolazione dello stesso Stato"» (cit. in MICCOLI, 2000: 271).

Difícilmente se encontraria melhor símbolo desta ambiguidade eclesial que o decreto com que, em Março de 1928, a Santa Congregação do Santo Ofício condenou e aboliu a associação católica *Amici di Israele*, criada em 1926 e que «ruotava attorno al Vaticano», propondo a «salvezza d'Israele con i mezzi della preghiera e di una simpatia verso gli ebrei volta al proselitismo», depois desta haver sofrido ataques violentos por parte dos jesuítas¹⁴¹, ao mesmo tempo que, «"come [la Chiesa Cattolica] riprova tutti gli odii e le animosità tra i popoli, così massimamente condanna l'odio contro un popolo già eletto da Dio, quell'odio cioè che oggi volgarmente suole designarsi col nome di 'antisemitismo'"» (decreto cit. in MAIOCCHI, 1999: 191).

Recorda bem Giovanni Miccoli, um dos melhores conhecedores da documentação vaticana, como esta seria «l'unica [esplicita condanna dell'antisemitismo] che figura nei documenti ufficiali del magistero romano sino alla fine della seconda guerra mondiale» (2000: 270), ou seja durante 17 anos! Lida a mais variada literatura produzida nos mundos católicos da Alemanha, da Europa Oriental, de França, de Itália, aquela mais peculiar produzida no Vaticano, muito particularmente a de Espanha, até mesmo a de Portugal, dir-se-ia que, ou os decretos do Santo Ofício eram ignorados, ou, mais provavelmente, a interpretação do que caberia naquele «ódio que se costuma designar por "antisemitismo"» era particularmente restrita, ou deliberadamente incompetente...

Um dos muitos exemplos possíveis seria, em 1934, a publicação pela revista/editorial *Vita e Pensiero*, da Universidade Católica de Milão, da tradução italiana do livro *The Jews* que o católico britânico, de origem francesa, Hilaire Belloc (1870-1953) publicara originalmente em 1922¹⁴². Este tomar-se-ia, segundo Roberto Maiocchi, num livro «sopra tutti gli altri raccomandato alla lettura di ogni cattolico attorno alla questione ebraica», e nele se apresentavam, logo a abrir, «gli ebrei come una razza a parte, un gruppo "biologicamente" inassimilabile nelle società europee». Para Belloc «"la costante presenza della nazione ebraica (...) costituisce una questione gravissima"», o que fazia da «"Europa un permanente avversario d'Israele"». A mesma linguagem pseudocientífica, entre o biológico e o físico, do racismo nazi estava já aqui presente quando se explicava a «"necessità di ridurre o di sedare l'irritazione prodotta in un organismo dalla presenza di un corpo estraneo. Questo corpo determina delle reazioni, o, per cambiar metafora, produce un attrito che è dannoso tanto ad esso che all'organismo in cui è penetrato"» (transcrito in MAIOCCHI, 1999: 192).

¹⁴¹ Designadamente através da pena do padre Enrico Rosa que, nas páginas da *Civiltà Cattolica* (artigo «Il pericolo giudaico e gli "Amici d'Israele"», na edição de 19/5/1928), acusava a associação de «"difendere sempre gli ebrei, quasi ingiustamente perseguitati"» e de dissimular os seus «"delitti storici"» (cit. in MAIOCCHI, 1999: 191).

¹⁴² Simultaneamente em Londres: Constable, e em Boston: Houghton and Mifflin; ambas reeditaram-no em 1937.

Uma outra autora, Susan Zuccotti, releu a recensão elogiosa que do livro se fez, em Junho de 1937, na revista jesuítica *La Civiltà Cattolica*, que sintetizava em duas possibilidades «"the solution [to the Jewish problem]"»: «"elimination or segregation"». Belloc, na síntese dos jesuítas, hipotizava a «"elimination through three methods"», o primeiro dos quais era «dismissed» porque «"clearly hostile"»: tratava-se, pura e simplesmente, da «"destruction"». Comenta Zuccotti que o autor e Belloc «were clear enough, but, in light of subsequent events, the merest mention of destruction is chilling». O segundo método, «"less cruel"», seria a «"expulsion"», e o terceiro, a «"absorption"», «"has been shown to be historically unachievable"». Por fim, «Belloc himself settled on the solution of "friendly segregation", which he defined as a recognition by Jews and non-Jews of a separate Jewish nationality», o que, no entanto, dificilmente passaria, numa visão formulada em 1937, pela criação de um «"Zionist State"» na Palestina. Perguntava-se o recensor jesuíta se, uma vez constituído um tal Estado, «"will the Jews abandon their messianic aspirations to dominate the world and to exert their double preponderance, capitalistic and revolutionary? Won't a Zionist State perhaps be a new and stronger stimulus and a support for that innate messianic aspiration and double preponderance?"» (cit. in ZUCCOTTI, 2000: 12-14¹⁴³).

O que nos meios católicos autorizados se descrevia como um *antijudaísmo* justificado e aceitável, não era mais do que a actualização de um já antigo elenco de acusações antisemitas, do que podemos considerar a tradicional configuração do *judeu conceptual*, agora reproposto num contexto de grande confrontação ideológica e de perseguição aberta às minorias, e à minoria judaica em especial. A generalidade da literatura está de acordo com esta afirmação; pode nem toda ela subscrever a detecção de antisemitismo naquele *antijudaísmo*, mas não é aqui que reside a polémica em torno da atitude da Igreja face à perseguição antisemita na Europa fascista ou fascizada. O que é, em todo o caso, surpreendente é que a enorme maioria da literatura produzida sobre os regimes salazarista e franquista, quer quando nela se discute a natureza dos sistemas políticos e das formulações ideológicas, quer sobretudo quando discorre sobre o seu posicionamento perante os judeus e o Holocausto, partindo da *essência* católica destes regimes, invoca sistematicamente uma totalmente discutível incompatibilidade entre catolicismo e antisemitismo. Como se esta fosse a primeira prova da impossibilidade essencial de se poder definir, ou detectar sequer, um antisemitismo ibérico inscrito no Salazarismo ou no Franquismo.

Porque o problema é polémico, recordemos, antes de mais, a dupla recomendação metodológica e interpretativa que há anos fez Giovanni Miccoli. Por um lado «"occorre non assimilare all'esito catastrofico dello sterminio tutti gli antisemitismi, tutti gli atteggiamenti antiebraici precedenti"», o que constitui o argumento que mais repetidamente se tem avançado sempre que emerge o debate sobre o carácter não excepcional, não isolado, do antisemitismo nazi, sobre, afinal, a impossibilidade de se levar a cabo uma operação tão vasta de extermínio humano sem que o terreno lhe tivesse sido previamente preparado para se desenvolver. Mas por outro, «"occorre guardarsi dal rischio di negare qualsiasi legame

¹⁴³ A autora cita «La questione giudaica e il sionismo», in *La Civiltà Cattolica*, ano 88, vol. II, quad. 2087, 5/6/1937.

tra l'antigiudaísmo católico e l'antisemitismo nazista simplesmente richiamandosi al fatto che le radici dell'antigiudaísmo cristiano erano di natura confessionale e dunque radicalmente diverse da quelle biologiche dell'antisemitismo nazista", o que é «"ancor meno persuasivo nel caso dell'antisemitismo fascista"» italiano, não propriamente genocida, «"il quale si richiama fin da subito alla tradizione anti giudaica del cattolicesimo"» (Miccoli, cit. in BENVENUTI, 1994: 266).

Aqueles que lançam a encíclica *Mit brennender Sorge*, publicada em Março de 1937 por Pio XI, como argumento central da tese da denúncia e da resistência católica ao antisemitismo nazi, omitem geralmente que a preocupação do Papa dirigia-se para «os sofrimentos da Igreja na Alemanha», com que abre a própria encíclica, e nunca, em nada, aos sofrimentos dos judeus ou de todas as outras vítimas do regime e da ideologia nazis, os quais, por outro lado, não são nunca referidos e, portanto, denunciados. Giovanni Miccoli exemplifica: «Non è un caso dunque che alla difesa dell'Antico Testamento non si accompagni alcun cenno alla persecuzione e discriminazione civile in atto contro gli ebrei tedeschi, così come non è un caso che nonostante tutto non si chiudano interamente gli spazi a un eventuale nuovo accordo» com a Alemanha nazi, já que a encíclica encerrava com a esperança de que «"il popolo tedesco, anche nei suoi membri erranti, avrà ritrovato il cammino del ritorno alla religione (...) e si accingerà in lotta contro i rinnegatori e i distruttori dell'Occidente cristiano"» (cit. in MICCOLI, 2000: 158), justamente. Em suma, quem procura nesta atitude do Vaticano uma tomada de posição contra o antisemitismo, omite que condenação que se faz da deificação da raça (e do povo, e do Estado) que o Nacionalsocialismo procurava implantar, era lançada porque dessa forma se afastavam os crentes «"de la verdadera fe en Dios"», porque assim se contrariava a «"ley natural"» (cit. in CORNWELL, 2000: 207). Como diz Miccoli relativamente à atitude do catolicismo vaticano em geral, o racismo nazi é condenado «per le sue "esagerazioni" e per il suo "estremismo"», presente, por exemplo, «nel fatto di associare in un unico obiettivo la lotta contro l'ebraismo a quella contro tutto il cristianesimo e la Chiesa» (MICCOLI, 1988: 826).

Uma outra consideração importante a fazer neste ponto é a relativa ao contexto vaticano da produção, na Santa Sé, na Cúria, de um discurso que fornecesse ao mundo católico argumentos alternativos aos do atractivo discurso fascista. Entendamos aqui o Vaticano como um ponto de equilíbrio de vários catolicismos nacionais, uma intersecção de diferentes pulsões do mundo católico. Se Miccoli insiste em descrever a *Mit brennender Sorge* «come un fulmine», pelo menos «alla luce del contesto» em que surge, também não deixa de sublinhar que ela «non arriva all'estrema contrapposizione e radicalità di prospettive delle altre due encicliche pubblicate in quello stesso mese di marzo (la *Divinis Redemptoris*, il 19, di condanna del comunismo ateo, definito "intrinsecamente perverso", e la *Nos es muy conocida*, il 28, rivolta ai vescovi del Messico, sulle funzioni e i compiti del laicato cattolico)» (2000: 159). E, sobretudo, não nos esqueçamos, por exemplo, como à encíclica *Divinis Redemptoris*, publicada portanto cinco dias depois da *Mit brennender Sorge*, foi dada uma divulgação incomparavelmente mais ampla que àquela que abordava a relação da Igreja Católica alemã com o Estado nazi. Não era de admirar quando nos deparamos com as grandes *Nações católicas* do continente europeu governadas por regimes autoritários,

geralmente bem acolhidos pela hierarquia católica, visceralmente anticomunistas e, já então, ideologicamente em rota de aproximação à Alemanha de Hitler.

Era este o caso típico do nascente Estado franquista, em que se interdita pura e simplesmente a divulgação na imprensa da *Mit brennender Sorge* papal, ao mesmo tempo que se dá «difusión extrema» à *Divinis Redemptoris*, como reconhece o próprio Suárez Fernández (1984a: 184). Numa fase em que no Vaticano se sabia que «na Espanha nacional (...) aumenta o descontentamento para com a Santa Sé pelo facto de o Vaticano não ter dado ao general Franco e aos seus exércitos, a seu tempo, um apoio que teria constituído um forte apoio moral», e que «muitos dos heróis nacionalistas, embora católicos praticantes, chamam a Pio XI "Papa rojo"» (M.N.E., 1965: doc. nº 1310¹⁴⁴), mais do que uma decisão da Junta que se sediava ainda em Salamanca, fora a própria hierarquia católica a decidir adiar a divulgação, dentro da própria Igreja, do próprio clero espanhol, da primeira daquelas duas encíclicas de Pio XI, porque, aliás, «la carta [papal] no estaba destinada a España y por tanto no era imperativa su publicación», como explica, mal, Suárez Fernández (1984a: 217), aparentemente ignorando que «l'enciclica "sulla condizione della Chiesa in Germania" non era indirizzata esclusivamente ai vescovi tedeschi ma anche "a tutti i pastori che vivono in pace e comunione con la Sede apostolica"» (cit. in MICCOLI, 2000: 156). Desta forma, segundo este hagiógrafo de Franco, só em Janeiro de 1938, dez meses depois da sua publicação no Vaticano e divulgação clandestina na Alemanha nazi, é que os «Boletines eclesiásticos [españoles] publicaron en efecto el texto completo» (1984a: 217), marcada pelo estigma de poder representar a prova de um conflito embaraçoso para a Igreja espanhola, eventualmente dividida entre o Papa de Roma e o aliado alemão da *Cruzada* de Franco.

Detenhamo-nos um momento a tentar perceber como é que em Burgos, entre militares e clérigos, todos ferozmente católicos e descaradamente adutores de uma *Santa Madre Iglesia* congelada algures no passado, haviam chegado ao ponto de chamar *Papa rojo* a Pio XI, o homem que, ainda antes do triunfo nazi, preparado por Hitler a partir já da Chancelaria alemã, nas eleições de Março de 1933, havia formulado «il ripetuto, esplicito riconoscimento nei confronti di Hitler (...) in colloqui con esponenti della gerarchia ecclesiastica e con membri del corpo diplomatico». Para o Papa Ratti, «"Hitler è il primo e unico uomo di Stato che parla pubblicamente contro i bolscevichi. Finora era stato unicamente il papa"» (cit. in MICCOLI, 2000: 123). Só a rudeza e a virulência políticas de um catolicismo fascizado como o espanhol podiam explicar tamanha hostilidade perante um Papa que se deixara entretanto desiludir quanto à utilidade da política concordatária com o Estado nazi. Os aliados portugueses dos franquistas não lhes ficariam, curiosamente, muito atrás.

As diferenças com o caso português são apenas de gradação qualitativa, e não de substância, face ao caso espanhol. Ainda que os dois documentos papais sejam datados quase consecutivamente de 14 e 19 Março de 1937, a revista do Episcopado português opta por transcrevê-las separadamente e, sobretudo, pela ordem inversa. Primeiro aparece, em Maio, a *Divinis Redemptoris*, com

¹⁴⁴ Ofício de Quevedo (ministro de Portugal junto da Santa Sé) a Salazar, 31/8/1937.

grande destaque e apelos da revista à «propagação» da «doutrina da Igreja sobre o comunismo» e da «fé intrépida de Pio XI perante o terrorismo de Moscovo!». Pelo contrário, a *Mit brennender Sorge* só aparece um mês depois na mesma revista, sem se verificar qualquer apelo especial à sua divulgação¹⁴⁵. A revista propõe insistentemente ao clero português artigos sobre a «Igreja e o comunismo» e ignora, até 1939, o conflito latente entre a Igreja alemã e o regime nazi, omitindo qualquer referência à *Mit brennender Sorge* até depois da morte de Pio XI, quando se retomam aspectos parciais da política papal, este incluído. Quando Alfredo Pimenta publica sete anos mais tarde uma «Análise comparativa das Encíclicas *Mit brennender Sorge* e Diuini [sic] Redemptoris», no contexto já muito transformado de 1944, insiste em que «a primeira trata da situação da Igreja na Alemanha - expressão puramente informativa; não trata do Nacional-Socialismo ateu ou anti-católico», entendendo que as críticas nela formulada sobre o «conceito de Divindade», a «divinização da Raça, ou do Povo, ou do Estado, ou da forma do Estado, ou dos detentores do Poder», e «o erro de falar em "Deus nacional" ou "religião nacional"», não «se aplica exclusivamente ao Nacional-Socialismo, que não é citado, aliás, ou melhor, à Alemanha», perguntando: «Qual o País moderno, qual o Estado moderno que pode gabar-se de isento de culpas - nessa matéria?» Em conclusão, Pimenta, como tantos católicos que reconheciam na Alemanha nazi um papel central na preservação do que julgavam ser a *civilização* europeia, percebera da *Mit brennender Sorge* que «as teses doutrinárias condenadas não são privativas do Nacional-Socialismo. A Encíclica não fala no nome dele, nem cita o nome do dirigente supremo da Alemanha. Ela limita-se a ser a exposição da situação da Igreja no Reich, com as dificuldades emanadas das circunstâncias criadas pela Concordata, no campo das realizações. Ela não combate, não ataca, não condena o Nacional-Socialismo (...)».

Outra coisa era que, «pouco mais de dois anos depois, [tivesse estalado] a guerra; e os inimigos da Alemanha entraram a fundo na confusão ou na conjugação das duas situações que o Pontífice nunca integrara, em suas Encíclicas» (PIMENTA, 1944: 8-10 e 13-14).

É, portanto, curioso, que Manuel Braga da Cruz possa dizer, da releitura da imprensa católica, e do *Novidades* em especial, que era um diário oficioso do episcopado português, criado nos últimos anos da República laica (em 1923), que «os ataques ao nacional-socialismo ganham expressão logo no começo dos anos '30, ainda em plena fase de ascensão, e redobram depois com a instalação no poder». Braga da Cruz, por exemplo, refere de passagem artigos publicados neste diário em que se denunciavam «o sacrifício da pessoa humana, o "desvairo [sic] do racismo hitleriano"», como em Julho de 1935, «a perseguição aos católicos, o culto da violência moderna», desta vez em Maio de 1936 (1998: 26-27). O autor, um dos mais creditados estudiosos do *Estado Novo*, primeiro, e, desde há alguns anos, do mundo católico na sua relação com este, não nos resenha quaisquer referências posteriores a eventuais denúncias do racismo nazi - e nenhuma, em concreto, ao antisemitismo. Em todo o caso, já esta

¹⁴⁵ «Encíclica pontifícia "Divini Redemptoris". Carta Encíclica de Pio XI, aos Veneráveis irmãos Patriarcas, Arcebispos, Bispos e outros ordinários em paz e comunhão com a Sé Apostólica, sobre o "comunismo ateu"», in *Lumen*, Ano I, Fasc. 5 (Maio 1937), Lisboa, pp. 289-312; «Encíclica "Mit brennender Sorge" sobre a Igreja Católica na Alemanha», in *Lumen*, Ano I, Fasc. 6 (Junho 1937), Lisboa, pp. 377-93.

avaliação me pareceu curiosa porque, insisto, desde o seu primeiro número, em Janeiro de 1937, e até Novembro de 1938 que a *Lumen*, uma revista criada directamente pelo episcopado e de assinatura obrigatória por parte de todos os párocos, publica uma única referência crítica com o regime nazi, incluída na «Mensagem de Natal» de 1937 do Cardeal Cerejeira, que descrevia brevemente «o fundo do conflito actual da Alemanha com a Igreja» como sendo «esta luta profunda do Estado para se identificar com a noção absoluta de verdade e de direito»; de passagem, rápida, criticava Cerejeira os «católicos que esperam a paz do culto exaltado e friamente egoísta da raça ou da nação», fazendo neste caso uma única referência explícita, e apenas à *Action Française* (A.F.) que Pio XI condenara em Dezembro de 1926¹⁴⁶. Preferindo a referência aos maurrasianos em vez de aos nazis ou aos fascistas italianos, Gonçalves Cerejeira (1888-1977)¹⁴⁷ revelava um inegável oportunismo político, pois fora ele que se confessara, juntamente com os seus correligionários, de «consciência perturbada» quando o Papa Ratti decide a condenação da A.F., «pondo em conflito dois dos [nossos] amores: Papa e... Maurras!» Este último deve ser considerado um dos pais espirituais de Cerejeira e do próprio Oliveira Salazar, colegas universitários em Coimbra e amigos íntimos¹⁴⁸, além de o ser de toda a geração de jovens católicos reaccionários que nos anos '10 e '20 militavam no *Centro Académico de Democracia Cristã* (cf. MATOS, 1999: 298); na recente definição de Manuel de Lucena (2000: 311), Salazar estava intelectualmente «intimamente» ligado a Maurras¹⁴⁹. Não se deixe de referir que noutra das suas iniciativas de apaziguamento com a galáxia autoritária e fascizada da Europa do tempo, Pio XII promoverá a reconciliação com a *Action Française* logo em Julho de 1939, forçando o Santo Ofício a moderar uma anterior fórmula de retractação que não fora aceite pelos membros da A.F. (cf. MICCOLI, 2000: 488-89).

E não é também difícil encontrarmos na imprensa católica do período posturas muito explícitas de antisemitismo e de elogio à política antisemita alemã. Por exemplo, a campanha a que já fiz referência do jornal *A Voz*, também ele, como as *Novidades*, propriedade eclesiástica, que precisamente em Março de 1938 denunciava «as ervas daninhas que Hitler arrancou da terra alemã e que para cá se foram transportando», um verdadeiro «factor de desordem e de desintegração» de que «a Alemanha hitleriana (...) se viu livre»¹⁵⁰. A própria *Lumen* refere-se entusiasticamente à «carta colectiva dos bispos

¹⁴⁶ Cf. *Lumen*, Ano II, Fasc. 2 (Fevereiro de 1938), Lisboa, pp. 70 e 72.

¹⁴⁷ Militante e polemista católico durante a I República, de tendência monárquica, professor da Universidade de Coimbra (1919-28), bispo auxiliar de Lisboa (1928-29) e depois titular com o título de Patriarca (depois de polémica decisão de Pio XI) durante 42 anos (1929-71) que coincidem, *grosso modo*, com a longuíssima passagem de Salazar pelo Governo (1928-68); a si próprio gostava de se designar como «príncipe da Igreja» (cf. MATOS, 1999 - estudo pleno de informação mas pouco distanciado da personagem).

¹⁴⁸ «Éramos como que a consciência um do outro», dirá Cerejeira em 1972, já depois da morte do ditador (cit. in MATOS, 1999: 300).

¹⁴⁹ Cf. também MEDINA, 1977.

¹⁵⁰ In *A Voz*, 19/3/1938, já citado.

alemães», emitida em Fulda já havia quatro meses, em Agosto de 1936, para sublinhar que «interessa especialmente a segunda parte», dedicada à guerra em Espanha, na qual os bispos católicos alemães supunham que «toda a gente entende, por isso, qual a missão que incumbe ao nosso povo e à nossa pátria. Possa o nosso Führer, com a ajuda de Deus, lograr cumprir essa missão extraordinariamente pesada com firmeza inabalável e pela mais fiel colaboração de todos os nossos compatriotas!»¹⁵¹ Quando em Dezembro desse ano se noticiam na revista «processos contra os sacerdotes e os religiosos na Alemanha», o artigo nada tem, ou pretende ter, de crítica política ou à natureza do regime nazi; pelo contrário: tais processos teriam a ver, eufemisticamente, com a «mesma doença moral que provocou (...) um tremendo castigo de Deus sobre as cidades de Sodoma e Górra». A preocupação da revista católica portuguesa era esclarecer que «na Alemanha, mais do que em qualquer outro país, grassa» a homossexualidade, que «invadiu instituições oficiais como o exército e as formações nacionais-socialistas e faz vítimas em todas as classes sociais». Portanto, «não era de admirar que num país onde este desgraçado vício estava tão generalizado por ele fossem atingidos alguns membros do clero e das ordens religiosas»¹⁵².

Não era aqui, portanto, que até ao fim de 1938 a hierarquia católica portuguesa procurava estabelecer uma especial «demarcação do nazismo». Duas hipóteses se colocariam, neste caso, para a tese de Cruz: ou a hierarquia católica portuguesa indiciava preferir utilizar um diário de informação geral como o *Novidades* para o fazer em vez de recorrer à *Lumen*, cujo subtítulo era justamente de *Revista de Cultura para o Clero* e a cuja leitura este não podia escapar, e que, contudo, era dirigida pelo mesmo homem, o cónego Avelino Gonçalves, que em 1943 passaria a dirigir o *Novidades*; ou aplicar-se-ia aqui a hipótese que tenho colocado em várias passagens deste trabalho: a de que o triunfo da Frente Popular em Espanha e o subsequente desencadeamento da guerra no país vizinho empurrariam, não só o *Estado Novo*, como também o mundo católico português organizado, para um processo de rápida fascização que passava, evidentemente, pelo apaziguamento entre Igreja e nazismo.

Mas regressemos ao impacto da encíclica de Pio XI em que se assumia abertamente este conflito. A atitude dos meios oficiais portugueses é a mesma da *Lumen*. O já ex-, e que viria a ser futuro director, do *Diário de Notícias*, Augusto de Castro, um dos poucos íntimos de Salazar, temporariamente transformado em diplomata destinado em Bruxelas, transmitia ao ditador o «forte efeito da declarada hostilidade que a Santa Sé, pela famosa Encíclica Papal, assumiu contra a Alemanha e o regime *nazzi* [sic]», interpretando-o como «um facto novo e tremendo» uma vez que «a imensa autoridade pontifícia coloca mais uma vez perante o mundo o "problema alemão"» criando «uma situação difícil»¹⁵³. Tão «difícil» que o regime deixaria passar anos até permitir que a imprensa assumisse

¹⁵¹ In «Documentos e actualidades», *Lumen*, Ano I, Fasc. 1 (Janeiro de 1937), Lisboa, p. 57.

¹⁵² In «Documentos e actualidades», *Lumen*, Ano I, Fasc. 12 (Dezembro de 1937), Lisboa.

¹⁵³ Ofício de Augusto de Castro (ministro de Portugal em Bruxelas) a Salazar, 23/3/1937, in A.M.N.E., 2º/47/21.

publicamente a crítica que o Vaticano, desiludido com o nulo efeito da sua política concordatária, começava a difundir. Homens tão próximos do ambiente vaticano como o próprio ministro de Portugal junto da Santa Sé, Vasco de Quevedo, interpretam a *Mit brennender Sorge* como uma «incitação dos católicos alemães à rebelião contra Hitler», reiteração «com vivaz eloquência» da «atitude... [sic] incompreensível dos católicos e dos mais categorizados representantes da Igreja no que se refere à oposição forte e sistemática que fazem às correntes nacionalistas» que, por lutarem contra o comunismo, «deviam ser considerados pela Igreja como paladinos heróicos de uma verdadeira guerra santa». E, em compensação, Quevedo, o homem encarregado de negociar a Concordata no Vaticano, interpretava como «mais do que platónica a doutrina dos discursos de Pio XI e da encíclica que condenou o comunismo [- *Divini Redemptoris*]» (M.N.E., 1965: doc. nº 940¹⁵⁴). Três meses mais tarde, por exemplo, o moderado representante de Portugal em Berlim, Veiga Simões, formularia a um membro do Governo alemão «os meus votos pessoais de que a ruptura entre o Vaticano e Berlim não se chegasse a consumir, ao menos neste momento, sobretudo porque ela poderia impressionar as multidões em países católicos como Portugal, a Espanha e a Itália, cujos interesses eram afins dos do Governo do Reich»¹⁵⁵. E de que eram «afins», não duvidava o representante diplomático em Berlim...

De resto, é fundamental recordar como os últimos anos de Pio XI à frente da Igreja Católica são-no de discordância frontal, e muito frequente, entre muitas das suas posturas morais com relevância na política externa vaticana e aquelas que o Governo português tomava e, naturalmente, também as que assumia a Junta franquista. É a própria Guerra de Espanha, em primeiro lugar, sobretudo na sua primeira metade, a constituir um terreno fecundo de desavenças entre o Salazarismo e o Papa, cuja opinião se entendia estar dominada por «meios católicos, sobretudo franceses», que revelavam, segundo Salazar, «desorientação a propósito do conflito espanhol» (M.N.E., 1965: doc. nº 963¹⁵⁶); o ministro de Portugal junto da Santa Sé, que seguia desde o início de 1936 a política vaticana, via-a «tão enredada nas malhas arteriais da França e das "Frentes Populares" (M.N.E., 1967: doc. nº 1597¹⁵⁷), e, não acreditando na «hipótese absurda de os cardeais, arcebispos e bispos agirem politicamente, adentro das suas dioceses, sem as directivas e a aprovação da Santa Sé, encontramos-nos em frente de um contraste, entre o que estes fazem e o que o Papa diz e escreve, que repugna à nossa consciência e à nossa compreensão despistada e confundida» (M.N.E., 1965: doc. nº 940¹⁵⁸).

Quando, na Primavera de 1937, Vasco de Quevedo vê «o Santo Padre concordar com a

¹⁵⁴ Ofício de Quevedo a Salazar, 24/4/1937; itálico no original.

¹⁵⁵ Telegrama de Veiga Simões a Salazar, 5/6/1937, a propósito de entrevista com o secretário de Estado alemão para os Negócios Estrangeiros, in A.N.T.T., AOS/CO/NE-4, pasta 2.

¹⁵⁶ Telegrama de Salazar a Quevedo, 10/5/1937.

¹⁵⁷ Ofício de Quevedo a Salazar, 4/4/1938.

¹⁵⁸ Itálico no original.

política de mediação esboçada pela Inglaterra» (M.N.E., 1965: doc. nº 959¹⁵⁹) para o conflito espanhol, logo Salazar interpreta qualquer diligência do Vaticano nesse sentido como «acto político nitidamente em favor do comunismo em Espanha», colocando-se «ao lado das frentes populares e a favor do triunfo final do comunismo, em vez de continuar a condená-lo doutrinariamente», o que «provoca uma gravíssima perturbação no Mundo, tirando muita força moral aos que se arriscam a defendê-la», e ordena ao seu representante junto do Papa que «faça chegar ao conhecimento da Secretaria de Estado [vaticana]», nesse momento dirigida por Eugenio Pacelli, «o modo de ver do Governo português» (M.N.E., 1965: doc. nº 963). Vasco de Quevedo mantém uma entrevista tensa com o futuro Pio XII dois meses depois da publicação da *Mit brennender Sorge*, na qual assegura representar não só «os pontos de vista do seu Governo, como também a opinião dos católicos» portugueses «no que se refere ao apoio que, neste particular, dão ao Gabinete do Sr. Doutor Oliveira Salazar». Nela, o diplomata português reage à indignação «apaixonada» de Pacelli contra a «perseguição que se faz, neste momento, aos católicos e à Igreja, na Alemanha», perguntando-lhe o português, provocatoriamente, «"se na Alemanha as igrejas estavam abertas e se era permitida a liberdade do culto..."», para logo «observar [a Pacelli] que "o nazismo defende o mundo do comunismo e que o bolchevismo queima as igrejas ou faz delas cavaliças, comete horríveis sacrilégios com os objectos de culto, mata os padres, viola e massacra as freiras, assassina os fiéis..."» (M.N.E., 1965: doc. nº 972¹⁶⁰). Dois anos mais tarde, já substituído o Papa Ratti pelo Papa Pacelli, para contentamento, como se percebe facilmente, de regimes como o português, Quevedo destacava como o Governo francês começava a «notar a falta de continuação» do que ele considerava ter sido a campanha pública de Pio XI contra a Alemanha» (M.N.E., 1967: doc. nº 2038¹⁶¹).

Seria necessário passar mais de um ano e meio sobre a *Mit brennender Sorge* para que na revista que servia de portavoz do episcopado português se discutisse a «filosofia racista» germânica, sempre com o cuidado de não se fazer qualquer referência à política e à prática antisemitas, exactamente como procediam o Papa e a Santa Sé. Se «uma das maiores benemerências do pontificado de Pio XI foi precisamente essa reacção contra um complexo de doutrinas», acrescentava-se logo «que no próprio Reich, pela sua enormidade e pelo desprezo que revelam de todo o resto da humanidade, se procura retirar o carácter de oficiais», insinuando-se, assim, que todas teses antisemitas do Nacionalsocialismo tratar-se-iam, afinal, da postura de alguns intelectuais mais independentes do regime, omitindo-se olímpicamente discursos oficiais, a autoria do *Mein Kampf*, os lugares desempenhados no aparelho de Estado por Alfred Rosenberg, o conteúdo ou a simples existência da legislação antisemita promulgada desde 1933... Insistia-se, é certo, que «o estudo da filosofia revolucionária do III Reich mostrará a incompatibilidade absoluta entre a essência do racismo e qualquer simples afirmação religiosa, e não já

¹⁵⁹ Telegrama de Quevedo a Salazar, 8/5/1937.

¹⁶⁰ Ofício de Quevedo a Salazar, 14/5/1937.

¹⁶¹ Telegrama de Quevedo a Salazar, 3/5/1939.

somente com a doutrina católica», mas quando se descreve «a chave de toda a ideologia racista: a contaminação e o predomínio, há dois mil anos, duma forma de pensamento que surgiu no cérebro duma raça inferior...», falta a clareza suficiente para identificar os judeus como sendo definidos neste esquema dicotómico como a «raça inferior» - e, portanto, vítima da política oficial. «Que raça é essa?», perguntava-se. «Ricard, juntando todos os epítetos que lhe dá Rosenberg, diz que será preciso chamar-lhe pelasgo - fenício - alpino - siro - liguro - etrusco - líbio - egito [sic] - negróide - africano - asiático - judaico! (...) A raça boa, a única raça boa, a pura, ocioso é dizê-lo, é a raça germânica»¹⁶².

O mesmo redactor eclesiástico da revista *Lumen* que assim escrevia, Artur Bivar, fora até encarregado de responder ao apelo que um ano antes, em Abril de 1938, o cardeal Baudrillart (que virá a ser um fervoroso colaboracionista sob a ocupação alemã da França)¹⁶³, enquanto secretário interino da Congregação romana dos Estudos, Seminários e Universidades, havia lançado, em que «se recomenda aos professores que se utilize diligentemente as armas que subministram [sic] a biologia, a história, a filosofia, a pologética, e as disciplinas jurídico-morais para refutarem» um conjunto de oito «proposições», seis das quais tidas como racistas¹⁶⁴. Entre Novembro de 1938 e Agosto de 1939, respigando algum do material teórico produzido pelos meios católicos, sobretudo francófonos, publicará em cinco partes um «Ensaio crítico sobre o racismo»¹⁶⁵, pleno de longas citações de autores nacionalsocialistas em contraposição com intelectuais católicos. O autor, ciente da popularidade do regime nacionalsocialista nos meios católicos portugueses (como adiante se comprovará), começava por destacar, de novo, que «na própria Alemanha [ela] é considerada não obrigatória, rejeitada e posta em ridículo por hitlerianos da mais pura água», hipotizando «se não se tratará de mais uma febre colectiva das que periodicamente atacam o povo alemão», desta vez uma «*Rassenfieber*»¹⁶⁶... Ao longo de cinco capítulos, Bivar conseguia o prodígio argumentativo de, a propósito de um tal tema e abordando directamente «a doutrina racista alemã», praticamente não mencionar o antisemitismo e limitar-se a referências marginais aos judeus. Era certo que em determinado momento se mencionava fugazmente

¹⁶² BIVAR, Artur, «Pio XI e o racismo germânico», in *Lumen*, Ano III, Fasc. 4 (Abril 1939), Lisboa, pp. 206-16.

¹⁶³ Reitor do *Institut Catholique* de Paris, viria a ser membro do *Groupe Collaboration*, fundado na capital francesa durante a ocupação, no qual se reunia com, entre outras personalidades, Alphonse de Chateaubriant e Fernand de Brinon, o «Délégué général du gouvernement en zone occupée», e que constituiu o mais relevante dos «lieux de rencontre entre militants du collaborationnisme et notables vichystes» (DURAND, 1990: 223). Sobre a posição de Baudrillart durante a Ocupação, cf. CHRISTOPHE, Paul (1989). *1939-1940. Les catholiques devant la guerre*. Paris.

¹⁶⁴ «Syllabus de erros modernos», in *Lumen*, Ano II, Fasc. 10 (Outubro de 1938), Lisboa, p. 629.

¹⁶⁵ In *Lumen*, Lisboa, Ano II, Fascículos 11 (Novembro de 1938) e 12 (Dezembro de 1938), pp. 653-63 e 731-40, e Ano III, Fascículos 6 (Junho 1939), 7 (Julho 1939) e 8 (Agosto 1939), pp. 338-45, 408-15 e 476-85; as citações subseqüentes farão referência a esta nota.

¹⁶⁶ Ano II, pp. 654-55; itálico no original.

que o «anti-semitismo» seria «a faceta racista que menos resistência encontra», mas justamente numa passagem em que se cita um autor «hitleriano» (é este o adjectivo que se adopta no ensaio, em vez de nazi ou nacionalsocialista), Günther Gründel, a elogiar a maior competência política do «"chefe mais judeu da política inglesa das últimas gerações, Benjamin Disraeli"» e o carácter de algumas personagens que, «"como judeus, eram o menos escrupulosos possível"», e de cujos casos o autor do ensaio, Artur Bivar, falaria de «escândalos»¹⁶⁷. Em quatro páginas em que se expunham e transcreviam excertos do *Mein Kampf*, Bivar foi capaz de não incluir uma única das inúmeras referências que Hitler fizera aos judeus¹⁶⁸.

O que é que ocupava então a análise de Bivar? Sobre tudo os autores clássicos da «doutrina da superioridade da raça» (Gobineau, Lapouge, Houston Chamberlain, acrescentando-lhes Wagner), de resto criticados a partir de excertos «respigados», escreve-o o próprio Bivar, do número de Fevereiro de 1939 da revista belga *Nouvelle Revue Théologique*¹⁶⁹. Quando, na última parte do seu ensaio, publicado no número de Agosto de 1939 da *Lumen*¹⁷⁰, Bivar se decide a «entrar agora na exposição dos fundamentos científicos do racismo», critica-os a partir de material produzido pelos meios católicos em resposta à solicitação feita havia mais de um ano pelo Cardeal Baudrillart, mas sobretudo seguindo um livro de 1935, *Rasse und Volk*, da autoria do padre Wilhelm Schmidt¹⁷¹, «antigo professor da Universidade de Viena e actual director do Museu Missionário de Roma». A exposição, que aparecia dividida em sete partes - «conceito de raça ao longo do tempo», «clara distinção entre raça e nação», «valor do mendelismo na hereditariedade», «origem das predisposições hereditárias», «conceito dinâmico de raça», «os limites da hereditariedade mendiana [sic] no homem», «o problema das causas últimas das mutações» -, permitiu a Bivar fazer aos seus leitores eclesiais um breve exercício de divulgação das teses daquela que é designada como *escola históricocultural vienense*, «con cui praticamente tutta l'antropologia cattolica si identificò» e que «si fondava metodologicamente su una netta separazione tra l'etnologia (...) e l'antropologia fisica, che eliminava in via di principio la possibilità di derivare teorie sulle culture umane da dati somatici» (MAIOCCHI, 1999: 150). Reconheça-se a tal exercício um certo interesse intelectual, sobretudo se considerarmos o contexto ideológico em que se insere - o de uma sociedade geral e sumariamente convencida da sua *superioridade civilizacional* sobre as populações coloniais sob soberania portuguesa, sentimento descrito como sendo *natural e óbvio* -; não julgemos, isso não, é que tais teses fossem efectivamente adoptadas na prática de missionários ou de administradores coloniais... Uma segunda nota, já repetitiva: a exposição das teses de Schmidt não envolvia a mais pequena referência aos judeus ou a mais pequena crítica directa às ideias antisemitas.

¹⁶⁷ Ano II, pp. 738-39.

¹⁶⁸ Ano II, pp. 731-34.

¹⁶⁹ Cf. Ano III, pp. 338-45.

¹⁷⁰ Ano III, pp. 476-85.

¹⁷¹ Publicado em 1938 em Itália, sob o título *Razza e nazione* (Brescia: Morcelliana); Roberto Maiocchi faz uma detalhada análise desta obra in 1999: 150-54.

Pelo contrário, onde Artur Bivar se decidiria a ser específico e concreto, especialmente ao referir com toda a precisão personagens, ideologia e Estado, seria na parte do seu ensaio, publicada na *Lumen* de Julho de 1939¹⁷², em que discute a «verdadeira atitude da nova religião nacional-socialista perante todas as outras», manifestando-se o autor sintomaticamente preocupado em «desvanecer as ilusões que há em muitas almas ingénuas do nosso país». O autor fazia-o justamente porque garantia que de tais «ilusões poderíamos publicar testemunhos extraídos de cartas que temos recebido», imagina-se suscitadas pelo seu ensaio.

Não deixa de ser revelador que ao órgão oficial do episcopado português chegassem missivas, muito provavelmente de eclesiásticos, que os próprios redactores da revista descreviam como revelando «ilusões» face ao Nacionalsocialismo alemão - e isto transcorridos dois anos desde a oficialização, através de encíclica papal, do conflito entre o Vaticano e Berlim. Não deixa, também, de ser evidente que tal fosse possível e corrente; seis meses antes de se iniciar a publicação deste ensaio, um outro órgão da imprensa católica portuguesa, *A Voz*, havia-se lançado numa campanha contra refugiados judeus alemães e contra a *Obra de Resgate* de comunidades criptojudais no Norte de Portugal, em tons, como vimos, abertamente antisemitas. Neste sentido, parece um pouco forçado que Manuel Braga da Cruz possa dizer, na sua síntese sobre *O Estado Novo e a Igreja Católica*, que «é sobretudo a demarcação do nazismo que suscita entre as élites católicas a maior veemência», e que «perante o alastrar das simpatias que o movimento [nazi] ia também suscitando em Portugal, a imprensa católica vai pondo em contraste a "nobreza cristã e a prosápia hitlerista"», dando a entender que tais simpatias se manifestariam fora das fronteiras das «élites católicas», seguramente entre o «nacional-sindicalismo e um ou outro sector afecto ao Estado Novo» (CRUZ, 1998: 26 e 29). Não parece ser isto que se deduz da referência de Artur Bivar na *Lumen*.

Esta parte do seu texto inclui aspectos tão inesperados num ensaio sobre o racismo como as «revelações do Dr. Artur Dinter, que até 1928 viveu na intimidade do *Führer*», sobre «os sentimentos secretos de Hitler para com a Igreja católica», extraídos de um livro de Robert d'Harcourt, *Catholiques d'Allemagne*¹⁷³, do qual aproveita para transcrever e apresentar a síntese nele incluída «das teses principais» de *O mito do século XX*, de Alfred Rosenberg. Aqui, finalmente, era de novo inevitável fazer-se alguma referência ao antisemitismo que também contaminava a «rejeição [nazi] do Antigo Testamento», porque entendido como «encarnação do espírito de perversidade e anarquia do judaísmo», bem como a «denúnciação [sic] do veneno judeu no Novo Testamento», ou a tese propagandeada por Rosenberg de que «a Igreja é aliada do judaísmo demoníaco na conquista material do mundo». Mas era, em todo o caso, do conflito do *neopaganismo* nazi com o catolicismo que Bivar pretendia falar; a referência aos judeus e ao «judaísmo» era aqui evidentemente acessória, apesar de, insisto, o ensaio ser sobre o racismo.

¹⁷² Ano III, pp. 408-15.

¹⁷³ (1938), Paris: Plon.

Outros aspectos são relevantes para a contextualização desta tomada de posição pública da revista de formação intelectual do clero português. Por exemplo, recordar que no momento em que começam a ser publicadas as cinco partes em que o ensaio foi divulgado tinham passado mais de três anos sobre as Leis de Nuremberga e que estas seriam agravadas com nova legislação antisemita e anticigana na sequência de outro acontecimento com enorme impacto, e que ocorre também em coincidência cronológica perfeita com a publicação do «Ensaio crítico sobre o racismo»: o *pogrom* nazi da *Kristallnacht* (8/9 de Novembro de 1938). A todo o quadro legal e institucional do antisemitismo nazi e aos aspectos sociais da perseguição racial em geral, nem o autor, nem a revista no seu todo, se referem uma única vez; é curioso, contudo, que Artur Bivar não se refira à *Kristallnacht* mas que na revista, e pela suprema voz do Cardeal Cerejeira, se fizesse uma (curta e nada específica, é certo) denúncia do caso. Chama até especialmente a atenção o facto de a publicação do ensaio sofrer uma interrupção de seis meses desde a sua segunda parte, curiosamente os primeiros seis meses de 1939, em que a revista presta alguma atenção discreta ao conflito entre a Santa Sé e o Governo italiano a propósito da aplicação aos judeus convertidos ao catolicismo da legislação antisemita que o segundo aprovara, e à qual se fará referência num ponto posterior deste capítulo. Uma eventual hipótese de explicação poderia estar no facto de este passo político tomado pelo Estado fascista contrariar o discurso que se seguira nas primeiras duas partes do ensaio: o de que era a Alemanha o «centro de irradiação da doutrina racista (...) que se apresenta sob o aspecto de conquista científica», beneficiando «inegavelmente do justo prestígio da Alemanha, da *docta Germania*». Admitira-se desde o início que aquela doutrina «vai invadindo outros países, como a Itália», mas sossegava-se o leitor garantindo-se-lhe que ali «sofre [esta doutrina] restrições, quanto ao seu fundamento pseudo-científico (...) e se esquecem corolários políticos». Esta avaliação deixara, contudo, de ser verdadeira dois meses antes, já que a primeira das *leggi razziali* mussolinianas acabara de ser aprovada no início de Setembro de 1938 (cf. ZUCCOTTI, 2000: cap. 3). Da mesma forma que se reconhecia que também pela «Espanha nacional» se adentrara o racismo, Bivar apressava-se a sublinhar que «a *Falange Española* repudia abertamente as bases filosófica e biológica do racismo»¹⁷⁴. Quanto a Portugal, Bivar parece não estar preocupado; nenhuma referência, por exemplo, é feita ao fundo racista do movimento eugenista, que, como vimos, encontrara apoiantes nas mais altas esferas da Universidade e do aparelho de Estado, e contra uma parte de cujas propostas se mobilizavam vozes no mundo médico católico, por exemplo (cf. PIMENTEL, 1998).

Em geral, não deverá ser coincidência que Giovanni Miccoli faça sensivelmente a mesma avaliação que se acaba aqui de fazer da «risposta del mondo cattolico» no plano internacional àquela petição da Congregação romana dos Estudos, Seminários e Universidades. Ter-se-á tratado, necessariamente, de uma reacção orquestrada, na qual «si era generalmente mancato di stabilire un nesso tra il razzismo e l'antisemitismo, nel senso che alla condanna e alla ripulsa del primo si era evitato di aggiungere un'analogia presa di posizione nei confronti del secondo». Mais: esta resposta coexistia com

¹⁷⁴ Ano I, pp. 653; itálico no original.

«non poche autorevoli voci cattoliche [che] continuavano a sostenere la piena legittimità di un antisemitismo guidato o ispirato dalla Chiesa, e sul piano operativo, rispetto alle misure assunte del regime nazista contro gli ebrei, il magistero ecclesiastico si era ben guardato dall'esprimere qualsiasi pubblica opposizione» (MICCOLI, 2000: 310-11).

Não é difícil, portanto, perceber até que ponto se manteve e alimentou um discurso ambíguo em torno do posicionamento oficial católico face ao problema do racismo. Ao combate que o Vaticano move contra o avanço de formas que a Igreja considera inaceitáveis de um racismo que, no entanto, também ela partilha contra os judeus ou as populações *incivilizadas* do mundo colonial, acrescenta-se, acima de tudo, o silêncio quase generalizado desde que Pio XII chega ao trono papal, como veremos já a seguir.

Os que se aproximam mais da tese de que Pio XI teria, no último ano, senão nos últimos meses (Giovanni Miccoli fala dos últimos sete ou oito - cf. 2000: 317), do seu pontificado, que termina em Fevereiro de 1939, revelado uma percepção cada vez mais crítica da verdadeira natureza do antisemitismo nazi e das sua capacidade de arrastamento dos demais regimes autoritários, recordam o projecto de encíclica que «confió al general de la Compañía de Jesús, el polaco Wladimir Ledochowski, quien recurrió a la ayuda de otros tres eruditos jesuitas¹⁷⁵, para confeccionar el primer borrador» (CORNWELL, 2000: 214¹⁷⁶), a cuja tradução francesa tiveram acesso, recentemente e pela primeira vez, Georges Passelecq e Bernard Suchecky¹⁷⁷. O documento, preparado ao longo do Outono/Inverno de 1938-39, rigorosamente contemporâneo da *Kristallnacht* e da legislação antisemita italiana, e ao qual havia sido dado o título de *Humani generis unitas* (*A unidade do género humano*), nunca chegará a encontrar uma versão definitiva e, sobretudo, não lhe será dado andamento algum depois da morte do Papa por parte de Pacelli, o seu sucessor.

Para quem o analisou, como John Cornwell, «la sección que trata del racismo es irreprochable, pero las reflexiones que contiene sobre judaísmo y antisemitismo, pese a sus buenas intenciones, están impregnadas del antijudaísmo tradicional entre los católicos». Fundamentalmente, fixa a tese que guiará, afinal, a conduta do Vaticano durante a realização prática do Holocausto: «los judíos fueron responsables por su destino. Dios los había elegido como vía para la redención de Cristo, pero lo rechazaron y lo mataron. Y ahora, "cegados por sus sueños de ganancias terrenales y éxito material", se merecían la "ruina espiritual y terrenal" que había caído sobre sus espaldas». Neste mesmo tom, o documento «concede crédito a los "peligros espirituales" que conlleva "la frecuentación de judíos, en tanto

¹⁷⁵ O alemão Gustav Gundlach, de quem já lemos atrás a sua definição de um antisemitismo «não cristão» e de outro «permitido», o francês Gustave Desbuquois e o norteamericano John La Farge.

¹⁷⁶ Miccoli (2000: 312) descreve a situação de forma diferente: Ratti teria escolhido directamente La Farge, «che si era impegnato a fondo intorno ai problemi della minoranza nera negli Stati Uniti», o qual pediria ao padre Ledóchowski, geral da Companhia de Jesus, que lhe associasse os outros dois autores.

¹⁷⁷ (1995). *L'encyclique cachée de Pie XI. Une occasion manquée de l'Eglise face à l'antisémitisme*. Prefácio de Emile Poulat. Paris.

continúe su descreimiento y su animosidad hacia el cristianismo", o que obriga a Igreja Católica «"a advertir y ayudar a los amenazados por los movimientos revolucionarios que esos desdichados y equivocados judíos han impulsado para destruir el orden social"». E quando se tratava de defender a Igreja das acusações já então formuladas de antisemitismo, «el documento apunta los riesgos de que la Iglesia "se comprometa en la defensa de los principios cristianos y humanitarios viéndose arrastrada a la política puramente humana"», quando, pelo contrário, «"los problemas puramente terrenales, en los que el pueblo judío se puede ver envuelto, no le interesan"». O que, para Cornwell, «equivale a decir que los judíos se habían merecido los problemas que les acontecían, no a causa de su religión o su raza, sino debido a sus intereses políticos y comerciales, puramente humanos y seculares, por los que estaban pagando ahora el precio» (2000: 214-17).

Giovanni Miccoli revela-se-nos mais disponível para descobrir «un giudizio netto e privo di ambiguità» sobre uma questão que, se viesse a ser assumida pelo Vaticano, que não foi, representaria uma «condanna dell'antisemitismo e l'esplicita denuncia solenne di ogni prassi persecutoria nei confronti degli ebrei». Antes de mais, «la novità rispetto alla *Mit brennender Sorge* sta proprio» no facto de que «nel progetto di enciclica la condanna non è più limitata al razzismo neopagano soltanto», ainda por cima para se denunciar que «"risulta chiaramente che la lotta per la purezza della razza finisce coll'essere unicamente la lotta contro gli ebrei"». Teriam sido palavras duras que não sabemos até que ponto Pio XI teria ratificado. Sabemos isso sim, e o próprio Miccoli o reconhece também, «né la Germania, né i nazisti, né altri paesi sono esplicitamente nominati ma», uma vez mais como sucedera com a encíclica de 1937 que, essa sim, fora publicitada. Miccoli, como Cornwell, admite que o texto, no que se referia à relação Igreja/judeus «mostra (...) tutta la difficoltà del pensiero cattolico di avviare un discorso positivo sugli ebrei condannando l'antisemitismo contemporaneo», e que este mantinha ambiguidades tão estruturais como a de admitir que a Igreja, «"riconoscendo le situazioni molto diversi degli ebrei nei diversi paesi (...)»[.] lascia la soluzione di questi problemi ai poteri interessati, insistendo soltanto che nessuna soluzione è una vera soluzione se contraddice alle leggi molto esigenti della giustizia e della carità"» (MICCOLI, 2000: 319-20, 494).

Não abandonemos ainda esta questão, que tem vindo a alimentar muitas especulações favoráveis à tese da coragem moral e política de um Pio XI contrariado pelos meios mais conservadores da Santa Sé¹⁷⁸. Vejamos a perspectiva em que se coloca Susan Zuccotti sobre a postura de Pio XI. Ao escarpelizar a posição do Vaticano perante o antisemitismo em Itália neste período, a investigadora explicita a posição de quem supõe que «everyone at the time understood that the pope's words were directed against Nazi racism, and Nazi racism in the 1930s and early 1940s meant the persecution of the Jews». Por outras palavras, «the Holy Father did not have to spell it out. Jews and their defenders throughout the world understood, or thought they understood, and were grateful». Mas faziam-no, recorda Zuccotti, interpretando «subjectively Pius's words. They heard what they wanted to hear», porque «a

¹⁷⁸ É a tese de Miccoli - cf. 2000: 151-53, 161-63, 308-25.

condemnation of racism, after all, includes a condemnation of the persecution of Jews on purely racial grounds».

Zuccotti rejeita esta explicação das coisas. «The pope's speeches», aqueles que efectivamente foram divulgados, «cannot be read out of context». E a verdade é que «at the same time that they were being delivered, *L'Osservatore Romano* was publishing articles about the "Jewish question"», que a autora expõe no seu livro, «in Austria and Hungary (...) and about the Jews in the former Papal States (...). These and other articles repeated all the old anti-Jewish stereotypes» e a sua «implication was always that Jewish influence should be limited, and those who were Jews by religion or culture should be separated from the rest of society». Argumenta a autora convincentemente que «whether Pius XI personally shared these views is not relevant. What matters is that he did not publicly challenge them». Em sua opinião, «there was a good reason why he did not use the words "anti-Semitism" or "anti-Judaism"», e, ciente de que «the men who ran the Vatican were nothing if not intelligent», a razão era «because they chose not to. The difference between racism and anti-Judaism was clear to them. They chose occasionally to condemn racism that penalized Jews because of their blood. They did not condemn other types of anti-Jewish attitudes, which rejected Jews because of their religion and culture. The terrible truth was that they wanted the Jews to be put in their place» (ZUCCOTTI, 2000: 40).

Quanto a mim, não podendo estar mais de acordo com Miccoli quando entende que a publicação de uma tal encíclica «avrebbe comunque offerto un punto di riferimento solenne e di grande rilievo all'opinione pubblica cattolica per dissociarsi dall'antisemitismo e opporsi a esso» (2000: 321), parece-me absolutamente relevante que se avalie de forma correcta o peso histórico a atribuir à iniciativa do Papa Ratti, que se comprova ter contado com o entusiasmo de, pelo menos, dois dos seus encarregados (La Farge e Gundlach), reconhecendo desde logo que um maior peso, inegavelmente, há que ser atribuído ao facto evidente de a iniciativa ter redundado em... nada. Sobretudo, até, pelo processo interno dos meandros da liderança da Igreja Católica que o próprio Giovanni Miccoli descreve: primeiro, o papel comprovadamente obstrucionista que o dirigente máximo dos jesuítas, o polaco Ledóchowski, assumiu, em quem um jesuíta alemão percebeu, na época, um evidente «"antisemitischer Komplex"» e «"un'inclinazione per i sistemi autoritari"» (Friedrich Muckermann, cit. in MICCOLI, 2000: 314 e 318), além de um «prioritario timore del comunismo» que o fazia pensar «che non era opportuno su tale tema rompere con quelle potenze» - a Alemanha, a Itália - «che pur sempre si configuravano come un baluardo contro di esso»; depositário do projecto de encíclica, Ledóchowski decide fazê-lo passar pela análise do padre Enrico Rosa, «da vent'anni l'autore di alcuni degli articoli più violentamente antiebraici della "Civiltà Cattolica"¹⁷⁹», conservando-o depois em seu poder durante quatro meses, enquanto o estado de saúde do Papa Ratti se agravava. Para Gustav Gundlach, um dos autores do projecto, «il generale [Ledóchowski] aveva volutamente ritardato la trasmissione del progetto di enciclica al papa», no que ele descrevia como «"un tentativo di sabotare, con un'azione dilatoria, per ragioni tattiche e diplomatiche, la missione che vi è

¹⁷⁹ Curiosamente, Rosa morre pouco depois, a 26 de Novembro, e «non si sa se egli ebbe modo di esprimere e inviare al padre generale un suo parere sul progetto» (MICCOLI, 2000: 315).

stata confidata direttamente dal Pescatore [Pio XI]" (Gundlach, cit. in MICCOLI, 2000: 313). É uma carta de La Farge directamente enviada ao Papa que o leva a exigir «perentoriamente» que o geral da Companhia de Jesus lhe entregasse o projecto, já só no fim de Janeiro; três semanas depois, Pio XI morria.

E entra aqui a segunda personagem, bem mais representativa do que o chefe dos jesuítas: Eugenio Pacelli, eleito sucessor de Achille Ratti, e que se decide imediatamente a «avviare un processo di distensione con il Terzo Reich»¹⁸⁰. A própria documentação vaticana comprova, ao contrário do que julgavam Gundlach e La Farge, que Pacelli discutiu, e designadamente com os bispos alemães, se «"una trattazione magisteriale del problema della razza"» - e, de novo, desaparecia a explicitação do antisemitismo - «"attraverso un'enciclica, è consigliabile, gradita, [o] piuttosto da tralasciare?"» (nota da secretaria privada de Pio XII, transcrita in MICCOLI, 2000: 324). Ao contrário, portanto, do que julgavam aqueles dois jesuítas, a suspensão definitiva do projecto de Pio XI não resultou simplesmente de uma decisão de a «"sepolcare"», tomada «"en passant nel corso di una conversazione tra il signore supremo [Pio XII] e Paternità [Ledóchowski]"», já morto Ratti, mas principalmente de uma decisão de Pio XII, tomada seguramente com o acordo da chefia dos jesuítas, do episcopado alemão (com quem se reúne imediatamente depois do conclave que o elegeu), da Secretaria de Estado, em resumo, dos meios decisórios vaticanos (MICCOLI, 2000: 313-18, e 323-24). Eugenio Pacelli não se limitaria a congelar temporariamente a questão; Pio XII não publicará qualquer encíclica contra o antisemitismo durante os seus 19 anos de papado, o que implica dizer que o Papa não se pronunciará nunca sobre ele, e já nem sequer sobre o racismo em geral, em pleno Holocausto.

É, assim, e regressando à autodefinição que a Igreja Católica produz da sua própria postura face ao «problema semita», possível deduzir que a ideia que a Igreja pretende transmitir é a de uma «cosidetta "linea del giusto mezzo", una linea che non accetta di essere definita razzista, poiché fonda sul Talmud e non sul sangue le ragioni della diffidenza verso gli ebrei». Neste sentido, propõe-se como «paradigmatica di questo atteggiamento» a postura da revista jesuítica *Civiltà Cattolica*, «rivista autorevole anche in virtù dei suoi legami con la Segreteria di Stato [vaticana]», justamente num período em que esta era ocupada por Pacelli, o futuro Pio XII. «La condanna del montante antisemitismo [nazista] risulta mitigata dall'affermazione della necessità di una "giusta ed ecqua restrizione della preponderanza e prepotenza ebraica in tutte le parti e gradi della vita sociale a cui aveva dato ansa il vecchio liberalismo, collegato col settarismo di certi protestanti, a danno della Religione cattolica"» (padre Enrico Rosa, cit. in BENVENUTI, 1994: 266-67¹⁸¹).

Na mais moderada das interpretações sustentar-se-á, enfim, que «la posizione incerta e non sufficientemente determinata della Chiesa ufficiale in merito a questioni tanto drammatiche finirà

¹⁸⁰ Sobre o tema, cf. MICCOLI, 2000: 163-69.

¹⁸¹ Transcrito de «La questione giudaica e l'antisemitismo nazionalsocialista», in *Civiltà Cattolica*, nº 85, IV, 1934, p. 129.

inevitabilmente per privarla della forza, dell'autorità e della determinazione necessarie a fermare l'apparato persecutorio del regime quando sarà ormai chiaro a tutti a quali esiti tragici esso doveva condurre» (BENVENUTI, 1994: 267). Nesta perspectiva, discute-se o empenho, a qualidade, a eficácia da resistência, da denúncia da Igreja de Roma perante a perseguição antisemita.

E se não directamente antisemita, com aquelas outras formas de perseguição que ocorrem no seu contexto imediato, em fase de aberto e conhecido extermínio. Por exemplo, recordemos que a famosa intervenção pública do Bispo de Münster, o conde von Galen, que, sob a forma de sermão, pronuncia em Agosto de 1941 relativamente ao que as autoridades nazis designavam como *programa de eutanásia*, tomou-se do conhecimento, tanto de Salazar¹⁸², provavelmente por via vaticana, como, pelo menos meses mais tarde, se não antes, de Serrano e de Franco, através de um resumo que do sermão é enviado pelo embaixador espanhol junto da Santa Sé, José Yanguas¹⁸³. O diplomata, a propósito do que chama «la resistencia católica en Alemania», reúne vários «documentos de capital interés» que obteve no Vaticano, da autoria do bispo de Trier e do episcopado holandês, a propósito da «cuestión religiosa» que opunha uma parte da hierarquia católica a aspectos secularizadores da política nacionalsocialista. Apenas o sermão de von Galen retomava, de forma mais combativa, a Pastoral colectiva dos bispos alemães, de 26 de Junho anterior, «condenando la eliminación de los locos, viejos, inválidos e incurables, de los **hombres improductivos**», denunciando o bispo ser esta «una política deliberada, y apoyada por el Ministerio del Interior y el Doctor [Leonardo] Conti, Jefe de los Médicos del Reich» e «califica estas prácticas de homicidio premeditado (...) y condena con la mayor vehemencia la teoría de igualar [sic] a los **hombres improductivos** con viejas máquinas que ya no sirven, o viejos animales inútiles». O prelado alemão acrescentava ainda um detalhe que se viria a revelar carregado de significado: «los cuerpos [de las víctimas] son incinerados, a fin de que desaparezca todo vestigio del tratamiento eliminatorio». O embaixador de Franco, pela sua parte, descrevia a figura de von Galen, então com 63 anos, como pertencente «a una noble y antigua familia, alemán de pura cepa, (...) dotado de un vigor físico y moral poco común, (...) que pone en sus críticas la máxima acometividad», e transmitia a impressão dos seus informadores vaticanos de que a sua «claridad y ardor han servido para provocar una reacción entre los católicos, que estaban muy desorientados por el silencio de los prelados», bem como para conseguir pôr «ciertos frenos a las medidas extremistas, ignoradas por muchos»¹⁸⁴.

Esta apreciação da postura de von Galen por parte de um representante de um Estado que não permitira sequer a divulgação da encíclica *Mit brennender Sorge* é, no mínimo, surpreendente, além do mais porque confirma, em 1941, as conclusões dos estudiosos dos comportamentos de resistência de alguns católicos alemães sob o Nazismo. Era a todos os títulos reveladora a forma como a

¹⁸² Cópia in A.N.T.T., AOS/CO/NE-2, pasta 45.

¹⁸³ Transcrição de quase todo o sermão in NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1036-39.

¹⁸⁴ Ofício de Yanguas a Serrano, 19/11/1941, in A.M.A.E., R. 1177/1; sublinhado no original.

Administração nazi, confrontada com manifestações significativas de católicos mobilizados por um bispo, se convenceu de que «if any action was taken against the bishop the population of Münster could be written off for the duration of the war, and for that matter the whole of Westphalia», como terá dito Goebbels a um alto funcionário da Chancelaria. Para o ministro da Propaganda, «it would be better in wartime to preserve appearances where the Church was concerned. (...) In the case of the Church's counter attack [against the regime] in wartime this was extremely difficult, indeed next to impossible» (NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1039¹⁸⁵). E é neste contexto que, logo três semanas depois do sermão, Hitler optou, não pela suspensão definitiva do *programa de eutanásia*, é certo, mas, pelo menos, pela «restricción de su alcance, eligiendo las víctimas entre quienes no tenían quien los defendiera» (CORNWELL, 2000: 225)¹⁸⁶. Talvez ainda mais significativo: perante vozes que, de dentro do regime, como a de Martin Bormann, exigiam a prisão e execução de von Galen, o prelado foi deixado em liberdade, e, como informava Yanguas, do Vaticano, «sin que, a pesar de sus acusaciones, la Gestapo haya tomado hasta ahora ninguna disposición en contra suya, resultando falsa la información llegada al Vaticano de que no se le permitía salir de su palacio»¹⁸⁷.

Assumida esta atitude em pleno zénite do poder hitleriano, um mês depois do início da guerra, contra a União Soviética, há muito que investigadores como Günther Lewy concluíram: «"La opinión pública alemana y la Iglesia constituían una fuerza estimable, y podían haber desempeñado un papel en el desastre judío; ésta es la lección que puede deducirse del desenlace del programa de eutanasia de Hitler"» (cit. in CORNWELL, 2000: 226¹⁸⁸). Para John Cornwell, «la política centralista de la primacía papal» do papado de Pacelli «debilitó al catolicismo político durante dos décadas» e, acima de tudo, impôs as bases da «inmensa tragedia de la abdicación del catolicismo político» (2000: 223) num período em que a grande maioria dos Estados da vaga autoritária reivindicavam aberta e interessadamente uma identidade católica.

A crítica não pode ser interpretada como puro produto de uma visão actual, alheia à dos contemporâneos daqueles trágicos acontecimentos. Já em Abril de 1939, quando no próprio órgão da hierarquia eclesiástica portuguesa se analisava a postura do recentemente falecido Pio XI perante «o racismo germânico», se reconhecia abertamente que «a voz da Igreja era esperada com ansiedade. Dois anos antes de se publicar a encíclica *Mit brennender Sorge*, causava mal-estar na Alemanha o longânime

¹⁸⁵ Minuta de Walter Tiessler a Martin Bormann, 13/8/1941.

¹⁸⁶ No momento em que o faz, as estatísticas oficiais, e confidenciais, alemãs falavam em 71088 vítimas «adultas», e em cerca de 5200 «crianças». Um novo programa, o «14 f 13» foi, no entanto posto em prática até, pelo menos, ao fim de 1944, envolvendo, desta vez, «apart the mentally ill and sick concentration camp inmates, also included other groups - sick slave workers from Poland and Russia, *Mischling* children from reform schools, old people, particularly from institutions for the poor» - cf. NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1009 e 1040-41 (para os números), 1043-48 (para o programa «14 f 13»).

¹⁸⁷ Ofício de Yanguas a Serrano, 19/11/1941, já citado.

¹⁸⁸ Retirado de (1964), *The Catholic Church and Nazi Germany*. Nova York/Toronto.

silêncio dos Prelados e do supremo magistério da Igreja»¹⁸⁹. Sintomaticamente, a mesma revista, decidira, em Dezembro de 1941, transcrever «na íntegra» e sem comentários aquele que chamava «o último discurso do Arcebispo de Münster», mas que havia sido pronunciado quatro meses antes, sob o título «Situação religiosa na Alemanha»¹⁹⁰. Que discurso, no entanto, se escolhera? A *Lumen* seleccionara, pelo que se percebe do seu conteúdo, a segunda das três prédicas que von Galen fizera sucessivamente a 13 e a 20 de Julho e a 3 de Agosto, na qual o velho eclesiástico denunciava «actos de violência contra alemães sem culpa», referindo-se a crentes e a responsáveis de instituições católicas que as autoridades nazis haviam decidido dissolver. A revista, que omitia a data do discurso de von Galen, decidira, evidentemente, evitar publicitar uma denúncia muito mais chocante como fora aquela que von Galen tivera a coragem de fazer sobre o extermínio das *vidas inúteis*, que atrairia muito mais as atenções dos diplomatas, por exemplo, e que chegaria às mãos do próprio Salazar. Mas que, uma vez mais, não se revelaria aos católicos portugueses.

A consciência, pelo menos por parte de alguns sectores da Igreja de Roma, que poderíamos descrever mais reflectidos em Pio XI que em Pio XII, do que John Cornwell considera ter sido a «abdicación del catolicismo político» no papado de Pacelli, não é um fenómeno que se possa simplesmente atribuir a alguns críticos recentes da política vaticana do tempo, confortavelmente segurados por uma visão ética e histórica dos problemas que pareceria anacrónica nos anos '30. Não. Esta mesma visão seria facilmente identificável no espectro de posições ideológicas que nesses mesmos anos se manifestavam, até mesmo no seio do mundo católico, e contrariam, portanto, as teses tradicionalmente mais próximas da posição oficial do Vaticano, como a de Friedrich Engel-Janosi, face à discussão do *silêncio* de Pio XII perante o Holocausto e as políticas persecutórias nazis em geral. Nestas sustenta-se, já se sabe, que «questo silenzio non fu in alcun modo un cedere alla furia nazionalsocialista, o una connivenza con quegli uomini che già anni prima Pio XII aveva riconosciuto come "veri demoni"» e que «l'atteggiamento della Santa Sede verso il Terzo Reich fu definito in accordo coi vescovi tedeschi, la cui maggioranza (...) riteneva importante giungere a un "rapporto positivo" col loro governo.»

Nesta explicação do silêncio que o próprio Pio XII define como «"prudente riserbo"» (cit. in ENGEL-JANOSI, 1973: 295), terá prevalecido uma surpreendente forma de *democracia eclesial*: «Il Vaticano tenne conto di questo desiderio della maggioranza che era sul posto» (ENGEL-JANOSI, 1973: 292), e portanto, nas palavras do próprio Pacelli, «"laddove il Papa vorrebbe gridare alto, purtroppo talora gli è imposto il silenzio"» (cit. in ENGEL-JANOSI, 1973: 293). Perante casos como o de von Galen e o de muitos outros protagonistas, mais ou menos isolados do conjunto da hierarquia católica, da denúncia pública e da contestação prática da perseguição, da repressão e do assassinato nazis, é muito difícil sustentar a tese de que «una ricerca storica spassionata dovrà riconoscere che Papa Eugenio Pacelli fece

¹⁸⁹ Artur Bivar, «Pio XI e o racismo germânico», in *Lumen*, Ano III, Fasc. 4 (Abril de 1939), Lisboa, pp. 206-16.

¹⁹⁰ Cf. *Lumen*, Ano V, Fasc. 12 (Dezembro de 1941), Lisboa, pp. 736-42.

veramente e totalmente tutto ciò che nella sua situazione gli fu possibile fare» (ENGEL-JANOSI, 1973: 298).

Outra perspectiva possível deste fenómeno é aquela que o equaciona no seu contexto histórico, o que significa, inevitavelmente, questionar as responsabilidades da Igreja na difusão, inculcação e não revisão de teses antisemitas, com óbvias consequências na configuração de um antisemitismo genérico sem o qual seria impossível cimentar uma política persecutória com uma sequência genocida. Aqui haverá que recuperar a tese de Zygmunt Bauman, segundo a qual as elites cristãs teriam encarado desde sempre os judeus como «una singularidad, una entidad que desafiaba tanto la claridad cognoscitiva como la armonía del universo», precisamente porque «no eran simplemente infieles en una etapa anterior o posterior a la conversión [al cristianismo], sino gentes que conscientemente se negaban a aceptar la verdad cuando se les daba ocasión de hacerlo». Em consequência, «la identidad cristiana residía en el extrañamiento de los judíos» (BAUMAN, 1997: 49-50). Esta perspectiva histórica de interpretação ganha outros contornos na conjuntura da ascensão internacional do fascismo e do caminho que ela abre para a guerra mundial e, levantando mais alto do que alguma vez ocorrera o antisemitismo de Estado, abrindo identicamente o caminho do genocídio.

Na ambiguidade permanente da Santa Sé, que deixa o caminho aberto para que hierarquias eclesiásticas nacionais como a espanhola, ou a alemã, ou a eslovaca, ou a croata, ou a italiana, ou a polaca, ou a lituana, ou a maioria da francesa, assumam abertamente posições antisemitas e em vários casos colaborem directamente no genocídio ou na perseguição, é Pio XI, e não Pio XII, que representa a excepção, e aquele só na última fase do seu papado. Pacelli representou, ao longo da guerra, muito melhor do que o Ratti dos últimos meses de vida e papado, a postura de «most prelates of the Church (...), suspicious of those who were Jewish by religion or culture», os quais, já vimos, «saw Jews as agents of the challenge of modernism, the enemies of an increasingly vulnerable and threatened Church», e favoráveis, consequentemente, a que se retomasse um quadro jurídico e social de separação e segregação dos judeus e de outras minorias culturais (religiosas, como os protestantes, ou políticas, como os comunistas, os socialistas ou os anarquistas). «They did not approve of violence», concede Susan Zuccotti, desvalorizando neste comentário final do seu estudo sobre a postura da Santa Sé perante o Holocausto, da orgia de violência nos anos '30 e '40 em que eclesiásticos católicos se envolveram em Espanha, na Croácia, na Alemanha e nos territórios ocupados a Leste, «but they preferred to overlook it at first as temporary, in the hope of achieving the objective of separation». E, confrontados com a realidade da violência extrema exercida sobre os judeus, respondiam que «after all, many others were suffering. Why should the torments of the Jews be any different?» (ZUCCOTTI, 2000: 317-18)¹⁹¹.

A Igreja portuguesa, por exemplo, seguiu quase sempre os passos do Vaticano. Se a sua imprensa se empenhara numa cautelosa reprovação do racismo alemão nos últimos anos '30, medira

¹⁹¹ Sobre toda esta problemática, cf. ainda os recentes PHAYER, Michael (2000). *The Catholic Church and the Holocaust, 1930-1945*. Indiana University Press; e SARFATI, G.-E. (2000). *Le Vatican et la Shoah, ou comment l'Église s'absout de son passé*. Paris: Berg, International Éditeurs.

bem as suas palavras para não condenar o racismo italiano, tão institucionalizado a partir de 1938 como o alemão; referências ao antisemitismo, muito escassas e suficientemente ambíguas para que não impedissem tiradas antisemitas na boca ou na pena de católicos sem que estes se pudessem sentir em contradição com a doutrina oficial da Igreja. Ainda em tempos de Pio XI, em Dezembro de 1938, precisamente enquanto em Roma se aborta a hipótese de uma encíclica contra o antisemitismo, o Cardeal Patriarca de Lisboa, num artigo sobre a «Acção Católica e Política», forçosamente polémico com a atitude dos Estados autoritários face à amplitude de actuação das associações católicas, produzirá a única referência à perseguição aos judeus que a *Lumen*, revista que quase lhe era privativa, publicará até 1945, sem que os estudos até hoje produzidos sobre ele tenham podido recensar alguma outra. O catolicismo, vinha ele dizer quando discutia a sua eventual dimensão «política», que Cerejeira negava, «não pode deixar de denunciar o erro racista, porque este é a negação do dogma da Redenção Cristã» - e até aqui, nenhuma novidade. «Não pode deixar de denunciar o erro do culto pagão da força, da ambição, da violência, da dureza, do ódio (de que o mundo indignado acaba de presenciar cruel exemplo na afrontosa perseguição aos judeus) como oposto ao espírito de Cristo»¹⁹². A *Kristallnacht* havia ocorrido poucas semanas antes, e tivera evidentíssima repercussão na imprensa internacional. À boa maneira vaticanista, tratando-se da Alemanha nazi não se referia claramente quem eram os portadores «ódio», da «violência», mas, apesar de tudo, e pela primeira (e única) vez designavam-se os judeus como as vítimas.

Durante a guerra mundial, contudo, quando o Holocausto é desencadeado, é outra vez o silêncio sobre a perseguição antisemita que prevalece, ao mesmo tempo que se reduz o enunciado das críticas ao racismo. Ao longo de todo o conflito, por exemplo, recensam-se duas únicas referências na revista oficial do episcopado português, a *Lumen*. Uma, pela boca do próprio Cerejeira, que na sua mensagem de Natal de 1940 critica simultaneamente «o nacionalismo exaltado, pagão», «o marxismo socialista e comunista», «o capitalismo anónimo, internacional», «a democracia laica», à qual atribui um «conceito totalitário do Estado», e que com bastante clareza se refere ao «racismo, elevado a doutrina filosófico-política que funda sobre a desigualdade das raças o novo direito natural (dirá mesmo divino) do domínio duma sobre as outras, refará até o conceito de raça eleita»¹⁹³. Clareza na condenação teórica do racismo, e, de novo, silêncio na referência àquele que já então era o mais agressivo e violento dos racismos, o antisemitismo.

Quanto a este, far-se-á na *Lumen* uma única referência em todo o período da guerra. Trata-se, como em muitas outras situações, de um daqueles produtos do ritmo lentíssimo a que uma autorização superior para a abordagem de determinados temas chegaria aos responsáveis pela revista. Da mesma forma que uma homilia de um bispo alemão critica com a política religiosa do III Reich se

¹⁹² In *Lumen*, Ano II, Fasc. 12 (Dezembro de 1938), Lisboa, p. 716.

¹⁹³ «Mensagem de Natal de Sua Excelência o Cardeal Patriarca de Lisboa», in *Lumen*, Ano V, Fasc. 4 (Abril de 1941), Lisboa, p. 236.

publicava com quatro meses de atraso, escolhendo-se um texto menos polémico do que aquele *de que se falava*, também aqui, em Março de 1942, com seis meses de atraso, se transcreviam uns quantos «períodos» (que ocupavam uma só página da *Lumen*) de «um longo estudo sobre *O problema judaico*, publicado na *Revista Javeriana*, de Bogotá», ou seja, de um órgão católico de segunda linha¹⁹⁴, com data de Agosto do ano anterior. Contribuindo para dificultar a compreensão, o processo seguido na transcrição de excertos do artigo original retirou unidade e coerência geral ao texto que aparece na revista portuguesa. A primeira metade do texto resultante é uma confusa exposição de situações históricas em que os judeus eram «perseguidos por toda a parte», algumas das vezes aqui descritas perseguidos pela própria Igreja, «excepto sob as chaves do Papa», ou seja, nos Estados Pontifícios. Com maior clareza, incluíam-se referências às duas únicas intervenções públicas e oficiais do Vaticano de condenação do antisemitismo ocorridas na época contemporânea: à primeira, que aqui aparecia como «a declaração do Santo Ofício de 25 de Dezembro de 1928»¹⁹⁵ em que se condenara «"esse ódio que hoje em dia se costuma designar comumente com o nome de anti-semitismo"», era literalmente a primeira vez que se lhe fazia referência na *Lumen*; a segunda era a inesperada intervenção de Pio XI frente a uma «peregrinação da Acção Católica belga», em 1938 (na revista não se indica qualquer data), em que, «comentando algumas palavras do cânone da missa» relativas ao patriarca Abraão, Pio XI teria dito que «"o anti-semitismo é incompatível com o pensamento e as realidades sublimes que se exprimem neste texto"» e que ele era «"um movimento no qual nós, os católicos, não podemos tomar parte alguma, pois somos espiritualmente semitas"». O curto texto terminava com a repetida afirmação de que a Igreja «deseja o regresso de Israel ao lar», perguntando-se «como será esse regresso? Será em forma de Estado renovado, o sionismo cristão [sic]? Será pela conversão individual?» As últimas frases do texto, presumindo-se serem elas a resposta, eram: «O século XX está assistindo a dois factos igualmente significativos: o movimento sionista e o ritmo acelerado de conversões judias»¹⁹⁶. Nenhum outro comentário era feito nem nenhuma outra informação era transmitida para ajudar o leitor a perceber, por exemplo, que nenhum dos Estados que perseguiam e discriminavam as comunidades judaicas reconheciam legitimidade a estas conversões, justamente quando recentes, contemporâneas da perseguição; sobretudo para perceber, ou dar a perceber, aquilo que, por então, já vários órgãos de informação de todo o mundo haviam noticiado, e que a própria Santa Sé, em primeira mão, sabia: a dimensão e a qualidade genocida da agressão aos judeus.

Apesar de tudo, por muito tardiamente que fosse, o órgão do episcopado português

¹⁹⁴ A *Lumen* tinha-se já referido meses antes a um elogio que a mesma revista colombiana teria feito de Salazar, descrevendo-o como «discípulo de Maurras».

¹⁹⁵ Erro de designação do documento (tratava-se de um decreto) e de datação (25 de Março, não de Dezembro).

¹⁹⁶ «A Igreja e o Judeus», in *Lumen*, Ano VI, Fasc. 3 (Março de 1942), Lisboa, pp. 179-80; sublinhado na revista.

servia-se de um processo indirecto (e isolado, e pouco contextualizado, e de autoria não própria) para condenar o antisemitismo. Não deixava, isso sim, de formular como solução do «problema judaico» (o título, recorde-se, do artigo da revista colombiana; em nenhum momento se lhe chamava o «problema antisemita») a conversão pura e simples dos judeus ao catolicismo - ou seja, a eliminação da sua identidade diferente. A proposta, reconheçamo-lo, nada tinha de surpreendente numa Igreja evidentemente intolerante com as minorias religiosas nas sociedades nas quais se sentia hegemónica (e não simplesmente maioritária). E a proposta adquiriu várias vezes tonalidades sinistras. Não só quando a Santa Sé, perante situações aflitivas de perseguição, aceitou interceder em favor apenas de judeus convertidos ao catolicismo (cf. ZUCCOTTI, 2000), mas também quando a conferência episcopal portuguesa, enquanto pelo seu país vão passando alguns milhares de refugiados judeus em fuga da perseguição antisemita e política, propõe, no início de 1941, uma perturbante metáfora sobre a «infidelidade de Israel» que atrairia o «flagelo de Deus».

Efectivamente, numa «Pastoral Colectiva do Episcopado Português», que a revista *Lumen* divulga em Março daquele ano, sustentava-se a tese, muito típica da moral católica, de que «quase desde o princípio do mundo aparecem as guerras a enlutar a vida dos povos, e aparecem sempre ou quase sempre como castigo de Deus pelas infidelidades dos mesmos povos». Explicava-se esta situação por uma «lei» que sensivelmente vinha dizer que «os homens afastam-se dos rectos caminhos, calcam a lei do Senhor, entregam-se à devassidão e à injustiça, desprezam Deus e os seus direitos; e outros homens, igualmente esquecidos de Deus e revoltados contra a sua lei, irrompem contra eles e afogam no sangue alheio e no próprio sangue as iniquidades que os manchavam». Se o documento se ficasse por esta simples equação, nada nele chamaria a atenção. Mas, no momento em que a perseguição antisemita era um assunto mais do que conhecido pela opinião pública portuguesa, uma vez que o país, ou pelo menos as suas maiores cidades, se confrontavam desde havia anos com a presença de alguns refugiados judeus, e poucos meses depois de a França de Vichy, sistematicamente elogiada pelo regime salazarista e pela imprensa por ele controlada, se somar voluntariamente aos Estados que perseguiam jurídica e policialmente os judeus, a pastoral dos bispos portugueses especificava, preto no branco:

«A história do povo eleito é, por assim dizer, uma confirmação constante desta lei que certos filósofos diriam de justiça imanente, mas aqui exposta com uma clareza que não admite a mínima tergiversação. Quando Israel volta as costas ao Senhor seu Deus para adorar deuses estranhos, e mancha a santidade do Tabernáculo ou do Templo com seus vícios e com suas orgias, em geral, não vem o castigo imediatamente, mas ergue-se austera e visível a voz dos videntes, enviados por Deus num rasgo de misericórdia a avisar o povo de que o Senhor está indignado e o castigo está iminente, e ou arrepia caminho ou virão os povos estranhos e pagãos fazer justiça e punir duramente a sua felonía»¹⁹⁷.

É irrecusável que nesta arcaica linguagem esteja contido o mesmo *antijudaísmo* de sempre de que falam os autores que entendem não haver antisemitismo *biológico* no catolicismo da

¹⁹⁷ In *Lumen*, Ano V, Fasc. 3 (Março de 1941), Lisboa, pp. 204-05.

época, e sim um preconceito *religioso, teológico*, contra os judeus; mas a metáfora utilizada em referência directa à guerra mundial - era dela que se tratava - não admite aqui tal interpretação simplista. Para exemplificar o *castigo* divino inscrito no «flagelo da guerra», os bispos portugueses, em 1941, ano e meio depois do início da guerra e não propriamente para comentar o seu recente desencadeamento, não a descreviam como um *castigo* para os povos que vivessem no laicismo (os franceses?), ou no materialismo capitalista (os britânicos?), ou no *neopaganismo* (os alemães?), tudo erros que Igreja condenava; descreviam-na, sim, como «justiça e dura punição» que «povos estranhos e pagãos» teriam vindo fazer contra «o povo eleito», contra «Israel»...

Nos anos '30 e '40, portanto, não estavam em causa simplesmente tradições mais ou menos arcaicas do mundo católico. A Igreja e muitos dos intelectuais que dela se reivindicavam propunham explicações para o que diziam ser os «grandes erros» da contemporaneidade, nas quais os judeus, e mais o judaísmo que o sionismo, apareciam como seus responsáveis, muito longe, portanto, do âmbito estritamente religioso, e que em nada, ou em muito pouco, se distinguiam daquelas que os dirigentes dos vários regimes fascistas ou fascizados do período propunham. Receptores deste tipo de informação ambígua, de posicionamento pouco claro, muitos católicos portugueses (e espanhóis, evidentemente) não terão ficado convencidos de que o antisemitismo ou o próprio racismo fossem efectivamente incompatíveis com a sua identificação como crentes. Era o caso, por exemplo, de António Mattoso que, na polémica que se citou atrás, sustentava que «o apelo à raça pode não ter nada de censurável, sob o ponto de vista católico». Na encíclica *Mit brennender Sorge* de Pio XI, segundo ele, «verifica-se que a Igreja acha condenável a palavra "revelação", aplicada às sugestões do sangue e da raça, acha lastimável que o sentido cristão do termo, significando a palavra de Deus aos homens, se atribua a arbitrarias revelações derivadas do mito do Sangue e da Raça». Mas, tal como hoje muitos historiadores sublinham criticamente na encíclica do Papa Ratti, «não condena, porém, as medidas tomadas pela juventude alemã para a constituição duma "comunidade étnica", no amor da liberdade e da inviolável fidelidade à pátria». Presume-se, portanto, que para Mattoso estas seriam positivas, de sentido semelhante àquele que ele próprio havia atribuído à anterior citação de Hitler. O divulgador firmava melhor ainda a sua argumentação ao ir buscar ao chefe da Igreja portuguesa, Gonçalves Cerejeira, a «condenação só do "culto exclusivo da raça", da "nova religião fundada no mito da raça", da ideia de que Deus se revela "através da raça na consciência dos seus chefes"», para dali se poder deduzir que as versões não *exclusivistas* do racismo não seriam negativas, muito menos condenáveis. Um católico convicto como ele, recordava, contemporaneamente à perseguição genocida, que Cerejeira se referira à «"épica empresa da formação do Brasil"» como sendo aquela em que Portugal «"empenhou o que tinha de melhor", dando-lhe "o sangue do seu povo, que não quis misturar com o de raça real dos judeus"»; que entendia a «"raça"», juntamente com a «"inteligência, educação, virtudes, meios"», como o primeiro dos critérios para seleccionar vocações sacerdotais; que se dirigira à *Juventude Católica Masculina* formulando o voto de que «"sereis da raça daqueles de que surgem as colunas para sustentar os

povos"»¹⁹⁸ (MATTOSO, 1944: 549-56, 558-61¹⁹⁹).

Ora, na presença de novas formas de antisemitismo oficial, e apesar de perceber o salto qualitativo que elas significavam relativamente ao passado, a Igreja Católica não só não reviu as suas posições antisemitas, ou «antijudaicas», como alguns preferem, anteriores, como não deixou de as difundir a par da propaganda de Estado, como se se tratassem de uma alternativa mais moderada, mas ainda e sempre profundamente discriminatória do povo judeu. É legítimo, é razoável e é inevitável que nos perguntemos «in che misura, insomma, la Shoah non fu facilitata anche da sordità, indifferenze, ostilità, che trovarono nella tradizione cristiana e nell'insegnamento della Chiesa una ragion d'essere e una giustificazione» (MICCOLI, 2000: 263).

Esta Igreja, o seu Papa e os seus responsáveis, salvo algumas honrosas exceções, não podem, neste contexto descrito, ser tornados como travões que terão refreado significativamente regimes genocidas como o nazi (cuja elite era em grande parte católica, de formação e de autodefinição) ou o eslovaco e o croata (assumida e militantemente católicos); muito menos terão procurado impedir a deriva antisemita doutros regimes intrinsecamente ligados ao mundo católico como o fascista italiano, o de Horthy na Hungria, o de Pétain em França, colaboradores do genocídio; e dificilmente terão contribuído para uma maior abertura de regimes católicos como o de Franco e de Salazar face ao problema dos refugiados judeus estrangeiros e, até, nacionais. A relevância deste raciocínio crítico, que a tem *per se*, evidentemente, é que, no âmbito do meu trabalho, ajuda-nos a perceber porque é que a mesma crítica deve ser aplicada ao discurso autocomplacente que o Salazarismo e o Franquismo de si próprios fizeram.

¹⁹⁸ Mattoso retira estas citações do 1º vol. (1936) das *Obras Pastorais* de Cerejeira, sem especificar datas dos textos.

¹⁹⁹ Itálico no original.

CAP. 12: SALAZARISMO E FRANQUISMO PERANTE O «PROBLEMA SEMITA» ATÉ À DECLARAÇÃO ALIADA SOBRE O «EXTERMINIO» (DEZEMBRO DE 1942)

O primeiro quartel do séc. XX representou uma fase áurea no processo de emancipação da identidade judaica no seio da maioria das sociedades europeias. Neste processo foi central o avanço da laicidade do Estado e da sociedade que permitiu reduzir seriamente o peso das igrejas cristãs na conformação das relações políticas e sociais, aspecto particularmente notório na trajectória histórica das sociedades ibéricas até meados da década de '30. Uma das suas consequências terá sido a alteração substancial da relação entre as comunidades judaicas e o Estado, como já vimos. Entre elas, lugar relevante tinham as comunidades judaicas que, fora da Península, se definiam como historicamente ligadas a Portugal e a Espanha.

12.1 Os judeus «de origem» portuguesa e espanhola

Alterações no quadro político do Próximo Oriente e dos Balcãs levou a que, primeiro a República portuguesa, depois a ditadura espanhola de Primo de Rivera, tomassem medidas legais que permitiram o reconhecimento das respectivas nacionalidades a um conjunto relativamente significativo de judeus, herdeiros do legado histórico dos expulsos de Espanha pelos Reis Católicos, e de Portugal por D. Manuel I, designadamente residentes na Grécia, e sobretudo em Salónica.

A integração desta cidade e da Macedónia grega no território helénico, em 1913, depois de guerra com o Império Otomano, provocou uma vaga de manifestações antisemitas por parte dos conquistadores que levaram muitos judeus a procurar a protecção de consulados estrangeiros. Cerca de 400 famílias, por exemplo, «de origem portuguesa, pedem a reintegração na sua primeira nacionalidade, para evitar a assimilação pela soberania helénica», o que é «acolhido com "muita simpatia" pelo Governo português» da jovem República. São, assim, enviadas instruções para que «as missões consulares reconhecessem a nacionalidade portuguesa a todos os judeus que a requeressem e mostrassem serem descendentes de judeus que haviam deixado Portugal devido a perseguição política ou religiosa» (MELO, 1998). Formalmente, proceder-se-ia a uma «matrícula consular concedida como preliminar da naturalização» e, a pretexto da guerra de 1914-18 que envolve prolongadamente Salónica, esta situação ambígua prolongar-se-á no tempo durante várias décadas: *matriculados* mas não *naturalizados*, o Estado português, sobretudo avançando a vaga antisemita, hesitará em reconhecer a nacionalidade a estes «judeus levantinos», como lhes chama a Administração, que, no entanto, se reivindicam portugueses (cf. FRANCO, 1999).

No caso espanhol, as guerras balcânicas de 1912-13 não produzem uma reacção semelhante. Pelo contrário, as condições estão maduras, aparentemente, para que se publique legislação neste sentido na sequência da assinatura do Tratado de Lausanne, em 1923, que concluía a paz entre gregos e turcos. Um Decreto da Ditadura de Primo de Rivera, publicado em Dezembro de 1924, permitia a aquisição, ou a simples confirmação, da nacionalidade espanhola para todos aqueles, provavelmente na

sua grande maioria judeus sefarditas dispersos pelo Mediterrâneo Oriental, segundo Haim Avni, que, reivindicando de alguma forma legalmente prevista a nacionalidade ou a *tutela* espanhola mas encontrando-se numa «"situación indefinida"», confirmassem a vontade de assim permanecer perante uma representação consular deste país. De forma seguramente ingénua, os diplomatas de Primo de Rivera assumiam a «"consideración patriótica de que esos elementos son en general conocedores de nuestro idioma, y han de resultar (...) en beneficio de nuestras relaciones culturales en países lejanos, en los cuales forman colonias que pueden ser de verdadera utilidad para España"» («Exposición» que acompanha Real Decreto de 20/12/1924, cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 75).

Se é certo que este instrumento legal «should not be regarded as granting Spanish citizenship to the Sephardic Jews indiscriminately and ubiquitously, as was claimed later by official sources and repeated even in knowledgeable publications, for the decree and its accompanying regulations deny such possibility», a verdade é que «created a legal opportunity for Jews enjoying Spanish tutelage to obtain citizenship and perhaps made it possible for others in extraordinary cases to receive Spanish protection» (AVNI, 1982: 33).

O sistema comportava, tal como no caso português, fortes doses de ambiguidade, uma vez que se conservava assim em alguns países um conjunto de pessoas que eram consideradas «llanamente *súbditos españoles*, para esos países, mientras que para España seguían siendo nacionales de esos países y sólo protegidos españoles» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 47). Esta ambiguidade constituiu, de resto, uma base relevante da resistência legalista que a política externa centralmente definida em Madrid ofereceu à concessão de protecção formal espanhola a comunidades inteiras de judeus sefarditas que se verão perseguidos em vários países a partir de finais da década de '30, e sobretudo, claro está, durante o conflito mundial.

Em todo o caso, perante o novo quadro legal, «las comunidades judías en general, y los sefarditas en particular, interpretaron que si se les concedía la nacionalidad, podían establecerse en España» e, sobretudo durante o ano de 1929, estendera-se por várias delas a convicção de que se abriam as portas do regresso *histórico* a Espanha. Esta «errónea interpretación de la política española» terá provocado «prevención» nos sectores conservadores, tradicionalmente antisemitas, da elite espanhola, designadamente aquela que ocupava os lugares cimeiros do Estado nesta fase final da ditadura de Primo de Rivera, partidários seguramente da tese que, anos mais tarde, a franquista *Revista de Estudios Políticos* sustentaria, de que este era «un artero y fracasado intento de arraigar en suelo español sectas e iglesias extrañas y hasta de atraer a los míseros judíos del Oriente para que se establezcan de nuevo en la Península» (JORDANA, 1941: 639). Instruções foram emitidas em Janeiro de 1930 de Madrid para a generalidade do sistema diplomático e consular espanhol, que fixava como primeiro critério a usar perante qualquer solicitação de judeus sefarditas de imigração para Espanha o esta «no ser prudente», mais, ser «políticamente conveniente» que estes se mantivessem «en el extranjero». A tese é que «no era aconsejable, por el contrario, crear núcleos de sefarditas en España, ya que "constituyen, como es de costumbre, una verdadera organización peculiar, con fines propios y riesgo de

perturbar el funcionamiento normal de nuestras instituciones».

A «Real Orden Circular Reservada 570-bis» que reunia estas instruções, e que marcará, afinal, a postura espanhola (governos da República até 1936, Junta de Burgos a partir de então) até ao início da guerra mundial, terminava recomendando que se «cuidara de informarse muy bien sobre los antecedentes y circunstancias» da vinda a Espanha de judeus sefarditas «aislados», e «*dificultar el traslado a España, en forma discreta*, de los que pretenden instalarse aquí para el desarrollo, con carácter permanente, de sus actividades», com especial prevenção contra, já então, «el ingreso en nuestro país de agentes de propaganda bolchevique» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 53-54, 56-57 e 60-61¹).

Ao contrário do que se pudesse imaginar, esta política, ainda que eventualmente não as suas motivações ideológicas, acabou por ser a que, num contexto de grave recessão económica mundial e de crescimento político e social do antisemitismo, foi seguida pelos governos da II República, proclamada em Abril de 1931, justamente confrontados com as consequências do «notable impacto causado en las comunidades judías de todo el mundo» pela «declaración de libertad religiosa y la laicidad del Estado»: as petições de imigração judaica para Espanha conhecem «un aumento constante, que llegará a ser muy numeroso en el año de 1933, como consecuencia de la subida del nazismo en Alemania, siendo los nacionales de este país los que realizaron mayor número de peticiones». Se os governos republicanos-socialistas (1931-33) assumem uma «política de altibajos y de declaraciones personales», a ascensão da direita laica, e depois em coligação com a católica, ao poder (1933-36) marca uma «orientación claramente contra la posible entrada en el país de individuos o grupos de judíos».

Esta avaliação negativa da política efectivamente seguida pelo aparelho diplomático e policial espanhol não impediu que, desencadeada a feroz perseguição antidemocrática e antisemita do governo nazi, se criasse «en el exterior la imagen de una España con gran sentido humanitario y voluntad acogedora, despertando admiración y entusiasmo en el seno de las organizaciones sionistas y de las comunidades sefarditas». Esta imagem reflectiu-se, aliás, na proposição de alguns projectos de acolhimento de refugiados judeus em Espanha que não terão seguimento graças à oposição velada, ou a manobras dilatórias, da administração espanhola. E, no entanto, até mesmo do ponto de vista estritamente legal, no plano constitucional até, as comunidades de judeus sefarditas de origem espanhola tinham razões para alimentar estas esperanças. Um parágrafo do art. 23º da Constituição da República Espanhola, de 1931, previa expressamente que «una ley establecerá el procedimiento que facilite la adquisición de la nacionalidad española a las personas de origen español que residan en el extranjero»². Os constituintes haviam, assim, escolhido uma expressão («origen español») que abarcava habitualmente os judeus sefarditas.

Exemplo profundamente esclarecedor da tradição implantada na percepção política que

¹ Itálico no original.

² Cf. FARIAS, Pedro (1975). *Breve Historia Constitucional de España (seguido de los textos Constitucionales desde la Carta de Bayona a la Ley Orgánica)*. Madrid: Doncel, p. 342.

do problema se tinha nos gabinetes da Administração central de Madrid foi o «primero y único intento oficial para llevar a cabo una política sefardí durante la II República», ao longo do ano de 1933, enquanto as esquerdas ainda governavam. Interrogados os representantes diplomáticos e consulares espanhóis nos vários países onde viviam judeus sefarditas que mantinham alguma relação formal com o Estado espanhol, a generalidade das opiniões transmitidas a Madrid denunciavam que «la política sefardita siempre se había abordado desde la perspectiva del *prejuicio*, intentando sacar provecho de las comunidades sefarditas, pero nunca animándolas a apreciar a España». Entre outras consequências, destacavam que «muchos sefarditas no se habían acogido al Real Decreto de diciembre de 1924 sobre nacionalidad», justamente «por falta de publicidad del mismo, en razón de que desde Madrid se consideró que no convenía hacerlo excesivamente público». E apesar de todas estas críticas à política definida em Madrid, o relatório final que a Sección de Europa do Ministerio de Estado³ apresenta superiormente em Agosto de 1933 opunha-se vigorosamente a qualquer processo de «nacionalización en masa, por los peligros que en *esos momentos* pudiera acarrear concederla a individuos que la aprovecharían para fines ajenos [a] los que se inspiraba el artículo 23 de la Constitución» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 81-82, 112, 91-92, 106-07⁴).

Pelo seu lado, o Governo português decide actuar quando se lhe depara a possibilidade real de refugiados judeus fugidos da Alemanha, ou de qualquer outro Estado que, por sua vez, lhes tivessem colocado dificuldades, recorrerem ao regulamento português de 1913 previsto para os chamados «judeus levantinos». Uma circular de Agosto de 1936, emanada do M.N.E., passa a considerar como *pseudoportugueses*, logo portadores de documentação nacional ilegítima, não só os poucos refugiados que assim a teriam conseguido, mas todos os «judeus levantinos», sem excepção. Era esse, pelo menos, o espírito da circular «que ordena a não revalidação dos passaportes e bilhetes de identidade» destes cidadãos (MELO, 1998a⁵). Em geral, esta será também a atitude dos Governos de Franco perante os judeus sefarditas que se acolheram à legislação de Primo de Rivera. Em Julho de 1944, por exemplo, o ministro Gómez de Jordana, ciente desde havia quase dois anos da natureza genocida do que entretanto ocorria nos territórios sob controlo alemão, pedia ao seu ministro em Bucareste que, ao identificar possíveis candidatos a repatriamento, lhe indicasse se se tratavam de «"españoles verdaderos o de sefarditas de nacionalidad española"» (cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 211).

No caso português, «foi accionada a polícia política, e canceladas muitas dessas inscrições duvidosas», concluiu Manuela Franco (1999: 318), mas a recepção destas medidas não seria pacífica entre o corpo consular, como veremos mais adiante, justamente pela desprotecção em que

³ Designação que, por então, tinha ainda aquele que se ocupava das relações externas, posteriormente rebaptizado «Ministerio de Asuntos Exteriores».

⁴ Itálico no original.

⁵ O autor refere-se à circular nº 29 do M.N.E., de 17/8/1936.

deixou alguns dos que muito pouco tempo depois seriam perseguidos também eles.

Ainda não se desencadeara a Guerra de Espanha e já se acentuavam as consequências da ascensão do hilerismo ao poder na Alemanha no que diz respeito à agressão contra a comunidade judaica daquele país. Esta, por sua vez, acentuava, propiciava, um ambiente crescentemente antisemita por toda a Europa, sobretudo pelos Estados mais conservadores da sua parte oriental. O mesmo ambiente no qual, como bem destacam vários especialistas, se tornou mais fácil impor a lógica da *Shoa*. Os judeus, alemães e não só, em demanda de refúgio encontraram, na maior parte dos casos, as portas fechadas, ou então depararam com enormes obstáculos a superar. E procuraram todas as possibilidades que se lhes abriam.

12.2 O regulamento português de 1936 e a posição perante as primeiras políticas internacionais para os refugiados

Entre elas, e transtornada a Espanha pela guerra, colocaram a hipótese portuguesa. Consulados honorários em Viena, em Milão, em Atenas terão acabado por conceder passaportes a alguns judeus expulsos da Alemanha. Correm rumores entre judeus alemães que procuram refúgio noutros países de que se poderiam conseguir passaportes portugueses em alguns consulados, designadamente no de Viena, em troca de uma boa quantia em dinheiro que se entregaria como «dáviva para escolas portuguesas» (cf. ALEXANDRA, 1995: 55). O cônsul honorário em Atenas, Lencastre e Menezes, é «demitido compulsivamente em 1935 das suas funções (...), castigado por concessão abusiva da nacionalidade portuguesa» (MELO, 1998), aparentemente ao abrigo de um regulamento que o Governo republicano havia criado em 1913 para os «judeus levantinos», sobretudo os de Salónica, considerados de origem portuguesa, e que adiante se analisará em detalhe. Era um primeiro sinal de como se comportaria o regime salazarista perante a questão.

Interessar-nos-á, por agora, ver como é que o Governo de Salazar e a sua administração diplomática e consular reagia ao fenómeno internacional dos refugiados alemães. O mais autorizado dos investigadores da matéria, Patrik von zur Mühlen, calcula que «até 1935-36 devem ter sido cerca de 600 os refugiados alemães que se radicaram em Portugal, principalmente em Lisboa, em número menor no Porto e, isoladamente, também nas ilhas», ao mesmo tempo que sublinha que até 1938, Portugal seria um destino secundário para os refugiados, porque periférico «e de difícil acesso», designadamente por causa da situação de guerra em Espanha (cf. 1995: 11). A um jovem funcionário, Marcello Mathias, que ocupará depois da II Guerra Mundial os mais altos postos da diplomacia portuguesa⁶ é pedida em Fevereiro de 1936 uma informação, cujo conteúdo é revelador das concepções do poder salazarista sobre a matéria. Neste documento interno reconhecia-se que «com a subida ao poder do nacional-socialismo

⁶ Secretário Geral do M.N.E. entre 1945 e 1947, embaixador em Paris em 1947-58, e de novo em 1961-70, e ministro em 1958-61.

alemão agravou-se a situação dos judeus alemães que foram forçados (...) a abandonar o país e a perder os seus direitos políticos». Descrevia-se a perseguição como «"motivada económica, étnica e religiosamente"», mas, sobretudo, sublinhava-se que ela «"deu aos judeus expulsos ou fugidos da Alemanha certo carácter comunista que os tornou suspeitos à maioria dos Estados capitalistas"», usando uma curiosa adjectivação.

O importante, consequentemente, era que um país «"onde não existe o problema semita, como Portugal, não veria certamente com satisfação a entrada na comunidade nacional desses elementos"», não só pelo tal «carácter comunista», mas pela sua «"tendência nómada e diferenciação rática e religiosa, [que] os tomam praticamente inassimiláveis"». A argumentação antisemita era prototípica. Mathias queixava-se dos «"pseudo-portugueses" criados com documentação a que não tinham direito"», passada designadamente em Atenas, sem que estes refugiados tivessem «"qualquer semelhança com os judeus do rito português de Salónica"» que a República decidira proteger em 1913 (transcrito in MELO, 1998a).

No seio do sistema de poder de Salazar finalmente se levantava «a premência da adopção de uma política definida e rigorosa de concessão de vistos, sobretudo», insistia a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (P.V.D.E.) em Setembro de 1935, «no que concerne a "polacos, russos, judeus e indivíduos sem nacionalidade reconhecida" que pretendem entrar no país» (RIBEIRO, 1995: 93-94). A pressão exercida pela polícia política não foi alheia à introdução, adoptada pelo M.N.E. em 1936, de restrições à entrada de estrangeiros em Portugal, dirigidas expressamente contra «qualquer russo, e os apátridas e indivíduos documentados por instituições ou países de que não fossem nacionais» - por exemplo, os portadores dos chamados *passaportes Nansen*, emitidos pela Sociedade das Nações (S.D.N.) - «deixavam de poder receber vistos de residência» (FRANCO, 1999: 320). Não se adopta, como se vê, uma restrição expressa dirigida contra judeus, como pouco tempo depois se fará, mas sabia-se bem que eram judeus a grande maioria dos abrangidos por estas medidas.

Desde 1935, entretanto, vários governos ocidentais haviam escolhido empurrar o tema para o âmbito da S.D.N., que assim se via obrigada a assumir algumas responsabilidades. Nomeara-se um Alto Comissário, assinaram-se duas convenções, a segunda, a de Evian, resultante de uma conferência proposta precisamente por Roosevelt, que se realizou naquela cidade suíça em Julho de 1938, mas para a qual o Governo português não seria convidado. Aproximava-se já a fase final da Guerra Civil espanhola, e era bem notório o posicionamento internacional de Salazar ao lado de Franco e em conjugação objectiva de esforços com os aliados alemães e italianos deste. Talvez por isso mesmo Armindo Monteiro, o embaixador em Londres, dizia julgar que «"não fomos convidados pelos Estados Unidos como país fascista"» (cit. in FRANCO, 1999: 319), que na Administração Roosevelt se entenderia que Portugal era.

Em todo o caso, o convite teria sido até inútil uma vez que, ao ser convidado, em Setembro, e de novo em Dezembro seguinte, pelos Governos britânico e norteamericano a participar no Comité Intergovernamental dos Refugiados, que entretanto se sediara em Londres, o Governo português

recusa participar naquela organização, em posição que só divulga em Fevereiro de 1939 - justamente enquanto se vê confrontado com a fase mais séria do *projecto angolano*. Na nota que então se emitira, Lisboa entendia que não tinha que «se defrontar com o problema prático» dos refugiados, apesar dos vários casos que eram suscitados pela administração consular, ao mesmo tempo que definia um «problema de feição política», face ao qual «julgava o Governo Português preferível não se envolver»⁷. A posição definitiva de Salazar assumia-se depois do seu embaixador em Londres o haver alertado para a impossibilidade de «recusar o convite sem darmos impressão de solidariedade com a política antijudaica» (cit. in SCHÄFER, 1995: 44), designadamente alemã.

12.3 Projectos de colonização judaica de Angola

Uma das primeiras dimensões políticas que o problema dos refugiados judeus assume para a diplomacia portuguesa relacionava-se com os projectos, já velhos de meio século, de constituir em África uma qualquer forma de *território autónomo* povoado por judeus expulsos do continente europeu⁸. Angola fora, desde uma primeira proposta apresentado por S. A. Anahory, em 1886, o centro geográfico desta projecção sempre irrealizada. A proclamação da República laica propiciou a aprovação do chamado «Projecto Bravo», do nome do deputado que a consegue fazer aprovar por unanimidade na Câmara dos Deputados, em Junho de 1912, e pelo Senado um ano mais tarde, que «previa uma colonização israelita no Planalto de Benguela, numa área com uma extensão de cerca de 45.000 km²». A ideia teria tido origem num judeu de origem russa, W. Terlo, «estabelecido em Portugal havia vários anos», e procurava, já então, propor uma saída para judeus em fuga dos *pogroms* que então se verificavam na Rússia czarista, mas «nunca foi por diante», graças, designadamente, à «oposição cada vez mais dominante a um Estado judaico independente em território português» (SCHÄFER, 1995: 34).

Também aqui, como seria de esperar, o triunfo do hitlerismo teve consequências. Em Janeiro de 1934, o embaixador de Portugal em Londres, Ruy Ulrich, recebe uma proposta de dois judeus alemães - Fritz Seidler, antigo secretário do mais longo ministro dos Estrangeiros da República de Weimar, Stresemann, e Ernest Meyer, da Federação Internacional de Jornalistas - que acenam com a ideia do «settlement of educated Germans, driven out of their native country on account of racial or religious questions», sem portanto nunca referir expressamente a sua qualidade de judeus, como contributo para o desenvolvimento de «big African colony possessed by Portugal (...) far from being developed», em referência identicamente discreta a Angola.

⁷ Cf. historial apresentado na «Informação» do M.N.E. assinada por Franco Nogueira, 4/9/1943, in A.M.N.E., 2^o/49/112.

⁸ Tema estudado in SCHÄFER, 1995 e 1995a, e ainda em MEDINA, João; BARROMI, Joel (1987-88). «O projecto de colonização judaica em Angola. O debate em Portugal da proposta da ITO (Organização Territorial Judaica) - 1912-1913», in *Clio - Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, vol. 6, Lisboa, pp. 79-101.

Curiosamente, a reacção do Governo português, negativa, centra-se ainda na condição de *alemães* destes colonos potenciais, identicamente sublinhada pelos proponentes. Numa nota do M.N.E. ao Ministério das Colónias recordava-se que «a atitude dos anteriores colonos alemães», instalados no Sul de Angola havia várias gerações, «"não é de molde a inspirar confiança às autoridades portuguesas" e que "a aceitação de novos colonos alemães, judeus ou não, não parece aconselhável, porque em última análise eles são sempre alemães e constituem um elemento perigoso a considerar"» (cit. in SCHÄFER, 1995: 35).

A questão não morreria aqui. O *Daily Herald*, de Londres, relançava-o em Abril de 1934, apresentando o projecto de tal forma sobredimensionado - Estado autónomo judaico em Angola, sob tutela da S.D.N., recolhendo «cinco milhões de judeus» fugidos da Alemanha, Áustria e da Europa Oriental; o Estado português teria já iniciado «um esquema gigantesco de irrigação que implicava a construção de 39 canais novos» em Angola... - que o Governo português o decide desmentir formalmente na imprensa internacional. O que explica a ausência de resposta a um novo projecto que é entregue de novo na Embaixada de Portugal em Londres, no mês seguinte, da responsabilidade de uma organização judaica dirigida por Manfred Kirschberg, a O.R.T.- Union. O seu interesse reside apenas nas características que o assemelham ao único que suscitará algum interesse junto de Salazar, apresentado quatro anos mais tarde por Jacques Politis, designadamente a autodefinição dos seus proponentes como «"directly opposed to communistic principles"» (SCHÄFER, 1995: 37-38), o que os faria preferir um acordo com o Governo português a ter que aceitar uma proposta soviética.

A percepção que desta temática se começa a ter na elite política de Lisboa começa, entretanto, a evoluir. Ansgar Schäfer acertadamente chama a atenção para ela, e para o facto de ocorrer um ano depois da adopção das chamadas leis de Nuremberga, em 1935, verdadeira primeira codificação geral da discriminação e perseguição antisemita na Alemanha nazi. O pretexto, para o Governo português, surge com uma diligência do *Hanseatisches Reisebüro* junto da Legação de Portugal em Berlim, em Novembro de 1936, pretendendo «saber se o Governo português autorizava o estabelecimento de alguns milhares de colonos alemães, especialmente judeus, no Sul de Angola ou em Moçambique», que se dedicariam «à exploração de plantas medicinais e à sua laboração na indústria farmacêutica». O novo ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, consulta o Conselho do Império, que emite, em Junho de 1937, um parecer eivado já de preconceitos antisemitas.

Começando por entender que «"nenhuma emigração estrangeira em grupos seria vantajosa para a nossa obra de colonização"», muito directamente se assumia que «"a emigração judaica era a menos conveniente"», porque «"o judeu é pouco inclinado à agricultura"» e porque a diferente identidade religiosa juntava «"mais um elemento de perturbação na organização social das nossas colónias"». E Schäfer vê nesta postura «dominar pela primeira vez o factor ideológico sobre o factor nacional» (SCHÄFER, 1995: 38-39).

E chegamos a 1938, ano durante o qual a imprensa ocidental (britânica e holandesa, por exemplo) terá mencionado frequentemente uma *hipótese angolana* a propósito das negociações

internacionais sobre os refugiados judeus⁹ e em que, no rescaldo da perseguição feroz desencadeada a partir da *Kristallnacht*, de 8/9 de Novembro, o filho do ministro da Grécia em Paris, Jacques Politis, abordava o Governo português, através do representante português na S.D.N., Caeiro da Matta, com um projecto de «Protocole pour l'installation de juifs dans des colonies portugaises», conseguindo entrevistar-se com o ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado. Politis apresentava-a como tentativa de «soulagement» face aos «mauvais traitements subis par les Juifs dans l'Europe Centrale et Orientale», através da «installation, sur le territoire d'une ou plusieurs des Colonies [portugaises]» - concretamente, especificavam-se determinadas regiões de Angola e de Moçambique -, «d'un certain nombre de colons juifs, au frais et sous la responsabilité d'un certain nombre de hautes personnalités israélites et autres, de Paris, Londres et New York». Não se esquecia, porém, de «citer une phrase» que lhe teria pronunciado o Cardeal Pacelli, então Secretário de Estado da Santa Sé e em vésperas de se tornar Papa: «"Pour apporter un soulagement aux maux que ces malheureux juifs supportent, il faudrait une nation ayant des territoires peu peuplés, et ayant encore un grand sens moral"».

A linguagem escolhida era reveladora de concepções francamente conservadoras da questão dos refugiados. Começando por admitir que «une immigration juive, si elle était admise (...), ne saurait être de nature à faire concurrence à l'élément national», o que significaria, nada menos, que a «prohibition d'un apport de professions libérales», abrindo-se a possibilidade apenas a «des colons agricoles et peut-être des ouvriers spécialisés et des artisans», propondo-se até «l'expulsion immédiate» de quem violasse «cette prescription». «Un régime corporatif» como o português, afirmava-se no projecto, «se prête remarquablement à cette discrimination de toute première utilité».

O projecto procurava responder ainda à «volonté d'interdire l'entrée du territoire de l'Empire aux colons qui risqueraient d'être atteints par le virus communiste», sabendo que «l'antisémitisme dispose d'un argument» que reside na «reproche q'on fait si souvent aux juifs d'incliner vers le communisme». Politis reconhecia que «quelque uns ont été contaminés par ce mal que nous haïssons», mas que, além do peso de «une des plus conservatrices» religiões, a judaica, «les administrations portugaises sises à l'étranger examineront les qualités politiques» dos candidatos a imigrantes, ao mesmo tempo que os sujeitava a uma «police vigilante, (...) éliminant avec rigueur ceux qui laisseraient apparaître la moindre trace de ce mal social qu'est le communisme».

Por fim, procurava-se seduzir o regime português com o «excédent de bras prêts à défendre le territoire Impérial» que significaria esta nova comunidade «dont l'assimilation serait d'autant plus rapide que les éléments qui la composent n'ont plus de nationalité», sobretudo num momento em que se retomava a pulsão revisionista alemã de recuperação de um património colonial próprio. Por outro lado, do ponto de vista económico «les fonds nécessaires à l'installation constituent un afflux de devises étrangères de nature à donner un important essor à l'économie portugaise», através do transporte de imigrantes, do tratamento preferencial a dar às novas exportações que resultassem deste processo

⁹ Cf. «Informação» de Franco Nogueira, 4/9/1943, já citada.

migratório, e até da oferta de «un débouché aux ressortissants portugais» no âmbito das profissões «interdites aux immigrants: médecins, professeurs, avocats»¹⁰.

O ministro das Colónias interpreta-o como referindo-se especificamente a «judeus alemães», que Machado sabe serem «evidentemente contrários ao regime hitleriano» que «esperam que, mais cedo ou mais tarde, se modifique», e admite até que tem «aspectos evidentemente vantajosos». Mas adverte Salazar de que «conviria espalhá-los por mais de uma colónia (Angola, Moçambique, Timor)», ao mesmo tempo que seria necessário, em simultâneo, «dar execução a uma mais intensa emigração portuguesa». Por fim, pergunta: «Serão os judeus assimiláveis?»¹¹

Dias depois, o próprio Salazar sintetiza ao seu embaixador em Londres o conteúdo do projecto, sublinhando que as suas «linhas gerais são de inegável interesse económico e rodeadas de cautelas contra o perigo comunista ou a concorrência em profissões», mas advertindo «certas objecções de carácter internacional que podem levantar-se à realização da proposta». Estas, segundo o ditador, «ficariam mais atenuadas ou desapareceriam se a nossa atitude, no caso de vir a ser dada resposta favorável, estivesse por qualquer modo enquadrada em acção conjunta de várias potências em que a Inglaterra, sobretudo, participasse» (M.N.E., 1973: doc. nº 498¹²).

Simultaneamente, personalidades como o magnata norteamericano da imprensa, William R. Hearst, contribuía para a arquitectura genérica destes projectos, defendendo, numa entrevista radiodifundida em Novembro de 1938, «a entrega das ex-colónias alemãs ampliadas pela incorporação do Congo Belga, de Angola e Moçambique aos judeus fugidos da Alemanha», constituindo um «Estado israelita em território africano» que, «num futuro próximo, constituiria uma superpotência política». Dias depois era a vez de um deputado conservador britânico sustentar a «fundação de um Estado israelita numa parte de Angola», dada a inconveniência política da admissão de colonos judeus não-ingleses em territórios ultramarinos britânicos. Esta intervenção parlamentar suscitou até uma reacção oficiosa portuguesa nas páginas do *Diário de Notícias*, que se indignava com esta proposta de «"um novo reino de Israel"» a formar em Angola, e levantava uma importante questão de política externa: «Preparar-nos no futuro, pelo menos, uma dificuldade diplomática com o Führer!», era o que significaria, segundo o jornal, aceitar tal hipótese (SCHÄFER, 1995: 42-43).

Não admira, assim, que Armindo Monteiro conseguisse, a partir de Londres, dissuadir Salazar de qualquer benevolência à «"ideia inglesa de cooperar com agências que procuram estabelecer judeus num só país em número suficiente para fundar um Estado judaico autónomo, citando-se Angola entre as regiões possíveis"», entendendo que, «"com a maior cautela (...), tem sido vantajoso estarmos

¹⁰ «Avant Projet de Protocole pour l'installation de juifs dans des colonies portugaises», a assinar entre o Governo Português e uma «Association pour l'Installation de juifs dans des colonies portugaises», a constituir, Dezembro de 1938, in A.N.T.T., AOS/CO/UL-1D, pasta 4.

¹¹ Carta de Vieira Machado a Salazar, 2/12/1938, in A.N.T.T., AOS/CO/UL-1D, pasta 4.

¹² Telegrama de Salazar a Monteiro, 7/12/1938.

neste caso fora das rodagens internacionais"». O ex-ministro das Colónias e dos Estrangeiros centrava os seus receios na «"facilidade com que quererão fazer de nós um bode expiatório do pseudo-humanitarismo das grandes e pequenas democracias"», ao mesmo tempo que descrevia a resposta negativa portuguesa como «"facilitando a nossa posição perante a Alemanha"» (cit. in FRANCO, 1999: 319).

Reveladora era, portanto, a percepção que Monteiro revelava do problema dos refugiados: aceitar colaborar na sua resolução, mesmo que ela significasse a expulsão para África de dezenas ou centenas de milhares de pessoas, representaria, nas suas concepções, uma afronta para a Alemanha nazi.

Pode-nos resultar, apesar de tudo, surpreendente a relativa abertura que tanto o ministro das Colónias, como o próprio Salazar, manifestavam perante uma proposta que surgia depois de, pelo menos, dois anos de insinuações que corriam na imprensa internacional em torno do interesse alemão, e até polaco como adiante veremos, sobre possessões coloniais portuguesas, entre as quais, obviamente, Angola ocupava o lugar cimeiro. Um dos factores que terá contribuído para esta avaliação das coisas terá sido a ignorância em que o Governo português permanecerá da dimensão que o *projecto angolano* adquirira entretanto.

Efectivamente, a aparentemente mal calculada proposta de Hearst, veiculada pela rádio, tinha encontrado na Administração Roosevelt um importante aliado. Em Janeiro de 1939, provavelmente quando Salazar teria acabado por deixar morrer o projecto apresentado por Politis, o próprio presidente norteamericano faz seguir uma mensagem ao Governo britânico, na qual se retomava a ideia de que «"of the areas in Africa suitable for large-scale white colonization, Angola appears to offer by far the most favorable physical, climatic and economic opportunities"», o que permitiria a instalação de «centenas de milhar de judeus alemães» que, eventualmente, «no pior dos casos, fundariam um Estado judaico». Roosevelt propunha então ao Governo britânico que se avançasse com uma proposta neste sentido ao Governo de Lisboa, esperando atraí-lo com «contrapartidas financeiras» e com uma recompensa moral para o ditador - nas palavras de Roosevelt: «"The successful carrying out of such an undertaking would make Dr. Salazar one of the greatest figures in the history of his country and of our times"» (cit. in SCHÄFER, 1995a: 54-55).

A diligência de Roosevelt, feita junto do *Foreign Office* britânico, revelava uma extraordinária falta de sensibilidade para com a metodologia política dos britânicos e um óbvio e grosseiro simplismo na avaliação, chamemos-lhe, psicológica de Salazar. O desagrado britânico é manifestado aos norteamericanos sob a forma de alerta para o «"how childlike and sensitive the Portuguese are on all subjects and how peculiarly touchy they are about the colonies"», mas escondia reservas muito próprias. Meses depois, acabada de ser invadida a Polónia, o *War Office* alertava: «"We could not in any event tolerate in war-time"», como aquele que se aproximava, «"the presence in Angola of a large number of German Jews, who might be a source of danger to our African colonies"» (cit. in SCHÄFER, 1995a: 58).

E, no entanto, figuras tão influentes como Anthony de Rothschild pressionam o *Foreign Office*, logo em Fevereiro, no sentido de que se «analísasse cuidadosamente a proposta [americana] e a

defendesse junto do Governo português», informado que dele havia sido por Myron Taylor, o delegado norteamericano no Comité Intergovernamental dos Refugiados, entretanto criado. Generalizado o parecer negativo por todos os responsáveis britânicos consultados, Rothschild é «desaconselhado veementemente a fazer "independent approaches on behalf of British Jewry to the Portuguese Government"» (SCHÄFER, 1995a: 56-57).

Ainda assim, em Maio, o *Foreign Office* opta por abordar a questão com o embaixador português, que transmite aos britânicos aquilo que, aparentemente, eles queriam ouvir. Na versão documental britânica da entrevista, Monteiro aparece a «temer que uma imigração maciça de judeus para as colónias portuguesas pudesse desencadear uma "Jewish question" em Portugal» (SCHÄFER, 1995a: 57); na portuguesa, transmitida a Salazar, Monteiro limita-se a reiterar a posição portuguesa já anteriormente manifestada: «não ter o Governo português razões que o levassem a ocupar-se do problema» dos refugiados (M.N.E., 1973: doc. nº 702¹³).

No mês seguinte, Junho de 1939, Augusto d'Esaguy, presidente da Comassis portuguesa¹⁴, consegue entrevistar-se ainda com o Alto Comissário da S.D.N. para os Refugiados, Sir Herbert Emerson, introduzindo ainda na questão o contributo do interesse que o novo Governador de Angola, Manuel Mano, amigo pessoal de d'Esaguy, teria manifestado «no acolhimento de refugiados» (SCHÄFER, 1995a: 57). Mas era já inútil: o ambiente internacional agravava-se de dia para dia, o Governo britânico podia deixar de se ocupar tão intensamente com a questão dos refugiados, e sobre esta, por essa altura já o Governo de Lisboa havia tomado a sua opção definitiva.

12.4 As insinuações polacas e romenas

Por outro lado, o caso concreto da campanha pró-colonial que, entre 1936 e Março de 1939, o Governo polaco parece inspirar na imprensa, interessa para a questão que aqui se analisa, uma vez que além da argumentação clássica - obtenção de matérias-primas catalisadoras do desenvolvimento industrial, retracção das despesas de importação -, se propunha transferir para o que se designava como *colónias de povoamento* grande parte da população judaica como solução para o respectivo «problema».

É certo que o próprio Governo britânico havia «julgado susceptíveis de receber refugiados [judeus] as regiões do Kénia, Tanganica, Rodésia do Norte e Niassalândia»¹⁵, justamente na sequência da Conferência de Evian. O Governo francês terá até ido mais longe: em Dezembro de 1938, o ministro dos Estrangeiros Georges Bonnet mencionava ao seu homólogo alemão, von Ribbentrop, «a French plan to get rid of 10,000 Jews to Madagascar» (NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1075), que,

¹³ Telegrama de Monteiro a Salazar, 11/5/1939.

¹⁴ Abreviatura da Comissão Portuguesa de Assistência aos Judeus Refugiados, criada pela Comunidade Israelita de Lisboa logo em 1933.

¹⁵ «Informação» de Franco Nogueira, 4/9/1943, já citada.

curiosamente, se ventilará na imprensa alemã ao longo de 1939 e será respescado pelas SS e por Hitler no Verão de 1940¹⁶. Mas o regime nazi e os da clique militar polaca e do autoritarismo fascizado romeno parecem ter convergido claramente para uma solução de deportação generalizada das suas comunidades judaicas, ainda antes, portanto, de deflagrada a guerra¹⁷. No caso da Polónia, estavam em causa mais de três milhões de pessoas, segundo o censo de 1931. No início de 1938, vários órgãos de imprensa mais ou menos oficiosos referiam-se ao Império colonial português como «la paralitique sur son lit d'or», segundo a tradução francesa que a alarmada Legação de Portugal em Varsóvia enviava para Lisboa, ou como um dos «Etats "mouches" farcis d'éléphants»¹⁸.

No fim de 1937, o Secretário-Geral do M.N.E. português queixava-se ao embaixador britânico que a Polónia «já há anos queria estabelecer 40.000 colonos *tout de bon* no nosso ultramar» (M.N.E., 1961: apêndice II¹⁹). Rapidamente, a preocupação da diplomacia portuguesa passara para a eventualidade de uma convergência entre os programas revisionistas coloniais da Alemanha, da Itália e da Polónia. Em Janeiro de 1939, esse receio é manifestado face às visitas do ministro dos Estrangeiros polaco a Berlim e, semanas mais tarde, à do ministro alemão a Varsóvia (cf. M.N.E., 1961: doc. nº 529), e confirmado pouco depois ao representante português em Berlim, Veiga Simões, pelo embaixador polaco em Berlim, que interpreta a visita do ministro italiano, Ciano, a Varsóvia, como uma operação para «obter a adesão do governo polaco a uma frente comum de três países que reclamam extensões territoriais em colónias»²⁰.

Já se degradava rapidamente a situação europeia na direcção da guerra mundial e uma efémera *obsessão polaca* instala-se nos gabinetes diplomáticos portugueses. O ministro junto da Santa Sé «receia muito» a «perfidia inglesa», que poderia fazer à Polónia «alguma promessa de ordem colonial que porventura nos afecte» como «único meio eficaz para conseguir de Varsóvia tudo o que pretendem», ou seja, «reagir a eventuais futuras ocupações alemãs». O representante em Varsóvia acha que «ao polaco, que se alarma com as pretensões da Alemanha e pela boca do Sr. Beck [- o ministro dos Estrangeiros -] invoca a honra para lhes resistir, não repugnaria apossar-se de colónias pertencentes a outros povos. Ora sabido é que quem menospreza a honra alheia não tem em grande conta a sua

¹⁶ Cf. documentos alemães de análise do «project to settle around 4,000,000 Jews on Madagascar», preparados no Verão de 1940, na perspectiva da negociação das condições definitivas da paz com a França, que incluiriam, portanto, a cedência da ilha para a realização deste projecto, in NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1075-77.

¹⁷ Sobre a condição judaica na Polónia antes de 1939, cf. KORZEC, Pawel (1980). *Juifs en Pologne. La question juive pendant l'entre deux-guerres*. Prefácio de Nahum Goldmann. Paris.

¹⁸ Ofício de 22/2/1938, incluindo artigos da *Nowa Prawda*, 1/1/1938, e do *Ilustrowany Kurier Codzienny*, 23/1/1938, in A.N.T.T., AOS/CO/UL-12, pasta 1.

¹⁹ «Apontamento de conversa com o Encarregado de Negócios da Grã-Bretanha», 16/12/1937.

²⁰ Telegrama de Veiga Simões a Salazar, 8/3/1939, in A.M.N.E., 3º/9/98.

própria»²¹.

Ainda antes da Polónia se defrontar com a devastadora invasão e ocupação alemã, o seu Governo teria colaborado com outro regime antisemita, o romeno, cujo representante diplomático em Lisboa entrega ao Governo português, em Abril de 1939, «um extenso "memorandum" sobre o problema dos judeus», no qual se «ventilava de novo a questão de criar um Estado judaico, como resolução definitiva do assunto», recolhendo «os judeus de todo o mundo, designadamente os da Roménia e da Polónia»²². O Secretário Geral do M.N.E., Teixeira de Sampayo, pergunta às várias representações portuguesas no estrangeiro que indaguem «"o móbil e intuits que existam por detrás da sugestão do Governo romaico"», fixando o discurso a adoptar: «"Portugal não tem razões de ordem política ou rácica que o levem a ocupar-se deste problema que nos seus territórios não existe, mas nos quais, por isso mesmo, não está disposto a fazê-lo nascer"» (cit. in FRANCO, 1999: 319). As informações que chegam a Lisboa sobre o projecto romeno conduzem à sua evidente desvalorização. Acima de tudo, percebia-se a «acção combinada» entre Bucareste e Varsóvia, segundo o relatório posterior de Franco Nogueira, desagradável à diplomacia portuguesa - e, naturalmente, morreria perante o problema de Danzig e do «Corredor» polaco.

12.5 Perante a legislação antisemita italiana de 1938

Para lá da complexa gestão política da questão humana, ideológica e estratégica levantada pelos refugiados que escapavam à perseguição nazifascista, seria importante surpreender a percepção que os dirigentes franquistas tinham das políticas e das práticas de perseguição antisemita que se impuseram com extrema violência na grande maioria do continente europeu. Quando Franco, como se citou atrás, considerava absolutamente «comprensibles», já no fim de 1939, «los motivos que han llevado distintas naciones a combatir y alejar de sus actividades» as suas comunidades judaicas, não fazia mais do que reproduzir e legitimar, a partir do topo do aparelho de um Estado que se pretendia *totalitário*, a tese da «comprobada peligrosidad» semita.

1938, que tantos autores reputam como um ano crucial para os judeus europeus, de avanço qualitativo no percurso da sua perseguição e assassinato colectivo, é o ano em que em países como a Itália «si assiste al passaggio da un razzismo frammentato, composto di pregiudizi xenofobi e di atteggiamenti intolleranti, a un razzismo di Stato», que legitima «teorie e pratiche preesistenti nella società attraverso una loro valorizzazione dall'alto e viene fornito un impulso che fa compiere un salto di qualità al razzismo generico» (RASPANTI, 1994: 74). O processo fora seguido, evidentemente, pelos diplomatas

²¹ Respectivamente, telegrama de Vasco de Quevedo, 8/4/1939, e ofício de César Sousa Mendes a Sal., 30/6/1939, in A.M.N.E., 3º/9/98.

²² Franco Nogueira, «Informação» do M.N.E., já citada. Nos territórios sob soberania romena, na sua definição política de 1939, habitariam sensivelmente 850 mil judeus.

que em Roma representavam o Governo português, um junto do Quirinal, outro junto do Vaticano.

Em Junho de 1939, Vasco de Quevedo, no Vaticano, sintetiza o «aparecimento da questão racista em Itália», remontando a Julho de 1938, «com um manifesto dos "estudiosos fascistas" em que estes declaravam», com aquilo que o diplomata português entendia ser, estes meses depois, um «platonismo... inofensivo [sic], que a questão do racismo devia ser tratada, em Itália, sob um ponto de vista estritamente biológico, sem intenções filosóficas, políticas ou religiosas»²³. Tratava-se de um «scritto che, apparso anonimo sul *Giornale d'Italia* del 14 luglio 1938 sotto il titolo *Il fascismo e i problemi della razza* divenne poi celebre come "Manifesto del razzismo italiano" e si rivelò il documento fondamentale della strategia fascista nel sancire l'avvento di un razzismo di Stato» (RASPANTI, 1994: 74).

Nele, apesar do vector biológico, insistia-se em proclamar que «esiste ormai una pura "razza italiana"», «enunciato» que «non è basato sulla confusione del concetto biologico di razza con il concetto storico-linguistico di popolo o di nazione», e que era «tempo che gli italiani si proclamino francamente razzisti». Desde este momento que os propositores do racismo italiano como «un ideale di superiore coscienza di se stesso e di maggiore responsabilità» se defendiam já das críticas mais correntes, ao garantirem que «dire che esistono le razze umane non vuol dire a priori che esistono razze superiori o inferiori, ma soltanto che esistono razze umane differenti», por um lado, e por outro, mais explicitamente ainda, que a sua posição «non vuol dire però introdurre in Italia le teorie del razzismo tedesco come sono». Reivindicada para «la popolazione dell'Italia attuale» uma «origine ariana» e a pertença à «civiltà ariana», o manifesto pretendia desde logo prevenir que «l'unione» entre indivíduos de «razze» diferentes «è ammissibile solo nell'ambito delle razze europee». Ainda que um dos alvos de semelhante princípio pudesse ser o contacto sexual de italianos com os «sudditi coloniali» negros dos territórios abissínios anexados havia dois anos pela Itália fascista, e que se vinham acrescentar à Eritreia e a Somália italiana, curiosamente estes não são mencionados no manifesto - seguramente porque a interdição legal de «relazioni coniugali» entre colonos brancos e súbditos africanos era uma realidade desde Abril de 1937²⁴. São-no, esses sim, «gli ebrei», os quais «non appartengono alla razza italiana» e que «rappresentano l'unica popolazione che non si è mai assimilata in Italia perché essa è costituita da elementi razziali non europei, diversi in modo assoluto dagli elementi che hanno dato origine agli italiani» (transcrito in MAIOCCHI, 1999: 327-29).

«A melindrosa questão do Racismo», prosseguia Quevedo, avançou, a 1 de Setembro seguinte, com «as primeiras providências contra os israelitas estrangeiros e a exclusão dos hebreus das escolas, academias e institutos literários e científicos». Das inúmeras medidas aprovadas contra a

²³ Ofício de Quevedo a Salazar, 12/6/1939, in A.M.N.E., 3º/9/98.

²⁴ Cf. decretos fascistas de 19/4/1937, «che proibiva le relazioni coniugali dei cittadini italiani con sudditi coloniali "o con uno straniero appartenente ad un popolo con tradizioni, costumi e norme giuridiche analoghe a quelle dei sudditi dell'Africa Orientale Italiana"», e de 30/12/1937, «che ampliava il divieto di relazioni coniugali fra italiani e indigeni includendovi anche le persone ad essi "assimilati"» (cits. in MAIOCCHI, 1999: 218-19).

comunidade judaica italiana pelo *Gran Consiglio del Fascismo* a 6 de Outubro, e adoptadas pelo Governo a 10 de Novembro, a Quevedo interessava apenas «a proibição do casamento entre cidadãos italianos de raça ariana [sic] e os de outra raça, e estendia a proibição aos hebreus que se tivessem convertido ao catolicismo depois de 1 de Outubro de 1938». A Santa Sé, então ainda dirigida pelo Papa Pio XI, aproveitou o espaço temporal entre estas duas últimas resoluções políticas, durante o qual se desencadeara na Alemanha o desenfreado pogrom da *Kristallnacht*, para entabular «negociações activas - e secretíssimas (...) a fim de serem harmonizadas as medidas racistas anunciadas e os princípios estabelecidos na Concordata [de 1929 entre a Itália e a Santa Sé], acerca do matrimónio». E sobre nada mais.

Apesar da reacção do Papa ao *Manifesto del razzismo*, ainda em Julho, «criticando a aplicação e o uso da palavra "Raça" quando se trata do género humano e ao afirmar que não compreendia os motivos porque a Itália sentia a necessidade de imitar a Alemanha na questão do Racismo», a Santa Sé, ainda sob Pio XI, não invocará outro argumento na sua crítica às medidas antisemitas, senão no campo restrito da não produção de «efeitos civis» de um «matrimónio religioso» celebrado entre cônjuges em que um deles se houvesse convertido do judaísmo ao catolicismo. E, efectivamente, no momento em que a decisão de Mussolini se torna definitiva, sem alterar uma vírgula neste aspecto sequer, a Santa Sé protestara contra o que considerava ser «a violação de um compromisso concordatário», ao que o Governo italiano respondera tratar-se «unicamente de uma excepção que confirmava a regra geral e deixava inalterável o reconhecimento do matrimónio religioso»²⁵. Da Embaixada junto do Governo italiano sublinhava-se que as «observações, não desacompanhadas de intransigente veemência, [formuladas] por parte das sumas hierarquias eclesiásticas da Cúria», não passavam de «alegações de pura doutrina canónica»²⁶ e não entravam, portanto, no campo da crítica política ou ética.

Mas não só de «pura doutrina canónica». Ao transcrever, muito brevemente a posição oficial do Vaticano sobre a questão, a revista oficiosa do Episcopado português, a *Lumen*, que evitara tratá-la nas suas páginas, transcrevia excertos do *Osservatore Romano*, em que se recordava que «a Igreja, sempre mãe amorosa, costuma desaconselhar aos seus filhos uniões que apresentem o perigo de prole inferior e neste sentido está disposta a apoiar, nos limites do direito divino, os esforços da autoridade civil tendentes à consecução desse honestíssimo objectivo». O órgão do Vaticano concluía, e assim se transmitia ao clero português, serem «evidentes as razões morais e sociais dessa atitude. Mas a Igreja sugere e persuade; não impõe ou proíbe»²⁷. Desacordo sobre os meios, mas acordo sobre os fins. O Papa ainda se referiria à questão, por fim, na sua última mensagem de Natal, advertindo que «"não se

²⁵ Ofício de Quevedo a Salazar, 12/6/1939, já citado.

²⁶ Ofício de Lobo d'Ávila a Salazar, 18/11/1938, in A.M.N.E., 3^a/9/98.

²⁷ In *Lumen*, Ano III, Fasc. 1 (Janeiro de 1939), Lisboa, p. 53.

pode admitir que de um pacto bilateral possa derivar uma interpretação unilateral»²⁸.

Recordam os estudiosos da questão, porém, que «al di là della posizione del Pontefice, che sembra fosse intenzionato a stendere un'enciclica contro il razzismo, gli ecclesiastici tendono a conformarsi al desiderio di Mussolini, evitando di prendere pubblicamente posizione sul destino degli ebrei italiani», fazendo com que «la "questione ebraica" sia rimasta secondaria rispetto alla preoccupazione di trovare un terreno di accordo e d'intesa con il regime fascista». Fora do único âmbito em que toma posição pública, porque de consequências concordatárias, «la Chiesa, pur insistendo sulla necessità di evitare provvedimenti estremi in contrasto con la *pietas* cristiana e pur ricordando l'umanità del razzismo tedesco, non si oppone all'introduzione delle leggi razziali in Italia» (BENVENUTI, 1994: 267).

A percepção que se tem nos níveis elevados do regime salazarista da repressão antisemita em Itália terá sido, inevitavelmente, marcada por esta omissão vaticana, reforçada, já o vimos, por toda uma tradição antijudaica do mundo católico e do autoritarismo que lhe foi adjacente, pelo menos, na primeira metade do século. Três meses depois da ascensão do cardeal Pacelli ao Papado, Vasco de Quevedo sintetiza as consequências da morte de Pio XI e da sua substituição por Pio XII. «Com a Sua falta cessaram, completamente, todas as polémicas» com o Estado italiano, e «com o novo Pontificado nunca mais se ouviu uma só palavra a Pio XII condenando a política racista da Itália» em qualquer um das «Suas mensagens e dos Seus discursos, de tom bem diferente dos de S.S. Pio XI».

Em Maio de 1939, um mês antes, um responsável governamental italiano declarara até que «as medidas raciais inspiradas em exigências superiores de defesa biológica, política e religiosa da raça italiana, não perturbaram seriamente a harmonia dos Acordos entre a Igreja e o Estado», afirmação que «noutros tempos», na opinião do diplomata português, «teria provocado, automaticamente, desmentidos e considerações enérgicas que só teriam o resultado... prático [sic] de azedar a questão cada vez mais e de agradar e reforçar as inimizades contra o fascismo». Pelo contrário, com Pacelli no trono vaticano, «essas declarações não constituíram objecto de críticas ou de controvérsias polemistas e agitadoras por parte da Santa Sé ou dos jomais católicos». O embaixador português sintetizava, em conclusão, o relacionamento Mussolini/Pacelli, da fórmula que os dois teriam encontrado para a aliança Trono/Altar em Itália concretamente no que se referia à «questão racista»: «A atmosfera é de doce paz, de união religiosa, de oração e de esperança, e num ambiente **assim** todos os atritos desaparecerão - talvez em pouco tempo»²⁹.

Efectivamente, no fim de Junho de 1939, um par de semanas depois de Quevedo enviar este documento para Lisboa, o Governo fascista italiano impunha gravíssimas restrições às actividades daqueles que a lei estabelecia serem judeus e que fossem médicos, farmacêuticos, veterinários, advogados, juizes, contabilistas, engenheiros, arquitectos, agrónomos e matemáticos, impedidos de actuar profissionalmente fora da *comunidade* a que o Estado entendia que pertenciam. Jornalistas e

²⁸ Ofício de Quevedo a Salazar, 12/6/1939, já citado.

²⁹ Ofício de Quevedo a Salazar, 12/6/1939, já citado; sublinhado no original.

notários, em particular, não só não poderiam exercer de todo a sua profissão como, ao contrário dos anteriores, não poderiam beneficiar de nenhum tipo de desobrigação do cumprimento da lei. Através de simples circulares administrativas, os judeus italianos ou os judeus estrangeiros residentes em Itália, ficavam impedidos de possuírem estações de rádio, de publicar anúncios nos jornais - o que incluía os próprios obituários! - ou livros sequer, de pronunciar em público conferências, de incluir os seus nomes em listas telefónicas, de frequentar locais de veraneio, entre muitas outras limitações...³⁰ Eugenio Pacelli, ascendido havia três meses e meio ao Papado, não reagiu, limitando-se, através dos seus diplomatas, a «efforts to obtain small alterations in the laws for the benefit of converts», passando a designá-los nos seus documentos oficiais por *não-Arianos* convertidos, o que significava, forçosamente, «to adopt Fascist racial terminology» (ZUCCOTTI, 2000: 65).

12.6 O Franquismo vitorioso perante os judeus espanhóis

A posição do regime franquista perante a chamada «cuestión sefardita» pode ser avaliada logo nas suas origens, ou seja, durante a Guerra Civil, como já se viu atrás. Alguns diplomatas que se bandearam para o lado de Franco foram solicitados a tomar posição perante algumas solicitações de concessão de vistos para viajar e/ou imigrar para Espanha, por parte de sefarditas espanhóis. Produziram-se então documentos oficiais dos quais se depreende quer a percepção que dos sefarditas tinham tanto as autoridades de Burgos como os diplomatas, distribuídos sobretudo pelo Mediterrâneo Oriental (Grécia, Roménia, Bulgária, Jugoslávia, Turquia). No primeiro caso, fixava-se a tese da necessidade de uma triagem político-ideológica, generalizada a todos os que reivindicassem a nacionalidade espanhola no estrangeiro. Instruções emanadas de Burgos em Julho de 1938 decretavam que «los españoles que de cualquier modo hubiesen mostrado adhesión al bando enemigo no tenían derecho a la asistencia por las representaciones en el extranjero», e que estas deveriam «denegar a los españoles, "en algún tiempo hostiles", la renovación de sus certificados de nacionalidad».

As informações que chegavam das representações diplomáticas induziam a Junta de Burgos a reforçar a sua impressão de que o «Judaísmo internacional» lhe era profundamente hostil, uma vez que a enorme maioria das comunidades judaicas sefarditas se não haviam solidarizado com a causa de Franco. Num caso, o do agente do *Gobierno Nacional* na Turquia, Julio Palencia, descreviam-se, em Junho de 1938, os judeus de origem espanhola como uma «confusa multitud de espaldas encorvadas, de manos temblorosas, de narices corvas y de ojos oblicuo», e defendia-se que «la España futura (...) debe repudiar esta turba de inasimilables e inasimilados que no sintieron el magno dolor de la Patria cuando ésta se estremecía presa de los horrendos dolores del glorioso parto». Em Setembro seguinte, uma circular emanada de Burgos «estableció que no se considerasen como españoles a los judíos que

³⁰ Cf. ZUCCOTTI, 2000: 44, e, para os detalhes, SARFATTI, Michele. «Documenti della legislazione antiebraica. Le circolari», in *La rassegna mensile di Israel*, anno LIV (1-2), pp. 169-98.

abiertamente estuviesen en contra de la causa nacional», o que se reiterou em Maio de 1939 ao se interditar serem passados «pasaportes o visados a los judíos desafectos». Aqueles que, pelo contrário, foram concedidos, resultaram de processos que se identificavam expressamente como correspondendo a um «israelita» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 133-35, 146 e 149).

Entre Setembro de 1938 e Abril de 1939, diplomatas e ministério em Madrid tiveram ainda que reagir perante a expulsão de Itália e das suas colónias de «los judíos extranjeros que se hubieran instalado con posterioridad al 1 de enero de 1919», incluídos vários sefarditas espanhóis. Apenas a situação de guerra, a natureza «espinosa» da questão e o perigo de que «torcidas intenciones» atribuissem propósitos de «persecución racista» às autoridades franquista, aconselharam a que os cônsules «observasen la prudencia y benignidad que le dictasen la discreción y su buen juicio», nas palavras do Subsecretário de Exteriores, Domingo de las Bárcenas, face a petições de «elementos que, por el solo hecho de su raza, son ya poco deseables» (Antonio Magaz, embaixador em Berlim, cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 135-36). Numa fase em que, justamente, os grandes Estados antisemitas não detêm ainda a hegemonia na Europa, é natural que o *Nuevo Estado* franquista tenha «mucho cuidado en que las sanciones a los judíos no afectos a la Causa Nacional sean interpretadas como una tendencia antisemita. La razón política», no final da Guerra Civil, «aconsejó evitar que una disposición punitiva pudiera servir de fundamento para tachar al nuevo Estado de antisemita» (LISBONA, 1993: 75³¹).

Segundo Antonio Marquina, «al final de la guerra apenas si quedaban cien familias judías en Madrid y Barcelona» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 140) - seguramente mais, segundo as fontes de Avni -, «left in legal limbo» (AVNI, 1982: 68), sujeitos a uma situação em que «la Constitución y leyes de la República fueron suprimidas, desapareciendo con ello la libertad de cultos, y el Decreto de Expulsión de los Reyes Católicos volvió a tener virtualidad» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 140), como se assumia abertamente junto do Vaticano - e assim será, pelo menos até ao final do regime franquista³². Em geral, «el culto hebreo no está permitido; no hay sinagogas abiertas ni permiso para la libre práctica religiosa ni siquiera en privado», o que implica que «los rezos y fiestas litúrgicas se celebran rodeadas de grandes medidas personales de seguridad - por temor a ser descubiertos por la policía - y en una atmósfera de

³¹ O autor cita um relatório e uma nota internos do M.A.E. de 4 e 18/4/1939.

³² Haim Avni, e, no seu encaço, Marquina e Ospina, fazem-se eco da interpretação apressada que a imprensa judaica (Avni cita a *Tribuna Israelita*, de México, D.F., de Novembro-Dezembro de 1974, Marquina e Ospina o *American Jewish Year Book* de 1973) e norteamericana, em especial, terá feito do documento de reconhecimento legal, pelo Ministerio de Justicia, da Comunidade Israelita de Madrid, de 14/12/1968, entendendo que la «mención explícita a la "derogación de la Real Cédula de 31 de marzo de 1492 por la Constitución de 5 de junio de 1869 y la legislación posterior"» significava a revogação expressa, por parte do Governo espanhol de 1968, o que conduziu várias organizações judaicas norteamericanas, europeias e israelitas, juntamente com instituições de todo o tipo a «elevar al jefe del Estado, Francisco Franco, su reconocimiento por ese gesto». Lisboa recorda, pelo contrário, que, apesar da «excelente campaña de publicidad para la España de Franco» que o equívoco representou, «el Gobierno español, por medio de su M.A.E., se ve obligado a salir al paso y desmentir tal interpretación», nomeadamente através de uma circular às representações diplomáticas «para aclarar lo erróneo de la noticia y, con ello, evitar "dar alas a falsas interpretaciones"» (1993: 233).

absoluta clandestinidad» (LISBONA, 1993: 113).

Quanto a «sanções», recordemos que «synagogues in Madrid and Barcelona were closed» (AVNI, 1982: 68), que além disso «el edificio comunitario [de Barcelona] (...), que no funciona desde enero, tras ser asaltado y saqueado» juntamente com a sinagoga no momento em que as tropas franquistas ocupam a cidade «es oficialmente clausurado» em Abril de 1939, sendo o presidente da comunidade «detenido y encarcerado en un campo de concentración» por ser «miembro destacado de la masonería» (LISBONA, 1993: 107-08), que «el cementerio [judío] de Barcelona resulta profanado» (HERMET, 1986: 146). Legalmente, o desaparecimento do casamento civil em Março de 1938, no território espanhol sob controlo franquista que, a partir de Abril de 1939 coincide com toda a Espanha, deixa as minorias religiosas, como a judaica, bem como os não religiosos, evidentemente sem alternativa possível, a não ser a celebração de casamentos «en privado» e de forma objectivamente clandestina. Acrescia, neste terreno, que «desde marzo de 1940 se niega a los padres de judíos de nacionalidad española - como a los de cualquier otra religión distinta a la católica - inscribir a sus hijos en el Registro Civil sin estar bautizados», ao mesmo tempo que, nas escolas públicas, não se permitem isentar qualquer criança ou jovem às «clases de catecismo» católico (cf. LISBONA, 1993: 113). Em 1945, meses depois da vitória definitiva dos Aliados sobre a Alemanha nazi e num período em que a Espanha de Franco lutava desesperadamente pelo seu reconhecimento internacional, o nóvel *Fuero de los Españoles*, aprovado para permitir ao «Estado español» simular a «proclamación como principio rector de sus actos el respecto a la dignidad, la integridad y la libertad de la persona humana» (art. 1), confirmava legalmente a prática dos anos anteriores: «No se permitirán otras ceremonias ni manifestaciones externas que las de la Religión católica» (art. 6) (transcrito in SABÍN, 1997: 92-93³³). No entanto, sem que se tocasse no *Fuero de los Españoles*, uma intervenção em Lisboa do delegado do Congresso Mundial Judaico junto de Nicolás Franco³⁴ propiciará a autorização do próprio Franco, via Ministerio de la Gobernación, para a legalização da comunidade local e a reabertura da sinagoga de Barcelona entre Dezembro de 1945 e Janeiro de 1946; só quatro anos mais tarde é que, o Conselho de Ministros, ainda mobilizado com a campanha internacional movida contra o regime, aprova uma norma permite a reabertura da sinagoga de Madrid³⁵, deixando omissa até 1968 o reconhecimento da respectiva comunidade, o que não o terá impedido de fazer divulgar nos Estados Unidos que uma coisa e outra haviam sido concedidas (cf.

³³ Só a Ley Orgánica del Estado (aprovada pelas Cortes em Novembro de 1966 e referendada em Janeiro de 1967), no que diz respeito à reforma do *Fuero de los Españoles*, eliminará esta referência negativa, para a substituir pela muito pouco garantista «protección de la libertad religiosa, que será garantizada por una eficaz tutela jurídica que, a la vez, salvaguarde la moral y el orden público».

³⁴ Irmão do ditador e embaixador em Lisboa.

³⁵ Haim Avni descrevê-la-ia vinte anos depois como uma «poor synagogue, hidden in an apartment house in a decaying neighborhood, with no sign or any other outward indication of its existence» (AVNI, 1982: ix).

LISBONA, 1993: 130-31 e 157)³⁶.

Reproduz-se assim na *Nueva España* franquista um verdadeiro «sense of terror that pervaded the post-Civil War period», o que terá levado a um número significativo de conversões (AVNI, 1982: 69), situações sempre consideradas suspeitas pelos agentes do regime, bem como a «un nuevo movimiento de marranismo entre los pocos israelitas que todavía habitan en España». Exemplo disso era o comportamento, em Janeiro-Fevereiro de 1939, do representante diplomático de Franco em Bucareste, José Prat, que «ponía en guardia [el Gobierno] contra la entrada en España de "una plaga de parásitos"», que seriam várias centenas de judeus romenos convertidos ao catolicismo e pretendiam abandonar a Roménia. «La conversión en muchos casos», assegurava Prat, «se había hecho para escapar de la persecución». Ao núncio em Bucareste, Prat defendeu que «"el interés superior de España y la pureza de nuestra raza me interesaban mucho más que la salvación de estos judíos, quienes de seguro, como la gran mayoría, por no decir la totalidad de sus congéneres, habían sido y seguían siendo enemigos de nuestra causa, por nacionalista, cristiana y antimarxista"» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 140-41).

Uma tendência parece estar a desenhar-se quando, um ano depois do triunfo definitivo contra a República, o Governo de Franco, ou mais concretamente Serrano Suñer à frente do Ministerio de Gobernación, se aproxima do modelo fascista dominante ao quase enveredar pela adopção de legislação administrativa especificamente antisemita. Naquele ministério «se estudia, aunque sin prosperar, la creación de alguna ley para los judíos no españoles establecidos aquí desde 1933». A intimidade entre agentes alemães (a própria *Gestapo*) e as autoridades espanholas permite aos primeiros «disponer de una lista completa con los datos de todos» os judeus residentes em Barcelona, coincidentes ou paralelas com outras que compila o Governo Civil da província, pelo menos em Dezembro de 1939 e em Junho de 1940. Testemunhos da época recordam a José Antonio Lisboa «cómo en el reverso del Documento Nacional de Identidad o de la Tarjeta de Residencia, los responsables de la policía y seguridad escribían con tinta roja la palabra "judío" (LISBONA, 1993: 110), procedimento em tudo semelhante ao seguido na Alemanha nazi com os documentos pessoais de identificação.

Estes *años azules* de uniformes falangistas pelas ruas de um país destruído e, ainda, em grande parte aterrorizado com os vencedores, foram também os anos em que no topo da escala política não se ocultava, em geral, um discurso abertamente racista. Por exemplo, militares monárquicos como Alfredo Kindelán referiam-se aos «millones de chinos, negros y otros detritus humanos» com que contariam os Estados Unidos (KINDELÁN, 1943: 266); mas seria a parte da elite intelectual, e médica em particular, espanhola que tinha permanecido no país que mais contribuiria para a definição de um racismo *hispánico*, da mesma forma como em Itália se lhe chamava *all'italiana*.

³⁶ Só a aprovação da *Ley Orgánica del Estado*, de 10/1/1967, permite abrir caminho a uma Lei que consagra a liberdade religiosa, aprovada a 28/6/1967 (cf. SABÍN, 1997: 348-50), com a oposição, entre outros de Carrero Blanco, que a havia conseguido travar em 1964 (cf. LISBONA, 1993: 217-23, que cita as memórias de López Rodó). A Comunidad Israelita de Madrid é oficialmente reconhecida pelo Ministerio de Justicia em Dezembro de 1968 (cf. LISBONA, 1993: 233). A igualdade legal não se impõe em Espanha senão com a aprovação da Constituição democrática de 1978.

Antonio Vallejo-Nágera (1888-1960), primeiro catedrático de Psiquiatria da Universidade Central de Madrid, escrevia em 1937, num livro que marcou a sua época - *Eugenésia de la Hispanidad y Regeneración de la Raza* -, que «"el espíritu racista siempre ha estado latente en España, como lo pregonan los expedientes de limpieza de sangre necesarios en pasados siglos para habilitarse para los cargos públicos"» (cit. in RODRÍGUEZ-PUÉRTOLAS, 1986: 281). Nos anos finais da Guerra Civil, Vallejo dedicar-se-ia a propor uma *Política racial del Nuevo Estado* (1938) e a estudar *Psicopatología de la conducta antisocial* (1938) e *La locura y la guerra. Psicopatología de la guerra española* (1939).

Este último demonstraria ser um dos interesses mais recorrentes do psiquiatra (verdadeiramente) oficial do regime - Franco nomeara-o «Jefe de los Servicios Psiquiátricos Militares». Rafael Huertas, que associa Vallejo-Nágera à «emergencia de ese catolicismo integrista como fuerza hegemónica indiscutible en la sociedad del nuevo estado» franquista, estudou, por exemplo, a «serie de "experiencias", con prisioneros de guerra (miembros de las Brigadas Internacionales) y prisioneros políticos» realizadas em 1938 pelo *Gabinete de Investigaciones Psicológicas de los Campos de Concentración*, dirigido (gabinete e experiências) pelo próprio Vallejo-Nágera. Salienta Huertas que «dichas experiencias fueron incruentas y no son comparables con las que años más tarde desarrollaron los médicos y científicos nazis», mas é revelador que «los prisioneros [hayan sido] considerados objeto de estudio científico (...), intentándose demostrar (...) la existencia de una íntima relación entre enfermedad psíquica y marxismo». Destas experiências resulta a publicação de uma série de artigos sob o título «Psiquismo del fanatismo marxista», publicados em 1938-39³⁷ (cf. HUERTAS, 1998: 103 e 105-06).

Era com base em tais estudos que Vallejo-Nágera podia assegurar que os «"marxistas"» espanhóis seriam «"judeo-moriscos"», ligeiramente diferentes do «"marxismo extranjero, semita puro"». Três anos depois, retomaria a questão, perguntando-se se «"constituye el comunismo una característica racial? (...) Existe un pueblo genotípicamente comunista?"», ao que ele próprio se respondia que «"parece que ciertos pueblos o grupos raciales muestran mayor afinidad por el ideario comunista, y que la raza aria es inmune"». Curiosamente, contradizia-se agora quanto ao «marxista, semita puro», porque, dizia, «contra lo que suele creerse, no es el judío un pueblo comunista»; «"dadas sus características biológicas, el comunismo únicamente puede difundirse entre las razas degenerativas e incultas"», representando verdadeiramente «"la vuelta a las civilizaciones primitivas y simplistas: al hombre salvaje"» (cit. in RODRÍGUEZ-PUÉRTOLAS, 1986: 282 e 675-76³⁸).

Raquel Álvarez, outra investigadora que se dedicou à ciência que se produzia em Espanha neste período, destaca, no entanto, a rejeição que Vallejo fazia das «esterilizaciones de anormales, de los controles prenupciales obligatorios - aunque defiende la necesidad del consultorio

³⁷ Simultaneamente em números sucessivos da *Revista Española de Medicina y Cirugía de Guerra* e na *Semana Médica Española*.

³⁸ Citações retiradas de *Divagaciones Intranscendentes* (1938) e do artigo «Características raciales del comunismo», in *Legiones y Falanges*, nº 14 (Dezembro de 1941), Madrid.

prenupcial» (1998: 94), e também a «proibição del matrimonio a los tarados que transmitiesen la enfermedad a la descendencia, tal como ocurría a los locos e imbeciles» (GONZÁLEZ, 1996: 315). Em geral, Vallejo propunha um programa de «"Higiene Racial"» através da «"Regeneración de la Raza"», «mejorando el medio ambiente moral y espiritual». Regressava-se aqui ao problema da relação conceptual, mas também política, com os postulados e as práticas da eugenia nacionalsocialista. «"Coincidimos con los nacionalsocialistas en que cada Raza tiene una significación cultural particular, cuyos valores biopsíquicos deben exaltarse conjuntamente, pero sin temer enlaces bastardos entre sajones, latinos y judíos. (...) Queremos una eugenesia positiva cuya raigambre reside en el estímulo de la fecundidad de los selectos"» (Vallejo-Nágera, cit. in ÁLVAREZ, 1998: 87³⁹), escrevia o psiquiatra ainda antes da Guerra de Espanha ter início, e com ela uma perspectiva distinta de enquadramento internacional da produção intelectual das direitas espanholas.

Numa linguagem que se aproximava da alemã, Vallejo sustentava que «"el caudal hereditario de una raza está corroído, en la esfera somática, por las infecciones que haya podido sufrir el plasma germinal en el curso de las generaciones"»; e numa linguagem típica da perspectiva eugenista sustentada pelos católicos desta época, centrava a sua atenção «en la esfera moral y afectiva, [en la que] el caudal hereditario está constituido por virtudes y vicios, bondad y perversidad, generosidad y egoísmo"» (Vallejo-Nágera, cit. in ÁLVAREZ, 1998: 95⁴⁰). Acima de tudo, Vallejo criou de si próprio, através das suas características intervenções dos primeiros anos do Franquismo, uma imagem de novo *Inquisidor* vestido com a bata de um médico, que efabulava sobre o «"sangre de inquisidores que corre por nuestras venas, y en nuestros genes paterno y materno restan incrustados cromosomas inquisitoriales"», e propugnava, sabendo que podia ser «"tachado de retrógrado y obscurantista"», pelo «"resurgimiento del Tribunal de la Santa Inquisición, modernizado, con otras orientaciones, fines, medios y organización; pero Inquisición rígida y austera (...), definidora del pensamiento sano y del méfítico, que prevenga en lugar de remediar"» (cit. in RODRÍGUEZ-PUÉRTOLAS, 1986: 281⁴¹).

12.7 Evitar a emergência de um «problema judeu»

Mas a postura salazarista perante a questão ganhava aqui um dos seus contornos mais nítidos, importante também porque comum ao que ocorrerá com a postura franquista. Para a elite política e intelectual dos dois regimes, reconhecendo-se de forma mais (em Espanha) ou menos (em Portugal) explícita a existência do «problema semita» no plano internacional, negava-se que ele existisse dentro das fronteiras ibéricas, e, sobretudo, recusava-se a sua emergência. A base ideológica da primeira

³⁹ Extraído de (1934). *La asexualización de los psicópatas*. Madrid: Ed. Medicina; itálico na transcrição de Álvarez.

⁴⁰ Excerto de *Eugenesia de la Hispanidad y Regeneración de la Raza*.

⁴¹ Citação retiradas de *Divagaciones Intranscendentes*.

negação era, não, evidentemente, o carácter aberto da sociedade ou a identidade aconfessional do Estado, incompatíveis com a natureza dos regimes salazarista e franquista, mas a sua resolução histórica com a expulsão dos judeus no final do séc. XV (de Espanha) e no início do séc. XVI (de Portugal) - argumentação que adiante se analisará em detalhe. Por outras palavras, o «problema semita» de que sofrem os outros, «nós» (portugueses e espanhóis) «não o temos porque já o resolvemos há muito», dir-se-ia...

E, no entanto, alguns judeus alemães haviam conseguido entrar em Portugal, simplesmente usando o seu passaporte alemão, se o conservavam ainda, ao qual, desde acordo bilateral assinado em 1926, não era necessário apor um visto. «Dada a dificuldade em distinguir o alemão judeu dos restantes» (cit. in FRANCO, 1999: 320), como se queixava a polícia política, acabavam por ser identificados pelas autoridades portuguesas quando caducavam os seus documentos, que, por sua vez, os consulados alemães recusavam revalidar. A P.V.D.E. pressiona junto dos ministérios do Interior e dos Negócios Estrangeiros para conseguir que se denuncie o acordo de isenção de vistos para os cidadãos alemães, o que conseguirá em 1938, depois de advertir, em Março desse ano, o Governo de que «"se se admitir a entrada e a fixação de alguns [judeus] em Portugal (...) não [se] conseguirá opor um dique a essa imigração"» que constituiria «"um grave perigo para a nossa nacionalidade"». A argumentação da polícia política aduzia um outro dos argumentos tradicionais, acenando ao Governo com «"o momento perigoso que a nossa pátria atravessa e o ataque de Moscou [sic] sobre o Ocidente"»: «"impõe-se a defesa contra esta invasão de indesejáveis"», que o eram porque «"um judeu estrangeiro é, por norma, politicamente indesejável"» (cit. in RIBEIRO, 1995: 94-95). Dois anos antes, de resto, a mesma polícia justificava muito sibilinameamente a sua suspeição contra os refugiados: todos aqueles que «"no seu país de origem, na presente situação internacional, fossem indesejados, também por idênticos motivos o seriam em Portugal"» (cit. in MÜHLEN, 1995: 12).

Em resumo, o que a P.V.D.E. exigia, através do poderoso Paulo Cumano, responsável pelo Serviço de Estrangeiros da Secção Internacional daquela polícia, era que «"Portugal não fosse considerado 'país de refúgio' [para que] esta Polícia possa desempenhar a sua missão (...) sem ruído, sem levantar alarmes, sem suscitar nenhuma ofensiva da imprensa estrangeira judaica ou a seu soldo, conseguindo desviar de Portugal o perigo [da] criação de uma minoria"» (cit. in RIBEIRO, 1995: 95). Apesar de esta forma de colocação do problema revelar como, apesar de tudo, a imprensa internacional incomodava o regime e a sua própria polícia política, era chegada a altura para o regime levar mais abertamente à prática a generalização aos judeus das suspeições políticas e étnicas que se lhes atribuíam no íntimo dos dirigentes salazaristas. A Direcção Geral dos Negócios Políticos e Administração Interna do M.N.E. é encarregada de transmitir aos consulados que seriam, então, mais solicitados por refugiados judeus instruções que significavam o primeiro passo explícito no sentido da sua discriminação administrativa, com óbvios efeitos humanitários.

O documento em causa surgia em resposta precisamente a «reiteradas consultas feitas por diversos Consulados acerca do tratamento que aos emigrantes judeus é concedido em Portugal», o

que amplia o seu significado ao terreno vasto da forma como em cada país, afinal, de encarava a «questão judaica», e está em claro paralelo com as sucessivas consultas que representantes consulares espanhóis fazem ao Governo franquista no mesmo sentido, julgando seguramente ser provável que alguma medida antisemita viesse a ser tomada. Aquela Direccção-Geral transmitia, duas semanas antes da *Kristallnacht* na Alemanha, «o que está acordado pelas autoridades competentes»: «não é permitida a fixação em Portugal dos referidos emigrantes [judeus], sendo-lhes concedida apenas a entrada como turistas, mas só pelo prazo de 30 dias»⁴², o que vinha reduzir a um terço o prazo que anteriormente vigorava e que, em tantos casos, teria permitido aos refugiados procurar uma passagem transatlântica ou a instalação no país, por precária que fosse.

Seria, conjuntamente com a discriminação que já antes se fazia contra os russos (aparentemente até os que não fossem simplesmente portadores de passaportes soviéticos), com toda a probabilidade, a única discriminação de natureza étnica inscrita nas determinações administrativas do M.N.E.. Não se tratava, obviamente, de uma medida antisemita da mesma natureza e gravidade daquelas que vários regimes autoritários entretanto tomavam, ou tomariam pouco depois, mas configurava, em qualquer caso, uma generalização étnica de intencionalidade obviamente discriminatória. Tanto era assim que, pela mesma altura, recusava-se a entrada a dezanove refugiados austríacos, fugidos ao *Anschluss*, «apesar de estarem na posse de documentos válidos», bem como 350 emigrantes que, «em viagem para além-mar, pretendiam em Lisboa ir a terra, [sendo] proibidos de abandonar o barco» (MÜHLEN, 1995: 12). Se acrescentarmos que esta tomada de posição se assumiu gradualmente de forma perfeitamente contemporânea ao tratamento chocantemente desumano a que as autoridades policiais, militares e administrativas portuguesas, com algumas muito honrosas excepções, deram a milhares de refugiados espanhóis suspeitos de antifranquismo ao longo de toda a Guerra de Espanha, muito sobretudo nos primeiros meses do conflito, e a tantos milhares de portugueses envolvidos no apoio a estas vítimas, perceberemos o significado destas atitudes discriminatórias das autoridades do *Estado Novo*, tão longe de qualquer nível básico de humanitarismo que impregnasse a política governamental.

E acrescentemos uma observação comparativa curiosa. Sensivelmente pela mesma altura, na Suíça, «il dottor Heinrich Rothmund della Polizia federale ottenne che gli ebrei con passaporto tedesco fossero identificati in modo specifico, perché era poco probabile che essi, al contrario dei turisti tedeschi, tornassero in patria». O resultado seria que no momento em que a guerra estala com a invasão alemã da Polónia não mais de 7100 refugiados, judeus e não judeus, teriam conseguido entrar na Suíça. Esta aparentemente simples medida administrativa permite ao mais respeitado historiador do Holocausto considerar que «nel 1938 la Svizzera diventò il primo e unico paese neutrale a introdurre una legge antisemitica tedesca» (HILBERG, 1997: 249). Não é surpreendente que Raul Hilberg julgasse que o caso suíço fosse único; nesta sua obra relativamente recente, o historiador sediado nos E.U.A., entre os países

⁴² Circular nº 10, do M.N.E. aos consulados em Londres, Amesterdão, Viena, Paris, Berlim, Hamburgo, Marselha, Havre, Antuérpia, Praga e Budapeste, 28/10/1938, in A.M.N.E., Microfilmes (Bobine 125).

européus neutrais na II Guerra Mundial, analisa muito brevemente os casos espanhol e turco e com algum detenimento os sueco e suíço; de Portugal, nem uma palavra. Em todo o caso, sublinhe-se que, por menos do que acabavam de fazer e fariam de futuro as autoridades salazaristas, o comportamento da Administração suíça era considerado antisemita. Esta é também a avaliação a fazer para o caso salazarista: um comportamento semelhante ao dos suíços não o permite considerar *banal*, muito menos (por hipótese risível) *democrático*; permite apenas perceber que em ambos os casos estava presente um evidente preconceito...

Recordemos de novo os termos da «questão judaica», nos parâmetros utilizados pelas distintas instâncias oficiais portuguesas. O perigo da emergência de um «problema semita», que parecia ser percebido por todos como consequência automática da criação em Portugal de uma «indesejável minoria judaica», constituída na sua maioria por uma comunidade de refugiados, seria *responsabilidade* automática dos próprios judeus. Até uma figura tão essencialmente crítica do Nacionalsocialismo como Veiga Simões, desde Agosto de 1933 ministro de Portugal em Berlim, «alertou sistematicamente Salazar para este "perigo"», propondo-lhe restringir a concessão de vistos a judeus alemães apenas nos casos em que familiares em Portugal ou bens fossem suficientes para garantir «"a sua manutenção"» ou, em alternativa, «"possibilidades de seguir viagem para outro país"», ou então, ainda, nos casos de «"pessoas de alta categoria científica e técnica"» (cit. in MILGRAM, 1999: 55-56⁴³).

Avraham Milgram, que estudou o comportamento de Veiga Simões no seu posto em Berlim relativamente à questão dos refugiados judeus, acentua as contradições em que terá caído uma personagem de «pendores antiautoritários» como ele. Seguramente impressionado com a violência desenfreada da *Kristallnacht* do início de Novembro de 1938, Simões terá passado, e autorizado que se passassem, vistos sem autorização prévia do M.N.E., em número «bem reduzido mas suficiente» para que Salazar lhe ordenasse, logo em Dezembro, «"a cessação imediata destas práticas"» depois de terem sido denunciadas pela P.V.D.E.. Num dos poucos casos, o de um prestigiado professor de Medicina, Simões justificar-se-ia a Salazar, em Janeiro de 1939, com «"a minha inteligência [que] se recusa a conceber que um país civilizado feche as portas a uma das maiores notabilidades mundiais de clínica médica simplesmente por razões chamadas de raça"» (cit. in MILGRAM: 56-57), produzindo assim um dos poucos documentos diplomáticos portugueses no qual se denunciava abertamente a política discriminatória já então seguida por Lisboa.

Porém, e ao mesmo tempo, o ministro em Berlim «temerosa e apreensivamente alerta o ditador para uma eventual vinda de judeus checos (dos Sudetas anexados) munidos com passaportes mas sem o J vermelho» que as autoridades nazis apunham nos documentos de cidadãos judeus, «o que dificultaria a identificação "racial" do portador». Milgram conclui assim que, para Veiga Simões, «judeus célebres, endinheirados e perseguidos eram vítimas, enquanto massas de vítimas perseguidas e despossuídas eram judeus» (MILGRAM, 1999: 56-57).

⁴³ O autor transcreve um ofício de Veiga Simões a Salazar, 29/3/1937.

Enquanto diplomatas e cônsules a recebiam instruções específicas no sentido de barrar, como pudessem, o caminho de Portugal aos refugiados judeus, relativamente aos «nacionais de raça judaica», Salazar aparece, aos olhos de Manuela Franco, «sensível à diplomacia silenciosa da Comunidade Judaica». Meses antes da *Kristallnacht*, em Julho de 1938, e apercebendo-se de que «os Governos inglês, italiano, americano e francês já obtiveram garantia de que os seus súbditos [judeus residentes na Alemanha] serão isentos das obrigações declaratórias [de bens] impostas por Decreto do Reich», entende que «Portugal não pode deixar de reclamar para os seus nacionais de raça judaica as mesmas isenções (...), mormente quando se trate de indivíduos residentes fora da Alemanha». O ditador referia-se a alguns dos residentes em Portugal «que se dirigem ao Governo português invocando a sua nacionalidade portuguesa e solicitam a intervenção diplomática de Portugal a bem de seus direitos e interesses» (FRANCO, 1999: 319-20). E instrói Veiga Simões, em Berlim, para «pôr esta questão de ordem geral perante o Governo do Reich, em termos amistosos, até com apelo à cordialidade das relações entre os dois países, mas firmemente e baseado na circunstância de a nossa lei fundamental não fazer distinção entre os nacionais de raça judia e os outros, o que obriga o Governo português a dispensar-lhes a plena protecção devida a um nacional» (M.N.E., 1961: doc. nº 316⁴⁴).

Esta assunção de uma postura de base não racista, que alguns poderão interpretar até como antirracista uma vez que obrigava o Estado português a levantar objecções «firmes» à política racista de outro, aparece apenas em determinado tipo de documentação diplomática, e de forma até restrita, como veremos. Refiro-me aqui às poucas situações nas quais o M.N.E. se mobilizou para isentar cidadãos nacionais de obrigações decididas por Estados estrangeiros. A partir de 1942 o mesmo, por exemplo, não ocorrerá quando se tratava de impedir a aplicação da legislação antisemita francesa a cidadãos portugueses, como adiante veremos.

Outra dimensão das coisas é-nos dada pela resistência feroz em reconhecer a nacionalidade portuguesa reivindicada por vários judeus levantinos ao abrigo da legislação de 1913. Até mesmo no interior do M.N.E. se reconhece, em Janeiro de 1939, que «Portugal arrasta a resolução do problema», ao mesmo tempo que se tinha a sensação de que até a Espanha «"não abandona os judeus que lhe pertencem"». O autor destas notas no interior do ministério sublinha a contradição entre «"reivindicar para nós judeus portugueses, célebres na Turquia dos séculos passados"» no âmbito da *Exposição do Mundo Português* que se convocara já para o ano de 1940, ao mesmo tempo que «"negamos aos seus descendentes um direito que nos ufanamos de conceder"» (cit. in FRANCO, 1999: 321). Manuela Franco descreve-os como «documentados como portugueses, alguns destes indivíduos, inscrevendo-se de pais para filhos, há mais de 20 anos viajavam, residiam e pagavam taxas e emolumentos aos consulados portugueses pela Europa e pela América». A guerra «entalá-los-ia entre a conquista da Europa pelos nazis e as exogências legais de Portugal, um híbrido que gerará um fluxo de casos humanos, normalmente atendidos *in extremis* com prorrogações do seu estatuto de portugueses

⁴⁴ Telegrama de Salazar a Veiga Simões, 15/7/1938.

provisórios» (FRANCO, 1999: 318).

Desde Agosto de 1936 que os cônsules estavam proibidos de revalidar passaportes e bilhetes de identidade a estes judeus que se reivindicavam como portugueses. Ao fim de pouco tempo, os protestos acumulavam-se. O cônsul em Paris, José Luís Archer, veiculou vários para Lisboa, e em Julho de 1939, descreve como «"verdadeiramente dolorosa"» a sua situação, e não imaginava ele as condições em que cairiam com a derrota francesa de 1940. Quando, em Janeiro de 1941, já imposta legislação antisemita quer nas zonas ocupadas, quer na Zona Livre de França, considera, em ofício remetido ao M.N.E., ser «"de estranhar a falta de protecção por parte deste posto, que parece injustamente estender-se a alguns e não a todos os judeus portugueses"» (cit. in MELO, 1998a), o ministério opta por substituí-lo.

Entretanto, a situação internacional agravava-se de dia para dia, e o ditador alemão decidira, no sexto aniversário da sua chegada ao poder, ameaçar os judeus, as chancelarias e a opinião pública internacional com uma «profecia»: a de que «if the international Jewish financiers (...) should succeed in plunging the nations once more into a world war, then the result will not be the Bolshevizing of the earth, and thus the victory of Jewry, but the annihilation of the Jewish race in Europe!» (transcrito in NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1049). Da anexação da Áustria e dos Sudetas, passava-se, em Março, à da Boémia e da Morávia checas; a 1 de Setembro, as tropas alemãs entravam na Polónia.

Àqueles que se sentiam potenciais vítimas dos acontecimentos e dispunham de recursos para deles procurar escapar, a declaração da guerra só podia tê-los empurrado na procura de territórios afastados do que poderia vir a ser o centro do conflito. A Península Ibérica era um deles, e sobretudo Portugal, não devastado por uma guerra recém-terminada como estava a Espanha, e de cujos portos se podiam demandar as Américas. Os Estados democráticos da Europa ocidental, cuja opinião pública se revelara sempre mais mobilizada para a solidariedade com os refugiados alemães, haviam-se tomado já destinos cada vez mais inacessíveis, designadamente a França, sobretudo a partir da campanha que os meios conservadores haviam lançado contra a abertura das fronteiras francesas, em Janeiro-Abril de 1939, a centenas de milhar de refugiados espanhóis que escapavam às tropas de Franco, internados em condições deploráveis em campos de concentração do Sul do país. O estado de guerra declarado entre anglofranceses e alemães, em Setembro, dificultava definitivamente a entrada de perseguidos políticos e étnicos oriundos da Alemanha ou dos Estados já ocupados por ela, uma vez que se tornavam, aos olhos da autoridades, potenciais agentes do inimigo.

Assim se explicará que a hipótese portuguesa se revelasse cada vez mais importante para os refugiados. A P.V.D.E. detectou a entrada, só entre Setembro e Dezembro de 1939, de quase nove mil estrangeiros. Uma boa distância separaria a vontade política de barrar a entrada em Portugal a vários refugiados abertamente indesejados da capacidade administrativa e policial em o fazer. Os receios da polícia política redobram-se e, em Novembro, o M.N.E. distribui instruções de clara natureza discriminatória relativas à concessão de passaportes e de vistos consulares portugueses, «que previnam», advertia-se, contra «abuso e práticas de facilidades que a P.V.D.E. entende inconvenientes ou perigosas».

A partir de então, nunca os cônsules portugueses poderiam conceder, «sem prévia

consulta ao M.N.E.», de qualquer visto, não só, como antes, «aos estrangeiros de nacionalidade indefinida, aos portadores de passaportes Nansen e aos russos», mas também, muito directamente, «aos judeus expulsos dos países da sua nacionalidade ou de aqueles de onde provêm». Como reforço adicional desta última restrição, havia que consultar Lisboa nos casos de todos aqueles «que apresentem nos seus passaportes a declaração ou qualquer sinal de não poderem regressar livremente ao país de onde provêm», ou então naqueles em que se «invoca a circunstância de virem embarcar a um porto português [mas que] não tenham um visto consular para dar entrada no país a que se destinam, ou bilhetes de passagem (...), ou garantia de embarque das respectivas Companhias» (FRANCO, FEVEREIRO, 2000: anexo nº 1⁴⁵).

A dedução é evidente, e no entanto pouco sublinhada pela literatura: o Governo português transpunha para a instrução legal a concepção genericamente discriminatória que conformava a sua visão do problema dos refugiados das ditaduras da Europa Central e Oriental, ampliando aos judeus no seu todo, enquanto comunidade, identidade, grupo, indivíduo, as suas suspeições. Estas ter-se-ão mantido ao nível estritamente (ou aparentemente) político (não aos russos porque cidadãos de um Estado com o qual Portugal não tinha relações diplomáticas; não aos apátridas porque significaria assumir um encargo que outros não assumiram...) até ao momento em que o isolamento do caso dos judeus lhes deu um carácter étnico, *rácico* como se escrevia nos documentos de então. Não judeus porque russos, nem judeus porque apátridas, mas judeus. É certo que a instrução discriminava os «judeus expulsos», mas a P.V.D.E. sabia que se falava de «indivíduos que procuram asilo em Portugal "pelo receio que lhes advém da guerra próxima das suas casas"» (cit. in RIBEIRO, 1995: 96), como formulava na sua denúncia, transmitida em Janeiro de 1940 ao Ministério do Interior, dos milhares de refugiados que afluíam às fronteiras. Dificilmente se poderia deles dizer que tivessem sido formalmente expulsos dos «países da sua nacionalidade» - primeiro porque, até às deportações iniciadas em 1941, eram os próprios judeus, perseguidos e espoliados de bens e nacionalidade, a procurar emigrar; depois porque era a própria guerra, designadamente a ocupação dos países ocidentais, e não uma ordem legal de expulsão, a lançá-los na busca desesperada de refúgio.

Reforçar-se-á este argumento ao citarmos dois outros documentos, produzidos no fim de Abril de 1940, poucos dias antes da invasão dos Países Baixos, a propósito de pedidos vistos portugueses por parte de judeus holandeses. Segundo a polícia política, eles «tomam um volume que não é de desprezar atendendo à convulsão que agita a Europa», o que a levava a pedir ao M.N.E. que, «a bem do serviço público, os cônsules na Holanda sejam avisados para, antes de pedirem autorização para visarem os passaportes, averiguem» se os requerentes «são ou não judeus, a fim de evitar a entrada em Portugal de indivíduos dessa qualidade» (FRANCO, FEVEREIRO, 2000: doc. nº 5). Salazar instrói logo no dia seguinte a Legação portuguesa na Haia a «"não conceder nenhum visto em passaporte de judeus sem autorização deste Ministério"». A advertência era feita, justamente, a propósito da «"crescente afluência

⁴⁵ Circular nº 14 do M.N.E., 11/11/1939.

de judeus a Portugal e [da] actividade que aqui desenvolvem [que] tomam inconveniente, segundo opinião da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, continue ser-lhes permitida entrada no país, independentemente da nacionalidade dos interessados"» (transcrito in ALEXANDRA, 1995: 56). A justificação da discriminação não se centrava sequer no eventual embaraço administrativo que se levantaria com a permanência em Portugal de um refugiado ao qual não fosse permitido o regresso ao seu país de origem. Não; o problema estava na «inconveniente actividade que aqui desenvolvem».

Portugal ter-se-á, então, tomado já num dos muitos Estados suspeitos aos olhos das entidades que a nível internacional procuravam supervisionar a questão dos refugiados. No fim de Novembro de 1939, o embaixador em Londres foi abordado pelo Alto Comissário da S.D.N. para os Refugiados, que assim procura interceder junto do Governo português para que se «evite o internamento ou a expulsão do país de cerca de cinquenta refugiados alemães que se encontram em Portugal, fugidos às condições da guerra no seu país ou noutros». O Alto-Comissário, Sir Emerson, referia-se a uma carta de Augusto d'Esaguy, que presidia à Comassiss judaica portuguesa, «em que se alude à possibilidade de internamento de tais refugiados num campo de concentração e em que se pede se declare que a sua subsistência está a cargo de uma Comissão de Subsistência que funciona em Lisboa»⁴⁶. O próprio Emerson optaria ainda por escrever pessoalmente a Salazar, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, duas semanas mais tarde, a propósito daquela «urgent communication from the Comissão Portuguesa de Assistência aos Judeus Refugiados». Ele «fully appreciate the serious embarrassment» pelo «influx of refugees» mas, dadas as garantias da Comassiss, vinha solicitar ao ditador que, «after such enquiry into individual cases as your Government may consider necessary, those against whom there is no cause for suspicion may be allowed temporary asylum and their liberty until they are able to emigrate to some other country»⁴⁷.

O ministério pede então à P.V.D.E. informações sobre «os aludidos refugiados», ao que a polícia política responde, lapidariamente, que «o Dr. Esaguy é pessoa suspeita a esta Polícia», para logo pretender que «no nosso país não há campos de concentração, e, unicamente nos casos a que tal obrigam, têm sido presos os estrangeiros que desobedecem às autoridades ou pretendem com subterfúgios deixar de cumprir as ordens ou os compromissos que tomam». Se esta descrição de Esaguy revelava em que conta se teria a Comassiss no seio da Administração, o director-geral que no M.N.E. se encarregava da Administração Interna, e portanto interlocutor da polícia política, Costa Carneiro, revelava uma impressionante indiferença, ou ignorância, ou simplesmente incompetência, face ao problema dos refugiados, ao pedir, um mês depois, informações à P.V.D.E. sobre «uma Comissão Portuguesa de Assistência aos Judeus Refugiados», como se nada soubesse de uma organização criada quase oito anos

⁴⁶ Ofício de Monteiro a Salazar, 30/11/1939, in A.M.N.E., 2º/49/112.

⁴⁷ Carta de Emerson a Salazar, 14/12/1939, in A.M.N.E., 2º/49/112.

antes⁴⁸ ... A documentação não revela qualquer seguimento dado à questão.

A suspeição que se alimentava face às actividades judaicas em favor dos refugiados não era só detectável nos meios oficiais (diplomáticos ou policiais) portugueses. A imprensa católica, por exemplo, quando descrevia as condições da «neutralidade americana», dividia a opinião pública norteamericana entre os «isolacionistas» e «a quase unânime aversão dos americanos pelo nazismo», sublinhando que este era um «sentimento cuidadosamente explorado pelos refugiados do III Reich e pelos israelitas da América, que exercem enorme influência pela imprensa, o cinema e a rádio»⁴⁹.

Em todo o caso, é importante perceber como no quadro negro da Europa da época, iniciada a guerra e instalado nos refugiados que procuravam escapar ao terror nazi o receio de que as operações militares os apanhassem no meio da contenda, Portugal aparecia como uma alternativa perfeitamente razoável, apesar de todos os entraves administrativos e policiais, apesar da ditadura, que estava longe de ser caso único, e dos mais violentos, no conjunto europeu. Uma vez despoletada a invasão da Europa Ocidental, «não é de admirar que as opiniões dos refugiados acerca de Lisboa e do país fossem sobretudo positivas, como se, ao entrar em Portugal, tivessem abandonado a Europa, povoada pela guerra» (MÜHLEN, 1995: 11). Era isto, seguramente, que servia de pano de fundo a tentativas como a feita junto do Governo português pela secção suíça do *Internationale Migration Service*, em Maio de 1940, poucos dias antes das tropas alemãs avançarem para Ocidente, indagando sobre a «possibilité de faire émigrer des personnes temporairement ou définitivement au Portugal», concretamente aquelas que, «par les circonstances actuelles, sont obligées de quitter leur pays natal»⁵⁰. Também esta não receberia qualquer resposta, mas representa, ainda assim, o lugar que Portugal ocupava no estreito terreno das hipóteses de refúgio internacional.

Pouco tempo antes, contudo, a aplicação retroactiva da Circular nº 14, de Novembro de 1939, do M.N.E., teria efeitos trágicos na vida de Peter Schwiefert, um alemão «filho de pai "ariano" e de mãe judia» que chegara a Portugal em Setembro de 1938. «Notificado para abandonar o país em 22 de Novembro», Schwiefert não se terá apresentado à polícia e «foi preso no dia seguinte, tendo permanecido [na prisão do forte de] Caxias até ser expulso de Portugal no início de 1940». Apurou Irene Pimentel que, tendo procurado refúgio em França e na Grécia, «acabou por ser morto pelos nazis» (1998a: 22).

12.8 As ditaduras ibéricas perante os indesejáveis: da derrota da França ao início das deportações

⁴⁸ Ofícios do Director-Geral de Negócios Políticos e Administração Interna à P.V.D.E., 13/12/1939 e 22/1/1940, respostas, 18/12/1939 e 25/1/1940 (que se limita a esclarecer os «objectivos conhecidos [da Comassis]: auxiliar os judeus refugiados, fornecendo-lhes dinheiro, passagens e até alimentação», e a elencar os membros dos seus órgãos directivos), in A.M.N.E., 2º/49/112. José da Costa Carneiro ocupou aquela Direcção-Geral entre Março de 1939 e Agosto de 1943.

⁴⁹ In secção «Crónica», in *Lumen*, Ano III, Fasc. 12 (Dezembro de 1939), Lisboa, p. 717.

⁵⁰ Cf. Ofício da Section Suisse de l'Internationale [sic] Migration Service à Legação de Portugal em Berna, 7/5/1940, e desta ao M.N.E., 8/5/1940, in A.M.N.E., 2º/49/112.

na Europa Ocidental (1940-42)

A *blitzkrieg* que os exércitos alemães lançam, a partir de 10 de Maio de 1940 sobre países (Holanda, Bélgica, Luxemburgo e, acima de tudo, França) que haviam sido, até então, refúgio de uma proporção muito elevada de exilados da Alemanha e dos países por ela ocupados, e a rapidez com que estes territórios foram ocupados (a 14 de Junho, Paris é ocupada, e três dias depois Pétain pede um cessar-fogo), lançam milhões de pessoas nas estradas de França, na direcção do Sul. Entre elas há dezenas de milhar de refugiados que se apresentam perseguidos pelas futuras autoridades alemãs de ocupação. As condições do cessar-fogo impostas aos franceses na sua versão definitiva, assinado a 22 de Junho, terão parecido precaríssimas garantias a estes milhares e milhares de refugiados que, acompanhando a fuga do Governo francês para Sul, se depararam com a fronteira espanhola dos Pirinéus como uma barreira.

A intenção dos refugiados, e sobretudo dos judeus, como bem o sintetizou Haim Avni, não era «finding a permanent haven in Spain for several reasons, among them the uncertainty of Spain's status in the war and the fear that this hungry and ruined nation, in which German influence was so strong, could not serve long as secure refuge». Pelo contrário, a Espanha só poderia servir como território de trânsito. Para Portugal, em primeiro lugar, mas também este deveria continuar a ser uma etapa transitória, e agora mais do que nunca, uma vez que pela mente de muitos (e de muitos portugueses, antes de quaisquer outros) passava sempre a hipótese de que o país se visse envolvido na guerra, sobretudo no papel de vítima de invasão *preventiva* por parte de espanhóis e alemães. As Américas, essas sim, poderiam desempenhar esse papel de porto seguro.

Abandonar a França e chegar a Portugal tornava-se para muitos, desta maneira, uma questão de vida ou de morte. «Spanish representatives initially were generous: transit visas were provided to anyone possessing a Portuguese transit or immigration visa. But the consulates also attempted to examine the identity of those applying in order to prevent the entry of enemies of the Nationalist regime» (AVNI, 1982: 73). Um número elevadíssimo de republicanos espanhóis que se haviam refugiado em França na fase final da Guerra Civil, bem como de combatentes de outras nacionalidades que haviam luta do lado da República, encontravam-se agora apanhados entre as tropas alemãs e as autoridades franquistas, velhas aliadas na Guerra de Espanha, a que se juntariam, pouco depois, as autoridades francesas sob as ordens do novo regime de Pétain.

Neste contexto, não admira que os consulados e a polícia espanhola procurasse ser o mais severa possível na concessão e no reconhecimento de vistos. Se lhe acrescentarmos as dificuldades administrativas cada vez mais fortes impostas pelo Governo português, pode-se imaginar a massa de desesperados que afluíam aos consulados portugueses e espanhóis mais próximos da fronteira.

Ao fim de pouco tempo da chegada da *Wehrmacht* à fronteira basca, o Governo de Madrid decreta o encerramento das fronteiras pirenaicas até ao que considerariam ser a estabilização da situação em França. A de Cerbère, que divide as Catalunhas francesa da espanhola e que, ao contrário

da de Hendaye, se situava na chamada Zona Livre, só reabrirá a 4 de Setembro (cf. AVNI, 1982: 73). Mas enquanto a fronteira de Hendaye esteve aberta, no entanto, tratou-se da única porta legalmente aberta à fuga da bota nazi. Um cônsul português, sediado em Bordéus desde 1938, assumiu nesta conjuntura um papel verdadeiramente único, e, apesar de algumas outras excepções dignas desse nome, absolutamente ímpar no comportamento do corpo consular dos dois Estados ibéricos.

Aristides Sousa Mendes terá sido responsável pela concessão, entre 11 e 22 de Junho de 1940, de, provavelmente, mais de dois mil vistos passados em condições irregulares à luz das instruções que desde 1938, pelo menos, se enviavam às várias representações portuguesas no estrangeiro. Fê-lo primeiro no consulado de Bordéus, de que era titular, e depois no consulado de Bayonne, subordinado ao de Bordéus, em alguns dias a partir do dia 18, sujeitando, ou arrastando consigo, consoante as versões posteriormente produzidas, o respectivo cônsul. Neste último posto e na própria fronteira de Hendaye, Mendes teria assinado vários vistos «sem carimbo consular, escritos somente à mão e, portanto, sem registo em parte alguma», e que devem ser acrescentados aos cerca de 1600 regularmente inscritos nos cadernos consulares (MILGRAM, 1999: 59-60⁵¹). Aristides Sousa Mendes, um católico monárquico irmão gémeo de César Mendes, o primeiro dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos governos de Salazar (Julho de 1932-Abril de 1933), perante o «verdadeiro pânico que se declarou em todo o sudoeste de França (...) com as notícias da derrota das tropas francesas e do avanço rápido das tropas alemãs», dirá depois ter-se deixado impressionar vivamente» com «a sorte que estava reservada a tanta gente se caísse nas mãos do inimigo» e aposta em «salvar toda aquela gente, cuja aflição era indescritível».

Tratavam-se de «oficiais dos exércitos dos países ocupados anteriormente» pelos alemães, cidadãos dos países que acabavam de ser ocupados, «homens de Estado, Embaixadores e Ministros, Generais e outros oficiais superiores, Professores, homens de letras, académicos, artistas de renome, jornalistas (...), estudantes universitários, pessoal de várias organizações da Cruz Vermelha, membros de casas reinantes, príncipes de sangue, combatentes de todas as patentes e postos, industriais e comerciantes, religiosos de ambos os sexos, mulheres e crianças, carecendo de protecção»⁵², e Sousa Mendes entenderia que «não podia fazer diferenças de nacionalidades, visto obedecer a razões de humanidade que não distinguem raças nem nacionalidades» (FRANCO, FEVEREIRO, 2000: anexo nº 7⁵³).

⁵¹ O autor cita uma entrevista realizada em 1962 a refugiados judeus que viajaram até Portugal com um visto passado por Sousa Mendes. Milgram parece desmentir definitivamente o número exagerado de «30 000 refugiados, dos quais 10 000 judeus» cuja salvação é erroneamente atribuída a Sousa Mendes desde, pelo menos, os anos '60.

⁵² Com alguma probabilidade, nomes como os de Thomas e Heinrich Mann, Stefan Zweig, Alfred Döblin, Max Ernst, Otto de Habsburgo, Jean Renoir, René Clair, Jean Gabin ou Julien Green, eventualmente até Salvador Dalí, estarão entre aqueles a quem Sousa Mendes terá concedido um visto.

⁵³ Resposta de Aristides Sousa Mendes à «nota de culpa» que se inclui no seu processo disciplinar, 10/8/1940.

Aparentemente, o cônsul português ter-se-á cansado de esperar as autorizações exigidas por Lisboa, que esta não emitia, e, depois de «prostré, n'adressant plus la parole à ses proches (...), ne quittant plus son lit depuis trois jours (...), il s'est levé comme rasséréné et, plein d'une immense énergie, il a ouvert la porte de la chancellerie, et a dit, à haute voix: "Désormais, je donnerai des visas à tout le monde, il n'y a plus de nationalité, de race, de religion"», segundo testemunha hoje o seu filho Pedro⁵⁴. Incorreu assim num grave delito de desobediência, administrativa e política. Se o caso humano se nos revela irresistivelmente interessante, sobretudo num contexto ética e politicamente tão difícil, centremo-nos nas questões políticas e ideológicas do caso.

O embaixador de Portugal em Madrid, Pedro Theotónio Pereira - uma das raras figuras da confiança total de Salazar e a quem se reservavam largos voos na hierarquia do regime - é informado da situação e chega a Bayonne a 21 de Junho. Adverte o ditador e este, logo no dia seguinte, «proíbe rigorosamente» Sousa Mendes de «conceder vistos ou passaportes», e dois dias depois exige o seu «regresso imediato» a Portugal. A 4 de Julho instaura-lhe fulminantemente um processo disciplinar (FRANCO, FEVEREIRO, 2000: docs. nº 17, 19 e 23).

Theotónio Pereira começa por esclarecer as autoridades espanholas da «intenção do nosso Governo», contrariada por Sousa Mendes, e «ficou entendido que dávamos por nulos os vistos [concedidos] pelo Cônsul em Bordéus» (FRANCO, FEVEREIRO, 2000: anexo nº 3⁵⁵), deixando instruções claras para que se passasse a conceder vistos a portadores de passaportes Nansen (emitidos pela S.D.N. para refugiados) que apresentassem «bilhete de barco» (para as Américas, presume-se) e a um número restrito de nacionalidades: «ingleses, americanos, americanos do Sul», especificando-se quanto aos franceses que fossem «gente limpa» [sic] e aos belgas que se tratasse de «personalidades», bem como «a todos os outros recomendados pelas Embaixadas e Legações» (FRANCO, FEVEREIRO, 2000: anexo nº 4⁵⁶). Isto era o que o embaixador em Madrid descreverá, um mês mais tarde, como sendo «pôr as coisas no devido caminho, em conformidade com as ordens do Governo» (FRANCO, FEVEREIRO, 2000: anexo nº 6⁵⁷). No testemunho de um funcionário consular, Lopo Simeão, expressamente enviado de Lisboa a Bayonne, «a pressão dos fugitivos continuou porém em estado de tensão sempre crescente durante os dias que precedem a entrada dos alemães» em Bayonne, a 27 daquele mês, «ameaçando suicidar-se e oferecendo somas exageradas para obter [os vistos], usando alguns de astúcia, outros de ameaças e outros ainda recorrendo ao suborno» (FRANCO, FEVEREIRO, 2000: anexo nº 4⁵⁸). Quanto à

⁵⁴ Cit. in «Le consul qui sauva trente mille personnes», in *Le Monde*, 31/10/1997, Paris.

⁵⁵ Telegrama de Theotónio Pereira a Salazar, 25/6/1940.

⁵⁶ Relatório de Lopo Simeão a Salazar, 1/7/1940.

⁵⁷ Depoimento de Theotónio Pereira como testemunha de acusação no processo disciplinar de Sousa Mendes, 26/7/1940.

⁵⁸ No fim de Junho, o embaixador polaco em Londres pede ao seu colega português que interceda a favor de mil polacos, «gente de raça pura e pertencendo à inteligência do país», retidos na fronteira

expressão «gente limpa», utilizada por Theotónio Pereira, não há qualquer espaço para dúvidas quanto à sua natureza. O seu autor queixar-se-ia a Salazar dois anos mais tarde, regressado a Madrid de uma visita à Zona Espanhola do Protectorado de Marrocos, que «a nossa representação [consular] é uma parada de judeus», o que o levava a insistir em falar com o ditador sobre a questão que o preocupava porque «só [lá temos] vicecônsules judeus e não posso dizer que a nossa representação esteja bem vista», causando até uma «deplorável impressão»... (cf. C.L.N.R.F., 1990: docs. 25 e 29⁵⁹)

Se considerarmos que, se as instruções impostas por Theotónio tivessem sido aplicadas à massa de refugiados que acudiram a Sousa Mendes, vários militares e responsáveis políticos de outros Estados já ocupados pela Alemanha (checos, polacos, holandeses, dinamarqueses, noruegueses) que se tivessem refugiado em França poderiam eventualmente ser «recomendados» por representações diplomáticas, quem ficaria de fora? A enorme maioria: refugiados de toda a Europa Central e Oriental, que, por motivos políticos e étnicos, se haviam exilado em França, na Bélgica, na Holanda. Falamos, acima de tudo, de judeus, na sua grande maioria. Sousa Mendes e os seus acusadores ter-se-ão preocupado em não destacar nitidamente essa circunstância, mas era este o principal terreno de incumprimento das instruções chegadas de Lisboa.

O cônsul reconhecia discretamente na sua defesa perante o ministério que sabia que «muitos deles eram judeus, que, já perseguidos antes, procuravam angustiosamente escapar ao horror de novas perseguições». Cinco anos depois, já depois da vitória dos Aliados, Sousa Mendes, em reclamação apresentada à Assembleia Nacional, apresentava uma versão muito mais definida das suas motivações neste plano: «Tratando-se de milhares de pessoas de religião judaica, de todos os países invadidos, já perseguidos na Alemanha e noutros países seus forçados aderentes, entendeu (...) que não devia proceder àquela proibição [de dar vistos a israelitas, sem distinção de nacionalidade] por a considerar inconstitucional»⁶⁰. Se não alegara já «na resposta que deu no processo disciplinar estas circunstâncias [fora] pelo motivo de, lavrando a guerra na Europa, não querer dar publicidade e relevo a uma atitude, por parte de funcionários de Estado, que sobre ser inconstitucional poderia ser interpretada como colaboração na obra de perseguição do governo hitleriano contra os judeus, o que representaria uma quebra de neutralidade adoptada pelo governo» (transcrito em anexo in AFONSO, 1990: 189-90).

Mas a questão de fundo era já esta em 1940. Semanas antes, a 7 de Junho, o director da P.V.D.E., Agostinho Lourenço, ao mesmo tempo que comunica a prisão de três polacos, presumivelmente

francoespanhola porque os vistos previamente passados tomavam-se agora como nulos (cf. M.N.E., 1971: doc. nº 911).

⁵⁹ Cartas de Theotónio a Salazar, 17 e 30/7/1942.

⁶⁰ «Constituem direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses: (...) A liberdade e a inviolabilidade das crenças e das práticas religiosas, não podendo ninguém por causa delas ser perseguido, privado de um direito, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico. Ninguém será obrigado a responder acerca da religião que professa (...)», in Constituição Portuguesa de 1933, art. 8º, nº 3º.

judeus, com vistos passados pelo Consulado de Bordéus, reitera a Salazar que «já várias vezes tem sido chamada a atenção desse Ministério para o procedimento deste Senhor Cônsul» por não cumprir as apertadas regras da consulta prévia (FRANCO, FEVEREIRO, 2000: doc. nº 10). O caso mais flagrante, entre os vários que anteriormente haviam colocado a P.V.D.E. contra Sousa Mendes, relacionara-se com 17 refugiados belgas, provavelmente judeus, que teriam chegado à fronteira portuguesa no fim de Maio (cf. AFONSO, 1990: 64-65). Uma vez mais, a polícia política conseguia de Salazar novo reforço de poderes. Uma semana depois, o M.N.E. impunha que, «como regra geral, os pedidos [de vistos] serão dirigidos directamente pelos consulados à P.V.D.E.», reservando-se ao ministério «todos os casos revestindo carácter especial» (FRANCO, FEVEREIRO, 2000: doc. nº 11⁶¹).

Em reforço do argumento que vê nos vistos passados a judeus a principal objecção política envolvida no processo disciplinar, Theotónio Pereira informa Lisboa, no seu regresso a Madrid, da «situação caótica» que se vivia na fronteira de Hendaye, «susceptível de produzir-nos várias complicações» porque «toda a massa de estrangeiros existentes em França, empurrada pela invasão alemã, refluiu para as cidades do Sul e pretendia obter visto para Portugal. Entre esses estrangeiros figuravam larga cópia de judeus e originários de vários países absorvidos ou vencidos pela Alemanha» (FRANCO, FEVEREIRO, 2000: anexo nº 3). No já citado relatório de Lopo Simeão sustentava-se que o afastamento de Sousa Mendes permitiria, e bem, «evitar a entrada em Portugal de uma massa ignóbil e em grande parte indesejável sob o ponto de vista social» (FRANCO, FEVEREIRO, 2000: anexo nº 4).

Por fim, quando o director da P.V.D.E. depõe contra Sousa Mendes, denunciando a concessão de vistos com a assinatura deste a «estrangeiros de nacionalidades a quem, por determinação do M.N.E., estava interdita a concessão de qualquer visto» (FRANCO, FEVEREIRO, 2000: anexo nº 5), fingia esquecer-se de que a única nacionalidade especificada, enquanto tal, nas instruções ministeriais era a *rusa*, muito improvável de se encontrar entre aqueles que haviam conseguido vistos portugueses. Não tendo o Governo português, por razões evidentes de política externa, restringido a passagem por Portugal de nacionais dos países em guerra com a Alemanha, ou por ela ocupada, apesar das instruções verbais deixadas no consulado de Bayonne por Theotónio, o director da polícia política só poderia estar a referir-se aos judeus, esses sim explicitamente discriminados nas instruções aos serviços consulares.

Se estes elementos não fossem suficientes para cimentar esta tese, vejamos o que nos transmite a documentação sobre o problema politicodiplomático que se abria com o empenho humanitário de Sousa Mendes no contexto da chegada das tropas alemãs aos Pirinéus. Theotónio Pereira entendia que a «desorientação» de Sousa Mendes e de cônsul em Bayonne «causou grande impressão do lado espanhol, esboçando-se logo uma campanha política contra Portugal, acusando-se o nosso país de dar acolhimento à escória dos regimes democráticos e a elementos vencidos em fuga perante a invasão alemã». Lopo Simeão condenava a «atitude [de Sousa Mendes, porque] nos colocou realmente em situação [de tal modo] desprestigiada e não isenta de suspeita» que, «se não fosse a intervenção

⁶¹ Circular nº 23 do M.N.E., 14/6/1940.

patriótica» de Theotónio, «é impossível prever até que ponto ter-nos-ia arrastado a desonorabilidade dessa situação». A interrogativa era só aparentemente enigmática. O enviado de Salazar, «como prova da nossa situação actual», melhorada graças à chamada a Lisboa de Sousa Mendes, referia «a boa impressão» que teria causado ao Adido Militar alemão em Madrid, presente por aqueles dias na fronteira francesa, «a atitude correcta tomada pelo Governo português, filtrando rigorosamente essa precipitada corrente de imigração» (cf. FRANCO, FEVEREIRO, 2000: anexos nº 3 e 4).

Daqui se deduz que ambos tinham a percepção de que o tratamento dado aos refugiados constituía um verdadeiro parâmetro de avaliação da natureza e das intenções do regime. E aqui seguiam obviamente as concepções que se tinham nos gabinetes de Lisboa, por então obsecados, como seria de esperar, com a possibilidade de as tropas alemãs tomarem à letra o velho tratado lusobritânico de aliança e, considerando Portugal um aliado da sua inimiga, rematassem de alguma forma as operações na Europa Ocidental com a invasão de Portugal. «"Que Portugal não se queixe depois, se os alemães forem até lá atrás dos refugiados", observavam as autoridades espanholas a Theotónio Pereira» (FRANCO, 1999: 320), naqueles dias tomado em Madrid com as negociações do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade e Não Agressão que ligava já desde Março de 1939 os dois países, iniciadas dois dias depois de regressar a Madrid, entrevistando-se no Escorial com o ministro Serrano Suñer. É o momento no qual este advertia o embaixador português para que «terminássemos enquanto era tempo com a aliança inglesa e procurássemos chegar o mais depressa possível a uma aliança militar com a Espanha», única alternativa a «uma contingência dolorosa: ou deixar passar os alemães [para Portugal] ou, como grande potência, encarregar-se ela [- Espanha -] do assunto...» (C.L.N.R.F., 1990: 316-17⁶²), ao mesmo tempo que Salazar está já convencido de que «a presença de tropas alemãs na fronteira franco-espanhola coloca praticamente a Península sob a influência e poder da Alemanha» (M.N.E., 1971: doc. nº 930⁶³).

Por outras palavras, aceitar recolher, transitoriamente que fosse, refugiados fugidos ao avanço alemão poderia significar ser suspeito aos olhos da Alemanha, e até aos da própria Espanha. Mas também poderia significar contrariar a política persecutória nazi. É essa a preocupação quando se diz perceber o elogio alemão à «filtragem rigorosa» da «corrente de imigração», e que já estava presente desde que Arnindo Monteiro, anos antes, entendia que não colaborar numa política internacional para os refugiados «facilitaria a nossa posição perante a Alemanha». Aparentemente, estes responsáveis e agentes do regime de Salazar atribuíam às autoridades nazis já no Verão de 1940 aquelas que serão as suas intenções apenas no Outono de 1941 - isto é, comportavam-se como se julgassem ser do interesse do regime nazi a captura, por qualquer meio possível, de todos aqueles que por motivos politicoideológicos e étnicos haviam fugido ao seu controlo.

⁶² «Antecedentes do Protocolo ao Tratado de Amizade com a Espanha», relatório de Theotónio Pereira a Salazar, s.d., sublinhado no original.

⁶³ Telegrama de Salazar a Monteiro, 1/7/1940.

Era, afinal, como se o aparelho nazi houvesse decidido a chamada *Endlösung* (*Solução Final*) mais de um ano antes da sua efectiva adopção. Desta forma, sintomaticamente, as autoridades salazaristas agiam como se ignorassem que a Administração nazi havia favorecido e continuaria, pelo menos até Setembro de 1941, a favorecer abertamente a emigração judaica da Alemanha e de todos os territórios que tivessem caído sob soberania alemã até à ocupação da Polónia. Desde 1935 que a política nazi se centrava no objectivo de desenraizamento social e de espoliação material e jurídica dos judeus e dos demais perseguidos. Não se registam até à invasão da Polónia práticas generalizadas, e politicamente concebidas, de eliminação física dos judeus. É a guerra, efectivamente, que «created a new context for dealing with the Jewish problem» e, «simultaneously created the extreme conditions in which an extreme solution came to appear more acceptable and appropriate and removed the need to take account of world opinion» (NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1050). Entre os factores de reforço desta nova perspectiva com que os dirigentes nazis passariam a encarar a questão, inscreviam-se as enormes dificuldades com que a emigração judaica se passava a efectuar.

Já durante a campanha da Polónia se levam a cabo «systematic mass shootings in the Katowice area of Upper Silesia with the aim of driving Jews out of this territory, which was to be incorporated into the Reich» (NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1051), o que deveria ocorrer, portanto, com todos aqueles que são formalmente anexados à Alemanha⁶⁴. A divisão do território polaco definido pelas fronteiras de 1939 entre alemães e soviéticos, permitiu a constituição pelos primeiros do chamado *Governo Geral*, que durante algum tempo foi objecto de várias elocubrações, e algumas experiências concretas, sobre a possibilidade de nele ser aberta uma *Judenreservat* (Reserva Judaica) para onde poderiam ser deportados todos os judeus, ciganos e até «elements who were in the least unreliable» (Hitler a Rosenberg, 1939) dos territórios sob soberania do Reich. Perante este projecto, é verdade que Heydrich terá advertido, em Dezembro de 1939, a direcção do Reich de que «a final decision would have to be taken on whether Jewish emigration should continue in the light of the creation of the reservation» (documento «The Final Solution of the German Jewish Question», transcrito in NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1055-56), equacionando portanto a alternativa emigração para o exterior ou deportação para a Polónia.

Quando Goering, a instâncias do Governador Geral da Polónia ocupada, Hans Frank, em Março de 1940, decide suspender as deportações já iniciadas por Eichmann para o *Governo Geral*, e, ao mesmo tempo se decreta a ghettização dos judeus polacos, retomam-se no seio do aparelho nazi os projectos de uma *solução final do problema judaico* que passasse pela deportação dos judeus para fora do continente europeu - por exemplo, Madagáscar, como se referiu já (cf. NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1075-77). Paralelamente, continuavam-se a veicular, por exemplo na revista oficiosa franquista *Mundo*, projectos como os dos nazis holandeses para «dotar de patria a los judíos y apartarlos de Europa»,

⁶⁴ Cf. instruções dadas a 21/9/1939 aos *Einsatzgruppen* designados pelo *Reichssicherheitshauptamt* (R.S.H.A., Serviço Central de Segurança do Reich) para a eliminação física de judeus e resistentes, emanadas do próprio Reinhard Heydrich, in NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1051-52.

dirigindo-os para «las tres Guayanas, la holandesa, la inglesa y la francesa, (...) pobladas por medio millón de habitantes, [que] ofrecen terreno suficiente y fértil para varios millones de judíos», o que permitiria resolver, nos termos da revista espanhola, «el problema hebreo, que en Holanda es particularmente grave». Concluía-se, num tom que hoje nos resulta certamente sinistro, que «esta idea será, quizá, recogida en el futuro, en una u otra forma, por los organizadores del "orden nuevo"»⁶⁵. Para os judeus alemães, entretanto, «emigration from Reich territory is to be encouraged as before even during the war» (directiva do *R.S.H.A.* de Abril de 1940, in NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1074-75).

Quando em Fevereiro de 1941 se retomam as deportações para o *Governo Geral*, estas não abrangem praticamente o território alemão na sua definição de 1937. Em Maio de 1941, quase um ano depois da fuga de milhares de refugiados judeus para Portugal, levando consigo vistos assinados por Sousa Mendes, o *R.S.H.A.* dirigido por Heydrich continuava a trabalhar nas bases ditadas por Goering, ou seja, de que a emigração de judeus alemães «is to be stepped up even during the war within the bounds of available opportunities» e, «since, at the moment, there are insufficient opportunities for the Jews to emigrate from the Reich, mainly via Spain and Portugal», dever-se-ia, por forma a favorecer as possibilidades destes, contrariar já a emigração dos judeus retidos em França e na Bélgica (documento «The emigration of Jews» do *R.S.H.A.*, 20/5/1941, transcrito in NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1084).

Só a operação *Barbarossa* parece ter permitido que se franqueasse a última fronteira na direcção da *Endloesung* genocida. Desde o início do ataque à União Soviética que as forças alemãs levavam instruções para conduzir uma «guerra de extermínio», nas palavras que Hitler terá usado, em Março de 1941, com as chefias militares. Entenda-se aqui, quando se referem as forças alemãs, tanto a *Wehrmacht* como as *S.S.* e, sobretudo, os quatro *Einsatzgruppen* criados expressamente para levar a cabo um amplo plano de execuções de militantes comunistas, judeus e «other extremist elements» (cf. instruções de Heydrich, 2/7/1941, in NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1091-92).

Se é certo que «at first, this new policy of extermination was confined to the Jews in the Soviet Union», poucos meses, semanas, depois, «it was being extended to include all European Jews who fell within Germany's sphere of influence» (NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1102). Em meados de Outubro de 1941 iniciam-se as deportações dos judeus alemães para a Polónia e para a Letónia ocupadas; a 23 desse mês, por fim, o *R.S.H.A.* difundia a decisão de Himmler, enquanto *Reichsführer* das *S.S.* e chefe das forças policiais, de que «the emigration of Jews is to be prevented with immediate effect», reservando-se ao próprio *R.S.H.A.* a autorização de «emigration of individual Jews» em «exceptional cases» (documento transcrito in NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1114).

O círculo discriminação-segregação-expulsão/desumanização-extermínio fechara-se. Iniciava-se o Holocausto de judeus e ciganos.

Regressemos ao Verão de 1940 e vejamos o que conclui Salazar no rescaldo imediato

⁶⁵ «Holanda está administrada por los mismos holandeses bajo un régimen normal de ocupación militar», in *Mundo*, nº 49 (13/4/1941), Madrid, pp. 592-93.

do caso Sousa Mendes e da fuga precipitada de milhares de refugiados estrangeiros para Portugal. O ditador escreve ao embaixador em Londres queixando-se da pouca colaboração inglesa no «transporte para outros países de refugiados (...) de nacionalidades para com as quais ela assumiu compromissos», entendendo que a «questão se complicará facilmente e vai já sendo um problema sério, que não podemos deixar agravar, apesar de toda a nossa boa vontade». Esta última referência dá o tom que servirá de pano de fundo para todo o discurso oficial e oficioso sobre a questão: «boa vontade» fora o que as autoridades portuguesas tinham assumido perante os refugiados, apesar do processamento de Sousa Mendes, apesar de entender que os «de carácter político e intelectuais (...) são dos menos desejáveis, pelas actividades que hão-de querer desenvolver» (M.N.E., 1971: doc. nº 934⁶⁶), uma vez mais.

Doravante, o problema dos refugiados revelar-se-ia cada vez mais um parâmetro de avaliação da justeza da neutralidade portuguesa, severamente seguida pelos diplomatas britânicos, cada vez mais necessitados de pontos de apoio no continente europeu. Ao mesmo tempo que se punia Sousa Mendes - o seu processo encerrava em Outubro, condenando-o a uma pena de «um ano de inactividade com direito a metade do vencimento da categoria» e a uma aposentação forçada, e por isso mesmo ilegal (cf. AFONSO, 1990: 132-38) -, sublinhava-se, pela via oficiosa do *Diário de Notícias*, «a perfeita isenção que caracteriza a compreensiva atitude que, nacional e individualmente, tem inspirado o nosso acolhimento, sem preferência de nacionalidades ou reservas de opiniões, daqueles que, acossados pelo pânico ou pelas provações, têm vindo bater à nossa porta». A «nossa acção, não só interna, mas nas fronteiras, onde ela era particularmente difícil», continuava o editorial do jornal de Lisboa, merecera «elogios gerais». O maior despudor estava na indicação de a quem se «endereço (é justo dizê-lo)» tais elogios: «à organização da nossa polícia internacional [a P.V.D.E.] e ao seu ilustre Director, o Capitão Agostinho Lourenço», e ainda «a essas directrizes, a essa superior orientação e a essa junção de actividades», que teriam, no seu conjunto, permitido ao «coração português revelar-se mais uma vez perante o Mundo, tanto quanto as circunstâncias o permitiam, na plenitude da sua grandeza ideal - que foi sempre a maior das suas grandezas»⁶⁷.

O objectivo não era simplesmente o de negar a manifestação de uma qualquer forma de antisemitismo ou práticas discriminatórias, até mesmo do ponto de vista político, relativamente ao tratamento dos refugiados. Muito mais longe do que isso, o regime procurava já fixar uma tese histórica para o futuro, com óbvia intencionalidade política e diplomática, reivindicando para si (e em concreto para a polícia política...) os créditos de uma actuação que havia proibido, e condenado e reprimido quando levada à prática. A aparência de esquizofrenia não poderia ser maior: emitiam-se directivas claríssimas no sentido de segregar severamente refugiados políticos e judeus, alertava-se contra a sua *inconveniência* ou *perigosidade*, e depois, revelando-se impossível barrar completamente a fronteira ao ingresso destes

⁶⁶ Telegrama de Salazar a Monteiro, 2/7/1940.

⁶⁷ «Portugal foi sempre cristão», in *Diário de Notícias*, 14/8/1940, Lisboa. Sousa Mendes apresentará este artigo como prova de defesa no processo que lhe é movido.

refugiados indesejados, pretendia-se ter-se-lhes aberto deliberadamente, *salvificamente*, as fronteiras...

Sousa Mendes recorrerá ainda da decisão de Salazar e, em Junho de 1941, os tribunais confirmariam, naturalmente, a decisão do ditador. Responsável o cônsul irradiado por uma enorme família, e reduzido miséria, os Sousa Mendes transformar-se-iam, eles próprios, em verdadeiros refugiados que sobreviviam, como muitos daqueles que teriam entrado em Portugal com vistos assinados pelo excônsul, graças à ajuda das organizações humanitárias às quais, entretanto, se permitira abrir delegações em Lisboa⁶⁸.

Além das implicações políticas e diplomáticas do problema, o Governo português não se esqueceu, como recorda Irene Pimentel, de endurecer a legislação que regulamentava o trabalho de estrangeiros, designadamente daqueles que, portadores de amplas capacidades científicas e técnicas, chegavam a uma sociedade muito substancialmente desqualificada. Até relativamente às actividades liberais, em Abril de 1939 apertava-se a malha para o exercício da medicina por estrangeiros, e em 1942 a que regulamentava a prática da engenharia e da arquitectura (cf. PIMENTEL, 1995: 103). Não se devendo desvalorizar o «estímulo que os emigrantes trouxeram ao país» (MÜHLEN, 1995: 15), sobretudo pelo impacto de valores e um estilo de vida cujas diferenças com os da elite e das raquíticas classes médias portuguesas acabariam por provocar reacções contraditórias no seio dos meios urbanos por onde se viram confinados, é forçoso não se sobrevalorizar os efeitos da passagem da «grande maioria dos refugiados - constituída por judeus, não forçosamente politizados - [que] não se envolveu na política portuguesa e evitava manifestar a sua opinião, não querendo ter problemas com as autoridades de uma ditadura que, para todos os efeitos, era um refúgio transitório e ao medo do longo braço da Gestapo e de que a Alemanha invadisse Portugal, juntava-se a gratidão pelo fim da perseguição movida directamente à sua raça que só ocorreu na trégua do abrigo português» (PIMENTEL, 1995: 108).

Patrik von zur Mühlen calcula em cem mil os «refugiados que, até ao Verão de 1944, atravessaram os países ibéricos». Destes, «cerca de 40 mil terão entrado em Portugal até Fevereiro de 1941», ficando retidos, só em Lisboa, uns 14 mil no final de 1940 «devido ao forte fluxo e ao atraso na saída por causa da guerra no mar» (1995: 13). O segredo da tolerância oficial portuguesa residia na actuação eficaz das organizações humanitárias de origem norteamericana, que, em estreita colaboração com a respectiva embaixada e a britânica, contribuíam para encurtar o mais possível as estadias de cada refugiado, além, evidentemente, de assegurar o seu acolhimento, organização e sustento, isentando o Estado de qualquer despesa. Entre estas, destaquem-se os organismos judaicos, antes de mais: o *American Joint Distribution Committee* (J.D.C.) e o H.I.A.S./H.I.C.E.M.⁶⁹. Este segundo, «percebido com

⁶⁸ Aristides Sousa Mendes virá a morrer em Abril de 1954, aos 68 anos. Em 1961, o Governo israelita manda plantar vinte árvores em sua homenagem na Floresta dos Mártires, em Jerusalém. Em 1967, o Yad Vashem, a Autoridade Israelita para a Recordação dos Mártires e Heróis do Holocausto, nomeia-o «justo entre as Nações». O Estado português, através da Assembleia da República e do M.N.E., concluiu o seu processo de reabilitação apenas em Março de 1988.

⁶⁹ Além destes, operavam ainda, sob estreita vigilância policial, os protestantes *Unitarian Service Committee*, juntamente com o *Emergency Rescue Committee*, e ainda os *quakers* do *American Friends*

desconfiança pelas autoridades portuguesas» no seu primeiro semestre de actividade em Portugal (segunda metade de 1940), «passou a ser vista como a "Agência Judaica" para fins de emigração, obtendo vistos de trânsito, permissão de permanência até à data de embarque e libertando judeus presos» em colaboração com a Comassiss judaica portuguesa. À custa destas organizações, quase 8,5 mil refugiados judeus embarcaram em Lisboa por via marítima entre Julho de 1940 e Dezembro de 1941 (cf. MILGRAM, 1999: 60).

O território português oferecia esta possibilidade de trânsito ao mesmo tempo que o regime acentuava as suas precauções e suspeitas contra a presença de refugiados. «Era sabido que a P.V.D.E. mantinha os emigrantes sob estrita observação e tinha angariado entre os próprios emigrantes os seus agentes». Não se misturando verdadeiramente com a população portuguesa, impedidos de trabalhar, sujeitos ao sistema de residência fixa, dispersos por estâncias de férias a norte de Lisboa (Ericeira, Caldas da Rainha, Figueira da Foz, Curia...), impacientes por arranjar um visto e uma passagem para abandonar o país, ou então, se estes já estivessem garantidos, à espera de lugar no barco, no avião, estes milhares de *outcasts* pareciam imersos numa autêntica reprodução da ficção representada em *Casablanca*, ficção na qual, curiosamente, o essencial era conseguir um visto ou uma passagem para Portugal... Os frequentes conflitos que surgiam dentro desta comunidade ansiosa «não serviam só para a detenção de pessoas que tivessem entrado ilegalmente no país, mas também de verdadeiros ou presumíveis inimigos políticos» do regime. Em alguns casos, a P.V.D.E. terá deportado algum refugiado para o campo de concentração do Tarrafal⁷⁰, em Cabo Verde, chamado o *Campo da Morte Lenta* pelos opositoristas portugueses, ou até mesmo terá colaborado com agentes alemães e espanhóis para o sequestro e expulsão do país de alguns outros, por exemplo exbrigadistas internacionais da Guerra de Espanha (cf. exemplos in MÜHLEN, 1995: 13-14), acções mais significativas do que quanto transparece da literatura que as refere brevemente.

Em Novembro de 1940, a polícia portuguesa expulsou quase 300 judeus luxemburgueses, obrigando-os a regressar à França ocupada. Ainda que uma parte deles se tenha embrenhado na clandestinidade em território francês, espanhol e até mesmo, de novo, português, «algumas centenas foram enclausuradas em França e mais tarde deportadas para o campo de extermínio de Treblinka» (MÜHLEN, 1995: 13, e MILGRAM, 1999: 60-61). As dificuldades levantadas seriam já tais que, em Itália, de onde continuavam a emigrar os poucos judeus que a tal se podiam permitir, a imprensa noticiava, no fim de Outubro, a proibição portuguesa de imigração de judeus⁷¹. E em Dezembro desse

Service Committee.

⁷⁰ Cf., por exemplo, a menção que fazem João MORAIS e Luís VIOLANTE (1986). *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais. Portugal, 1926-1985*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 87, da deportação de «dois alemães, um lituano e um espanhol» para o Tarrafal, onde terão chegado a 28/6/1940, juntamente com seis outros detidos.

⁷¹ Cf. ofícios da Legação de Portugal em Roma, A.M.N.E., 3º/8/17.

ano a P.V.D.E. conseguia do M.N.E. que se impusesse à administração consular uma consulta prévia obrigatória à polícia política para a concessão de todos os vistos, mesmo até daqueles que se destinassem ao simples trânsito, e sempre que este estivesse previamente assegurado, para um país terceiro (cf. FRANCO, FEVEREIRO, 2000: doc. nº 45⁷²).

Por então ter-se-ia atingido um nível muito significativo, e notório, de tensão ética e ideológica entre o sentido prático das políticas discriminatórias decididas em Lisboa e a pulsão humanitária de alguns dos agentes diplomáticos e consulares que se distribuíam por postos a partir dos quais se assistia ao agravamento diário da perseguição. O gradual reforço dos poderes da P.V.D.E., que acompanhava idêntico aferrolhamento das fronteiras portuguesas, levaria à agudização da tensão entre cônsules e polícia política. Duas semanas depois das instruções a que se acabou de fazer referência, no fim do ano de 1940, o cônsul em Marselha, José Augusto Magalhães, reconhecia perante o próprio Salazar ser «possível que a P.V.D.E. tenha sobejas razões para restringir o direito de livre trânsito às pessoas, quando o vejo ainda respeitado para as mercadorias», mas advertia que a imposição da consulta à P.V.D.E. para a concessão de todo e qualquer visto «retira, por completo, aos funcionários consulares o direito de apreciação de casos que merecem, por vezes, serem considerados sob um ponto de vista mais liberal e menos policial, no interesse do nosso próprio país». E exemplificava: «Há casos, e são numerosos, em que o candidato a um Visto de trânsito não pode receber aqui os recursos de que aí pode dispor para a aquisição da sua passagem», caindo «num círculo vicioso do qual é difícil sair: Vistos Consulares exigidos para a compra definitiva de passagem; apresentação do bilhete de passagem para a obtenção do Visto de trânsito».

Magalhães descrevia-se como «incorrigível sonhador» que «aspirava a ver fixados os honestos e vastos capitais e as comprovadas competências técnicas que nos procuram, na nossa Metrópole ou no nosso Império Colonial, proporcionando-lhes um progresso de que eles poderiam ser factor decisivo». E, procurando embaraçar Salazar, acrescenta, lançando, justamente, uma reivindicada definição histórica de Portugal contra a política discriminatória seguida pelo ditador: «Talharam-nos os nossos antepassados como Pátria uma orla da Europa à beira do Atlântico, constituindo hoje, pelo sábio e clarividente governo de Vossa Excelência, a única porta aberta sobre o resto do mundo, pela qual poderão sair» - e o cônsul não dizia permanecer - «as vítimas das perseguições políticas e religiosas». E perguntava-se: «Poderemos e deveremos nós, falseando a missão que decorre de tal posição (...), neste difícil momento histórico que a humanidade atravessa, interceptar o caminho e impedir a salvação dos que precisam de sair deste Velho Mundo em convulsão?»

O cônsul em Marselha concluía ser-lhe, «por isso, desagradável a missão negativista que as últimas disposições me impõem (...), impondo-se por isso a minha rápida e urgente substituição», propondo ironicamente para o seu lugar «um colega que sinta prazer em pronunciar o vocábulo "Não" e em criar dificuldades mesmo às mais legítimas pretensões» (FRANCO, FEVEREIRO, 2000: anexo nº

⁷² Circular do M.N.E., 14/12/1940.

10⁷³). Enquanto o fazia, decorria o processo que conduziria à exoneração de outro cônsul, Giuseppe Agenore Magno, que exercia em Milão aquelas funções a título honorário, a propósito da concessão de vários vistos sem autorização do M.N.E. e com a oposição da P.V.D.E..

Este processo correria simultâneo àquele que conduziu à exoneração de Sousa Mendes e tinha a sua origem no caso de Saul Steinberg, um estudante judeu romeno, a cuja entrada em Portugal se opõe a polícia política. O M.N.E. descrevia em Maio de 1940 a situação romena como a de um país que «"se debate com o grave problema, que procura activamente resolver, de se libertar de uma indesejável, numerosa e crescente população de raça judaica"» (Director Geral dos Negócios Económicos e Consulares, cit. in MILGRAM, 1999: 62). Magno havia-lhe concedido um visto e Steinberg chega a Portugal, por avião, em Setembro de 1940, sendo imediatamente recambiado para Itália. Precisamente o mesmo procedimento seguido em Julho com «dois "católicos de raça não ariana" procedentes de Itália», como sintomaticamente os descrevia Vasco de Quevedo, o embaixador junto da Santa Sé, os quais, portadores de «documentos do Vaticano e vistos brasileiros, foram obrigados a "voltar pelo mesmo caminho"» - ou seja, o avião - «ao chegar a Lisboa» (PIMENTEL, 1998a: 22). Em Janeiro de 1941, o cônsul honorário em Milão, que servira como chefe dos serviços de imigração italianos em Buenos Aires, é exonerado apesar de haver sido indicado para o lugar por um dos homens de mão de Salazar, Augusto de Castro, director do *Diário de Notícias*, que acabara então o seu mandato como comissário geral da *Exposição do Mundo Português*. Poderá estar eventualmente aqui, e no carácter honorário do cargo, a explicação para a benevolência com que é tratado, comparativamente com Sousa Mendes: a sua anunciada substituição nunca se levará a cabo e Magno «continuou a gerir o consulado até ao dia da sua morte, em 5 de Fevereiro de 1947» (MILGRAM, 1999: 62-63).

E, de novo, se levantam vozes entre os funcionários consulares contra a política restritiva do Governo português. Depois de, em Fevereiro de 1941, a polícia política denunciar a Salazar «"os consulados de Portugal em Milão, Budapeste, Bucareste e Antuérpia [que] estão a conceder vistos em passaportes fora das instruções superiormente recebidas"» (cit. in MILGRAM, 1999: 63⁷⁴), o cônsul em Génova, Alfredo Casanova, que superintendia o consulado de Milão, reconheceria que aquele teria concedido «"alguns passaportes que suponho não eram completamente regulares"», mas «"há faltas que constituem, em determinadas ocasiões, factos para os quais (...) se lhes deve conceder uma generosa absolvição, em face de situações trágicas, tais como eram as dos hebreus, seres humanos e bem infelizes, ferozmente assassinados, roubados e perseguidos desde há anos, tal como se tratasse de uma caçada a cães raivosos"». E recorria, também ele, a um argumento muito embaraçoso para Salazar, recordando como «"em Barcelona, durante a bárbara dominação marxista [nos anos da Guerra Civil] (...) concedi 18 ou 20 passaportes a religiosas estrangeiras. Mas, perguntar-se-me-á: foram legais? NÃO! [sic] Mas é que, em face desses meus documentos, só assim se puderam salvar as vidas preciosas dessas

⁷³ Ofício do cônsul em Marselha a Salazar, 31/12/1940.

⁷⁴ Ofício da P.V.D.E. ao M.N.E., 21/2/1941.

inocentes senhoras"». Também ele, então «"mereceria uma punição por ter falseado a verdade, mas perante a minha consciência sinto-me feliz, orgulhoso e bem tranquilo"» (cit. in MILGRAM, 1999: 62-63⁷⁵). Casanova acabará por ser transferido para o consulado de Marselha, de mais baixo nível hierárquico, em Novembro de 1941, ocupando, curiosamente, o posto do identicamente crítico José Augusto Magalhães entretanto substituído.

O reforço do peso da polícia política na actuação geral do aparelho de poder relativamente aos refugiados estrangeiros terá sido, julga-se, contrabalançado quer pela actuação de individualidades próximas de Salazar como o líder da Comunidade Israelita de Lisboa, Moses Amzalak (cf. MUCZNIK, 1999: 38), quer sobretudo pelas pressões exercidas constantemente pelos diplomatas angloamericanos. E não só: até o Vaticano pressiona Salazar; ou melhor, é pressionado para pressionar Salazar. Concretamente, no fim de Fevereiro de 1941, a *Sankt-Raphaels-Verein*, uma associação católica sediada em Hamburgo empenhada em organizar a emigração para fora da Alemanha de judeus convertidos ao catolicismo, juntamente com uma organização judaica italiana (a *Delegazione per l'assistenza agli emigranti - Delasem*⁷⁶), queixaram-se à Santa Sé de que «the Portuguese and Spanish governments were obstructing the granting of all refugee transit visas» para os judeus em geral e para, pelo menos, 150 judeus convertidos alemães com autorização de entrada no Brasil, a cargo da *Sankt-Raphaels*. Dias depois, os Núncios apostólicos em Lisboa e Madrid eram informados da queixa pela Santa Sé, «but apparently nothing changed, for in May, Delasem officials asked the pope for the same help for Jews in general», ao que se seguiu nova pressão por parte da *Sankt-Raphaels*. Só no início de Outubro é que o Vaticano recebe a informação de que «the Portuguese government agreed to grant visas more readily» (ZUCCOTTI, 2000: 76).

No que diz respeito às pressões dos diplomatas angloamericanos, só estas explicarão que em Setembro de 1941 o M.N.E. recorde ao Ministério do Interior que «"temos em países estrangeiros muitos milhares de portugueses, cujos interesses incumbe defender e que, se nos arrogamos rigidamente o direito de expulsão, perdemos *ipso facto* o de reclamar contra procedimentos noutros países atingindo os nossos nacionais"» (ofício transcrito in RIBEIRO, 1995: 96). Nenhum destes factores, no entanto, permite relativizar ou secundarizar o peso da suspicácia antisemita da polícia política de Salazar presente, por exemplo, no quadro explicativo do papel que teria uma rede clandestina que um serviço da *Intelligence* britânica organiza em Portugal para proceder a sabotagens e formas de resistência armada em caso de invasão alemã do país, e que a P.V.D.E. infiltra a partir, pelo menos, de Setembro de 1941.

Quando a P.V.D.E. elabora um relatório final a Salazar sobre aquela que veio a ser conhecida por *Rede Shell* - e que se analisa noutro capítulo -, designa-a por «Frente Luso-Britânica, mais

⁷⁵ Carta de Casanova a Salazar, 19/6/1941.

⁷⁶ Substituíra, em Dezembro de 1939, o *Comitato di assistenza agli ebrei in Italia*, que o Governo de Mussolini dissolvera em Agosto anterior; «a large portion of its funding came from the *American Jewish Joint Distribution Committee*» (ZUCCOTTI, 2000: 346).

tarde "Organização Anti-Nazi", e atribui a um «judeu alemão», o «pseudo-comerciante inglês William Kenmore», a responsabilidade inicial pelo projecto, que teria começado a ser acompanhado e perseguido em Maio de 1941. No relatório, mais do que a participação de portugueses recrutados nos meios da oposição e da chamada *anglofilia*, a P.V.D.E. sublinha precisamente as «inúmeras prisões» que fez «de clandestinos e considerados indesejáveis», que entrariam em Portugal com o apoio de «duas organizações comunistas espanholas com ligações a Cuba, México e Estados Unidos». Uma das tarefas centrais da citada rede seria a de fazer «entrar os foragidos dos vários campos de concentração de Espanha, França, etc. (oficiais e praças) e serem expedidos clandestinamente panfletos de propaganda anti-alemã»⁷⁷, num conjunto de operações em que o regime português, como também se analisa noutro capítulo, se deveria sentir justificadamente ameaçado.

O Verão e o Outono de 1940, que se seguem à *débâcle* francesa, coincidem também, em Espanha, com a adopção, por parte das autoridades, de uma atitude «mucho más estricta», sobretudo a partir de Outubro, no que diz respeito à autorização de entrada de refugiados no seu território, coincidindo com o novo patamar a que ascende o relacionamento hispanoalemão a partir das negociações do Verão e Outono de 1940 - de que a entrevista Hitler-Franco é o ponto simbólico -, que se reflectiu, por exemplo, no estreitamento das relações entre a Gestapo e a polícia espanhola. Entre os vários aspectos que esta atitude comportou, destacou-se a «negativa, sumamente estricta, a conceder visados en grupo» que afectou particularmente grupos de judeus, muitos dos quais convertidos ao catolicismo, em alguns casos com interferência do Vaticano. Por outro lado «Alemania presionó y obtuvo del Gobierno español», a partir de Outubro, «la no concesión de visados a polacos, checos, belgas, holandeses y noruegos varones en edad militar, para evitar con ello que se pudiesen alistar en los ejércitos aliados», o que, em acordo com o Governo de Vichy, se ampliou para os franceses, por forma a contrariar a política gaullista de captação de resistentes (MARQUINA, OSPINA, 1987: 146 e 149).

Desde essa altura, ou seja, «since late 1940, Jewish and non-Jewish welfare organizations sought permission to operate in Spain, but to no avail». Menos, muito menos, abertas às pressões diplomáticas britânicas e norteamericanas, as autoridades espanholas nem sequer permitiam o contacto das organizações judaicas de auxílio aos refugiados - o H.I.A.S./H.I.C.E.M. e o J.D.C. - com prisioneiros do campo de concentração de Miranda de Ebro, onde estavam detidos refugiados e estrangeiros indocumentados e prisioneiros políticos espanhóis. Até mesmo os esforços das embaixadas e das organizações humanitárias britânicas e norteamericanas de apoio aos detidos estrangeiros eram abertamente contrariados porque, segundo o representante em Espanha do American Friends Service Committee, tratava-se de «"largely a program of relief for Jewish cases in and out of concentration camps"» (AVNI, 1982: 77-78).

No entanto, as normativas espanholas para a concessão de vistos pareciam ser mais

⁷⁷ «Frente Luso-Britânica, mais tarde "Organização Anti-Nazi". Relatório Sumário», s.a. mas da P.V.D.E. a Salazar, 13/3/1942, in A.N.T.T., AOS/CO/PC-3E, pasta 17.

brandas que as portuguesas, o que aparentemente poderia ser contraditório numa fase em que é o *germanófilo* Serrano Suñer a ocupar a pasta dos Assuntos Exteriores. Com as duas «Órdenes Circulares» que Serrano emite no fim de Dezembro de 1940, ainda que «delimitando de forma más precisa el régimen de pasaportes, en un sentido obstruccionista», a verdade é que os cônsules espanhóis não eram obrigados a consultar previamente Madrid sobre a concessão de vistos de trânsito, excepto se se tratassem de «súbditos de países beligerantes comprendidos entre los dieciocho y los treinta años», confiando o Governo de Madrid na capacidade de controlo da polícia de fronteiras e da D.G.S.. Fundamental era que os candidatos a vistos «se hallasen en posesión del visado que les autorizase a entrar en Portugal y del país o países que hubiesen de atravesar hasta llegar a aquel en donde se propusieran fijar su residencia» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 165).

Para o Governo de Franco era mais importante, isso sim, reforçar as barreiras a qualquer entrada de refugiados que se propusessem permanecer no país, o que, aliás, como já vimos, era a intenção de uma porção absolutamente marginal. E efectivamente exigiam-se informações de todo o tipo a quem o solicitasse. O fulcro da postura de Madrid era *chutar* o problema para as autoridades portuguesas que teriam que gerir o grosso do processo de fuga do continente para a grande maioria daqueles que atravessavam os Pirinéus. Para aqueles que contavam com a possibilidade de arranjar um lugar em navios espanhóis que assegurassem a ligação ao continente americano, as coisas dificultaram-se mais ainda quando, em Outubro de 1941, a Dirección General de Comunicaciones Marítimas proibiu «a las compañías españolas la venta de billetes con destino a Norteamérica y Cuba», e o que é mais curioso apenas a «individuos de raza judía». Reagiam companhias e Governo ao facto de que «muchos judíos una vez llegados a América solicitaban de los tribunales indemnizaciones por los precios abusivos cobrados, y los jueces aceptaban las demandas, embargando los barcos en los puertos» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 166).

Se a queda da França nas mãos dos ocupantes alemães ou de um regime, como o de Vichy, que assumiu um antisemitismo de Estado poucos meses depois da sua instalação, provocou a implosão do que havia sido o mais importante dos refúgios para os judeus perseguidos de toda a Europa, impelindo-os a uma fuga apressada, levantou, por outro lado, sérios e crescentes problemas às comunidades de judeus não franceses residentes em França. Vejamos qual era a percepção que, então, nos meandros do poder em Madrid e Lisboa se tinha sobre este problema, e, nomeadamente, sobre o que fazer às petições, crescentemente desesperadas, de alguns milhares de judeus espanhóis e umas poucas centenas de portugueses e que solicitavam alguma forma de protecção dos seus Governos.

Em Setembro de 1940, encontrando-se a maior parte da França ocupada pelas tropas alemãs e um outro pedaço do seu território sob controlo italiano, o Governo de Vichy preparava-se para aprovar legislação que retirava direitos, garantias e propriedades a judeus nacionais e estrangeiros. Destacados membros da comitiva que acompanhava o ministro Serrano Suñer na sua viagem a Berlim foram advertidos por Mario de Piniés, conselheiro da embaixada espanhola que permanecera em Paris, das intenções «más o menos disfrazadas», tanto das autoridades francesas como das alemãs de

ocupação, «de conseguir una confiscación total o parcial de los bienes de los judíos», o que poderia significar, por parte das autoridades espanholas, «hacer donación pura y simple de muchos intereses y muchos millones» pertencentes a cidadãos judeus de religião judaica, «sin recibir [el Gobierno español] a cambio ni compensaciones ni gratitud».

Uma vez aprovadas em Outubro, tanto pelo ocupante alemão como pelo Governo de Vichy, severas medidas antisemitas, que obrigavam, designadamente, à declaração de bens por parte dos cidadãos judeus, o cônsul espanhol em Madrid, Bernardo Rolland, procurara sossegar os cidadãos espanhóis de religião judaica residentes na área de Paris, assegurando-lhes «no ser necesario hacer su declaración ante la policía porque no existía en España ninguna ley referente a un Estatuto sobre judíos y por tanto no podía un Estado o autoridad extranjera clasificar los españoles o aceptar estas medidas que implicaban una merma de la capacidad jurídica de un súbdito español».

Embaixador em Paris/Vichy (Lequerica, precisamente) e ministro em Madrid (Serrano) desautorizam imediatamente o cônsul, em termos políticos que configuram um quadro jurídico altamente irregular do ponto de vista do Direito Internacional. Lequerica, que entendera que a «disposición dictada sobre los judíos de Francia (...) revela, lo mismo que las medidas tomadas contra la masonería y el sindicalismo revolucionario, una verdadera decisión en el camino de la reforma emprendida por parte del Gobierno del Mariscal»⁷⁸, pedira a Serrano uma confirmação da atitude improvisada pelo cônsul em Paris, e Serrano ordena-lhe, em Novembro, «que haga saber al cônsul que dicha respuesta a las Autoridades alemanas no es aceptada y no es criterio del Gobierno», fixando desde logo o que seria a posição fundamental do Governo espanhol. De futuro, todos os seus agentes diplomáticos e consulares junto de governos que houvessem imposto medidas discriminatórias contra os judeus, todos os judeus (nacionais e estrangeiros), deveriam «"únicamente darse por enterados de estas medidas y en último caso no poner inconvenientes a su ejecución, conservando una actitud pasiva"». E esclarecia, para concluir, que «"aunque en España no existe ley de razas, el Gobierno español no puede poner dificultades aun a sus súbditos de origen judío para evitar que se sometan a medidas generales"» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 150-51).

Idêntica postura se havia adoptado no caso romeno, apresentado pela Legação espanhola em Bucareste a partir de Julho de 1940. Alertado o ministério em Madrid para a degradação rápida da situação a que se submetia a comunidade judaica, o encarregado de Negócios, Merry del Val, «aconsejó a Madrid que marcharan a España o a la zona del Marruecos español» os judeus sefarditas beneficiando da nacionalidade ou da *protección* espanholas, ao que o ministério respondeu, no início de Setembro, que «"no debe accederse a ninguna de las peticiones que sobre repatriación interesa a nuestro representante diplomático"». Continuava a insistir-se que «no era deseable, ni parecía oportuno, en aquellos momentos, traer a España a una numerosa población que aunque sefardita era judía», em referência a muito poucas centenas de pessoas. Quanto ao caso de 25 judeus espanhóis que

⁷⁸ Ofício de Lequerica a Serrano, 23/10/1940, in A.M.A.E, R. 2295/5.

enfrentavam, desde Outubro de 1940, um processo de expulsão da Jugoslávia, anterior portanto à invasão alemã, Madrid nem se dignou a responder concretamente ao seu ministro em Belgrado, García Comín, sobre «si existía alguna dificultad en su entrada y establecimiento» em Espanha (MARQUINA, OSPINA, 1987: 159-60 e 163).

Quando, a partir de Dezembro de 1940, as autoridades alemãs desencadeiam na sua zona de ocupação em França o processo de espoliação de bens e de limitação de actividades dos judeus estrangeiros, espanhóis incluídos, só em Abril de 1941 o Ministerio de Asuntos Exteriores em Madrid dá autorização à secção parisiense da sua Embaixada para avançar com um esquema de administração espanhola (através de uma «comisión de elementos honorables» nomeada pela Embaixada), formalmente judicial, dos bens expropriados a cidadãos espanhóis. Este esquema implicava, forçosamente, uma política de colaboração com o ocupante nazi na aplicação da sua política de perseguição antisemita que dificilmente pararia perante um passaporte estrangeiro invocado pelas suas vítimas, e muito menos se esse passaporte havia sido emitido por um Estado que não se opunha à aplicação de tal política, e cujos agentes, com algumas honrosas excepções (como a do cônsul Rolland), formulavam as suas opiniões num quadro ideológico substancialmente idêntico ao dos nazis.

Por outro lado, a administração dos bens de judeus espoliados significava, obviamente, uma descarada política de aproveitamento económico da perseguição política e legal dos judeus por parte das autoridades espanholas. Este factor, se levarmos em conta a ampla documentação trabalhada por Antonio Marquina, terá sido fulcral nas opções que o Governo espanhol tomou nesta fase da guerra, na qual as questões relacionadas com refugiados e a protecção de judeus nos territórios sob controlo do Eixo não representavam ainda um instrumento de pressão dos Aliados sobre Madrid. Em todo o caso, sublinhe-se muito bem que as autoridades franquistas não perderão nunca a perspectiva de «"armonizar la defensa de los intereses, sobre todo económicos, de España, con el deber"», escrevia Lequerica a Serrano em Julho de 1942, «"de no estorbar cuantas medidas en los diferentes países del mundo sea preciso adoptar en evitación de un grave peligro internacional"» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 150-52), o da existência e da actividade de judeus...

O Governo português demora mais tempo a tomar a mesma opção política, acabando por procurar o mesmo resultado, apenas que com muito menos sucesso. Para a diplomacia salazarista o problema coloca-se, em primeiro lugar, na zona francesa do Protectorado de Marrocos, onde os consulados portugueses se vêem, a partir de Junho de 1941, assediados por «"judeus portugueses em situação bastante embaraçosa"», sujeitos à mesma legislação que Vichy aplica aos seus nacionais, «"já pelos prazos em vias de expiração, já pelo corte total do modo de vida"», esperando uma intervenção das autoridades portuguesas que lhes permita evitar declarar os seus bens. O que estava em causa eram, como frisava o cônsul em Rabat, «"bastantes dezenas de milhões de francos"» que poderiam ser confiscados pelas autoridades francesas se, ainda por cima, dispusessem de declarações de bens assinadas pelos proprietários judeus. O cônsul português, no mesmo registo dos seus colegas espanhóis, preocupava-se com o «"prejuízo"» que daí poderia resultar para o «"Estado português se consideramos

que os haveres daqueles [judeus] fazem parte do património da Nação» (cits. in JANEIRO, 1998: 237 e 95⁷⁹).

Quando, em Setembro, o secretário-geral do M.N.E. questiona Caeiro da Matta, já em Vichy, sobre como actuar, coloca-lhe à partida a advertência de que «"não podemos perder de vista, neste caso, os inconvenientes que nos adviriam de se facilitar a entrada e a fixação em massa, no País, a um tão elevado número de indivíduos como parece ser os que se encontram nestas condições"» (cit. in JANEIRO, 1998: 95⁸⁰). Teixeira de Sampayo exagerava conscientemente. Desde sempre se soubera que, «em Paris, há poucos judeus portugueses e pouquíssimos verdadeiramente portugueses» como o descrevera poucos meses antes um jovem secretário da Legação em Paris, para lá destacado em Outubro de 1939, e que descrevia, curiosamente, «as embaixadas da Espanha e da Rússia» como dando «toda a protecção aos judeus originários daqueles países». Estava-se em Janeiro de 1941 e Bivar Brandeiro, o citado secretário, perguntava ao ainda ministro em Vichy, Gama Ochoa, se este julgava «ser ou não conveniente fazer alguma exposição sobre este assunto a Sua Excelência o Ministro [dos Negócios Estrangeiros, Salazar]», uma vez que «não se pode esperar da parte dos alemães boa vontade» sobre «a situação [dos judeus portugueses] de que já me ocupei junto das autoridades alemãs»⁸¹. E, efectivamente, não eram muito mais de 150 os judeus de nacionalidade portuguesa residentes na zona ocupada pelos alemães em França, a que se somariam um número indeterminado no Marrocos francês. Sampayo, com toda a probabilidade, dissimulava com dificuldade a sua já antiga aversão por ter que reconhecer os direitos de quem entendia, como Brandeiro, não serem «verdadeiramente portugueses» mas que, no entanto, possuíam o passaporte nacional.

A opinião de Caeiro acabará por conformar as instruções enviadas a Rabat e a Casablanca relativamente a como proceder com os judeus portugueses: «"aconselhá-los [, sem coacção,] a que façam as declarações indispensáveis sem mencionar bens [...], por intermédio desses consulados"», os quais, ao passá-las às autoridades francesas, «"deixem consignada por escrito a reserva do Governo português quanto à legitimidade das medidas adoptadas e o direito de reclamação"» - aspecto que separa, apesar de tudo, a posição de Salazar da de Serrano, para quem a Espanha não devia levantar objecções a que os seus súbditos judeus se submetessem à legislação antisemita imposta por outros Estados.

Pelo que Helena Janeiro parece ter deduzido da documentação portuguesa e francesa, o Governo português consegue do Residente-Geral em Marrocos que «"os judeus portugueses não sejam incomodados no futuro"» (cônsul em Rabat, cit. in 1998: 96), mas o mesmo não acontece nas zonas

⁷⁹ Respectivamente, ofícios do cônsul em Casablanca e do cônsul em Rabat, ambos de 4/10/1941, ao M.N.E..

⁸⁰ Despacho de Sampayo a Caeiro, 15/9/1941.

⁸¹ «Paris e a invasão alemã. II», relatório de José de Bivar Brandeiro a Gama Ochoa, 15/1/1941, in A.M.N.E., 3º/8/13.

ocupada e livre francesas. Em ambos os casos, como acontece com os judeus de nacionalidade espanhola, os bens dos judeus portugueses são colocados a cargo de administradores nomeados pelas autoridades obedientes a Vichy, com o acordo das autoridades alemãs de ocupação na respectiva zona. Só em Outubro de 1942 é que o representante de Salazar em Vichy convence Laval a «"anular todas as nomeações de administradores [franceses] de bens de judeus portugueses, pedindo-me para indicar os nomes dos portugueses que eu entendesse poderem assumir aquela função"», perante o que descrevia «"nada haver de mais oneroso e vexatório do que a intervenção [dos] administradores franceses como ela está sendo praticada"». O mais significativo da questão é que, seis dias depois, «Salazar aceita a concessão, recomendando [a Caeiro] o máximo cuidado na escolha dos administradores» (JANEIRO, 1998: 97⁸²).

A decisão, no entanto, não deverá ter tido resultados práticos, o que Helena Janeiro não destaca, uma vez que ocorria um mês antes da entrada dos alemães e italianos na Zona Livre. Se a documentação não indica que, ao contrário das autoridades espanholas, o Governo português não tenha intercedido neste sentido junto das autoridades alemãs de ocupação, supõe-se que a administração dos bens dos judeus portugueses terá prosseguido no mesmo esquema previsto pela legislação de 1940 e 1941, como parecem confirmar documentos de 1943 emitidos pela J.D.C. relativamente a judeus portugueses repatriados de França. Em qualquer caso, parece-me correcta a interpretação de que «o Estado Novo inicia uma colaboração activa com o programa antisemita de Vichy, participando na partilha dos lucros do saque perpetrado pela França de Vichy aos bens e empresas de judeus portugueses sediados naquele território» (JANEIRO, 1998: 97).

Correcta mas, sobretudo, reveladora, tal interpretação. A própria investigadora destaca que alguém terá anotado, a lápis, na folha do próprio telegrama que o ministro em Vichy enviara a Salazar: «"Portugueses a administrarem a título de raça, não será inconveniente maior que o prejuízo individual dos judeus?"». Em Julho de 1944, quase dois anos depois do desembarque angloamericano no Norte de África e da cisão entre Vichy e as colónias que haviam permanecido fiéis ao Marechal, o M.N.E. continuava, por exemplo, a solicitar ao consulado em Rabat que mantivesse «"o censo actualizado dos israelitas que vivem no Marrocos francês e estão de algum modo vinculados ao nosso país"» (cit. in JANEIRO, 1998: 96-97⁸³). Neste sentido, é difícil aceitar a avaliação sintética que Manuela Franco faz desta atitude do Governo de Salazar, ao descrevê-la como «uma política de defesa dos interesses económicos e outros desses judeus portugueses que tratava como seus representados, incluindo (...) promover a repatriação de dinheiros através de um acordo entre o Banco de França e o Banco de Portugal» (1999: 322).

Entretanto, enquanto decorria no interior do Governo espanhol o processo de adopção

⁸² Cit. de telegrama de Caeiro a Salazar, 2/10/1942, e referência a resposta de Salazar, 8/10/1942; itálico no texto de Janeiro.

⁸³ Este último, despacho da Repartição dos Negócios Políticos ao cônsul em Rabat, 15/7/1944.

desta política de aproveitamento económico, já a comunidade judaica de nacionalidade espanhola estabelecida em França havia tomado a decisão de escapar à perseguição gradual que as autoridades nazis e francesas moviam ao conjunto das comunidades judaicas. Uma vez mais a atitude antisemita da Madrid oficial se revela na resposta taxativamente negativa que dá à petição que a Asociación Cultural Sefardita de París remete a Franco, em Março de 1941, no sentido da «reintegración al territorio nacional de los judíos de origen español». Tratavam-se, portanto, de cidadãos espanhóis em plena posse dos seus direitos, mas a Direcção Geral de Segurança, o ministério de Exteriores e o gabinete do próprio Franco foram unânimes em considerar que «no era procedente acceder» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 153).

De novo se repetia a mesma atitude e se enviavam as mesmas instruções a propósito do tratamento persecutório que as autoridades búlgaras que passaram a ocupar a Trácia grega com a invasão da Grécia, realizada conjuntamente com alemães e italianos em Abril de 1941. Neste caso estavam até em causa dois vicecônsules espanhóis, irmãos judeus sefarditas, o que não impediu que de Madrid se reiterasse a ordem de «no poner dificultades para se evitar se sometieran a medidas generales [antisemitas]», limitando-se a «hacer constar la nacionalidad española». A política antisemita búlgara seria ratificada pelo Parlamento deste país em Março de 1942, e Madrid manteve a sua posição, «no evitando así el expolio de los propios funcionarios españoles», demonstrando-se que o que pretendia ser a «protección española» de pessoas e bens «no tuvo efectividad, y ni siquiera el Estado español pudo beneficiarse de estos bienes, como Serrano Suñer pretendía» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 161-63).

Esta reiterada postura de aceitação da aplicação da legislação antisemita aos cidadãos espanhóis residentes em Estados ou territórios ocupados onde estas passassem a vigorar, ao mesmo tempo que se rejeitava abertamente o seu repatriamento em aplicação do Decreto de Expulsão de 1492, fez elevar o tom dos alertas que alguns raros representantes consulares faziam chegar a Madrid. Na sequência da prisão, em Agosto de 1941, de sete mil judeus estrangeiros em Paris, entre os quais já catorze espanhóis, detidos no campo de concentração de Drancy, o cônsul Rolland, sem os conseguir libertar, alertou expressamente Madrid para que «llegaría el día que los judíos españoles serían [todos] internados en campos de concentración como los demás de otras nacionalidades». Rolland patrocinaria até duas diligências directas que de judeus espanhóis residentes em França, a primeira das quais realizada em Outubro desse ano numa viagem a Madrid de uma comissão, que tentou entregar a Serrano Suñer uma «memoria desgarradora», como a descreve Antonio Marquina, na qual «suplicaban que España no les abandonara», ao mesmo tempo que procuravam impressionar o ministro falangista com a referência à conversão ao catolicismo de muitos deles e de estarem todos «limpios de las culpas atribuidas a otros judíos».

O resultado foi nulo; Serrano recusara-se até a recebê-los. Uma segunda tentativa, de Fevereiro de 1942, do secretário da Câmara espanhola de Comércio de Paris, Carlos Montealegre, produziu como efeitos que o ministério de Exteriores reiterasse à Embaixada em Vichy/París que «el Gobierno español no ponía dificultades para que sus súbditos se sometieran a las medidas antijudías», mas que tal «no significaba que se hubiera de dejar sin el debido amparo sus derechos» (MARQUINA,

OSPINA, 1987: 153-54). A resposta do embaixador Lequerica é, uma vez mais, representativa da visão de conjunto que o pessoal político do regime franquista partilhava na sua prática totalidade.

Lequerica começava por repetir como tinham sido «siempre acertadas [las] disposiciones [del Ministerio] sobre la conducta a observar por esta Embajada con los sefarditas españoles», o que reforça a noção que tinha que o que exporia seguidamente era feito dentro do mesmo espírito. E qual era ele? O de considerar como muito «arrogante, tajante y majestuoso» o «sistema» proposto neste «delicado asunto» por «los países de tendencia democrática (...), o dentro de la esfera de acción de Estados Unidos», que haviam advertido as autoridades francesas que «los judíos de sus respectivas nacionalidades no eran sino súbditos del tipo corriente, sea cual fuera la religión profesada por ellos». Para este representante tão meridiano do Franquismo, se o Governo espanhol se tivesse pronunciado nos mesmos termos - ou seja, se tivesse rejeitado, perante as autoridades francesas e alemãs, a aplicação de medidas antisemitas aos cidadãos espanhóis - «hubiera sido extremadamente delicado dada la significación de España en el mundo y nuestros antecedentes con relación a la raza elegida».

Lequerica faz o elenco dos «antecedentes»: a «vigencia del Decreto de los Reyes Católicos», a «lucha de España con una de las fuerzas principales del judaísmo internacional, el bolchevismo ruso», os «principios fundamentales de la Revolución española» e «la internacionalidad del problema semita». Qualquer «estricto legalismo, más o menos discutible, no corresponde», por todas estas razões, «a las representaciones de la España presente». Lequerica não podia ser mais claro na inscrição da Espanha «presente», de Franco, na *Nova Ordem* nazifascista; a isso fazia ele referência.

Com ambiguidade, e cinismo, deliberados, o futuro ministro reiterava que, «de acuerdo siempre con las instrucciones» de Madrid, «se ha procurado y conseguido oponerse (...) a cualquier atropello contra los intereses de los sefarditas nacionalizados por el glorioso Dictador Primo de Rivera» (em referência à legislação de 1924), mas, acima de tudo, «sin arrogancias ni lloriqueos de tipo demoliberal y "sociedad de naciones", ni fe ninguna en el "sefardismo" como instrumento de hispanidad», o que descrevia bem a percepção que nos corredores do poder franquista se teria de todo o esforço de salvar judeus à perseguição⁸⁴.

Por essa altura, estava já tomada definitivamente, pelo sistema político nazi, a decisão da *Solução Final*, formalizada na Conferência de Wannsee de Janeiro de 1942. Aos detidos nos campos de concentração franceses, entre os quais os representantes consulares portugueses não encontraram compatriotas (cf. JANEIRO, 1998: 97-98) mas provavelmente se incluiria algum dos catorze espanhóis detidos meses antes, abrir-se-iam apenas, a partir de Maio-Junho desse ano, as portas de vagões ferroviários usados para o transporte de mercadorias. No fim do trajecto, Auschwitz.

12.9 Perante a perseguição em França

⁸⁴ Ofício de Lequerica a Serrano, 16/3/1942, já citado.

Neste ponto, parece-me importante esclarecer como as elites dos dois regimes ibéricos percebiam a perseguição antisemita em França, ou pelo menos o que se expunha em algum órgão autorizado de opinião, como a revista *Mundo*, e o que descreviam os poucos altos funcionários portugueses e, sobretudo, espanhóis capazes de interpretar a questão. Ora, o caso francês, e não o alemão ou o italiano, terá sido seguramente aquele que suscitou mais comentários no seio do regime franquista, pelo menos tendo em conta a documentação diplomática disponível, a qual, pelo lado português, revela que pouca atenção se lhe dedicou. No início de 1941, quando a legislação antisemita tinha ainda pouco tempo de aplicação em França, um secretário da Legação de Portugal em Paris, a prestar serviço na capital agora ocupada, descrevia muito sucintamente ao ministro Gama Ochoa, já colocado em Vichy, o «mau momento» atravessado pelos judeus na zona ocupada. Começando por descrevê-los como «os grandes impulsionadores do "mercado negro"», «todas as medidas tomadas na Alemanha contra os israelitas vão-se aplicando, pouco a pouco, na zona ocupada»: «os judeus foram excluídos da Bolsa, proibidos de exercer várias profissões e expulsos das organizações sindicais», seguramente referindo-se às corporações patronais designadas por *syndicats*; «os comerciantes judeus foram obrigados a colocar nos seus armazéns letreiros amarelos com a indicação "Empresa israelita"», tendo-se determinado «numa recente ordenança que esses armazéns sejam entregues a um administrador ariano ou vendidos a arianos», o que, previa o jovem diplomata português, «não deixará de ter uma grande influência nos negócios»⁸⁵. Não se faziam comentários, críticas, apreciações.

Em Espanha, desde havia muito que se descrevia a França como estando «en manos de aquella taifa de metecos y judíos» (AREILZA, CASTIELLA, 1941: 55), adoptando a elite reaccionária a linguagem da ultradireita antisemita francesa. Em 1937, furiosos com a postura francesa perante a Guerra Civil, os publicistas franquistas haviam-se habituado a descrever «el alma colectiva de los franceses sometida al tormento de dos complejos obsesionantes», «"[hipnotizados] por un monstruo (...) [de] dos ojos - o modos de ver -, el sionismo y el bolchevismo"» (Federico de Urrutia, cit. in RODRÍGUEZ-PUÉRTOLAS, 1986: 175⁸⁶). Quando a legislação pétainista é publicada, a revista *Mundo* dedica vários artigos à questão. Em Setembro de 1941, expõe detalhadamente as medidas antisemitas que o regime de Vichy impõe em Outubro de 1940 e em Junho e Agosto de 1941, e justifica-as pela necessidade de «atender a lo más urgente, es decir, a impedir que el pueblo judío continuase influyendo en la vida pública y ocupando muchos e importantes puestos del Estado». Destaque era concedido a la «prohibición a los israelitas de desempeñar ningún puesto en los organismos oficiales, así como en las tres actividades modernas que, más todavía que la escuela y la Universidad, forman - deforman - el espíritu de un país: el cine, la radio y la Prensa».

No artigo, conduzia-se pacientemente o leitor pelos princípios enformadores da legislação, entrando nos seus pormenores (a «definición del judío», os cargos públicos e as dezenas de

⁸⁵ «Paris e a invasão alemã», relatório de José de Bivar Brandeiro já citado, 15/1/1941.

⁸⁶ Extraído de artigo publicado in *ABC*, 29/10/1937, Sevilha.

profissões interditas, as penas, o «confinamiento en campos de concentración», ...), sem formular objecção alguma, pelo contrário, elogiando e reclamando a necessidade de «aplicar [al judío] disposiciones de defensa de la nacionalidad», obrigando-os «a trabajar en vez de especular!» Ao especificar o sistema previsto de «administración y liquidación de las Empresas y negocios que, por dictado de la ley, han de ser abandonados por los israelitas», o articulista não se esquecia de exorcizar o perigo de que as medidas persecutórias «redundasen en beneficio de gentes poco escrupulosas»: «la ley no pretende que unos cuantos cristianos hagan negocio, sino impedir o limitar actividades que en manos israelitas resultan, o pueden resultar, perniciosas para la vida nacional en el cuerpo y en el espíritu».

Significativo era também o recurso argumentativo de que lança mão o *Mundo* para justificar o legislador francês quando este «tiene presente no sólo la religión actual, sino también la ascendencia». O comentário vinha a propósito da definição *racial* e não puramente *religiosa* que a legislação francesa fazia dos judeus, considerando como tal todo aquele que «tengan, por lo menos, tres abuelos de raza judía, o dos solamente si su cónyuge tiene también dos abuelos judíos», além de todos quantos «profesen la religión judía o la hayan abandonado después del 25 de junio de 1940», ou seja, o armistício francogermanoitaliano que marca a fundação efectiva do novo regime francês. Quem sustenta a tese de que era essencialmente católico o antisemitismo que campeava pelos meandros do poder franquista, supondo que essa matriz o afastaria automaticamente de concepções *pagãs* - adjectivo que o Vaticano usava frequentemente para designar a forma como o Nacionalsocialismo se relacionava com o mundo religioso -, surpreender-se-á verdadeiramente com a rejeição que nas páginas do *Mundo* se faz das conversões, por exemplo, ao catolicismo por parte de judeus? «Escribiendo para españoles», afirmava-se no artigo, «a poco que éstos recuerden el malestar, los cuidados y las perturbaciones que en nuestro país ocasionaron los conversos, no parece necesario razonar para que se comprenda el criterio adoptado por los legisladores franceses, que es, en el fondo, el mismo seguido por toda la legislación antisemita del momento actual», pressuposta assim como inevitável, necessária, razoável⁸⁷.

O facto de toda esta legislação afectar a grande maioria de um território, Marrocos, gerido separadamente por Madrid e por Paris, não introduziu grandes nuances na análise que se produzia a partir da primeira das capitais. A muito ampla comunidade judaica do Protectorado espanhol de Marrocos, relativamente colaborante com o novo regime e legalmente sujeita à autoridade do Sultão, ressentiu-se claramente, também ela, da *nova ordem* política criada com a vitória de Franco, reduzindo-se em 10% entre 1935 e 1941, «despite the high birth rate of Moroccan Jews» (AVNI, 1982: 68-69). Um historiador tão abertamente próximo das posturas oficiais do regime como Luis Suárez Fernández relaciona a ocupação, em Junho de 1940, da cidade internacional de Tânger pelas tropas espanholas, tão alardeada pela imprensa franquista como uma «jornada triunfal»⁸⁸, com os «motivos de preocupación»

⁸⁷ «Los judíos de Francia deberán abandonar el día 15 las profesiones prohibidas en la Ley del pasado mes de Junio», in *Mundo*, nº 71 (14/9/1941), pp. 63-65.

⁸⁸ Por exemplo, na revista *Mundo*, nº 7 (23/6/1940).

dos «primeros meses de 1940» que seriam, em anotações do próprio Franco, «"el enorme poder judío en Tánger, donde controlan el comercio, y hay que buscar un medio de sujetarlo"», o que, por si só, «"hace que mercancías que suben no bajan nunca y la vida se haga imposible"» (cit. in SUÁREZ, 1997: 197).

A doutrina oficial que em Madrid se fixava quanto ao «problema judío en el Imperio de Marruecos» estava bem explicitada, em toda a sua enorme ambiguidade, num artigo publicado em Dezembro de 1941 também na revista *Mundo*. Por um lado, entendia-se como «lógico que una de las primeras medidas del mariscal Pétain», extensíveis à Zona francesa do Protectorado, «fuese poner a cubierto a la Francia nacional de un peligro [- el judío -] que no era teórico». Para a revista (cujos artigos, por norma, não eram assinados), «los hechos, con su durísima elocuencia, habían demostrado cómo aquella política llevaba Francia a su ruina y a su deshonor», e agora tratava-se de fixar uma nova «doctrina: los judíos tienen derecho a la vida, pero la sociedad tiene derecho a protegerse contra sus excesos. (...) Colocados en su sitio, medir el peligro que representan y apreciar los servicios que pueden prestar», dos quais, por definição, se excluíam «puestos de mando que hayan de ejercerse sobre musulmanes». Denunciando o carácter de «importación» das «algunas agitaciones antisemitas que desde septiembre de 1940 empezaron a registrarse en Marruecos francés», o que *Mundo* propunha, afinal, era que, se retomassem os «perfiles claros de solución del problema judío» da «política judía marroquí», que aparentemente seriam os realizados na Zona espanhola: «colocar a los judíos en su sitio, permitiéndoles libremente sus actividades en tanto éstas no signifiquen peligro para la sociedad marroquí» - o que, afinal, em nada se distanciava da enunciada «nova doutrina francesa»...⁸⁹

No momento em que se publicava este artigo, e como prova da esperada coordenação entre a revista *Mundo* e a política externa espanhola, havia já cinco meses que em Madrid se discutia, por pressão dos cônsules espanhóis dispersos pelo Norte de África francês, da utilidade política da protecção dos interesses dos judeus espanhóis a quem as autoridades obedientes a Vichy aplicavam a legislação antisemita. O problema levantava-se de forma incómoda para o Governo espanhol porque, por um lado, era confrontado com a informação de que as representações consulares de quase todos os outros Estados representados na região haviam conseguido a isenção dos seus nacionais; por outro, porque a perseguição antisemita pétainista poderia, na visão da Alta Comisaría para o Marrocos espanhol, levar a uma «forzosa evasión de capitales judíos y a la afluencia a la zona española en busca de refugio seguro», tema encarado com evidente temor pela sua grande «trascendencia política y económica»; por fim, a «inconveniencia» de apresentar protestos junto das autoridades francesas porque se «"habrían de emplear a favor de israelitas"», escrevia a Dirección General de Marruecos y Colonias, o que contrariaria abertamente as opções antisemitas da Administração espanhola. Só mesmo no início de 1942 é que o ministério dá instruções a Lequerica, em Vichy, para intervir, ao que o Governo francês só responde em Junho, e de forma desfavorável (cf. MARQUINA, OSPINA, 1987: 156-59 e AVNI, 1982: 89-90).

⁸⁹ «Marruecos tuvo siempre una política judía certera en su concepción general», in *Mundo*, nº 83 (7/12/1941), Madrid, pp. 549-51; itálico no original.

A questão não era de somenos importância, uma vez que, como bem sintetizou Robert Paxton, «the church's quarrel with fascist and Nazi "racism" rested on their refusal to agree that a Jew ceased to be a Jew upon conversion to Catholicism and on their refusal of intermarriage even after conversion» (1982: 174). E não mais do que isto: a maioria da Igreja de França, e sobretudo o próprio Vaticano, dizem os especialistas, não levantou a sua voz senão perante a perseguição dos convertidos ao catolicismo - em última instância, senão perante católicos. É a própria hierarquia católica francesa que o admite hoje: «L'Eglise de France doit reconnaître que l'indifférence l'a largement emporté sur l'indignation et que devant la persécution des juifs, en particulier devant les mesures antisémites multiformes édictées par les autorités de Vichy, le silence a été la règle et les paroles en faveur des victimes, l'exception»⁹⁰. Mesmo quando os bispos da Zona Livre, que acabava de ser delimitada, se reúnem em Lyon no fim de Agosto de 1940, e se mostram preocupados com as «"gravi disposizioni [che] verranno senza dubbio assunte prossimamente contro gli ebrei"», admitem claramente que pudesse «"risultare legittimo predisporre, da parte di uno Stato, uno statuto legale particolare per gli ebrei (come il papato aveva fatto a Roma)"» (transcrito in MICCOLI, 2000: 329).

E, ainda assim, o embaixador de Espanha em Vichy, o monárquico tradicionalista Lequerica, indignava-se em Setembro de 1941 momento com o representante do Papa junto do Marechal Pétain, Valerio Valeri, «un fervoroso demócrata cristiano y creo yo partidario escasamente cauto de las democracias anglosajonas», quando este não acreditava que «el Santo Padre haya podido aprobar semejantes medidas [antisemitas]», como lhe assegurava o próprio Pétain, transmitindo-lhe informações recolhidas pelo seu embaixador junto da Santa Sé. Lequerica, presente juntamente com Caeiro da Matta, o representante diplomático português, no encontro informal entre o Núncio e o Marechal, recordava-lhe provocatoriamente que «cuando los Reyes Católicos tomaron medidas mucho más radicales contra los judíos de España, no sólo tuvieron el asentimiento sino hasta la felicitación del Santo Padre», um Papa «tan auténtico como el actual».

Para o diplomata franquista, a atitude de Valeri revelava «el estado de espíritu de una parte al menos de los elementos eclesiásticos del Vaticano con relación a la cuestión tan delicada como las de las precisas regulaciones contra los judíos». Lequerica investia contra «influyentes prelados» que assumiam atitudes «enteramente contrarias» à «moderada pero cauta política de la Iglesia durante siglos, inspirada en el deseo de no impedir a los Estados defenderse contra sus enemigos interiores, como fué el caso de los Reyes Católicos en España». Nesta postura, insistia, havia «simpatía hacia los Estados Unidos» tanta quanto «hostilidad a Alemania, país considerado como el iniciador en la época contemporánea de las reacciones frente al peligro semita»⁹¹. Colocado perante a mesma situação, Caeiro

⁹⁰ «La "déclaration de repentance" de l'Eglise de France», in *Le Monde*, 1/10/1997, Paris. Sobre a posição da Igreja e do mundo católico francês face à perseguição antisemita, cf., por exemplo, DUQUESNE, Jacques (1966). *Les Catholiques français sous l'Occupation*. Paris: Grasset, e FOUILLOUX, Etienne (1997). *Les Chrétiens français entre crise et libération, 1937-1947*. Paris: Eds. du Seuil.

⁹¹ Ofício de Lequerica a Serrano, 15/9/1941, in A.M.A.E., R. 2295/7.

da Matta limita-se a transmitir para Lisboa a reacção do Núncio, acrescentando que esta haveria sido tomada «com a mais singular firmeza», curiosamente omitindo, segundo a versão publicada pelo M.N.E. português trinta anos depois, quer a reacção do futuro ministro Lequerica, quer até a própria presença deste (cf. M.N.E., 1974: doc. nº 2285⁹²).

A investigação independente que se debruçou sobre a documentação vaticana disponibilizada pela Santa Sé descreve-nos a liderança máxima da hierarquia da Igreja «incapaz de pronunciar una palabra sincera acerca de la Solución Final que se estaba desarrollando», o que «proclamaba ante el mundo que el Vicario de Cristo no se dejaba llevar por la compasión ni la ira» (CORNWELL, 2000: 330) quando confrontado com a sanha genocida antisemita que se abatia sobre as potências do Eixo, os seus aliados formais e informais (como a França de Vichy) e os territórios por si ocupados, até mesmo quando realizada na própria cidade de Roma... Quanto à legislação antisemita de Vichy, o Papa Pacelli fez chegar, através de uma «"authorized person at the Vatican"», a Léon Bérard, o embaixador francês, a ideia de que «the church would not start any quarrel over restricting certain citizens' access to jobs or over limiting Jews' actions in society» (PAXTON, 1982: 175). Recentemente, uma comissão mista paritária de três estudiosos católicos e outros tantos judeus, «creata nel marzo 1999 in seguito alle polemiche sul rifiuto del Vaticano di aprire i propri archivi relativi alla seconda guerra mondiale», terá estabelecido que a Santa Sé, confrontada com o conteúdo dos procedimentos legais franceses contra os judeus, responde «che non ci sono obiezioni a patto che siano "amministrate con giustizia e carità"»⁹³. Um conselheiro teológico do Papa, o teólogo Garrigou-Lagrange, chegou mesmo a transmitir ao governo de Pétain «que la Santa Sede no objetaba la legislación antijudía de Vichy e incluso proporcionó al respecto citas de santo Tomás recopiladas por los neotomistas romanos» (CORNWELL, 2000: 312) que legitimariam tais opções políticas.

A posição do Papa e da sua Secretaria de Estado não se alterará até mesmo depois de começadas, em 1942, as deportações de judeus para os campos de extermínio. «Como demuestran los documentos hechos públicos por el Vaticano, el nuncio en Francia transmitió al Vaticano informes de cada etapa de la deportación (...) Y lo que es más importante, Pacelli seguía sin decir nada, ni en público ni en privado», assegura John Cornwell (2000: 320). Avançado o Verão de 1942, já depois das terríveis *raffes*

⁹² Telegrama de Caeiro a Salazar, 15/9/1941. Pode dar-se o caso de ter ocorrido uma censura deliberada do texto original no momento da sua publicação pela Comissão do Livro Branco nomeada ainda na fase final da ditadura. Este fenómeno (o da adulteração deliberada de documentos politicodiplomáticos seleccionados para figurarem na publicação oficial do M.N.E. iniciada em 1964) ocorreu frequentes vezes com aqueles que se relacionavam com a política espanhola, como demonstrei num trabalho inédito (LOFF, 1991) e a que já fiz referência no cap. 2 deste trabalho. Casos de amputação, não só por omissão mas também por transformação da linguagem e da própria mensagem, são muito frequentes, por exemplo, na publicação das cartas dirigidas pelo embaixador de Portugal em Madrid (Theotónio Pereira) a Oliveira Salazar nos vários volumes dos *Dez anos de política externa* com o objectivo de preservar a versão oficial franquista do comportamento do Governo espanhol assumido durante a II Guerra Mundial.

⁹³ «"Olocausto, ombre sul Vaticano"», in *La Repubblica*, 26/10/2000, Roma.

que levaram ao Vélodrome d'Hiver de Paris, primeiro, ao campo de concentração de Drancy, depois, e a Auschwitz, por fim, mais de 13 mil judeus, o embaixador Bérard descrevia em Vichy como «muy cauto y reservado en tan grave materia el estado de espíritu del Santo Padre, del Cardenal secretario de Estado [Maglione] y de muchas personalidades puramente vaticanas». O embaixador espanhol em Vichy transmitia a Madrid o que lhe assegurara o representante de Pétain junto do Papa: «El internamiento de unos quince mil judíos de origen extranjero en campos de concentración, realizado los últimos tiempos por el Gobierno francés, no parece, siempre según el Embajador, haya merecido una condenación expresa», como já «no [habían sido] desaprobadas por el Santo Padre cuantas medidas se tomaron en estos tiempos contra los israelitas». Segundo esta fonte, «la Iglesia es inexorable», pelo contrário, apenas no que se referia à «prohibición de matrimonios de arios e israelitas, medida por otra parte adoptada por el Gobierno italiano sin haber dado lugar a ninguna protesta especial del Vaticano»⁹⁴.

No fim desse ano terrível, cindida a Igreja francesa em torno desta questão, Pio XII ainda assim «alabó calurosamente» diante do cardeal de Paris, o colaboracionista Emmanuel Suhard, segundo conta um testemunho, bem como «la obra del mariscal y mostró gran interés por las acciones gubernamentales que indicaban la afortunada renovación de la vida religiosa en Francia» (Martin Gilbert, cit. in CORNWELL, 2000: 320)⁹⁵.

Entre tais acções figurava a proibição de divulgação pública das cartas pastorais que alguns bispos franceses escreveram, no fim do Verão de 1942, contra as deportações. Poucos foram, de facto, os «prelados influyentes» de que se poderia queixar o embaixador espanhol, que levantaram, como o Monsenhor Salièges, arcebispo de Toulouse, a sua voz contra «ces horreurs» cometidos contra «les Juifs [qui] sont des hommes, les Juives [qui] sont des femmes, les étrangers [qui] sont des hommes, les étrangères [qui] sont des femmes. (...) Un chrétien ne peut l'oublier»⁹⁶. Juntar-se-lhe-iam os Monsenhores Théas, de Montauban, e Gerlier, de Lyon, através de pastorais identicamente censuradas, e, mais moderadamente e em carta privada a Pétain, boa parte dos prelados da zona ocupada pelas tropas alemãs.

O grosso da hierarquia permanecerá, no entanto, silenciosa, o mesmo silêncio em que até às deportações se poderia sintetizar, *grosso modo*, a atitude destes mesmos prelados quando, em Agosto de 1941, reunidos em Lyon, reconheciam «qu'à leurs yeux un problème juif existait, lié à l'existence d'une communauté internationale, inassimilable par nature», e que, ainda que se declarassem «hostiles à la persécution des Juifs, à toute mesure violente», não deixavam de declarar publicamente «que l'Etat a le droit et le devoir de "protéger ses nationaux" (dont les Juifs étaient par

⁹⁴ Ofício de Lequerica a Serrano, 1/9/1942, in A.M.A.E., R. 2295/9.

⁹⁵ Cf. também MICCOLI, 2000: 335-36; as frases são retiradas de um relatório de Léon Bérard, o embaixador francês junto da Santa Sé, a Laval, com data de 18/1/1943.

⁹⁶ «Mandement adressé par l'Archevêque de Toulouse à ses diocésains», de Jules Géraud Salièges, anexo ao ofício de Lequerica, 1/9/1942, já citado.

conséquent exclus)» (FERRO, 1987: 246-47). Relativamente ao ocupante alemão, a linguagem da Igreja não diferia, aliás, da do governo colaboracionista do Marechal: «"loyalisme sans inféodation"» era a máxima propugnada junto dos seus fiéis.

No seio dela, de resto, destacavam-se bispos voluntária e fervorosamente colaboracionistas, tão representativos como o velho cardeal Alfred Baudrillart, reitor do Instituto Católico de Paris, para quem a *Légion des Volontaires Français* lançada, no seio da *Wehrmacht*, sobre a frente russa, era «"l'illustration agissante de la France des cathédrales ressuscitée"», que, graças à «"noble entreprise commune dirigée par l'Allemagne"», se poderia libertar «"des chimères les plus dangereuses [et] établir entre les peuples une sainte fraternité renouvelée du Moyen Age chrétien"»⁹⁷. Juntaram-se-lhes, pelo menos, o bispo de Arras, o Monsenhor Dutoit, ou ainda o Monsenhor Mayol de Luppé (um *prélat d'honneur*), de entre todos o que levará mais longe a sua pública germanofilia.

A interpretação do diplomata espanhol das primeiras reacções que emergem no seio do episcopado francês, é profundamente reveladora. Aquele que dois anos mais tarde será chamado por Franco para dirigir a sua política externa perante a aproximação da vitória aliada, transmite diligentemente a sua indignação para Madrid contra «el Arzobispo [de Toulouse, Salièges] y sus colaboradores», que teria sido sempre, durante a Guerra Civil espanhola, um «enemigo constante de la España nacional» e que agora «mantiene la misma posición política de entonces frente a la política europea». Quando o prelado francês denunciava «que des enfants, des femmes, des hommes, des pères et des mères soient traités comme un vil troupeau, que les membres d'une même famille soient séparés les uns des autres et embarqués pour une destination inconnue», o católico Lequerica interpretava que «si se defiende sobre todo a los judíos es por considerarlos víctimas del Canciller Hitler». E, passando olímpicamente por cima da mobilização da França católica em favor de Franco, ironizava: «Lástima que la matanza de otros tantos sacerdotes en España del 36 al 39 no le arrancara siquiera más atenuados lamentos, ni le retrajera - ahora mismo - del trato y protección a los asesinos y sus cómplices», referindo-se à presença no Sul de França, tomada cada dia mais difícil pelas autoridades de Vichy e pela pressão franquista, de dezenas e dezenas de milhar de refugiados republicanos espanhóis⁹⁸.

Não era a primeira vez que Lequerica se indignava com «almas piadosas, en muchos casos considerables, jerarquías las más eminentes [que] ruegan también y sin recato por la victoria de los bárbaros. Da espanto pensarlo, pero no son sólo los tontos de cocktail internacional quienes en este momento espían ansiosamente las "buenas noticias" sobre la defensa de Stalingrado». O diplomata espanhol socorria-se até da opinião do colaboracionista feroz Lucien Rebatet para afirmar que «"si ha habido desde hace mucho tiempo dos jefes de guerra con derecho a invocar a Dios (...) éstos son sin duda Franco e Hitler"». O industrial bilbaíno, monárquico tradicionalista, sabia bem de que lado se

⁹⁷ Cit. in *Le Monde*, Paris, 1/10/1997.

⁹⁸ Para um estudo da política de Vichy perante o problema dos refugiados espanhóis em França, cf. SEQUELA, 1994.

colocava ao praticamente incluir entre estes «filobolcheviques» a «Iglesia de la Francia libre, dirigida por un hombre violentamente antitotalitario como el Cardenal Gerlier, Arzobispo de Lyon, [que] toma de día en día una actitud más hostil frente a las revoluciones nacionales europeas», as quais, deduz-se, tinham um antisemitismo tão violento como componente inseparável. Tomava-se até preocupante «la muy grande influencia de la Iglesia de Francia cerca de la Santa Sede, y hará falta toda la prudencia y virtud de Su Santidad para reducirla a sus justos límites».

Lequerica concluía retomando a tese de que «de todos los católicos del mundo, jerarquías eclesiásticas inclusive, fueron los de Francia los esencialmente hostiles a la cruzada española» de 1936-39. «Por democratismo cristiano en parte, por razones territorialmente políticas - su temor de ver surgir un posible aliado [(España)] de los países totalitarios su prevelecia el movimiento - en otra parte todavía mayor»⁹⁹.

Uma semana depois, ainda no início de Setembro de 1942, Lequerica voltava ao tema, cada vez mais evidentemente irritado. Num ofício enviado já a Jordana, que sucedera a 6 de Setembro a Serrano, começava por tranquilizar Madrid quanto à posição do Vaticano na matéria, relatando uma visita do auditor da Santa Sé, na ausência do Nuncio, a Laval, «no para protestar sino para hacerle observaciones sobre las medidas francesas de concentración de judíos (...), y no pasó nada de grave». Para reforçar, assim, a noção de que era minoritária a posição dos chefes das dioceses de Toulouse e de Lyon, «cabezas visibles de la jerarquía al servicio de la agitación internacional filojudía», Lequerica socorria-se ainda do que ele e a imprensa pétainista descreviam como «reacciones de, no sólo los católicos más sanos y de tipo tradicional, sino entre la juventud y en los grupos de franco espíritu popular y cuya resurrección de una vida noblemente medioeval impresiona, inquietos ante la pastoral del Arzobispo de Toulouse y sus imitadores». Alguns ter-se-iam até dirigido ao Cardenal Gerlier [de Lyon] (...), pidiéndole no negativas sino precisiones para resolver el problema judío».

Lequerica transmitia ainda a versão que o representante de Vichy em Paris, Benoist-Méchin, lhe transmitira das teses do Cardeal-Arcebispo de Paris, Emmanuel Suhard. Este dizia-se «dispuesto, con todo su Clero, a tomar una actitud mucho más terminantemente anticomunista y favorable a la política del Gobierno de Vichy en sus relaciones con Alemania, si tuviera la seguridad de que el nacionalsocialismo, triunfante en la guerra, no iba a desencadenar entonces una persecución a fondo contra la Iglesia». Benoist-Méchin só encontrava um motivo para que «[fuera] imposible la conciliación entre el nacionalsocialismo y la Iglesia romana»: «si la Iglesia adoptaba una posición universal de defensa del judaísmo condenando las medidas preventivas políticas de los diferentes gobiernos». Suhard respondera-lhe «que la Iglesia, que durante tantos siglos había tratado de otro modo el problema judío adoptando toda clase de medidas de precaución contra el pueblo deicida y su corrosiva influencia, no se veía por ninguna razón de dogma obligada a cambiar ahora su actitud e imitar la de los revolucionarios de [17]89 con relación a los israelitas».

⁹⁹ Ofício de Lequerica a Serrano, 1/9/1942, já citado.

Concluía o embaixador espanhol, regressando às «gesticulaciones» dos poucos clérigos que denunciavam o que suspeitavam já ser o genocídio judaico, dizendo que «para nosotros, españoles, satisfechos de haber [resuelto el problema judío] sin suscitar la menor oposición, sino el contrario, con la firme aprobación del episcopado y aun, creo, de la Santa Sede», tudo isto «es incomprensible si no se mira bajo su peor aspecto humano». Referia-se o diplomata «no a los principios de la personalidad humana, definidos por la Iglesia, sino a los derechos del hombre y del ciudadano, hijos de la revolución, a cuyo calor resucitaron los judíos como fuerza activa de Europa, a los que parece servir esta parte del episcopado francés»¹⁰⁰.

Outra semana depois é o embaixador volta à carga, ainda mais viperino que antes. «No que el problema sea, a mi juicio, grave y apasionante», pelo contrário, parecia-lhe «postizo, artificial y con finalidades políticas» que «nunca puede tener el efecto sobre la opinión de los actos de tipo noble y sincero capaces de conmover y arrastrar a las gentes». Os prelados franceses que se levantavam contra as deportações, manifestando, dizia Lequerica, um «ardor filo-israelita», apareciam agora ao embaixador, na mais pura das lógicas fascistas, como servindo «el sentimiento de revancha francés, apoyando por todos medios la coalición anti-alemana en el mundo sostenida por las potencias financieras de Israel y contribuyendo en la medida de sus fuerzas a evitar la reacción universal contra el bolchevismo». Sem o apoio do Vaticano, configurariam estes poucos prelados franceses uma «forma curiosa de resurrección del galicanismo», não «la Iglesia universal y la Iglesia del Señor, sino, en rigor, la de Poincaré, Foch y la revancha».

Mais reveladora ainda da extraordinária virulência e irritação que encerravam a análise do político franquista era a comparação que era feita dos judeus perseguidos com outras vítimas. Começava Lequerica: «Si un pueblo o un partido, con su acción política y militar, pueden favorecer la causa antialemmana, automáticamente, para esta parte de la Iglesia francesa, son piadosos, estimables o dignos al menos de comprensión». E exemplificava: «Así los rojos españoles del 36 al 39 y así, sobre todo, el escándalo de los "vascos" aliados y cómplices del bolchevismo y, sin embargo, magnificados por los órganos principales de la Iglesia francesa como arquetipo de virtudes cristianas y víctimas presentables al mundo en lugar de las auténticas, los catorce mil sacerdotes asesinados en nuestra Patria». Agora, apostados em «reconquistar la Alsacia-Lorena y, si es posible, llevar la frontera hasta la línea del Rhin (...), estos prelados bautizan al bolchevique de renovador social de fondo cristiano y al israelita (...) de víctima y exponente de las mejores virtudes».

O ilimitado cinismo de Lequerica atribuía, por fim, ao «judío el privilegio de despertar siempre estas piedades excesivas, organizarlas y explotarlas». Ainda por cima, «para el judío extranjero, verdadero beligerante en esta guerra, agente de discordia interior, la medida [moral] es distinta sin duda y reclama lágrimas especiales»¹⁰¹...

¹⁰⁰ Ofício de Lequerica a Jordana, 7/9/1942, in A.M.A.E., R. 2295/9.

¹⁰¹ Ofício de Lequerica a Jordana, 15/9/1942, in A.M.A.E., R. 2295/9.

É sintomático, por fim, que a revista *Mundo* sintetizasse, em Novembro de 1944, já consumada a libertação da prática totalidade do território francês, a eficácia das medidas antisemitas pétainistas desta forma: «su severidad fué casi nula». Em todo o caso, acrescentava-se, «la campaña contra la masonería tampoco dió resultados apreciables, y lo mismo puede decirse de cuantas finalidades persiguió la llamada Revolución Nacional, y que de revolución tuvo poco o nada»¹⁰².

12.10 O fim da gestão da *inocência* (finais de 1942)

Durante 1942, «las autoridades españolas permiten que un grupo de especialistas alemanes investiguen en Mallorca a los descendientes de los judíos chuetas» (segundo Velarde, cit. in HERMET, 1986: 146¹⁰³) e, muito mais sinistro, a *Gestapo* consegue induzir, em Abril, a Dirección General de Seguridad a «registrar ciertas casas de hebreos acusados de ayudar secretamente a la causa aliada»; em Agosto, a polícia revista o hotel onde se hospeda Samuel Sequerra, o representante do *Joint Distribution Committee* em Barcelona, e confisca-lhe «todos sus documentos, para devolcérseles un mes después»; em Outubro, ao mesmo tempo que as autoridades exigem a Sequerra que «entregue los nombres y direcciones de los judíos refugiados, (...) se producen en Barcelona numerosos arrestos, con amenazas de deportación, entre los grupos de emigrantes judíos en tránsito». A comunidade de Barcelona é, portanto, particularmente afectada: alguns dos seus «"notables"» são «interrogados - incluso golpeados (...) - por agentes de la policía, miembros a su vez de la milicia de Falange, para que facilitasen las listas de los hebreos refugiados que se instalan en la ciudad». Dois anos mais tarde, e à procura de Sequerra, uns «quince falangistas, exmiembros de la División Azul, empuñando pistolas, asaltan las oficinas de la Joint, ocasionando grandes destrozos materiales» (LISBONA, 1993: 111 e 114¹⁰⁴) e provocando um incidente diplomático com as representações angloamericanas.

Em Novembro de 1942, o sucesso do desembarque angloamericano no Norte de África e a consequente ocupação alemã e italiana da Zona Livre de França estabelecida com o armistício de 1940 vieram alterar profundamente o quadro. Primeiro porque empurrava para fora de França uma «segunda riada de refugiados», a uma «tasa de llegadas semanales fue de 500 a 700» em Janeiro de 1943, «atravesando los Pirineos, después de auténticas odiseas, perseguidos por las patrullas u en estado lamentable», sendo «de inmediato arrestados y encerrados en alguna prisión española», com um «tratamiento, en general, malo, tratándoseles como auténticos criminales»¹⁰⁵. Tudo isto obrigou a um

¹⁰² «El mariscal Pétain deberá comparecer ante un tribunal militar, acusado de traición a la patria e inteligencia con el enemigo», in *Mundo*, nº 234 (1/11/1944), Madrid, pp. 335-37.

¹⁰³ Cita-se um estudo de J. Velarde Fuertes, «Una nota sobre los restos de la comunidad judía de Mallorca», in *Revista de Estudios Sociales*, nºs 12-13 (septiembre 1974 - noviembre 1975), pp. 15 e segs..

¹⁰⁴ Cf. também AVNI, 1982: 99-100.

¹⁰⁵ Sobre as condições dos prisioneiros, os protestos e uma greve de fome, cf. AVNI, 1982: 105-06.

muito maior empenho dos esforços humanitários angloamericanos que o Estado espanhol admitia no seu território, quer por parte das embaixadas, quer também de organizações da sociedade civil, as quais preferiram, de acordo com o Governo de Madrid, agrupar-se numa «Representación Española de las Organizaciones Americanas de Socorro» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 177-78)¹⁰⁶. Entre pressões alemãs e angloamericanas, só a partir de Setembro de 1943, coincidindo com a rendição italiana, é que as autoridades espanholas decidem permitir o trânsito directamente para o Norte de África, nas mãos dos Aliados, de 16 mil refugiados franceses e de outros 4,5 mil, «principalmente aliados y apátridas»¹⁰⁷, depois de, ao longo dos meses anteriores, e encontrando-se sob forte pressão alemã, ter optado pela via indirecta de os deixar sair para Portugal, de onde, por sua vez, saíam para o Norte de África (cf. AVNI, 1982: 107); aponta Marquina que há consenso entre os vários autores em torno do número de 6 mil judeus, no máximo, como tendo «pasado por España desde la operación Torch» de Novembro de 1942, «al desembarco en Normandía» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 179), em Junho de 1944, o que demonstra que a grande maioria dos refugiados já não era judia¹⁰⁸.

E, contudo, não constituindo o maior número, a verdade é que não era difícil perceber que era deficiente, frequentemente discriminatório, o tratamento que lhes era dado, até mesmo pelas representações diplomáticas sediadas em Madrid, umas mais reconhecidas do que outras. Haim Avni cita, por exemplo, «a law passed on March 31, 1938, according to which the citizenship of anyone absent from Poland for more than five consecutive years could be revoked», a qual fora «intended to prevent the return to Poland of Jews living in Austria and Germany». Aparentemente, «the Polish Embassy in Madrid attempted to apply this law in its policy toward Polish Jews who reached Spain», uma vez que ela «distinguished between their Christian and Jewish citizens and tried to shift responsibility for the Jews to the JDC» (1982: 113)¹⁰⁹.

Se os governos espanhol e português não se ocupavam prioritariamente de judeus quando se tratava de refugiados que entravam no seu território, muito tinha que ver com o que acontecera e continuava a acontecer nos campos de extermínio da Polónia... A actuação dos dois governos, ao contrário do que poderia suceder antes, já não podia ser avaliada simplesmente a partir de um ponto de vista meramente legal, jurídico, ao qual é legítimo acrescentarmos a detecção de preconceitos antisemitas. É que a 17 de Dezembro de 1942, um mês depois de os aliados desembarcarem no Norte de

¹⁰⁶ Na Primavera de 1943, as duas embaixadas aliadas em Madrid falavam de cerca de 17 mil refugiados de nacionalidade «aliada» (sobretudo franceses, mas também polacos e checos) e 4-5 mil crianças, «judíos o apátridas»; entre todos eles, as organizações humanitárias não conseguiam apoiar mais de mil (cf. MARQUINA, OSPINA, 1987: 179).

¹⁰⁷ Sobre o «even worse treatment» que sofriam os refugiados apátridas por parte das autoridades espanholas, cf. AVNI, 1982: 123.

¹⁰⁸ Para uma exposição mais detalhada dos números, cf. AVNI, 1982: 125-27.

¹⁰⁹ Para outras manifestações de antisemitismo entre refugiados holandeses e franceses, cf. também pp. 113-14.

África, as informações reunidas sobre o Holocausto haviam assumido tais proporções e tinham-se tomado de tal forma públicas que obrigaram os governos dos Três Grandes (Grã Bretanha, U.R.S.S. e E.U.A.) a assinarem e divulgarem publicamente uma Declaração Conjunta, a que se associara generalidade dos governos exilados em território aliado. Nela, e pela primeira vez de uma forma tão clara como esta, se assumia que «the German authorities (...) are now carrying into effect Hitler's oft-repeated intention to exterminate the Jewish people in Europe», e para tanto «from all the occupied countries Jews are being transported, in conditions of appalling horror and brutality, to Eastern Europe»¹¹⁰. Qualquer que fosse a interpretação que no seio dos dois governos se fizesse desta declaração, além de toda a informação que entretanto eles próprios haviam reunido sobre o genocídio, a verdade é que a sua actuação passaria a estar necessariamente condicionada pela sua existência.

É por isso que, a partir deste momento, é mais importante analisarmos a actuação das autoridades portuguesas e espanholas à luz do que conheciam sobre o Holocausto. Dificilmente se poderá entender e avaliar o que elas dizem e que fazem de novo, ou de diferente, ou de idêntico, se não levarmos em linha de conta que agora *sabiam*; e mesmo que, no seu íntimo, os burocratas sentados em Lisboa ou em Madrid não acreditassem, os diplomatas e os funcionários consulares dispersos pelos territórios da deportação *sabiam*. É curioso que a generalidade da literatura não dê grande relevo a esta questão. Talvez por isso seja ainda mais interessante apresentá-la desta forma.

¹¹⁰ «Joint Declaration Announced Simultaneously on December 17th, 1942, in London, Moscow and Washington», em anexo a nota da Legação da Polónia ao M.N.E., 15/1/1943, in A.M.N.E., 2º/49/96.



CAP. 13: A PERCEÇÃO DO HOLOCAUSTO E DAS POLÍTICAS GENOCIDAS NAZIS

A avaliação que geralmente se tem feito do comportamento dos dois regimes ibéricos perante o processo de perseguição e genocídio dos judeus europeus parte de um pressuposto tradicional, justamente porque aplicado quase sempre a todos os protagonistas não alemães do período. Esse pressuposto formula-se de forma diferente ao longo dos anos. Numa primeira fase (até aos primeiros meses da invasão da União Soviética), dir-se-ia que ninguém conhecia as verdadeiras intenções dos dirigentes nazis face ao destino a dar às comunidades judaicas caídas sob o seu domínio; numa segunda fase (desde o Outono de 1941 até aos finais de 1942), ninguém era consciente do que significavam verdadeiramente as «deportações para o Leste»; numa terceira e última, ou seja, perante as denúncias de várias entidades da natureza genocida do que ocorria nos KZ alemães, os dirigentes dos Estados neutros - e normalmente incluem-se aqui também muitos dos dirigentes aliados -, não seriam capazes de acreditar no quadro desumano que desenhava o que achavam ser a «propaganda» aliada, interpretando o discurso por ela produzido como simples arma de guerra ideológica.

Dando ou não credibilidade à ideia de Zigmunt Bauman, de que «ahora sabemos que los propios nazis, incluidos sus dirigentes, no empezaron su guerra contra los judíos con una clara noción de su resultado final», começando «con un objetivo modesto, la *Entfernung*, el apartar a los judíos de la raza alemana», para, «en alguna fase posterior», provavelmente com a invasão da União Soviética, «la destrucción física de los judíos [pasar] a ser "racional" como "solución" y también tecnológicamente posible», a verdade é que «mantener en secreto la naturaleza de la Solución Final era parte integrante y fundamental del proyecto nazi» (BAUMAN, 1997: 168). Este artifício central, verdadeiramente estruturador da operacionalização do assassinato em massa, conseguiria, como procurou demonstrar no passado Hannah Arendt¹ e mais recentemente Bauman, a cooperação das próprias vítimas, mas também de uma amplíssima gama de colaboradores, aliados e, até, de alguma maneira, dos representantes das potências neutrais que, durante o conflito, poderiam ter desempenhado um papel significativo na salvação de vidas.

Como bem argumenta Bauman, «para que el comportamiento de sus víctimas fuera predecible y, en consecuencia, manipulable y controlable, los nazis tuvieron que inducirlos a que actuaran "de forma racional" para conseguir [salvar algo]», convencendo «a las víctimas que el trato que se dispensaría al grupo no iba a ser uniforme, que se iba a diversificar y que, en cada caso, dependería de los méritos individuales». Numa primeira fase, «la simple existencia de categorías definidas burocráticamente de distintos grados de derechos y privaciones», designadamente no contexto da Alemanha dos anos anteriores a 1941, e a estratégia da «"destrucción por etapas"» adoptada nos territórios ocupados, propiciou um quadro em que, «mientras luchaban por privilegios insignificantes, condiciones de inmunidad o simplemente un aplazamiento de la sentencia que el proyecto global de destrucción contemplaba, tanto las víctimas como quienes intentaban ayudarlas aceptaban tácitamente las premisas del proyecto» (BAUMAN, 1997: 169-70 e 173).

¹ Cf. (1964). *Eichmann in Jerusalem*. Nova York: Viking Press.

Partamos do princípio de que entre quem tentara ajudar *alguns* judeus, justamente, a escapar à sorte que lhes fora destinada pelos nazis, estariam, indubitavelmente, alguns diplomatas portugueses e espanhóis e, até mesmo, o que é absolutamente discutível, os próprios ditadores ibéricos que para si, *a posteriori*, reivindicaram tal estatuto. A fecundíssima ambiguidade que encerravam estes complexos processos sociais e psicológicos de cooperação involuntária no genocídio no interior de cada indivíduo e de cada protagonista colectivo, permitiu, como sabemos, produzir depois da derrota alemã um leque muito diversificado de autojustificações.

Por isso é fundamental, apesar dos enormes obstáculos levantados pela documentação espanhola do período - as grandes lacunas que se percebe existirem no caso do A.M.A.E., o carácter severamente seleccionado, ou residual, do que constitui o A.P.G./J.E. -, perguntar à documentação a partir de que momento, então, os decisores políticos e diplomáticos dos regimes português e espanhol teriam consigo os elementos suficientes de informação para tomarem consciência do que significava a «deportação para o Leste», como enigmaticamente lhe chamavam as autoridades alemãs, e, dessa forma, o que representava efectivamente o corolário de todo o processo de perseguição e desumanização dos judeus - ou, por palavras do glossário franquista, da «protecção da Europa» contra «o perigo judeu». A questão não é menor, pelo contrário, uma vez que nos pode ajudar a interpretar o contexto dentro do qual ambos os regimes assumiram as suas decisões sistematicamente contrárias à instalação na Península de cidadãos judeus, podendo estes ser das duas nacionalidades ibéricas mas residentes fora dos seus países. Outra questão mais difícil de avaliar, mas provavelmente até mais interessante, seria perceber até que ponto as altas esferas dos dois aparelhos políticos teriam feito reflectir no seu próprio discurso antisemita a consciência do significado profundo da política de extermínio seguida pelos alemães, os seus aliados e os seus colaboradores.

Esta problemática mistura-se, inevitavelmente, com a perspectiva mais ampla pela qual, a partir de Lisboa e de Madrid, se interpretava a política nazi de repressão sobre as manifestações de resistência contra o ocupante, bem como a política de terror exercida sobre as populações submetidas, como estratégia de controlo mais eficaz. A documentação que chega, designadamente a Lisboa, e que provém de meios polacos em primeiro lugar, refere-se prioritariamente a este aspecto, e só secundariamente aos maus tratos aos judeus, o que nos obriga a abordar parcialmente os dois problemas em simultâneo, deixado que foi para um capítulo anterior² a definição que salazaristas e franquistas faziam da luta de resistência nos países ocupados.

Pelo contrário, não se analisará aqui a percepção que se tinha, em geral, da política de repressão da pluralidade política, étnica, até mesmo do que nazis alemães e fascistas italianos consideravam ser os *degenerados* biologicamente definidos, exercida sobre o conjunto das sociedades alemã e italiana antes ainda do desencadeamento da guerra. A razão parece óbvia: estruturados os dois regimes ibéricos sobre princípios de *correção do passado*, de *restabelecimento da Ordem*, de hegemonia

² Cf. subcapítulo 9.8.

política e ideológica, no caso espanhol, de resto, sobre o predomínio militar imposto ao conjunto das oposições políticas, é para a generalidade dos investigadores evidente a insensibilidade dos observadores salazaristas e franquistas aos processos de repressão seguidos na Alemanha e na Itália, com uma excepção: aqueles que se abatem sobre uma minoria étnica, a judaica - e que justificam este capítulo -, mas não assim, sintomaticamente, com a perseguição movida aos ciganos e, durante a guerra, às populações eslavas. Quanto aos que implicam a segregação e extermínio dos «incuráveis», sujeitos a um *Sonderbehandlung* («Tratamento Especial»), foi especificamente o mundo católico ibérico, e não os Estados, que por eles se interessaram.

13.1 Um precedente revelador: a Guerra de Espanha e a repressão franquista

Porque não, então, analisar também no âmbito desta problemática situações nas quais podemos assistir ao processo, à forma, pela qual nestes regimes se equacionam princípios (e preconceitos) ideológicos em verdadeiro paralelo com princípios (e preconceitos) morais? Ao longo dos anos '30, a progressão exponencial de conflitos políticos que, na aplicação do que o próprio Salazar designa como «a teoria militar totalitária», coloca «em crise a noção de diferenciação entre populações civis e tropas empenhadas [num] conflito [armado]» (M.N.E., 1965: doc. nº 967³), propiciados pelo revisionismo internacional impulsionado pelas potências fascistas, coloca regimes como o salazarista perante situações obviamente morais, que relevam de problemas de política internacional, como as do comportamento das tropas japonesas na China desde 1931, das italianas na Abissínia em 1935-36 ou das tropas franquistas e dos seus aliados alemães e italianos na Guerra de Espanha, em 1936-39.

Por exemplo, perante o bombardeamento aéreo do que designavam como *ciudades abiertas*, como o ocorrido logo em Abril de 1937 na capital histórica, e simbólica, dos bascos, Guernica, bombardeada no dia 26 pela *Legião Condor* nazi, «numa das mais famosas experiências de terror cientificamente calculado»: em dia de mercado, «lançaram primeiramente bombas altamente explosivas, em seguida metralharam civis que fugiam da cidade e, finalmente, lançaram-lhes bombas incendiárias» (JACKSON, 1973: 113). A propaganda franquista produziu imediatamente uma versão que viria a ser, depois da derrota republicana, a oficial sobre os acontecimentos⁴, a que se juntaram os seus aliados fascistas alemães e italianos, empenhada, não só, em negar o bombardeamento alemão, mas sobretudo em atribuir as responsabilidades às tropas bascas em fuga. Pelo seu lado, «la diplomacia y los órganos de propaganda del Estado Novo portugués tuvieron que emplearse a fondo entonces para lavar la imagen sanguinaria que algunos medios de comunicación de diferentes países estaban divulgando del bando rebelde» (PENA, 1998: 169). E, no entanto, o Governo português tivera a confirmação directa, senão por

³ Telegrama de Salazar a Monteiro, 13/5/1937.

⁴ Sobre os obstáculos levantados pelo próprio Governo de Adolfo Suárez, durante a transição democrática espanhola, cf. AGUILAR, 1996: 273-78.

outra vias, através de relatórios detalhados ao ministro britânico dos Estrangeiros, Anthony Eden, de que a capital histórica dos bascos havia sido bombardeada «por 50 aeroplanos alemães» (M.N.E., 1965: doc. nº 956⁵). Salazar ordenara a Monteiro que, no Comité de Não-Intervenção «se [opusesse] a tudo», designadamente qualquer campanha contra o bombardeamento de cidades abertas como a que o Governo britânico lançara, «que, sob pretextos humanitários, tenha sobretudo por fim especulação política contra Franco ou diminuir as suas possibilidades, tanto mais que são os vermelhos que sem consideração pela população civil transformam as povoações em campos de batalha» (M.N.E., 1965: doc. nº 951⁶). Para o ditador português, «não há razão militar ou humanitária para pôr de lado uma arma de guerra como a aviação», não sendo «razoável» a proposta inglesa que lhe aparecia dirigida para conseguir «diminuir o poder ofensivo de Franco», que mantinha «a superioridade aérea». Salazar chegava ao ponto de recordar que renunciar aos bombardeamentos aéreos significaria que «os dois adversários seriam levados a só aceitar batalha em campo aberto», quando «a experiência mostra tal hipótese impraticável, sobretudo depois do evidenciado valor defensivo de uma cidade como Madrid» (M.N.E., 1965: doc. nº 967). Seria difícil, portanto, sustentar a ideia de que o ditador português se distanciaria da «teoria militar totalitária»...

Recorda Alberto Pena, que estudou o papel dos meios de propaganda portuguesa na Guerra de Espanha, a nota de imprensa que o Governo de Salazar divulgou sobre a questão a 21 de Maio, «en la que tacha de fraude la investigación [internacional propuesta por el Gobierno vasco] porque el objetivo de la misma (...) no era otro que frenar la ventaja militar de los rebeldes», ao mesmo tempo que «se impidió la publicación de cualquier información que no hiciese apología de la propaganda franquista». O órgão oficial da *União Nacional* denunciava «"as agências afectas ao 'esquerdismo europeu'" que levantaram o «"clamor contra os nacionalistas espanhóis por causa do incêndio"» - atente-se no substantivo - «"de Guernica. Esse falso clamor condeou o Mundo"». Ora, garantia o órgão salazarista, «"o incêndio fora, como o de Irún e o de Eibar, provocado e atado pelos comunistas, mas propositadamente atribuído aos nacionalistas [espanhóis] com o fim de levantar contra eles a opinião internacional"», procurando fazer «"crer na proclamada crueldade dos nacionalistas espanhóis e, ao mesmo tempo, na inocência e humanitarismo dos comunistas"», que «"têm usado e abusado destes criminosos métodos de propaganda"» (*Diário da Manhã*⁷, cit. in PENA, 1998: 173).

Este extraordinário cinismo, que insistia numa persistente *bolchevização* do Governo basco fiel à República (dirigido e maioritariamente constituído por nacionalistas católicos, como as milícias que dirigiam), seria utilizado, a propósito de Guernica, com o próprio cardeal Pacelli, o Secretário de Estado vaticano e futuro Pio XII, junto de quem Vasco de Quevedo, o ministro de Portugal junto da Santa

⁵ Telegrama de Monteiro a Salazar, 7/5/1937.

⁶ Telegrama de Salazar a Monteiro, 5/5/1937.

⁷ Lisboa, edição de 15/5/1937.

Sé, três semanas depois do bombardeamento, procura dissuadir de apoiar qualquer iniciativa de mediação do conflito espanhol, classificada por Salazar como «colocar-se ao lado da Frente Popular que é em favor do triunfo comunista» uma vez que «acarretaria, além da impunidade para os bandos criminosos, o regresso, em prazo mais ou menos longo, à agitação peninsular e à revolução extremista» (M.N.E., 1965: anexo ao doc. nº 972⁸). A propósito da iniciativa do Governo basco de investigação do bombardeamento de Guernica e da do Governo britânico no sentido da «humanização da guerra», o representante de Portugal escandalizava-se ao ouvir de Pacelli a confirmação de contactos entre o Vaticano e o *lehendakari* (chefe do Governo) basco, o «famigerado» - escreve o diplomata português - José Antonio Aguirre, a quem «bem seria que a Santa Sé recomendasse que, ao partirem de Bilbao as hordas comunistas, não destruíssem a desgraçada cidade, como têm feito frequentes vezes, com a agravante de que, em Guernica, atribuíram o seu crime aos nacionalistas...» (M.N.E., 1965: doc. nº 972⁹).

Meses mais tarde, e sempre a propósito da repressão praticada pelas tropas de Franco no País Basco, emerge uma explicação para as denúncias de republicanos e nacionalistas bascos que, por representar uma lógica muito clara de diabolização do denunciador, ajuda certamente a explicar a atitude salazarista perante as denúncias da devastadora repressão genocida que se abate sobre a Europa ocupada durante a guerra mundial. Em Agosto de 1937, o representante de Portugal no Vaticano alegrava-se de poder dizer a Salazar que «se descobriu o plano diabólico dos facínoras de Bilbao [sede do Governo autónomo basco] e de Valencia [sede do Governo republicano]» para «desacreditar os nacionalistas», ou seja, a coligação franquista. O Governo autónomo basco havia enviado a Roma e a Paris «um grupo de frades e de padres portadores de mensagens assinadas por bastantes membros do Clero, atribuindo crimes horrosos aos nacionalistas», entre eles, evidentemente, o bombardeamento de Guernica. Sabia-se agora, dizia o diplomata português, que «assinaram as "mensagens" e foram encarregadas de trazê-las ao Santo Padre, obrigados sob juramento a nada desmentir, sob a ameaça de serem fuzilados centenas [sic] de prisioneiros e mesmo de pessoas em liberdade... [sic] condicional e limitada». Agora, «conquistada Bilbao¹⁰, chegam à Santa Sé várias cartas dos mesmos frades e padres a explicar a sua conduta, declarando ser... [sic] absolutamente *falso* o que haviam exposto e assinado como... [sic] *verdadeiro*». Pelo contrário, «os processos dos vermelhos bascos - até agora tidos em consideração pelo Vaticano - eram perfeitamente iguais aos dos anarco-comunistas valencianos» (M.N.E., 1965: doc. nº 1291¹¹). O sectarismo da análise do diplomata salazarista era tal que dias depois documentaria a retractação do exvigiário geral de Vitoria, um dos signatários das denúncias contra as

⁸ «Texto entregue a Sua Eminência o Cardeal Eugénio Pacelli, Secretário de Estado do Vaticano, a fim de ser lido a Sua Santidade Pio XI», 13/5/1937.

⁹ Ofício de Quevedo a Salazar, 14/5/1937.

¹⁰ Guernica fora bombardeada a 26 de Abril; Bilbao ocupada a 19 de Junho. Todo o resto do Norte de Espanha fiel à República será ocupado por Franco até ao fim de Outubro de 1937.

¹¹ Ofício de Quevedo a Salazar, 8/8/1937; itálico no original.

tropas franquistas, que dizia ter sido «coagido» pelo Governo basco, e nela referia, a propósito de Guernica, onde «havia uma fábrica de armas, e essa constituía o ponto de concentração das hordas *euskaras* [sic] [bascas]. "Como se podia, pois, pretender que a sua cidade ficasse imune no turbilhão da guerra?", acrescenta o reverendo». Quevedo parece nem se aperceber da contradição imediata que este relato, justificativo do bombardeamento, introduz na versão que os franquistas haviam entretanto imposto e que negava que aquele tivesse sequer ocorrido. «Era inútil», dizia o citado reverendo, «que o "Governo basco tratasse de enganar o Mundo" (como ele enganou o Papa)», acrescentava Quevedo, desde havia muito imitado com a alguma abertura de Pio XI às denúncias. «[Fizera-se] com que o clero da Biscaia *more judeorum* prorrompesse em prantos sobre as ruínas de Durango¹² e de Guernica», concluía Quevedo com uma tirada de gosto antisemita.

Gostaria de insistir neste aspecto que me parece muito significativo: a suspeita que Quevedo transmite a Salazar, e que o ditador partilha, como já vimos, de que o Vaticano se comportara de forma ingénua, se não mesmo «cínica», perante «a farsa (...) "burda", néscia, torpe e vergonhosa» montada pelos «anarco-sociais-comunistas» espanhóis a propósito da repressão franquista. «Os jomais católicos de França não elevaram qualquer protesto, e Roma não protestou, igualmente, nem se lembrou de enviar alguém à Península, à Península devastada pelos sicários, em "missão de caridade"» perante as «destruições sistemáticas de igrejas e de monumentos religiosos» praticadas nas «regiões em poder dos vermelhos» - o que não passava, como sabemos, de uma enorme falta à verdade; o próprio Quevedo documentara muitas vezes inúmeras queixas vaticanas perante tais factos, além de campanhas do *Osservatore Romano* «verberando as atrocidades dos anarco-bolchevistas»¹³. «As "missões de caridade" são para... [sic] a Espanha nacional, onde menos são necessários»; pelo contrário, «vá de chamar, em altos gritos, clamores contra os nacionalistas [espanhóis], católicos também, porque na Vascónia [País Basco] são obrigados a combater outros católicos que fizeram causa comum com os anarco-sociais-comunistas verdugos inexoráveis da Espanha» (M.N.E., 1965: doc. nº 1295¹⁴). Reflictamos nas consequências que uma tal visão da *ingenuidade* vaticana poderá ter tido no comportamento dos dirigentes salazaristas quando do Vaticano, justamente, virão a receber muitas denúncias sobre a repressão antisemita praticada pelos alemães na Polónia...

O Governo português empenhara-se, portanto, em legitimar os bombardeamentos aéreos de populações civis indefesas, manifestando compreensão pela «teoria militar totalitária» que as transformara em objectivos militares. Era um bom ponto de partida para não se chocar com as

¹² Cidade da província basca da Biscaia, essa sim importante cruzamento rodoviário e ferroviário, bombardeada pela Legião Condor a 31 de Março. «Aquel día murieron 127 paisanos, entre los que se contaban 2 sacerdotes y 13 monjas, y otros 121 murieron más tarde en los hospitales» (THOMAS, 1988: 669).

¹³ Referidas, por exemplo, no doc. nº 1291 que se acaba de citar.

¹⁴ Ofício de Quevedo a Salazar, 19/8/1937; itálico no original.

repercussões humanas de alguns dos novos métodos brutais de guerra que o conflito mundial de 1939 introduziria na História do séc. XX. Mas, perante o conflito espanhol, Salazar teria também oportunidade para demonstrar o seu empenho sectário na conveniência de uma repressão feroz sobre «os elementos dirigentes esquerdistas» espanhóis, contrariando abertamente, sob forma de diligências diplomáticas, quaisquer pressões internacionais, designadamente britânicas, no sentido de uma «declaração geral de clemência [de Franco] para com os vencidos». Salazar «desde há muito [vinha] dizendo ao Governo inglês que uma das razões por que entendemos necessária a vitória completa de Franco é para que da guerra resulte um Governo forte e generoso que possa dar a paz definitiva à Espanha». Pelo contrário, uma «declaração pública de clemência (...) pode depois servir de pretexto para reclamar procedimentos de amnistia que permitam o regresso imediato a Espanha de elementos dirigentes capazes de congregar forças esquerdistas vencidas e dispersas e a reclamar também contra a falta desses procedimentos» (M.N.E., 1967: doc. nº 1932¹⁵). Em resumo, «era preciso não deixar perder a paz, uma vez que fora ganha a guerra contra todas as forças da desordem» (M.N.E., 1967: doc. nº 1946¹⁶).

Sabemos que Salazar não teria com que se preocupar. O regime franquista acabou por matar ou violentar os direitos de mais espanhóis que os italianos molestados pelo regime de Mussolini, ou até que os alemães pelo de Hitler. Se considerarmos exclusivamente o período posterior à Guerra Civil, calculam-se em cerca de 440 mil os espanhóis exilados, dos quais muitos acabarão por ser entregues às autoridades franquistas ou internados nos campos de concentração nazis, depois de terem passado transitoriamente por improvisados campos franceses; mais de 400 mil os que terão passado, em Espanha, pelas prisões, os campos de concentração e os batalhões de trabalhos forçados (*destacamentos penales, colonias penitenciarias militarizadas e talleres penitenciarios*); não menos de 30 mil permaneciam na prisão em 1950; um número entre 50 mil e 150 mil corresponderá ao das execuções. No seu conjunto, e segundo os dados oficiais recolhidos por Isaías Lafuente, o Estado franquista beneficiou só naqueles três tipos de entidades carcerárias para presos políticos (entre as quais não se incluíam os *bataillones disciplinarios* e os *destinos* laborais dentro das prisões) de 1,9 milhões de dias trabalhados em 1940, 2,6 em 1941, 4,2 em 1942, 5,5 em 1943, 3,9 em 1944 e 2,6 em 1945 (cf. LAFUENTE, 2002: 187). Uma lista impressionante de obras públicas (ou subsidiadas pelo Estado) espanholas dos anos '40 e '50 (cf. LAFUENTE, 2002: 227-32) foram feitas recorrendo ao trabalho de centenas de milhar de prisioneiros feitos durante e após a Guerra Civil entre o povo que se identificou, em algum momento, com a causa da República; a mais simbólica delas, o mausoléu que Franco construiu para si próprio: o *Valle de los Caídos*¹⁷.

É por isto que Paul Preston não hesita em falar de uma verdadeira «guerra de

¹⁵ Telegrama de Salazar a Theotónio Pereira, 18/2/1939.

¹⁶ Ofício de Theotónio Pereira a Salazar, 23/2/1939.

¹⁷ Cf. também Rafael TORRES (2000). *Los esclavos de Franco*. Madrid: Oberón.

aniquilación» levada a cabo por Franco durante e depois do conflito; para José Manuel Sabín, o regime franquista quis ser «ejemplificante» ao procurar o «exterminio del adversario» (1996: 20)¹⁸.

13.2 As informações sobre os regimes de ocupação da Polónia (1939-41)

Em pleno furor repressivo em Espanha principia a guerra mundial. Começamos por destacar que o desencadeamento da guerra pela Alemanha, quando interpretada como a enésima partilha da *Polónia católica* entre alemães e soviéticos, chocou sinceramente as franjas menos fascizadas dos dois regimes ibéricos, sobretudo aquelas cuja definição ideológica se definia mais centralmente no âmbito do catolicismo. É certo que a notícia do pacto germanosoviético «desconcertó a los periódicos españoles que no sabían cómo dar una explicación coherente, después de haber hecho tantos elogios del anticomunismo vertebral del canciller alemán y de su Partido», como reconhece hoje Suárez Fernández (1997: 108), mas a maioria dos historiadores não hesita em «recalcar que Franco culpaba, en parte, de la situación a Polonia» e que logo depois manifestou o «deseo de una "paz blanca", una vez liquidada Polonia, [lo que] testimonia su alineamiento inicial con el Eje» (TUSELL, 1995: 45). Da mesma forma, um mês depois da derrota polaca, Salazar lamentará que «não se tenha levado a Polónia a aceitar as bases do discurso de Hitler (...) pois que a guerra veio a rebentar sobre questão em que a Alemanha tinha alguma razão», explicando o «entendimento» germanosoviético pela «não aceitação pela Polónia do projectado acordo [com a Alemanha, proposto por Hitler]» (M.N.E., 1970: doc. nº 123¹⁹).

Mais do que o estado de declarada neutralidade perante o conflito, é a postura de Salazar que explica que a agressão à Polónia católica não suscite qualquer mobilização retórica do regime. Em nenhuma das comunicações ao *País* (notas oficiosas ou discursos) da fase inicial da guerra faz especial referência a esta dimensão. Equivocava-se o Cardeal Hlond, Arcebispo Primaz da Polónia, quando, em entrevista com o embaixador português junto da Santa Sé, celebrada semanas depois da invasão, lhe «manifesta a sua gratidão como chefe da Igreja na Polónia ao Sr. Presidente da República, a V. Ex^a e ao Sr. Cardeal Patriarca, pelas referências que todos fizeram à agressão de que a Polónia foi vítima, ao heroísmo dos seus defensores e por terem sublinhado a atitude da opinião pública portuguesa em face do martírio da Polónia»²⁰. Anos mais tarde, aliás, Salazar será oportunamente informado pela Legação polaca em Lisboa de que Hlond fora preso em Fevereiro de 1944 pela polícia alemã, na abadia

¹⁸ Cf., entre outros, Mónica LANERO TOBAS (1996). *Una milicia de la justicia. La política judicial del franquismo (1936-1945)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales; PRESTON, 1995: 85-105; Alberto REIG TAPIA (1986). *Ideología e Historia. Sobre la represión franquista y la guerra civil*. Madrid: Akal; REIG, 1996: 239-76; SABÍN, 1996; o capítulo «Una dictadura de cuarenta años», de Julián Casanova, correspondente a CASANOVA, 2002: 3-50; e o dossier sobre o tema incluído in MIR, 2001: 11-188.

¹⁹ Telegrama de Salazar a Monteiro, 9/10/1939, relatando entrevista com o embaixador da Grã Bretanha.

²⁰ Telegrama de Quevedo a Salazar, 21/10/1939, in A.M.N.E., 2º/49/96.

beneditina de Hautecombe (Sabóia francesa), sem que se conheça qualquer reacção por parte do ditador²¹. Nesse mesmo sentido ia a recusa do Governo em permitir que representantes de sectores mais tradicionalmente conservadores apoiantes do regime difundissem pela rádio uma declaração em nome de um *Grupo dos Amigos da Polónia*, dias depois da violenta entrada das tropas alemãs na Polónia²².

Nada disto retira empenho à representação diplomática que o Governo polaco no exílio mantém aberta em Lisboa, e que, desde Setembro de 1939 envia ao M.N.E. notas de protesto, primeiro por actos de anexação alemães, soviéticos e lituanos, numa segunda fase sobre «atrocités allemandes commises en Pologne», título justamente de um primeiro documento que sobre a questão é remetido ao M.N.E. em Dezembro, no qual não se faz qualquer referência ao tratamento concedido à minoria judaica²³. O ministério português limitava-se a aceitar as notas, muitas vezes sem sequer confirmar a sua recepção, e não procedendo a qualquer diligência.

A estratégia polaca passava, sempre que possível, por impulsionar figuras destacadas da elite, por exemplo, académica, a que pressionassem o Governo. Em Abril de 1940, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (S.P.A.E.) consegue fazer chegar a Salazar, através de um departamento do ministério da Educação, uma exposição da *Universitet-Polski Zagranica* (Universidade Polaca no Estrangeiro), sediada em Paris, na qual se apelava, não ao protesto internacional, mas a «obtenir de votre Gouvernement la libération de 170 professeurs, agrégés et assistants de l'Université des Jagellons de Cracovie, arrêtés, sans motif préalable, par les autorités allemandes, par l'intermédiaire de vos représentants à Berlin», bem como a intervenção «de votre Croix-Rouge nationale afin qu'on apporte du secours aux familles des professeurs en question». Os docentes teriam sido presos pela *Gestapo* no início de Novembro de 1939 e permaneciam «détenus et subissant encore à l'heure qu'il est un régime cruel au camp de concentration de Sachsenhausen-Oranienburg près de Berlin». Ao mesmo tempo que denunciavam a morte de vários membros do grupo, os signatários alertavam para um tratamento ainda mais severo que as autoridades alemãs submeteriam os judeus e os eclesiásticos católicos, no que se tomava a primeira referência à questão documentada nos arquivos portugueses²⁴.

Apesar do procedimento tão institucional, o Gabinete da Presidência, que assessora Salazar, levará quase dois meses a remeter ao M.N.E. esta denúncia, no momento em que as tropas alemãs concluíam já a invasão da França. O director-geral encarregado do assunto não lhe dá qualquer

²¹ Cf. nota da Legação da Polónia em Lisboa ao M.N.E., 21/3/1944, 2º/49/96.

²² Cf. carta de Ivens Ferraz (provavelmente filho do militar homónimo que preside a um dos Governos da ditadura militar, entre Junho de 1929 e Janeiro de 1930) a Henrique Vianna (chefe do Protocolo do M.N.E.), despacho de Teixeira de Sampayo («O M.N.E. entende não ser conveniente a sua leitura») e resposta a Ivens Ferraz, 15/9/1939, in A.M.N.E., 2º/49/96.

²³ Cf. nota da Legação da Polónia ao M.N.E., 18/12/1939, in A.M.N.E., 2º/49/96.

²⁴ Cf. ofício da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes à Presidência do Conselho, 24/4/1940, remetendo um ofício recebido do presidente da S.P.A.E.. Um dos detidos em Sachsenhausen-Oranienburg, o Prof. K. Stolychwo, seria membro da S.P.A.E..

seguimento²⁵.

O mesmo alto funcionário, Costa Carneiro, recebe semanas depois cópia de uma «communication officieuse à la Secrétairie d'Etat du Saint-Siège» que a Legação polaca decidira distribuir por vários governos. O documento, de dezoito páginas, intitulava-se «Dix mois d'occupation soviétique en Pologne»²⁶, e vinha reforçar muitas das convicções que regimes como o português sustentariam face ao «bolchevismo» e à U.R.S.S., temas genericamente abordados num conjunto de «observations générales», seguidas, por exemplo, de um capítulo sobre «les déportations» praticadas em todo o território soviético, e não só especificamente no retirado à soberania polaca.

Uma vez que o documento fora pensado para ser remetido, prioritariamente, ao Vaticano, o grosso do seu conteúdo ocupava-se das «persécutions religieuses». Neste apartado falava-se da «psychologie asiatique des Bolchéviques» e «la propagande ayant pour but la suppression des églises catholiques et "orthodoxes"», a qual seria «conduite surtout par les juifs» (p. 10). As referências aos judeus iam todas no mesmo sentido: a denúncia de acções específicas «des communistes juifs», «des commissaires communistes juifs», especificando-se que «il y a une différence entre la méthode nazie et la méthode communiste de lutter contre le culte. Les nazis laissent les églises ouvertes et déportent les membres du clergé. Les bolchéviques, au contraire, tâchent surtout de fermer les églises et luttent plutôt indirectement contre le clergé» (p. 11).

Se o antisemitismo era claro na avaliação global da situação vivida nos territórios polacos ocupados pela U.R.S.S., alguma ambiguidade permanecia num texto como este, redigido seguramente depois da derrota da França que deixara sós os britânicos em guerra contra o Eixo. Num apartado em que se analisavam os «réarmements» dos soviéticos, sustentava-se, por exemplo, que «les bolchéviques ont conscience qu'aussi bien l'Angleterre que l'Allemagne représentent pour eux des forces ennemies», mas que «on ne peut pas prévoir si la collaboration avec l'Allemagne va dégénérer en un conflit, ou bien, si elle va se développer en se dirigeant contre l'Angleterre» (p. 18)²⁷.

Também aqui não há qualquer tomada de posição oficial portuguesa, ou sequer discussão que haja sido documentada nesse sentido. Apesar de, note-se, semanas antes, em Maio, a

²⁵ Cf. ofício da Presidência do Conselho ao M.N.E. remetendo a exposição, 11/6/1940, «Resumo» elaborado no M.N.E., 14/6/1940, visto pelo Director-Geral de Negócios Políticos e Administração Interna no mesmo dia, in A.M.N.E., 2º/49/96.

²⁶ Na sequência da assinatura do pacto germanosoviético, a 24 de Agosto de 1939, e da invasão alemã da Polónia, desencadeada a 1 de Setembro, as tropas soviéticas entram em território polaco a 17 desse mês. A 28, alemães e soviéticos revêem o plano de divisão territorial previsto na primeira versão do acordo. Os alemães ocupam 188 mil km², onde caem sob o seu domínio 20,2 milhões de habitantes, 85% dos quais de etnia polaca; os soviéticos ocupam 201 mil km², onde viviam 11,9 milhões de habitantes, dos quais já só 39% eram de etnia polaca e os restantes sobretudo ucranianos, bielorrussos, rutenos e judeus (10%).

²⁷ «Dix mois d'occupation soviétique en Pologne», s.a., s.d., remetido pela Legação da Polónia ao M.N.E., identicamente s.d., in A.M.N.E., 2º/49/96.

revista do episcopado português ter divulgado simultaneamente resumos «do primeiro relatório oficial sobre a perseguição da Igreja na Polónia (...) feito sob a direcção do Cardeal Hlond», referente às regiões anexadas à Alemanha, e de um artigo da *Croix* (Paris) sobre «situação da Igreja católica na Ucrânia [sic] ocidental ocupada pelos russos depois do desmembramento da Polónia»²⁸. Também aqui, em nenhum caso se fazem referências aos judeus polacos.

Em algum momento do ano seguinte, 1941, terá chegado à Presidência do Conselho um relatório relativo à ocupação alemã, muito mais amplo que o anteriormente enviado do Vaticano, ultrapassando as sessenta páginas²⁹. Nele se abre um amplo subcapítulo sobre «Les camps de concentration», descritos como «les endroits au fond de l'Allemagne où on expédie de Pologne de milliers de personnes, non seulement des prisonniers qui ont soi-disant commis des délits politiques, mais aussi de ceux qui ont été arrêtés sous n'importe quel prétexte, ou pendant ces chasses à l'homme dans les rues». O documento, no entanto, procura fazer uma ampla descrição das deportações sem que, sintomaticamente, em algum momento se faça qualquer referência à população judaica. Quem se descreve como sendo perseguido? «Plus de 1000 prêtres, une multitude d'intellectuels, de professeurs d'université, de dirigeants de la vie sociale et religieuse, de professionnels et surtout beaucoup de jeunes gens [sic] et de jeunes filles». A informação era suficientemente detalhada e fundamentada para conseguir descrever a vida em campos como os de «Oświęcim (Auschwitz)» (pp. 46-52), Oranienburg (pp. 54-57), Mauthausen (pp. 57-58) ou Dachau (p. 58). No Governo português, ninguém reage internamente, não se realizam quaisquer diligências, apesar das referências permanentes ao drama do clero católico³⁰.

No Verão de 1941, a Lisboa e a Madrid chegam também, por via diplomática, notícias daquilo que as autoridades nazis designavam como *programa de eutanásia*, no seio de referências àquilo que o embaixador espanhol junto da Santa Sé, José Yanguas, chama «la resistencia católica en Alemania», e que, no caso português, são curiosamente arquivadas juntamente com alguma propaganda da Legação da Alemanha em Lisboa. O Vaticano é de novo a fonte. Entre os documentos, já o vimos atrás, é possível encontrar o sermão que o Bispo de Münster, o conde von Galen, pronuncia em Agosto de 1941³¹, em que se denunciavam «prácticas de homicidio premeditado» assumidas pelas autoridades oficiais, que passavam pela «eliminación de los locos, viejos, inválidos e incurables, de los **hombres productivos**», cujos cadáveres «son incinerados, a fin de que desaparezca todo vestigio del tratamiento eliminatorio»³².

²⁸ In *Lumen*, Ano IV, Fasc. 5 (Maio 1940), Lisboa, pp. 307-09 e 313-14.

²⁹ «Relation sur la situation en Pologne sous l'occupation allemande (Rapport pour l'année 1940)», s.a., s.d., in A.N.T.T., AOS/CO/NE-2, pasta 45.

³⁰ A situação repetir-se-ia com o relatório anual sucessivo: «Situation religieuse en Pologne occupée par les allemands (Rapport pour l'année 1941)», s.a., s.d., in A.N.T.T., AOS/CO/NE-2, pasta 45.

³¹ Cf. A.N.T.T., AOS/CO/NE-2, pasta 45.

³² Ofício de Yanguas a Serrano, 19/11/1941, in A.M.A.E., R. 1177/1; sublinhado no original.

Em Maio desse ano, um mês antes do desencadeamento da guerra contra a União Soviética, que leva à imediata ocupação do território polaco sob ocupação daquela, o ministro da Polónia, que permanece ainda em Lisboa, entrega pessoalmente na Presidência do Conselho um documento emanado do Ministério dos Assuntos Exteriores do Governo polaco no exílio em Londres, em que se analisa detalhadamente os regimes de ocupação alemão e soviético nos respectivos territórios³³. Nele se compilam e se analisam dezenas de documentos oficiais alemães e soviéticos, acompanhados de um «choix de témoignages» e «extraits de procès-verbaux de dépositions réunies par le Gouvernement polonais». Desta vez, num livro de quase 180 páginas, o Governo polaco dedicava 125 à ocupação alemã, e apenas 30 à ocupação soviética. Quanto a esta última, por exemplo, comparavam-se o «ampleur et les méthodes inhumaines» do «système des déportations en masse» soviético³⁴ e as «migrations forcées des populations civiles des provinces occidentales de la Pologne organisées par le Reich allemand» (p. 43), mas desapareciam as referências ao que antes as autoridades polacas descreviam como sendo formas de envolvimento sistemático de judeus na repressão nacional e católica nos territórios sob ocupação soviética. Pelo contrário, a propósito da vaga de prisões ordenada pelos soviéticos, referiam-se no mesmo plano, como sendo vítimas, autoridades locais, «certains députés à la Diète de Varsovie» e «hommes politiques polonais, juifs et ukrainiens» (p. 42).

Qualquer que fosse a intencionalidade subjacente, muito mais atenção passa a ser dispensada à repressão exercida pelas autoridades alemãs de ocupação, o que não podia deixar de resultar da diferença abissal do peso da repressão que se abateu sobre a população que até 1939 vivera sob a soberania do Estado polaco e se encontrou, até Junho de 1941, sob o domínio alemão ou sob o domínio soviético. A informação aparecia dividida entre «attentats contre les habitants», «contre la religion», «contre le patrimoine culturel» e «contre les biens».

Sintomaticamente, a opção era a de não distinguir especificamente a perseguição antisemita daquela que se abatia contra o conjunto da população polaca. Admitindo ser «évident que l'heure n'est pas venue pour le Gouvernement polonais de dresser le bilan terrible de l'organisation par le

³³ Documento «No. R.Pr. 73/41», do Ministério dos Assuntos Exteriores polaco (Governo de Londres), assinado pelo ministro August Zaleski, 3/5/1941, dirigido a Salazar, acompanhado de nota da Legação da Polónia em Lisboa, entregue pessoalmente na Presidência do Conselho a 21/5/1941.

³⁴ «Según las estadísticas del departamento de colonos especiales del Gulag [administración principal de los campos], entre febrero de 1940 y junio de 1941, 381.000 civiles polacos de tan solo los territorios incorporados por la URSS en septiembre de 1939 fueron deportados como colonos especiales hacia Siberia, la región de Arcángel, el Kazajstán y otras regiones alejadas de la URSS. Las cifras retenidas por los historiadores polacos son mucho más elevadas, del orden de un millón de personas deportadas. No disponemos desgraciadamente de ningún dato preciso sobre el arresto y las deportaciones de civiles llevadas a cabo entre septiembre de 1939 y enero de 1940». Pelo menos 243 mil destes deportados não militares seriam «amnistiados» pelo Governo soviético em Agosto de 1941, «después de un acuerdo con el Gobierno polaco en el exilio», num conjunto total de 388 mil *amnistiados* (Nicolas Werth, in AA.VV., 1998: 241). O número de um milhão de polacos deportados pelos soviéticos era já em 1943 o conjecturado pelo Governo polaco no exílio - cf., por exemplo, as opiniões do ministro da Polónia em Madrid transmitidas ao M.A.E. espanhol, 15/6/1943, in A.M.A.E., R. 1372/22.

"*Herrenvolk*" (...) "d'un ordre nouveau" dans cette partie de l'Europe», o relatório começava por «évaluer à environ 70.000 le nombre des civils qui ont été assassinés par les autorités allemandes, et en premier lieu par la Gestapo, depuis le début de l'occupation», aos quais haveria que somar «les dizaines de milliers de civils qui ont été tués délibérément par la *Luftwaffe* au cours de la campagne militaire», as «chiffres énormes qui ne sauraient être évalués dèsaprésent des pertes dues à la mortalité accrue en Pologne, en 1939/40, en raison de la situation militaire, au cours des expulsions et des déportations, au cours de l'hiver, ou enfin dans les camps de concentration et dans les prisons d'Allemagne» (pp. 7-8). As vítimas resultavam das represálias que sobre a população exerciam as autoridades alemãs, das chamadas «expéditions "punitives"», dos «assassinats perpétrés sur des individus par des représentants des autorités d'occupation, quelques fois, disaient-ils, "pour s'amuser..."», dos fuzilamentos «sans merci des ressortissants polonais à la suite de jugements de tribunaux spéciaux militaires, de tribunaux de police et de tribunaux spéciaux (*Sondergerichte*)»... (cf. pp. 8-11)

Acrescentava-se depois uma descrição de «arrestations arbitraires» (cf. pp. 11-12), do sofrimento das mulheres, «objet de vexations particulièrement abjectes et barbares de la part des officiers, soldats et fonctionnaires allemands», incluindo «viols collectifs» (cf. p. 14), e relevo especial era concedido ao processo de «déportations des populations civiles», que, «avec le système de terreur collective», constituíam «l'arme principale avec laquelle les autorités allemandes ont recours pour affaiblir la nation polonaise» (cf. pp. 15-18). Neste campo eram descritas as terríveis condições de transporte, que implicavam a morte de uma proporção muito significativa dos deportados, a «dépossession totale des biens du déporté», mas alguma ambiguidade permanecia no elenco das «différentes formes de déportations».

«En premier lieu, le transfert de la population polonaise des territoires illégalement incorporés au Reich», depois os «travailleurs agricoles et industriels déportés en Allemagne», a «jeunesse scolaire et des enfants», «enfin, le transfert de certaines catégories de ressortissants»: os de «villes déterminées (par exemple Cracovie)», os «originaires de certaines régions» ou os «d'autres pays (par exemple de l'Autriche)». Elemento curioso era o não se sublinhar que todas estas últimas categorias de «ressortissants» eram compostas de judeus, informação que se deduzirá incompletamente doutros pontos do relatório e que constariam das denúncias posteriores, que se foram tomando mais claras a partir de 1942.

O documento do Governo polaco reportava-se a «évaluations provisoires» que indicariam que «environ un million et demi d'habitants des provinces occidentales annexées illégalement au Reich ont été déportés jusqu'à la fin de l'année 1940 (...) dans d'autres territoires polonais occupés par l'Allemagne, c'est-à-dire dans le "Gouvernement Général"». Aqui existia algum exagero, apesar de lidarmos sempre com números de pessoas assustadoramente elevados, transferidas de uns territórios para outros em curtos períodos de tempo. Efectivamente, os dados estatísticos com que os historiadores trabalham hoje, em boa parte compilados pelas próprias agências governamentais alemãs, indicam que no fim de 1940 teriam sido já deportados cerca de 325 mil polacos das várias zonas formalmente

anexadas ao Reich para o interior do chamado *Governo Geral*. Quando as deportações terão cessado temporariamente em Março de 1941, três meses antes do desencadeamento da operação *Barbarossa*, esse número teria subido para 365 mil. Retomadas posteriormente, até ao final da ocupação alemã outros 400 mil polacos sofreram o mesmo destino (cf. NOAKES, PRIDHAM, 1991: 944-45). Presumindo que estes números se referem exclusivamente a cidadãos de etnia polaca, haveria aqui que acrescentar, então sim, a maioria dos 632 mil judeus que se calcula habitariam as amplas regiões anexadas ao Reich; a totalidade deles haveriam sido já deportados, provavelmente, no início de 1941. Estatísticas alemãs indicavam que, em Maio de 1943, 408 mil alemães originários de toda a Europa Oriental³⁵ haveriam sido já transferidos para estes territórios anexados, no quadro da pavorosa reengenharia *racial* nazi que a guerra deu azo às autoridades nazis, esperando outros 300 mil que se concluíssem os complicados processos de «selecção racial» a cargo da *Direcção Central de Raça e Povoamento (Ru.S.H.A.)* das S.S..

Neste campo, o documento oficial polaco não reconhecia, muito menos sublinhava, que a perseguição antisemita era aquela que mobilizava mais recursos e empenho por parte das autoridades nazis. O processo de ghettização dos judeus, que se inicia em Abril de 1940 com a constituição do ghetto de Lodz, é descrito sucintamente como «le confinement de centaines de milliers de ressortissants polonais», sem cálculo provisório de pessoas envolvidas. Alguma atenção era concedida à criação do «quartier juif de Varsovie», concluída em Novembro de 1940; a sua instalação numa zona da cidade «ayant beaucoup souffert des effets du bombardement de septembre de 1939, il en est résulté un surpeuplement indescriptible avec toutes les conséquences que cet état de choses comporte». A propósito dos «transferts de quartier à quartier» que as autoridades alemãs impõem, por forma a constituir bairros para a elite alemã de ocupação, ghetto judaico e bairros de polacos não-judeus, o documento distinguia, e unicamente aqui, entre «population israélite» e «chrétienne» (cf. pp. 18-19).

Como ocorrera no relatório anteriormente citado, produzido alguns meses antes deste e que pretendia fazer uma avaliação da ocupação alemã durante o ano de 1940, faziam-se referências directas a «camps de concentration, dont le renom restera le plus lugubre dans les annales de la bestialité allemande», precisamente os mesmos indicados no anterior documento: Oswiecim (Auschwitz), Oranienburg, Mauthausen e Dachau. O primeiro destes havia sido criado na Primavera de 1940, permitindo que os primeiros prisioneiros, 728 polacos, fossem transferidos em Junho. Ora este relatório do Governo polaco no exílio, afirmando reportar-se aos primeiros dezoito meses de ocupação, deveria ter sido elaborado em Março de 1941, precisamente depois da primeira visita de Heinrich Himmler a Auschwitz, nas suas vestes de *Reichsführer* das S.S. e de *Reichskommissar für die Festigung deutschen Volkstums* (Comissário do Reich para a Consolidação da Nacionalidade Alemã), que aprova um plano de ampliação do campo, basicamente dividindo-o em dois, tendo ainda por base uma lógica de produção industrial recorrendo a mão de obra escrava recrutada entre prisioneiros polacos (uma minoria dos quais seria já então judaica) e soviéticos, a capturar com a já planeada invasão da U.R.S.S..

³⁵ Polónia não anexada, países bálticos, territórios soviéticos ocupados, Roménia.

Nesta altura, portanto, Auschwitz não é ainda um campo de extermínio. A sua extensão em Birkenau (Auschwitz II), que se revelará o mais eficaz e mortífero dos campos da morte nazis, não entrará em funcionamento antes do início de 1942, depois de a morte por gaseamento ter sido experimentada pela primeira vez nas instalações de Auschwitz I em Setembro de 1941 com meia centena de prisioneiros de guerra soviéticos³⁶. No estado de coisas vigente no fim do primeiro trimestre de 1941, cerca de 11 mil polacos compõem a população prisional do campo, e o relatório refere-se à «nourriture» antihigiénica, que «ne tient aucun compte des exigences du travail auquel les détenus sont astreints», à «brutalité», às «humiliations» constantes, através de «jeux atroces» e de espancamentos que, depois de descritos, parecem resultar de um «plaisir sadique» dos «bourreaux allemands», de que não é poupada «la population qui se trouve "en état de liberté"» (pp. 12-13).

O relatório analisa depois a institucionalização de uma forma de «servage moderne (travail forcé dans le Reich)», sobretudo desde Maio de 1940 em que «des razzias ont été à maintes reprises organisées par la police allemande sur toute étendue des territoires envahis afin de recruter la main-d'oeuvre destinée aux travaux en Allemagne», em alguns casos centrando as rusgas na «population scolaire». Citava-se a introdução, em Outubro de 1939, no *Governo Geral*, do «travail obligatoire, au profit et sous ordre des autorités d'occupation, pour tous les Polonais, sans distinction de sexe, de 14 à 60 ans» e, sobretudo, o Governo polaco sublinhava, demonstrando um conhecimento correcto da situação, a «decision du maréchal Goering, du 25 janvier 1940» relativa ao «Plan de Quatre Ans allemand», que previa «le recrutement d'un million de Polonais qui devraient fournir à l'Allemagne la main-d'oeuvre dont elle a besoin». O documento sublinhava ainda que «des ordonnances spéciales imposent le travail forcé aux populations de confession israélite pour lesquelles des détachements de travail ont été créés».

O Governo polaco, a partir das «évaluations officieuses allemandes, publiés dans la presse allemande», calculava, e bem, que se aproximava do milhão o número de «travailleurs polonais déportés à l'intérieur du Reich, sans compter évidemment les prisonniers de guerre et les ressortissants polonais qui se trouvent dans les camps de concentration» (cf. pp. 20-21). Os cálculos actuais são de que entre 1,3 e 1,5 milhões de polacos terão sido deportados, durante toda a guerra, para a Alemanha como trabalhadores forçados, número que incluía cerca de 400 mil ucranianos da ampla minoria nacional que ficou integrada nos territórios polacos definidos no final da I Guerra Mundial. Metade do total seria composto por mulheres. E a este enorme conjunto de escravos, havia que acrescentar, de facto, 400-480 mil prisioneiros de guerra capturados em 1939 (cf. NOAKES, PRIDHAM, 1991: 987).

Um capítulo era ainda dedicado, já se mencionou, aos «attentats contre la religion». Como seria de esperar, a síntese que sobre os documentos e os testemunhos era proposta incluía uma brevíssima referência oito linhas aos «"spectacles" que les soldats ou policiers allemands organisent avec les rabbins» ou às «synagogues incendiées» (p. 25), em contraste com a referência muito mais detalhada às «innombrables tortures du "système pénitentiaire allemand" appliquées aux dignitaires de l'Eglise

³⁶ Para todos estes dados, cf. NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1173-77.

catholique en Pologne» (cf. pp. 22-24, 77-83, 140-41).

Em síntese, o relatório polaco descrevia de forma substancialmente próxima da realidade as políticas de ocupação alemã e soviética, acentuando neste contexto a brutalidade alemã, sem perceber ainda, naturalmente, todas as suas implicações, mas continuava a não especificar de forma muito clara a inaudita violência antisemita já desencadeada. Veremos, adiante, como alguns representantes diplomáticos do Governo polaco no exílio mantinham chocantes preconceitos antisemitas mesmo perante a consciência do que significava a política seguida pelos alemães na Polónia. Por agora, sublinhe-se que esta ambiguidade na abordagem global dos fenómenos da repressão não terá ajudado, evidentemente, governos como o de Salazar a perceberem a natureza qualitativa e quantitativamente distinta da perseguição antisemita movida pelos nazis.

Efectivamente, seria interessante saber como reagiu Salazar, a quem fora dirigido expressamente este relatório, a este documento. O mesmo se diria da reacção de Franco se pudéssemos sequer saber se teria possível à Legação polaca em Madrid, que o Governo espanhol mandará encerrar no início de 1942, entregar às autoridades espanholas o mesmo documento. Em todo o caso, a resposta de Salazar é a sua própria ausência; é nenhuma. Limita-se a transmitir o documento ao M.N.E.. O director-geral Costa Carneiro pede aos serviços que se «vejam os antecedentes», ou seja «o que se fez com outras notas análogas?» Repetindo, aparentemente, o procedimento, o ministério português limita-se a transmitir secamente à Legação polaca que «tem a honra de acusar a recepção do documento»³⁷.

13.3 O conhecimento do Holocausto: a ampla informação sobre o «exterminio em massa» (1942-43)

Contudo, havia quem, no interior do sistema de poder salazarista, percebesse que a *Questão Judaica* poderia vir a ter que ser colocada em Portugal, e pela mão do Governo alemão, justamente. Quando em Novembro desse ano de 1941 o novo ministro de Portugal em Berlim, o alto funcionário diplomático Tovar de Lemos, sintetizava em algumas páginas os projectos nazis para a *Nova Ordem* europeia, descrevia «o procedimento do Governo Alemão para com os Judeus» como sendo de «"limpeza do judaísmo"», o que seria «aqui [em Berlim] considerada como ponto fundamental da Ordem Nova, sobre o qual é essencial que se uniformize em todo o espaço europeu o procedimento dos governos». O diplomata português anunciava a Salazar «que temos de prever que, na hipótese de uma vitória alemã, venha a ser este um dos problemas para o qual seja solicitada a nossa colaboração» (M.N.E., 1974a: doc. nº 2561³⁸), sem que, contra tal previsão levantasse alguma reserva particular. Relevante, em todo o caso, é que ao mais alto nível se percebia já em Lisboa que o que ocorria com os

³⁷ Nota do Director Geral a 23/5/1941, resposta do M.N.E. à Legação da Polónia, 30/5/1941, in A.M.N.E., 2º/49/96.

³⁸ «A Ordem Nova», relatório de Tovar a Salazar, 15/11/1941.

judeus na Alemanha e nos territórios por ela ocupados teria necessariamente consequências junto do Estado português.

Precisamente na mesma altura é Armindo Monteiro que de Londres sintetiza a Salazar uma conversa com o ministro polaco dos Estrangeiros, em que este lhe descreve como «no começo da ocupação os alemães fuzilaram milhares e milhares de pessoas, a esmo», desencadeando «repressões terríveis, por motivos às vezes insignificantes», tendo «mudado de método» por se aperceberem dos «limites da utilidade do terror», optando entretanto por «fuzilar menos, mas de modo indiscutivelmente mais certo». Ainda que o ministro polaco, Raczyński, lhe assegurasse que «as comunicações com a Polónia, apesar de todas as dificuldades, se fazem com frequência» (ROSAS, *et alii*, 1996: doc. 43³⁹), Monteiro nada refere, eventualmente porque nada lhe teria sido referido, sobre a ghettização da população judaica ou a criação de campos de concentração.

Pela mesma altura, da Legação em Bucareste chegavam notícias da «deportação para o campo de concentração do Bug dos judeus da Bessarábia e da Bukovina», regiões recuperadas à União Soviética pelas tropas romenas que participavam no ataque dirigido pelos alemães. Quartín Bastos, o representante português na capital romena, descrevia a «espoliação e desumanidade e até os assassinios que se estão cometendo sistematicamente neste país contra os judeus[,] como se estes fossem os responsáveis pelos crimes» de que o marechal Antonescu os acusava: «perseguição, traição e assassinios cometidos pelos Judeus contra os Romenos durante a ocupação bolchevista daquelas províncias, e o ódio dos mesmos contra as tropas romenas manifestado desde o Dniestre até Odessa e margens do mar de Azov». A argumentação de Antonescu era muito semelhante à desenvolvida pelo Governo polaco no exílio relativamente ao presumível comportamento da comunidade judaica nos territórios anexados pela U.R.S.S. entre Setembro de 1939 e Junho de 1941, mas parecia não impressionar Quartín Bastos, que «depreendia» de uma conversa com o Núncio Apostólico estar este «autorizado a envolver-se oficialmente no assunto». De Bucareste, e através do secretário-geral do M.N.E. romeno, o Governo português era informado da «organização alemã para a pilhagem e extermínio [sic] dos Judeus em território russo ocupado» (M.N.E., 1974a: doc. nº 2520⁴⁰) - o que poderia ser a primeira vez que o termo era utilizado na documentação diplomática portuguesa.

À luz destas informações, é revelador o comportamento que o Governo português assume, entretanto, perante uma crónica que o jornal católico de Lisboa, *A Voz*, publica no primeiro dia de 1942. Tratava-se do mesmo órgão de informação que, anos antes, atacara abertamente o renascimento judaico no Norte de Portugal e, por exemplo, em 1941, oferecia as suas páginas à pena prónazi de Alfredo Pimenta, ao mesmo tempo que, em Novembro deste último ano, como destacava o embaixador britânico em Lisboa, condenava «the shooting of hostages as a breach of the Hague Conventions», referindo-se à «"Martyred Poland"», sujeita ao «plight under German occupation», citando ainda os

³⁹ Carta de Monteiro a Salazar, 15/11/1941.

⁴⁰ Telegrama de Quartín a Salazar, 6/11/1941.

«protests against religious persecution made by the Cardinal van Roey[, Primate of Belgium,] and the Bishop of Münster»⁴¹. Referindo-se aos maus tratos sofridos por crianças polacas e judias às mãos de alemães, os Serviços de Censura, eventualmente induzidos pelo M.N.E., decidiram cortar todas as passagens em que se atribuíam «aos alemães a prática das maiores crueldades contra as crianças». Para o decisor salazarista, estas eram «de tal maneira horrorosas que se quer crer que sejam fantasiosas, ou pelo menos muito exageradas, e por isso se cortaram». Entre os excertos que os leitores não puderam ler, figuravam referências às «"transferências de prisioneiros para o terrível campo de Osviacim [sic]"», ou seja, Auschwitz, «"entre eles vão sempre muitos adolescentes"» que «"os chefes daquele estabelecimento penal não aceitam se têm menos de 12 anos (...). E então são executados"». Pela primeira vez, seguramente, um jornal próximo do regime pretendia, em vão, referir-se à «"pavorosa exterminação de crianças judaicas, [que] só encontra par nos maiores horrores de épocas há séculos decorridos"»⁴². Apesar de se tratar de um jornal muito ligado à hierarquia da Igreja Católica, Salazar, que já possuía indícios suficientes da veracidade destas informações, não opôs qualquer objecção à atitude da Censura.

Recorde-se ainda a muita informação que se expôs relativamente ao relacionamento do Governo de Franco com o novo Estado croata, produto da reorganização balcânica que, pela força das armas, a Hitler e Mussolini haviam imposto na Primavera de 1941. Desde então que, pelas vias mais regulares do aparelho diplomático espanhol chegam reiteradas, e por vezes até indignadas, informações sobre «los procedimientos extremos tomados contra los judíos [que] no han dejado de remover la opinión por parecer exagerados», as «verdaderas salvajadas» que constituíam as «violentas venganzas políticas contra los servios» cometidas pelos *ustashi*, as «medidas tan fuertes tomadas en Eslovenia», na parte anexada directamente à Alemanha, «contra el clero católico»⁴³ (cf. o cap. 9 deste trabalho). Nos quatro anos de presença diplomática oficial da Espanha de Franco em Zagreb, sucedem-se as notícias destas práticas genocidas, sem se conhecer uma única iniciativa, nem dos diplomatas espanhóis no terreno, muito menos dos seus superiores em Madrid. Perante a, também já citada, oportunidade muito especial oferecida ao representante de Espanha em Novembro de 1943 com a viragem que perante a repressão assumia o arcebispo de Zagreb, Alojzije Stepinach, a atitude espanhola é a mais reveladora.

Face a um sermão pronunciado pelo arcebispo que, cripticamente, é certo, «contiene reproches velados a la autoridad del Gobierno» e a «*determinados elementos*» do regime *ustasha* responsáveis de uma tal violência que justificaria «la huida de muchos a engrosar las filas de los "partisans"»⁴⁴, o ministro espanhol, em consulta com o Delegado Apostólico em Zagreb, acha que «el Dr.

⁴¹ Ofício de Campbell a Eden, 20/11/1941, in P.R.O., FO 371/26821, C 13107/374/36. O embaixador refere-se a artigos publicados a 30/10, 7 e 12/11/1941.

⁴² Nota, s.a., s.d., provavelmente do M.N.E. [aparece uma indicação manuscrita, para arquivar: «Doc. 2 (Estrang.)»] relativamente a crónica «...Piores entradas», a publicar n'A Voz, 1/1/1942, Lisboa, in A.N.T.T., AOS/CO/NE-2, pasta 47.

⁴³ Ofício de Silvela de la Viesca a Serrano, 21/8/1941, in A.M.A.E., R. 983/4.

⁴⁴ Cit. in ofício de González-Araoz a Jordana, 19/11/1943, in A.M.A.E., R. 1177/6; itálico no original.

Stepinac (...) se coloca a mi juicio en la oposición al Gobierno que se queja de falta de asistencia por su parte», e «esto es lo que habría que evitar para bien de la Iglesia católica en Croacia». Ambos os diplomatas entendiam ser importante «dirigir todos sus esfuerzos, naturalmente hasta el límite de lo posible, para impedir» o arcebispo de voltar ao assunto porque «[temen] mucho por la situación del Sr. Arzobispo si se desencadena una campaña oficial contra él».

Neste salto temporal que aqui se deu, estava-se, repitamo-lo, no fim de 1943, já numa fase muito avançada do segundo mandato de Jordana à frente da política externa espanhola, aparentemente empenhado em impedir que o regime de Franco tivesse o mesmo destino do de Mussolini meses antes, mas também, note-se bem, em «"acusar el sentido cristiano y humanitario de la nueva España, su política de neutralidad, su independencia de criterio ante las actuales corrientes racistas"», recorrendo para tanto a gestos simbólicos, como o de solicitar, dois meses antes, ao Governo búlgaro «que evitase, o a lo menos, restringiese la expulsión de los judíos de habla española residentes en dicho reino», o que, na opinião de um alto funcionário do M.A.E., «"a nada nos compromete (...) y restará a los elementos extremistas [en las Américas] uno de los argumentos que han esgrimido más a menudo sobre la intolerancia española"» (Agustín de Foxá, cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 209⁴⁵). Perante as denúncias, ainda por cima moderadas, do mais alto dignitário católico croata, no entanto, não se procurou incentivar, aplaudir, ou sequer compreender; procurou-se silenciar. O representante de Franco, e o do Papa, não viam «la utilidad práctica» na eventual «insistencia» episcopal nestas denúncias veladas. Pelo contrário, o regime de Ante Pavelich, «como gobierno legítimo del país que declara abiertamente su catolicismo, participando en sus ceremonias religiosas y ocupando estas puesto preeminente en los actos del mismo, no parece (...) que se debe negar a aquél cierto apoyo y rendir algun homenaje de cortesía que a nada compromete»⁴⁶.

A preocupação espanhola em contribuir para o silêncio de Stepinach, um homem que nos anos anteriores se havia revelado acicate de uma violência extrema, praticada até mesmo por membros da sua Igreja, contra judeus, sérvios ortodoxos, ciganos, opositores políticos, mas que a evolução da guerra obrigava agora a procurar outros caminhos pastorais, é, assim, reveladora das limitações e do artificialismo dos gestos que, perante a tragédia judia, se davam no Governo espanhol, ou melhor, se permitiam dar a alguns diplomatas mais sensíveis.

Reforça este argumento a ausência de reacção oficial espanhola ao conhecimento, com algum detalhe, da repressão e da deportação, a partir da Primavera de 1942, de 56 mil judeus eslovacos para os campos de extermínio instalados na Polónia, através do embaixador de Espanha em Bratislava. Franco, ao contrário de Salazar, e tal como Pio XII, podia de facto dispor de informação directa de diplomatas seus acerca do genocídio praticado quer na Croácia, quer na Eslováquia, com quem se cria uma «profunda compenetración política» entre «dos regímenes que se inspiraban en la tradición católica y

⁴⁵ Citações retiradas de relatório a Jordana, 13/9/1943.

⁴⁶ Ofício de González-Armao a Jordana, 19/11/1943, já citado.

el anticomunismo». E, efectivamente, a documentação diplomática espanhola enviada de Bratislava inclui referências muito explícitas a casos pessoais, alguns dos quais relativos a fugas dos «campos de Polónia», a «malos tratos», ao «requisamiento de alimentos, jabones, dinero, ropas», a «violaciones» e a «matanzas» a um ritmo mensal (cf. EIROA, 2001: 37-38⁴⁷). Como no caso croata, nenhuma diligência diplomática de natureza humanitária foi realizada.

O ano de 1942 revelar-se-ia, já o sabemos, o mais sinistro na escalada do processo nazi de opção definitiva por um genocídio industrializado dos povos judeu e cigano, em que a consolidação da forte posição militar no terreno de guerra se reforçava com um nível quase absoluto de hegemonia sobre o continente europeu. Em consequência, o regime nazi pôde montar o mais eficaz, deliberado e calculado sistema de assassínio colectivo jamais registado na História. A conferência que reúne em Wannsee representantes dos vários departamentos governamentais alemães, convocada por Reinhard Heydrich em 20 de Janeiro de 1942, consagra a superação definitiva da fase de experimentação de várias alternativas para a eliminação dos judeus, concretamente os massacres, por fuzilamento a cargo dos *Einsatzgruppen* ou de voluntários bálticos e ucranianos, que se organizaram por todos os territórios soviéticos ocupados no segundo semestre de 1941, o gaseamento por monóxido de carbono em veículos fechados, usado já desde 1940 no programa da chamada *eutanásia* e de novo em 1941 com prisioneiros de guerra soviéticos, ou ainda a fome e as epidemias deliberadamente provocadas com o processo de ghetização seguido desde 1940.

Wannsee marca a passagem para a concepção e organização industrial, em termos definitivos, da *Endlösung*. Dez dias depois da sua realização, Hitler diz perante o Reichstag, no nono aniversário da sua ascensão ao poder, que «the war can only end either in the extermination of the Aryan nations or in the disappearance of Jewry from Europe», desde logo dizendo-se confiante em que «the more the fighting spreads, the more (...) antisemitism will spread» (transcrito in NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1135-36). Semanas antes, em Dezembro de 1941, haviam-se criado instalações, em Chelmno (Kulmhof para os alemães), preparadas para apoiar a morte por gaseamento em carrinhas fechadas carregadas de judeus e ciganos. Dois meses depois da conferência, em Março de 1942, estava já em pleno funcionamento o primeiro campo de extermínio (Belzec), em Abril um segundo (Sobibor), em Julho um terceiro (Treblinka), os três da chamada *Operação Reinhard*, do nome do responsável operacional de todo o programa de extermínio, Heydrich, que seria assassinado no fim de Maio por resistentes checos. Desde o início de 1942 que Auschwitz se transformara num imenso complexo de campos de trabalho e de extermínio, gradualmente estruturados em três grandes conjuntos (Auschwitz I, Auschwitz II-Birkenau, Auschwitz III-Monowitz). Em Setembro, surgia ainda outro: Majdanek. Calcula-se que só nesse ano de 1942 tenham sido mortos mais de metade dos mais de três milhões de judeus polacos, e os dois anos seguintes resultariam ser ainda mais mortíferos⁴⁸.

⁴⁷ A autora cita um ofício do embaixador espanhol em Bratislava, de 22/3/1943, in A.M.A.E., R. 1715/19.

⁴⁸ Sobre toda a questão, cf. NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1137-190.

Paradoxalmente, uma semana antes da conferência de Wannsee, os governos dos países ocupados pelo Eixo, reunidos em Londres, decidiam «to place among their principal war aims the punishment, through the channel of organised justice, of those guilty of, or responsible for, those crimes, whether they have ordered them, perpetrated them, or participated in them»⁴⁹. Estava-se em Janeiro de 1942 e notícias sobre a concretização do genocídio judeu e cigano, violentamente acelerado com a campanha bélica contra a União Soviética, rapidamente chegavam ao conhecimento dos Governos aliados e da própria imprensa. As primeiras relativas à morte industrial por gaseamento, designadamente sobre aqueles que se realizavam em Chelmno, chegam, no entanto, às mãos do Governo britânico apenas em Junho de 1942, por via de uma investigação do *Bund* (organização representativa da comunidade judaica polaca), que solicita angustiadamente que sejam tomadas medidas de represália contra os alemães, de tal forma que estes se vissem obrigados a cessar com um massacre que acabava de começar. O Congresso Mundial Judaico denunciava em Londres, no fim de Junho, que mais de um milhão de judeus teriam sido já assassinados na Polónia, na Lituânia, na Roménia e nos territórios ocupados da U.R.S.S.. Duas semanas mais tarde começavam as deportações da Europa Ocidental ocupada.

É a partir desta fase que se começam a introduzir alterações substanciais no comportamento ambíguo até então seguido pelos Governos aliados que, recusando dirigir operações concretas militares para contrariar a operacionalização do genocídio, haviam revelado, aparentemente, dúvidas sobre a veracidade integral das notícias que lhes chegavam. Governo e Igreja de Inglaterra, por exemplo, passam a denunciar genericamente o assassinato de judeus pelos alemães e pelos seus aliados, logo no início de Julho de 1942, ainda que a imprensa pareça receber instruções para não noticiar o gaseamento, por forma, eventualmente, a não transmitir à opinião pública a verdadeira dimensão da rapidez do morticínio. No final do Verão, embaixadores aliados junto da Santa Sé e um enviado especial de Roosevelt, Myron Taylor, procuram, em todo o caso, conseguir de Pio XII uma condenação explícita do genocídio praticado pelos alemães - em vão (cf. CORNWELL, 2000: 316-23). Richard Breitman, que procurou provar que em Setembro de 1941, «quase três meses antes do início das operações no primeiro campo de extermínio e mais de quatro meses antes da Conferência de Wannsee, o serviço de informações britânico tinha uma noção básica das intenções dos nazis em relação aos judeus dos territórios soviéticos» graças a um apurado sistema de decifragem das mensagens trocadas entre autoridades militares e policiais alemãs, conclui hoje que «os funcionários do governo, bem como algumas correntes de opinião de opinião pública britânica, tinham tendência para duvidar da informação proveniente de fontes judaicas, porque os judeus tinham supostamente interesse em exagerar o

⁴⁹ Resolução da conferência de Governos dos países ocupados, Londres, 13/1/1942, cit. in «The Mass Extermination of Jews in German Occupied Poland. Note addressed to the Governments of the United Nations on December 10th, 1942», in A.M.N.E., 2º/49/96. Richard Breitman nota, contudo, que «os signatários ignoraram um pedido do Conselho de Representantes dos Judeus Britânicos e da Associação Anglo-Judaica no sentido de que fizessem referência específica ao sofrimento dos judeus e ao papel que tinham tido na luta comum» (2001: 169).

sofrimento da sua gente ou uma tendência para temer o pior». Na sua avaliação ganha também importância o facto de haver «uma ideia peculiar de que escolher ou salientar as vítimas judias era concordar com o ponto de vista nazi de que os judeus eram um povo à parte», ou ainda o facto de «o público inglês não [ter reagido] positivamente ao Livro Branco sobre atrocidades alemãs, divulgado em finais de 1939, por achar», na tradição do que acontecera durante a I Guerra Mundial, «que o governo estava a tentar manipulá-lo». Em resumo, «o governo britânico» - no que não se diferenciava do norteamericano - «já estabelecera uma prática de relativo silêncio sobre as políticas nazis, sobretudo em relação aos judeus» por achar que «as histórias de terror devem ser usadas com muita moderação e devem focar sempre o tratamento dispensado a pessoas incontestavelmente inocentes. Não a opositores políticos violentos. E não a judeus» (BREITMAN, 1998: 154, 165-66, 162), como recomendava formalmente o Ministério britânico da Informação em Julho de 1941.

Mas vejamos o que, entretanto, chegava por via oficial aos ouvidos dos governantes ibéricos. Sendo difícil saber se informações deste tipo teriam chegado ou não às autoridades franquistas, alguns autores, designadamente partidários da tese da «conducta humanitaria y correcta [del Gobierno español] en relación con la cuestión judía», têm procurado carrear dados sobre o nível de informação que existiria no seio do regime sobre a questão. O mais representativo dentre estes, Suárez Fernández, adverte que «los historiadores tendemos a simplificar» e perante «un clima que se estaba creando» em 1940-42 reconhece que há que «formular esta pregunta: cuándo hubo constancia de que la persecución contra los judíos era más violenta» - curiosa formulação... - «de lo que en principio se imaginara?».

Nesta mais recente intervenção de Suárez Fernández sobre o assunto, recorda-se, e bem, que «en diciembre de 1941 el ministro de Gobernación, Valentín Galarza, pasó a Carrero un informe que éste entregó a Franco», redigido por «una delegación de médicos españoles [que] había asistido a un Congreso Internacional» em Viena, «viajando después a Polonia por expresa invitación de las autoridades nazis» (SUÁREZ, 1997: 369, 376), concretamente a Cracóvia e a Varsóvia, bem como a Itália. O relatório, um dos documentos seleccionados pela Fundación Nacional Francisco Franco para figurar na colecção de *Documentos Inéditos para la Historia del Generalísimo Franco* (cf. F.N.F.F., 1992: doc. nº 191), vagueava desordenadamente sobre aspectos da vida alemã e italiana, desde a organização sanitária, o nível alimentar, as atitudes religiosas, a percepção da guerra, ou ainda várias situações de *voluntários* espanhóis da División Azul «que se han pasado a los rojos» ou que, tendo-se posto «en contacto con los judíos comunistas» em Berlim, teriam sido liminarmente «fusilados»; mas incluía alguns detalhes reveladores sobre a política genocida seguida pelo ocupante alemão na Polónia.

Em primeiro lugar, a simplicidade com que os médicos espanhóis se referem à «autanasia [sic] entre los locos» que se estaria a «empezar a ensayarse» em Viena; ou ao facto de que, como «el abastecimiento de la población polaca no puede hacerse normalmente (...), los polacos reciben el 75 por 100 de la ración de los alemanes y los judíos la mitad de la de los alemanes»; ou ainda à «epidemia de tifus exantemático [que] existe en toda Polonia», que teria «origen en la población judía y en los prisioneros rusos», sem que se fornecesse qualquer explicação para o facto se não a de que, como «a

los judíos los han encerrado en los gheto[sic], onde «viven hacinados y sin carbón (...), pudiendo fusilárseles si se les encuentra en la calle sin en pasaporte con el que pueden salir del gheto».

Um segundo relatório, também introduzido no debate por Suárez Fernández uma vez que parece não constar dos arquivos oficiais espanhóis, resultaria de «un largo viaje de tres meses por Alemania y los países ocupados del Oeste» de três oficiais da Marinha espanhola, realizado no Verão de 1942 a convite dos alemães. Aos oficiais espanhóis, garante Suárez, Carrero Blanco, o Subsecretário de Franco, «les encomendó una tarea de información bastante descarada; entre las preguntas que debían formular a sus interlocutores alemanes se hallaba desde luego un indirecto cuestionario acerca de la posición que se reservaba a los judíos».

O relatório, no entanto, a acreditar na versão reproduzida por Suárez Fernández (1997: 377-78) é perfeitamente inócuo. Incluía algumas informações absolutamente insignificantes sobre a discriminação antisemita (uso de sinal distintivo, interdição de frequência de lugares públicos e comércio) num quadro de «odio generalizado de la población contra los judíos», e insignificantes sobretudo se tivermos em conta a informação sobre as medidas legais tomadas contra os judeus na Alemanha desde 1933 que tão frequentemente era apresentada em órgãos da imprensa espanhola. O mais explícito a que se chegava era a menção à «deportación a Polonia» como «castigo» para aqueles «que no llevan la estrella», ou ao «grande número de suicídios»; um tom preconceituoso permanecia na forma como se descrevia a fuga de alguns judeus: «Da la sensación, sin embargo, de que los judíos verdaderamente influyentes han logrado escaparse a base de divisas obtenidas en la Bolsa negra».

Era esta toda a informação relevante que teriam podido reunir estes convidados espanhóis das autoridades de ocupação nazis, especialmente alertas para o «problema judío», durante uma longa viagem de três meses que teria decorrido, justamente, no terrível Verão de 1942, enquanto se desenrolava a primeira vaga de deportações da Europa Ocidental para os campos de extermínio?... Ou o «cuestionario» encomendado por Carrero Blanco não os teria dirigido para estas questões, ou o documento nem sequer existiu; a existir, ele é perfeitamente insignificante e, acima de tudo, não contribui em nada para a tese que o biógrafo de Franco pretende defender: «en los sectores que rodeaban Carrero Blanco», que se teria já tomado a «sombra fiel del Generalísimo» e a «baza más decisiva de los partidarios de que el Movimiento desembocase en una Monarquía y se apartase del espejismo de la Europa nazi» (SUÁREZ, 1984b: 258-59), «relativamente pronto» se teria tido essa consciência da natureza genocida da política antisemita dos nazis e dos seus aliados. O biógrafo do ditador garante ainda que «estamos en presencia de documentos que conocía Franco, de modo que no es necesario esforzarse mucho para comprender la evolución que la política española seguiría desde septiembre de 1942. Tras ellos estaba Carrero (...), más inclinado que Serrano Suñer hacia una política más activa» junto das comunidades judaicas de nacionalidade espanhola (SUÁREZ, 1997: 376-77).

Tal interpretação é absoluta e deliberadamente alheia aos documentos. Acreditar que Carrero Blanco teria utilizado expressamente junto de Franco informação relativa ao Holocausto como parte de uma operação para «aumentar la distancia entre el Régimen español y el nacionalsocialismo»,

como pretende Suárez Fernández, pressuporia ignorar a fortíssima componente antisemita na formação ideológica de Carrero, corresponsável da linha editorial da revista *Mundo*, e admissivelmente participe da redacção de artigos tão reveladores como os atrás citados em que se abordava a «reacção europeia» contra os judeus. Sobretudo, pressuporia omitir que, semanas depois da recepção do relatório dos oficiais da Marinha, em Novembro de 1942, acabavam ingleses e norteamericanos de desembarcar no Norte de África e passavam a poder pressionar todo o flanco meridional e mediterrânico espanhol, o futuro *alter ego* de Franco reconhecia que essa operação vinha «"complicar gravemente la situación de la guerra"» mas assegurava ainda ser «"evidente"» que «"España tiene una decidida *voluntad de intervención* al lado del Eje por cuanto éste combate a nuestros enemigos naturales que son ese complejo de democracias, masonería, liberalismo, plutocracia y comunismo, armas con las que el Poder judaico trata de aniquilar la Civilización Cristiana cuya defensa constituye nuestra misión histórica en lo universal"». Um mês mais tarde, como vimos noutra passagem, insistiria ainda junto de Franco em descrever a guerra como tendo tido a sua origem «"en el fundamental designio judaico de aniquilar Europa, como medio de reducir a ruinas la Civilización Cristiana"» (cit. in TUSELL, 1993: 85 e 87⁵⁰). Não havia aqui, muito pelo contrário, qualquer *afastamento* face às teses do nacionalsocialismo...

Salazar não precisava de enviar expressamente observador algum aos territórios ocupados pelos alemães. No Verão de 1942 recebeu provas mais do que suficientes sobre as práticas genocidas. De Londres, Armindo Monteiro, de Londres, enviara-lhe «alguns folhetos remetidos a esta Embaixada» pela Legação da Jugoslávia na capital britânica, documentando atrocidades cometidas pelas tropas húngaras e alemãs contra sérvios de religião ortodoxa e judeus⁵¹, além de «dois exemplares de um livro publicado há meses sobre as perseguições à Igreja Católica na Polónia ocupada pelos alemães, um dos quais é destinado pessoalmente» a Salazar. «A sua leitura é, na verdade, impressionante», antecipa Monteiro⁵². Em Junho, são-lhe remetidos três documentos polacos sobre o Holocausto judeu que se realizava, por então já em plena força, no Leste. Dois deles chegaram directamente ao ditador uma vez mais via Vaticano, enquanto um terceiro fora entregue no M.N.E. pela Legação da Polónia em Lisboa, que continuava a transmitir regularmente várias notas reproduzindo comunicados ou notas oficiais polacas emitidas em Londres; dois deles transcreviam o discurso do presidente do Governo polaco no exílio, o general Sikorski, radiodifundido a partir de Londres a 9 de Junho, o terceiro era o «Appel du Conseil National Polonais à tous les Parlements des Nations Libres, voté à Londres le 10 juin 1942»⁵³.

⁵⁰ «Notas sobre la situación internacional», 11/11/1942, e «Notas sobre la situación actual en orden a la política internacional», 18/12/1942; sublinhado na citação.

⁵¹ Ofício de Monteiro a Salazar, 10/6/1942, in A.M.N.E., 2º/49/96.

⁵² Ofício de Monteiro a Salazar, 20/8/1942, in A.M.N.E., 2º/49/96.

⁵³ «Les atrocités allemandes en Pologne. Discours du Gén. Sikorski, Président du Conseil des Ministres Polonais, radiodiffusé de Londres le 9 juin 1942 à l'intention des auditeurs polonais» e «Les crimes allemands en Pologne. Appel du Conseil National Polonais à tous les Parlements des Nations Libres, voté à Londres le 10 juin 1942», sem remetente, in A.N.T.T., AOS/CO/NE-2F1, pasta 23; nota da Legação

Como nos documentos polacos anteriores, reiteram-se as denúncias de fuzilamentos, descrevem-se campos de concentração desta vez como sendo «destinés aux paysans ne pouvant fournir aux occupants les contingents de blé arbitrairement fixés», no cumprimento da política alemã de «affamer la population autochtone», a confiscação de bens, a «déportation forcée d'un million et demi de personnes», a destruição do património, o assassinato de católicos, as represálias exercidas sobre reféns capturados entre a população, a imposição do trabalho forçado.

Mas, ao contrário das denúncias oficiais polacas precedentes, ia-se agora muito mais longe na denúncia da política antisemita. «Selon les principes racistes [allemands]», escrevia-se no apelo do Conselho Nacional Polaco, «la population juive en Pologne semble être condamné à l'anéantissement complet». O general Sikorski acrescentava que os ocupantes alemães se comportavam «selon le mot d'ordre: "exterminer tous les juifs sans se préoccuper de l'issue de la guerre"». «En effet», continuava o texto do Conselho Nacional, «les Allemands en organisent des massacres incroyables, ayant tué pendant l'année en cours des dizaines de milliers de Juifs à Lublin, à Wilno, à Léopol, à Stanislawów, à Rzeszów, à Tarnów et dans d'autres villes polonaises. Refoulée dans l'enceinte interdite du Ghetto, affamée, terrorisée, massacrée et succombant en outre à l'épidémie de la fièvre typhoïde, cette population est soumise à traitement inhumain.»

E, uma vez mais, os arquivos da Presidência e do M.N.E. não guardam qualquer documento que comprove reflexão própria sobre o assunto, muito menos alguma iniciativa diplomática ou de outro tipo. O mesmo não aconteceria, no entanto, perante o apelo que, por nota diplomática da Legação em Lisboa, o Governo polaco no exílio lança ao Governo português em Setembro seguinte. «Un grand nombre de ressortissants polonais juifs, se trouvant en France non-occupée», denunciava-se na nota, «avait été transféré par le Gouvernement Français sous la juridiction des autorités allemandes et déportés en Allemagne», acrescentando-se que «cette mesure devait être continuée». O Governo polaco advertia angustiadamente que «cette situation risque de condamner au sort le plus tragique un nombre illimité de ressortissants polonais» e dirige-se aos governos aliados e aos neutrais «en leur demandant s'ils ne jugeraient point possible de faire des démarches auprès du Gouvernement Français en attirant son attention sur la contradiction de ces procédés avec les principes humanitaires»⁵⁴.

Talvez pelo patrocínio ideológico que o regime salazarista fazia do de Vichy, o ditador português decide nesta ocasião, pela primeiríssima vez, interceder em favor de judeus estrangeiros. Tratava-se aqui, de facto, de uma decisão política do Governo francês, de deportação da maioria dos judeus estrangeiros (alemães, austríacos, polacos, húngaros, checos) refugiados na Zona Livre, e não de uma decisão das autoridades alemãs de ocupação que pudesse contar com a colaboração da administração francesa. Salazar instrói o seu ministério para «informar o ministro em Vichy do pedido e

da Polónia ao M.N.E., 18/6/1942, remetendo «Texte du discours du Président du Conseil Polonais, le Général Sikorski, du 9 juin 1942», in A.M.N.E., 2º/49/96.

⁵⁴ Nota da Legação da Polónia em Lisboa ao M.N.E., 22/9/1942, in A.M.N.E., 2º/49/96.

perguntar-lhe se julga possível tocar ali no assunto de modo simplesmente a mostrarmos boa vontade para com este pedido», o que é feito um mês depois de chegada ao M.N.E. a nota polaca⁵⁵.

A instrução chega a Caeiro da Matta praticamente duas semanas antes da ocupação, pelos alemães e italianos, da Zona Livre, o que pode explicar parcialmente que não se encontre prova documental de qualquer sequência deste assunto no conjunto da documentação diplomática portuguesa enviada para e recebida de Vichy. Mas apenas parcialmente, uma vez que, apesar da completa ocupação alemã, completada em Setembro de 1943 com a defecção italiana, o Governo de Salazar continuará a reconhecer sem reservas a legitimidade do regime de Pétain e, consequentemente, a manter aberta a sua representação diplomática em Vichy⁵⁶. Em qualquer caso, Vichy, através de Laval, prosseguirá nos meses seguintes as negociações com as autoridades alemãs em torno da entrega de judeus para serem deportados, depois de uma colaboração tão frutífera e eficaz, aos olhos alemães, como a ocorrida no Verão de 1942, em que dez mil judeus estrangeiros são deportados da Zona Livre (cf. PAXTON, 1982: 182). O resultado final da potencial intervenção portuguesa, de pura «boa vontade», foi, portanto, o mesmo que o da ausência anterior de iniciativa.

Pelo lado espanhol, logo em Agosto de 1942, iniciadas as deportações de França para os campos de extermínio, o Alto Estado Mayor enviava uma informação secreta ao ministro Serrano Suñer, esclarecendo que o «este de Europa» era o destino dos judeus que se deportavam dos campos de concentração franceses «en vagones de ganado», e que, «por ello, los judíos españoles afluían a los consulados solicitando pasaportes y visados». Dias depois, ao serem publicitadas de forma praticamente clandestina as intervenções angustiosas de alguns prelados franceses, Madrid é amplamente informada, como vimos, do seu conteúdo pelo embaixador Lequerica, seguro de que, ao arrasar de forma tão verrinosa as denúncias contra as deportações, não faria mais do que ir ao encontro da total indiferença do pessoal político franquista perante os aspectos humanitários, além de simplesmente reiterar o apoio, a *compreensão*, que em Madrid se publicitava perante tais medidas.

O embaixador em Vichy terá ainda no fim desse mês de Setembro de 1942 oportunidade para espriar as suas profundas convicções antisemitas. As autoridades pétainistas da Zona Livre haviam cancelado, no início de Agosto, todos os vistos que permitiriam a saída de França a judeus franceses e estrangeiros, entregando os segundos aos alemães e preparando-se para, se politicamente útil, entregar também os primeiros, o que impedia que fossem obtidos vistos espanhóis (cf. AVNI, 1982: 75). Lequerica enviava um ofício a Madrid, que nunca vi citado na literatura sobre o tema, sob o título «el peligro judío» que vinha a propósito da implicação de uma funcionária do Viceconsulado de Nice, que «por su nombre

⁵⁵ Despacho manuscrito de Salazar em 3/10/1942, ofício de Vieira Leitão (chefe da Repartição de Negócios Políticos) a Caeiro, 21/10/1942, in A.M.N.E., 2º/49/96.

⁵⁶ É certo que Caeiro da Matta, entre outros seguramente por motivos de saúde, ausenta-se períodos cada vez mais longos no decurso dos quase dois anos que a Legação em Vichy permanece ainda aberta. Tal é o caso entre Fevereiro e Junho de 1943 e, depois, de novo em Julho deste ano para não mais regressar ao seu posto até ao fim do regime pétainista, em Agosto de 1944.

parece judía», alegadamente envolvida no «paso clandestino de la frontera española, asuntos de los que no deben estar lejos no sólo los judíos franceses, sino algunos sefarditas considerados más o menos como españoles, cuyas actividades», classificava desde logo o embaixador, «pueden ser peligrosas». O documento não era enviado já ao falangista Serrano Suñer, mas àquele que a bibliografia descreve habitualmente como um militar moderado e neutralista, Gómez de Jordana.

Ao caracterizar os judeus espanhóis residentes em França, Lequerica não queria deixar de admitir que «hay entre ellos, evidentemente, personas honorables y de buenos sentimientos hacia España», mas «la mayoría inmensa han sido rojos o indiferentes durante la guerra civil (...) y utilizan este especial título de español (...) para defender exclusivamente sus intereses», o que é suficientemente indicativo da visão que deste instrumento legal tinha um representante diplomático que deveria estar forçosamente empenhado na sua defesa. Para advertir Madrid do «problema» que «puede llegar a constituir la tendencia de los judíos, sefarditas o no, a entrar en España, ilegalmente en especial», retomava-se a tese tradicional de que «no necesitan las gentes de esta raza ser excesivamente numerosas para ejercer su influencia», assegurando que «en estos momentos ya se sabe en cuál sentido». E esclarecia: «Disimuladamente, si pudieran, buscarían el modo de eludir la obra inolvidale de los Reyes Católicos en 1492, cuando el mundo entero procura imitarla con más o menos disimulo»⁵⁷.

A evacuação do ghetto de Varsóvia, iniciada ainda em Julho, fez com que se multiplicassem as informações sobre a natureza efectiva e terrível da repressão alemã. Em Agosto, nova confirmação sobre a metodologia do assassinato chega ao *State Department* norteamericano que decide, em Setembro de 1942, através do enviado pessoal de Roosevelt junto do Papa, fazê-la chegar ao Vaticano. A chefia da Igreja Católica confirma, em Novembro, ter já informações fidedignas das câmaras de gás. Mas, quando em Dezembro é a vez do embaixador britânico insistir com o secretário de Estado vaticano, o cardeal Tardini, a resposta que obtém é que «"el Papa no puede ponerse del lado de uno de los contendientes"» (cit. in CORNWELL, 2000: 323).

No início de Dezembro é a Presidência da República portuguesa que é solicitada a tomar posição por uma organização judaica, a *Representation of Polish Jewry*, já sediada na Palestina, em Tel Aviv. Num telegrama ao Chefe do Estado português, começava-se por denunciar que «millions of Polish Jews have been murdered by Germans, neither children nor women are spared». Alertavam-se desesperadamente quantas autoridades políticas não sujeitas à hegemonia nazi para que o «terrifying slaughter is still going overwhelmed with limitless anguish and dismay». E apelava-se para que, «at sight of immediate danger threatening remnants of the Polish Jews, we appeal to you employ all your authority and influence to put an end to those unprecedented crimes and to open the gates of free countries to those who seek refuge from that inferno on earth». A Presidência da República limitar-se-ia a enviar o documento ao M.N.E., «a fim de que se digne tomá-lo na consideração que merecer»⁵⁸ e, num momento

⁵⁷ Ofício de Lequerica a Jordana, 29/9/1942, in A.M.A.E., R. 2295/10.

⁵⁸ Telegrama da Representation of Polish Jewry (Tel Aviv), ao Presidente da República de Portugal, 9/12/1942, e remessa deste ao M.N.E., por parte do Secretário da Presidência, 31/12/1942, in A.M.N.E.,

em que se avolumavam as informações mais terríveis sobre o Holocausto em curso, o Governo português não dá qualquer sequência ao apelo. Os arquivos não guardam sequer prova alguma de discussão sobre o tema.

Em meados de Janeiro de 1943 a Legação da Polónia faz entrega formal ao Governo português de documentos que, finalmente, colocavam a questão do genocídio judeu sob luz intensa, tornando irreversível o compromisso aliado no sentido do julgamento internacional dos seus responsáveis. Efectivamente, em 27 de Novembro de 1942, pela primeira vez o Governo polaco no exílio de Londres, através do seu Viceprimeiro Ministro, descrevia as «persecutions of the Jewish minority now in progress in Poland» como «constituting a separate page of Polish martirology»⁵⁹. A 10 de Dezembro, dirigia-se aos governos aliados das Nações Unidas exclusivamente para destacar que «the new methods of mass slaughter applied during the last few months confirm the fact that the German authorities aim with systematic deliberation at the total extermination of the Jewish population of Poland», acrescentando-se-lhe, com rigor, «the many thousands of Jews whom the German authorities have deported to Poland from Western and Central European countries and from the German Reich itself».

A nota começava por historiar «the initial steps leading to the present policy of extermination of the Jews», concentrando-se sobretudo no caso do ghetto de Varsóvia. O tipo e a qualidade da informação, designadamente estatística, sobre as condições de vida no ghetto, as imposições nazis e o papel do *Judenrat* conduz-nos a pensar terem sido transmitidas por elementos judeus da resistência interior. Descrevia depois em detalhe as operações de «liquidation of the Warsaw ghetto» a partir de 21 de Julho, momentaneamente interrompidas entre 20 e 25 de Agosto para permitir «the liquidation of other ghettos in Central Poland, including the towns of Falenica, Rembertów, Nowy Dwór, Kaluszyn and Minsk Mazowiecki». 250 mil judeus teriam sido deportados do ghetto da capital polaca até ao fim de Agosto. Descreviam-se em termos dramáticos a convocação das vítimas, a sua desesperada tentativa de escapar à deportação tentando provar trabalhar em «German-owned undertakings», a forma como eram «packed forcibly into cattle trucks (...) suffocating for lack of air (...), deliberately calculated to cause the largest possible number of casualties among the condemned Jews».

O Governo polaco revelava estar bem informado ao poder informar os demais governos aliados que «the trains were despatched to three localities - Treblinka, Belzec and Sobibor, to what the reports describe as "Extermination camps". (...) It is reported that on arrival in camp the survivors [of the transportation] were stripped naked and killed by various means, including poison gas and electrocution. The dead were interred in mass graves dug by machinery». Não mais de «4,000 people are known to have been sent eastwards in the direction of Brest-Litovsk and Malachowicze, allegedly to be employed on work

2º/49/96.

⁵⁹ «Extract of statement made by the Deputy Prime Minister, M. St. Mikolajczyk, on behalf of the Polish Government, November 27, 1942», em anexo a nota da Legação da Polónia em Lisboa ao M.N.E., 15/1/1943, in A.M.N.E., 2º/49/96.

behind the front line». Além desses, calculavam-se em 40 mil os sobreviventes a quem tinha sido permitido permanecer no ghetto, porque seriam «skilled workmen physically strong» e «useful as labour power».

A nota polaca sintetizava ainda as informações relativas aos massacres de judeus no Inverno anterior, o primeiro que sucedia à invasão da União Soviética. Recordavam-se os 50 mil massacrados em Vilna, 40 mil em Lvov, 14 mil em Rovno, 10 mil em Kowel, «unknown numbers in Stanislawow, Tamopol, Stryj, Drohobycz and many other smaller towns», todas elas nos territórios polacos ocupados anteriormente pela U.R.S.S.. Sublinhava-se que se «at first the executions were carried out by shooting, subsequently, however, it is reported that the Germans applied new methods, such as poison gas, by means of which the Jewish population was exterminated in Chelm [Chelmno], or electrocution, for which a camp was organised in Belzec».

Não era possível, concluía-se, «to estimate the exact numbers of Jews who have been exterminated in Poland since of the occupation of the country by the armed forces of the German Reich». Mas «all the reports agree» em calcular que, «of the 3,130,000 Jews in Poland before the outbreak of war, over a third have perished during the last three years». «Polish population, which itself is suffering the most grievous afflictions, (...) have repeatedly expressed, through the underground organisations, their horror of and compassion with the terrible fate which has befallen their Jewish fellow-countrymen».

Concluía o Governo polaco «to consider it their duty to address themselves to the Governments of the United Nations, in the confident belief that they will share their opinion as to the necessity not only of condemning the crimes committed by the Germans and punishing the criminals, but also of finding means offering the hope that Germany might be effectively restrained from continuing to apply her methods of mass extermination»⁶⁰.

A nota polaca representava uma viragem muito significativa, que se foi produzindo ao longo de 1942, da atitude ideológica do Governo no exílio perante a comunidade judaica da Polónia. Muito caminho se havia feito nos meios oficiais polacos desde que, antes da invasão da União Soviética pela Alemanha nazi, se sublinhava serem judeus os «comissários» soviéticos, se acusava a comunidade judaica de colaboracionismo com o ocupante soviético e se omitia o peso avassalador da agressão nazi aos judeus polacos. Por sua vez, também a «Joint Declaration» dos governos das Nações Unidas⁶¹, divulgada uma semana depois nas capitais britânica, norteamericana e soviética, não deixava de constituir um importante passo qualitativo na posição pública dos Estados aliados perante as provas do

⁶⁰ «The Mass Extermination of Jews in German Occupied Poland. Note addressed to the Governments of the United Nations on December 10th, 1942», em anexo a nota da Legação da Polónia ao M.N.E., 15/1/1943, já citada.

⁶¹ Subscreviam-na os governos norteamericano, britânico e soviético, e os governos no exílio belga, checoslovaco, grego, luxemburguês, holandês, norueguês, jugoslavo e o próprio polaco, aos quais se juntava o então *Comité National Français*. Sobre o processo da sua confecção, relativamente à atitude dos governos britânico e norteamericano, cf. BREITMAN, 2001: 213-36.

genocídio, até então revelando excessivo cepticismo perante as informações reunidas pelos movimentos de resistência antinazi.

A Declaração denunciava abertamente perante o mundo inteiro que «the German authorities (...) are now carrying into effect Hitler's oft-repeated intention to exterminate the Jewish people in Europe. From all the occupied countries Jews are being transported, in conditions of appalling horror and brutality, to Eastern Europe». Os ghettos polacos «are now being emptied of all Jews» e «none of these taken away are ever heard of again». Os governos aliados optavam por não ir tão longe na descrição do genocídio, designadamente omitindo a natureza industrial da sua organização: «The able-bodied are slowly worked to death in labour camps. The infirm are left to die of exposure and starvation, or are massacred in mass executions».

O aspecto talvez mais relevante da Declaração era, não tanto a condenação «in the strongest possible terms [of] this bestial policy of cold-blooded extermination» mas, perante as novas informações obtidas acerca do genocídio dos judeus, a reafirmação da «their solemn resolution to ensure that those responsible for these crimes shall not escape retribution, and to press on with the necessary practical measures to this end»⁶². Esta resolução de perseguir os responsáveis nazis pelos crimes que se virão a configurar como tendo sido praticados *contra a Humanidade*, tomava-se, sublinhe-se, quando já eram claros os indícios de uma pesada derrota alemã tanto em Stalingrado como no Norte de África francês, na sequência do desembarque angloamericano. No momento em que a viragem da guerra se processava, uma advertência deste peso era lançada aos verdugos nazis e aos seus colaboradores, marcando ao mesmo tempo parâmetros de actuação que comprometiam também os Estados neutrais. É o que ocorreria com a convocação da Conferência das Bermudas, como veremos a seguir.

E essa era a intenção ao, através do Governo polaco, ainda que não de nenhum dos dois grandes aliados ocidentais, «porter à la connaissance du Gouvernement Portugais cette documentation officielle sur les procédés allemands tendant à l'extermination des Juifs en Pologne», como o faz, um mês mais tarde, a Legação da Polónia em Lisboa⁶³. Se o aparelho político do regime fora alguma vez sensível às fontes de informação polacas, sobretudo quando estas denunciavam a repressão do catolicismo, poder-se-ia esperar alguma reacção à alteração substancial das prioridades do Governo polaco. Mas não. Uma palavra é escrita pelo próprio Salazar à margem da missiva polaca: «acusar». Nada mais. A instrução é secamente seguida: dias depois, o M.N.E. «acusa a recepção» da nota, designando o tema simplesmente por «questão dos judeus»⁶⁴.

13.4 A atitude salazarista e franquista depois da Declaração Aliada (1943-45): «pasando por

⁶² «Joint Declaration Announced Simultaneously on December 17th, 1942, in London, Moscow and Washington», em anexo a nota da Legação da Polónia ao M.N.E., 15/1/1943, já citada.

⁶³ Nota da Legação da Polónia ao M.N.E., 15/1/1943, já citada.

⁶⁴ Nota do M.N.E. à Legação da Polónia, 20/1/1943, in A.M.N.E., 2º/49/96.

nuestro país como la luz por el cristal»

A Madrid a informação chegara também. Com o que é que se confrontavam as autoridades espanholas então? Aparte a enorme afluência de refugiados que trouxe consigo a ampliação à antiga Zona Livre francesa da ocupação germanoitaliana, voltavam os consulados espanhóis a ser solicitados para proteger os judeus sefarditas de nacionalidade espanhola, ou que a reivindicavam sem possuir, contudo, os documentos ou as estritas condições legais impostas a partir de Madrid. A ordem taxativa que do M.A.E. se enviara ao cônsul em Marselha, por exemplo, era de «no ocuparse de los mismos» (cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 226⁶⁵), o que fez com que «los alemanes y los franceses anulasen su documento de identidad y su cartilla de racionamiento»; o novo Director Geral de Política Exterior, José María de Doussinague, recomendava ao novo ministro, Jordana, que «no era oportuno, "por las corrientes de ideas del momento actual", alegar ante las autoridades que siendo españoles eran de la misma condición de los nacidos en España», porque, na opinião efectiva do ministério, «su nacionalidad no era equiparable a la de los españoles nacidos en España» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 226⁶⁶). Até aqui, a percepção do que eram as «ideas del momento actual» ainda não havia mudado em Madrid. Para este Doussinague, responsável pela concepção de uma eficaz operação de reconstrução identitária da aparência internacional do Franquismo nesta segunda metade da guerra mundial,

«"desde el punto de vista de las doctrinas raciales, es prácticamente imposible sostener ante las autoridades alemanas o las de otros países que tienen leyes antisemitas, el criterio puramente jurídico y un tanto teórico de que [los sefarditas españoles] son de nacionalidad española como otros cualesquiera"» (cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 209⁶⁷).

Coincidentemente ao agravamento da sua situação militar, as autoridades nazis aceleraram, contudo, o processo das deportações para os campos de extermínio. Estamos no momento de maior capacidade homicida dos campos da morte; todo o sistema do Holocausto estava montado havia meses e funcionava em pleno. Entre o fim de Janeiro e o início de Fevereiro de 1943, o Governo alemão comunicava aos dois Governos ibéricos, através dos seus representantes em Madrid e em Lisboa, que «las autoridades militares alemanas en Francia, Bélgica y los Países Bajos que hasta entonces no habían llevado a la práctica ciertas medidas con respecto a cierto número de judíos extranjeros residentes en aquellos territorios, no podían ya, por razones de seguridad militar, debido a la actitud reservada por estos judíos, aplicarles un trato de excepción». O mesmo se aplicava, evidentemente, aos judeus que ainda fossem detectados no território que o Reich alemão considerava próprio, incluído o Protectorado da Boémia-Morávia. A ambos os governos, os alemães concediam um prazo de até 31 de Março para,

⁶⁵ Telegrama do M.A.E. de 3/1/1943. Cf. também AVNI, 1982: 130-31.

⁶⁶ O autor cita um relatório com data de 18/1/1943, que terá acabado por não ser aprovado, mas cujas ideias serão recolhidas nas instruções futuramente enviadas.

⁶⁷ Carta ao ministro de Espanha em Bucareste, 3/3/1943; todo este excerto aparece sublinhado na obra citada, mas Marquina não esclarece se aparecia também no documento original.

«previo examen de cada caso», que se encarregassem de proceder ao seu repatriamento; «una vez vencido el plazo, las autoridades alemanas no concederían el trato especial a estos judíos» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 180⁶⁸).

Em primeiro lugar, sublinhe-se que a decisão alemã de colocar as autoridades portuguesas e espanholas, com quem nunca haviam tido diferendo algum sobre estas matérias, perante um verdadeiro ultimato só se dá depois de as denúncias do massacre de judeus perpetrados pelos nazis terem assumido proporções irreversíveis. Nas capitais aliadas percebera-se, finalmente, que «"o plano deliberado de extermínio dos judeus é o único objectivo da guerra que Hitler ainda espera conseguir alcançar nos poucos meses [!]»⁶⁹ que lhe restam. O mundo civilizado julgará os Alemães e os povos seus vassalos pela sua atitude em relação ao plano de Hitler, nos próximos meses"» («Political Warfare Executive» do Governo britânico⁷⁰, transcrito in BREITMAN, 2001: 241).

Começemos pela reacção portuguesa. Salazar avisa Tovar, em Berlim, de que o eventual repatriamento «"está a ser cuidadosamente estudado por oferecer aspectos melindrosos vista, como V. Exa. sabe, a origem viciosa ou falsa da nacionalidade portuguesa de quase todos os judeus que dizem ou julgam possuí-la"» (cit. in FRANCO, 1999: 321). É a pressão de Moses Amzalak, que Salazar descreve em novo telegrama a Tovar como «"categorizado israelita português"», que faz com que o ditador peça a Tovar para colocar junto das autoridades alemãs o «"pedido de judeus holandeses que se dizem de ascendência portuguesa no sentido da nossa intervenção junto desse Governo para os deixarem sair dos Países Baixos"», o que ele entendia ser uma «"questão diferente"» da anterior. Antes, contudo, de «"assentar o critério a seguir"», Salazar achava «"indispensável saber antes que tudo se o Governo alemão estará em princípio disposto a autorizar a partida de famílias israelitas holandesas às quais o Governo português possa vir a reconhecer a ascendência que alegam, assim como a outras não holandesas mas que porventura se encontrem nas mesmas condições na Alemanha e nos restantes territórios ocupados"» (transcrito in ALEXANDRA, 1995: 56). O que em Lisboa se não pretendia era, de forma alguma, reconhecer a nacionalidade portuguesa a estes judeus, ainda que, numa fase da guerra crescentemente favorável aos Aliados, e três meses depois da Declaração Conjunta Aliada sobre o genocídio dos judeus, ficaria bem ao Governo português manifestar algum interesse pela questão.

O ditador sabia que a questão podia afectar bastante gente; o presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, Amzalak, sabê-lo-ia com toda a certeza e não deixou, seguramente também ele, de ser objecto de fortes pressões por parte das organizações judaicas, principalmente as

⁶⁸ A comunicação ao Governo espanhol tem data de 26/1/1943 (in A.M.A.E., R. 1716/3); ao Governo português, é feita através de um «Aide-Mémoire confidencial» que a Legação da Alemanha em Lisboa entrega no M.N.E. «por motivos de cortesia», segundo se escreve nela, a 4/2/1943 (in A.N.T.T., AOS/CO/NE-2, pasta 48).

⁶⁹ Este sinal aparece na transcrição que do documento faz Breitman, aparentemente acrescentado por ele.

⁷⁰ Trata-se de uma «Central Directive» para a semana começada a 17/12/1942.

sediadas nos E.U.A., que tocavam a rebate para procurar salvar, nos últimos dias em que alguma coisa se poderia fazer, o maior número de potenciais vítimas. Nair Alexandra, que estudou o problema recolhendo, nomeadamente, fontes no *Yad Vashem* de Jerusalém⁷¹, afirma que o recenseamento que os ocupantes alemães haviam feito em 1941 indicava a presença de «4303 judeus portugueses», provavelmente assim definidos porque dessa origem, mas que seguramente corresponderiam à autodefinição deles próprios; constituíam a prática totalidade dos sefarditas holandeses, comunidade que historicamente havia mantido fortes tensões com os judeus de origem askenazi e que «não poupava esforços» para conseguir «provar a sua "arianidade"». Uma carta que Nair Alexandra cita, enviada depois da guerra terminada pelo novo ministro de Portugal na Haia a Salazar, indicia que «os agentes consulares portugueses receberam instruções para organizar uma lista de todos os judeus de origem portuguesa na Holanda», o que teria feito com que os judeus portugueses residentes naquele país «[tivessem] alimentado grandes esperanças[,] mas posteriormente nada haviam sabido do assunto» (cit. in ALEXANDRA, 1995: 57⁷²). Provavelmente por coincidência, dado o curto espaço de tempo que mediou, quatro dias depois do citado telegrama de Salazar, as autoridades de ocupação elaboraram uma lista de critérios que deveriam ser reunidos por parte dos judeus que pretendessem ser isentos das várias imposições que recaíam sobre este grupo, incluída a de não ser deportada. E nove meses depois do início das deportações dos judeus holandeses, que castigaram em primeiro lugar os askenazi, nos Países Baixos sob ocupação nazi sabia-se bem o que significava a deportação... A questão que Salazar pedira a Tovar que colocasse junto do Governo alemão revelou-se ainda mais retórica quando se percebe que este, ainda que isente cerca de 300 pessoas, não responde positivamente à sondagem portuguesa. Nem Manuela Franco, nem Nair Alexandra, nos especificam quais terão sido os termos da resposta alemã; mas pela documentação alemã relativa à Espanha, sabemos que a *R.S.H.A.* e a *Gestapo* se tinham posto de acordo com a *Auswaertiges Amt* para se oporem a repatriações de judeus nacionais de Estados neutrais, apesar do prazo concedido, o que fora comunicado às embaixadas alemãs em Sofia (onde se negociavam repatriações) e Madrid⁷³ (cf. AVNI, 1982: 132). Em todo o caso, no fim de Setembro, o que sobrava da comunidade judaica de Amesterdão seria expulsa da cidade, e inicialmente internada em Westerbork. Alexandra fala-nos de 273 pessoas que, reivindicando o direito a serem isentas da legislação antisemita, são submetidas a «um novo exame às suas origens étnicas. (...) O resultado da análise foi claro: tratava-se de uma "raça sub-humana", que não deveria ser enviada para a península ibérica, mas ser tratada em pé de igualdade com os outros judeus». Em Fevereiro de 1944 seriam deportados os últimos 811 sobreviventes para Theresienstadt, na Chéquia, primeiro; os que vieram a sobreviver acabariam, por fim, por ir parar a Auschwitz. Entre eles, Alexandra especifica estarem incluídos 308 judeus

⁷¹ Várias foram-lhe directamente cedidas por Avraham Milgram, como indica a autora no artigo.

⁷² Carta do ministro de Portugal na Haia a Salazar, 7/12/1945.

⁷³ A comunicação a Madrid é feita em telegrama de Franz Rademacher ao embaixador von Moltke, a 10/3/1943.

portugueses (1995: 57). Como se confirmará no final da guerra, as autoridades de Lisboa nada fizeram por eles.

No caso dos judeus portugueses à responsabilidade dos consulados em França, a actuação oficial portuguesa ao longo de 1943 reflecte o impacto da Declaração Conjunta Aliada, numa nova conjuntura que favorece a argumentação de quem, em contacto com as vítimas da discriminação étnica que viviam na iminência e na angústia da deportação, advoga os interesses dos chamados judeus *levantinos* junto de Salazar. É o caso do cônsul em Paris, António Alves, que substituíra em 1941 o já polémico António Archer que, à custa da sua actuação contrária à política de restrição de direitos dos judeus portugueses no estrangeiro, havia sido afastado por Salazar. Num relatório de Janeiro de 1943 sobre «A questão dos Judeus Levantinos», Alves recorda incomodamente ao M.N.E. que «quando o Estado reconhece a alguém, por uma vez que seja, a nacionalidade portuguesa, fá-lo para sempre, desde que não tenha havido má fé no processo», o que era justamente o sucedido no seu entendimento. «Não havendo outro país que lhes pudesse conceder nacionalidade, já que tinham optado pela portuguesa» e «sendo doutrina do Direito Internacional não deverem os Estados contribuir para a criação de apátridas», era António Alves do parecer que ambas as circunstâncias trabalhavam em favor da manutenção da protecção portuguesa a estas pessoas às quais Salazar decidira, desde 1936, não permitir a renovação dos documentos de identidade portugueses. Ainda por cima quando, recordava o cônsul, muitos deles «tinham sido libertados do campo de concentração de Drancy (...) por intervenção directa do cônsul que aí se deslocara expressamente para certificar a nacionalidade portuguesa do detido». Sabendo-se da intenção francoalemã de prosseguir as rusgas contra os judeus, «em que situação ficaria o Estado português» se aqueles cidadãos viessem a ser presos novamente: ou o cônsul "mentira", ou o Estado português se desinteressava pelos seus nacionais. Em qualquer dos casos, a "honra nacional" seria atingida» (MELO, 1998a).

Em Março e Abril de 1943 é a vez da Legação em Vichy informar o M.N.E. que «serão aplicadas aos israelitas estrangeiros as mesmas medidas restritivas e que os franceses estariam dispostos a considerar o regresso dos interessados aos países de origem» (FRANCO, 1999: 321). No fim de Março, Salazar autoriza o cônsul em Marselha a «"conceder passaportes para israelitas portugueses"» mas demorará até praticamente ao fim do prazo limite (fim de Maio desse ano) fixado pelas autoridades alemãs de ocupação a fazer o mesmo com o cônsul António Alves relativamente aos seus protegidos em Paris (cf. MELO, 1998a). Tratava-se, note-se bem, e como havia sugerido António Alves, de «"admitir como boas as inscrições [consulares de judeus que reivindicavam a nacionalidade portuguesa ao abrigo da legislação de 1913], pelo menos enquanto durar o estado de guerra"». Manuela Franco parece não ter encontrado as instruções enviadas ao ministro em Vichy, Caeiro da Matta, mas transcreve uma nota do M.N.E. à P.V.D.E., sistematicamente incomodada com a entrada de judeus no território português. «Repatriámos judeus portugueses em Vichy [sic]», reconhecendo-se que «há dúvidas quanto à nacionalidade da maior parte dos judeus que se dizem portugueses», mas, desta vez, para o M.N.E., «as circunstâncias especiais a que se encontram sujeitos em certos países os indivíduos desta raça e a impossibilidade de apurar agora quais possuem ou não a nacionalidade, aconselham

como medida de humanidade e de justiça autorizar a sua entrada no país, mediante condição expressa de abandonar o território nacional no caso de se provar que algum ou alguns não são portugueses» (transcrito in FRANCO, 1999: 321-22⁷⁴).

O discurso era evidentemente *novo*. As «circunstâncias especiais a que se encontram sujeitos em certos países os indivíduos desta raça», essas, não eram novas; na Alemanha, datavam de 1933, em Itália, de 1938, em França, de 1940. Nunca Salazar se havia deixado condoer por essas «circunstâncias» por forma a passar por cima de uma dúvida legal que ele próprio no passado havia imposto a todos os funcionários do corpo diplomático e consular. Não se condoera em 1935 quando se tratara de castigar Lencastre e Menezes, nem em 1940 com Sousa Mendes ou Agenore Magno, nem em 1941 com António Archer. Aparentemente, pelo menos, as circunstâncias também já eram outras para a diplomacia portuguesa que encarava, ao contrário da polícia política, a questão dos refugiados judeus num contexto mais amplo, o da viragem do sentido da guerra, o da impossibilidade de fingir ignorar a natureza genocida da perseguição antisemita.

A reacção espanhola, pelo seu lado, já inclui evidentes referências a um problema que se tomará permanente na reflexão que as autoridades franquistas farão no futuro: o do impacto que terão as decisões de Madrid sobre refugiados judeus junto dos Governos e da imprensa dos países aliados. É Doussinague quem, uma vez mais, prepara um relatório a Jordana, no qual começava justamente por advertir que «España no podía dejar que los sefarditas españoles entrasen de lleno dentro de la órbita de la legislación antisemita alemana pues se correría el riesgo de que se agravase la hostilidad contra el régimen, especialmente en América, acusando a los españoles de verdugos y cómplices de asesinatos como se había hecho ya reiteradamente». Contudo, continuava a pensar-se que «no era aceptable la solución de traerlos a España porque "su raza, su dinero, su anglofilia y su masonería les convertiría en agentes de toda clase de intrigas"». O receio de serem condenados pelos Aliados coexistia muito bem, como se vê, com os mesmos e abertos preconceitos antisemitas. O elaborado Doussinague propunha, finalmente, três alternativas absolutamente disparatadas no contexto do momento: i) enviá-los para o seu lugar de origem e nascimento, algures nos Balcãs ou na Ásia Menor turca; ii) que a Cruz Vermelha «u otra institución» deles se encarregasse e os conduzisse a um qualquer país, «atravesando sólo España en tránsito»; nesta e na primeira hipótese, contudo, o Governo espanhol reservava-se o direito de administrar os seus bens através de funcionários destacados para o efeito; iii) ou «dar a elegir a dichos sefarditas y a las autoridades alemanas una de las dos soluciones anteriores» (transcrito in MARQUINA, OSPINA, 1987: 181)⁷⁵. Mais extraordinário ainda, é que Jordana, tantas vezes apresentado como uma figura moderada dentro do sistema de decisão franquista, tenha optado, num curto espaço de tempo, primeiro pela solução que manteria os judeus longe do território espanhol (a primeira), logo a seguir pela última, e por fim, perante os obstáculos que lhe levantam os seus representantes em Berlim e em Paris, a propósito da

⁷⁴ A autora não identifica o autor no M.N.E., o destinatário na P.V.D.E., nem a data do documento.

⁷⁵ O relatório de Doussinague aparece nos arquivos datado de «enero de 1943».

recusa dos Estados ainda independentes da Europa Oriental em aceitar o *repatriamento* de qualquer judeu, tenha ordenado a Ginés Vidal, o embaixador espanhol em Berlim, que diligenciasse junto das autoridades nazis para que se procedesse à transferência para a Turquia dos judeus espanhóis que, «"por su parte, [hayan podido] conseguir el permiso necesario de las autoridades turcas"»; os que não o conseguissem, poderiam tentar obter outros vistos de entrada em Estados terceiros, com os quais, e só com eles, «se les permitiría el tránsito por España». Jordana recordava a Vidal, que já havia procurado obter do M.A.E. autorização de entrada de alguns destes cidadãos espanhóis no seu próprio país, que «los sefarditas españoles no podían venir a España», ao mesmo tempo que não abandonava nunca a política de aproveitamento económico: «los bienes de estos españoles deberían quedar administrados por los cónsules o los representantes españoles, por tratarse de bienes que formaban parte del acervo nacional» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 181-82⁷⁶).

Da mesma forma que hoje, na sequência da política franquista dos anos anteriores, nos não surpreende a atitude oficial espanhola, também na altura era essa a percepção dos alemães. A 22 de Fevereiro, Doussinague entrevistara-se com o embaixador alemão, von Moltke, e este ficara convencido que se não se pudessem concretizar as hipóteses avançadas de *desviar* para outros destinos os judeus de nacionalidade espanhola, «"the Spanish government would leave the Jews of Spanish nationality to their fate"» (cit. in AVNI, 1982: 134). Até o embaixador alemão (figura institucional que Berlim mantinha em todos os países ocupados) em Atenas, Richard Altenburg, estava tão convencido de que «Spain would not save its Jewish nationals» que «allowed the Spanish ambassador⁷⁷ to use the German Embassy to send cables regarding Spanish nationals (...) because he thought the Spanish government would reject the proposal (...) "and a negative response is in accord with our interests"» (cit. in AVNI, 1982: 132⁷⁸). Esperançados no contrário estavam os sefarditas de Paris que enviaram, só em Fevereiro, duas cartas ao próprio Franco, sem resposta, «suplicando que su nacionalidad fuese respetada» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 226-27).

Vidal, em Berlim, e Rolland, o cônsul em Paris, cada vez mais conscientes do que significavam as deportações, pressionavam Madrid para que outras opções fossem levantadas, uma vez que os alemães consideravam «totalmente irrealizable que los sefarditas pudieran marchar a Turquía o a cualquier país de Europa», e que «los representantes de Turquía, Suiza y Portugal le dijeron a Rolland que sus países no concederían visados a los judíos» espanhóis; o cônsul português, por exemplo, esclareceria o seu colega espanhol de que «si el Gobierno español no permitía la residencia en su territorio a los judíos españoles, el Gobierno portugués tampoco lo permitiría». Por fim, no início de Março, passado mais de metade do prazo fixado, o Governo alemão comunica ao espanhol que «no veía

⁷⁶ Ordem de Jordana a Vidal, 16/2/1943, retransmitida ao Consulado em Paris e à Embaixada em Vichy.

⁷⁷ Tratava-se de Romero Radigales e era cônsul de Espanha.

⁷⁸ O autor cita um telegrama de Altenburg de 6/4/1943.

ninguna posibilidad de autorizar la salida de los judíos de nacionalidad española» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 182) para nenhum país terceiro, encostando os espanhóis a uma alternativa que em Berlim se sabia bem que lhes não agradava: o repatriamento. Ao mesmo tempo, ampliava-se para os territórios ocupados do Leste, a Grécia incluída, as mesmas regras que para os territórios ocupados da Europa Ocidental, estabelecendo como prazo final o dia 15 de Junho. É por essa altura, ainda, que Doussinague dissuade o ministro espanhol em Bucareste, Casas Rojas, a conceder vistos a «varios miembros [judíos] de la comunidad española» na Roménia ainda que tivessem «dado pruebas de su adhesión a la causa nacional durante la guerra civil», entre os quais se contavam até amigos e parceiros comerciais do influente Lequerica. O Director Geral esclarecia que «se había tomado la decisión firme de no admitirlos en España», o que deixava espaço apenas para «"darles visado de tránsito, cuando tengan el de otro país o el visado de Portugal, darles facilidades para que por los consulados se nombren administradores de los bienes que dejan (...), facilitarles la ida a Turquía o a Palestina u otros países de aquella zona"», mas, acima de tudo, «"facilitarles todo menos venir a establecerse a España"» (cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 209⁷⁹).

Jordana demora ainda algum tempo precioso para se decidir a aceitar, não o repatriamento, mas o simples trânsito por Espanha daqueles judeus sefarditas que pudessem comprovar a nacionalidade espanhola - ou seja, de cidadãos espanhóis, nem mais, nem menos. E só o faz depois de conseguir do J.D.C. a garantia de que «"[hará] cuanto les sea posible por conseguir visados de inmigración para tales personas y, dentro de los límites de las funciones del American Joint Distribution Committee, les prestará los servicios de socorro y ayuda financiera"» (Blickenstaff, do J.D.C., cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 227⁸⁰), sem que, sintomaticamente, ao longo de todo o processo, «the fact that candidates for rescue were Spanish nationals was not mentioned at all» (AVNI, 1982: 135).

É neste contexto que Jordana impõe ainda um certo número de condições legais e burocráticas evidentemente difíceis de cumprir para um grande número de candidatos aos vistos espanhóis: «Se concederá visado de entrada en España», comunica ele às embaixadas em Vichy e em Berlim, «a sefarditas españoles cuando acrediten con documentación completa y satisfactoria la nacionalidad», não se admitindo para este efeito que demonstrassem apenas o seu «carácter protegido» por autoridades consulares espanholas ao abrigo, por exemplo, da legislação de 1924. Este procedimento deveria ser feito para cada requerente «y cada uno de los familiares que le acompañen demostrando cumplimiento del requisito de inscripción en el Registro Nacional y en el Registro de Matrimonio, cuando le acompañe esposa, y el nacimiento de hijos, si éstos le acompañan». Os «solicitantes» deveriam ser advertidos desde logo que «las autoridades españolas se encargarán de fijar la ciudad de su residencia que no abandonarán sin autorización previa. El visado», por fim, «será: "bueno para entrar en España por

⁷⁹ Carta de Doussinague a Casas Rojas, 3/3/1943.

⁸⁰ Citação extraída de carta de David Blickenstaff ao M.A.E., 24/3/1943.

una sola vez por la frontera de tal a tal fecha"» (transcrito in AVNI, 1982: 216-17⁸¹).

Num esquema em que se reforçava o controlo conjunto do M.A.E. e da D.G.S., dependente do Ministerio de Gobernación, Jordana, perante a oposição do ministro desta pasta, Blas Pérez, que alerta o próprio Franco para esta abertura de fronteiras a alguns judeus, decide acrescentar como instrução aos cônsules de que «"sólo con garantía absoluta y escrita del cónsul"» que emitisse o visto, «"en tránsito y por muy pocos días que pasarían por España, podría accederse a su entrada"» (despacho de Jordana, transcrito in MARQUINA, OSPINA, 1987: 184). Ao ministro Blas Pérez, o ministro dos Exteriores manifestava ainda «su intención de cortar absolutamente toda autorización de entrada en el momento en que se advirtiera retraso o negligencia en hacer salir a uno solo de los que hubiesen venido en estas condiciones a España», ainda que imaginasse que, no total, «se trataba sólo de sesenta o setenta familias», às quais se concederia um «plazo de estancia en España, en tránsito, de quince días» (idem). A regra imposta, portanto, era a de que «"no podían llegar a España nuevos grupos de estos sefardíes en tanto no hayan salido de nuestro territorio los recién llegados"» (carta de Baraibar a Blickenstaff, transcrita in MARQUINA, OSPINA, 1987: 188). O Director Geral, Doussinague, insistiria taxativamente: «Que se tomen al máximo toda clase de garantías de que efectivamente han de salir» (transcrito in AVNI, 1982: 217⁸²).

Em todos os documentos nos quais Jordana fixa as normas estritas que deveriam ser seguidas por consulados e embaixadas para a concessão de vistos, e que têm também como objectivo limitar claramente a capacidade de manobra daqueles, insistia-se para que os diplomatas «"[urgiesen] las autoridades de ocupación para que acepten que los bienes inmuebles de dichos sefarditas sean administrados por los representantes de los consulados españoles"» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 183-84), na prossecução de uma lógica que resultava ser ainda mais sintomática da atitude franquista perante todo o problema se a lemos no preciso momento em que o Governo espanhol mais insistia na admissão em simples trânsito pelo território sob o seu controlo daqueles cujos bens, contudo, entendia ter o direito de gerir...⁸³ No início de Abril de 1943 chega o acordo alemão quanto à pretensão espanhola: o aproveitamento económico da propriedade judaica, mesmo quando o Governo espanhol se recusava a assumir o repatriamento dos seus titulares, prosseguiria.

⁸¹ Telegrama de Jordana a Lequerica e a Vidal, 18/3/1943.

⁸² Nota interna de Doussinague para Carreño, 22/3/1943.

⁸³ Esta contradição foi evidentemente percebida na altura. Em Julho seguinte, o novo cônsul em Paris, Alfonso Fiscowich, «se proponía anunciar a las autoridades alemanas que se retirasen los administradores [españoles]» dos bens de 134 sefarditas aos quais Doussinague insistia em retirar os certificados de nacionalidade por não terem cumprido determinados prazos legais para a passagem da condição de «protegidos» para a de «nacionales», «ya que», deduzia Fiscowich, «no existía ningún título para que el consulado y la Cámara de Comercio española intervinieran en la defensa de bienes pertenecientes a personas que no podían considerarse como españolas». Pelo contrário, confrontado desta forma, o M.A.E. em Madrid insistia que «los bienes [de los sefarditas que no regresaran a España] constituían parte de la propiedad nacional española» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 186-87).

O processo ganharia ainda outros contornos quando Jordana insiste junto dos seus diplomatas na Alemanha e na França ocupada na «necesidad de tamizar y seleccionar mucho las solicitudes de visado», o que, por proposta de Lequerica, em Vichy, se transformou numa curiosa lista de quatro parâmetros que deveriam guiar a concessão de vistos, a saber: «1. Consideración social. 2. Posición económica. 3. Contacto con comunistas y masones. Sentimientos demostrados con relación a la España nacional», o último dos quais, já o sabemos, esteve sempre presente ao longo dos anos anteriores. Como sintetiza Antonio Marquina, «las directivas españolas eran tan estrictas que empezaron a crear serios quebraderos de cabeza», a tal ponto que de toda a Alemanha e da Holanda ocupada «só pudieron enviarse los nombres de 6 sefarditas, quedando los demás abandonados a su suerte» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 184-85). De França, não mais de 73 judeus espanhóis acabarão por entrar em Espanha, em Agosto de 1943, depois de meses de resistência, só aparentemente *legalista*, do Governo espanhol, que se empenharia veementemente na sua imediata expulsão para o Norte de África, o que só conseguirá em Dezembro seguinte, forçando os seus interlocutores aliados e das organizações de solidariedade judaica a uma «almost total paralysis of repatriation activity for four months» (AVNI, 1982: 143).

Ora, todo este processo decorre logo depois de a 26 e a 27 de Fevereiro se ter «[llevado] a cabo en Berlín y en otras ciudades de Alemania una batida para expulsar los últimos judíos que tenían su residencia en el Reich», como descrevia o embaixador espanhol na capital alemã, a cargo de «grupos de S.S. y de la policía», supondo Ginés Vidal que «ya habrán sido todos [los judíos capturados] deportados a las regiones del Este de Europa». E, num ofício certamente com a classificação de *reservado* mas com características de correspondência oficial absolutamente banal, acrescentava que «según rumores que ya conocerá V.E.», o ministro Gómez de Jordana, mas que o embaixador considerava serem «imposibles de comprobar, tales deportaciones y otras que han precedido, no tendrían de ello más que el nombre, pues se trataría simplemente de un traslado en muy malas condiciones a lugares donde pueden ser facilmente "eliminados" sin distinción de sexo ni de edad».

Nunca um diplomata espanhol fora tão directo na interpretação da deportação como genocídio indiscriminado. E «fácil» porque realizado longe da capital do *Reich*, em território ocupado de um *Leste* indenominado. Ginés Vidal, no entanto, um diplomata de carreira pessoalmente devotado ao moderado Jordana, não manifesta especial dor pela sorte dos deportados. Informava, até, Madrid das dúvidas que lhe transmitiam sobre a tese oficial nazi de que «Berlín habría quedado completamente limpio» - exactamente, *limpio* - «de judíos», mas que «en realidad no es así pues (...) quedarían aun en esta capital unos 10.000 judíos, que, desprovistos de la estrella, de documentación auténtica, de casa, etc., viven ocultos, durmiendo un día aquí, otro allí, comiendo como pueden, al amparo y protección de amigos o parientes medio judíos o arios». Tal «estado de cosas no deja de preocupar a la policía», sublinhava Vidal, «pues sin duda dichos israelitas fantasmas formarían parte de los elementos más violentos y exaltados en el caso de que este país no pudiera resolver favorablemente la contienda en

curso»⁸⁴.

Nesta informação é verdadeiramente secundária a reiteração da tese franquista, partilhada pela generalidade das direitas colaboracionistas ou tolerantes com o Nazismo, de que a *Revolução* era o cenário mais óbvio e inevitável para o caso de uma derrota alemã - verdadeira reedição de 1918. Reveladora é a reiterada percepção dos judeus como elemento clandestino particularmente perigoso, depois de dez anos de perseguições e de ano e meio de deportações, execuções e, por fim, gaseamentos; revelador é que o embaixador espanhol desse credibilidade à ideia da *perigosidade* e do potencial *revolucionário* de alguns milhares de judeus «exaltados», vivendo clandestinamente, portanto sem quaisquer direitos ao racionamento, de si já extraordinariamente discriminatório contra eles, no seio de uma sociedade hostil ou, no melhor dos casos, insensível à sua sorte... Revelador, mas, uma vez mais, nada surpreendente. No preciso momento em que as últimas rugas das polícias nazis *limpavam* Berlim dos judeus, Vidal, a propósito de dez anos de Nacionalsocialismo no poder, elogiava o *Führer* por ter tido «el honor de haber levantado la barrera de los Ideales Nacional-Socialistas para cortar el paso a las fuerzas disolventes y mortíferas del bolchevismo y del judaísmo internacional»⁸⁵. Esta perspectiva ajuda-nos também a perceber porque é que só em Março de 1943 um diplomata como Ginés Vidal, que desde Setembro anterior se confrontara regularmente com tantas diligências relacionadas com a perseguição antisemita, não tivesse transmitido antes a Madrid os rumores, as «voci difficili a controllarsi», como lhe chamava o Núncio Ordenigo (uma figura em contacto regular com os embaixadores ibéricos) ao delas reportar à Santa Sé, que já em Julho de 1942 as havia percebido, que falavam «"di viaggi disastrosi e persino di eccidi in massa di ebrei"» (cit. in MICCOLI, 2000: 9).

A tudo isto se reuniam os «fresh reports from Poland giving alarming evidence of an intensification of the German methods of violence», que o Governo polaco remetia, de novo primeiro aos governos aliados, no fim de Janeiro de 1943, e um mês depois faria chegar ao Governo português, e muito provavelmente ao espanhol. Acrescentava-se às anteriores informações uma bateria de casos de «mass executions and public arrests», e uma listagem dos «at least 24 concentration camps on territories of the Republic of Poland». Destacava-se já que «the most notorious of these camps is that at Oswiecim [Auschwitz]» para o qual a deportação «is tantamount to death by prolonged torture», sem se especificar mais.

Depois de haver já previamente revelado o assassinato por gaseamento em Chelmno, o Governo polaco ainda não tinha conseguido saber que a mesma metodologia, e agora aplicada com uma capacidade industrial incomparavelmente superior, era aplicada em Auschwitz. As informações reportavam-se ao início de Junho de 1942, ou seja, mais de sete meses passados, o que denotava a maior eficácia da política de segredo nazi. Ainda assim, o Governo polaco de Londres conseguira saber que até 1 de Junho de 1942, mais de 63 mil pessoas constavam dos registos do campo como tendo por

⁸⁴ Ofício de Vidal a Jordana, 5/3/1943, in A.M.A.E., R. 1171/1.

⁸⁵ Ofício de Vidal a Jordana, 28/1/1943, in A.M.A.E., R. 1177/1.

ele passado, às quais havia que acrescentar outras 22,5 mil não-registadas; pelo número de sobreviventes aprisionados, «it must be presumed that up to 58.000 people have perished in the camp at Oswiecim»⁸⁶. Se toda a sua informação sobre Auschwitz datava desse momento, não admiraria que não se pudesse ter dado conta do funcionamento regular de câmaras de gás e de crematórios, uma vez que justamente até Junho de 1942 ele havia sido experimental. Só nesse mês Himmler convocara o comandante do campo, Rudolf Hoess, e «o informara da escolha do seu campo como centro de aniquilamento massivo dos Judeus» (PRESSAC, 1994: 75).

E enquanto se confrontava com o problema do que fazer com os sefarditas espanhóis espalhados pela Europa ocupada pelos alemães, o Governo de Franco mostrava-se crescentemente nervoso e tenso com os milhares de outros refugiados que afluíam à península. Já em Novembro de 1942, dias depois da ocupação da Zona Livre francesa, tivera François Piétri, o embaixador do Governo de Vichy em Madrid que não sabia ainda bem para que lado francês se inclinar, que apelar pessoalmente aos ministros espanhóis dos Exteriores, do Ejército e da Gobernación para que não fossem devolvidos aos alemães os franceses que entram em território espanhol (cf. AVNI, 1982: 102-03). No fim de Março de 1943 fecha a fronteira e decide «"devolver a Francia a quienes a pesar de todo siguen pasando clandestinamente, juzgándolo el único medio de cortar la creciente afluencia de refugiados"», consciente até de que «"tal medida determinaría la grave protesta de los países aliados con consecuencias posiblemente muy graves para la economía española"» (Jordana às embaixadas em Berlim e Vichy⁸⁷, cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 225-26). Já no início do mês havia sido cancelada a partida de dois navios que, de Cádiz para o Norte de África, transportavam 1400 franceses. É este o momento no qual as organizações humanitárias aliadas se haviam visto obrigadas, assim, a optar por propor ao Governo espanhol permitir a evacuação dos refugiados via Portugal, como se explicou páginas atrás. E é, efectivamente, a pressão dos Aliados que obriga o Governo espanhol a voltar atrás com ambas as decisões, ao fim de três semanas. Em Londres, Churchill adverte o embaixador espanhol:

«"If the Spanish government went to the length of preventing these unfortunate people seeking safety from the horror of Nazi domination, and if they went further and committed the offense of actually handing them back to German authorities, that was a thing which would be the destruction of good relations"» (cit. in AVNI, 1982: 104⁸⁸).

A mensagem é reiterada em Washington ao representante diplomático espanhol; em Madrid, os norteamericanos conseguem que o Núncio e o embaixador argentino se lhes juntem nas pressões.

Por outro lado, o desembarque angloamericano no Norte de África francês criou uma solução políticomilitar na região de natureza temporária, de compromisso, inicialmente sob a batuta do

⁸⁶ Nota da Legação da Polónia em Lisboa ao M.N.E., 22/2/1943, remetendo nota assinada por Edward Racinski (ministro interino dos Negócios Estrangeiros) aos governos aliados, 25/1/1943, in A.M.N.E., 2º/49/96.

⁸⁷ Telegramas com data de 24/3/1943.

⁸⁸ «Aide-Mémoire» de conversa entre Churchill e o Duque de Alba, 16/4/1943.

almirante vichysta Darlan, seguido, depois do assassinato de Darlan na véspera do Natal seguinte, pelo identicamente pétainista general Giraud, um homem de mão do próprio Darlan, que não antes de 14 de Março do ano seguinte, e por expressa pressão aliada, revogou a legislação antisemita de Vichy, juntamente com algumas das normas mais claramente estruturadoras do regime de Pétain, e ao mesmo tempo em que se iniciavam, por fim, negociações com as organizações da resistência francesa. Só em Maio de 1943 é que se constituiu o *Comité Français de Libération Nationale* (C.F.L.N.), que terá o general de Gaulle como um dos seus dois presidentes (a par, até Outubro, do próprio Giraud).

É importante referir aqui que a imprensa espanhola estava, já por então, repleta de críticas acérrimas à viragem política que se processava em Argel, que, segundo a revista *Mundo*, demonstrava «lo lejos que los franceses se hallan de la realidad política del mundo»⁸⁹, pressupondo evidentemente que esta continuaria a ser a da *Nova Ordem* fascista. A hostilidade contra de Gaulle era assumida. Comentando a saída de Giraud do C.F.L.N., o *Mundo* garantia, em Novembro, que «De Gaulle sigue gestionando la representación comunista en el Comité» e que se toma «creciente la influencia del extremismo izquierdista»⁹⁰. Ora um dos pontos centrais das queixas do *Mundo* era que «judíos y masones vuelven a tener plenitud de derechos en el Africa del Norte francesa». Ao noticiar que «se les devuelven los bienes confiscados y se les permite el ejercicio de las actividades particulares», a revista oficiosa espanhola socorria-se dos «musulmanes» para dizer que havia que «seguir con atención este renacer de la llamada "legalidad republicana"»⁹¹.

Numa Vichy já ocupada pelas tropas alemãs, José Félix de Lequerica pedia que se lhe permitisse «insistir» novamente⁹² no «auténtico peligro» do «mal ejemplo francés para los católicos», uma vez que via o «catolicismo francés» tomado por um «nacionalismo eclesiástico» que explicaria muitas das suas atitudes perante os problemas com que se defrontava a França derrotada. O diplomata franquista comparava o que considerava ser «la política de "no comprometerse con el Gobierno actual"» porque «temen que el día de mañana tal actitud les sea reprochada por los elementos extremos y comprometa la acción propagandista del catolicismo», com a que teriam seguido durante a Guerra de Espanha, na qual «no se atrevían a mostrar su simpatía a los católicos españoles agrupados alrededor de Su Excelencia el Jefe del Estado y víctimas de una persecución sangrienta sin precedentes». Como a diplomacia francesa se colocara, na opinião de Lequerica, do lado da República espanhola, «y consideraba a sus enemigos [nacionalistas] aliados natos de las dictaduras fascistas y especialmente de Alemania, los franceses

⁸⁹ «El general Giraud ha anulado la legislación francesa posterior al armisticio de 1940», in *Mundo*, nº 153 (11/4/1943), Madrid, pp. 586-88.

⁹⁰ «Giraud cesa en la presidencia del Comité Francés de Liberación», in *Mundo*, nº 185 (21/11/1943), Madrid, pp. 455-57. Cf. GARCÍA, 1945.

⁹¹ In *Mundo*, nº 159 (23/5/1943), Madrid, pp. 136-37.

⁹² Lequerica havia insistido, desde Setembro de 1942, neste assunto pelo menos em ofícios remetidos a Jordana em 6/10/1942, 28/1 e 30/3/1943 - cf. A.M.A.E., R. 2295/10.

debían situarse del lado del enemigo de Hitler, e innumerables católicos (...), con efugios y agudezas mentales muy en el modo y temperamento franceses, se colocaban tranquilamente al lado de los asesinos de quince mil sacerdotes y doce obispos». Da mesma forma, assegurava taxativamente, «viendo en Stalin el sucesor del Zar, (...) disculpan, encubren y hasta defienden la conducta de los hombres de Katyn por considerar que ella (...) puede devolverle sus fronteras y el Imperio perdido. Ni más, ni menos».

O problema é que «si el daño fuera puramente francés (...), no tendría consecuencias universales», mas «la influencia de la Iglesia francesa, dentro de la Iglesia universal, concretamente en el Vaticano (...) es muy grande», graças, nomeadamente, ao «don de irradiación de todo lo francés», que seria responsável por arrastar «candorosos católicos de otros países (...) poniéndose al servicio de puras codicias políticas, con olvido de la doctrina». Quais seriam elas? «La doctrina internacional de la República», incluindo «la alianza rusa e inglesa, el fervor por los Estados Unidos», «todo el fervor por Rusia, por la Rusia potencia militar, (...) con increíble olvido de los preceptos morales más profundos», mas também, saliente-se, «los desproporcionados espavientos ante las más elementales medidas de reglamentación de los judíos, imitadas precisamente en buena parte de las disposiciones eclesiásticas, que empezaron a hacer algunos prelados y que dichosamente se consiguió detener»⁹³.

«Desproporcionados espavientos» contra «las más elementales medidas» antisemitas... Curiosamente, pela mesma altura, a imprensa espanhola desenvolvia uma campanha humanitária, de óbvia inspiração governamental, contra os bombardeamentos aliados sobre a Alemanha e a Itália, que motivou a intervenção das representações britânica e norte-americana em Madrid. No sentido de pôr em evidência a duplicidade dos critérios aparentemente morais seguidos pela imprensa espanhola, recordava o adido de imprensa britânico que esta não tinha seguido a própria Santa Sé, quando o Vaticano criticara, no dizer dos britânicos, fenómenos como o «tratamiento a los judíos, cambio de poblaciones en masa, malos tratos, etc., en los países ocupados», referindo-se, provavelmente, à mensagem papal de Fim de Ano de 1942, na qual, recordemos, em nenhum momento se identificam os judeus, ou outro povo qualquer, como vítimas. Um funcionário do Gabinete Diplomático espanhol responde-lhe que «se ha hecho mucha propaganda y que, aunque indudablemente en algunos casos haya habido excesos, se trataba más bien de asuntos de política interior de cada país en los cuales no podemos inmiscuirnos»...⁹⁴

Em qualquer caso, e definitivamente, a questão dos refugiados, judeus ou não, tornara-se uma questão de política externa, com consequências políticas e económicas imediatas para Madrid. Os tempos tinham mudado. Para todos. Quando, em Abril de 1943, os Governos norte-americano e britânico enviam delegações politicodiplomáticas (de «leigos e políticos inexperientes, dos escalões mais baixos da hierarquia» no caso dos E.U.A., segundo Breitman - cf. 2001: 281) para se encontrarem nas

⁹³ Ofício de Lequerica a Jordana, 13/5/1943, in A.M.A.E., R. 2295/11; sublinhado no original.

⁹⁴ Nota de Campuzano (Gabinete Diplomático) de entrevista com Burns (adido de imprensa da Embaixada britânica), 31/5/1943, in A.M.A.E., R. 2221/13.

Bermudas para discutir o problema dos refugiados, os britânicos colocaram o problema dos refugiados em Espanha logo no primeiro lugar da lista de temas para constituir a agenda da reunião (cf. MARQUINA, OSPINA, 1987: 175). Era certo que para ela, os britânicos haviam partido com a firme resolução de impedir qualquer resolução «que pudesse inflamar a opinião dos Árabes do Médio Oriente; que implicasse negociar com a Alemanha a libertação dos judeus; qualquer envio de alimentos para a Alemanha, furando o bloqueio dos Aliados»; e que «os Estados Unidos não queriam nada que compromettesse a sua restritiva política de imigração» (BREITMAN, 2001: 281); mas a verdade é que a resolução tomada era a de propor que se entabulassem negociações com Madrid «para la liberación de los refugiados franceses y acionales aliados aptos para el servicio en las fuerzas armadas» e que se considerassem várias hipóteses para acolher os demais refugiados (judeus na sua enorme maioria), quer admitindo uma parte nos E.U.A., outra na Palestina, outra «temporalmente» no Norte de África, já controlado pelos Aliados, outra na Jamaica, e os sobrantes na Grã Bretanha (cf. MARQUINA, OSPINA, 1987: 176).

Nem o Governo espanhol, nem o Governo português, teriam grandes motivos de preocupação quanto às pressões aliadas na sequência da Conferência das Bermudas. As inúmeras objecções militares e políticas que se levantaram, no seio do bloco aliado, a qualquer projecto de salvamento de grande número de judeus, retiraram eficácia às hipóteses levantadas e as suas «mountains of paper - resolutions, diplomatic memoranda, discussions and reports - [which] had accumulated in the eighteen months since the Bermuda Conference (...) [had a minimal] effect on the plight of stateless refugees in Spain» (AVNI, 1982: 121). De início, porém, o Governo português terá pressentido algum risco no facto de, paralelamente à conferência, «muitas organizações, principalmente de judeus, me têm falado da possibilidade de aproveitamento das nossas colónias, sobretudo de Angola, ideia» que regressava ciclicamente à discussão e que, garantia o ministro português em Washington, «tenho sempre procurado afastar». O ministro, Bianchi, perguntava até a Salazar se, a propósito desta possibilidade, «não conviria dizer alguma coisa sobre o assunto no State Department para se evitar o risco de aparecer na conferência qualquer resolução contrária à ideia do Governo português»⁹⁵. Depois de conversar com Sol Bloom (presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros da Câmara de Representantes), que assistira à Conferência das Bermudas, Bianchi podia já «[assegurar] que qualquer diligência que venha porventura a ser feita junto do Governo Português seria feita em termos de meras sugestões que não colocariam Governo em qualquer embaraço quanto à resposta que deseja dar»⁹⁶.

Só em Agosto é que o Governo de Salazar é solicitado formalmente pelo director do Comité Intergovernamental para os Refugiados, o britânico Herbert Emerson, a tomar-se membro do comité criado na sequência da Conferência de Evian, em 1938, juntamente, recordava Emerson, com dezasseis outros países a quem o mesmo convite fora endereçado, entre os quais a Espanha, por um lado, mas também a U.R.S.S.. Era a segunda vez que tal convite se formulava; a primeira dera-se logo

⁹⁵ Telegrama de Bianchi a Salazar, 21/4/1943, in A.M.N.E., 2º/49/112.

⁹⁶ Telegrama de Bianchi a Salazar, 4/5/1943, in A.M.N.E., 2º/49/112.

depois da sua formação, e recebera uma negativa portuguesa. A 24 daquele mesmo mês, o embaixador em Londres, Armindo Monteiro, confirmava a Emerson «[to] have acquainted my Government» sobre o convite, prometendo uma resposta que Salazar visivelmente prefere não dar. Daí que em Dezembro seguinte Emerson insista de novo com o substituto de Monteiro, o Duque de Palmella, que, por sua vez, insiste com Lisboa porque, além do director do comité, até mesmo o embaixador espanhol, Alba, o teria interrogado sobre a resposta portuguesa, «tendo informado Emerson no sentido da aceitação» do convite feito ao Governo de Franco⁹⁷. Nada se fará, contudo, nem por parte portuguesa, nem por parte espanhola, ao contrário do que informara o diplomata espanhol. O desinteresse do M.N.E. português é tal que se solicita ao jovem Franco Nogueira uma «Informação» sobre «A Conferência de Evian» que permita refrescar a memória da atitude - de ausência, justamente - oficial portuguesa no quadro das negociações internacionais sobre os «refugiados alemães» decorridas nos últimos anos '30. Para o futuro imediato, o chefe da Repartição de Negócios Políticos, Vieira Leitão, despacha, mas só quase um mês depois, no fim de Setembro de 1943: «Visto pelo Secretário Geral», ou seja, Teixeira de Sampayo, em quem Salazar depositava toda a confiança. «Não dar andamento por agora», era a decisão definitiva⁹⁸.

Em síntese, o Governo de Salazar (e, evidentemente, também o de Franco) não tinha qualquer interesse político em comprometer-se numa política internacional de apoio a refugiados, ainda por cima, como viremos a confirmar mais tarde, quando se suspeitara sempre da tendência política destes, automaticamente deduzida, como se viu desde 1936, da identidade judaica da maioria deles. Dez anos de informações recolhidas sobre a perseguição antisemita e quase quatro anos com, muito mais ainda, sobre a repressão violenta e genocida praticada nos territórios ocupados não haviam alterado substancialmente em nada a postura salazarista, menos ainda a franquista. Para as elites de ambos os regimes, as notícias que por essa altura lhes chegavam da Alemanha sobre o massacre de Katyn, essas sim, eram exemplo de brutalidade, da *barbárie* comunista - essas sim, no quadro de dois regimes evidentemente sustentados em práticas violentas, cabiam num esquema preconcebido do que era a violência condenável, ideologicamente coerente, eticamente condenável.

No fim de Abril de 1943, não nos surpreende que a imprensa portuguesa e a espanhola dêem destaque às notícias que o Governo alemão faz circular acerca da descoberta na floresta de Katyn (próxima de Smolensk, na Bielorrússia ocupada) de fossas comuns contendo alguns milhares de cadáveres que corresponderiam a oficiais do Exército polaco assassinados, asseguravam os nazis, pelas autoridades soviéticas que os haviam aprisionado em Setembro de 1939. O *Mundo* madrileno, que falava de «diez mil oficiales prisioneros polacos» vítimas da G.P.U. soviética⁹⁹ que os teria «asesinado de un tiro

⁹⁷ Cf. cartas de Emerson a Armindo Monteiro, 10/8/1943, resposta de Monteiro, 24/8/1943, de Emerson a Palmella, 8/12/1943, e telegrama de Palmella a Salazar, 10/12/1943, in A.M.N.E., 2º/49/112.

⁹⁸ Cf. «Informação» de Franco Nogueira, 4/9/1943, e despacho de Leitão, 30/9/1943, in A.M.N.E., 2º/49/112.

⁹⁹ De facto, os nazis não encontrariam naquele local muito mais de quatro mil. As vítimas terão sido «4

en la nuca», não hesitava em concluir da transcrição das informações que chegavam de Berlim: «He aquí los hechos, sumariamente expuestos en todo su trágico relieve, que vienen a proclamar una vez más la barbarie tremenda contenida en la doctrina y en los métodos de acción del comunismo»¹⁰⁰.

Nada havia de particularmente novo neste tipo de informações chegadas dos territórios soviéticos ocupados. Toda a invasão da U.R.S.S. fora descrita nas páginas da mesma revista, e da generalidade da imprensa espanhola, como a *libertação* do jugo comunista; entre várias referências menos elaboradas às práticas repressivas do período estalinista, que tiveram como objecto sobretudo as populações dos territórios anexados em 1939-40, durante a vigência do Pacto Ribbentrop/Molotov, pode-se exemplificar com, em Novembro de 1941, a que reproduzia informações alemãs que asseguravam ser «difundido el conocimiento de los actos de inaudita violencia perpetrados por el bolchevismo en Letonia y Estonia». Segundo estas informações, que só poderiam ser confrontadas com dados arquivísticos praticamente meio século depois, «durante la última quincena de junio desaparecieron más de doscientos sesenta mil ciudadanos de dichos Estados», o que, representando uma parte da realidade, correspondia a uma multiplicação por dez do número mais provável de vítimas¹⁰¹. Segundo o *Mundo*, «o perecieron por asesinato, o fueron deportados a algunos de esos lugares perdidos en la impresionante soledad de las estepas rusas o en lejanos rincones de esa desigual y oscura geografía»¹⁰².

O caso de Katyn, sabemo-lo bem, tornou-se num dos exemplos tipicamente embaraçosos para os Aliados, nos quais os mesmos alemães que procediam ao massacre de incontáveis vítimas denunciavam, para efeitos de propaganda, a prática de assassinatos em massa por parte dos seus inimigos. Não só «Hitler intima personnellement à ses collaborateurs l'ordre de saisir cette occasion pour brouiller les Alliés», fazendo com que Goebbels desencadeasse «une action de propagande» em que participariam Himmler e Ribbentrop, como os alemães se atreviam agora a «exiger la présence de la Croix-Rouge internationale lors de l'exhumation des corps», acção que por «hasard malencontreux», assegura hoje Jerzy Borejsza, coincidia com a mesma exigência feita precisamente no mesmo dia pelo Governo polaco de Londres¹⁰³, o que «pouvait laisser croire à une action concertée», num «fâcheux

421 dans le camp de Kozielsk, dans la forêt de Katyn (près de Smolensk), 3 820 dans le camp de Starobielsk (près de Kharkov)», na Ucrânia, «6 311 dans le camp d'Ostachkov (dans la région de Kalinine)», na Rússia, «et 7 305 dans d'autres camps et prisons de l'Ukraine et de la Biélorussie occidentale. L'expression "les victimes de Katyn" a traditionnellement été adoptée pour toutes les personnes exterminées dans ces différentes régions» (BOREJSZA, 1995: 977-78).

¹⁰⁰ «Cerca de Smolensko han sido hallados los cadáveres de diez mil oficiales prisioneros polacos», in *Mundo*, nº 156 (2/5/1943), Madrid, pp. 20-23.

¹⁰¹ Os dados recolhidos por Nicolas Werth nos arquivos da N.K.V.D., falam na deportação, em Junho de 1941, de praticamente 25 mil pessoas do conjunto das três repúblicas bálticas anexadas à U.R.S.S. em 1940, além de, «solo en Letonia, 1480 opositores sumariamente ejecutados a inicios del mes de julio [de 1940]» (Werth, in AA.VV., 1998: 245-46).

¹⁰² «Organización de la Rusia liberada», editorial de *Mundo*, nº 81 (23/11/1941), Madrid.

¹⁰³ Cf. comunicado do ministro polaco da Defesa Nacional, general Marjan Kukiel, 16/4/1943,

concours de circonstances exploité par la propagande soviétique» (BOREJSZA, 1995: 974).

Vários foram os factores que ajudaram a propaganda soviética a alimentar, até 1989, a mentira de que os cadáveres aparecidos em Katyn correspondiam a um massacre praticado pelos nazis. Além, evidentemente, da profusão de provas das práticas genocidas dos ocupantes alemães, os soviéticos haviam conseguido manter no «secret le plus absolu» o assassinato daqueles mais de 21 mil polacos (segundo os dados recolhidos pelo próprio K.G.B. em 1959 - cf. BOREJSZA, 1995: 977) de um total de 25.700, a maioria dos quais oficiais e soldados do Exército, cujo fuzilamento havia sido decretado por Stalin por proposta de Beria¹⁰⁴. Entre os vários detalhes de que a tese oficial soviética se alimentava, destaque-se o facto de terem sido, segundo Gerhard Weinberg¹⁰⁵, utilizadas balas alemãs, ou ainda as dúvidas suscitadas pelo facto de que desde o Verão de 1942 as autoridades alemãs de ocupação, designadamente aquelas envolvidas na *Organisation Todt* que haviam recrutado operários polacos enviados a trabalhar para a região bielorrussa de Smolensk, terem conhecimento, através destes, da existência das fossas comuns de Katyn. Contudo, não antes de Março de 1943, um mês depois de um primeiro reconhecimento do local efectuado por membros da polícia secreta militar alemã, fora dada a ordem de «ouvrir les tombes, établir le nombre de victimes et déterminer les circonstances de leur mort», e só «dès le 7 avril de 1943 les autorités allemandes à Varsovie avaient commencé à divulguer l'information». Esta sequência de factos obrigavam a que se colocasse a questão de saber «pourquoi les autorités militaires allemandes avaient tant tardé à diffuser une information qu'elles connaissaient depuis plusieurs mois» (BOREJSZA, 1995: 973). A cada vez maior profusão, nos meios de comunicação dos países aliados, de neutrais como a Suécia, a Suíça ou a Turquia, e dos meios clandestinos da Resistência antinazifascista, de informações sobre as represálias sobre a população civil, as deportações e os massacres perpetrados antes e depois da construção dos campos de extermínio, foi um factor seguramente decisivo para que, cinco meses depois da Declaração Aliada de Dezembro de 1942, Goebbels se lançasse na utilização maciça de Katyn como arma de arremesso contra os Aliados.

Por outro lado ainda, num quadro muito complexo como era o da actuação das forças de resistência armada nos territórios ocupados pelos nazis, não foi impossível ao Governo soviético lançar a suspeição de conluíus antisoviéticos existentes entre forças polacas e autoridades alemãs de ocupação, como os potencialmente resultantes dos contactos efectivamente realizados entre a Resistência nacionalista polaca - a *Armia Krajowa* - e umas S.S. empenhadas numa estratégia de conseguir uma ponte na direcção dos Aliados ocidentais através do Governo polaco no exílio de Londres¹⁰⁶.

reproduzido pelo «Service de Presse» da Legação da Polónia em Lisboa, enviado ao M.N.E. e à imprensa a 24, in A.M.N.E., 2º/49/96.

¹⁰⁴ Com data de 5/3/1940, transcrita por Werth, in AA.VV., 1998: 243-44.

¹⁰⁵ Cf. (1994). *A World at Arms. A Global History of World War II*. Nova York.

¹⁰⁶ Cf. sobre o assunto Michael FOEDROWITZ, «Mit Feuer und Rauch», in *Die Zeit*, nº 31 (29/7/1994). Frankfurt.

Ao Governo português, o Governo polaco no exílio preocupava-se em fazer chegar os dois comunicados emitidos em Londres consecutivamente na sequência da divulgação pelos nazis da existência das fossas comuns de Katyn. O primeiro, assinado pelo ministro da Defesa Nacional do Governo no exílio, historiava a recolha de informações sobre aqueles prisioneiros, cerca de 15 mil dos quais «manquaient» quando se desencadeara, no Verão de 1941, o processo de constituição de «l'armée polonaise en URSS» na sequência da assinatura do pacto soviétopolaco e da respectiva convenção militar. Concluía-se já que «nous sommes habitués aux mensonges de la propagande allemande et nous nous rendons compte du but de ses récentes révélations, mais vis à vis des informations détaillées données par les Allemands et concernant la découverte des corps de milliers d'officiers polonais trouvés dans les environs de Smolensk (...), la nécessité se pose de faire examiner les tombes en masse qui viennent d'être découvertes, par un organisme international compétent, comme celui de la Croix Rouge Internationale».

A segunda das notas, contudo, preocupava-se exclusivamente em «[dénier] aux allemands le droit d'exploiter les crimes qu'ils attribuent aux autres pour une argumentation servant leur propre défense». Para tanto, o Governo polaco vinha «rappeler les faits suivants» de responsabilidade do ocupante alemão, entre os quais, uma vez mais voltando a não mencionar especificamente as vítimas judias, se fazia referência aos «officiers polonais (...) fusillés pour des actes d'ordre politique, antérieurs à la guerre», a outros «officiers de réserve polonais [qui] furent arrêtés et déportés dans les camps de concentration», aos «prisonniers de guerre polonais (...) recrutés par la force pour l'armée allemande», aos «plus d'un million et demi de polonais [qui] furent exécutés ou massacrés dans les camps de concentration» e aos «près de 80.000 polonais d'âge militaire, officiers et civils, [qui] furent incarcérés dans les camps de concentration de Majdanek et de Tremblinka [sic] où ils sont torturés et massacrés»¹⁰⁷.

A versão alemã produzida sobre o caso de Katyn não encontrou, contudo, dificuldades para a sua divulgação em Portugal e em Espanha. Nem os salazaristas, nem os franquistas, tinham dificuldade alguma em dar-lhe crédito, o que é perfeitamente natural no quadro da visão que partilhavam sobre a política soviética e o comunismo em geral. Dois factos são, contudo, relevantes nesta atitude. O primeiro é demasiadamente óbvio: se por um lado não permitiam que se divulgasse (e, portanto, não creditavam) as informações relativas às práticas genocidas dos alemães, mesmo depois da Declaração Conjunta aliada produzida cinco meses antes, divulgavam aquelas que incriminassem os Aliados, e particularmente os soviéticos. Mas não só: poucos meses mais tarde, os Governos de Lisboa e de Madrid empenhar-se-iam na crítica aos bombardeamentos aéreos de Roma por parte dos Aliados, sem que se tivessem empenhado alguma vez em idênticas diligências diplomáticas públicas junto do Governo alemão a propósito de qualquer campanha da *Luftwaffe*. O segundo constitui uma remanescência de 1939-41 e tem a ver com a forma como as informações que chegavam a Lisboa e a Madrid da parte do Governo

¹⁰⁷ Notas à imprensa da Legação da Polónia em Lisboa, 19 e de 20/4/1943, enviadas ao M.N.E., 24/4/1943, in A.M.N.E., 2º/49/96. Não conferi se puderam ser publicadas ou não, mas as instruções da censura eram as de negar a publicação de comunicados das representações diplomáticas.

polaco no exílio podiam contribuir para reforçar os preconceitos antisemitas (para já não falar dos anticomunistas) das elites reaccionárias ibéricas.

É disso que se trata na conversa que o D.G.P.E. do M.A.E., Doussinague, tem com Marjan Szumlakowski, que representava oficiosamente junto de Franco o Governo polaco no exílio de Londres. Mais de um ano depois de lhe ser retirado o reconhecimento de qualquer dignidade diplomática, Szumlakowski manteve duas entrevistas com Doussinague, na primeira das quais começou por assegurar que os alemães «han dicho enteramente la verdad» sobre «los asesinatos de Oficiales polacos en el bosque de Katyn» e reiterava as denúncias da «actuación de los bolcheviques» na zona do território polaco de 1939 ocupada pelos soviéticos duas semanas depois da invasão alemã, tendo-a descrito como «absolutamente bárbara», sendo «el horror de la ocupación superior a cuanto puede decirse». E, logo de seguida, comprometia os judeus na actuação «bolchevique»: «Los judíos colaboraron con ellos, atacando constantemente a los polacos».

O diplomata polaco teria passado depois a Doussinague informações que, se divulgadas em Londres ou em Washington, seriam evidentemente embaraçosas para o Governo polaco no exílio, sobretudo considerando a evolução do seu posicionamento quanto ao carácter particular da perseguição e do genocídio dos judeus polacos. Sobre o comportamento da população de Varsóvia perante o esvaziamento do ghetto de Varsóvia, Szumlakowski dizia que se «los polacos se han abstenido de intervenir, considerando que esto no les afecta[,] (...) cuando ahora los alemanes han atacado el barrio judío de Varsovia, destruyéndolo», tal se deveria à pretensa colaboração dos judeus polacos com as forças soviéticas de ocupação em 1939-41. Mais: «Por lo demás, el Gobierno polaco tiene la decisión absoluta de no volver a permitir que se establezcan judíos en Polonia, ya que parece que han sido extirpados completamente». Além de transmitir ao Governo espanhol o desejo de que se não voltasse a constituir uma minoria judaica em território polaco - e, de alguma forma, a satisfação pelo seu desaparecimento -, o que se assumia como dado adquirido entre o diplomata polaco e o franquista era que os judeus haviam já sido «extirpados» da Polónia. Havia, isso sim, «que tener en cuenta[,] (...) a pesar de las pérdidas de la guerra, más de veintiocho millones de polacos puros»¹⁰⁸, e esse era o adjetivo para designar o conjunto dos polacos com a exclusão, precisamente, dos judeus.

Permito-me uma comparação entre a sensibilidade franquista neste caso e aquela que, mais de um ano depois, não manifestaria face a um pedido do embaixador italiano leal ao Governo italiano que agora combatia do lados dos Aliados, um diplomata, aliás, ao qual se reconhecia um estatuto de plena legitimidade. O pedido tinha a ver com «la tragica situazione in cui si trovano gli Ufficiali e tutti gli altri militari italiani che, avendo ricusato al momento dell'armistizio di unirsi ai tedeschi, sono stati catturati ed avviati in campi di concentramento in Germania, Polonia, ecc.»; muitos outros tinham sido

¹⁰⁸ Nota da entrevista entre Doussinague e Szumlakowski, 15/6/1943, in A.M.A.E., R. 1372/22. É provável que opiniões desta natureza não viessem a ser alheias ao facto de oito meses depois o Governo polaco no exílio decidir substituir Szumlakowski na sua representação oficiosa em Madrid (cf. EIROA, 2001: 47).

massacrados logo nos dias seguintes ao armistício, sobretudo nas ilhas gregas que tinham estado até aí sob ocupação italiana, mas também em território peninsular italiano por as suas unidades se terem oposto à deportação para a Alemanha¹⁰⁹, em condições, portanto, que tinham muito de semelhante com a sorte dos militares polacos massacrados por ordem das autoridades soviéticas. Segundo o embaixador Paolucci, tratava-se de «oltre 650.000 [militari] internati nelle condizioni più tragiche e penose e mantenuti in un tale stato de denutrizione che ogni giorno centinaia e centinaia di essi muoiono di fame». A sua situação agravava-se ainda pelo facto de que «il Governo del Reich non ha creduto di riconoscere [a tale persone] la qualità di prigionieri di guerra ponendole così (...) fuori dalla garanzia delle leggi e convenzioni internazionali». O pedido limitava-se a uma «viva preghiera di esaminare la possibilità di interporre i propri buoni uffici presso il Governo del Reich affinché alla suddetta categoria di internati italiani venga riconosciuta ufficialmente la qualità di prigionieri di guerra»¹¹⁰.

O Susecretario do M.A.E., habitualmente descrito como um dos elementos mais propensos à viragem *neutralista* que com Jordana se teria tentado imprimir à política externa franquista, ainda transmite este pedido ao embaixador espanhol em Madrid, Ginés Vidal, mas não o fazendo acompanhar de nenhuma instrução ministerial, simplesmente «dejando a su buen criterio la conveniencia de realizar, si lo estima discreto y oportuno, alguna gestión de tipo personal u oficioso» que «pudiera contribuir (...) a aliviar la situación de aquellos militares italianos que por haberse adherido a la Monarquía» - o argumento, colocado assim, é curioso - «están actualmente internados en Alemania»¹¹¹. Os arquivos espanhóis não conservam qualquer resposta de Vidal. Ao assunto não foi dado qualquer seguimento.

Exposta, por contraposição, a questão de Katyn, regressemos, contudo, ao terreno das pressões alemãs exercidas sobre os governos ditatoriais ibéricos em torno dos seus súbditos de etnia judaica. E recordemos, desde já, este facto significativo: só depois de a Declaração Aliada Conjunta de Dezembro de 1942 publicitar formalmente a denúncia do genocídio dos judeus é que o Governo nazi se decide a forçar os governos dos Estados neutrais ou não beligerantes a tomar uma decisão sobre as suas responsabilidades pelos judeus das respectivas nacionalidades presentes em territórios ocupados. Ora, numericamente pelo menos, o caso mais representativo da actuação das autoridades espanholas afectou a comunidade sefardita grega, mais especificamente a de Salónica. Romero Radigales, que chega a Atenas em Abril de 1943 para assumir o consulado num território por então sob ocupação italiana, já os dois aliados do Eixo se tinham posto de acordo para a expulsão até 15 de Junho de todos os judeus de nacionalidade estrangeira que fossem acolhidos pelos respectivos governos. O novo cônsul elabora uma lista de 510 nomes a repatriar «que tienen perfecto derecho a serlo», isto é, nos restritivos termos que

¹⁰⁹ Cf. a propósito ROSSI, 1993: 123-33.

¹¹⁰ Carta de Paolucci ao Susecretario do M.A.E. (Pan de Soraluce), 7/8/1944, in A.M.A.E., R. 2193/25; sublinhado no original.

¹¹¹ Ofício de Pan de Soraluce a Vidal, 10/8/1944, in A.M.A.E., R. 2193/25.

Jordana havia fixado em Março (cf. *supra*), ainda que a muitos outros, em sua opinião, tivessem sido concedidos no passado passaportes «"con la mayor benevolencia"» (Radigales¹¹², cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 192). Naquele momento, depois das deportações massivas já organizadas por Adolf Eichmann entre Março e Maio, estes eram os últimos remanescentes da numerosa comunidade hebraica da capital da Macedónia grega, juntamente com alguns judeus de nacionalidade italiana (que seriam evacuados para Itália) e «820 "privileged" Jews and collaborators, whom the Germans had promised to send to Theresienstadt and not kill» mas que acabariam por ser enviados directamente para Treblinka no início de Junho (cf. AVNI, 1982: 153). Contudo, enquanto o cônsul espanhol preparava já os detalhes práticos para a viagem ferroviária até à fronteira espanhola, atravessando toda a Europa meridional, e conseguia a anuência da Embaixada em Berlim para que se iniciassem os trâmites diplomáticos para conseguir os vistos de trânsito por todos os territórios envolvidos, o M.A.E. em Madrid contrariou todos os seus planos, aconselhando-lhe a «mantener una actitud pasiva, absteniéndose de toda iniciativa personal y no debiendo expedir pasaporte colectivo». Perante a insistência do cônsul, que chamava a atenção a Madrid de que a situação dos judeus sefarditas era «"crítica en extremo"», Jordana foi taxativo: este «debía atenerse estrictamente a las instrucciones» recibidas «"sin tomar iniciativa alguna ni buscar contactos por este asunto con otros representantes diplomáticos, ni salir por ninguna razón de la actitud que se le ordenó asumir"» (Jordana¹¹³, cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 192), isto é, a passividade.

Ironicamente, a interdição de actuar fora imposta por Jordana poucos dias antes de que as autoridades alemãs comunicassem às espanholas a sua autorização para a saída e o trânsito dos judeus em questão. A reacção de Madrid foi a de recomendar ao embaixador em Berlim ser «"indispensable neutralizar el exceso de celo del cónsul en Atenas, paralizando este asunto que podría crear en España serias dificultades (...)[,] en general reduciendo al mínimo las cifras de visado con las dificultades a que dan ocasión las instrucciones generales"». Perante a insistência alemã, desta vez, em que se procedesse ao transporte para Espanha destas cinco centenas de pessoas porque, «ante la posibilidad de un desembarco aliado en la zona no podía mantener a estos sefarditas en aquellos lugares», o ministro que a bibliografia retrata como moderado e *neutralista* recordava a Ginés que ao impor as medidas restritivas tomadas em Março, «"en ningún momento ha pensado el Gobierno español repatriar masas de de sefarditas, sino sólo resolver casos excepcionales, no pudiendo aceptarse por tanto ni con pasaporte colectivo, ni sin él, ni con tren especial, ni por pequeños grupos, que vengán contra nuestra voluntad"» (Jordana¹¹⁴, cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 193-94).

A atitude do Governo espanhol não pode ser analisada hoje apenas num contexto genérico no qual se inscreve a evidente consciência das informações que por todo o mundo já circulavam

¹¹² Telegrama a Jordana, 25/5/1943.

¹¹³ Telegrama a Ginés Vidal, para ser transmitido a Radigales, 11/6/1943.

¹¹⁴ Telegrama a Ginés Vidal, 1/7/1943.

sobre o destino que os alemães davam aos judeus capturados por toda a Europa ocupada. Os próprios documentos diplomáticos que suscitavam estas decisões faziam referência directa a este pano de fundo. Quando no fim de Julho a *Auswaertiges Amt* comunicou «verbalmente» ao embaixador Ginés Vidal que, «expirado el plazo de repatriación, se iba a realizar la evacuación inmediata de los sefarditas a un campo de trabajo a Alemania para permitir al Gobierno español estudiar el caso y eventualmente solicitar su repatriación», advertia-se os espanhóis de que se assim não fosse «y en la primera oportunidad serían trasladados a Polonia, de donde ya no podrían salir "en ningún caso ni en manera alguna"». Quando Vidal transmite estes termos a Jordana, salienta-lhe, pela primeira vez neste processo, que «"no se ocultará a V.E. las trágicas consecuencias que tendría para ellos su traslado a Polonia"» (Vidal¹¹⁵, cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 194). Esta advertência, note-se, que não era mais do que a reiteração das insinuações que o mesmo Vidal fizera a Jordana a propósito da *limpeza* de Berlim, em Fevereiro.

Se aquela advertência parecesse demasiadamente diplomática, e ciente do peso que José María de Doussinague havia assumido no M.A.E. desde o início do mandato de Jordana, um dos colaboradores de Vidal na Embaixada em Berlim, Federico Oliván, escreve ao Director Geral para o avisar de que

«"si España, por razones que a nadie pueden escapar, se niega a recibir esta parte de su colonia en el extranjero a pesar de que goza de la nacionalidad española y de que ha cumplido estrictamente con cuantas formalidades le ha impuesto nuestra legislación, la condena automáticamente a muerte - pues esta es la triste realidad y lo que no hay que tratar de disimularse"».

Mais do que um instinto humanitário perante a evidente consciência do genocídio que se vinha praticando - estava-se, saliente-se, na fase mais intensa do assassinato -, o que preocupava o diplomata eram as denúncias que internacionalmente se poderiam fazer da atitude oficial espanhola:

«"(...) Mal profeta seré si no llega el día en que se nos critique acerbamente el que, sabiendo lo que iba a ocurrir, nos hayamos lavado las manos como Pilatos y abandonando a su triste suerte a estos, al fin y al cabo compatriotas, sin ni siquiera elevar la más mínima protesta y sin hacer nada por salvarlos"».

Como noutras ocasiões em que argumentos de natureza aparentemente humanitária eram expendidos por agentes do sistema de poder franquista, a judeofobia não cessava; simplesmente se deixava esbater perante «"la suerte horrible"» a que se sabia estavam destinados os judeus deportados:

«"Comprendo perfectamente que no nos sonría ver campar por sus respetos en España a un tan crecido número de judíos por muy españoles que sean teórica o prácticamente, pero conociendo los sentimientos que forman la base del alma española me resisto a creer que no exista la posibilidad de salvarles de la horrible suerte que les espera, recibiendo en nuestro país y haciéndoles esperar en un campo de concentración (que habrá de parecerles, en este caso, un paraíso) a que la guerra termine para devolverles eventualmente a su lugar de origen o si no a cualquier país que quiera acogerlos"» -

porque esse não era o caso da Espanha - «cuando, con la terminación de las hostilidades, la "humanidad" haya vuelto a existir en el mundo"» (Oliván¹¹⁶, transcrito in MARQUINA, OSPINA, 1987: 194-95).

¹¹⁵ Telegrama a Jordana, 22/7/1943.

¹¹⁶ Carta a Doussinague, 22/7/1943; Marquina esclarece-nos que esta fora manuscrita e que o seu autor

A este argumento somaram-se cartas colectivas enviadas tanto a Franco como a Doussinague (que havia trabalhado na Legação de Atenas até 1940) por judeus sefarditas de Salónica no momento em que «iban a ser internados en el ghetto» da cidade, «pidiendo» ao cônsul espanhol aquilo que ele próprio reconhecia ser «una protección que no podía darles» e uma diligência do Núncio apostólico em Madrid junto do M.A.E.. Mas será perante a notícia de que as autoridades alemãs finalmente se decidiam, no início de Agosto de 1943, a deportar também os judeus espanhóis de Salónica, que o M.A.E. comunica que o Conselho de Ministros, dividido perante a questão numa reunião celebrada a 4 de Agosto (a meio da viagem de onze dias a que os judeus espanhóis de Salónica haviam sido obrigados), «había acordado autorizar[les] la entrada en España en tránsito y era absolutamente indispensable no perder más tiempo» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 195). Como, no tempo entretanto decorrido, 150 judeus espanhóis haviam conseguido fugir para Atenas «in an Italian military train taking Italian soldiers home to leave», graças à intervenção do vicecônsul espanhol Ezraty (ele próprio um judeu que seria identicamente deportado) junto das autoridades militares italianas que ocupavam ainda as zonas ocidental e meridional da Grécia (cf. AVNI, 1982: 153), os alemães deportam para Bergen-Belsen os 367 judeus sobrantes.

Simultaneamente, ainda antes da ruptura italoalemã de Setembro de 1943, o cônsul espanhol em Atenas, Romero Radigales, havia solicitado o repatriamento dos seus cidadãos espanhóis sob sua protecção, ao que lhe fora respondido, via Embaixada espanhola em Berlim, que o deveria fazer em «groups of twenty-five people, but that the transport of each group was contingent upon special permission granted only after the previous group had left Spain». Radigales, estupefacto, atreveu-se a recordar a Madrid que «under these conditions it would take two years to evacuate all his protégés» e o M.A.E. rejeitou todas as suas alternativas, negando-lhe «the authority to provide Spanish visas himself» (AVNI, 1982: 157). Duas semanas depois da rendição italiana e da ocupação pelos alemães quer do território italiano, quer daqueles que até então haviam sido ocupados pelas tropas italianas, como era o caso da maioria da Grécia, Dieter Wisliceny (colaborador directo de Eichmann) e Jürgen Stroop (que fora o responsável, meses antes, pelo esvaziamento do ghetto judaico de Varsóvia) foram enviados para Atenas para organizar as deportações. A 18 de Outubro «la colonia sefardita de Atenas suplicaba a Doussinague que el ministro autorizase el repatriamento en masa pues vivían en la mayor angustia», o que é rejeitado por Jordana «hasta que el Joint Distribution Committee cumpliera su palabra» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 229), ou seja, assegurasse a saída de Espanha dos judeus espanhóis já repatriados.

Enquanto isso, e para tornar mais expressiva a atitude oficial espanhola, o M.A.E. tinha ainda que se confrontar com o apertar do cerco às comunidades judaicas que viviam na Bulgária. Aos estrangeiros havia sido dado um prazo até 1 de Setembro para abandonar o país antes que lhes fosse

reconheceria em 1959 que o então Director Geral «se mostró escéptico» perante o seu conteúdo (cf. MARQUINA, OSPINA, 1987: 229).

aplicada a mesma legislação discriminatória e persecutória aplicável aos judeus búlgaros. O representante de Espanha em Sofia, Julio Palencia, insiste por várias vezes, entre Julho e Agosto de 1943, em que Madrid solicitasse a Berlim autorização para o repatriamento de mais cerca de 300 cidadãos espanhóis de etnia judaica. A resposta de Jordana foi a de que Palencia devia «abstenerse de toda iniciativa para la repatriación» e, acto imediato, ordenar o seu regresso a Madrid. Ainda assim, em Setembro seguinte conseguia-se reunir uma lista de 119 judeus espanhóis residentes na Bulgária que, cumprindo os difíceis parâmetros do M.A.E., estavam em condições de serem repatriados (cf. AVNI, 1982: 167). A acumulação de casos pendentes que a obstrucionista política do Governo espanhol fazia dependerem uns dos outros secundarizou o caso dos judeus da Bulgária, com os quais Madrid não se ocupará mais.

De facto, toda a discussão se centrava agora nas 367 pessoas que, transportadas desde Salónica, estavam encarceradas num dos campos de concentração cuja natureza a elite de poder franquista bem conhecia. Ainda assim, a intenção do M.A.E. continuava a ser a de impor um sistema de rotação sistemática de judeus em trânsito: organizar-se-iam viagens entre Bergen-Belsen (no Norte da Alemanha) e a fronteira francoespanhola de grupos de 25 pessoas, que «deberían llevar la documentación española completa en el sentido más estricto», mas que não entrariam em território espanhol enquanto a Cruz Vermelha portuguesa, que se havia comprometido a «hacerse cargo de estos judíos y hacerlos salir de España, vía Portugal», não o tivesse feito com um grupo para permitir a entrada de outro. É o Governo alemão que objecta por uma questão de rapidez e que insiste com o Governo espanhol para que aceitasse o repatriamento, em Setembro, em duas únicas expedições; e é de novo o Governo de Madrid que recusa aceitar a entrada de mais judeus enquanto os 73 judeus espanhóis que haviam entrado em Agosto vindos de França - os únicos a serem repatriados daquele país... - não tivessem deixado o território espanhol, voltando a bloquear todo o processo.

Em Novembro, é outra vez o Governo alemão que pressiona o espanhol, «señalándole que era urgente e indispensable que diesen una contestación definitiva sobre el viaje a España» porque «el campo de Bergen-Belsen no reunía condiciones para el invierno» e porque «la policía exigía la entrega» do campo de Bergen-Belsen para outros detidos, «y debían deportarlos a Polonia de donde sería imposible sacarlos». Um mês mais tarde voltam a insistir, desta vez para acrescentar «que se había comprobado la participación de los judíos de Italia y Grecia en la traición [del]¹¹⁷ Gobierno Badoglio» e que os judeus espanhóis de Salónica seriam transferidos para outros campos de concentração «en Alemania», perguntando «si el Gobierno español estaba conforme con que los súbditos españoles **fuesen transportados inmediatamente a España**» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 197-99¹¹⁸). É também sensivelmente nestes mesmos termos que a Legação alemã em Lisboa se dirige a Salazar para lhe dizer que «"por motivos de ordem policial é necessária a deportação imediata de todos os judeus na Itália e na Grécia que se tenham evidenciado pela sua atitude anti-alemã"», indagando se, «"no caso de se

¹¹⁷ No texto de Marquina aparece erroneamente a expressão «traición al Gobierno Badoglio».

¹¹⁸ Sublinhado na transcrição de Marquina.

encontrarem entre os elementos indesejáveis também alguns que tenham a nacionalidade portuguesa[.] (...) é desejado pelo Governo português o envio imediato para Portugal ou a entrada num campo de concentração na Alemanha para fins de exame de documentação e do direito dos atingidos para [sic] regressar aos seus países"» (cit. in MELO, 2000).

Ao mesmo tempo, a pressão aliada subira um degrau mais. No início de Novembro de 1943, os chefes das diplomacias do Três Grandes aliados (Grã Bretanha, U.R.S.S. e E.U.A.), reunidos na Conferência de Moscovo, aprovavam e faziam distribuir uma declaração que acrescentava alguma coisa mais à Declaração Conjunta Aliada de onze meses antes. Sem se fazer qualquer referência às vítimas judaicas, ou ciganas, já agora, advertia-se solenemente

«os alemães que tomem parte no fuzilamento em grande escala de oficiais italianos ou na execução de reféns franceses, holandeses, belgas ou noruegueses ou de camponeses cretenses ou que tenham participado na matança do povo da Polónia ou dos territórios da União Soviética (...) [.] saberão que serão levados de novo para o local onde cometeram os seus crimes e julgados ali mesmo pelas pessoas que maltrataram violentamente. Que aqueles [que ainda não participaram (...)] tenham cuidado, para que não vão engrossar as fileiras dos culpados, pois as potências aliadas persegui-los-ão com toda a certeza até aos lugares mais recônditos da Terra e entregá-los-ão aos seus acusadores, para que se faça justiça» (transcrita in BREITMAN, 2001: 330).

A nova Declaração ajudava a criar um novo ambiente internacional que acossava moralmente ainda mais do que antes os perpetradores do genocídio e condenava de antemão todos aqueles que com eles colaborassem. Em Espanha, a Declaração dos Três Grandes e as pressões alemãs para obrigar a Administração espanhola a definir a sua posição obrigam Franco, que deve ter considerado a questão demasiadamente polémica, a convocar o órgão máximo em que se dirimiam as discordâncias entre as diferentes famílias do seu regime, o Conselho de Ministros. É o que faz no fim de Novembro. Nele se decide que «se habría de hacer todo lo necesario para que saliesen primero de España quienes ya habían llegado, incluso negándose a dar facilidades a los franceses que querían ir a Argel, mientras no se diese previamente pasaje en los barcos a los sefarditas españoles que debían contar con el correspondiente visado que les permitiese desembarcar en Argel». Por outras palavras, os judeus espanhóis detidos em Bergen-Belsen «no debían pararse en España sino ir directamente al punto de embarque», e só então se permitiria a «concentración en Berlín de los demás sefarditas cuya expedición se debía hacer de la misma forma que las anteriores» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 197). Semelhante postura empurrara o Governo britânico a interceder junto de Salazar para que se reprogramasse a viagem do navio português *Nyassa*, «aprazada para 20 de Janeiro [de 1944] (...) [e] que transportaria para a Palestina 600 judeus refugiados de Espanha e Portugal». Salazar sabia que teriam «surgido dificultades por parte» de Madrid, que solicitava, entre outras coisas, que o *Nyassa* «transporte uma parte de judeus espanhóis não chegados ainda da Alemanha». A «Inglaterra», acrescentava Salazar, «tem máximo empenho em que se execute o programa e pede-nos que apelemos aos sentimentos humanitários do Governo espanhol para que possa vencer-se [sic] os obstáculos levantados». Como a preocupação portuguesa era de que seria «muito prejudicial agravar» o «estado de espírito do Governo inglês (...) quanto ao Governo da Espanha», achava Salazar que «se [deve] fazer tudo para o modificar em sentido

favorável à Espanha»¹¹⁹, intercedendo junto de Nicolás Franco em Lisboa, o mesmo devendo fazer Theotónio em Madrid junto de Jordana.

Quatro dias depois da última pressão alemã sobre Madrid, por fim, Jordana dá instruções para que um primeiro grupo fizesse a viagem para Espanha, especificando, já em Janeiro, que este não deveria superar as cinquenta pessoas. Nova objecção alemã obrigará os espanhóis a aceitar duas únicas expedições em que se incluíam todos os detidos espanhóis sobreviventes, que deixariam, finalmente, Bergen-Belsen a 2 e a 7 de Fevereiro de 1944, sem deixar a Madrid tempo suficiente para reagir. Por outras palavras, se os 365 judeus espanhóis de Salónica entram em Espanha a 10 e 13 de Fevereiro, mostrando, segundo o M.A.E., «un profundo agradecimiento al Gobierno español» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 229¹²⁰), ironicamente deviam-no bastante mais ao empenho das autoridades alemãs que deles se queriam livrar... Quatro meses depois seriam transferidos para fora do território espanhol e internados num campo de refugiados no Marrocos francês (cf. AVNI, 1982: 156).

A impaciência alemã com as ambiguidades espanholas manifestava-se ainda noutros terrenos. Em alguns casos (como o ocorrido com a detenção de 51 sefarditas espanhóis detectada pelo cônsul em Paris em Novembro de 1943), a cada vez maior relevância mediática da perseguição antisemita fazia com que Jordana solicitasse a intervenção dos seus embaixadores para que se conseguisse a suspensão das operações de detenção e deportação antes ainda de esclarecer a possibilidade da vinda para Espanha dos perseguidos desde que, note-se, «no se [hallasen] en campos de concentración» (cf. MARQUINA, OSPINA, 1987: 189). Mas é sobretudo a irritação e o «asombro» alemães, muito mais do que a actuação diplomática espanhola, plena de «cuellos de botella», de obstáculos de todo o tipo levantados tanto pelos sectores militares e policiais do regime como pelos responsáveis do M.A.E., que explica a prorrogação sucessiva de prazos que permitisse o repatriamento dos judeus espanhóis. É, afinal, o Governo nazi que recorda, já em Janeiro de 1944, a Jordana que «"el Gobierno español ha subrayado repetidas veces que no tenía interés por los judíos de nacionalidad española"», o que fizera com que «los plazos repetidamente fijados para la repatriación [hubiesen] expirado sin que las autoridades españolas manifestasen sus deseos». «"A pesar de la orientación absolutamente antialemana de estos judíos"», os alemães «ordenarían gustosos el traslado a España de los judíos españoles que se encontraban detenidos en el sur de Francia» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 190¹²¹). Em algum caso conseguira-se até a libertação de alguns dos sefarditas espanhóis que já estavam detidos no campo de Drancy. Na generalidade dos casos, entre o atraso (até Julho de 1944) dos preparativos legais e logísticos para a sua viagem de repatriamento e a lentidão do processo de decisão de Madrid, estes judeus espanhóis de França não passariam a fronteira, beneficiando da libertação do

¹¹⁹ Telegrama de Salazar a Theotónio, 8/1/1944, in A.M.N.E., 2º/49/112.

¹²⁰ Nesta citação, Marquina diz referir-se a um telegrama de Jordana à Legação espanhola em Atenas, 15/2/1944.

¹²¹ Cita-se um apontamento da Embaixada alemã em Madrid ao M.A.E., 18/1/1944.

país pela acção dos Aliados e da Resistência no Verão de 1944.

Por seu lado, só duas semanas depois de os sefarditas espanhóis de Salónica chegarem a Espanha é que a Legação portuguesa em Berna transmite ao M.N.E. que recebera informações da Cruz Vermelha Internacional sobre a presença de 16 judeus portugueses de Atenas e de Salónica, que se encontravam retidos desde havia quase um ano (Março de 1943) num campo de refugiados na Bulgária e que haveriam sido entregues «"às autoridades alemãs"», as quais os teriam levado para «"Lom-Palanka"», provavelmente um campo de concentração intermédio, «"com destino previsível para a Alta Silésia"» (cit. in MELO, 2000¹²²), ou seja, Auschwitz.

Ao mesmo tempo, enquanto se agudizavam todos os problemas ao mesmo tempo (sefarditas espanhóis de França, de Salónica, de Atenas...), o Governo alemão «atribuyó el retraso a las autoridades españolas» e ameaçou com «[proceder] de inmediato al transporte a campos de concentración en Polonia de los judíos de Atenas, de donde no podrían salir "en ningún caso ni en manera alguna"» (cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 200¹²³). 155 judeus espanhóis em Atenas são presos em Março de 1944, juntamente com alguns (provavelmente apenas três) de nacionalidade portuguesa e de outras, enviados para o campo de concentração de Haidiri, junto à capital grega, e deportados para a Alemanha no início de Abril, prometendo-se ao cônsul Radigales que os enviariam para a fronteira francoespanhola se essa fosse a vontade do Governo espanhol. Ao chegarem à Áustria, contudo, os judeus espanhóis e portugueses seriam separados dos restantes e enviados para Bergen-Belsen.

Quase simultaneamente, porém, o representante do Congresso Mundial Judaico em Lisboa intercedia junto do irmão de Franco, Nicolás, o embaixador espanhol em Portugal, para lhe levantar o problema de «cuatrocientos (sic)¹²⁴ ciudadanos españoles que vivían en Atenas y fueron enviados al campo de concentración de Haidiri»¹²⁵, além de quinhentos outros «internados en el campo de Drancy, cerca de París», aos quais as autoridades espanholas não permitiam o repatriamento. Aparentemente pressionado por este lado, o M.A.E. decide tentar uma solução que não punha em causa a regra absoluta de impossibilitar a entrada e a consequente permanência de judeus em Espanha: solicitar «urgentemente la autorización de salida de Grecia para Turquía y Palestina» a cargo da Cruz Vermelha Internacional e do próprio Congresso Mundial Judaico. Os alemães não reconhecem outros espanhóis além dos 155 que já haviam sido internados em Bergen-Belsen e só admitem «[colocarlos] en la frontera española», o que, contudo, «no harían sin el previo acuerdo español» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 201-02).

¹²² Refere-se a um ofício da Legação em Berna, 19/2/1944.

¹²³ Telegrama da *Auswaertiges Amt*, 15/2/1944, sem que Marquina especifique o seu destinatário.

¹²⁴ Assim no original.

¹²⁵ Haim Avni dá credibilidade a um cálculo total de 830 judeus espanhóis vivendo na Grécia em 1943, dos quais 250 em Atenas (cf. 1982: 162); o número de 400 poderia resultar da soma destes com os cerca de 150 que haviam fugido de Salónica.

No mesmo campo de concentração encontrava-se também o grupo de, agora, 19 judeus portugueses da Grécia. A maioria deles disporia de documentação passada pelo cônsul Lencastre e Menezes ao abrigo do regulamento que o Governo republicano português havia criado em 1913 para os judeus *levantinos*, designadamente os de Salónica, procedimento que fizera com que o Governo português o exonerasse em 1935¹²⁶. Sobre isso mesmo vinha, em Março de 1944, a poderosa Direcção da P.V.D.E. interpelar o M.N.E. acerca da «autenticidade dos passaportes», denunciando terem sido distribuídos gratuitamente passaportes aos judeus «da última leva aqui chegada» - em referência aos *levantinos* repatriados de França, os quais, porém, seriam «quase todas pessoas de haveres e portadores de bastante dinheiro e valores» («nota» da P.V.D.E.¹²⁷, cit. in MELO, 2000).

O problema era que, no início de Maio, a Embaixada norteamericana em Lisboa e a Comunidade Israelita de Lisboa, e, em Junho, a Nunciatura Apostólica, sucessivamente, vêm interceder em favor destes detidos em Bergen-Belsen. A primeira entregara um *Aide-Mémoire* no qual se «[apelava] a Portugal para que tornasse todos os direitos e imunidades dos cidadãos portugueses extensivos aos que reclamavam a cidadania portuguesa», que o Governo português notificasse as autoridades estrangeiras (nomeadamente as alemãs) sobre o seu desejo de protecção dos requerentes», e que suspendesse até ao final da guerra todos «os pareceres negativos» relativamente aos processos de concessão da nacionalidade, os quais, «nas circunstâncias de urgência verificadas, [poderiam] significar a morte» (ALEXANDRA, 1995: 60). Ao mesmo tempo, o M.N.E. tem que responder à P.V.D.E., e fá-lo em termos muito curiosos, que só se podem compreender num contexto tão transformado quanto era aquele em que, um ano e meio depois da Declaração Conjunta Aliada e em plena emergência suscitada nas diplomacias neutras representadas em Budapeste pela última grande ofensiva genocida nazi, por fim contra os judeus húngaros. Vieira Leitão, o mesmo obediente e «timorato» (MELO, 2000) Director Geral de Negócios Políticos do M.N.E. que durante anos se mostrara indiferente perante inúmeros pedidos de auxílio formulados em nome de vários grupos e tipos de perseguidos pelo regime nazi, aproveitava agora para fazer à P.V.D.E. um verdadeiro recordatório da decência jurídica em condições políticas e morais absolutamente excepcionais. «Quanto ao inconveniente a que V. Exa. alude», escreve Leitão à polícia política, «de disfrutarem do benefício [do repatriamento] israelitas que o não mereciam por ser duvidosa a sua nacionalidade, foi ele preferido a outro de bem maior extensão e gravidade - o de deixar ao desamparo os que fossem dignos de melhor tratamento». Permaneciam evidentes as dúvidas quanto à legitimidade do estatuto de nacionais, só que «a altura [não] parecia azada (...) para destrinçar os que eram de facto portugueses de alguns outros que se socorriam desse título talvez com fraco fundamento.

¹²⁶ Nair Alexandra deduz de uma referência que é feita num ofício da Repartição da Administração Consular à Direcção Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 17/6/1944, que Menezes «é [então] afastado do cargo por alegada falta de rigor nas respectivas averiguações da nacionalidade» (1995: 60), quando de facto tal acontecera nove anos antes. Sobre a questão, cf. o subcapítulo 12.2 do presente trabalho.

¹²⁷ Dirigido ao «director-geral [dos Negócios Políticos e Administração Interna] do M.N.E.», 11/3/1944.

De contrário chegaria a decisão demasiado tarde, tão tarde que não haveria, possivelmente, necessidade de aplicá-la"» (Leitão¹²⁸, cit. in MELO, 1998a).

Também aqui, como um ano antes a propósito do repatriamento de alguns dos judeus *levantinos* de França, a linguagem era nova. Nova mas, sobretudo - e note-se bem - *importada*: a argumentação esgrimida pelo alto funcionário do M.N.E. era precisamente a mesma que a Embaixada norte-americana usava com o Governo português. Ao contrário de uma interpretação que valoriza a atitude «tolerante» dos diplomatas contra a rigidez dos polícias (e que é a de António Melo, in 2000), o que entrevejo aqui é uma evidente necessidade de aproximar o discurso salazarista para com os judeus daquele que os Aliados procuravam impor a Lisboa e transmitir através dos meios de comunicação ocidentais, que se mostravam, entretanto, cada vez mais exigentes nas suas referências ao problema. O que só aproximava mais ainda salazaristas de franquistas.

Simultaneamente, o Governo português é forçado a uma outra discussão que opõe o Governo de Salazar aos diplomatas britânicos em Lisboa e em Moçambique. No fim de Janeiro de 1944, a Embaixada britânica adverte o Governo português, empenhado em conseguir fazer sair daquela colónia da África Oriental alguns judeus para a Palestina e outros territórios, de que «no non-British national may, of course, enter any British territory unless he already possesses the necessary visa»¹²⁹. Quando instado pelo M.N.E. a pronunciar-se sobre o problema, o ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, manifesta «uma grande surpresa» porque «os vistos de trânsito concedidos aos judeus que, actualmente, se encontram em Moçambique foram-no sob a condição de seguirem aos seus destinos na primeira oportunidade de transporte», ou seja, nas condições de sempre que consideravam os territórios portugueses como zonas de passagem e não de fixação dos refugiados, «não sendo portanto razoável», prosseguia o chefe de gabinete de Machado, «que, depois de dadas todas as facilidades possíveis para os referidos judeus aguardarem naquela nossa Colónia o momento de prosseguirem a viagem, fiquem agora ali indefinidamente só porque não obtêm vistos de entrada nos países a que se destinavam». Razão podia ter o ministro das Colónias ao «não [compreender] que a Embaixada britânica pense negar o "visto" de entrada aos judeus referidos», recomendando-se ao M.N.E. que se «[envidassem] todos os esforços no sentido de conseguir os "vistos" para os judeus que se encontram em Moçambique poderem sair dali». Dois dias depois, e numa linguagem que reiterava o discurso que se praticara desde os anos '30, Machado pedia ao seu chefe de gabinete que insistisse telegraficamente com o M.N.E. que «se a Inglaterra não quer os judeus - nós também não. (...) Acho difícil que nos queiram impor pessoas que consideram indesejáveis e que só em trânsito puderam entrar em território nacional»¹³⁰.

¹²⁸ Ofício à Direcção da P.V.D.E., 5/5/1944.

¹²⁹ «Aide-Mémoire» ao M.N.E., 25/1/1944, in A.M.N.E., 2º/49/112.

¹³⁰ Ofícios do chefe de gabinete do ministro das Colónias ao Director Geral dos Negócios Políticos e Administração Interna do M.N.E., 8 e 10/2/1944, in A.M.N.E., 2º/49/112. A última citação corresponde a despacho do dia 5 do próprio ministro, transcrito no segundo ofício citado.

O M.N.E. insiste durante esse mês com os britânicos para que se instrua o cônsul na capital moçambicana, Lourenço Marques, para que este emitisse os respectivos vistos em todos os passaportes em causa, o que não oferece problemas senão num reduzido grupo que pretenderia embarcar para territórios ainda ocupados pelos japoneses, concretamente Batávia e Shanghai, e que, portanto, pretendiam esperar pela vitória aliada. Acordava-se assim a permanência na colônia portuguesa dos refugiados judeus que não tivessem obtido vistos para a Palestina e partido no *Nyassa* no dia 8 de Abril. Ainda durante esse mês, contudo, com a denúncia pelos britânicos do comportamento revelador de dois funcionários da polícia política vem agravar a questão. Estes agentes da P.V.D.E. teriam, dois meses e meio antes, «summoned to the Commissariat all Jewish refugees who did not hold visas and requested them to sign a document stating that they would leave in the s.s. "Nyassa" of their own will and proceed to Goa». O resultado fora que «all refused to sign» e os agentes haviam «singled out a Polish Jew named Gelbart and gave instructions for him to be imprisoned until he had agreed to sign the document», intimidando assim os restantes refugiados, aos quais teria sido dito que «when Gelbart had signed he would again summon them and that if they then refused to do likewise they would be similarly treated».

Certamente que se reconhecia que o chefe de gabinete do governador geral de Moçambique tinha «expressed complete surprise» ao cônsul britânico e que «stated that Captain Henriques», o chefe local da P.V.D.E., «had acted without orders», assegurando-lhe dar «instructions that Gelbart was to be released forthwith and that no further pressure was to be put on refugees to proceed to Goa»¹³¹. Pedidas pelo M.N.E. informações ao Ministério das Colónias, a resposta, de meados de Maio, garantia que o governador geral de Moçambique «já providenciou no sentido desejado pela mencionada Missão diplomática, libertando o judeu Gelbart [sic] e afirmando que não será exercida qualquer pressão sobre os outros judeus». Insistia-se, porém, de forma ressentida, que «a verdade é que os citados judeus entraram em Moçambique sob a condição de seguirem para a Palestina (...) e agora verifica-se que não estão dispostos a deixar o nosso território», o que é reiterado à Embaixada britânica¹³².

Tornados, entretanto, os judeus ibéricos da Grécia motivo de atenção internacional, o Governo de Madrid, pelo seu lado, «trató de dar seguridades a las comunidades judías que se interesaron» pela questão, bem como ao Congresso Mundial Judaico, descrevendo como esforços seus todas as diligências para conseguir a libertação e o repatriamento de judeus espanhóis, «silenciando», como destaca Antonio Marquina, «las omisiones y los condicionantes de la política mantenida», queixando-se junto do Governo britânico que, pelo contrário, «"[no se] reconozca debidamente este esfuerzo ni amengüe ello los infundios y noticias tendenciosas que insidiosamente se lanzan en el mundo

¹³¹ «Aide-Mémoire» da Embaixada britânica em Lisboa ao M.N.E., 26/4/1944, in A.M.N.E., 2º/49/112.

¹³² Cf. ofícios do M.N.E. ao Ministério das Colónias, 28/4/1944, resposta deste, 16/5/1944 (sublinhado no original), e nota do M.N.E. à Embaixada britânica em Lisboa, 18/5/1944, in A.M.N.E., 2º/49/112. A 15/7/1944, o Ministério das Colónias transmite ao M.N.E. uma lista de nove refugiados judeus «que, transitoriamente, se encontram em Moçambique» depois da partida do *Nyassa* e depois de vários outros terem viajado para a África do Sul e outros destinos pelos seus próprios meios.

contra España y su régimen político"» (Jordana¹³³, cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 202-03).

«Infundios» e «insidia», invocava Jordana. Um mês mais tarde, em Maio de 1944, de facto, o ministro espanhol seria obrigado a confrontar-se com os britânicos quando estes lhes recordavam que «el Gobierno español debía recibir y proteger a sus propios nacionales» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 210), rejeitando a Embaixada britânica em Ankara assumir responsabilidades pelo repatriamento, via territórios aliados do Médio Oriente, de 65 judeus espanhóis da Roménia. Ao mesmo tempo, e apesar da insistência do seu embaixador em Berlim, o Governo espanhol esperava dois meses e meio mais para, só no fim de Junho de 1944, quando conseguira expulsar da península os judeus espanhóis de Salónica e enquanto avançavam os Aliados pelo litoral norte francês, reactivar o processo de libertação dos judeus espanhóis de Atenas, detidos em Bergen-Belsen sob a permanente ameaça de serem deportados para a morte nos campos de extermínio do «Leste». Os Governos espanhol e português, sintomaticamente, reagiam só quando a situação militar alemã se degradava a uma grande velocidade, o que passava a significar o risco do corte das comunicações terrestres entre o território controlado pelos alemães e a fronteira espanhola.

Foi o que aconteceu definitivamente a 19 de Setembro, depois de mais três meses perdidos em desgastantes inquirições diplomáticas e burocráticas que envolviam, desta vez, também o Governo português pelo facto de a expedição que os alemães queriam organizar para transferir judeus detidos em Bergen-Belsen incluir dezanove cidadãos portugueses. Quando Salazar se interessou, por fim, pela questão, em Julho, a Legação em Berlim confirma-lhe que, depois de «"verificadas de novo as listas de judeus de Atenas"» deportados «"não se [encontrara] mais nenhum português"» apesar de «"muitos israelitas da Grécia terem invocado várias nacionalidades e os que agora procuramos poderem já ter sido repatriados como espanhóis ou turcos"» (transcrito in ALEXANDRA, 1995: 60¹³⁴). A autorização de repatriamento de Bergen-Belsen para Portugal é emitida três dias depois e comunicada à polícia política, a P.V.D.E., a quem se informa de que se tratariam de «"19 israelitas, (...) todos de presumida nacionalidade portuguesa"» (M.N.E., cit. in MELO, 2000). Tarde demais, contudo, para que um comboio militar alemão atravessasse o território francês que Aliados e Resistência libertavam já. Seis dias depois da autorização de Salazar, desistia-se do transporte (cf. MARQUINA, OSPINA, 1987: 204¹³⁵).

Se em Lisboa fora a pressão directa da Embaixada norteamericana a obrigar o Governo português a interessar-se pela sorte dos seus cidadãos, também seria a Embaixada dos E.U.A. em Madrid a «solicitar del Gobierno español que utilizase todos los medios a su disposición para facilitar la

¹³³ Telegrama ao embaixador de Espanha em Londres, 14/4/1944.

¹³⁴ A autora cita um telegrama a Salazar de 11/7/1944. Ao contrário do que a autora julgava neste artigo, estes judeus acabariam por sobreviver. Também Haim Avni não acerta quando dá crédito a uma nota demasiadamente optimista que terá chegado em Agosto de 1944 ao *Immigration Department* sionista em Jerusalém, informando da chegada a Portugal dos citados dezanove judeus portugueses, depois de terem atravessado a França ocupada e em guerra e a própria Espanha (AVNI, 1982: 160 e 247).

¹³⁵ Marquina cita um telegrama da Embaixada espanhola em Madrid a Jordana, 20/7/1944.

transferencia de los 155 sefarditas a España y ejercitar la máxima vigilancia para librarles de la posible persecución de las autoridades alemanas», receando da parte destas, sujeitas a uma pressão militar incomparavelmente superior, comportamentos de represália ainda mais brutais que no passado recente. Os norteamericanos sugeriam até «la entrada en Suiza de forma temporal» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 205), depois de haverem pressionado o Governo suíço nesse sentido.

Em situação militar desesperada, era agora a vez de serem os alemães a não se mostrarem mais interessados em providenciar a saída dos judeus de nacionalidade espanhola. Bem podia agora o M.A.E. ser gerido pelo nosso arquiconhecido José Félix de Lequerica, que «de ser más antijudío que nadie, por el gran peligro que este pueblo significaba, pasó a convertirse en un paladín en favor de la salvación de los judíos», que já não se conseguiria dos alemães a libertação destes 155 detidos. Numa situação desesperada para a Alemanha, desesperadamente necessitado em reunir elementos diplomáticos de agrado para os Aliados angloamericanos triunfantes, Lequerica gastou o último trimestre de 1944 pedindo à sua representação em Berlim uma série de intervenções junto do Governo do Reich que não teriam resultado prático algum mas que permitiam ao regime de Franco apresentar perante a imprensa aliada uma imagem substancialmente diferente daquela que até então legitimamente se tinha veiculado. A viragem retórica era tal que a Embaixada em Berlim se deveria passar a interessar até pela «protección de los judíos que fuesen súbditos de los países hispanoamericanos, incluso los de quienes no habían encomendado a España la protección de sus intereses» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 205).

Só a chegada dos Aliados ao campo de Bergen-Belsen, em Abril de 1945, permitiu a libertação dos 155 sefarditas espanhóis e dos 19 portugueses vindos, quase todos, de Atenas. O seu destino não precisava de passar mais por uma Espanha cujo Governo deles se desentendera, e poucos (aparentemente só cinco) entre os portugueses, «"muito debilitados e sem quaisquer recursos"», se acolherão à protecção do Consulado em Antuérpia (cf. MELO, 2000).

Entretanto, meses antes, no início de 1944, o Comité Intergovernamental para os Refugiados voltava a pressionar o Governo português, avançando com um esquema de «financial arrangements of the Intergovernmental Committee» que permitirá a Salazar encontrar um pretexto para a não adesão e a não colaboração com um organismo internacional que o obrigaria a sair do bilateralismo, o único esquema dentro do qual o Estado português sabia poder conservar alguma autonomia de negociação com os dois grandes aliados ocidentais¹³⁶. Em Março, Salazar envia por fim um ofício ao embaixador em Londres, no qual reitera as «objecções» que em 1938 havia formulado à constituição do Comité, porque «mantém a sua procedência na actualidade», apesar, curiosamente, de ele próprio reconhecer que «as questões que o assunto [dos refugiados] suscita têm aumentado em gravidade e em

¹³⁶ Cf. carta de Herbert Emerson a Palmella (embaixador de Portugal em Londres), 13/1/1944, in A.M.N.E., 2º/49/112. Nesta primeira versão, o comité propunha responsabilizar o Estado português por 8 «units» numa «scale» de um total de 888.5, cabendo outras 108 à Grã Bretanha e aos E.U.A., cada, 94 à U.R.S.S., 40 à Espanha, etc.. Na versão do fim de 1946 («Constitution of the International Refugee Organisation», 15/12/1946) fixar-se-ão obrigações muito diferentes, sendo a norteamericana muito mais elevada, por exemplo.

vastidão». O ditador português contestava agora «o processo de cotização (...) talvez mais do que contestável quanto à equidade»; «não se afigura justo», escrevia ele, «que os novos membros do Comité concorram para despesas que foram efectuadas anteriormente à sua participação e, portanto, sem a sua audiência». Em resumo, instruía Salazar o embaixador que comunicasse ao Comité que «não se afigura oportuno nem útil aceitar o convite que, de novo, nos foi endereçado em Agosto de 1943»¹³⁷. Curiosamente, dois meses depois Emerson ainda não recebera qualquer resposta e volta a insistir com Palmella, e outro mês e meio ainda passará até que o Governo português lhe responde, via Palmella, recusando o convite, sublinhando, entre outros aspectos já levantados por Salazar, que a criação do Comité, em 1938, fora «too restricted and one-sided», sem se abundar muito nesta avaliação¹³⁸. O director do Comité ainda insiste em rebater alguns dos argumentos da carta portuguesa, mas Palmella limita-se a responder-lhe ter remetido essa carta a Lisboa. Estava-se em plena emergência internacional a propósito das deportações dos judeus húngaros para Auschwitz e o Governo português, através da sua Legação em Budapeste, era um dos actores directamente envolvidos.

A pressão não acabaria aqui, o que diz bem do agravamento das pressões recebidas pelo Governo português numa questão sobre a qual o tempo se encarregava de manchar cada vez mais com as tonalidades do massacre e do extermínio, sobre cujo conhecimento público o caso dos judeus húngaros veio fazer avançar rapidamente o processo. Dois meses depois, em Outubro de 1944, sem mais notícias, Sir Herbert Emerson insistia «circunstanciadamente» em que «a atitude [portuguesa] se apoiava em deficiente informação, pois desde a Conferência realizada nas Bermudas em 1943 (...) que as decisões de Evian haviam deixado de constituir a base de trabalho do Comité», tendo-lhe sido «alargado o mandato de modo a abranger não só os refugiados alemães como quaisquer outras pessoas que, onde quer que se encontrassem, como resultado dos acontecimentos na Europa, tivessem tido ou viessem a ter que abandonar os seus países de residência pelo perigo que corra a sua vida e a sua liberdade, em razão da sua raça, nação, religião ou credo político». Salazar não o ignorava, evidentemente. Mas, poderia ser semelhante mandato do agrado de um regime com a natureza do salazarista? Como sintetizava um outro jovem funcionário do M.N.E., Marques Guedes, também ele com um certo futuro proeminente na Administração portuguesa¹³⁹, «o Governo Português reservou a sua opinião, e não deu qualquer resposta aos esclarecimentos fornecidos»¹⁴⁰. O mais extraordinário da desfaçatez era que, três dias antes, o

¹³⁷ Ofício de Salazar a Palmella, 23/3/1944, in A.M.N.E., 2º/49/112.

¹³⁸ Cf. carta de Emerson a Palmella, 25/5/1944, e resposta, 4/7/1944, e nova carta de Emerson, 3/8/1944, in A.M.N.E., 2º/49/112.

¹³⁹ Viria a desempenhar, entre outros cargos, a presidência do Tribunal Constitucional já no período democrático.

¹⁴⁰ Resumo de carta de Emerson a Palmella, 30/10/1944, in «Informação - Parecer. Comité Intergovernamental para os Refugiados», de A. Marques Guedes, 30/4/1946, in A.M.N.E., 2º/49/112; sublinhado no original.

embaixador espanhol em Lisboa, Nicolás Franco, perguntara ao Secretário Geral do M.N.E. se Portugal fora convidado para integrar o «Comité Inter-governamental destinado ao estudo dos problemas dos refugiados políticos» - e atente-se bem no adjectivo que Salazar escolhera para o designar no telegrama que envia ao seu embaixador em Madrid -, ao qual informa que o citado Secretário Geral «respondeu nada conhecermos sobre tal assunto»... Dias depois, efectivamente, Pedro Theotónio Pereira confirma, que no M.A.E. espanhol não se havia tomado ainda qualquer decisão sobre o assunto, ao contrário da resposta negativa, e taxativa, portuguesa de meses antes¹⁴¹.

Quando, no início de Novembro, chegados ao pior momento da emergência húngara, com as legações portuguesa e espanhola cheias de refugiados, o embaixador Palmella procede, de Londres, ao ponto da situação, esclarece que «a Espanha ainda não respondeu aos repetidos convites do Comité, mas Alba, com quem falei a este respeito, diz-me que tem mais de uma vez aconselhado o seu Governo a aceitar». A motivação era justamente a suspeitada: «No seu ponto de vista, é preferível fazer parte destas organizações do que estar fora delas quando se possam discutir assuntos do nosso interesse». Ora, «desde que a competência do Comité foi alargada de maneira a abranger quaisquer refugiados políticos, há toda a conveniência em a Espanha ser membro do Comité Inter-governamental pois este tem como regra não se ocupar de refugiados dos países membros senão depois de consulta e acordo do Governo respectivo». Nestes termos, curiosamente, Palmella parece querer insinuar junto de Salazar uma opinião que coloca na boca do seu colega espanhol, porque acrescentava, contra a principal objecção que meses antes Salazar formulara, que «a questão da contribuição financeira para despesas do Comité é de pequena importância e sempre há meio de discutir o assunto quando se faz parte do Comité. Em vista dos termos categóricos da nossa recusa» - e aqui se justificava o embaixador -, «pareceu-me preferível não procurar junto do Comité qualquer informação complementar»¹⁴².

Terminada a guerra, o regime salazarista saberá fazer bom uso dos elogios que lhe são formalmente prestados quer pelas embaixadas aliadas, quer pelo próprio Comité, mas recusa-se a colaborar com ele, negando-se Salazar, em Junho de 1945, reconhecer validade vistos de entrada no país que já haviam sido concedidos pela Legação portuguesa em Bruxelas a delegados polacos que viriam tratar dos aspectos práticos de repatriamento de refugiados, invocando o ditador, de novo, a sua prioridade hierárquica sobre um acto «decidido por si próprio», o ministro em Bruxelas, «e à revelia do Ministério», e advertindo a polícia política «que sendo o momento muito grave, no que diz respeito à agitação, achamos conveniente que estas licenças, que podem envolver outros fins, sejam revestidas de todos os cuidados»¹⁴³. A situação repetir-se-á no início de 1946, quando Sir Herbert Emerson pede ao

¹⁴¹ Cf. telegrama de Salazar a Theotónio, 27/10/1944, e resposta deste, 31/10/1944, in A.M.N.E., 2º/49/112.

¹⁴² Telegrama de Palmella a Salazar, 3/11/1944, in A.M.N.E., 2º/49/112.

¹⁴³ Cf. ofício da P.V.D.E. ao Director Geral dos Negócios Políticos e Administração Interna, 24/7/1945, e telegramas do ministro de Portugal em Bruxelas a Salazar e resposta deste, respectivamente 25 e 27/7/1945, in A.M.N.E., 2º/49/112.

Governo português, através da Embaixada em Londres que «give full recognition to documents identifying the official or employee and requesting in the name of the Intergovernmental Committee on Refugees that all appropriate facilities be granted to the bearer», um enviado oficial do Comité, o que é indeferido pelo jovem Marcello Mathias, entretanto nomeado director geral dos Negócios Políticos, argumentando que Portugal «não está representado no I.C.R., nem na O.N.U. para onde (...) devem proximamente ser transferidas as actividades daquele Comité», concluindo que «não há motivo nem vantagem» em permitir a actividade normal do Comité no país¹⁴⁴.

13.5 Um caso excepcional: Budapeste, 1944

O último grande massacre de judeus na Europa ocorrido no processo da *Solução Final* teve, nesse contexto, muito de excepcional: ocorre num período muito diferente dos anteriores, envolve activamente muitos mais actores do que as situações anteriores, decorre num Estado que, sendo aliado da Alemanha desde antes de se iniciar a guerra mundial, é reconhecido como soberano pela maioria desses actores e, portanto, condiciona de alguma maneira o peso decisivo da actuação das autoridades de ocupação alemãs. Acima de tudo, o massacre da comunidade judaica húngara - a terceira maior na Europa em 1941 - é decidido e praticado num espaço de tempo muito mais curto que os anteriores uma vez que, ao fim de sete meses do seu início (Abril), o Governo nazi, pela mão de Heinrich Himmler, decreta a paragem definitiva do programa industrial de extermínio e o desmantelamento dos centros de assassinato colectivo a 25 de Novembro de 1944 «on the grounds that the Final Solution was effectively complete» (NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1194).

A actuação das legações portuguesa e espanhola em Budapeste, participando de uma atitude generalizada de empenhamento no salvamento de vidas de pessoas perseguidas e muito especificamente de judeus, sem que estivessem em causa, na quase totalidade dos casos, nacionais dos respectivos países, representa também um caso excepcional, não tanto pela atitude de elementos das administrações diplomática e consular, mas mais pela dos dirigentes máximos das respectivas políticas externas e dos próprios regimes. A interpretação a meu ver mais correcta e menos discutível desta atitude é a de que também ela constituiu um caso excepcional, ainda que claramente superado, no caso português, pelo da actuação isolada do cônsul Aristides Sousa Mendes, com as consequências tão traumáticas que para este teve.

Listemos alguns dos componentes fundamentais desse quadro. Excepcional não foi, é evidente, como percurso prévio para o extermínio, o agravamento da situação social e política dos 825 mil judeus submetidos à soberania húngara (quer nos territórios de 1938, quer nos anexados desde então), primeiro com a legislação *racial* de 1941, depois com a acentuação do seu carácter persecutório em 1943.

¹⁴⁴ Cf. carta de Emerson à Embaixada de Portugal em Londres, 27/12/1945, ofício do encarregado de negócios (João de Deus Ramos) a Salazar, 9/1/1946, e resposta de Mathias, 5/2/1946, in A.M.N.E., 2º/49/112.

Em 1941, além de se impor a expulsão dos judeus sem a nacionalidade húngara para os territórios da U.R.S.S. ocupados pela Alemanha e pelos seus aliados, o que significou o seu assassinato colectivo, a legislação persecutória incluía aspectos como o da prestação de trabalhos forçados na frente ucraniana, onde combatiam as tropas húngaras ao lado das do *Reich*, ou nos territórios jugoslavos ocupados pelo exército húngaro (cf. HILBERG, 1997: 78). O facto de só em 1944 chegar a hora da deportação e do extermínio aos judeus húngaros e aos muitos que, originários de outros territórios da Europa Oriental, para ali afluíram, sobretudo desde o início dos massacres sistemáticos em 1941, e apesar das condições já de si difíceis de vida impostas aos judeus economicamente mais débeis, devia-se apenas ao papel que a Hungria desempenhava no conjunto do *Império* nazi: sendo um aliado da Alemanha desde antes da guerra, cujo estatuto político não havia sofrido alterações significativas, o Governo nazi tivera que respeitar uma autonomia substancial da sua política perante a minoria judaica, que passara, como em todos os casos semelhantes (Itália, Roménia, Bulgária, Finlândia), pela não deportação dos judeus nacionais (o mesmo não ocorrendo com os judeus estrangeiros) para os campos de extermínio enquanto as prerrogativas de uma soberania formal se mantinham. Uma vez desaparecidas estas, os alemães passaram à fase das deportações: em Itália, em 1943, na Hungria, em 1944; na Roménia, na Bulgária e na Finlândia tal não ocorre justamente porque o avanço soviético altera as condições políticas antes que a Alemanha pudesse impor e organizar as deportações.

Ocupada a Hungria pelas tropas alemãs, em Março de 1944, numa tentativa explícita de evitar uma situação semelhante à criada em Itália pelo Governo Badoglio, a maquinaria alemã do extermínio, agora supervisionada directamente por Adolf Eichmann, transferiu-se para Budapeste. Menos de metade de Março e quase todo o mês de Abril foram gastos em deter, agrupar e enviar para campos de concentração transitórios a grande maioria dos judeus residentes fora da capital, com o pleno acordo do regime húngaro; o primeiro comboio de deportados para Auschwitz foi enviado a 27 de Abril e, até que o Regente Horthy decidisse suspender temporariamente as deportações (4 de Julho), cerca de meio milhão de judeus da chamada *Grande Hungria* foram enviados para Auschwitz.

O que é que provocara esta outra medida absolutamente inédita no processo do Holocausto? - a de um aliado da Alemanha decidir, contra a vontade desta, a suspensão das operações¹⁴⁵. Entre os vários factores, seguramente terá pesado o exercício de pressões directas por parte do Vaticano (apelo de Pio XII a Horthy, 25 de Junho - também este totalmente inédito), de um neutral como a Suécia (carta do rei Gustavo V, da Suécia a Horthy, 30 de Junho), mas, mais importante

¹⁴⁵ De facto, «Hitler decidiu autorizar, a título de concessão, a emigração de 400 judeus portadores de documentos suecos que lhes davam protecção, de 20 000 crianças judias para a Palestina e de mais 7000 judeus, desde que a deportação (dos restantes) prosseguisse» (BREITMAN, 2001: 316). Um pequeno número de outros judeus beneficiados tinham papéis portugueses que lhes garantiam apenas protecção (cf. FRANCO, FEVEREIRO, 2000: 62). Veja-se referência adiante a este assunto num telegrama de Branquinho (encarregado de negócios em Budapeste) a Salazar, 5/8/1944. Esta autorização teve efeitos muito diminutos: das dez mil crianças que conseguiriam visto de entrada na Suíça, «only 320 had ever reached Switzerland, and these from Bergen-Belsen and not Hungary» (AVNI, 1982: 172).

que os anteriores, as pressões angloamericanas feitas, agora, com um peso muito superior ao que adquirira no passado, uma vez que, na perspectiva de uma mais do que certa vitória aliada, estes eram os únicos que poderiam impor à U.R.S.S. uma solução que garantisse alguma forma de sobrevivência do regime húngaro.

Efectivamente, menos de uma semana depois da entrada das tropas alemãs na Hungria, já o presidente norteamericano Franklin Roosevelt fazia uma declaração pública sobre o assunto, graças à pressão cada vez mais pesada do sector que dentro da Administração exigia que Washington se empenhasse na salvação de judeus europeus, e que tinha no secretário do Tesouro, Henry Morgenthau, o seu referente principal. Roosevelt voltava a denunciar «a tortura e o assassinio sistemáticos de civis pelos nazis e pelos Japoneses», especificando particularmente o caso do «"assassinio em grande escala dos judeus da Europa (...) um dos mais negros crimes de toda a história"», advertindo expressamente que «todos os que participassem na deportação dos judeus da Hungria seriam punidos» (cit. in BREITMAN, 2001: 311). Esta declaração era reforçada por outra difundida pelo Governo britânico uma semana mais tarde, ainda Março não tinha terminado, na qual, sem mencionar, é verdade, em nenhum momento as vítimas judaicas, se «"[avisava] a Alemanha e os seus satélites das consequências da continuação das perseguições nos seus territórios, e [apelava] a todos os homens de boa vontade de todo o mundo para que [ajudassem], (...) protegendo as vítimas de opressão, sob a ameaça da tortura e de morte"» (transcrito in BREITMAN, 2001: 311-12). Ao contrário do que sucedera em situações anteriores, vários eram os indícios recolhidos pelos aliados de que, por exemplo, à mensagem de Roosevelt «fora dada muita publicidade pelos meios de comunicação locais[, causando] uma profunda impressão nos povos dos Estados dos Balcãs». A partir desse momento, a *War Refugee Board* (W.R.B.) dos E.U.A. actuou junto dos governos aliados como elemento de exigência moral e prática, ao ponto de «recomendar a divulgação de uma declaração anglo-americana, em que afirmassem estar dispostos a arranjar refúgio para todos os judeus que saíssem da Hungria», o que seria, porém, rejeitado pelo Governo britânico, ou, «à medida que as deportações decorria», entre Abril e Julho, enviando «uma série de avisos» directamente «ao governo húngaro sobre as sérias consequências para o futuro do país». Criado em Janeiro desse ano, a W.R.B. tomava-se o «primeiro organismo governamental ocidental que procurava dinamicamente salvar ou proteger pelo menos alguns daqueles que os nazis estavam empenhados em destruir» (BREITMAN, 2001: 313, 316 e 308).

Os Aliados não pressionaram apenas o Governo húngaro, evidentemente. Fizeram-no, também, com o Vaticano, conseguindo que este «[mudasse] a sua política de protecção prioritária aos [judeus] convertidos e passou a protestar mais genericamente contra todas as deportações de judeus» (BÁN, LOUÇÃ, 1995: 26); e com os governos suíço e sueco, responsáveis pelo maior número de pessoas protegidas nas respectivas instalações diplomáticas e consulares, ao abrigo do seu estatuto de extraterritorialidade; é aqui, aliás, que o caso do emissário sueco Raoul Wallenberg sobressai. Por fim, ainda que com muito menos efeitos práticos, fizeram-no também, como já vinham fazendo antes, com os governos autoritários ibéricos. A partir de Julho, as embaixadas norteamericana e britânica em Madrid

pressionariam sistematicamente o M.A.E. espanhol através de sucessivas diligências para conseguir o consentimento espanhol na protecção, em Budapeste, de judeus perseguidos, e até mesmo para conseguir documentos de trânsito para aqueles que se conseguissem fazer sair da Hungria. Fora o caso, por exemplo, em Julho e Agosto, da pressão para que os espanhóis permitissem entrada em Espanha de «1,684 Jews for whose release the Budapest rescue committee negotiated with Eichmann» no âmbito de uma jogada preparada pelas S.S. de que falarei mais adiante. O M.A.E., que responde aos britânicos ter instruído o seu encarregado de negócios em Budapeste, Ángel Sanz Briz, no sentido solicitado, fá-lo com tal atraso, num contexto de uma actuação alemã muito mais expedita que em circunstâncias anteriores, que é a Embaixada britânica que lhe comunica, no início de Agosto, se tratava agora de assegurar que eles fossem libertados do campo de concentração de Bergen-Belsen e pudessem viajar para e entrar em Espanha (cf. MARQUINA, OSPINA, 1987: 215), o que se tomara, entretanto, muito complicado pelas operações militares que se desenrolavam por todo o território francês.

Em Lisboa, diplomatas aliados e organizações de salvamento e auxílio aos refugiados mostraram ser, pelas razões atrás aduzidas, muito mais empenhadas nos seus contactos com o Governo português que o tinham sido no passado. Em meados de Agosto, as legações britânicas e norteamericanas nos países neutrais, Portugal e a Espanha incluídos, entregaram uma nota solicitando apoio para os refugiados que pudessem sair da Hungria, adiantando logo que, em geral, se responsabilizariam pelo seu destino¹⁴⁶. Por outro lado, os angloamericanos, na sua pressão, pelo menos moral, sobre os Governos de Lisboa e Madrid, puderam contar com o auxílio de muitos diplomatas húngaros, cada vez mais certos da derrota final alemã, que se recusaram obedecer às ordens dos governos Sztójay e, depois, Szálasi, controlados pelos alemães. Foi o caso do exministro Andor Wodianer, na capital portuguesa, que transmitia ao M.N.E. declarações do «Comité de Ministros Húngaros que repudiou o actual governo ilegal de Budapeste», numa das quais, no fim de Julho, se protestava «contra a perseguição dos judeus e outras pessoas na Hungria», descritos como «abomináveis crimes feitos por "quislings" húngaros e pelos seus subordinados», lembrando «a todos os húngaros que possam ser cúmplices, ou servidos [sic] como acessórios a estes crimes, que eles não serão permitidos [sic] a invocar como circunstância atenuante o facto de só terem desempenhado [sic] ordens de autoridade superior»¹⁴⁷.

Num momento em que, insista-se, quer o Exército Vermelho avançava sobre a Hungria e em que a maioria do território francês estava fora do controlo alemão, impossibilitando, portanto, o transporte de refugiados a cargo dos alemães até à fronteira hispanofrancesa dos Pirinéus, o resultado

¹⁴⁶ Cf. «Note Verbale» da Legação dos E.U.A. ao M.N.E., 19/8/1944, in A.M.N.E., 2º/49/112, e MARQUINA, OSPINA, 1987: 217, onde se cita uma nota britânica entregue ao M.A.E. no dia anterior.

¹⁴⁷ Carta de André [sic] de Wodianer ao M.N.E., sem destinatário pessoal, 26/7/1944, in A.M.N.E., 2º/47/157. Vieira Leitão (Director Geral dos Negócios Políticos e Administração Interna) adverte-o de que «devia abster-se de qualquer actividade de natureza política e que, portanto, não devia promover a publicação» desta declaração.

final destas diligências angloamericanas acabaria por ser o de conseguir que as legações dos Estados neutrais em Budapeste assegurassem a protecção do maior número possível de judeus perseguidos, sem que, por tal, tivessem nunca que aceitar e programar a sua emigração para cada um dos respectivos países, ou simplesmente, até, o seu trânsito através dos respectivos territórios. Os diplomatas e os governantes portugueses e espanhóis eram evidentemente conscientes disto mesmo, o que não pode ter deixado de os influenciar no sentido de lhes facilitar os gestos de compromisso e envolvimento limitados (no tempo, na natureza jurídica) para com os refugiados. Como sustentaria aquele que dirigiu a Legação de Portugal em Budapeste durante a maioria do período de crise, Carlos Branquinho, e já depois de passada esta, era verdade que «[se dissera] ao Governo húngaro que o Governo português, embora afirmando de forma concreta que de nenhuma maneira se reconheceria nunca a nacionalidade portuguesa aos seus titulares, se dispunha, contudo, a recebê-los em território português, logo que os Governos húngaro e alemão consentissem na sua viagem». Ora, o diplomata português, responsável pela *protecção* de cerca de mil pessoas na Legação portuguesa, acrescentava a peça chave que ajuda a compreender o seu comportamento: «A convicção da Legação de Portugal, que veio a verificar-se, foi sempre a de que uma tal viagem [dos refugiados protegidos da Hungria para Portugal] seria, por todas as razões, tecnicamente impossível»¹⁴⁸. Neste sentido, todas as comparações entre o caso de Sousa Mendes, em Bordéus/1940, e os dos diplomatas portugueses Garrido e Branquinho em Budapeste/1944 parecem exageradas e deslocadas: foram pouquíssimos os refugiados húngaros que terão chegado a Portugal em 1944, em comparação com os mais de dois mil que entraram no país em 1940 com vistos que o Governo considerou ilegais.

Sublinhe-se especialmente este aspecto, que toma o caso de Budapeste/1944 completamente diferente dos anteriores: o que os governos aliados, na grande maioria dos casos, pediram aos governos ibéricos (e ao suíço, ao sueco e à Santa Sé), não podendo ser a vinda para a Península de milhares de refugiados judeus, o que significaria enfrentar uma resistência tão persistente quanto aquela que acompanhámos ao longo deste capítulo e do anterior, que simplesmente encarassem a possibilidade de os proteger na própria Hungria durante algum tempo, forçosamente não muito, dado o colapso militar (desembarque na Normandia, perda generalizada de território na frente soviética) e política (conspiração e atentado contra Hitler) em que, a partir de Junho/Julho, a Alemanha nazi entrara. Esta última hipótese suscitava, evidentemente, muito menos resistências em Lisboa e em Madrid - o que não tem sido suficientemente relevado pela literatura sobre a questão -, além de que oferecia, no momento em que a vitória aliada se aproximava a passos largos, uma boa oportunidade de agradar aos futuros vencedores por um preço político e material muito baixo. A documentação, e portanto, os estudos publicados sobre este caso, confirmam que as embaixadas e os governos aliados eram imediatamente informados de todas e cada uma das actuações dos diplomatas e dos governos ibéricos em favor dos judeus perseguidos, por pequenas que fossem, e designadamente quando deparavam com oposição

¹⁴⁸ Relatório de Carlos Branquinho ao M.N.E., 20/4/1945, in A.M.N.E., 2º/49/112.

húngara ou alemã.

Outro aspecto central do carácter excepcional da emergência húngara em 1944, segundo o próprio Breitman, é que «entre os próprios judeus húngaros, circulava mais informação sobre o que a deportação significava do que circulava entre judeus de outros países». Tal devia-se, não apenas às emissões radiofónicas aliadas dirigidas à Hungria que incluíam cada vez mais explícitas referências ao processo de extermínio, mas também aos testemunhos dos «soldados húngaros que haviam servido no Leste e que falavam sobre aquilo a que tinham assistido e os sobreviventes dos batalhões de trabalho de judeus húngaros também comunicavam a informação» (BREITMAN, 2001: 313). No terreno dos testemunhos, não nos esqueçamos do prolongamento, nos dois anos anteriores ao início das deportações da Hungria, das sucessivas deportações de judeus da vizinha Eslováquia para Auschwitz.

Não nos esqueçamos também que as várias organizações representativas das comunidades hebraicas húngaras (especialmente o *Comité Judeu de Salvamento*, o *Waad*, sediado em Budapeste) que conseguiram divulgar este e outros documentos, actuavam, pelo menos até Março de 1944, com alguma autonomia no país, reunindo e divulgando muito mais informação sobre o destino que se abateria sobre os judeus do resto da Europa do que qualquer outra organização judaica na Polónia em 1940-43, na União Soviética em 1941-43, na Eslováquia e na Europa Ocidental em 1942-43, ou em Itália e na Grécia em 1943. Graças ao empenhamento de organizações humanitárias como a Cruz Vermelha Internacional (também este inédito até àquele momento) e à atitude muito diferente da assumida no passado pelos representantes diplomáticos e consulares dos Estados neutrais, estas organizações puderam conservar um grau de organização muito superior àquele demonstrado por qualquer outra organização judaica existente na Europa dominada pelos nazis desde 1939. Aliás, esta foi uma relação com efeitos interactivos bastante claros: se o empenhamento humanitário das legações diplomáticas ajudava, pelo menos indirectamente, à sobrevivência das organizações judaicas *in loco*, também a maior informação e capacidade de mobilização destas e até mesmo de estabelecimento de contactos no plano internacional as organizações que actuavam nos países aliados e neutrais no salvamento de judeus, as quais, por sua vez, haviam atingido um grau até então inédito de percepção do fenómeno genocida em curso.

Ora, se até então os Governos e os diplomatas ibéricos haviam sido pressionados e seguidos na sua actuação por parte de organizações judaicas de auxílio a refugiados e a perseguidos que operavam apenas em Lisboa e Madrid, e evidentemente nos países aliados, desta vez serão pressionados muito mais directamente do que antes por organizações que partilham o mesmo território de actuação das legações diplomáticas. É o caso, por exemplo, da *Federação dos Judeus da Hungria*, cuja *Secção de Emigração*, perante o perigo de serem retomadas a qualquer momento as deportações para os campos de extermínio suspensas em Julho, apela por três vezes consecutivas, em Agosto e Setembro, ao encarregado de negócios português (Carlos Branquinho) para diligenciar, através de acordo entre o Governo de Lisboa e a representação da *Jewish Agency* na capital portuguesa, a transferência massiva do maior número de judeus húngaros para Portugal, de onde poderiam procurar seguir para outros

destinos¹⁴⁹. É o caso do *Waad*, cujos dirigentes Otto Komoly e Reszoe Rudolf Kasztner (que simultaneamente o eram também da federação anterior) entregam documentação vária tanto a Branquinho como a Sanz Briz (cf. AVNI, 1982: 172). Mas é, acima de tudo, o caso de dois documentos verdadeiramente marcantes que, uma vez publicados em Junho de 1944 pela imprensa suíça (cf. AVNI, 1982: 169) e logo a seguir pela imprensa dos países aliados, transmite pela primeira vez à opinião pública mundial a experiência vivida nos campos de extermínio, pela boca de dois judeus eslovacos (Rudolf Vrba e Alfred Wetzler) que haviam conseguido fugir de Auschwitz em Abril de 1942, depois de dois anos detidos em Birkenau, à qual se acrescentava a experiência de uma judia húngara, que fora deportada da Hungria pouco tempo antes, a 17 de Maio de 1944. Branquinho e Sanz Briz receberam estes documentos em Budapeste seguramente várias semanas depois de ele ser divulgado na Suíça, publicitação que «stimulated violent protests, threats, and pressures against Horthy forcing him to halt the deportation of Jews of Budapest, sparing them for the time being» (AVNI, 1982: 169-70). Enquanto que o diplomata português só entregará uma cópia destes documentos no M.N.E. uma vez regressado a Lisboa, em Novembro de 1944, o espanhol enviou-os para Madrid no fim de Julho.

Os documentos¹⁵⁰, cuja cópia entregue em Lisboa não traz remetente, nem autoria, nem data, é apresentado como expondo «les expériences d'un jeune homme de Szered, puis, à partir de l'époque qui les trouva ensemble à Birkenau, il suit les événements de la vie des deux, enfin il contient le rapport du second jeune homme qui fut déporté de Novaky à Lublin et de là à Auschwitz». Quem o entregou garantia que «les faits ici désignés concordent avec ceux d'autres rapports que nous avons reçus de manière sporadique, mais de sources dignes de confiance - de sorte que nous devons les tenir pour véridiques» (p. i). Fundamentalmente, e para quem, pelo menos via Governo polaco no exílio, conhecia desde Janeiro de 1943 detalhes do sistema de genocídio montado pelos alemães na Europa Oriental, vinha confirmar quer a metodologia da morte por gaseamento que já fora mencionada naquele último relatório polaco, passando a descrevê-la em detalhe, quer sobretudo os números elevadíssimos de vítimas.

Os dois fugitivos, que haviam chegado a Auschwitz justamente no momento em que o sistema de gaseamento industrial se acabava de colocar em funcionamento, expunham em detalhe o sistema de vigilância e repressão nos campos (pp. 11-12), explicavam porque era «presque impossible» escapar deles e descreviam em detalhe os processos de agrupamento e deportação das vítimas, aludindo aos seus perpetradores alemães mas também aos seus cúmplices de várias administrações

¹⁴⁹ Cf. «Aide Mémoire concernant la situation des Juifs de Hongrie», s.a., s.d., e «Renseignements confidentiels sur l'état des Juifs de Hongrie au début du mois d'août 1944», s.d., s.a., documentos entregues a Branquinho pela «Fédération des Juifs de Hongrie - Section d'Emigration», juntamente com ofício de 15/8/1944 (todos in A.M.N.E., 2º/49/112) no qual se solicitava que ele «se [mettaient] en rapport avec le gouvernement du Portugal et Mr. Dobkin», delegado em Lisboa da *Jewish Agency*.

¹⁵⁰ «Rapports sur les camps de "travail" de Birkenau et d'Ausschwitz [sic]», s.a., s.d., in A.M.N.E., 2º/49/112.

colaboracionistas. Atenção especial era dedicada ao processo da «soi-disante "sélection"» (pp. 14-15), a cargo de médicos, em referência àquela que se fazia bissemanalmente entre os prisioneiros do campo e não à da *selecção* daqueles que, dentre os recém chegados de um *transporte*, eram «dirigés sur le camp» (só 10% dos homens e 5% das mulheres judias a partir de Maio de 1942) e os que, pelo contrário, eram «immédiatement gazés et incinérés», ou seja, submetidos ao «"traitement spécial"». Uma pequena referência marginal era feita até às «expériences biologiques» feitas com gémeos (p. 22). Central era, acima de tudo, o seu testemunho do processo de gaseamento das vítimas e de incineração dos cadáveres (cf. pp. 18-19), e de que «en principe seuls des Israélites subissent cette opération» e que «des Aryens font exception. Ces derniers sont fusillés, d'ordinaire» (p. 19). E já então deixavam bem claro que durante uma grande parte do seu período de detenção «les Juifs conduits à Oswiecim [sic]», ou seja, Auschwitz, «exception faite des Juifs Polonais, ne soupçonnaient pas ce qui les attendait là» (p. 7). Os dois fugitivos tinham sido testemunhas de uma única «émeute» para tentar, em vão, «se sauver en foule, une fois sortis des wagons» (p. 7), ainda que a 6 de Março de 1944 se tivesse quase desencadeado uma resistência organizada ao gaseamento de «3791 personnes», judeus checos que haviam sido transferidos do campo de Theresienstadt e conservados com vida em condições «inexplicables pour nous» («les hommes ne furent pas forcés à travailler, pour les enfants on fit une école», «ils pouvaient même écrire à leurs parents»), que fracassou no momento em que eram todos enviados para a morte (cf. pp. 21-22).

Os testemunhos incluíam ainda referências à degradação humana a que estavam sujeitos os detidos, descrevendo-se até a figura dos «Musulmans», como pessoas «épuisées de travail ou de famine» (p. 8), bem como à pluralidade dos detidos nos campos de concentração, tanto do ponto de vista étnico, como segundo uma organização do espaço social que distinguia o «prisonnier politique sous surveillance», o «criminel de profession», o «non-travailleur», o «homosexuel», o «membre de la Société d'étude des Saintes Ecritures» e o «Israélite» (pp. 10-11); nenhuma referência, curiosamente, é feita à população cigana. Obviamente que uma das tarefas mais valiosas realizadas pelos detidos, e transmitidas para o exterior por estes dois fugitivos, foi o de um primeiro cálculo das vítimas do gaseamento, a partir da sucessão anotada dos *transports* e da lógica do «numérotage» dos detidos, correspondente portanto àqueles que seriam poupados ao gaseamento imediato (cf. pp. 15-27). Neste particular, era evidente a preocupação dos dois sobreviventes de fazer constar o maior número de nomes de pessoas que haviam sido gaseadas e dos locais de origem ou de onde haviam sido transportados. É desta forma que, pela primeira vez, se propõe um balanço do «nombre approximatif des personnes tuées par le gaz du mois d'avril 1944 au mois d'avril 1944 d'après leur pays d'origine» (p. 28), que, somando um total aterrador de 1.765.000 mortos, discriminava 900 mil polacos, 150 mil franceses (na sua quase totalidade designados no texto por «naturalisés»), 100 mil holandeses, 60 mil alemães, 50 mil belgas, entre outros, constituindo 300 mil outros um grupo oriundo de «divers camps de Juifs étrangers en Pologne».

Richard Breitman, que recorda que «para os funcionários do serviço de informações britânico que tinham acesso a mensagens [alemãs] decifradas ou a informações dos serviços secretos polacos, o relatório Vrba-Wetzler não foi o primeiro a revelar que um número elevadíssimo de judeus

estavam a ser mortos em Auschwitz-Birkenau ou que o gás venenoso era uma parte essencial do processo», admite, contudo, que estes documentos vinham «dar aos governos ocidentais muitos pormenores novos e levaram informação ao público da Grã Bretanha e dos Estados Unidos, informação que este praticamente desconhecia» (2001: 191). Prestando um pouco mais de atenção aos documentos que o Governo polaco havia divulgado pelas chancelarias aliadas e neutras, parte dos quais conseguia passar para os meios de comunicação social nos países aliados, na Suécia, na Suíça ou na Turquia, era possível dizer-se que pouco depois da Declaração Aliada de Dezembro de 1942 já muita desta informação era conhecida. O que não tinha sido possível até então era oferecer-se o testemunho completo de fugitivos dos campos, e, sobretudo, que a sua divulgação correspondesse no tempo precisamente com um movimento verdadeiramente desesperado de assassinato colectivo da terceira comunidade judaica europeia, ainda por cima num momento em que as opiniões públicas esperavam ansiosamente o desfecho da guerra com uma inexorável derrota nazi. O efeito que todos estes factores tiveram em governantes e diplomatas salazaristas e franquistas não pode ter sido desprezível. Não podia.

Mesmo que, como no caso de Sanz Briz, alguma reserva preconceituosa permanecesse, coexistindo, pelo contrário, com uma crescente revolta moral. Quando, no fim de Julho, ele envia para Madrid as explicações oficiais húngaras sobre a «questão semita», adverte o M.A.E. que estas «"do not mention that among the 500,000 people deported were a large number of women, old people, and children who were completely unfit for work, and concerning whose fate the most pessimistic rumors are circulating in this country"». Pelo contrário, quando, cinco dias depois, remete para Madrid as revelações dos dois judeus eslovacos começa por achar que «"the origin of this report makes it suspiciously one-sided"», mas não pode deixar de reconhecer que, «"nevertheless, from the information I have succeeded in obtaining from people who have no direct interest in the problem and from my colleagues in the diplomatic corps here, it seems that many of the facts described are unfortunately authentic"» (cit. in AVNI, 1982: 173-74¹⁵¹).

Se o diplomata assim falava, vejamos como é que a imprensa especializada espanhola descrevia as «severas medidas contra los judíos» que o novo Governo húngaro decretara. Para o *Mundo*, no fim de Abril de 1944 - quando começava a deportação de outro meio milhão de pessoas para os campos de extermínio -, era evidente que, dada a «mezcla de razas» que constituía a sociedade húngara, «no había en Hungría preocupación por la pureza racial», utilizando um pretérito imperfeito para designar, aparentemente, a política seguida pelos governos anteriores à intervenção militar alemã neste seu aliado. «No [pasando] el porcentaje de los judíos del 5 por 100» a comunidade hebraica «no sería excesiva ni llamaría mucho la atención si estuviese repartida en la misma proporción en todas las regiones del país y entre todas las profesiones. Pero no es así». E, apesar de todas circunstâncias excepcionais de que o caso húngaro se revestia, apesar do evidente conhecimento que a elite franquista há muito dispunha do Holocausto, aquele órgão oficioso da política externa espanhola e da visão franquista do mundo voltava à

¹⁵¹ Avni reporta-se a ofícios de Sanz para o M.A.E., de 24 e 29/7/1944.

carga com a inexistência de judeus «entre los braceros, ni entre pastores, potreros o vaqueros», mas que, «como en todos los países, figuran [en exceso] ante todo en el comercio, considerado por muchos como oficio improductivo, parasitario», como «entre los abogados y los médicos», pelo menos até a «estas últimas semanas, desde la formación del Gabinete Sztójay», que «los ha excluido de todos los terrenos».

Quatro anos e meio depois do início da guerra, e quase dois anos depois do que se tem vindo a interpretar como a viragem *neutralista*, senão mesmo *próaliada* do Franquismo, em Madrid continuava-se a insistir no «judío ambicioso», do «trapero que quiere que su hijo sea un *señor*, y puesto que no puede ser oficial del ejército o ministro plenipotenciario, lo hace abogado o médico», «anteponiendo a su apellido sin lustre el codiciado *doctor*», transferindo-se da «modesta aldea» para «la capital, donde el número de los judíos pasa de veinte por ciento». Ainda por cima, «gran parte de los judíos procede del extranjero» e estes «recién inmigrados presentan a menudo los rasgos del *parvenu* o del nuevo rico, con todos los provocadores defectos». No campo político, «militan en los partidos liberal, demócrata y socialista», mas «el gran error fué cometido por ellos cuando la dictadura comunista de Bea Kun», judeu ele próprio «como el jefe de la Cheka, Szamuely, y numerosos comisarios del pueblo. El pueblo los hizo responsables de todos los males», o que teria redundado num «violento y sangriento movimiento antisemita».

Uma única explicação directa - e arrepiante na sua aparente simplicidade - era proposta para as medidas antisemitas:

«La competencia que hacían a los demás elementos en el terreno económico (...) resultaba eficaz y provocaba la natural reacción. Por cada judío de menos, un ario [sic] podía ganarse la vida o mejorar sus ingresos. La tentación era demasiado fuerte para que no se hubiesen adoptado medidas parecidas a las que se habían tomado en la Alemania hitleriana»¹⁵².

Curiosamente, excepto a citada referência marginal, e imprecisa, a limitações quanto ao exercício de profissões - as quais, aliás, haviam sido introduzidas já em 1941 e 1943 -, não se entrava no artigo nunca em detalhes a sobre as «medidas contra los judíos» que motivavam e titulavam o artigo.

Esta continuava a ser a percepção que dos judeus se conservava entre a elite franquista. O mais grave é que coexistia, pelo menos desde 1943, com uma linguagem utilizada pelos diplomatas espanhóis para descrever o que significavam as deportações que se vinha tomando mais clara, e que passa agora a ser quase desinibida e frontal no que diz respeito exclusivamente aos documentos que se emitem em Budapeste em 1944, tanto os originados na Legação de Espanha como na de Portugal. De «crueldades» e «crimes» praticados contra judeus, mas também «nobres e cristãos», falava o ministro português, Carlos Sampayo Garrido, duas semanas depois de iniciadas as deportações, que descreveria um mês mais tarde como «desumanas»¹⁵³; dois dias antes da cessação temporária das deportações, em

¹⁵² «El Gobierno húngaro implanta severas medidas contra los judíos», in *Mundo*, nº 207 (23/4/1944), Madrid, pp. 658-59. A única foto de actualidade incluída mostrava a população a acalmar o «paso de tropas alemanas en Budapest»...

¹⁵³ Telegramas de Garrido a Salazar, 10/5 e 16/6/1944, in A.M.N.E., colecção «Telegramas Recibidos Legación Budapest 1944».

Julho, o encarregado de negócios que ficara em substituição de Garrido explicitaria que estas tinham por fim «a exterminação [sic] em local ignorado»; no fim desse mês, Branquinho acreditava haver «300 mil judeus em Budapeste», mas «na província já não existe sinal de um e consta que o saneamento judaico nesta capital, provisoriamente suspenso, ou pelo menos muito atenuado, recomeçará em breve»; no início de Setembro, «[constava-lhe] que as autoridades alemãs teriam assegurado não retirar do país antes de exterminar em [...] [sic] todos os judeus, em última análise a tiro»¹⁵⁴.

O exemplo mais flagrante disto mesmo é a nota que os representantes diplomáticos das seis «Puissances Neutres accrédités à Budapest» entregam ao Governo húngaro para protestar pela iminência do recomeço das deportações - outro elemento (conjugação formal entre os neutrais de protestos diplomáticos contra aspectos da perseguição antisemita) absolutamente inédito que também diferencia Budapeste/1944 das situações anteriores. Nela se advertia o Governo colaboracionista que os representantes que assinavam a nota «sont renseignés - et de sources absolument sûres - de ce que signifie la déportation dans la plupart des cas, même si elle est déguisée sous le nom de travail à l'étranger» e diziam ser «absolument inadmissible que des hommes soient persécutés et mis à mort par le simple fait de leur origine raciale»¹⁵⁵. Segundo o encarregado de negócios espanhol, Sanz Briz, a iniciativa partira do Núncio Apostólico, Angelo Rotta, que informara os restantes diplomatas de que «habían sido deportados de Hungría más de medio millón de judíos, de los cuales casi las dos terceras partes habían sido asesinados, y que, tras un breve período de cesación de las deportaciones, éstas iban a continuar». Sanz havia solicitado instruções a Madrid, mas estas chegaram tarde demais. As que chegaram são, na opinião de Marquina, «muy clarificadoras de la situación y de la política que el Gobierno español todavía estaba manteniendo». Do M.A.E., recomendava-se-lhe, «"si todavía es tiempo, que V.E. [proceda] mantener reuniones» com os restantes diplomatas neutrais «haciendo presente en nombre de España la necesidad de hacer gestiones que se acuerden, en tono amistoso y de amable indicación, evitando un carácter doloroso que si fuera procedente sólo podría hacerse a través del embajador de España en Berlín"» (cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 218¹⁵⁶).

Relativamente à atitude salazarista, duas notas são aqui importantes. A primeira diz respeito à iniciativa do encarregado de negócios português na assinatura do documento, acto para o qual, dada a emergência, só *a posteriori* pedirá autorização por parte do Governo¹⁵⁷ - por outras palavras, não

¹⁵⁴ Telegramas de Branquinho a Salazar, 5 e 28/7 e 5/9/1944, in A.M.N.E., colecção «Telegramas Recibidos Legação Budapeste 1944».

¹⁵⁵ «Note» dos representantes do Vaticano, da Suécia, de Portugal, da Espanha e da Suíça em Budapeste ao M.N.E. húngaro, 21/8/1944, in A.M.N.E., 2º/49/112. Uma nova nota, desta vez assinada por todos os representantes neutrais excepto o português, já ausente de Budapeste, será entregue ao Governo húngaro a 17 de Novembro (cf. MARQUINA, OSPINA, 1987: 220).

¹⁵⁶ Itálico na citação de Marquina. Avni (cf. 1982: 175) julga que o nome do diplomata espanhol não teria acabado por figurar na nota de protesto de que o Núncio fora o primeiro signatário, mas tal não é verdade se nos reportarmos à cópia conservada no M.N.E..

¹⁵⁷ Telegrama de Branquinho a Salazar, 21/8/1944, in A.M.N.E., 2º/49/112.

podemos sequer estar certos de como Salazar reagiria se Branquinho lhe tivesse submetido para aprovação prévia este gesto. Para nos ajudar a perceber o que poderia ter acontecido - e esta é a segunda nota -, atentemos à forma como Salazar avisa Tovar, em Berlim, de que embora se tivesse vindo a concertar em «conjunto com o Núncio e os outros neutros» os contactos com as autoridades húngaras e alemãs relativamente aos refugiados acolhidos nas instalações diplomáticas, que, nas diligências que se fizessem em Berlim, «não nos convém (...) uma acção conjunta que da parte de uns pode ir além do que seria prudente», acrescentando logo, retoricamente como se percebe bem, que «da parte de outros pode ficar aquém»¹⁵⁸.

No caso espanhol, junto das autoridades franquistas intervêm também entidades representativas das únicas comunidades judaicas legalizadas em território sob autoridade (ainda que de natureza colonial) de Madrid, o Protectorado de Marrocos. No fim de Maio de 1944, «several leaders of the Jewish communities in Tangier and Tétouan», que já haviam organizado um «refugee relief committee» para «assist 660 Jews who found shelter» em Tânger, «appealed to the Spanish High Commisioner in Morocco to allow 500 [hungarian Jewish] children, ages five to fifteen, to enter Tangier», mas apenas porque se havia conseguido fazer com que «400 to 500 Jewish refugees» abandonassem a cidade, o que permitia cumprir escrupulosamente a política imposta por Madrid. As comunidades asseguravam expressamente às autoridades espanholas que ficariam com todas as despesas destes refugiados a seu cargo, conseguindo que o representante norteamericano na cidade internacional (ocupada pelas tropas espanholas desde 1940) secundasse o seu apelo (cf. AVNI, 1982: 171-72). O M.A.E., em Madrid, surpreende-se quando se apercebe, no fim de Agosto, que o Governo húngaro autorizava a saída das crianças, a tal ponto que o director da Sección de Europa, Germán Baraibar, perguntava-se se «"[habían] desaparecido en Hungría las leyes antisemitas?"» (cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 231), o que significava que em Madrid se entendia que esta legislação impedia a simples emigração. As crianças nunca chegariam a Tânger, nem sequer a Espanha, mas, com o acordo do Governo húngaro, permaneceriam em Budapeste sob protecção da Legação espanhola (cf. MARQUINA, OSPINA, 1987: 213). Veremos a seguir como estes pedidos das comunidades judaicas do Marrocos espanhol, que se repetirão em Setembro seguinte (cf. AVNI, 1982: 173), serão respondidos pelo Governo espanhol com exigências de apoio político expresso no plano internacional.

Budapeste/1944 é ainda um território excepcional pelo facto de o reagrupamento, a deportação e o massacre decorrerem, ao contrário do que sucedera até ao extermínio das comunidades judaicas gregas, num momento de crise extrema do domínio militar nazi, sobretudo quando, já no Verão, enquanto os angloamericanos avançam velozmente pela França, os exércitos soviéticos combatem já muito próximo de toda a rede de campos de extermínio, na Polónia central, na Ucrânia Ocidental, às portas da Roménia (que sai da guerra em Agosto), às portas, sobretudo, da própria Hungria, e

¹⁵⁸ Telegrama de Salazar a Tovar, 31/10/1944, in A.M.N.E., colecção «Telegramas Expedidos Legação Berlim 1944».

evidentemente da própria cidade de Budapeste onde, no início de Julho, se albergavam ainda 247 mil judeus (cf. AVNI, 1982: 169). Apesar das inúmeras «propostas falsas» que Hitler e Himmler tinham feito em vários momentos desde que a perseguição antisemita havia sido desencadeada a partir do Estado nazi em 1933, no sentido de atrair representantes judaicos para acordos cuja única finalidade era agilizar as operações de genocídio, este era o primeiro momento, já depois de desencadeada a *Endloesung*, em que, com alguma verosimilhança podiam segmentos da Administração nazi, e especificamente os das S.S. ligados à maquinaria do extermínio, tentar uma negociação com os Aliados, sob a forma de chantagem, em troca da vida de milhares de judeus.

Daquilo que se depreende das investigações de Richard Breitman¹⁵⁹, de Randolph Braham¹⁶⁰ e de Yehuda Bauer¹⁶¹, Adolf Eichmann teria permitido que Joel Brand (do *Waad*) e Andor Grosz (um judeu convertido ao catolicismo, que Breitman descreve como um «contrabandista e agente de vários serviços de informações») viajassem à Turquia para transmitir duas propostas das S.S. aos Aliados. Uma, aparentemente, a de «poupar a vida dos judeus húngaros» em troca de víveres e de material de guerra para ser utilizado contra os soviéticos - a chamada «Blut für Waren»; a outra, aventada muito mais vezes e envolvendo seguramente também a S.D. alemã, passava pela abertura de negociações com os Aliados ocidentais que permitissem à Alemanha concentrar-se na guerra contra a União Soviética. Se, por um lado, «Eichmann e os seus subordinados não tinham poder para suspender as deportações de judeus da Hungria», estando apenas «dispostos a fazer pequenas concessões, apenas para assegurar o êxito último da Solução Final» (na opinião de Braham, cit. in BREITMAN, 2001: 315), também parece ser líquido que «os governos aliados não queriam ter nada a ver com condições como as que foram expressas por Brand e Gyorgy» (BREITMAN, 2001: 315-16), cujo interrogatório (no fim de Junho) por britânicos e norteamericanos que os levam para o Cairo, não introduz nenhuma nuance na posição aliada.

António Louçã, depois da húngara Éva Bán, repescou em meados dos anos '90 a pista portuguesa que Randolph Braham levantou há cerca de vinte anos, para descobrir o papel central do acordo entre as S.S. e a família judia húngara Weiss-Chorin, que controlava uma *holding* de cerca de cinquenta empresas, algumas das quais de produção de armamento, permitindo às primeiras apossar-se das empresas da segunda em troca da liberdade de vários membros da família. 32 destes, em concreto, viajarão para Portugal, sob escolta de oficiais das S.S., via Stuttgart e Madrid, onde chegam a 26 e a 27 de Junho, sendo portadores de vistos de entrada falsos, que lhes haviam sido passados pelas S.S., eventualmente produzidos (segundo Éva Bán, cit. in LOUÇÃ, 1995: 25) com o auxílio do cônsul português

¹⁵⁹ Cf. o citado 2001, mas também o artigo, em conjunto com Shlomo Aronson (1992). «The End of the Final Solution? Nazi Attempts to Ransom Jews in 1944», in *Central European History*, nº 25.

¹⁶⁰ Cf. o seu (1981). *The Politics of Genocide. The Holocaust in Hungary*, 2 vols.. Nova York: Columbia University Press.

¹⁶¹ Cf. o seu (1994). *Jews for Sale. Nazi-Jewish Negotiations, 1933-1945*. New Haven, Conn..

em Hamburgo. Curiosamente, os Weiss-Chorin tinham saído de Budapeste no mesmo dia em que Joel Brand saía para a Turquia com o acordo das S.S. (cf. LOUÇÃ, 1995: 16 e 19). Louçã, que admite não conseguir provar o conhecimento de Salazar e da própria P.V.D.E. da natureza nem dos pressupostos do acordo que precedeu a vinda para Portugal dos membros daquela família, levanta a questão de «determinar as vantagens próprias que teriam levado o Governo português a fechar os olhos à falsificação [dos vistos], a deixar correr a jogada das SS e a acolher os refugiados judeus sem levantar problemas» e chama a atenção para aquela que considera ser «a mais forte das hipóteses» que se basearia numa «*momentânea* convergência de interesses entre o Governo português e as SS», num momento em que estas «tentavam febrilmente abrir canais de negociação duma paz separada com os aliados ocidentais», que «convinham ao salazarismo, preocupado, ele próprio, com a sua sobrevivência depois de uma vitória partilhada entre o bloco anglo-americano e a URSS» (LOUÇÃ, 1995: 25 e 17).

O comportamento oficial português perante a emergência provocada pela ocupação militar alemã apresenta pelo menos num aspecto uma diferença significativa face ao comportamento espanhol: ainda as deportações não tinham começado e já o ministro de Portugal em Budapeste, Sampayo Garrido, na capital húngara desde Outubro de 1939, e que fora empregando ao longo dos anos muito «pessoal de origem judaica», vira as suas instalações diplomáticas, entretanto, por causa dos bombardeamentos soviéticos e angloamericanos, transferidas para Galgagyork, serem «assaltadas, desde as primeiras horas da invasão alemã, por amigos, conhecidos e desconhecidos que a ele recorrem para salvarem as vidas» (MENDES, VIANA, 1994). A 65 kms de Budapeste, a Legação instalara-se num castelo que é assaltado a 28 de Abril (justamente no dia em que parte para Auschwitz o primeiro comboio de judeus húngaros) por «agentes da Gestapo ou de polícia húngara (...) [apreendendo] pessoas hóspedes da Legação», levando-as à força para a capital contra a vontade do próprio ministro português que, sintomaticamente, só o comunica para Lisboa mais de uma semana depois seguramente com receio da reacção de Salazar. «No mesmo dia da ocorrência apresentei ao Primeiro-Ministro solene e indignado protesto pelo revoltante atentado ao princípio da extraterritorialidade»¹⁶², acrescentava Garrido, ele próprio, como já se mencionou¹⁶³, sequestrado pelos assaltantes e levado à força para Budapeste.

Em Lisboa, aparentemente, só se toma conhecimento de que há *hóspedes* (que são automaticamente tidos como refugiados) na Legação através desta ocorrência, e telegrafa-se imediatamente ao funcionário para lhe dizer que «o Governo (...) não pode fazer completo juízo [sobre o desacato na Legação] sem saber o que parece não ter sido ainda comunicado por V. Exª, ou seja,] a categoria e outros requisitos de identidade das pessoas hóspedes ou refugiadas na Legação», acrescentando imediatamente que «é possível que o desrespeito esteja relacionado com esse facto». Salazar reiterava a velha advertência que se repetia desde 1938 a todas as representações diplomáticas e

¹⁶² Telegrama de Garrido a Salazar, 5/5/1944, in A.M.N.E., colecção «Telegramas Recebidos Legação Budapeste 1944».

¹⁶³ Cf. subcapítulo 9.7.

consulares: «Nas actuais condições, relembro a determinação do Ministério de que nenhum visto pode ser concedido sem autorização do Ministério»¹⁶⁴. Não havia aqui ainda alteração alguma na postura salazarista assumida perante a perseguição antisemita nas situações anteriores.

É sintomático que Garrido «[se apresse] a esclarecer o M.N.E. «que as doze pessoas hospedadas na casa da Legação em Galgagyork são todas católicas embora alguma delas de origem judaica», destacando «entre elas, refugiados por motivo dos bombardeamentos e de perseguições políticas, um membro da Alta Câmara [sic] húngara, um ministro plenipotenciário húngaro, um sobrinho do Ministro da Hungria no Japão e uma cunhada do Barão Rotschild de Londres», o que dizia bem, por um lado, da dimensão social e politicamente elitista dos *hóspedes* de Garrido, muito mais do que a sua eventual identidade judaica, e, por outro, da preocupação que o diplomata português tinha de assegurar os dirigentes salazaristas do estatuto economicamente desafogado dos *hóspedes* a quem abrisse as portas, factor que fora sempre importante na questão dos refugiados. Outra preocupação de Garrido era a de «informar V. Ex^a de que outras Legações de países neutros procedem de forma análoga»¹⁶⁵, o que na altura resultava ser uma referência anónima às representações sueca e suíça. É então que Garrido se queixa de que notícias «insultuosas» são postas a correr contra ele e, pela primeira vez, denuncia a Salazar «as mais horríveis crueldades que estão sendo praticadas ao abrigo de medidas antisemitas», associando-as aos «crimes [que] e multiplicam dia a dia contra nobres e cristãos»¹⁶⁶.

A resposta de Salazar interessa-nos para podermos perceber se já teriam funcionado sobre a sua atitude alguns dos factores excepcionais que se expuseram no início deste subcapítulo. Para o ditador, os telegramas de Garrido «não esclarecem suficientemente a situação das pessoas recolhidas na Legação». E adverte: «Se por motivos de humanidade, a que o Governo português não quer faltar» - ora já aqui estava a manifestação de uma preocupação que não estivera presente nas instruções do M.N.E. nas discussões dos vistos mantidas até então com o seu pessoal diplomático e consular -, «foi concedido asilo a refugiados políticos ou em perigo por situação em destaque [sic] por motivos racionais» - é este o adjectivo que escolhe -, «V. Ex^a deveria ter avisado o Ministério para receber instruções sobre o facto que envolve responsabilidades para o Governo português e nos habilitar a agir em caso de necessidade». E já nesta afirmação final se notava a velha preocupação da política salazarista dos dez

¹⁶⁴ Telegrama de Salazar a Garrido, 6/5/1944, in A.M.N.E., colecção «Telegramas Expedidos Legação Budapeste 1944».

¹⁶⁵ Telegrama de Garrido a Salazar, 9/5/1944, in A.M.N.E., colecção «Telegramas Recebidos Legação Budapeste 1944». João Mendes e Clara Viana dizem que entre os 27 refugiados na Legação, número que se atinge nos dias seguintes ao do assalto, se incluíam «membros da família Weiss», citada anteriormente, a família Gabor, «a começar pelas três filhas (Magda, Eva e Zsa Zsa), que Garrido levará mais tarde consigo para a Suíça, de onde as fará partir para os Estados Unidos», «a condessa Maria Dobzensky, prima-irmã de Isabel de Orléans e Bragança», ou seja, daquela que se reclamava como família *real* portuguesa, além de algum industrial, político e até um jornalista, Elmer Paijzs, «autor de um par de obras apologéticas sobre Salazar» (cf. MENDES, VIANA, 1994).

¹⁶⁶ Telegrama de Garrido a Salazar, 10/5/1944, já citado.

anos anteriores, ou seja, a de não ganhar compromissos com figuras consideradas *indesejáveis* por via de comportamentos *irresponsáveis* de funcionários no estrangeiro, sujeitos a pressões humanas às quais em Lisboa pareciam ser insensíveis. Esta interpretação reforça com a consideração da frase seguinte: do teor dos telegramas de Garrido «deduz-se haver pessoas nessas condições, outras que serão apenas hóspedes da Legação. Distinção entre umas e outras tem de ser rigorosamente feita». E uma perigosa omissão é feita na referência final às instruções que Salazar dizia ter transmitido a Carlos Branquinho, o secretário entretanto enviado para Budapeste para ficar como encarregado de negócios no momento em que Garrido se retirasse, como havia ficado decidido, de Budapeste. Aquele encarregado «deverá manter asilo aos verdadeiros refugiados políticos até que o Governo, inteirado de todos os pormenores do caso, possa dar instruções precisas e definitivas»¹⁶⁷. «Verdadeiros refugiados políticos» sim, ou seja, nenhuma objecção à partida para aqueles que, descontentes com o Governo Sztójay negociado pelos alemães com Horthy, receavam sofrer represálias; mas pessoas «em perigo por motivos racionais» - era face a essas que a dúvida ficava.

Por incorrecta e abusiva que me possa parecer a comparação da acção de Sampayo Garrido com a de Sousa Mendes, reconheça-se que João Mendes, Clara Viana, Éva Bán e António Louçã sustentam a sua interpretação do seu afastamento por parte de Salazar, que o consideraria um diplomata «rebelde e incómodo», com um argumento de peso: não tendo sido submetido a nenhum processo hierárquico nem sofrido qualquer sanção administrativa formal, com 61 anos de idade e na categoria de ministro plenipotenciário de 2ª classe, «na sua carreira posterior não figuram novas promoções e a sua passagem à reforma terá tido algo de compulsivo» (BÁN, LOUÇÃ, 1995: 30); «ter-se-á sentido, até ao fim, injustiçado. A última correspondência com o M.N.E. mostra-o reclamando indemnizações devidas por perdas e danos ao longo da carreira» (MENDES, VIANA, 1994)¹⁶⁸.

Garrido demorar-se-á ainda na Hungria até ao início de Junho, «levando consigo [para a Suíça] tantos refugiados quanto pôde», insinuando-se que, graças ao «seu ascendente sobre a Legação de Budapeste, a quem vai dando contínuas instruções sobre antigos e novos refugiados, ao mesmo tempo que articula o seu trabalho com as restantes legações neutrais» em Berna (MENDES, VIANA, 1994), teria levado o encarregado de negócios que ocupa o seu lugar, Carlos Branquinho, a prosseguir a sua política de protecção a refugiados. Entre outros aspectos, o empenhamento de Garrido, que era primo do velho secretário geral do M.N.E., Teixeira de Sampayo, em conseguir o compromisso pessoal deste na agilização dos procedimentos do M.N.E. para com os pedidos de autorização vários que Branquinho, um mero secretário na carreira hierárquica diplomática, enviava de Budapeste. Quando lhe escreve que «da tua boa vontade e decisiva influência depende a vida dos refugiados cuja situação se toma cada vez mais

¹⁶⁷ Telegrama de Salazar a Garrido, 11/5/1944, in A.M.N.E., colecção «Telegramas Expedidos Legação Budapeste 1944».

¹⁶⁸ Garrido faleceu em 1960. Só em 1995 é que a Presidência da República da Hungria o homenageou, juntamente com Carlos Branquinho, falecido em 1973, concedendo-lhes postumamente uma medalha.

angustiosa»¹⁶⁹, Garrido está é a insinuar que ele seria dos poucos a poder contornar a oposição que sentira em Salazar a toda a questão.

É a partir do início de Agosto, um mês depois da suspensão temporária das deportações e desatado o medo que Horthy voltasse a ceder a Hitler, que Branquinho se empenha na política de salvamento de judeus, num momento em que as representações sueca e suíça já haviam decidido albergar um número crescente de refugiados. Quando, a 9, informa Salazar sobre uma «pequena recomposição deste Governo», adverte-o que esta «pode parecer à primeira vista uma vitória do Regente» mas que «não é assim. Berlim cedeu a esta exigência de Sua Alteza [o Regente Horthy], mas pelo preço da deportação para a Alemanha dos semitas» e «em nada altera o clima político local, (...) nem a inteira dependência que este país se vê obrigado a aceitar da Alemanha». Na mesma data, pede a Lisboa que se consiga «que a este Senhor Ministro da Alemanha fossem recomendadas de Berlim as facilidades para a protecção a semitas que esta Legação solicitasse, [o que] seguramente me abria uma porta que nesta matéria entrevejo quase fechada»¹⁷⁰.

Durante as semanas seguintes, a posição de Salazar, que não fora ainda confrontado com qualquer petição para aceitar imigrantes, por temporários que fossem, e já não sendo a de impor o descomprometimento dos seus diplomatas face aos perseguidos que se tivessem refugiado na Legação portuguesa, será, porém, sempre num sentido restritivo, de advertência aos seus funcionários para que não passassem de limites há muito fixados na política do seu Governo. Claro que os argumentos usados mostravam agora uma preocupação *humanitária* que não havia sido, até então, a que imperava. Quando o ditador recomenda a Branquinho «não ir além do ponto em que uma excessiva largueza possa prejudicar a causa dos que já estão em questão», ou que «não convém multiplicar o número de apartamentos imunes»¹⁷¹, fá-lo sabendo que a comunidade internacional não dominada por Berlim está de olhos postos no comportamento daqueles poucos que em Budapeste podiam ajudar a salvar vidas em perigo iminente. Branquinho explica-lhe o que ele já sabia por fontes aliadas em Lisboa: que «presentemente as autoridades húngaras só aceitam protecção estrangeira aos semitas seus nacionais mediante a apresentação de uma qualquer espécie de passaporte de um país protector». Ora «tais passaportes não indicam a nacionalidade protegida»¹⁷², o que os tomava documentos legais sem validade alguma no país cuja representação os emitisse. «Todos os protegidos» a quem Branquinho entregará um «passaporte provisório», assegurará Branquinho duas semanas mais tarde, «assinaram compromisso de honra, que guardo no Arquivo da Legação, pelo qual reconhecem não ter quaisquer direitos à

¹⁶⁹ Telegrama de Garrido a Teixeira de Sampaio, 27/6/1944, in A.M.N.E., colecção «Telegramas Recebidos Legação Berna».

¹⁷⁰ Telegramas de Branquinho a Salazar, 9/8/1944, in A.M.N.E., colecção «Telegramas Recebidos Legação Budapeste 1944».

¹⁷¹ Telegrama de Salazar a Branquinho, 12/8/1944, in A.M.N.E., 2º/47/157.

¹⁷² Telegrama de Branquinho a Salazar, 12/8/1944, in A.M.N.E., colecção «Telegramas Recebidos Legação Budapeste 1944».

nacionalidade portuguesa e se comprometem a nunca invocar esta protecção do Governo português para a pedirem»¹⁷³.

Éva Bán e António Louçã, que entendem que Branquinho fez um «cavalo-de-batalha da concessão dos passaportes provisórios e, em certos casos, de asilos diplomáticos», sublinham que, contudo, «ele não era favorável ao acolhimento dos protegidos em Portugal e, voluntária ou involuntariamente, chegou mesmo a fornecer ao ditador alguns elementos contra esse acolhimento». É o caso do aviso que faz para Lisboa uma semana antes de emitir o telegrama que se acaba de citar, advertindo Salazar que «autoridade alemã só consentirá na saída da Hungria de semitas beneficiados» pela já citada decisão do Governo húngaro de permitir a emigração de 7800 judeus para a Palestina «se o Governo húngaro promover a deportação dos restantes para um campo de trabalho»¹⁷⁴ na Alemanha. (...) Será, porém, superior a cem mil o número seguro dos condenados»¹⁷⁵. Na interpretação de Bán e Louçã, «está bem de ver a satisfação com que Salazar se agarraria a esse pretexto para justificar a recusa de qualquer imigração significativa de judeus. Pois não seria a entrada duns quantos sinónimo para a condenação dos 100 000?» (1995: 30).

Nesta linha de raciocínio cabe esta outra reserva que Branquinho formula ao falar dos «passaportes provisórios» emitidos pelas legações dos Estados neutrais: os seus portadores passavam a ser «considerados pelas autoridades como tendo perdido a nacionalidade húngara». Ora, sendo assim, «o problema implica portanto uma responsabilidade cujas futuras consequências não se podem prever e que admitem a possibilidade de o Governo húngaro [formule uma] exigência justa, dum dia para o outro, de que esses semitas partam para o país protector». Este era, como se pode imaginar, o melhor argumento para que Salazar recusasse acatar as pressões que recebia em Lisboa e aquelas a que Branquinho (e Sanz Briz) estava sujeito em Budapeste. Daí que o diplomata desde sempre tivesse afastado a viabilidade prática dessa hipótese, como já se referiu atrás:

«O Senhor Ministro da Suécia não crê que as autoridades alemãs deixem sair [os judeus protegidos nas instalações diplomáticas] e, explicando esta situação ao seu Governo, recebeu instruções para manter a atitude tomada. Já elevou mesmo de setecentos para três mil o número de protegidos pela sua Legação, e disse-me que a Suécia os hospedará, [se for] preciso, ao menos até ao fim da guerra».

Se por um lado sossegava Salazar quanto à não vinda dos *protegidos* para Portugal, Branquinho procurava mostrar-lhe que a dimensão do apoio dos restantes neutrais era tal que a Legação portuguesa não se podia dar ao luxo de não fazer um pouco do mesmo esforço. A Suíça, por exemplo, preparava-se para conseguir «a saída para a Palestina e para outros países de cerca de trinta mil semitas», enquanto que a Nunciatura obtinha que «os baptizados não fossem deportados para a

¹⁷³ Telegrama de Branquinho a Salazar, 26/8/1944, in A.M.N.E., colecção «Telegramas Recebidos Legação Budapeste 1944».

¹⁷⁴ No singular no original.

¹⁷⁵ Telegrama de Branquinho a Salazar, 5/8/1944, in A.M.N.E., 2º/49/112.

Alemanha, prometendo as autoridades alemãs consentir no internamento em campos húngaros dos baptizados anteriormente a Agosto de 1941», a data da aprovação da legislação antisemita». Em resumo, «todas as Legações neutras guardam também asilados»¹⁷⁶.

Salazar responde-lhe autorizando a concessão dos «passaportes provisórios» mas advertindo-o de que «não parece de aceitar em números comparáveis com os que V. Sr.^a refere a respeito de outros países porque, além dos refugiados na nossa Legação, só um número muito reduzido poderão [sic] invocar legitimamente ligações directas a Portugal e ao Brasil»¹⁷⁷. O comentário final, aparte o formalismo proverbial do ditador-catedrático, revela-nos afinal um homem que não parecia ter percebido ainda a natureza verdadeiramente excepcional da postura seguida pelas legações neutras em Budapeste, invocando todo o tipo de pretextos legais, sem real legitimidade formal, para proteger o maior número possível de pessoas...

Se Salazar baixou a guarda quanto a um procedimento relativamente novo no processo do Holocausto - o da protecção de perseguidos em instalações diplomáticas -, não a baixou, contudo, em tudo quanto se relacionava com a transferência de *protegidos* para Portugal. Em meados de Agosto, quando organizações judaicas que actuavam em Budapeste entregam a Branquinho vários documentos sobre a situação dos judeus húngaros¹⁷⁸, solicitam-lhe que ele «se [mettaient] en rapport avec le gouvernement du Portugal et Mr. Dobkin»¹⁷⁹, delegado em Lisboa da *Jewish Agency*, para organizar a emigração para a Palestina, via Portugal, de quantos judeus fosse possível. A reacção do Governo português é tão lenta - só duas semanas depois é que se dá seguimento ao pedido - e atabalhoada - um erro na grafia do apelido «Dobkin» faz com que se percam outras duas semanas - que Éva Bán e António Louçã, que analisaram em detalhe esta documentação, não hesitam em concluir: «Desperdiçou-se - ou quis-se desperdiçar - um tempo precioso. Enquanto os judeus suplicavam, desesperados, a ajuda do Governo português, este discutia com a PVDE sobre a ortografia de apelidos estrangeiros - sendo que a polícia, pelo menos desde Março, conhecia muito bem o único Dobkin da *Jewish Agency* em Lisboa» (1995: 30).

O golpe de Estado de 15 de Outubro, que os nazis húngaros das *Cruzes Flechadas* realizam, por instigação alemã, para impedir a negociação de um cessar fogo entre os soviéticos e Horthy, reabre o processo de captura e «deportação em massa dos semitas para local ignorado», sucedendo-se agora as situações de desrespeito, por parte das autoridades húngaras e das alemãs de ocupação «passaportes provisórios» suecos e portugueses. É agora Branquinho quem insiste, sempre

¹⁷⁶ Telegrama de Branquinho a Salazar, 12/8/1944, já citado.

¹⁷⁷ Telegrama de Salazar a Branquinho, 15/8/1944, in A.M.N.E., colecção «Telegramas Expedidos Legação Budapeste 1944».

¹⁷⁸ Citados na nota 149.

¹⁷⁹ Carta de Otto Komoly a Branquinho, 15/8/1944, in A.M.N.E., 2º/49/112.

respeitosamente, junto de Salazar, em «submeter à apreciação de V. Ex.^a empenhar uma diligência para que o Governo alemão instrua a sua Legação em Budapeste sobre respeito que deve ser devido às protecções portuguesas». O ditador, de Lisboa, recomenda-lhe que deixe o país mas sem «aspecto de rompimento» de relações diplomáticas porque, escrevia ineditamente Salazar, «temos que procurar até final, senão salvar, pelo menos não prejudicar a situação de pessoas acolhidas à nossa protecção, irremediavelmente perdidas se a saída» de Branquinho se desse daquela forma, levantando mesmo a hipótese, que não se concretizará, de «[confiar] a protecção [daqueles] a alguma outra entidade diplomática que se julgue em condições de a exercer»¹⁸⁰.

Decidido a partir para a Suíça a 30 de Outubro, Branquinho passa os seus últimos dias em Budapeste a tentar, desesperadamente, obter autorização da Legação da Alemanha para trânsito de alguns dos judeus *protegidos* por si para a Suíça, ainda que retoricamente o seu destino último pudesse ter que vir a ser Portugal, e do M.N.E. autorização para emissão de passaportes, encontrando obstáculos quer de um lado, quer do outro. Os vistos falsos com que a família Weiss-Chorin havia entrado em Portugal seria ainda o pretexto para que Salazar recusasse a emissão de novos vistos: «Não devemos conceder facilidades enquanto o caso não estiver esclarecido»¹⁸¹, escrevia Salazar num dos últimos telegramas que Branquinho dele receberia em Budapeste, num momento em que a *caça ao judeu* havia reaberto na capital húngara... Legação e refugiados ficam, até Dezembro, a cargo de um vicecônsul húngaro, Gyula Gulden, e bastante mal protegidos, à distância, pelo M.N.E., em Lisboa, e pelo nosso conhecido Tovar de Lemos, em Berlim, que, sem acreditar que Salazar tivesse alterado a sua postura sobre a perseguição antisemita, insinua à *Auswaertiges Amt*, segundo António Louçã, «uma dúvida sibilina sobre a cobertura que as acções de Branquinho teriam em Lisboa» (1995: 27), imaginando que encarregado de negócios, ao se comprometer com judeus perseguidos, estivesse a trabalhar contra a vontade do Governo português. O mais extraordinário - e revelador - é que Tovar continuava, em Novembro de 1944, a descrever a situação dos judeus em Budapeste nos mesmos termos que descrevia a dos judeus alemães no início de 1943, sem fazer qualquer referência à aceleração final que todo o processo de extermínio havia entretanto sofrido. Sobretudo, fazia-o com uma aparência de *normalidade* verdadeiramente arrepiante: a sua versão era de que «todos os judeus residentes na Hungria sem distinção de nacionalidade (?) [sic] são obrigados a trabalhar nas fábricas de armamento e estão sujeitos a um regime especial de excepção» - e era tudo! «Situação é idêntica à que se deu há tempos com judeus residentes no Reich; ou saíam do país ou ficavam sujeitos ao regime estabelecido para os israelitas»¹⁸².

¹⁸⁰ Telegramas de Branquinho a Salazar, 19 e 17/10/1944, in colecção «Telegramas Recebidos Legação Budapeste 1944», e resposta de Salazar, 22/10/1944, colecção «Telegramas Expedidos Legação Budapeste 1944», todos in A.M.N.E..

¹⁸¹ Telegrama de Salazar a Branquinho, 27/10/1944, in A.M.N.E., colecção «Telegramas Expedidos Legação Budapeste 1944».

¹⁸² Telegrama de Tovar a Salazar, 4/11/1944, in A.M.N.E., colecção «Telegramas Recebidos Legação Berlim 1944».

A postura do Governo de Franco sobre a emergência húngara fora até Novembro fundamentalmente a mesma de sempre - refrear os ânimos humanitários e de colaboração com os demais representantes dos Estados neutrais manifestados por Sanz Briz em Budapeste; resistir dentro do razoável à imigração ou simples passagem de refugiados pelo seu território - e reproduzira o mesmo padrão de comportamento desde o fim de 1942: crescente sensibilização dos representantes diplomáticos no terreno da emergência, quer do ponto de vista humanitário, quer da percepção dos benefícios políticos e morais do envolvimento em operações de salvamento; opção do M.A.E. em evitar a confrontação no terreno humanitário e político com as autoridades alemãs e as do país em causa, mesmo quando, como no caso da Hungria, carentes de níveis mínimos de legitimidade; na base de tudo, manutenção de preconceitos antisemitas. Dias antes do representante português deixar a Hungria, coincidentemente, a activação em Madrid de uma nova política sobre a «cuestión semita», que se tornaria típica do novo titular do M.A.E., José Félix de Lequerica, veio agilizar a actuação de Sanz Briz e a garantir mais cobertura por parte do M.A.E. à actuação humanitária do seu funcionário em Budapeste. Fundamentalmente, como se analisará mais adiante (cf. subcapítulo seguinte), os contactos realizados, já na segunda metade de Outubro, entre representantes em Washington e em Lisboa do Congresso Mundial Judaico permitiriam ao M.A.E. aceitar ajudar algumas das vítimas em troca de apoio político e propagandístico expresso por parte do Congresso ao regime de Franco. Para Antonio Marquina, que analisou em detalhe a documentação, «se puede afirmar que es a partir de este mes de octubre cuando las instrucciones de Madrid fueron claras y decididas en lo referente a la protección de los judíos húngaros». Todos e cada um dos passos do encarregado de negócios espanhol no sentido da protecção de refugiados foi, como comprova Marquina, imediatamente divulgado nas capitais aliadas, quer junto dos governos, quer das organizações representativas das comunidades judaicas. Num momento em que na Legação de Portugal se acumulavam praticamente mil *protegidos* e em que as legações suíça e sueca haviam alugado dezenas de casas para albergar muitos mais milhares de refugiados, só no início de Novembro é que Sanz Briz pode aceitar proteger cem judeus, às quais se somariam as quinhentas crianças antes citadas, cuja transferência para o Marrocos espanhol não se efectuara, e, algum tempo depois, de mais 352 pessoas. É nos últimos dias da sua permanência que ele, «aprovechando la anarquía reinante» e a «simpatía que pudo granjearse del gauleiter de Budapest», que Sanz «procedió a expedir "cartas de protección"» a quase 1900 pessoas, en las que constaba que su titular tenía parientes en España y se encontraba bajo la protección de la legación española».

O desespero dos perseguidos atinge o clímax quando alemães e húngaros forçam dezenas de milhar de judeus capturados em Budapeste a uma marcha forçada de 200 kms na direcção do território austríaco, numa aterradora mistura de solução de recurso perante os problemas de transporte e de morte programada por exaustão, fome e frio. Dias depois, a 17 de Novembro, nova diligência conjunta dos diplomatas neutrais (o português não incluído porque ausente) voltava a protestar pelas deportações e o trabalho forçado e exigia «que [se] cumpliesen con lealtad las disposiciones citadas por el Gobierno húngaro en favor de los judíos protegidos por las distintas legaciones en Budapest».

Provavelmente por causa do impacto deste protesto, Sanz Briz conseguiria ainda que as autoridades húngaras libertassem trinta judeus *protegidos* que haviam sido forçados a incorporar-se naquela marcha (cf. MARQUINA, OSPINA, 1987: 219-21).

A 25 de Novembro, Himmler, considerando que a *Endlösung* havia sido concluída, decretou o fim das deportações e deu ordens para que se preparasse o início do processo de ocultação de provas nos campos de extermínio que ainda funcionavam, designadamente destruindo as câmaras de gás e os crematórios (cf. NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1188-89). Em Budapeste, a ordem foi aplicada dois dias depois e outros dois mais tarde, a 29, o Governo nazi de Szálasi decretava que todos os judeus *protegidos* pelas legações neutrais se deveriam concentrar nos dois ghettos que tinham sido constituídos para esse efeito, e que os demais seriam entregues ao cuidado das autoridades alemãs, que os usariam ainda «as workers for the concentration camps and for the defences of Vienna» (Dieter Wisliceny¹⁸³, transcrito in NOAKES, PRIDHAM, 1991: 1192). De seguida, o Governo fantoche abandona a capital em meados de Dezembro. Sanz Briz, o encarregado de negócios espanhol, aguentaria em Budapeste até ao momento em que esse abandono é anunciado, já que, com a aproximação das tropas soviéticas, tinha instruções para não permanecer na Hungria, deixando o país e dirigindo-se também ele para a Suíça. Antes conseguira ainda que a maioria dos refugiados *protegidos* nas instalações diplomáticas espanholas ali permanecessem, à responsabilidade de um italiano, Giorgio Perlasca, que se arroga, tudo indica que improvisadamente, o estatuto de diplomata espanhol perante as autoridades húngaras e alemãs até à libertação da cidade. A Legação de Portugal, depois da partida de Gulden para a Suíça (por volta do fim da primeira semana de Dezembro), ficara improvisadamente a cargo do conde Férenc Pongracz, ele próprio um *protegido* desde Setembro, não conseguindo impedir o assalto das instalações da representação portuguesa pelas S.S. no primeiro dia de 1945, e o consequente sequestro e muito provável assassinato de dez dos judeus refugiados¹⁸⁴.

Quando, em 17 de Janeiro de 1945, os soldados soviéticos entraram nos ghettos judaicos, e segundo Raul Hilberg, «no more than 125,000 Jews remained in the capital, of whom 30,000 had been saved by the defense and protection provided by representatives of the neutral countries, the Red Cross, and the papal nuncio» (cit. in AVNI, 1982: 170). No final deste processo, a Legação espanhola em Budapeste tinha passado passaportes com a validade de três meses a 45 judeus espanhóis, «pasaportes provisionales», sem qualquer validade legal em Espanha, a 352 outros judeus, e «cartas de protección» a 1898 outros ainda, nas quais não se especificava a nacionalidade do portador (cf. AVNI, 1982: 175, e MARQUINA, OSPINA, 1987: 220). Para o caso português, tem-se estimado um total de mil *protegidos* pela Legação de Portugal em Budapeste¹⁸⁵, 700 dos quais portadores de «passaportes

¹⁸³ *Hauptsturmführer* das S.S. e colaborador de Eichmann na R.S.H.A., em depoimento produzido no pós-guerra.

¹⁸⁴ Cf. compilação de «notas sobre alguns acontecimentos ocorridos desde a ocupação soviética» da Hungria, em que se inclui um curto relatório do Conde de Pongracz, in A.M.N.E., 2º/47/157.

¹⁸⁵ Yehuda Bauer fala de mais de 1200, segundo Manuela Franco (in FRANCO, FEVEREIRO, 2000:

provisórios», concedidos «aos semitas húngaros que ineludivelmente provassem ter mantido nos últimos anos quaisquer espécie de relações morais, intelectuais ou comerciais com Portugal ou com o Brasil»¹⁸⁶, cujos interesses a Legação portuguesa representava em Budapeste.

13.6 As teses revisionistas: ausência de antisemitismo?; «a todos acolhemos», com «un elemental sentido de justicia y caridad»?

Procurei até este ponto perceber o judeu *conceptual* que configurara o preconceito antisemita presente nas sociedades ibéricas, ou pelo menos nas famílias ideológicas que se agrupavam em torno dos regimes salazarista e franquista, e de ter acompanhado a evolução das atitudes dos dois Estados ao longo dos anos da perseguição antisemita, até ao momento em que a questão pareceu claramente poder ser um instrumento de readaptação a um novo quadro político que resultava do irreversível triunfo aliado. A avaliação que faço da informação recolhida é que as elites políticas do Salazarismo e do Franquismo, e mais nitidamente deste do que daquele, revelaram constantemente uma mentalidade antisemita que as levou a formular (ou a continuar a formular) um *problema judeu* em termos semelhantes àqueles que se haviam percebido nas elites conservadoras e fascistas alemãs na fase imediatamente anterior à perseguição jurídica. Nestes termos, a primeira das prioridades era impedir a existência de uma *forte* comunidade judaica em cada um dos dois Estados, encarada como automaticamente *perigosa*, *intrinsecamente* *ameaçadora*, *tendencialmente comunista/revolucionária/maçónica*, evidentemente hostil aos sistemas políticos vigentes na Península.

Ao contrário do que a maioria da literatura estabelece, desde há anos, há que relevar a conclusão lógica que o próprio Franco retirava de todo este entramado de ideologia racista e antisemita. Sendo certo que esta não foi agravada, em Espanha, pela adopção de uma bateria legal persecutória semelhante à adoptada por outros Estados fascistas e fascizados, é inaceitável não começar por chamar a atenção para uma política do Estado franquista baseada na sistemática agressão moral, política e institucional aos judeus através de todos os meios oficiais, e não só, de formação e divulgação de opinião, além da pura «ignorance of the existence of Jews in Spain» (AVNI, 1982: 72) e da negação, como veremos, da existência de um «problema judaico», não justificada positivamente pela rejeição (limitada e contraditória) do racismo, mas pela assunção de que este se tratava de um problema historicamente resolvido.

Senão vejamos. Na sua mensagem aos espanhóis no fim do ano de 1939, Franco recordava-lhes que «"el espíritu judaico, que permite la alianza con el marxismo, que sabe tanto de pactos con la revolución antiespañola, no se extirpa en un día, y aletea en el fondo de muchas conciencias"» (cit.

¹⁸⁶ «Informação - Resumo» de Branquinho, M.N.E., 20/4/1945, in A.M.N.E., 2º/49/112.

in BLÁZQUEZ, 1991: 70¹⁸⁷). Franco, como o seu *alter ego* Carrero Blanco e a generalidade das opiniões representativas da *Weltanschauung* franquista, conservaram sempre nas suas mentes e nas suas referências discursivas aos judeus a teoria da *conspiração judaica mundial* (no seu caso, sobretudo referida à Europa como *vítima* dos judeus). O papel dos falsos *Protocolos dos Sábios de Sion* na Espanha do pósGuerra Civil não foi desprezível se tivermos em conta as referências publicadas que a eles se fizeram (cf. LISBONA, 1993: 111); teria sido esta, curiosamente, uma das leituras ainda nas últimas semanas de vida de Carrero Blanco, servindo-lhe, segundo documentação sua, para preparar o último Conselho de Ministros antes de ser assassinado pela E.T.A. em Novembro de 1973¹⁸⁸.

A ideia principal presente no excerto de Franco que reproduzi acima, a da *apropriação* pelos judeus da *alma nacional* alheia, não lhe era, nem de longe, nem de perto, exclusiva; pelo contrário: era uma banalidade repetida até à exaustão pelo mundo católico integrista, por exemplo. O cardeal Gomá, sobre o qual se insiste tanto em sublinhar a resistência movida que se lhe atribui contra a *totalitarização* do primeiro Franquismo, denunciava em Novembro de 1936 que «"judíos y masones envenenaron el alma nacional con doctrinas absurdas, con cuentos tártaros"» - de novo a metáfora do *outro* mais ou menos asiático - «"convertidos en sistema político y social en las sociedades tenebrosas manejadas por el internacionalismo semita"» (cit. in LISBONA, 1993: 100).

No seu discurso do fim de 1939, o que Franco procurava, no entanto, era ajudar a adubar o terreno da perseguição e da compreensão para com ela, da sua aceitação e aplauso. Esta, advertia-se, teria que durar anos a realizar-se porque «no se extirpa en un día», e, por isso, o *Caudillo* apelava a que os espanhóis «"comprendieran los motivos que han llevado distintas naciones a combatir y alejar de sus actividades a aquellas razas en que la codicia y el interés es el estigma que les caracteriza, ya que su predominio en la sociedad es causa de perturbación y peligro para el logro de su destino histórico"». Também aqui, naturalmente, e como já se analisou atrás, se presumia que «"nosotros, por gracia de Dios y la clara visión de los Reyes Católicos hace siglos nos liberamos de tan pesada carga"», mas agora «"no podemos permanecer indiferentes ante esta nueva floración de espíritus codiciosos y egoístas tan apegados a los bienes terrenos que con más gusto sacrificarían los hijos que sus turbios intereses"» (cit. in BLÁZQUEZ, 1991: 70). Tratava-se, portanto, de reunir apoios para uma tarefa que outros se viam obrigados a fazer. Que outros?

Meses antes, em Abril, Luis Bolín, o portavoz de Franco para a imprensa, tinha dito a um jornal de Paris que a «"Masonería y el Judaísmo, insistimos, son los grandes y poderosos enemigos del movimiento fascista para la regeneración de Europa y especialmente de España"». A afirmação servia

¹⁸⁷ Sintomaticamente, nenhuma compilação oficiosa de discursos e entrevistas de Franco produzida durante o seu regime recolhe este discurso nem aquele em que, em Agosto de 1942, o *Caudillo* reiterou esta tese.

¹⁸⁸ Segundo dados e documentos recolhidos por Emilio Romero, in (1985). *Retratos de época*. Barcelona: Plaza & Janés, pp. 82-88; a referência é relevada por LISBONA, 1993: 103-04.

para confirmar que «"Hitler tiene toda la razón en combatir a los judíos"» (cit. in LISBONA, 1993: 100¹⁸⁹). O paralelismo directo entre o racismo alemão e o espanhol, expresso em termos históricos e em referência ao momento que então se vivia, era reivindicado explicitamente pelos intelectuais do regime: Juan Beneyto chegara ao ponto de comparar o «Estado "racista" del que habla Hitler y el Estado "misional" del que habla Franco», perguntando-se: «Fué acaso cosa diversa aquel glorioso Estado de la Inquisición española, ese Estado que era un auténtico "Estado-Iglesia" (...)?» (BENEYTO, 1939: 28). Não lhe faltava a benção oficial, pois o próprio *Caudillo* descreveria em 1942 a política de Isabel, a Católica, uma verdadeira «época fundacional» dos «siglos de grandeza» de Espanha, como «una política revolucionaria, una política totalitaria y racista al final, por ser católica»¹⁹⁰.

Os incontáveis divulgadores desta tese procuravam, portanto, fixar o pressuposto de que a «raza judía» já não constituía um problema para a Espanha, justamente graças à «inolvidable obra de los Reyes Católicos en 1492 [contra los judíos] que hoy todo el mundo busca imitar con mayor o menor disimulación»¹⁹¹, mas, como já se viu atrás, assumiam-no como «un problema mundial» de que «el mundo católico (...) no puede desentenderse»¹⁹². Bem recordava o embaixador Lequerica em Março de 1942 como na «España presente (...) en lucha con una de las fuerzas principales del judaísmo internacional, el bolchevismo ruso», que estava «vigente todavía el Decreto de los Reyes Católicos» de 1492¹⁹³. E, curiosamente, pergunta-se Marquina «por qué se ha ocultado siempre que el régimen de Franco puso en juego el Decreto de Expulsión de 1492?» (1987: 223), sabendo que a resposta está seguramente nas necessidades argumentativas da propaganda oficial de branqueamento das características antisemitas do regime, que passou a vigorar a partir de 1943-44, bem como na historiografia que a apoiou directa ou indirectamente.

O verdadeiro mito histórico, de óbvia intencionalidade política retrospectiva, de um regime franquista (Governo e sistema diplomático e consular) empenhado em «"salvar tantos judíos como fuese posible sin contarlos"», em nome de «"un elemental sentido de justicia y caridad"», nas palavras escolhidas pelo próprio Franco para figurar num dos estudos que o seu Governo pagou para se fazer

¹⁸⁹ Declarações ao *Chaine d'Union*.

¹⁹⁰ In *Arriba*, 30/5/1942, Madrid; discurso perante dirigentes da Sección Femenina. Não pode deixar de ser revelador que desde há 40 anos que o episcopado católico espanhol promova junto da Santa Sé a beatificação de Isabel de Castela, processo retomado, pela última vez, em Março de 2002 pela Conferencia Episcopal, mas que parece embater contra o embaraço da Santa Sé face aos protestos motivados, justamente, pela política antisemita da soberana castelhana (cf. «Isabel la Católica tendrá que esperar», in *El País*, 28/9/2002, Madrid).

¹⁹¹ Ofício de Lequerica a Jordana, 29/9/1942, in A.M.A.E., R. 2295/10.

¹⁹² «Pasan de veinte millones los judíos esparcidos por el mundo», in *Mundo*, nº 28 (17/11/1940), Madrid, pp. 33-35.

¹⁹³ Ofício de Lequerica a Serrano, 16/3/1942, in A.M.A.E., R. 2295/8.

sobre o tema (cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 223¹⁹⁴), serviria não só, como tantas vezes se apresenta, para responder à adesão, a partir de 1949, do recém criado Estado de Israel à campanha de boicote internacional do regime de Franco, mas acima de tudo para reforçar a vastíssima operação de reescrita da História do comportamento da Espanha franquista na trágica hecatombe que representou a II Guerra Mundial. Recordem-se os termos da *ofendida* reacção da propaganda franquista, já no pós-guerra, perante o voto do representante do nóvel Estado de Israel nas Nações Unidas, em 1949, a favor da manutenção das sanções contra o regime de Franco (cf. REIN, 1996: 59-71): «Spain, imbued with its universal Christian spirit of love for all the races on earth, contributed to the rescue of Jews (...). Our government's aid was extended not only to Spanish Jews dispersed throughout the Continent, but also, whenever the opportunity presented itself, to all Jews irrespective of their nationality or place of residence» (Oficina de Información Diplomática do M.A.E., trad. e cit. in AVNI, 1982: 179¹⁹⁵).

Suárez Fernández, um dos mais destacados protagonistas dessa operação, colocava-se, no mais recente dos seus contributos para o estudo da posição espanhola no conflito, na confortável posição de quem vê, de um lado, «los historiadores obedientes a la propaganda izquierdista sosteniendo todavía hoy que la conducta española [de salvar vidas judías] no fue espontánea, sino debida a presiones de los aliados», e do outro «los historiadores proclives a la defensa del franquismo incurriendo a su vez en exageraciones como si la España de 1940 fuese pro-judía o poco menos» (SUÁREZ, 1997: 369). Teríamos que supor que o reputado medievalista, exdirector geral de Universidades num dos últimos Governos de Franco (em 1972), *Premio Nacional de Historia* de 2002 (com uma obra sobre Isabel, a Católica), catedrático da Universidad Autónoma de Madrid e com responsabilidades tão elevadas na Fundación Nacional Francisco Franco, se teria esquecido que tinha escrito anos antes, na sua obra monumental sobre *Francisco Franco y su tiempo*, coisas tão evidentemente improváveis, em todas as acepções da palavra, como a tese de que «los regímenes autoritarios en España», como seriam os do conde-duque Olivares, no séc. XVII, e os de Primo de Rivera e de Franco no séc. XX, «se han mostrado favorables a los judíos», garantindo que o último dos três «les permitió abrir sinagogas y acabó suprimiendo, incluso formalmente, el decreto de los Reyes Católicos», ou ainda a de nos descrever Franco, nos primeiros anos da guerra, convencido de que «España tenía en relación con ellos una deuda por la injusticia de la expulsión» decretada por aqueles...

Suárez finge nem sequer ter lido os discursos oficiais do seu biografado e os de tantos dos seus ministros e colaboradores quando escreve que «nunca el Gobierno ni las autoridades mostraron animosidad ni ejercieron discriminaciones contra los judíos por el hecho de serlo» (SUÁREZ, 1984b: 314 e 316). Não admira, assim, que possa sublinhar que nos anos enquanto permanecera embaixador em Paris

¹⁹⁴ Os autores transcrevem-nas de LIPSCHITZ, Chaim U. (1984). *Franco, Spain, the Jews and the Holocaust*. Nova York: Ktav Publishing House Inc., de que se voltará a falar adiante.

¹⁹⁵ Retirado da publicação, em francês, BUREAU D'INFORMATION DIPLOMATIQUE (1949). *L'Espagne et les Juifs*. Madrid: Ministère des Affaires Etrangères, p. 17.

e Vichy, o nosso bem conhecido José Félix de Lequerica «se había hecho acreedor a la gratitud de bastantes personas, entre ellas también los judíos», justamente porque «había conocido de cerca lo que era la persecución», o que aliás, o empurraria a «[mostrar] aún más interés en este asunto» que o seu antecessor Jordana (SUÁREZ, 1997: 594 e 487)...

A defesa cerrada deste mito por parte do regime franquista e de todos os seus aparelhos de propaganda e de formação de opinião, dispersa ao longo de décadas, produziu efeitos consideráveis na consolidação passiva desta tese, aspecto que ainda hoje é surpreendentemente verificável na sociedade espanhola, até mesmo em meios em princípio nada vulneráveis às teses franquistas. Sublinha José Antonio Lisbona que esta «mitificación» da presumida «actitud humanitaria de España» durante a guerra obteve um «rotundo éxito» uma vez que, primeiro, «había conseguido que los propios sefarditas la mitificaran», depois porque «gran parte del judaísmo mundial "mitificó" el suceso» (1993: 148-49 e 121). O que Lisbona percebeu para o caso franquista, perceberam muitos historiadores, e Susan Zuccotti em particular, para o caso de Pio XII. Desde a libertação de Roma, em Junho de 1944, que se sucederam as declarações de gratidão de judeus ao Papa Pacelli, ciosamente colecionadas pelo Vaticano e pelos historiadores que sustentam a tese de que Pio XII «"personally or through his representatives"» terá sido responsável «"to save hundreds of thousands of Jewish lives"» (declaração da Comissão para as Relações Religiosas com os Judeus, 1998, cit. in ZUCCOTTI, 2000: 301). «Defenders of Pius XII invariably evoke these and many other expressions of gratitude by Jews after the war, as if the phenomenon itself were proof of the veracity of the claims», recorda Zuccotti.

A investigação que ela fez, contudo, «has shown the gratitude to be misplaced. Men and women of the Church in Italy certainly deserved to be recognized and thanked, but the pope had very little to do with their activities». E quando se pergunta «why, then, were so many observers mistaken?», Zuccotti avança com um dos factores comuns ao caso franquista. No pós-guerra, diz ela, «Jewish chaplains with the Allied army in Italy, Chief Rabbi Toaff, and others like them», que tinham querido agradecer publicamente a Pio XII, «were anxious to protect and preserve the fragile good will between Jews and non-Jews that seemed to be emerging from the rubble of the war in Italy. The last thing they wanted was recrimination for past offenses». De onde poderia esta surgir? Por exemplo, indica Zuccotti, se se perguntasse «why had the pope not condemned the Italian anti-Jewish laws? Why had he remained silent about the atrocities perpetrated against Jews throughout Europe? Why had he not protested, at the very least, the deportations from the Eternal City?» A resposta estava em que, «at the time, many Jews believed that such embarrassing questions better be left unasked - that it was more important to promote healing and to build bridges for the future» (ZUCCOTTI, 2000: 301-03). Tratava-se, afinal, de uma espécie de *realpolitik* da reconstrução da memória...

A gratidão de muitos judeus manifestada para com a Espanha de Franco, sobretudo no quadro da Guerra Fria, ajudou a estratégia franquista de verdadeira revisão manipuladora da História, e da História tão recente que os seus primeiros instrumentos e produtos, construídos em 1943-45, são contemporâneos de muitos dos factos cuja interpretação se queria fixar de forma verdadeiramente

contrária à intenção com que haviam sido produzidos - ou seja, dizer que se acolhia e oferecia protecção quando se rejeitava sequer assumir compromissos para com cidadãos nacionais, ou autodescrever-se como antirracista quando se produzia um discurso antisemita.

Comecemos por deixar bem claro que um dado irrecusável resulta da documentação espanhola - e também da portuguesa, mas não é essa que está agora aqui em causa -: ao mesmo tempo que se arrastavam os pés para assumir quaisquer compromissos legais com judeus espanhóis em perigo de vida por toda a Europa ocupada, e mais ainda com qualquer outro judeu submetido à terrífica aparelhagem do Holocausto, numa fase em que em Madrid se dispunham de tantas ou mais informações sobre a realidade do genocídio, programou-se, pelo menos desde o início de 1944, uma campanha internacional que creditasse a favor do regime espanhol, necessariamente receoso de uma vitória aliada, uma política guiada por valores humanitários que se dizia ter sido, e ser ainda, seguida em favor dos perseguidos, *apesar de serem judeus e por isso mesmo hostis o regime de Franco*, e até mesmo *apesar de nem mesmo possuírem qualquer laço com Espanha*.

Descontando várias aflorações a esta estratégia anteriores a 1944, a primeira vez que se fixa um discurso, uma linguagem e um conjunto de objectivos para ela é quando, em Janeiro desse ano, o embaixador espanhol em Washington percebe que o Congresso Mundial Judaico «se propone invitar judíos residentes en el Marruecos español para que envíen Delegados» à conferência do Comité Ejecutivo do Congresso Mundial Judaico que se realizaria em Nova York no início de Maio seguinte. Neste primeiro momento, Jordana entendia que valia a pena aproveitar a oportunidade e propunha ao Alto Comisario do Protectorado que «se [elegiese], si le parece oportuno, personas lo más afectas posible al Gobierno y con bienes y raíces de familia en esa Zona que nos sirvan de garantía suficiente» do seu comportamento prógovernamental. Jordana acrescentava insidiosamente que «quizá se les podría hacer en el momento de partir algun indicación esperando que su conducta y resultados que se adopten en la Conferencia respecto a España sean satisfactorios»¹⁹⁶. Depois de o Alto Comisario, o general Orgaz, aceder à pretensão, reservando-se evidentemente o direito de nomear os representantes judaicos em questão, em meados de Fevereiro a Sección de Ultramar y Asia da D.G.P.E. do M.A.E., sob a tutela de José María de Doussinague, vem entender que várias eram «las razones [que] aconsejan prescindir del envío de delegados a Nueva York»: «el proyectado Congreso constituirá, segun todas las apariencias, una manifestación de radical hostilidad hacia los sistemas totalitarios», era a primeira, que se associava à terceira, a de que «el Congreso estimulará (...) el sistema de captación política que Norteamérica realiza cerca de los países todavía alejados de la guerra» o que «será, sin duda, un nuevo elemento de propaganda al servicio de los anglosajones». A outra razão era de natureza interna: «La situación de los delegados marroquíes puede resultar delicada en extremo durante el curso de las deliberaciones, así como en el caso de que se adopten acuerdos y recomendaciones en cierto modo incompatibles con la orientación de la política española». Era sobretudo esta última que suscitava a proposta da Sección: que

¹⁹⁶ Telegrama de Jordana a Orgaz, 8/1/1944, in A.M.A.E., R. 1774/2.

se dissesse ao Congresso que o Governo espanhol «no ve inconveniente alguno» no convite, justamente porque «tan reiteradas pruebas ha dado siempre de espiritualidad y tolerancia en relación con el problema racista» - e que, portanto, já não era o «problema semita» de sempre... -, mas que se se preparasse já, em alternativa ao envio de delegados marroquinos, a «[designación] de una persona de raza [sic] hebrea y nacionalidad española, residente en América del Norte (y que ofrezca las debidas garantías y solvencia política) (...), solución que impondría la necesidad de consulta caso de que las conclusiones y recomendaciones del futuro Congreso representasen una orientación incompatible con los intereses españoles»¹⁹⁷.

Apesar do acordo de Doussinague com a proposta, Jordana opta por que se regressasse à «idea primitiva». E é assim que se chega à designação governamental de Salomon Israel como «delegado de las comunidades israelitas del Marruecos español en el Congreso Judío Mundial que se ha de celebrar en Nueva York el 6 de mayo», ao qual são entregues, em meados de Março de 1944, uma série de «instrucciones» sobre a forma como se deveria comportar no decorrer da Conferência. O seu enorme interesse resulta do facto de elas poderem ser interpretadas como a primeira proposta de fixação retrospectiva de um discurso oficial do que fora, e ainda era, a política franquista sobre «la actuación de España con respecto a los israelitas». O interesse reforça-se, ainda por cima, pelo facto de semelhante proposta ser produzida quando o Governo de Franco era solicitado, mais do que nunca, para se comprometer com os judeus de nacionalidade espanhola em França, na Grécia, na Roménia, na Bulgária, e dias antes de ser chamado a tomar posição sobre a perseguição na Hungria.

«El Sr. Delegado hallará seguramente ocasión de hacerse eco de la correcta actitud de España (...) teniendo en cuenta los aspectos siguientes» - era a fórmula que nas instruções do M.A.E. se escolhia para especificar quão *obligatória* era a versão oficial, acrescentando-se, se necessário fosse, que «para la interpretación de las presentes instrucciones deberá atenerse a las órdenes del Sr. Embajador» em Washington, «con quien mantendrá constante comunicación y consulta». No documento instruía-se-o para que dissesse que «la Legislación de España no hace acerca de los israelitas establecidos habitualmente en territorio español» - expressão que se usava para evitar escrever *judeus espanhóis* e também para não cobrir a situação destes que, não residindo em Espanha, o Governo não queria que nela se fixassem - «la menor discriminación», o que significava coisas tão pouco verdadeiras como que «tienen en el ejercicio de los derechos políticos y civiles absolutamente el mismo trato que el resto de ciudadanos españoles», omitindo as limitações evidentes de constituição de comunidades locais e de práticas religiosas públicas. «Durante la guerra española tampoco fueron objeto[,] en aquellas circunstancias extraordinarias[,] de medida alguna discriminatoria», o que só poderia aproximar-se da realidade se se negassem todos os comportamentos violentos e intimidatórios usados com os judeus emigrados por parte das forças franquistas, por um lado, e, por outro, aqueles impostos aos judeus do Protectorado de Marrocos, justamente. A referência à «organización de Comunidades israelitas» só podia,

¹⁹⁷ «Informe» da Sección de Ultramar y Asia da D.G.P.E. do M.A.E., 12/2/1944, in A.M.A.E., R. 1774/2.

isso sim, ser feita relativamente àquelas constituídas «en las principales poblaciones de Marruecos español». Ampliar, contudo, para o período da guerra e do pós-guerra espanhol a versão de que «un constante espíritu amistoso y de sincera colaboración ha caracterizado las relaciones de las comunidades israelitas con las Autoridades españolas» do Protectorado não representava mais do que uma redonda mentira para efeitos de propaganda à luz dos acontecimentos, já descritos, dos anos 1936-40¹⁹⁸.

O mais revelador era a descrição da atitude para com os «israelitas de origen español residentes en el extranjero», aos quais, portanto, se começava logo por não reconhecer a nacionalidade. «Durante la actual conflagración, el Gobierno español ha desarrollado una eficaz política de protección a las colonias de sefarditas en el extranjero». Prova disso seria o ter «recabado de las Autoridades de ocupación de Salónica y diversos sectores europeos autorización para que los israelitas de origen español recludos en los campos de internamiento fueran puestos en libertad y se les permitiese trasladarse a la Península», o que é bem revelador da desfaçatez com que o M.A.E., depois de ter resistido o mais possível ao repatriamento, descrevia o seu próprio comportamento, omitindo sobretudo que a condição *sine qua non* pela qual alguns desses refugiados tinham entrado em Espanha era que outros nas mesmas condições tivessem deixado o território espanhol e que eles próprios saíssem o mais rapidamente possível. «España ha ofrecido» - este era o verbo - «asilo a varios miles de sefarditas en quienes concurrían las circunstancias aludidas[,] labor que se prosigue actualmente». Para concluir, um argumento que viria a estar presente sempre que alguma crítica fosse dirigida ao Governo espanhol: o de que este «ha recibido reiterados y hasta emotivos testimonios de gratitud por su conducta».

Se até aqui, as instruções com que se pretendia enviar um delegado ao Congresso Mundial Judaico relevavam da estratégia retórica de descrever a realidade a partir do isolamento de partes dela, iluminadas fortemente, e da omissão completa de outras, na descrição da atitude assumida para com os «israelitas refugiados en España» entrava-se na pura produção de uma contraversão da realidade. «Las facilidades prestadas por el Gobierno español son notorias. Durante la ocupación militar de Europa [sic] y en las trágicas circunstancias de todos conocidas, España ofreció» - de novo o mesmo verbo - «asilo a muchos refugiados de raza judía. Posteriormente», e não se entende aqui a que dois tempos históricos se refere o documento, «fueron transmitidas instrucciones a los Consulados para que se prestasen amplias facilidades a cuantos deseaban atravesar la Península o la Zona española de Marruecos en tránsito para establecerse en América». Em resumo, e aqui se formulava o slogan mais permanente do Franquismo e, simultaneamente, do revisionismo histórico sobre esta questão, «España ha practicado una política humanitaria y generosa inspirada en un sentido de amplia espiritualidad»¹⁹⁹, de onde a tradicional referência ao cristianismo ou ao catolicismo polidamente desaparecia.

¹⁹⁸ Cf., a propósito, os subcapítulos 11.3 e 12.6.

¹⁹⁹ «Instrucciones a Don Salomon Israel, delegado de las Comunidades israelitas del Marruecos Español en el Congreso Judío Mundial que se ha de celebrar en Nueva York el 6 de mayo próximo», s.a., 17/3/1944, in A.M.A.E., R. 1774/2.

Estavam estabelecidas as bases, praticamente inamovíveis, da operação franquista de reescrita da realidade histórica relativamente ao antisemitismo do período e à relação entre a Administração espanhola e a perseguição antisemita no período do Holocausto. Naquele momento acabaria por nem ser necessário porque os dirigentes das comunidades judaicas em causa, seguramente intimidadas por semelhantes imposições e desejosas de evitar qualquer confrontação com as autoridades espanholas, desistiriam do convite que lhes fora endereçado pelo Congresso Mundial, formalmente invocando dificuldades de viagem. insistindo muito particularmente Doussinague em que qualquer resposta que fosse remetida ao Congresso Mundial Judaico «haga constar que el Gobierno les da toda clase de facilidades y no ha puesto obstáculo alguno a que vayan»²⁰⁰.

Quando José Antonio Lisbona sustenta que «gran parte del judaísmo mundial "mitificó"» a pretensa «actitud humanitaria de [la] España [de Franco]» (1993: 121) deve-se acrescentar à sua tese, que creio bem fundada, que essa operação de *mitificação* foi proposta durante a própria guerra por alguns dirigentes do Congresso Mundial Judaico como moeda de troca na ajuda que potencialmente a diplomacia espanhola, representada em territórios de perseguição e deportação de judeus para a morte, podia prestar às vítimas. Parece ter sido o rabino Maurice Pertzweig o primeiro a sugerir ao Congresso «that their appeals to Cárdenas», o embaixador espanhol em Washington, «should be based not only on philanthropy but also on specific Spanish interests. In his letters to Cárdenas», logo em Março de 1943, «Pertzweig emphasized the humanitarian aspect of his appeals and hinted that a response would enhance American Jewish opinion of Spain». Praticamente sem ter obtido retorno efectivo algum da parte espanhola, Pertzweig não deixaria de «praise Spain's assistance to Jewish refugees», designadamente em documentos internos do Congresso Mundial Judaico e «in a round-table discussion broadcasted throughout the United States» ainda nesse ano. Bem nota Haim Avni que apesar destes contactos com os embaixadores espanhóis, nomeadamente Cárdenas em Washington, Alba em Londres e, já em 1944, Franco em Lisboa, «failed to change Spain's position on repatriation» o que provava que «Spain's interest in improved public relations was not sufficiently strong to act as an impetus for rescue». Em todo o caso, Madrid saberia aproveitar bem as «warm relationships Spanish ambassadors developed with a number of Jewish leaders, who benefitted Spain by promoting the myth of the extent of its activities to rescue Jews» (AVNI, 1982: 196-97 e 252).

É o que acontece já em Outubro de 1944, na sequência de novos contactos entre dirigentes judaicos e Cárdenas, em Washington, seguidos de uma abordagem feita por Javier Martínez de Bedoya, um dos funcionários falangistas do sector da imprensa que havia sido enviado para a Embaixada espanhola em Lisboa e entrara em contacto com Yitzhak Weissman, «one of the refugees who had

²⁰⁰ Carta do Consejo Comunal Israelita de Tetuán a Leon Kubowitzki (chefe do Departamento de Assuntos Judaicos Europeus do Congresso Mundial Judaico), 21/4/1944, e nota de Doussinague a Suñer, dando instruções de Jordana para ofício a Orgaz, 24/3/1944, in A.M.A.E., R. 1774/2. De novo convidado, o mesmo organismo judaico de Tetuán rejeitará o convite para se fazer representar na «Conferencia Emergente de la Guerra», prevista para 11 de Novembro seguinte, como comunicam em carta com data de 7/9/1944.

arrived in Portugal at the beginning of the war» e que o Congresso Mundial Judaico nomeara seu representante na capital portuguesa. Bedoya, o Agregado de Prensa da Embaixada teria trazido, «entre otras, del General Jordana y de las Jerarquías de Prensa del Partido, la misión especial de ponerse en contacto con los elementos judíos de aquí en función de la enorme influencia que los mismos ejercen en la prensa internacional toda vez que con España no existía ni existe un problema específico», e procurara Weissman, aparentemente por sua própria iniciativa mas com o conhecimento do embaixador, Nicolás Franco, porque aquele estaria encarregado de apresentar «el informe sobre la actitud de Portugal y España» à conferência do Congresso Mundial Judaico que se celebraria no fim de Novembro, nos E.U.A.²⁰¹. Um dos conselheiros da Embaixada espanhola, José Antonio Bermejo, e o próprio Bedoya, já convencidos que o parecer de Weissman seria «muy favorable» a Espanha, achavam, em todo o caso, que «una intervención de España causaría excelente impresión». Sem citar expressamente o caso húngaro, e, curiosamente, nem sequer os refugiados judeus, Bermejo dizia a Doussinague que «Weissman insiste mucho en que se siga el ejemplo de Suecia, es decir, proveerles [sic] de una documentación especial y concentrarlos en locales sobre [sic] la protección del Gobierno español, comprometiéndose a pagar todos los gastos», acrescentando o funcionário espanhol que «la cosa urge»²⁰².

Estava-se já, entretanto, na fase em que José Félix de Lequerica assume a direcção da política externa espanhola, ele que «de ser más antijudío que nadie, por el gran peligro que este pueblo significaba, pasó a convertirse en un paladín en favor de la salvación de los judíos» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 205). Sustentado sobre o comportamento de Sanz Briz na Legação em Budapeste, que só à última hora fora ratificado pelo M.A.E. e que, sobretudo, havia significado um preço prático muito baixo para o Governo espanhol (praticamente nenhum *protegido* por Sanz é enviado para Espanha), e no seguimento destes contactos com dirigentes judaicos, Lequerica fixa e faz veicular um discurso diplomático e propagandístico que procuraria, como hoje o descreve Suárez Fernández, contrariar «tantas mentiras, bulos y calumnias se estaban difundiendo» nos E.U.A., sobretudo, para tal simplesmente «utilizando la conducta española», classificada por Suárez como tendo sido «indudablemente meritoria», «para mejorar la imagen que el Régimen español estaba padeciendo en los Estados Unidos» (1997: 493). Desde logo curioso é o facto de, uma vez mais e como sempre, se responsabilizar as «"empresas periodísticas, de radio, o de difusión de noticias controladas por elementos israelitas"» que «"hacen intensas y reiteradas campañas calumniosas contra España"», como se queixava Lequerica ao embaixador em Washington, Cárdenas, em Outubro de 1944, quando, justamente, «"desde hace tres años"» - ou seja, desde 1941, e aí estava a reconstrução retrospectiva - «"España viene accediendo reiteradamente y con la mejor voluntad a cuantas peticiones presentan comunidades judías (...), habiendo

²⁰¹ Excepcionalmente, o *Mundo* decidira, convenientemente, dedicar-lhe dois artigos, nos nºs 237 (19/11/1944), pp. 464-66, e 242 (24/12/1944), pp. 654-55.

²⁰² Carta de Bermejo a Doussinague, 27/10/1944, in A.G.A., AE/6659.

dado ello lugar a enérgicas intervenciones no sólo en Berlín sino en Bucarest, Sofía, Atenas, Budapest, etc., con desgaste evidente de nuestras representaciones diplomáticas y llegándose en algunos momentos a discusiones enérgicas por defender nosotros esos" - e não «nuestros» - «"intereses"» (Lequerica a Cárdenas, cit. in SUÁREZ, 1997: 489²⁰³).

Apesar de alguns dirigentes do Congresso Mundial Judaico não poderem «hide his Jewish and [sic] political embarrassment at dealing with the Franco regime», mostraram-se «prepared to help Spain improve its image in the United States if Spain helped Jews». Alguns deles, como Perltzweig, «excused it with his disappointment at Allied attitudes toward the Jews, demonstrated at the Bermuda Conference». Mas outros, como Marc Yarblum, «the French Jewish Socialist leader, could not overcome his reticence» e, «in protest at the praise Yitzhak Weissman heaped upon Spain at the World Jewish Congress conference, he threatened to leave the organization in which he had been active for many years» (AVNI, 1982: 198). De facto, Weissman manteria contactos regulares durante 1945 com Martínez de Bedoya, da Embaixada espanhola em Lisboa, e fora responsável por fazer aprovar pela conferência do Congresso Mundial Judaico uma série de resoluções que ampliavam ao Governo espanhol um conjunto de actuações no caso dos judeus húngaros que, correctamente, só deveriam ser atribuídas aos Governos suíço, sueco e ao Vaticano, além de pura e simplesmente assumirem como verdadeiras informações prestadas por Nicolás Franco relativamente ao salvamento de judeus «"sefarditas de origen español"», designadamente que o Governo espanhol tivesse decidido «"tomar bajo su protección a todos"» eles, «"los cuales debían dirigirse a los Consulados españoles de los países ocupados, tanto si estuviesen en posesión de documentación española como si carecen [sic] de ella"» (transcrito por Bedoya). Estas eram afirmações que, dentro do regime, se recomendava que «nuestra prensa en general (...) recogiera» porque eram «tan interesantes que prueban la imparcialidad con que España cumplió sus deberes de neutralidad y su alejamiento de la posición racista»²⁰⁴. «Interesantes» seriam; longe da realidade histórica recente, também...

É possível, portanto, perceber em 1944-45 a formulação expressa no interior do aparelho de poder de um discurso mistificador do comportamento oficial espanhol perante o Holocausto enquanto este mesmo decorria, o qual, genericamente e com intenções estruturadoras, ou condicionadoras, da produção de qualquer discurso sobre o Franquismo, estabelecia a tese da ausência de racismo e de antisemitismo. E, contudo, não nos esqueçamos que os próprio construtores de semelhante discurso reproduziam **simultaneamente** - não simplesmente antes, mas também durante, e seguramente depois de 1944-45 - o outro discurso racista e antisemita que caracterizara ideologicamente as elites reaccionárias espanholas na época contemporânea, muito para lá, portanto, da curta trajectória histórica percorrida até então pelo Franquismo. Reexemplificarei, centrando-me só no período posterior à

²⁰³ O autor diz tratar-se de um telegrama de 28/10/1944, conservado na A.N.F.F..

²⁰⁴ Relatório de Bedoya ao Subsecretario de Educación Popular, com conhecimento ao M.A.E., 8/11/1945, in A.G.A., AE/6667, transcrevendo excertos de resoluções da citada conferência.

Declaração Conjunta aliada de Dezembro de 1942.

É o próprio Franco, como já referi há alguns capítulos atrás²⁰⁵, que em Abril de 1943 entende fazer o Papa Pacelli «partícipe de [una] confidencia de autenticidad indubitable [sic]» que havia chegado ao seu «conocimiento por persona de acreditadísima lealtad y recta conciencia». Tratava-se nada menos que o conteúdo «de la carta que el Presidente Roosevelt ha escrito al Señor Zabrowsky, el 20 de febrero[,] en la que le encarga de una importantísima misión cerca de Stalin, que encierra proyectos gravísimos para el futuro de Europa», a tal ponto que «he creído necesario al mejor Servicio de nuestra Santa Iglesia» informar o Papa. O mais significativo da carta estava na relevância que, uma vez mais - exactamente como acontecera em 1939, '40 ou '41, por exemplo -, assumem «la masonería internacional y el judaísmo», os quais, «paralelamente a la guerra y a los propios designios de los Gobiernos[,] se mueven, entre bastidores, (...) imponiendo a sus afiliados la ejecución de un programa de odio contra nuestra civilización católica, en el que Europa constituye el blanco principal por considerársele el baluarte de nuestra fe»²⁰⁶. O Papa, naturalmente, diz-se «complacido y no poco consolado» de «tus sentimientos, tan nobles y tan profundamente católicos», como de «tus propósitos, animados de santo celo por la causa del bien», sem se esquecer de recordar a Franco que as «ansiosas preocupaciones por el futuro» se deveriam «tanto a causa de los graves peligros señalados por Tí [sic], como por otros, no menos graves, que amenazan a la fe y a la civilización cristiana»²⁰⁷.

Ou seja, o mesmo *Generalísimo*, que se assinava «prostrado ante la Santidad de quien es cabeza visible de la Iglesia de Cristo, [besando] humildemente la Sandalia de Vuestra Beatitud»²⁰⁸, e cujo actos são «silenciados por la historiografía desfavorable a Franco», na óbvia versão de Suárez Fernández (1997: 495), não retrocedera um milímetro no seu preconceito antisemita que percebia os judeus organizados «contra» a *civilização cristã* e a *Europa*, depois de o seu Governo e o seu sistema de recolha de informações terem reunido indícios mais do que suficientes para poder perceber a tragédia que engolia milhões de judeus por toda a Europa ocupada, ou, pelo menos, na expressão do próprio Suárez Fernández, de que «algo estaba cambiando» no processo de «persecución contra los judíos», o que, segundo o autor neofranquista, «se comprendió [en el Gobierno español] antes de que comenzara el verano de 1942» (idem: 480).

É também significativo que Franco optasse por este passo, que compromete também o próprio Jordana à frente do M.A.E., enquanto os seus diplomatas, e ele próprio, se encontravam em plena

²⁰⁵ Cf. o subcapítulo 11.4.6.

²⁰⁶ Carta de Franco a Pio XII, 12/4/1943, in A.M.A.E., R. 1371/3. A carta de Franco iria acompanhada de um «anejo» que não aparece no Arquivo. Jordana (carta de 13/4/1943) encarrega Domingo de las Bárcenas (embaixador junto da Santa Sé) de proceder a esta diligência «con el más riguroso y absoluto secreto».

²⁰⁷ Resposta de Pio XII a Franco, 2/5/1943, in A.M.A.E., R. 1371/3.

²⁰⁸ Carta de Franco a Pio XII, 12/4/1943, já citada.

campanha diplomática em favor de uma paz de compromisso entre angloamericanos e o Eixo, como se analisou noutro capítulo, campanha essa que incluía uma tentativa de aproximação da Alemanha ao Vaticano, por forma a recrutar para aquela «la simpatía o por lo menos la benevolencia de los cuatrocientos millones de católicos»²⁰⁹. Suárez Fernández, não só coloca em paralelo a «persecución contra los judíos» e o facto de que «los católicos también estaban siendo perseguidos» na Alemanha (1997: 478), como, dizendo-se legitimamente empenhado na divulgação de «datos fidedignos» - ele que deles dispõe mais do que tantos outros na sua Fundación Nacional Francisco Franco... -, reitera que «la actitud del Gobierno español se mantuvo lejos del antisemitismo» (idem: 494) mas se esquece de fazer referência à citada carta do *Caudillo* ao Papa em qualquer uma das obras de que é autor (1984b, 1997) ou organizador (F.N.F.F., 1993)...

Alguns dos passos da argumentação de Suárez Fernández são particularmente discutíveis, como os de mencionar entre «los esfuerzos del personal diplomático español» para ajudar «a quienes huían de la Europa ocupada por los totalitarios», algumas arriscadas diligências de Domingo de las Bárcenas, justamente o embaixador no Vaticano que entregara esta carta de Franco ao Papa. Aquelas teriam sido realizadas no Outono de 1943 e teriam abrangido não apenas membros destacados da nobreza romana, com maior ou menor relação com a antiga família real espanhola, mas também, concretamente em Outubro, os «3.000 judíos que habían sido detenidos» em Roma, naquilo que Suárez confunde com «el terrible drama de los asesinatos en Fosas Ardeatinas», massacre que os alemães perpetrariam meses mais tarde, em Abril de 1944. Suárez, que em momento algum especifica que aquelas detenções eram as que correspondiam aos *rastrellamenti* efectuados no ghetto de Roma a 16 de Outubro, e que precederam a primeira deportação para Auschwitz de um pouco mais de mil judeus italianos, fala de «informaciones» que, tendo chegado aos ouvidos de Bárcenas, o teriam levado a «entrevistarse con funcionarios alemanes e italianos» e, «armado de estos datos», acudir ao cardeal Maglione, o secretário de Estado da Santa Sé, quem, à frente dos embaixadores espanhol e alemão, «condenó en términos muy duros la persecución contra los judíos». Segundo Suárez, que cita telegramas que Bárcenas teria enviado do Vaticano, até «el diplomático [alemán] pensaba como el cardenal y como el representante español, pero confesó que sus gestiones resultaban inútiles»... Em Dezembro seguinte, Suárez refere-se a um pedido de ajuda que o general Gambara, governador militar italiano de Roma, fiel a Salò, teria feito ao embaixador espanhol no sentido de ser conseguido refúgio «en algunas casas de religiosos españoles» para um «cierto número de judíos casados con italianas [sic] que tenían ser detenidos por los nazis pues arreciaba la campaña de antisemitismo». Bárcenas teria aceite a proposta, mas «"con toda cautela, para no comprometer el crédito [del Gobierno español], que hasta ahora creo que merecemos"» (SUÁREZ, 1997: 530, 534-36).

Este é não só um retrato diametralmente oposto da visão transmitida a Madrid pelas outras fontes de informação espanholas na Itália ocupada, como sobretudo faz referência a uma actuação

²⁰⁹ Ofício de Jordana a Vidal, 1/6/1943, in A.M.A.E., R. 1375/1.

que não conseguiram detectar ou considerar digno de nota nenhum dos estudiosos da política franquista perante a perseguição antisemita, nem mesmo aqueles formalmente encarregados pelo Governo de Franco (como Federico Ysart), ou daqueles outros que se debruçaram especialmente sobre a perseguição dos judeus de Roma. Uma vez mais, e aparte outras considerações metodológicas sobre a interpretação que Suárez faz dos acontecimentos, é sintomático que o mais importante dos gestores do arquivo documental da F.N.F.F. cite exclusivamente material documental ali conservado...

Outros estudos, como o de Alfonso Lazo sobre a imprensa falangista e católica, estabelecem em Abril de 1943 o momento até ao qual «continuó apareciendo en la prensa española propaganda antijudía, emanada desde el mismo gobierno a través del sistema de consignas», instrumento pelo qual o respectivo departamento governamental não só condicionava negativamente a informação publicada e divulgada, como impunha a publicação de textos e/ou teses oficiais. Por exemplo, «presentando la guerra mundial como "una lucha entre el fascismo y el antifascismo", reflejo - se dice - de un enfrentamiento más amplio en el que "de un lado [se encuentran] judíos, masones, demócratas, liberales, comunistas y anarquistas y de otro lado España, Italia y Alemania"» (LAZO, 1995: 225²¹⁰).

É não só possível, pelo que vimos, empurrar essa data pelo menos num ano mais (recordemos o artigo no *Mundo* compreensivo para com as «severas medidas contra los judíos» adoptadas pelo Governo colaboracionista húngaro, já sob ocupação alemã), como os diplomatas e os serviços de informações norteamericanos recordam-nos que «el servicio de propaganda del Consejo de la Hispanidad», especialmente dedicada à América de língua espanhola, «distribuirá e imprimirá propaganda antijudía hasta bien entrado el año 1943» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 168).

Mas há mais. Ao embaixador alemão Dieckhoff, Franco dirá em Dezembro de 1943 que, «dentro y fuera de casa, la lucha contra los judíos y la francmasonería se mantendría en el mismo lugar que contra el bolchevismo y el comunismo» (LISBONA, 1993: 109). De um «"gravísimo problema"» falava Gómez de Jordana em Julho de 1943 ao se referir ao de «"tenerles [- a los judíos -] en España"» (Jordana²¹¹, cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 195). Quando o ministro tem que sintetizar ao seu colega da pasta do Ejército, o general Carlos Asensio, qual vinha sendo a política espanhola seguida na questão do repatriamento dos judeus espanhóis, fala-lhe de «todo un sistema montado para resolver un grave conflicto político» que define da seguinte forma:

«Son muchos cientos los sefarditas con nacionalidad española que están en Europa, sea en campos de concentración, sea a punto de ir a ellos, y nosotros no los podemos traer a España a instalarse en nuestro país porque esto no nos conviene de ninguna manera ni el Caudillo lo autoriza, ni los podemos dejar en su situación actual aparentando ignorar su condición de ciudadanos españoles porque ésto puede dar lugar a graves campañas de prensa en el extranjero y principalmente en América y provocamos serias dificultades de orden internacional».

Não se podia, portanto, ser mais claro: *inconveniência* por todos os motivos da presença de judeus em

²¹⁰ O autor diz que tal «consigna» teria sido publicada nos diários espanhóis entre 6 e 21/4/1943.

²¹¹ Despacho de 24/7/1943.

Espanha, apesar da sua nacionalidade ser a espanhola, com expressa oposição de Franco a ta possibilidade; necessidade, contudo, de impedir críticas internacionais a um comportamento abertamente obstrucionista da sua vinda para Espanha.

A descrição seguinte da solução encontrada constitui uma boa síntese da atitude franquista, incluída uma lapidar metáfora sobre a presença judaica:

«Se pensó en irlos trayendo por grupos de un centenar, poco más o menos, y cuando un grupo hubiera salido ya de España, pasando por nuestro país como la luz por el cristal, sin dejar rastro, traer un segundo grupo, hacerlos salir para dar entrada a los sucesivos, etc.. Siendo éste el mecanismo, claro es que la base del mismo estaba en que nosotros no permitiéramos de ninguna manera que los sefarditas quedaran en España (...)» (Jordana²¹², transcrito in AVNI, 1982: 219).

Ao contrário do que insinuam hoje figuras como Suárez Fernández, e durante décadas todos os dignitários franquistas que se pronunciaram sobre a atitude do seu regime perante o Holocausto, a percepção de um evidente preconceito antisemita no seio da elite de poder espanhola não é uma interpretação actual, tida, evidentemente, como sectária pelos partidários da tese do Franquismo ética e moralmente *cristão* e consequentemente guiado por princípios *humanitários*. Foi o aparentemente moderado Jordana que expressou de forma lapidar a recusa terminantemente do Governo de Franco em permitir que cidadãos espanhóis de religião e etnia judaica «quedaran en España». E foi ele também que desenvolveu, juntamente com a generalidade dos responsáveis oficiais espanhóis do período, as bases argumentativas de um discurso deliberadamente mistificador da sua própria actuação. Senão vejamos.

Dias antes desta missiva ao ministro do Ejército, o ministro dos Exteriores vira-se forçado a responder a uma advertência do embaixador norteamericano, Carlton Hayes, que, a propósito da deportação para o Norte de África de duas famílias de judeus espanhóis que haviam acabado de ser repatriadas, se dizia «preocupado porque la salida de estos sefarditas españoles con todos sus papeles nacionales en regla podía ser interpretada como una expulsión de judíos españoles de España, similar a lo realizado por Alemania», pelo menos ao longo dos anos 1933-41, o que empurrava o diplomata a «[sugerir] que permanecieran en España hasta que finalizase la guerra». A resposta de Jordana é reveladora da reconstrução que a partir de 1943, ou seja, a partir da Declaração Conjunta Aliada, o regime espanhol, neste como noutros campos, decidiu fazer do seu comportamento recente e presente - do comportamento que mantinha no preciso momento em que dizia ter tido outro! O ministro decidira mostrar-se ofendido com Hayes:

«"La perspectiva de encontramos ante un nuevo caso de mala inteligencia y de que se difunda la idea de que nosotros entramos en una persecución antisemita, imitando a las ideas nacionalsocialistas, contrarias al espíritu cristiano que informa el Estado español, puede en determinado momento ser suficiente para que renuncie por completo a seguir ocupándome de este asunto" y» -

- e aqui se introduzia a mais descarada mistificação da realidade que emerge dos documentos - «"deje de luchar con las autoridades alemanas que no desean dejar salir [a los judíos españoles] de los territorios

²¹² Ofício ao ministro do Ejército, 28/12/1943.

ocupados por su ejército"» (transcrito in MARQUINA, OSPINA, 1987: 198²¹³).

Ressalve-se, ainda, que Jordana produz este discurso poucos meses antes de negociar com as autoridades gaullistas a expulsão para o Norte de África francês dos 73 judeus espanhóis vindos de França, juntamente com os 365 vindos de Salónica, e ainda com 116 judeus que haviam imigrado para Espanha antes de... 1933! Se os franceses «se habían mostrado receptivos con la petición española» relativamente aos dois primeiros grupos, «se negaron en redondo a aceptar a estos 116 que las autoridades españolas querían también expulsar por el mero hecho de ser judíos», aos quais, aliás, se chegara ao ponto de, antes de Agosto de 1943, terem-lhes sido «retirado los permisos de trabajo y se les había dicho que deberían dejar España» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 203 e 188).

A campanha revisionista espanhola prosseguiu depois em 1949, no final do período de isolamento internacional e no momento em que, como se viu, havia que se responder ao novo Estado de Israel mas de forma tal que se pudesse, simultaneamente, agradar aos governos ocidentais, com a publicação de *España y los Judíos Sefarditas*, panfleto do M.A.E. com versões em inglês e francês²¹⁴, que encerrava com a tese autocomplacente de que a «"protección diplomática de las personas indefensas"» como eram «"los judíos sefarditas durante la segunda guerra mundial"», «"es no sólo una de las más altas misiones de la diplomacia sino también de la caridad cristiana con el prójimo que había sido atrapado en el inhumano engranaje del materialismo totalitario"» (cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 244-45), procedendo ao uso de uma terminologia que, uma vez compulsada com os textos antisemitas dos quinze anos anteriores, revelava a fantástica e atrabiliária manipulação de que era capaz o regime franquista, que tão pouco tempo antes se havia autodefinido como *totalitário*, precisamente, ao mesmo tempo que descrevera sistematicamente o *judaísmo* como consubstância do *materialismo*!...²¹⁵

Outro dos recursos de uma estratégia desta natureza era o aproveitamento público de todas as opiniões que pudessem ser apresentadas como *independentes*, muito particularmente as de judeus, como o congressista norteamericano Abraham Multer, convidado (conjuntamente com outros parlamentares norteamericanos) a visitar Madrid em Setembro de 1949, cujo discurso na Câmara dos Representantes, em Janeiro seguinte, garantindo que «Espanña había salvado a más de sesenta mil judíos durante las matanzas hitlerianas», o Governo espanhol reproduziu e distribuiu um folheto (cf. MARQUINA,

²¹³ Carta de Hayes a Jordana, 6/12/1943, e resposta de Jordana, 10/12/1943.

²¹⁴ A Embaixada em Washington teria publicado ainda *Spain and the Sephardic Jews* (cf. LISBONA, 1993: 149). Ambos devem ser muito semelhantes ao folheto publicado pela Dirección General de Prensa do Ministerio de Información y Turismo (com a designação de «documento nº 50»), em 1952: *España ante los judíos en la paz y en la guerra*.

²¹⁵ Em alguns casos, o folheto oficial espanhol falsifica totalmente factos como os relacionados com a sinagoga e os *sefarim* da Comunidad Israelita de Madrid durante a Guerra Civil, sustentando que ela teria sido «saqueada y profanada "por los comunistas durante la dominación roja"», envolvendo «"un convento de religiosas"» presumivelmente de Murcia na custódia dos *sefarim*; José Antonio Lisbona esclarece os acontecimentos in 1993: 83-84.

OSPINA, 1987: 245²¹⁶). Simultaneamente, o regime aproveitou várias das oportunidades, algumas delas resultando de propostas dele próprio, que lhe foram oferecidas por dirigentes das comunidades judaicas de Barcelona ou de Madrid para servirem de arautos junto das comunidades hebraicas de todo o Mundo de uma pretensa liberdade religiosa concedida por Franco, ou até de intermediários entre o isolado Governo de Madrid e governos ocidentais. O que, pelas descrições de Lisboa e dos documentos confidenciais do Congresso Mundial Judaico por ele citadas, não passava de um nível mínimo de tolerância, sistemática e incansavelmente mendigado pelos pragmáticos dirigentes das comunidades, normalmente nem reconhecidas institucionalmente como tal, era descrito, em Junho de 1955, pelo presidente da comunidade de Barcelona, David Ventura, como «"esta Verdad Española [sic]"» que havia que «"proclamar ante el mundo, (...) esta paz, este bienestar, este discurrir dichoso de nuestra existencia, en un ambiente ideal de fraternidad, en una convivencia sana y limpia de prejuicios"»²¹⁷...

Importante para aquilo que aqui nos ocupa é que estas oportunidades de verdadeiro negócio político entre o regime franquista e representantes das comunidades judaicas a ele submetidas incluíam, forçosamente, referência obrigatória ao papel dos diplomatas de Franco, e a ele próprio, durante o Holocausto. Por exemplo, quando em Dezembro de 1956 os dirigentes da comunidade de Madrid intercedem junto de Franco «a favor de sus hermanos perseguidos en Egipto» na fase conturbada do imediato pós-guerra do Suez, concretamente daqueles que, sendo sefarditas, ou possuíam ou podiam reclamar a nacionalidade espanhola, presumiam uma «"[analogía con los que] han venido [a España] huyendo de las persecuciones hitlerianas durante la segunda guerra mundial"» (cit. in LISBONA, 1993: 181-82), pelo que se invocava «"la generosa y desinteresada labor" [de los diplomáticos españoles] en favor de las víctimas» daquelas perseguições, «la salvación de millares de vidas humanas en los países ocupados por Alemania (...) [y] el derecho de asilo en España» (cit. in MARQUINA, OSPINA, 1987: 268²¹⁸).

Em suma, ao longo dos anos foi-se renovando a necessidade política deste discurso, quer por parte das comunidades judaicas espanholas na sua estratégia de conseguir reconhecimento, liberdade, direitos e garantias sob uma ditadura confessionalmente católica, quer por parte dessa mesma ditadura que, no jogo do reconhecimento e da aceitação internacional, apostava o trunfo ético de uma pretensa atitude durante anos trágicos, e para todos reveladores, como haviam sido os da perseguição e extermínio antisemitas. Pôde, assim, creditar a ditadura a seu favor, não só os naturais agradecimentos

²¹⁶ Pelos dados fornecidos por Lisboa (1993: 154), deduz-se que se trata de «The Truth About the Jews in Spain», 24/1/1950.

²¹⁷ Cf. vários exemplos em LISBONA, 1993: caps. VII e VIII, sobretudo envolvendo, além do citado presidente da comunidade de Barcelona, David Ventura, autor deste «escrito laudatorio al general Franco, titulado: "Invicto Caudillo de España"», também o da de Madrid, Daniel François Baroukh, «siempre muy próximo a los deseos de las autoridades del Régimen»; ambos ocupam esses cargos nos anos 1952-55.

²¹⁸ Os autores, bem como antes Lisboa, citam um documento de Louis A. Blitz, Max Mazín e José Benmaman, da Comunidad Israelita de Madrid, a Franco, 19/12/1956.

públicos que, ainda durante a guerra mundial (Dezembro de 1944), o Congresso Mundial Judaico apresentou a Franco «por la acción protectora de España, ejercida en condiciones difíciles, en la Europa bajo dominación alemana» (LISBONA, 1993: 124), mas também todos aqueles excertos de um mesmo discurso assumido por parte de judeus residentes em Espanha que o regime tomava como comprovação da *verdade* da sua versão histórica. Ou até, como faz outro dos propagandistas de Franco, o «servicio fúnebre en memoria de Franco el 21 de noviembre de 1975 "porque tuvo piedad de los judíos"» (SUÁREZ, 1997: 494).

A fixação definitiva da *autohistória* franquista sobre a questão tem um contributo importante num livro que Gregorio López Bravo (ministro dos Assuntos Exteriores em 1969-73) encarrega em 1971 Federico Ysart de produzir, inicialmente no âmbito do próprio Ministério e da sua Oficina de Información Diplomática (O.I.D.), posteriormente, por decisão do autor e «de los responsables máximos del Ministerio», como uma publicação (em 1973) a cargo de uma editora comercial (Dopesa, de Barcelona) «bajo la apariencia de un libro sobre la actualidad»; o resultado final, *España en los judíos en la segunda guerra mundial*²¹⁹, é, segundo José Antonio Lisbona, «un libro parcial pues sólo maneja documentación española - y, además, no toda» e «ofrece una versión gubernamental y algo propagandística» (1993: 120²²⁰), e segundo Antonio Marquina, «sirvió para remachar (...) los estereotipos que la propaganda de la OID había creado una vez finalizada la guerra mundial», «[citando de] diversos documentos sólo la parte que conviene a su tesis preconcebida»; é, portanto, «un libro [que] nunca debió escribirse[,] un libro falso» (1987: 222).

Outro grande produto desta estratégia oficial franquista é a obra que o rabino norteamericano Chaim U. Lipschitz publica em Nova York (com o título de *Franco, Spain, the Jews and the Holocaust*) em 1984 mas que resulta de um longo processo, que, segundo Lisbona, «llega incluso a ser caricaturesco», que se inicia em 1969 quando a Embaixada espanhola em Washington toma conhecimento da sua intenção, ou disponibilidade, para a produzir. Na reflexão que o Governo espanhol faz, «el éxito estaba más que asegurado: un libro escrito por un judío que, además, es rabino». Analisada a documentação conservada no A.M.A.E., José Antonio Lisbona comprovou que Lipschitz fez duas viagens (em Janeiro e em Julho de 1970) a Espanha integralmente a cargo do Estado espanhol, na segunda das quais é recebido pelo próprio Franco, sendo-lhe, «por expreso deseo de la Casa Civil del Jefe del Estado», colocada à disposição «"una selección de documentación [del M.A.E.] favorable"», na descarada definição dos próprios altos funcionários; «por falta de tiempo y desconocer el idioma español, se ofrece al rabino la posibilidad - que acepta gustoso - de que la "documentación seleccionada", e incluso traducida, le sea enviada a la embajada en Washington para su examen»... O resultado final é, na interpretação de Lisbona, «un verdadero panfleto delirante y apologético» (1993: 120-21), na de Marquina,

²¹⁹ O capítulo relativo à salvação de judeus foi intitulado «Don Quijote frente a Hitler»...

²²⁰ O autor estudou a documentação no A.M.A.E. relativamente à preparação e ao acompanhamento ministerial da obra.

«una obra excesivamente hagiográfica» (1987: 222). Entre outros aspectos discutibilíssimos, Lipschitz dá por verdadeira a tese que lhe transmite pessoalmente o antigo encarregado de negócios em Budapeste em 1944, Sanz Briz, em como teria «[recibido] un telegrama con una orden de poner en práctica un programa de protección» de judeus perseguidos «con el nombre del general Franco», documento que até hoje ninguém encontrou nos arquivos espanhóis e ao qual o próprio Sanz nunca aludiu «en sus informes, ni siquiera en el informe final de actividades (MARQUINA, OSPINA, 1987: 232). É revelador que Suárez Fernández sublinhe que «Sanz Briz insistió en que todas las gestiones se hacían siguiendo órdenes de Franco», mas, «[no comprendiendo] la razón de que los enemigos [sic] del Generalísimo Franco rechacen este testimonio directo» (1997: 731), prefira não citar documento algum, nem mesmo conservado na sua Fundación Nacional Francisco Franco...

Por fim, também no início dos anos '70 Haim Avni conseguiu aceder ao Arquivo do M.A.E., mas só depois de, segundo Marquina, o ministério ter procedido a «un expurgue previo de la documentación consultable»²²¹, o que não o terá impedido de publicar em 1974²²² aquela, pelo menos até ao aparecimento do livro citado destes dois autores, eles mesmos entendem ser «la obra más sólida» sobre a política oficial espanhola perante os refugiados judeus (1987: 222), graças, sobretudo, à grande pluralidade de outra documentação consultada (cf. AVNI, 1982: x). Avni surpreendera-se, desde logo, à sua chegada a Espanha com a «absolute confidence with which Spaniards, young and middle-aged from all walks of life, lost no opportunity to assert that "Spain was different during the Holocaust", that "Spain saved Jews"» (1982: ix).

Avni contribuiu enormemente para a evolução dos conhecimentos científicos sobre esta questão, mas é curioso como, quer este seu livro, quer estudos posteriores, não conseguiram alterar os pressupostos essenciais, e francamente superficiais, sobre os quais tanta historiografia internacional se baseia ao passar pelo tema no âmbito de obras de conjunto sobre o Franquismo. O autor israelita começava, como todos, por sublinhar que «Spain's legal position on Jews was different from that of similar regimes, save Portugal», porque «had no existing anti-Semitic legislation», incluindo nesse conjunto de regimes os Estados balcânicos «and of course Italy and Germany». A primeira das deduções a fazer de uma tal interpretação é a de que o raciocínio assim formulado presume - e bem, em minha opinião -, em

²²¹ Lisboa é de opinião que «bastante documentación fue deliberadamente sustraída o desaparecida del archivo del M.A.E.» e dá prova de que «en algunos expedientes faltan informes y documentos reseñados expresamente en portada; en otros está escrito en rojo "no prestar"». Este não é, como já referi noutras ocasiões neste trabalho, o único caso. Há cerca de uma década atrás, pelo menos, «en uno de los torreones del Palacio de Santa Cruz, sede del M.A.E., en la Oficina de Información Diplomática, se pueden encontrar carpetas y expedientes» sobre esta questão que, na «mayoría fueron subidas en el período en que Ysart trabajó sobre el tema, y nunca fueron reintegrados a su lugar en el Archivo General de donde salieron» (1993: 121 e 126).

²²² Ao longo deste trabalho temos citado a sua versão em inglês de 1982. Anteriormente, Avni publicara (1970). «La salvación de judíos por España durante da Segunda Guerra Mundial», in *Actas del I Simposio de Estudios Sefardíes*. Madrid: Instituto Arias Montano/C.S.I.C.. Sobre o tema, acrescente-se-lhe (1978). «Franco pudo hacer más», in *Historia* 16, nº 26 (junio), Madrid.

primeiro lugar, que o Franquismo (tal como o Salazarismo, curiosamente) era uma das componentes de uma categoria de experiências políticas que maioritariamente adoptaram a discriminação legal e não simplesmente ideológica contra os judeus. Mas, ao mesmo tempo que não nos esclarece que peso atribuir ao preconceito ideológico na definição de um comportamento antisemita - porque Avni reconhece ter existido «police action and discrimination against Jews»²²³, só que «not based upon anti-Jewish regulations [but] rather [as] the result of deep-rooted Spanish prejudice» e não das expressões antisemitas que o regime, e o seu máximo dirigente, veiculavam -, o autor credita a favor do regime a ausência de um instrumento legal que parece que dele deveria ser esperado apenas porque tal instrumento estava presente na quase totalidade dos regimes que lhe eram congêneres. Ora, o regime franquista recusará, como sabemos, desde 1943-44, fazer ou ter feito parte dessa categoria de regimes, o que nos obrigaria a perguntar porque é que devemos aceitar a comparação favorável que pretendeu sistematicamente fazer entre o seu comportamento e o dos regimes persecutórios e genocidas. Por outro lado, toda a avaliação de Avni, como da grande maioria dos autores, sobrevaloriza a vertente jurídica, deduzindo da ausência da norma jurídica a correspondente ausência da norma social ou ideológica (quem não discrimina legalmente, não discrimina de todo), e desvaloriza, portanto, o peso da ideologia de Estado, da ética do preconceito, das condições sociais dentro das quais a perseguição legal se toma ou não necessária aos olhos dos discriminadores.

A síntese que Avni faz do comportamento oficial espanhol dos dois «stages» dos «Spain's rescue efforts» revelava, no entanto, como a sua investigação permitia pôr definitivamente em dúvida a narrativa que os franquistas fizeram de si próprios. «During the first stage, in the first half of the war, Spain was asked to assist in the emigration of Jews by providing transit visas», ao que as autoridades «responded generously». Até aqui a avaliação não era diferente daquela que o regime sustentava. Mas, «had Spain refused passage to these people (...) it would have placed Spain in a position of even greater hostility to the Jews than either the Germans or the Vichy government, who did not, at that time, prevented the exit of Jews». Em conclusão, «Spain's part in rescuing these Jews at this stage of the war was expressed by not being more anti-Jewish than the Nazis and their collaborators were».

«During the second half of the war», calculou Avni, «Spain acted to save 11,535 Jews: roughly 7,500 refugees who reached its border under all the national programs; 3,235 who enjoyed various forms of diplomatic protection; and another 800 Spanish nationals who were saved through repatriation», mas os quais, acrescente-se, as autoridades consideravam, para todos os efeitos, estarem em trânsito. «It should be stressed», empenhou-se Avni, «that these numbers are to be regarded as maximum estimates only and that at least the last mentioned was far below Spain's full potential for the rescue of Jews». O autor introduziu vários factores para explicar a dimensão do salvamento que passou pela intervenção ou, sobretudo, pela tolerância das autoridades espanholas, mas não deixa de sublinhar, contrariando

²²³ Contraditoriamente, algumas linhas depois, escreverá que as «Spanish authorities refrained from discriminating against Jews, legally or otherwise» (ABNI, 1982: 180)...

radicalmente as pretensões franquistas, que o «interest» que as autoridades espanholas demonstraram em algumas situações nesta fase final da guerra «largely had been served by the warm relationships Spanish ambassadors developed with a number of Jewish leaders, who benefited Spain by promoting the myth of the extent of its activities to rescue Jews». E apesar disso, «Spain's interest in improved public relations was not sufficiently strong to act as an impetus for rescue» (AVNI, 1982: 179-80, 186 e 197).

Pela parte dos investigadores espanhóis, apenas os estudos de Antonio Marquina terão conseguido romper definitivamente, ou pelo menos terão dado um passo central nesse sentido, o silêncio que Estado e elite franquistas haviam imposto sobre aquela que, como emerge de um conjunto muito mais amplo e representativo da documentação diplomática, foi, em primeiro lugar e «frente a lo que han venido sosteniendo otros autores», uma «orientación obstruccionista» da autorização de entrada, e/ou sequer passagem, de judeus por Espanha, e de judeus de nacionalidade espanhola antes de mais, além do «aprovechamiento económico de la política española con respecto de los sefarditas» que pudessem ou puderam reivindicar a própria nacionalidade espanhola, orientação na qual terá havido sempre «un total acuerdo entre Franco y sus ministros» (MARQUINA, OSPINA, 1987: 332). Até então, a memória prevalecente coincidia (ou pelo menos era fortemente condicionada) com a ficção que resultou da política de reconstrução da história da sua atitude e do seu comportamento perante a *Shoah* que o Estado franquista desenvolveu, deliberada e planeadamente, com origem evidente no final da própria guerra (na qual avulta a figura do extraordinariamente cínico Lequerica), que se revelará de uma grande eficácia política e ideológica no campo da selecção da memória.

Tão grande que das suas conclusões pré-determinadas participa a grande maioria dos estudiosos anglosaxónicos do Franquismo e para ela converge uma académica francesa tão consagrada como Andrée Bachoud, capaz de descobrir na atitude de Franco perante os judeus um «critère pas raciste mais idéologique» - presumindo, portanto, que o primeiro dos adjectivos não implica o segundo, ou que até lhe é oposto -, bem como que «sur le plan des actes son attitude est nettement plus positive que sur celui des mots». Além de ser francamente exagerada a ideia de que a simples criação institucional da revista *Sefarad* representava nada menos que «un défi à Hitler», Bachoud chega ao ponto de assegurar que, «pressé par le Reich d'institutionnaliser, comme ses autres alliés, des lois antisémites, Franco s'y refuse, considérant qu'elles sont contraires à la tradition espagnole» (BACHOUD, 1997: 217), sem avançar com qualquer prova documental de tal pressão, nem sequer referência a algum estudioso que a tivesse encontrado. Porque se existisse a prova de uma tal resposta negativa a pressões efectivamente realizadas pelo Governo nazi, imaginamos a sua utilização permanente na literatura autojustificativa e revisionista que o regime franquista produziu abundantemente depois de 1945 - o que, naturalmente, não aconteceu. Pelo menos parcialmente, até um estudioso israelita como Shlomo Ben-Ami (cf. BEN-AMÍ, 1980: 104-05) dá como adquiridas estas teses.

Mas não só o comportamento do Estado franquista é objecto de operações de *reengenharia* histórica, de reescrita dos factos por forma a preservá-lo da crítica. Também o é o comportamento da Igreja e do mundo católico espanhóis face à perseguição antisemita. Autores há que

empenham grande esforço em procurar demonstrar o «rechazo radical» do mundo católico ibérico perante as teses racistas, e designadamente antisemitas. É o caso de Mercedes Montero que, enquadrada por uma universidade privada assumidamente ligada à organização católica *Opus Dei*, a Universidad de Navarra, publicou um volume de uma ampla monografia sobre a *Asociación Católica Nacional de Propagandistas* (MONTERO, 1993²²⁴), organização por excelência de enquadramento da elite católica a que já se fez referência em capítulos anteriores, apostada, com o triunfo do Franquismo, a ocupar o maior terreno possível do poder político, académico e social em Espanha. A tese central do livro é a de que «entre 1938 y 1942 España corrió el peligro de convertirse en un régimen claramente fascista. Este libro estudia los esfuerzos realizados por la A.C.N. de P. para que esto no ocurriera» (da contracapa).

Num capítulo intitulado «La A.C.N. de P. contra el racismo» (MONTERO, 1993: 207-10), Montero assegura-nos serem «abundantes» os exemplos de uma postura descrita como sendo unânime e permanente no comportamento da associação. Curiosamente, é-lhe mais fácil citar casos de rejeição explícita da «esterilización humana directa», por exemplo «de los anormales», realizada, entre outros Estados, na Alemanha (cf. 1993: 207-08), nos quais não se produzem quaisquer referências ao racismo. E mesmo neste caso, a autora parece entender como «comentario dirigido» contra algum partidário de teses «racistas» a crítica que, em Agosto de 1941, se publicava contra «"la pseudociencia de algunos que pretenden hallar incompatibilidad entre el credo católico y las verdades científicas, principalmente las del campo experimental"», o que no mesmo texto era descrito como «"prejuicio nacido al calor de los falsos principios liberales reiteradamente condenados por la Iglesia Católica"» (cit. in MONTERO, 1993: 208-09). O erro de interpretação é notório.

Por fim, Montero enuncia quatro referências publicadas no *Boletín* da A.C.N. de P. em que se teria abordado o «racismo» - em nenhum momento se cita especificamente o antisemitismo. É curiosa a opção da autora em não transcrever alguma citação dos artigos, em três destes casos, mas apresentar-nos apenas a sua própria síntese deles, perdendo-se assim a possibilidade de avaliarmos a linguagem utilizada. Na primeira, relativa a um *Círculo de Estudios*, restrito aos *propagandistas* da associação, realizado em Maio de 1941, o padre Izaga teria descrito «la teoría racista» como «un descarrío moderno opuesto al universalismo del Derecho Internacional, basado en la unidad sustancial de pueblos y naciones» (MONTERO, 1993: 207²²⁵). Na segunda, em Agosto do mesmo ano, um *propagandista*, Juan Sanz Ibáñez, aparecia a manifestar-se «totalmente contrario a las teorías racistas» durante um outro *Círculo de Estudios*. Na terceira, em Outubro seguinte, aparece-nos um dos dois dirigentes máximos da associação, Fernando Martín Sánchez, a abrir um ano lectivo no Centro de Madrid da A.C.N. de P., «poniendo de manifiesto la incompatibilidad entre el ser español y el racismo» (MONTERO, 1993: 209).

²²⁴ O tomo I da obra, com o título *De la Dictadura a la Segunda República, 1923-1936*, esteve a cargo de José Manuel Ordovás.

²²⁵ Itálico no texto de Montero.

A quarta referência é a mais curiosa. Refere-se a um *Círculo de Estudios* dirigido, em Madrid, por Juan Emilio Luque, um professor de Direito Canónico e de História do Direito no *Centro de Estudios Universitarios*, instituição confessional ligada à Universidad Central de Madrid, sobre «La personalidad humana y el estatismo». E é a única em que a autora decide incluir transcrições do texto original. Ora Luque, na mais típica linguagem fascista, começara por descrever ao seu público as «"Dictaduras, Fascismos, Estados Totalitarios"» como sendo as «"denominaciones con que los enemigos y adversarios de aquellos pueblos proletarios de Europa, carentes de materias primas, que luchaban desesperadamente por buscar un ámbito espacial a su excedente demográfico, distinguen el régimen político que dichos pueblos se han creado"». E Montero, que procura demonstrar como «la confusión del conferenciante era notable» ao abordar estes aspectos e ao entender que «"la Iglesia Católica ha practicado siempre este 'Führergrundsatz'"» (cit. in MONTERO, 1993: 204-05) que o nazismo haveria implantando, redime Luque ao entender que «no dejó, sin embargo, de afirmar el error que suponía el racismo». Como tê-lo-ia feito? Sustentando que «España había sido la única nación que, en el cenit de su poderío, supo respetar a los pueblos inferiores por ella colonizados», tese sobejamente discutível, e descrevendo desta forma «la conducta del pueblo germano contra los hebreos»:

«"Después de la pérdida de la guerra europea de 1914 a 1918, la población judía, con su absorbente actuación interna, y la presión externa, con el tinglado ginebrino [de la S.D.N.,] [...] la nación tudesca [sic] fue convenciéndose de que los hebreos eran sus enemigos mortales. El pueblo judío ha sido siempre un quiste en el cuerpo nacional de las gentes que le hayan dado hospitalidad. Los bravos de Hitler tomaron una consigna: 'Sterb ein Jude!' [sic] [...] y proclamaron a los cuatro vientos la doctrina de la pureza de la sangre germánica y la comunión de todos cuantos en sus venas no lleven gotas inficionantes y virulentas de sangre hebrea no aria"» (cit. in MONTERO, 1993: 210).

Textos destes permitem-nos levantar dúvidas sobre a forma pela qual Mercedes Montero terá entendido, da leitura de outros, que nesta organização da elite católica era generalizado o «rechazo radical de las teorías racistas, tan en boga por entonces». O paralelo não é exacto com a interpretação que Braga da Cruz faz da posição do mundo católico português, que expus páginas atrás, mas encontra alguma semelhança evidente na lógica argumentativa. Outro significado admite-se que pudessem ter as conclusões a que haviam chegado os *propagandistas* participantes num *Círculo de Estudios* sobre «El orden moral en la sociedad internacional», em Julho de 1941, quando destacavam «"ciertos principios políticos contemporáneos [que] constituyen un obstáculo para la organización positiva de la sociedad internacional"»; por exemplo, «"la teoría de la superioridad racial, es decir, la existencia de una raza superior a cuyo engrandecimiento tiene que sacrificarse todo"» (cit. in MONTERO, 1993: 206). E, ainda assim, deparamos uma vez mais com a ambiguidade típica de quem evita sempre enunciar a ideologia que teria adoptado tal teoria, ao mesmo tempo que, como já vimos, não faltava quem, no seio do Franquismo, acreditava, com Pío Baroja, que «la raza judía tiene, desde hace siglos, el deseo de imponerse al mundo (...), una gran idea de su superioridad, un profundo desprecio por los demás, (...) cree que la dirección del mundo es algo que [le] está asignado, desde el comienzo de la historia» (BAROJA, 1938: 66-67).

A A.C.N. de P., com tantos dos seus associados integrados nos níveis mais altos do aparelho de poder franquista em plena fase de fascização do regime, não podia senão espelhar, de forma até mesmo mais fiel que muitas outras entidades, a deriva antisemita das várias forças que compunham o regime. Como se explicaria de outra forma que fosse *propagandista* católico o então *eterno* ministro de Educación Nacional, Ibáñez Martín (que permanece no cargo de 1939 a 1951), que preenche com correligionários seus os mais importantes cargos na área da política educativa? Ou que fossem *propagandistas* Pedro Gamero del Castillo, nada menos que ministro Subsecretario e Vicesecretario general do partido único, e José Larraz, ministro de Hacienda, ambos pelo período de 1939-41? Ou, sobretudo, que fossem *propagandistas* o director (Vicente Gállego, que também o era, desde a sua fundação, da agência E.F.E.) e o redactor chefe (Pedro Gómez Aparicio, na Jefatura Nacional de Prensa, desde 1938, e depois Delegado Nacional de Prensa na Vicesecretaría de Educación Popular) da revista *Mundo*?

A Igreja espanhola fora, aliás, aquela cuja hierarquia havia optado por adiar em quase um ano a divulgação no seu interior da encíclica *Mit brennender Sorge*, desconhecida do grande público católico. Na Primavera de 1942 uma voz ergueu-se no seio da hierarquia para denunciar *Algunos errores modernos* - título de uma instrução pastoral de D. Fidel García Martínez, bispo de Calahorra -, entre os quais se incluía o racismo, ou melhor, utilizando os termos da pastoral, «"apasionamientos de todos los intereses y de todos los partidismos humanos y transitorios"» que poriam em perigo «"la integridad y pureza de nuestra fe católica"». A mensagem manteria o tom particularmente crítico destes documentos eclesiais: em nenhum momento, de novo, se identificariam «"esas ideologías erróneas"», nem os seus «"hombres e instituciones representativos [a los que] se los alaba con frecuencia y sin medida"», nem os «"países o naciones donde éstas libremente campeon, se mantienen relaciones e intercambios culturales culturales y de toda clase"» (cit. in MONTERO, 1993: 208). Mesmo que Antonio Marquina garanta que a pastoral «se extendió como un reguero de pólvora por toda España», seguramente só porque «los ingleses hicieron 500.000 copias para su distribución», a voz do bispo de Calahorra, essa, mesmo assim permanecerá isolada no seio do episcopado, apesar de se poder até, como o mesmo Marquina faz, relacionar esta atitude com «unas direcciones del nuncio Gaetano Cicognani, indicando [a los obispos españoles] que ya había llegado el momento de hablar con claridad sobre la Alemania nazi y su ideología racial y antirreligiosa» (MARQUINA, 1983: 312). O silêncio foi, insista-se, a regra, o que ajudará a explicar que os cultores da tese da resistência permanente do mundo católico espanhol ao racismo antisemita não recorram a outros documentos eclesiais desta natureza, ao contrário do que sucede quando há que exemplificar a oposição de um segmento importante do clero francês às deportações para os campos de extermínio que se iniciam em 1942²²⁶.

²²⁶ José Antonio Lisbona (1993: 112 e 125) cita uma informação publicada no *American Jewish Year Book*, vol. 44 (1942-1943), em que se fazia referência a uma «carta pastoral» do bispo de Burgos, à qual, no entanto, nenhum outro autor faz menção. O erro poderia, eventualmente, ser acrescentado a outros que Lisbona percebe terem sido incluídos no mesmo número da revista do *American Jewish Committee*.

Curiosamente, um deles, Suárez Fernández, não cita este documento do bispo de Calahorra nos seus trabalhos sobre o Franquismo, ainda que se incluía numa colectânea documental, em cuja publicação o próprio Suárez Fernández tem especiais responsabilidades, a informação que dele fazem os serviços de informação a Franco. Num relatório da D.G.S. enviado a Franco em Maio de 1942, denunciava-se o aparecimento de «publicaciones [católicas] condenando nuevas tendencias». Concretamente, «el Obispo de Calahorra ha publicado una larga pastoral contra "los errores del racismo", pastoral que fue contestada por un desconocido canónigo, que demuestra como España fue defendida por los países totalitarios contra el peligro del comunismo, enemigo de la Religión cristiana» (F.N.F.F., 1993: doc. nº 38²²⁷). Esquece-se, contudo, de acrescentar que o bispo Fidel García «cayó muy pronto en desgracia, hasta el punto de que se vio obligado a dimitir en circunstancias no suficientemente aclaradas» (BLÁZQUEZ, 1991: 94)²²⁸.

Em resumo, o retrato de uma hierarquia eclesial abrumadoramente calada, perante um regime que não suportava sequer que uma voz isolada, praticamente clandestina, divulgasse uma encíclica do Papa em termos que não incluíam a identificação sequer dos criticados, num momento em que estes operacionalizavam já o genocídio.

Por outro lado, ao longo de 1941, '42 e '43, por exemplo, é muito frequente que na revista *Mundo*, que já se procurou comprovar como era bem representativa quer da família falangista, quer também da família católica do regime, se refira positivamente ao «Racismo» - assim, com maiúsculas -, tomando-o como a designação de uma ideologia ou de um sistema político que coincide com o Nacionalsocialismo. Por exemplo, em 1943, quando se analisa retrospectivamente a reacção do «Racismo y Fascismo [que] tomaron las armas para defender sus doctrinas, sus pueblos, el derecho a la satisfacción de sus necesidades vitales, su lugar en el mundo»²²⁹.

Há também em Portugal uma espécie de *mito*, nos termos expressos por José Antonio Lisboa para o caso espanhol, sobre o acolhimento de refugiados judeus que fugiam primeiro à discriminação e à exclusão em todas as suas dimensões sociais, depois ao extermínio. Os seus mais eficazes construtores não foram, evidentemente, os que hoje se reivindicam mais abertamente da herança de Salazar, mas esses são os primeiros que há que citar.

O caso de Joaquim Veríssimo Serrão é paradigmático. Mais do que Franco Nogueira (um diplomata de carreira que foi ministro de Salazar tempo suficiente para nele se arreigar um sentimento evidente de lealdade pessoal que o impeliu a tomar-se no seu primeiro biógrafo/hagiógrafo

²²⁷ Relatório da D.G.S., «Información interior», 22/5/1942.

²²⁸ Segundo o teólogo Enrique Miret Magdalena, o bispo teria sido, aparentemente, «"calumniado [al ser presentadas] a la Santa Sede fotografías trucadas de su estancia en un cabaret"» (cit. in BLÁZQUEZ, 1991: 94).

²²⁹ «El tratado económico firmado por las tres grandes potencias del Eje es el complemento del acuerdo militar», in *Mundo*, nº 143 (31/1/1943), Madrid, pp. 164-65.

depois da morte do ditador), Serrão reúne muitas das características que concedem a Suárez Fernández o lugar que este tem na historiografia espanhola: como Suárez, no âmbito da investigação histórica, não é um contemporaneísta - no seu caso, investigou em primeiro lugar sobre a Idade Moderna; como Suárez, foi catedrático de História (desde 1972) de uma das universidades da capital; como Suárez, sustenta grande parte da sua visibilidade institucional a partir da direcção de uma entidade particularmente conservadora (a Academia Portuguesa de História) e bastante secundária no contexto da historiografia portuguesa; como Suárez, não sendo maioritariamente respeitado no âmbito da História do séc. XX, lançou-se em fase final de carreira na publicação dos volumes relativos ao período posterior a 1926 na sua *monumental História de Portugal*²³⁰ que começou a publicar em 1967, e que, como na *monumental* biografia de Franco da autoria do seu congénere espanhol, estruturam o fundamental das teses neosalazaristas sobre o Salazarismo.

Sobre o que ele chama «o êxodo maciço de europeus para Portugal» (subcapítulo que ocupa as pp. 393-96 de SERRÃO, 2000), Veríssimo Serrão tem como tese central a de que «Portugal tornou-se um verdadeiro asilo dos que se aproximavam das suas fronteiras e não viram negada a pretensão de um asilo para as suas dores e sofrimentos». Ciente da relevância das investigações daqueles que Serrão descreve como sendo «muitos críticos [do Doutor Oliveira Salazar]», para os contrariar não pode o exreitor da Universidade de Lisboa (1973-74) senão invocar a memória de «quem se recorda ainda da protecção oficial que o Governo concedeu aos foragidos» - curioso termo para se aplicar aos refugiados - «pode dar testemunho de que o regime português salvou então a vida a muitos milhares de europeus», evitando aqui especificar se se tratariam ou não de judeus. Logo a seguir acrescenta: «A comunidade judaica que residia em Portugal, com realce para o Doutor Mosés [sic] Amzalak» - o presidente da Comunidade Israelita de Lisboa -, «jamais negou ao Presidente do Conselho essa homenagem».

Sintomaticamente, Serrão atribui o problema dos refugiados com que se confrontou Portugal à «dramática situação criada à Europa pelas tropas germânicas e soviéticas» em 1939, que teria «[levado] à aprovação de um novo regulamento do M.N.E., dada a iminência de uma chegada maciça de expatriados europeus». O primeiro comentário que me ocorre é que o autor parece insinuar que parte dos «expatriados» chegados a Portugal viriam dos territórios polacos ocupados pelo Exército Vermelho, o que simplesmente não foi verdade. Esta insinuação é acompanhada de uma interpretação que nenhum autor partilha, ou refere sequer: no início de Setembro de 1939 criara-se um consulado na capital lituana, Kaunas, tendo-se «em consideração», diz Serrão, «a triste sorte dos cidadãos daquela República, agora sujeita ao jugo soviético». Nenhuma documentação se reuniu no arquivo diplomático português para tratar de refugiados alguns lituanos que solicitassem vistos para Portugal em fuga do «jugo soviético», o qual, aliás, não se impõe sobre aquela república báltica senão nove meses depois, em Junho de 1940... Por

²³⁰ Falo dos vols. XIII [«Do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935)»], XIV [«Da 1ª Legislatura à Visita Presidencial aos Açores (1935-1941)»] - que aqui se citará como SERRÃO, 2000 - e XV [«Da batalha do Atlântico à Morte do Marechal Carmona (1941-1951)»], este último ainda inédito.

outro lado, esta é uma forma de evitar mencionar todas as reservas que o regime português vinha formulando, desde 1933, à chegada de refugiados políticos, judeus sobretudo, a Portugal, de omitir a transformação, em 1936, em *pseudoportugueses* de todos os chamados «judeus levantinos», de ignorar olímpicamente as circulares discriminatórias de 1938 e 1939 do M.N.E..

O «novo regulamento» do M.N.E. é, afinal, um Decreto-Lei de Outubro de 1939²³¹ que nada tem a ver com a famosa Circular nº 14, emitida um mês depois por aquele ministério. É este decreto, contudo, que Serrão escolhe para demonstrar a pretensa boa vontade do Governo português; tratava das poucas condições que permitiam a concessão de um visto gratuito. Porque cita Serrão este documento? Mais confuso ainda... Diz ele: «Foi ao abrigo desta determinação que vários cidadãos estrangeiros, muitos deles espanhóis» - refugiados espanhóis?... -, «alemães, franceses e outros» - curiosamente, os judeus não são citados - «que viviam em Portugal ou haviam chegado na leva de 1940, tiveram a sorte de obter a naturalização portuguesa». E aqui cita Serrão outro decreto, e este de 1942²³², que nada tinha a ver, portanto, com a concessão de vistos nos termos da legislação de 1939. Antes de analisarmos as referências à forma pela qual esta «leva de 1940» entra em Portugal, denuncie-se desde já o verdadeiro *passé de mágica* que Serrão faz, transformando aquela que foi a permanente discussão legal em que os refugiados tiveram que entrar para conseguir a renovação dos seus vistos de permanência, caso não conseguissem abandonar o país, num processo de «sorte de obter a naturalização portuguesa», situação esta evidentemente reduzida e extraordinária que, como se viu, foi sempre obstaculizada pela administração portuguesa.

É aqui chegamos ao caso Aristides Sousa Mendes. «Dezenas de milhar de refugiados não tardaram a chegar à fronteira portuguesa, utilizando os meios possíveis por via aérea ou ferroviária, quando não atravessando a Espanha ao vaivém da sorte». Serrão, que fala «desses infelizes», alguns dos quais «gostariam de tomar [Portugal] como [país] adoptivo», só se refere a «vagas de judeus que se foram instalando com o apoio dos comités judaicos residentes em Portugal» para falar do período posterior a «Janeiro de 1942». Os refugiados, «na sua grande maioria, eram franceses, alemães, polacos e austríacos». Justamente, o cônsul em Bordéus «passou vistos a uns 30 mil refugiados» - de novo o exagero que já se analisou atrás -, insistindo Serrão que eles «não [eram] apenas judeus, mas naturais dos países ocupados pelos alemães». Porque havia passado tantos vistos? Mendes ter-se-ia «condoído da situação dos foragidos» numa «grave emergência».

«A decisão do Dr. Aristides Sousa Mendes contrariava, porém, as instruções vindas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que haviam regulado, pela circular de 14 de Outubro do ano anterior» - que até aqui não fora mencionada, muito menos analisada, e que não era daquela data mas sim de 11 de Novembro... -, «as condições em que o visto consular podia ser emitido. O seu gesto, por mais benemerente que fosse, infringia regras estabelecidas, o que teve por consequência que o cônsul

²³¹ D.L. nº 29970, de 13/10/1939.

²³² Serrão não cita o seu número; diz só que foi publicado em 13/4/1942.

fosse colocado na situação de disponibilidade, por conveniência de serviço» e, «sujeito a processo disciplinar que o afastou da carreira diplomática». Serrão vem-nos dizer que «não nos foi possível examinar o processo que levou à sua aposentação compulsiva», o qual, contudo, estaria à sua disposição no Arquivo do M.N.E. como esteve à disposição daqueles que há muito o examinaram, «pelo que se torna difícil emitir um juízo seguro acerca das razões do seu afastamento». E acrescenta, como Suárez Fernández tantas vezes faz acerca dos «historiadores izquierdistas»: «Para muitos críticos, seria apenas uma vingança pessoal do Doutor Oliveira Salazar, mas sem darem qualquer prova de tal aversão». A síntese da crítica habitualmente produzida à actuação de Salazar, e de todos quantos estiveram de acordo com a decisão tomada por ele, é francamente anedótica; uma motivação *pessoal* está dela completamente ausente. Serrão, que decide não nomear nenhum dos «críticos» senão «vários» autores que colaboraram numa publicação de homenagem a Sousa Mendes²³³, não quer é referir as suspeitas de antisemitismo, de desejo de não hostilizar a Alemanha nazi e de autoritarismo nos procedimentos seguidos com os próprios funcionários, todos factores que o resto dos autores introduzem como explicativos da atitude do «Doutor Oliveira Salazar».

Para Serrão, tudo não passou de «um caso de não acatamento (...) das instruções recebidas»; em compensação, «pode realçar-se em abono [de Sousa Mendes] que o nosso cônsul em Bordéus colocou a generosidade do coração acima das directrizes oficiais que se lhe impunha cumprir». Pelo contrário, «em defesa do Chefe do Governo», Serrão cita três autores: nenhum dos três estudiosos da questão, todos os três militantes do escasso neosalazarismo explícito na sociedade portuguesa, um deles (Silva Resende)... dirigente desportivo e polemista num jornal da ultradireita lisboeta. «"Salazar nenhum desses refugiados entregou aos países de onde eram provenientes, pelo que foi assim um salvador 'passivo' desses 35 000"» - mais cinco mil do que Serrão referira... - «portadores do visto que Sousa Mendes assinou e a quem permitiu a fuga!», escreve um deles²³⁴. Para Serrão, «não reconhecer que o Presidente do Conselho facilitou a entrada dessas vítimas inocentes da conflagração» - e não da perseguição antisemita ou simplesmente política -, «constitui uma forma de miopia política contrária à realidade dos factos».

A «miopia política», portanto, é para o catedrático jubilado a característica que cobre a interpretação dos historiadores que, ao contrário dele, estudaram o processo contra Sousa Mendes e que, sobretudo, se têm debruçado ao estudo da posição salazarista sobre refugiados e perseguição antisemita desde 1933. Não cobrirá, isso não, as interpretações deste homem que, depois de ter feito grande parte da sua carreira à sombra da tutela do ditador e do seu sucessor, Marcello Caetano, entende que «falta a muitos historiadores a coragem de reconhecer as linhas-mestras da actuação governativa do Doutor

²³³ Trata-se de AA.VV. (1999). *Aristides Sousa Mendes. Um herói português*. Viseu: Ed. Avis.

²³⁴ Eduardo Proença-MAMEDE (1999). «O caso Sousa Mendes e a interpretação», in *O Dia* (11/6/1999). Lisboa. Do mesmo jornal, a 4/6/1999, propõe a leitura de Antero da Silva RESENDE, «Mais uma patada na memória de Salazar».

Salazar e os benefícios que dela resultaram para a Nação portuguesa», em vez de «[persistirem] na crítica violenta» (2000: 10). Quanto a esta questão dos refugiados, deixa-nos com a promessa de que «a matéria será objecto de desenvolvimento no volume» seguinte desta obra e pede aos seus leitores que «[tenham] sobretudo em conta que o Governo facilitou a vida dos refugiados em múltiplas formas de protecção, mas sem esquecer que a população teve igualmente um papel relevante no carinho social que os envolveu» - esquecendo-se ele de referir que a estadia e as diligências para a partida dos refugiados ficava integralmente a cargo das organizações de auxílio humanitário, Comunidade Israelita de Lisboa incluída, e não, de forma alguma, do Estado.

Por último, propõe-nos que «[retenhamos] a síntese de João Paulo Rodrigues²³⁵, outras das fórmulas do *mito* da actuação *humanitária* do Governo de Salazar: «Tal foi a orientação adoptada: a todos acolhemos; a muitos albergámos; a muitos mais abrimos caminho para o outro lado do mar» (cir. in SERRÃO, 2000: 395).

Também no caso português as bases para a mistificação histórica se começaram a estabelecer em simultâneo com a imposição das reservas e dos obstáculos à entrada de refugiados judeus em Portugal. Bem antes até de tal ocorrer dentro do regime de Franco. Recordemos - e já o citei no capítulo anterior - como em plena emergência causada, no Verão de 1940, pela entrada dos milhares de refugiados portadores dos vistos passados pelo «benemerente» mas desobediente Sousa Mendes, o *Diário de Notícias*, veículo permanente da opinião governamental, já reivindicava «a perfeita isenção que caracteriza a compreensiva atitude que, nacional e individualmente, tem inspirado o nosso acolhimento, sem preferência de nacionalidades ou reservas de opiniões, daqueles que, acossados pelo pânico ou pelas provações, têm vindo bater à nossa porta». O mais descarado deste discurso era quando nele se atribuía o mérito do acolhimento precisamente «[à] nossa polícia internacional», a P.V.D.E., «é justo dizê-lo, (...) e ao seu ilustre Director, o Capitão Agostinho Lourenço», precisamente quem mais dentro do regime se haviam oposto à entrada destes refugiados e daqueles que os haviam antecedido, e a «essas directrizes, essa superior orientação e essa junção de actividades», naturalmente a cargo de Salazar, que teriam permitido ao «coração português revelar-se mais uma vez perante o Mundo, tanto quanto as circunstâncias o permitiam, na plenitude da sua grandeza ideal - que foi sempre a maior das suas grandezas»²³⁶.

O *mito* salazarista, por comparação com o *mito* franquista, tem menos literatura especializada, já o vimos, mas teve provavelmente ainda mais êxito social do que o franquista. A própria viabilidade de concentrar no caso Sousa Mendes o grosso da questão, de, desde o final dos anos '80, poder juntar pormenores de investigação à justa homenagem que tardava ao cônsul vitimado pelo arbítrio salazarista, tem atrasado a investigação sobre o conjunto da política salazarista perante os refugiados e

²³⁵ O terceiro dos autores a que fiz referência; a citação é retirada de (2000). *Salazar. Memórias para um perfil*. Lisboa.

²³⁶ «Portugal foi sempre cristão», in *Diário de Notícias*, Lisboa, 14/8/1940.

perante os judeus em geral, ao mesmo tempo que pareceu configurar uma espécie de terreno temático no qual se privilegiam as figuras *heróicas* - Sousa Mendes, ao qual a partir de 1994 se juntaram Garrido e Branquinho, e alguns nomes mais secundários (António Alves, Lencastre e Menezes, Agenore Magno, António Archer...) mas identicamente dignos de homenagem. O conjunto da atitude da Administração portuguesa, do regime português, permanece por analisar.

Esta perspectiva não tem facilitado, já o disse antes, a crítica do *mito*, da *autohistória* salazarista sobre a questão. Ainda por cima porque, ao poder concentrar em Salazar, no caso Sousa Mendes, muito do carácter negativo (reserva, obstrução, obstáculo) da política portuguesa com os refugiados, se tem conseguido recuperar os comportamentos minoritários, ou hierarquicamente menos legitimados, de diplomatas empenhados na ajuda aos perseguidos, como representativos da Administração, do Estado português como um todo. Não me poderei concentrar muito neste aspecto, uma vez que já o discuti no cap. 2 deste trabalho. Mas devo ainda recuperar o discurso a que, a propósito do debate internacional em torno do chamado *ouro nazi*, assumiu a comissão presidida pelo expresidente da República Mário Soares, o próprio Soares ou personalidades com responsabilidades institucionais na questão como o vicegovernador do Banco de Portugal. Relembremos que este último afirmava que «Portugal está, apesar de tudo, muito mais à vontade» na discussão da recepção ou não de ouro roubado pelos nazis «do que os países que vedaram a entrada de cidadãos judeus em circunstâncias particularmente dramáticas»²³⁷; que para Mário Soares «Portugal foi um país que salvou da morte milhares e milhares de judeus que por aqui passaram a caminho do Novo Mundo» e que «não creio que, entre os muitos defeitos [de Salazar], possa ser acusado de anti-semita»²³⁸, sem se perceber muito bem se quando fala em *Portugal* fala no Governo de Salazar, ou, até, se quando fala de Salazar, também quer dizer *Portugal*...

Por fim, mais típico da recorrência deste discurso é que a propósito de qualquer dúvida acerca ou da neutralidade salazarista durante o conflito mundial, ou da lealdade para com a Aliança Lusobritânica, ou da possibilidade de ter havido convergências demasiadamente cúmplices entre o Govmo de Salazar e a Alemanha nazi, emerge o caso Sousa Mendes, emerge o acolhimento aos refugiados, como se ele descrevesse a actuação do Governo português. Refiro-me, como já me referia antes, ao relatório da comissão Soares, que incluía, perfeitamente a despropósito, a menção às «dezenas de milhares de judeus» que, «durante a guerra, Portugal recebeu, facilitando-lhes a ida para diversos países». Se se acrescentava que «muitas vezes, essa protecção ocorreu contra a vontade do Dr. Salazar, como no caso paradigmático do cônsul português em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes, e ainda de alguns outros»²³⁹, pergunta-se, então, porque se decidiu incluir tal referência num documento em que se

²³⁷ Luís Campos e Cunha, in *Expresso*, Lisboa, 3/5/1997.

²³⁸ In *Diário de Notícias*, Lisboa, 18/4/1998.

²³⁹ Transcrição in *Público*, Lisboa, 5/8/1999.

discutia da «boa fé» do Governo português na sua relação com o Governo nazi alemão? Acaso era Sousa Mendes o Governo português e Salazar não o era?... Por muito que nos empenhemos em julgar que o malogrado cônsul em Bordéus teria actuado em nome do povo português, ou de uma espécie mal definida (porque impossível de definir, obviamente) de *sentimento profundo* do povo português, acaso devemos admitir como razoável, como o faz Veríssimo Serrão, que não ter recambiado para a França ocupada os refugiados a quem se haviam passado vistos considerados ilegais em Lisboa, é sinónimo de dizer que «a todos acolhemos, a muitos albergámos»?... Semelhantes argumentos subscritos por parte de Mário Soares, apesar de toda a boa fé que se possa esperar da sua formulação, demonstram como até os sectores mais «insuspeitos quanto a Salazar» (a definição é a de Soares sobre si próprio) partilham de uma boa parte do *mito* do acolhimento sincero e irrestrito.

Avraham Milgram, que não investiga, nem julgo ter vivido, no ambiente ideológico socialmente dominante em Portugal, encontrou

«atitudes oficiais opostas em relação à questão judaica. Por um lado, as representações consulares no exterior, em geral sensíveis e empáticas ao destino dos judeus; por outro, Salazar, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Ministério do Interior e a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, intransigentes, apáticos, legalistas e, às vezes, contaminados pelo preconceito anti-semita» (1999: 63).

As atitudes a que ele se refere foram *oficiais* apenas porque assumidas por distintos agentes da Administração do Estado. O seu valor, a sua capacidade de representar a política do Estado e, acima de tudo, o regime político vigente, não é evidentemente o mesmo.

Sousa Mendes não foi, objectivamente, o Salazarismo. Mesmo que, como personalidade portadora de um conjunto de valores ideológicos e actor de uma série de posturas institucionais, em algum momento o pudéssemos subsumir no complexo a que chamamos *Salazarismo*, a sua actuação em Junho de 1940 e nos meses seguintes em que se confrontou com um castigo exemplar que lhe acabaria por ser imposto, essa, verificadamente não foi salazarista. O castigo, pelo contrário, foi-o; nas suas motivações, no seu procedimento, evidentemente na sua fundamentação ideológica; e, antes de tudo o mais, nos seus perpetradores: Salazar, Theotónio, Sampayo, Tovar...

Salazarismo foi Marcello Mathias ao falar (1936) do «carácter comunista» e da «tendência nómada e diferenciação rática e religiosa [que] tomam praticamente inassimiláveis» os judeus; ou a P.V.D.E. que queria (1938) «opor um dique a essa imigração», a «esta invasão de indesejáveis», que constituía «um grave perigo para a nossa nacionalidade»; ou Lopo Simeão que teria gostado (1940) de poder «evitar a entrada em Portugal de uma massa ignóbil e em grande parte indesejável sob o ponto de vista social» se tivesse sido possível impedir a actuação humanitária de Sousa Mendes. Foi-o, evidentemente, o Salazar que emitia todo o tipo de reservas a que a administração consular portuguesa concedesse documentos portugueses àqueles que ele considerava serem *pseudoportugueses*, porque eram judeus que teriam conseguido obter a nacionalidade de forma que ele achava ilegítima; mas também o foi, evidentemente, não há dúvida quanto a isso, aquele que, perante a aproximação da vitória aliada, encarada também como uma vitória judaica, autorizou (1944) que um

diplomata de baixo nível hierárquico protegesse mil pessoas praticamente sem laço algum com Portugal, nas condições absoluta e tragicamente desesperadas em que viviam em Budapeste, antes de mais porque sabia o valor político desse gesto, depois porque todos os que estavam em condições semelhantes o faziam, por fim porque, muito simplesmente, «a convocação da Legação de Portugal (...) foi sempre a de que uma tal viagem [dos refugiados protegidos para Portugal] seria, por todas as razões, tecnicamente impossível»...

Num regime em que a «questão semita» se enunciava de forma muito mais discreta do que em Espanha, com vários factores políticos e sociais a explicá-lo, não foram muitos os que se lhe dedicaram em 1936-45 de forma explícita. É verdade que o regime salazarista não quis produzir um discurso público oficial sobre o problema mais além daquele que negava a sua própria existência. E esse era, atente-se, o mesmo discurso que negava abertamente o carácter racista de regime e povo portugueses - e deixava por onde passava um enorme e perfeitamente reconhecível lastro de evidente racismo. O não reconhecimento de um discurso público claramente elaborado não é, de forma alguma, e como procurei provar ao longo destes últimos capítulos, o mesmo que dizer que o regime não tinha um discurso sobre esta questão; e, mais ainda, também não quer dizer que tal discurso, que existia no segredo dos documentos internos da Administração, não fosse antisemita. A minha avaliação é que o era. Muito há ainda que estudar sobre esse discurso, quer o mais ou menos confidencial da Administração, quer o público. Mas é possível, contudo, propor exemplos reveladores. Até mesmo deste discurso público.

Vou-me ficar pelo do já citado António Mattoso, consagrado pelo regime salazarista como formador e sintetizador de opinião histórica, que propugnava em 1942, na polémica, a que já se fez referência, que o opôs a António Martins Afonso, pela «[criação] na juventude escolar de uma mística nacionalista, [dando-lhe] o orgulho da nossa raça e das nossas tradições», o que teria sido considerado pelo seu oponente como demonstração da «"tanta admiração"» de Mattoso por «"uma educação racista exacerbadora do orgulho nacional"», que Afonso condenava porque teria sido «"sempre combatida pela Igreja"» e cujas «"consequências é ainda cedo demais para poderem avaliar-se ajuizadamente"» (Afonso²⁴⁰, cit. in MATTOSO, 1944: 550). A polémica, em si, pode parecer bastante estéril e desinteressante, tanto mais que opunha duas personagens que publicamente se reivindicavam como *nacionalistas* e *salazaristas* - Martins Afonso, pelos vistos, até se declararia, durante a polémica, como «"mais salazarista que o próprio Salazar"» (cit. in MATTOSO, 1944: 112). O que me interessa neste caso é relevar a forma como Mattoso se justifica, ele que era uma figura de reconhecida e reivindicada identidade salazarista, além de católica e monárquica²⁴¹ a quem não se atribuem atitudes de pública *germanofilia*, como se diria na altura e como dizem muitos ainda hoje.

²⁴⁰ Presumivelmente extraído de um «Memorial» que Martins Afonso teria posto a circular algures depois de Maio de 1943 (cf. MATTOSO, 1944: 109-10) e a cujo conteúdo Mattoso responde.

²⁴¹ Mattoso era sobrinho do então bispo da Guarda que fora, por sua vez, galardoado com uma comenda do Estado em 1940, justamente da Instrução Pública. Veríssimo Serrão adverte-nos que «o bispo D. José [Alves Matoso] teve uma marcada influência na formação do sobrinho» (2000: 579).

«Quando escrevi isto», começava Mattoso, «não liguei à palavra "raça" qualquer sentido antropológico especial, nem quis, evidentemente, referir-me ao "mito do sangue", visto tais ideias serem absolutamente alheias ao *Nacionalismo Português*», reiterando assim a tradicional autodefinição do Salazarismo nesta matéria. A explicitação do que seria, então, «"raça" para nós», era feita com palavras do monárquico Paiva Couceiro («um dos maiores portugueses de todos os tempos») ²⁴² - «"continuidade e comunidade do sangue, da fé e das recordações"», «"psicologicamente, a raça representa o carácter"» ²⁴³ -, do integralista, por sinal antisemita, António Sardinha - «"a grandeza que se desprende da vocação superior que a Portugal pertence dentro do plano providencial de Deus, como Nação ungida para a dilatação da Fé e do Império"» ²⁴⁴ -, de outros três integralistas, Hipólito Raposo, Luís Almeida Braga e o nosso arquiconhecido João Ameal - de quem se retiram mais referências à «"comunidade do sangue"», à «"cadeia do sangue [em que] o homem é um elo apenas (...) [,] um pequeno instante da Pátria eterna"» ²⁴⁵, à «"Tradição"» -, para terminar com Salazar e o Cardeal Cerejeira: do primeiro, recuperava-se de um seu discurso de 1934 a sua referência ao «"equilibrado nacionalismo"» português, ignorando-se as múltiplas referências à *Raça* que por então preenchiam os discursos do ditador; e do segundo, a ideia de que «"o nosso nacionalismo não se dobrou sobre si mesmo em orgulho exclusivista de raça"» ²⁴⁶.

Firmando-se em afirmações de natureza diversa sobre o nacionalismo português, suficientemente ambíguas para reivindicarem o critério do *sangue* e para o negarem logo a seguir, Mattoso reconhece que, «aludindo à Alemanha, citei, para justificar o meu pensamento, a seguinte passagem do *Mein Kampf*. - "O ensino deve ser para o Estado racista o meio de desenvolver o orgulho nacional"». Acrescenta Mattoso que, juntamente com o caso alemão, «falei também do ensino nacionalista dos Estados Unidos da América do Norte, da Suíça, da Argentina, do México e doutros países de instituições democráticas», para rejeitar a interpretação de Martins Afonso, que teria deduzido da citação de Hitler a «admiração» de Mattoso pelo «racismo» alemão.

O mais curioso da sua argumentação é que, ao contrário do que se pudesse esperar, e sobretudo para quem o escrevia no fim de 1943 ²⁴⁷, é que Mattoso se lança numa demonstração de como «o racismo não é um fenómeno especificamente alemão. O racismo, mais ou menos agudo, mais ou

²⁴² Couceiro (1861-1944) conspirara e mobilizara tropas contra a República recém implantada em Portugal, a partir de território espanhol, em 1912, 1913 e, de novo, com algum êxito fugaz, em 1919, proclamando no Porto a chamada *Monarquia do Norte*. Crítica a política colonial «desleixada» de Salazar em 1935 e em 1937, o que, em ambos os casos lhe vale curtas expulsões para Espanha.

²⁴³ Extraído de (1936), *O Soldado Prático*.

²⁴⁴ Extraído de (1924), *Ao princípio era o Verbo*.

²⁴⁵ Hipólito RAPOSO, in (1940), *Amar e Servir*, e (1936), *Aula Régia*.

²⁴⁶ Extraído do 2º vol. (1943) das suas *Obras Pastorais*, sem se fazer referência à data de produção do texto.

²⁴⁷ A «Explicação necessária» que abre o livro está datada de Dezembro de 1943.

menos atenuado, é universal»! Escolhia, antes de mais, uma citação de uma obra acabada de publicar, em 1943, na Paris ocupada, sobre *Le Sang Français*, de um tal J. Boulanger, para recordar que se era «verdade que para a Alemanha nacional-socialista a raça constitui uma das bases da sua mística, não é menos verdade que "les plus racistes des peuples sont ceux qui font profession d'anti-racisme... tout d'abord les Israélites"», tese que não era nada difícil de encontrar no antisemitismo alemão ou espanhol, por exemplo. Sublinhava depois, com o autor francês, que «"après les Juifs les peuples les plus racistes sont les Anglo-Saxons"». Sobre estes, «toda a gente sabe como o seu racismo se manifestou na Austrália, na Índia, no Canadá, em Ceilão, na África do Sul etc.. Nos Estados Unidos da América do Norte, não falando já no racismo em relação aos índios, aos negros, aos amarelos, e, até aos judeus», recordava Mattoso como o racismo resultava de medidas legais e como «"l'inégalité des races blanches [sic] est reconnue par l'Etat"». É evidente a razão histórica que assistia a Mattoso, que sabia, como sabiam muito bem os propagandistas nazis, como estes factos eram desagradáveis aos dirigentes aliados e ao seu discurso formalmente antirracista; esta coincidência das estratégias argumentativas de Mattoso e da propaganda alemã não é, em todo o caso, irrelevante.

Depois, algumas das afirmações de Mattoso são extraordinariamente interessantes pela interpretação que delas se poderia deduzir para o caso português. «Racismo manifestaram quase todas as grandes democracias do mundo, quando se viram perante o problema dos refugiados judeus, expulsos da Alemanha». Se assim era, Mattoso estaria disponível para reconhecer que racismo teria demonstrado o Governo de Salazar na sua política obstrucionista da entrada de refugiados judeus no país - como veremos já a seguir. «Racista é a luta entre judeus e árabes na Palestina», tese que a generalidade dos observadores católicos da questão subscrevia; «racista é o movimento nativista brasileiro; racismo existe em todas as repúblicas americanas, nas Filipinas, na França, na Itália, no Japão, na China, na Polónia²⁴⁸, na Roménia, nas Índias Orientais Neerlandesas, na Indochina, na África do Sul, etc., etc.». Onde pretendia, então, chegar António Mattoso?

Para ele, o importante era que «o apelo à raça pode não ter nada de censurável, sob o ponto de vista católico», procurando, aliás, demonstrar que na encíclica *Mit brennender Sorge*, de Pio XI, se «[condenava apenas] a palavra "revelação", aplicada às sugestões do sangue e da raça», mas que «não [se condenava], porém, as medidas tomadas pela juventude alemã para a constituição duma "comunidade étnica", no amor da liberdade e da inviolável fidelidade à pátria». Nem lhe faltavam, como já vimos noutro capítulo, referências bastantes retiradas de intervenções públicas do cardeal Gonçalves Cerejeira, em que limitava a «condenação só [ao] "culto exclusivo da raça", [à] "nova religião fundada no mito da raça", [à] ideia de que Deus se revela "através da raça na consciência dos seus chefes"», e nas quais, pelo contrário, se elogiava a «"épica empresa da formação do Brasil"» como sendo aquela em que Portugal «"empenhou o que tinha de melhor", dando-lhe "o sangue do seu povo, que não quis misturar

²⁴⁸ Imagina-se que se queria referir à Polónia anteguerra e não à da ocupação alemã...

com o de raça real dos judeus»²⁴⁹ (MATTOSO, 1944: 549-56, 558-61²⁵⁰).

13.7 1945: a fixação de um primeiro discurso revisionista sobre o Holocausto.

Se a revista franquista *Mundo* não perdera quase oportunidade alguma para justificar as medidas legais adoptadas por toda a Europa da *Nova Ordem* para reprimir a «peligrosidad de la raza judía», evitando sempre, evidentemente, especificar a violência física empregada ou os procedimentos da ghettização, da deportação e do assassinio colectivo, abordara por vezes, a partir de 1943 - ou seja, enquanto decorria a retórica *ofensiva de paz* de Jordana/Doussinague -, os *desastres da guerra*, para usar uma expressão goyesca. Em Outubro daquele ano, por exemplo, falava de «60 millones de personas han sido transplantadas desde 1939» sem referência alguma a judeus, a ciganos ou a polacos, mas inúmeras, pelo contrário, às políticas de deportação seguidas pelas autoridades soviéticas na parte da Polónia e nos Estados bálticos anexados pela U.R.S.S., além de referências perfeitamente anódinas a los «cambios de poblaciones» acordados entre a Alemanha e outros Estados, a U.R.S.S. incluída, em 1939-41²⁵¹. «Millones de prisioneros de guerra, políticos e internados, sufren las consecuencias del conflicto mundial», titulava-se duas semanas depois, para se denunciar, acima de todos os outros, o tratamento que as autoridades soviéticas concederiam aos prisioneiros alemães²⁵²; uma vez mais, nenhuma referência era feita aos prisioneiros judeus, muito menos ao seu extermínio.

As primeiras reportagens que apareceram na imprensa dos países aliados e dos neutrais democráticos documentando directamente a realidade dos campos de concentração e de extermínio alemães, a partir de Fevereiro de 1945, embaraçaram de sobremaneira as autoridades franquistas e as salazaristas, que, apesar de adoptarem estritas medidas censórias da informação impressa por forma a ocultar os aspectos mais radicalmente reveladores da natureza do Nazismo, percebiam bem como lhes seria impossível impedir que muita dela chegasse aos olhos e ouvidos dos espanhóis e dos portugueses. Daí que tivessem que preparar discursos alternativos. A minha interpretação destes é que aqui se geraram as primeiras teses revisionistas sobre o Holocausto, organizadas e publicadas na Península Ibérica²⁵³.

²⁴⁹ Mattoso retira estas citações do 1º vol. (1936) das *Obras Pastorais* de Cerejeira, sem especificar datas dos textos.

²⁵⁰ Itálico no original.

²⁵¹ Cf. «Al dolor de la guerra, Europa añade el éxodo forzoso de poblaciones», in *Mundo*, nº 180 (17/10/1943), Madrid, pp. 260-63.

²⁵² Cf. *Mundo*, nº 182 (31/10/1943), Madrid, pp. 344-45.

²⁵³ Sobre este assunto não há praticamente estudos. Cf., em todo o caso, o «Apéndice I. El revisionismo hispano: De Borrego a Bochaca», in César VIDAL (1994) *La revisión del Holocausto*. Madrid: Anaya & Mario Muchnik, pp. 155-65, e informação vária reunida no sítio www.axt.org.uk/antisem/archive/archive1/spain/

No fim de Abril de 1945, dez dias antes do fim da guerra, o *Mundo* anunciava aos seus leitores que, «repentinamente» - como se nada tivesse sido publicado antes -, «los corresponsales y autoridades militares anglonorteamericanas han desencadenado una avalancha de informaciones (...) sobre las durísimas condiciones en que han vivido los prisioneros y detenidos en los campos de concentración alemanes. Parece» - só parecia... - «que se trata, efectivamente, de un hecho grave, contrario a las leyes de guerra e incluso a los hábitos más elementales». A revista sintetizava, com grande sectarismo, que «hasta ahora, rusos y japoneses parecían ser los únicos que habían violado las reglas de humanidad, por cuyo respeto clama el espíritu de nuestro tiempo». Assumia-se publicamente na imprensa franquista, portanto, que «los soldados aliados descubrieron atrocidades que, sin duda, influirán en la severidad del trato que los vencedores dispensen en general al pueblo alemán y más concretamente a los nacionalsocialistas».

Na introdução ao artigo, muito provavelmente acrescentada a este pelo director da publicação, o católico Vicente Gállego, juntavam-se aos «bombardeos de ciudades» e aos «sufrimientos de la población civil» as tais «atrocidades» alemãs, que se reduziam, afinal, ao «triste hecho de unos indefensos prisioneros sentenciados deliberadamente o por abandono a la muerte lenta por hambre o por las enfermedades epidémicas». No parágrafo de conclusão do artigo, alertava-se para que só nos «meses venideros» é que se «[aclararían] seguramente qué parte de culpabilidad corresponde a las autoridades y qué parte debe ser puesta en la cuenta de la fatalidad», o que fora relevado para constar dos subtítulos que preenchiam o cabeçalho das duas primeiras páginas do mesmo. Por outras palavras, abria-se um amplo espaço para admitir que não houvera premeditação nas mortes ocorridas, sobre as quais o mais que se dizia no texto principal era que «miles de mujeres, hombres y niños han fallecido a consecuencia del hambre», admitindo-se existirem «relatos de canibalismo y», atente-se bem, «otros horrores semejantes que no deben ser reproducidos en letras de imprenta, al menos mientras no se compruebe sin la menor duda que fueron deliberadamente originados por las autoridades encargadas de velar por los presos». Portanto, seria «una avalancha de informaciones» que teria caído sobre a redacção do *Mundo*, mas a verdade é que a revista não parecia conseguir esclarecer os seus leitores sobre os detalhes da «violación» alemã dos «hábitos elementales». Que «los fallecimientos alcanzaban cifras fabulosas, y los cadáveres iban a parar a grandes fosas», era possível publicar; identicamente se podia dizer que «probablemente la guerra aérea y la desorganización general de la retaguardia alemana, a causa de los bombardeos, impidió que los prisioneros recibiesen las cantidades mínimas de alimentos», o que significava, em última instância, responsabilizar os Aliados pelas mortes ocorridas; que «las enfermedades que diezman a los prisioneros son [sic] principalmente el tifus, la tuberculosis y la disentería», era uma informação que se transmitia sem mais comentário. Transcreviam-se até, em dois parágrafos, excertos de crónicas de um correspondente da *B.B.C.* e de outro da «radio norteamericana», que, apesar de descreverem sobretudo os sobreviventes, num caso mencionavam que «algunos

cadáveres presentaban tremendas contusiones» ou marcas de «tiros en la cabeza».

O mais interessante, no âmbito da reflexão que aqui pretendo fazer, é o esforço de *compreensão* (essa é a expressão usada no artigo) que se procura fazer dos factores que explicam as práticas nazis. Nele se concentrava a maioria do artigo, propondo uma ampla explicação²⁵⁴ sobre «una de las batallas más sordas y brutales de los tiempos modernos» que teria oposto, na Alemanha «entre 1920 y 1930», «la Gestapo [a] la G.P.U., el Nacionalsocialismo [al] Comunismo», da qual, tipicamente, se advertia que «tal vez nunca se llegue a conocer su historia verdadera». Saber-se-ia, pelo menos, o suficiente, para que se pudesse dizer que os nazis, em particular a *Gestapo*, haviam «[aprendido] de sus enemigos [comunistas] a luchar utilizando los mismos procedimientos». Insinuando que a responsabilidade pelos crimes nazis, de que agora se falava amplamente na «Prensa de todas las Naciones Unidas», recairia sobre «los Cuerpos especiales de vigilancia nacionalsocialistas», definição encontrada para as S.S., «y la Gestapo», começava-se por sustentar justificativamente que para «comprender bien su mentalidad» havia que «tener en cuenta que esas organizaciones nacieron, se desarrollaron y adquirieron rara perfección en la lucha constante contra el comunismo», que «lo que ahora denuncian ingleses y norteamericanos sobre la situación de los presos en los campos de cncentración es una consecuencia del espíritu que animaba a los Cuerpos de Asalto nacionalsocialistas y a la Policía política [sic], que se formó en la guerra sin cuartel contra los asesinos a sueldo de Moscú» - por outras palavras, praticamente a mesma tese que Ernst Nolte²⁵⁵ defenderia quarenta anos depois, só que já formulada em Madrid em 1945, nas páginas de uma simples revista de divulgação da opinião oficiosa do regime franquista, ou pelo menos de divulgação daquela opinião que informava a actuação dos seus dirigentes. Se a luta contra o comunismo não bastasse para conceber o caldo de aprendizagem dos métodos violentos dos nazis, o *Mundo* avançava com outra hipótese: «tampoco se debe olvidar que

²⁵⁴ Correspondente a 3,5 de um total de 6 colunas de mancha gráfica; 1,5 colunas eram dedicadas à descrição ou transcrição do que os correspondentes de guerra haviam visto em Belsen e em Buchenwald. Três fotografias acompanhavam o texto: uma de uma «concentración de prisioneros aliados» no Norte de África, aparentemente a abrir tricheiras; uma segunda de Heinrich Himmler, sem comentário algum; uma última de «las fosas de Katyn donde fueron enterrados los diez mil oficiales del Ejército de Polonia asesinados por la G.P.U.».

²⁵⁵ Em 1986, no artigo que publica no *Frankfurter Allgemeine Zeitung* («Vergangenheit, die nicht vergehen will», 6/6/1986) que desencadeia a *Historikerstreit* alemã, Nolte sustentava ser «legítimo, e quase inevitável» considerar que «Hitler, os nazis, levaram a cabo uma acção "asiática" talvez por se terem considerado a si mesmos e aos seus semelhantes como vítimas potenciais ou efectivas de uma acção "asiática"» como aquela que, segundo Nolte, os «bolcheviques» teriam levado a cabo na sociedade russa ao longo da década de '20, portanto num momento anterior ao desencadeamento do Holocausto, o que, aos olhos de Nolte, se revelava essencial, ao se interrogar se «não [teria sido] o "extermínio de classe" dos bolcheviques o *prius logico* e factual do "extermínio de raça" dos nacionais-socialistas?» Por outras palavras, e referindo-se directamente ao *passado [nazi] que não quer passar* que dava o título à sua arenga naquele jornal conservador, «não resultava talvez Auschwitz de um passado [bolchevique] que não queria passar?» [tradução minha a partir de citação na versão italiana de Hans-Ulrich WEHLER (1989). *Le mani sulla storia. Germania: riscrivere il passato?*, trad. ital.. Florença: Ponte alle Grazie [ed. ori.: (1988). *Entsorgung der deutschen Vergangenheit? Ein polemischer Essay zum «Historikerstreit»*. Munique: Verlag C. H. Beck, 1988], p. 153. Analisei as teses revionistas alemãs in LOFF, 1996: 56-63.

Alemania ha tenido que adentrarse en el estoicismo durante los últimos tiempos para soportar los grandes bombardeos que hicieron de muchas de sus grandes ciudades verdaderos montones de ruinas, bajo las que yacen cientos y miles de cadáveres».

Crimes do comunismo e bombardeamentos aliados, por esta ordem, eram apresentados, portanto, já em Abril de 1945 como os factores que teriam formado a «mentalidad» genocida dos nazis. Quanto aos primeiros, o articulista dispersava-se por um grande número de exemplos de uma presumível guerra entre nazis e «agentes del Komintern» ocorrida sobretudo antes da ascensão dos nazis ao Poder, plena do tipo de informação que a publicística nazi desenvolvera nos anos '30. A ideia era transmitir a imagem de que na Alemanha antes de 1933 «diariamente [aparecían] cadáveres decapitados, [desaparecían] personas (...), [se hallaban] restos humanos flotando sobre las aguas de un río» - tudo obviamente atribuído à «perfecta organización del partido comunista».

Num momento em que a revelação pública e já maciça das imagens de Auschwitz forçava boa parte do planeta a reflectir sobre o significado profundo do tipo de violência praticada, os franquistas, sem nunca falar de Auschwitz, do gaseamento, da incineração dos cadáveres e, com eles, das provas, sem nunca fazer referência ao carácter premeditado, industrial e burocraticamente preparado do genocídio, preferiam dirigir a repugnância dos seus leitores para a «crueldad primitiva, despiadada» dos «revolucionarios bolcheviques» - é curioso como em momento algum deste artigo se faz referência a Stalin ou à repressão estalinista na U.R.S.S. -, cujo conhecimento faria com que «las generaciones futuras quedarán asombradas al ver cómo» aquela tinha «[existido] al lado de la civilización del siglo XX». O *Mundo* podia assumir, evidentemente, que «una guerra sin cuartel fué declarada al partido comunista» quando «Hitler alcanzó el poder», e que, portanto, «muchos de [los] subordinados [de Thaelmann y de Dimitroff] murieron asesinados en las calles o en los campos de concentración o fueron decapitados con hacha, sistema que el nacionalsocialismo resucitó en sus primeros años de gobierno». Semelhante repressão, mesmo descrita nestes termos, só podia estar legitimada pela exposição anterior. A única referência aos judeus era acrescentada aqui, num parágrafo de duas linhas: «También los judíos podrían contar muchas cosas de como funcionaba la Gestapo»²⁵⁶. E era tudo.

Não julguemos, contudo, que esta fosse apenas uma forma preventiva de preparar a opinião franquista, acossada pela derrota internacional dos seus antigos aliados e pela pressão que sentiam ser exercida sobre eles para se afastarem do Poder, para doses mais fortes de revelação pública de dados sobre o Holocausto, reiterando a temática dos crimes *vermelhos*. Em Londres, pelos mesmos dias em que era publicado o artigo do *Mundo*, o embaixador salazarista, o Duque de Palmella, mostrava-se francamente impressionado junto de Salazar com «o estado de coisas revelado pela ocupação aliada» - o termo *libertação* ainda não cabia no seu vocabulário... - «dos campos de concentração alemães de Buchenwald e Belsen» cujas «evidências fotográficas» - muitas das quais, «julgadas mais reveladoras[.]

²⁵⁶ «Los Aliados acusan a las autoridades alemanas de violar las leyes de la guerra y los hábitos más elementales en el trato a los prisioneros y a los detenidos», in *Mundo*, nº 260 (29/4/1945), Madrid, pp. 656-58.

não puderam ser dadas à publicidade em vista do seu carácter macabro ou repugnante» - «e as declarações já vindas a público dos que puderam observar "de visu", o conjunto das quais «tomam impossível por mais tempo quaisquer dúvidas sobre a veracidade do que já há anos transpirava acerca de certos métodos nazis»²⁵⁷.

Palmella sabia bem da dificuldade que Salazar sentiria para dar credibilidade, ou pelo menos relevância, às revelações da violência repressiva e persecutória da Alemanha nazi. Dificilmente teria esquecido como o ditador português, desafiado pelas provas do bombardeamento de Guernica, em Abril de 1937, que praticamente veio inaugurar a era da *guerra aérea* contra alvos civis, entendera que «não há razão militar ou humanitária para pôr de lado uma arma de guerra como a aviação», e justificara o seu uso como integrando-se na «teoria militar totalitária», que colocara «em crise a noção de diferenciação entre populações civis e tropas empenhadas [num] conflito [armado]» (M.N.E., 1965: doc. nº 967²⁵⁸). Semelhante empenho no reconhecimento da legitimidade do uso da violência *justificada* não o teria preparado, seguramente, para sentir o mesmo «horror, indignação e desgosto» que Palmella dizia ver agora «em todos os sectores da população inglesa». Por outro lado, não temos nenhum motivo para duvidar que Palmella conheceria bem muitos detalhes da informação que circulava sobre as práticas nazis, muita da qual chegara ao Governo português através da sua Embaixada, justamente. Daí a referência às «dúvidas» quanto à «veracidade» das informações que havia, pelo menos, três anos eram do conhecimento documentado do Governo português. O que podemos perceber nós hoje é que não antes de 1945, não antes das fotografias e dos testemunhos recolhidos depois da libertação, lhes terá sido dado algum crédito (e não sabemos se suficiente) na Lisboa governamental...

Em novo ofício a Salazar, do dia seguinte ao anterior, envia-lhe a «declaração assinada pelos Membros do Parlamento britânico que visitaram há dias o campo de concentração de Buchenwald», e sublinha-lhe que «a qualidade das pessoas que a subscrevem e a sua presumível honestidade tomam crível [sic] muitos dos detalhes relatados». Ora, já no ofício anterior, o embaixador tinha aventado um problema que Salazar teria que afrontar: muitos na Grã Bretanha «defendem a ideia de que as nações neutrais devem ser postas ao corrente, por meio de documentos sérios, possivelmente fitas cinematográficas, das revelações dos campos de concentração alemães». Desta forma, «o assunto passaria a ser de interesse universal». E mesmo que «a sua divulgação [pudesse] vir a ser politicamente útil aos vencedores da Alemanha[, tal] em nada altera, na sua trágica objectividade, o horror dos factos».

Perguntava-se também o embaixador «se tais métodos devem ser apenas imputados a uma muito peculiar e, ao que parece, mórbida facção política alemã (...) ou a todo o povo alemão», mas essa «é uma controvérsia que não cabe no âmbito deste ofício». Em todo o caso, avançava que «já há sinais inequívocos de que a escola de Lord Vansittart (...), e é a que defende a teoria da responsabilidade total do povo alemão, tem aumentado nestes últimos dias o número e a qualidade dos seus adeptos». Por

²⁵⁷ Ofício de Palmella a Salazar, 27/4/1945, in A.M.N.E., 2º/47/109.

²⁵⁸ Telegrama de Salazar a Monteiro (embaixador em Londres), 13/5/1937.

outro lado, sublinhava que «a linha de comentário (...) [que se segue] aqui é a de demonstrar, ou antes a de provar, que as práticas observadas no campo de Buchenwald não são consequência do estado de guerra, mas eram já, antes de 1939, deliberadamente usados pelo país que pretendeu criar uma "nova ordem" e se apresentou ao mundo como defensor da civilização europeia - que o mesmo é dizer da civilização cristã». O embaixador parecia, portanto, duvidar da honestidade de qualquer explicação *justificativa* do tipo peculiar de violência que agora documentadamente se denunciava ter sido praticada pelos nazis. E era aqui, justamente, que acrescentava uma reflexão significativa: «Por mais controversial [sic] que seja o conceito do que é, ou não, "europeu", parece-me muito difícil, para não dizer impossível, que mesmo na sua versão mais lata ou corrompida possam nele caber sistemas ou culturas que adotem as práticas do campo de Buchenwald».

Detenhamo-nos um pouco neste argumento do diplomata português. O seu ofício ia dirigido ao dirigente máximo de um regime que não duvidara nunca em atribuir adjetivos como *europeia*, por oposição a *asiática*, por exemplo, atribuído à União Soviética, ou como *civilizada* à Alemanha que, na opinião de Salazar, divulgada em Novembro de 1941 pelos seus colaboradores mais importantes dentro do sistema diplomático português, estava «mais próxima [de uma] **linha geral europeia**» desenhada pelo «processo da evolução política, económica e social, há dezenas de anos começado na Europa e que afirmar-se-á com a vitória alemã, indiscutivelmente» (M.N.E., 1974a: doc. nº 2646²⁵⁹). Era evidente que Palmella conhecia, e provavelmente partilhava, estas teses sobre o *génio alemão*, a capacidade *organizadora* que os alemães demonstrariam, mesmo que muitos dos seus impulsos pudessem motivar reservas na elite portuguesa. Em todo o caso, de *Europa* - da sua defesa, da sua reconstrução, do seu reordenamento - falara Hitler, Mussolini antes dele, e todos e cada um dos dirigentes da galáxia autoritária (Salazar incluído) que, por poucos tratados internacionais que os ligassem ao Governo nazi, reconheciam nele o triunfo de «uma linha geral europeia». Esse fora o fulcro da *Nova Ordem*. Mais consensual dentro deste mundo ideológico, como expus noutro capítulo, desde a invasão da União Soviética.

Era difícil, por fim, que Palmella não acrescentasse aquilo de que todos os publicistas oficiosos em Lisboa e em Madrid queriam falar: o de que, «como se supõe», aquelas «culturas que adotem as práticas do campo de Buchenwald são, embora só em parte, seguidas noutro país», em evidente referência à União Soviética. Isto permitia-lhe dizer que «parece evidente estarmos na presença de dois critérios opostos de civilização - e a linha que os separa não é nem geográfica, nem subordinada a meros tratados de aliança. Nesta fundamental divergência, ou mesmo antagonismo, de valores pode bem estar o germe da guerra futura». Mesmo que introduzisse surpreendentes nuances nas referências à repressão estalinista - «supõe-se» que adoptaria as mesmas «práticas de Buchenwald», mas «só em parte» -, Palmella lamentava que «certamente [por] necessidades políticas (ainda consideradas vitais), não deixem aqui que se fale - ao público - de outros campos de concentração, da responsabilidade de outro país geograficamente europeu», sobre cuja «existência não há aqui, entre pessoas esclarecidas, a

²⁵⁹ Carta de Salazar a Tovar, 30/11/1941; sublinhado no original.

menor dúvida»²⁶⁰.

Se em Londres haveria problemas em falar dos «campos de concentração» soviéticos, em Lisboa ou em Madrid tal não acontecia - muito pelo contrário. Não nos pode surpreender, obviamente, que, em regimes desta natureza - como na generalidade dos regimes que recorram ao uso intensivo de violência institucional - nos deparemos, afinal, com um processo típico de descrição e exemplificação, de simbolização até, do exercício da violência considerada ilegítima, que passa pela selecção cuidada da informação, dos casos; ou seja, pela selecção da *má* violência e pela omissão (ou relativização, ou justificação) da *boa* violência. Era possível a um embaixador português em Londres, sem se colocar grandes problemas morais e éticos, falar dos campos de concentração soviéticos sem se perguntar pelo campo de concentração português do Tarrafal ou pelas práticas da P.V.D.E.; da mesma forma que o era, por hipótese, a um subsecretário que assessorava directamente Franco, indignar-se com a duplicidade angloamericana, por alardear a perseguição antisemita praticada pelos nazis (e que tantos franquistas haviam compreendido, aplaudido e continuavam a justificar dentro dos seus parâmetros ideológicos) e silenciar as «violaciones de las reglas de humanidad» da responsabilidade dos soviéticos, e ao mesmo tempo conviver bem com a repressão franquista durante e depois da Guerra de Espanha, os campos de concentração espanhóis onde, em 1945, estavam detidos ainda várias dezenas de milhares de opositores políticos e vítimas da vingança de todas as famílias políticas e sociais do Franquismo²⁶¹. Mesmo que, num caso e noutro, a resposta pudesse ser aquela que se incluía no citado artigo do *Mundo* - que «los campos de concentración habían sido inventados por los ingleses, que los utilizaron por la primera vez en la guerra contra los boers», e que «un campo de concentración puede resultar un lugar tolerable porque todo depende del trato que en él reciban los prisioneros»²⁶² -, a verdade é que esta prodigiosa duplicidade era a norma que vigorava na racionalização que salazaristas e franquistas fazem das revelações que a libertação dos *lager* nazis trouxe ao mundo.

Este processo de escolha de crimes *bons* e *maus* fora percebido por alguém que, em Lisboa, se sentira suficientemente à vontade e ideologicamente próximo do regime para escrever ao próprio Oliveira Salazar e, de forma muito moderada, discreta e sobretudo confidencial, criticar-lhe suavemente a forma como os Serviços de Censura «têm interpretado e executado as instruções que lhe devem ter sido dadas, segundo aquilo que convém à política seguida pelo nosso Governo», relativamente à informação que se permitia divulgar quanto às «coisas horríveis que se descobriram nos campos de

²⁶⁰ Ofícios de Palmella a Salazar, 27 e 28/4/1945, in A.M.N.E., 2º/47/109.

²⁶¹ Formalmente, Franco comunicara ao embaixador norteamericano em Madrid a permanência de apenas 26 mil presos políticos nas prisões espanholas em Março de 1945, dados contraditados pelos próprios dados oficiais do Ministerio de Justicia, o qual, quase três anos depois (Dezembro de 1947) admitia 38 mil detidos por motivos políticos, enquanto que o Governo basco no exílio falava de quase 115 mil (cf. HEINE, 1990: 311). Em 1943, as autoridades franquistas admitiam ter dentro das prisões mais de cem mil detidos por motivos relacionados com a Guerra Civil (cf. CASANOVA, 2002: 24-25).

²⁶² «Los Aliados acusan...» (29/4/1945), artigo já citado.

concentração atingidos pelo avanço dos Aliados». Quem assim escrevia ao Presidente do Conselho, comparava justamente a denúncia veemente e permanente que havia sido feita poucos anos antes dos «crimes dos vermelhos espanhóis» com a que agora não era feita dos crimes nazis²⁶³. O arquivo do gabinete do ditador não conserva, ao contrário do que ocorre em tantas outras situações, qualquer resposta.

No momento da derrota total e incondicional da Alemanha, conhecida a notícia da morte de Hitler, e cinco meses depois das tropas soviéticas terem libertado Auschwitz, o *Mundo* demonstrava publicamente como na Espanha de Franco se não corrigira o conceito que se tinha do «judaísmo internacional». Fazendo um «balance desolador» da obra de Hitler, escrevia-se que «había querido librar a Alemania del judaísmo y del comunismo y la deja entregada plenamente a estas dos potencias»²⁶⁴. Era a reiteração da tese do desejo judaico da guerra, porque, afinal, os judeus haviam ganho a guerra... O diário *Arriba* titulava: «"Europa tributa honores a su excelso hijo, Adolf Hitler"»; o *Informaciones*: «"Frente al enemigo, en el lugar de honor, Adolf Hitler muere defendiendo la Cancillería"». A Chancelaria e não só: o director da publicação, Victor de la Serna, legendava a foto do ditador alemão com frases como «Un enorme Presente! se extiende por el ámbito de Europa, porque Adolfo Hitler, hijo de la Iglesia católica, ha muerto defendiendo la Cristiandad. (...) Aparece una nueva Era [sic] que empieza con esta referencia: "1 de mayo de 1945. Muere Adolfo Hitler por la libertad de Europa." (...) Pero Adolfo Hitler ha nacido ayer a la vida de la Historia con una grandeza humanamente insuperable. Sobre sus restos se alza su figura moral victoriosa. Con la palma del martirio, Dios entrega a Hitler el laurel de la victoria. Porque la mística profunda y densa que su muerte crea en Europa, acabará triunfando sobre la Humanidad» (transcrito in PALACIOS, 1999: 516-17).

O próprio Suárez Fernández cita ambos os órgãos de informação, ainda que os descreva como «la expresión del falangismo y no la de otros periódicos como *Ya*, *ABC* o *La Vanguardia*, más comedidos». Mas, apesar de tudo, acrescenta: «Pero es significativo que el Gobierno consintiera en la publicación. De modo que no se presentaban excusas, ni arrepentimiento: el III Reich había sido el sistema amigo para un país amigo» (SUÁREZ, 1997: 643).

Em Lisboa, Oliveira Salazar, pelo seu lado, ordena que, pela morte do *Führer*, que a Administração Pública lhe prestasse homenagem colocando a bandeira portuguesa a meia haste em todos os edifícios oficiais. A reacção das embaixadas aliadas é de tal forma negativa, e acompanhada de desagradáveis convocatórias aos embaixadores portugueses em Washington e Londres, que Salazar se apressa a considerar que o «Governo não decretou luto nacional nem tomou quaisquer medidas de pesar, [limitando-se] a cumprir uma ordenança antiga que prevê bandeira a meia haste por morte de Chefe de Estado de país com quem Portugal mantenha relações, qualidade que não pode ser negada a Hitler». Para o irritado ditador, «é o mínimo que se podia fazer[,] e esse temos, não só direito, mas o dever de

²⁶³ Carta de «M. Figueiredo», de Lisboa, a Salazar, 21/4/45, in A.N.T.T., AOS/CO/PC-3E, pasta 28. Nada no documento me permitiu inferir que se tratasse do exministro da Educação (Mário de Figueiredo), demitido em 1944 mas que se conservaria nos 25 anos seguintes um destacado dirigente do regime.

²⁶⁴ «Dos hombres y una época», in *Mundo*, nº 261 (6/5/1945), Madrid, p. 23.

fazê-lo por cortesia internacional no meio dum mundo que parece dementado»²⁶⁵.

«Dementado» estaria, então, o mundo em que os Aliados triunfavam, por fim, sobre o nazifascismo. Perante tal impressão, os próprios colaboradores do ditador tinham que ter um extremo cuidado²⁶⁶ para lhe explicar que «a medida de luto por Hitler» - porque *luto* era o que todos tinham percebido ser a atitude do Governo português - «produziu aqui o maior desconcerto», como lhe informava o fiel Theotónio Pereira de Madrid, onde, pelo contrário, «as bandeiras espanholas se conservaram impavidamente no topo dos mastros». Theotónio, dias depois de ter começado por cumprir a ordem, admitia junto de Salazar que fizera «arrear [a bandeira] sem mais cerimónia e guardá-la na gaveta». É importante perceber, contudo, a interpretação que do incidente o ex e futuro ministro dava: «A notícia da resolução do nosso Governo humilhou os espanhóis. Recebi muitas visitas, cartas e telegramas, todos louvando a coragem de Portugal e criticando ferozmente o Caudilho» porque «a Espanha não se podia atrever ao mesmo»²⁶⁷. No entanto, este gesto, que colocava o regime português numa posição mais desafiante perante a vitória aliada que aquela a que se podia permitir o regime espanhol, deixara «verdadeiramente perplexo» o embaixador norteamericano, que colocara ao seu congénere português uma questão curiosa: «a Espanha não teria feito qualquer demonstração por estar informada dos horrendos crimes dos nazis!» A resposta de Theotónio é absolutamente reveladora da visão salazarista sobre o complexo das violências praticadas durante os anos da *época do fascismo*: «Respondi que a Espanha se não atrevia a um acto de correcção» como aquele que se praticara em Portugal relativamente a Hitler «apenas porque perdera um pouco a força moral para o fazer; os crimes dos nazis não haviam sido nenhuma novidade para este país, porque igual ou pior o tinham feito os vermelhos. E contei a Armour», o representante dos E.U.A., «o caso da chacina de Paracuellos de Jarama em 7 de Novembro de 1936. Ficou inteirado»²⁶⁸.

Ficávamos assim a perceber que, para Theotónio, Auschwitz, ou as seguramente inúmeras informações que sobre os campos de extermínio lhe haviam chegado desde havia meses, pelo

²⁶⁵ Telegrama de Salazar a Bianchi (embaixador em Washington), 3/5/1945, in A.M.N.E., colecção de «Telegramas Expedidos Embaixada Washington, 1º semestre 1945».

²⁶⁶ Salazar criticaria a atitude de Bianchi perante a «campanha evidentemente tendenciosa» que se desenvolvia na imprensa dos países aliados. «Pena é que V. Ex^a tivesse admitido a possibilidade de decretamento de luto por morte de Chefe de Estado estrangeiro, mormente nas condições do momento actual e a situação de Hitler, e não tivesse desmentido desde logo» (in telegrama de Salazar a Bianchi, 5/5/1945, in A.M.N.E., colecção de «Telegramas Expedidos Embaixada Washington, 1º semestre 1945»).

²⁶⁷ Theotónio anexa a esta carta uma outra que recebera de Ramón Serrano Suñer, na qual o antigo *número dois* do Franquismo elogiava «el Presidente Salazar» por, «cuando tantos ojos se ciegan en la injusticia y se manchan tantos valores en la "contingencia"», o ditador português, «con humana y cristiana serenidad - y con el debido acatamiento al "método", virtud de emperadores según Quintiliano - pone las cosas en su punto frente al desorden y la fealdad que se están desatando sobre la tierra» (carta a Theotónio, 4/5/1945).

²⁶⁸ Carta de Theotónio a Salazar, 9/5/1945, in A.N.T.T., AOS/CD-17.

menos, eram de natureza, dimensão e carácter semelhantes ou inferiores ao assassinato expedito de cerca de um milhar de prisioneiros da prisão Modelo de Madrid, cuja morte terá sido determinada em Novembro de 1936, não por uma autoridade formal e competente da República, mas pelos seus carcereiros, «homens com as mais toscas ideias acerca da justiça, (...) alguns [com] graves antecedentes criminais». Tendo recebido ordens do ministro da Justiça do Governo republicano de evacuar os prisioneiros para Valencia, para onde se transferia o próprio Governo perante o avanço das tropas de Franco, os guardas prisionais «tinham aberto amplos fossos em Paracuellos de Jarama e perto de Torrejón» para dentro dos quais terão atirado os cadáveres dos «prisioneiros da "quinta columna"» depois de mortos no local (JACKSON, 1973: 46-47). Também aqui, a atitude revisionista de salazaristas e franquistas seria retomada frequentemente no futuro. Num futuro tão longínquo quanto 1998, quando uma autodenominada *Asociación de Familiares y Amigos de Víctimas del Genocidio de Paracuellos del Jarama*, em resposta directa e explícita ao processo intentado contra o general Pinochet meses antes, apresentou uma queixa na Justiça espanhola «contra Santiago Carrillo, ex secretario general del P.C.E., el propio partido comunista, el P.S.O.E., la Comunidad de Madrid y el Estado español»²⁶⁹.

É difícil avaliar se um novo artigo publicado no *Mundo* duas semanas depois do anterior poderia ser encarado como um indício de uma ligeira vontade de emendar a mão. Nele se propunha agora um discurso que presumia partir de uma base moral tão ampla quanto aquela que lamenta «las oleadas de inmoralidad, de criminalidad, de abuso», da responsabilidade de todos os beligerantes, mas logo se dizia que estas se haviam instalado no planeta «desde el punto y hora en que las grandes concentraciones urbanas quedaron convertidas en objetivos militares». Omitindo, obviamente, que as populações de Madrid, Barcelona, Durango, Valencia ou Guernica saberiam bastante o que isto significava, desde antes da conflagração mundial e por responsabilidade dos mesmos homens que haviam contratado e nomeado os colaboradores do *Mundo*, o que por aqui se acabava por atingir mais era a guerra aérea dos angloamericanos. Outro, portanto, deveria ser o ponto em que a revista queria mostrar maior aproximação a temas que permaneciam tabú na comunicação social espanhola.

Uma forma arrevesada fora encontrada para fazer uma indirecta menção às denúncias que desde 1943 se faziam nos meios aliados acerca do extermínio que os nazis levavam a cabo no Leste da Europa. «No fué posible que las potencias beligerantes hiciesen examen de conciencia para ver hasta qué punto eran responsables de las crueldades que los organismos de propaganda se arrojaban mutuamente de a la cara, con fines más políticos que con fines puramente humanitarios». Que «crueldades» seriam as denunciadas: pelos alemães, Katyn?; pelos Aliados, os massacres de civis e as deportações, primeiro, o extermínio dos judeus, mais tarde? Nada se deixava esclarecido. «Hemos de señalar que las peores crueldades, las más recusables y repugnantes, se han producido - y esto es lo más

²⁶⁹ A queixa seria recusada e arquivada em Dezembro desse ano pelo juiz Baltasar Garzón «por evidente mala fe y abuso de derecho o fraude de ley». O juiz, «"con el respeto que merece la memoria de las víctimas"», chamava a «"atención frente a quienes abusan del derecho a la jurisdicción para ridiculizarla y utilizarla con finalidades ajenas"» às fixadas pela lei (cf. *El País*, 17/12/1998, Madrid).

triste - a causa de una deliberada norma política». Ora o *Mundo*, com tantos colaboradores militares, entendia que

«la razón puede comprender en última instancia que un soldado fogueado y sometido durante horas, días y quizá semanas a bombardeos, pegue fuego a una ciudad que se ha resistido a ser ocupada. (...) Así ha sido y así es. Pero en la contienda que acaba de librarse ante nuestra mirada, hemos podido apreciar repetidamente que muchas crueldades no fueron obra de la soldadesca vengativa, sino consecuencia de órdenes fríamente dictadas desde un despacho por el ministro o el director general que cumplían así una política: la política del asesinato, cuya paternidad moderna corresponde, sin duda, a la Unión Soviética, aunque luego tal patente haya sido copiada en otros países».

A novidade estava em que, desta vez, depois de recordar que «las fosas de Katyn y Vinnitza» haviam sido «el primer asunto de este género que conmovió a la opinión mundial», na revista perguntava-se se «fué este en realidad el primer asesinato colectivo que registró la guerra? Creemos que no». O que se acrescentava era totalmente inédito nos meios franquistas: pela primeira vez, publicamente, se assumia que «los judíos habían sido antes objeto de bárbaras persecuciones y aniquilamiento como raza culpable [sic]». Os judeus e «también los rusos de las regiones ocupadas habían sufrido un trato de país esclavo», ainda que tal situação devesse ser relativizada porque «el pueblo ruso estaba acostumbrado a sufrir situaciones semejantes bajo la férula del reducido partido comunista». E de novo se regressava à mesma lógica que o revisionismo dos anos '80 haveria de recuperar: «Hasta ese instante parecía que la trágica competición se encontraba planteada entre nacionalsocialistas y bolcheviques. Los dos bandos tenían una definida política de aniquilamiento de razas o grupos de población que estorbaban a sus fines».

Colocadas assim as coisas, ficava o leitor a saber que se havia perseguido os judeus, mas não quem o havia feito. Os adjetivos *nazi* ou *alemão* não acompanhavam as referências à violência exercida sobre judeus e russos; uma só vez o adjetivo aparecia a identificar «los campos de concentración alemanes, descubiertos por ingleses y norteamericanos en su avance hacia el Oeste», que eram encarados como «el remate de esta crisis de la legalidad». A frase começava e acabava aqui. Para o *Mundo*, «no es el momento de comparar crueldad con crueldad, ni si bajo las bombas de la aviación cayeron más inocentes que bajo la pistola, el veneno y el cuchillo, o bajo la guillotina del hambre y la depauperación».

Em síntese, e uma vez mais, nem Auschwitz, nem campos de extermínio, nem gaseamento, nem deportações organizadas por parte dos nazis eram mencionadas. Pelo contrário, a única referência a campos de concentração, sem que a sua descrição fosse diferente da produzida no artigo anterior, era para insinuar encapotadamente que deveriam ser comparados com os bombardeamentos aliados. E, mais que qualquer outro tipo de «crueldad», o resto deste outro artigo do *Mundo*, mais de metade dele, tratava da «ola de terror [que] se extendió por el Este europeo» «a medida que el Ejército rojo avanzó sobre tierras europeas». Acentuando ainda mais o tom negativo utilizado desde 1943 na descrição dos movimentos da Resistência antinazifascista, retornava-se a imagem da «guerra civil» em que tinha caído «cada país de los ocupados por los alemanes o enganchados por éstos

al carro del Eje», agravada pelo fenómeno de, «desaparecido el poderío alemán, las turbas[que] se hicieron dueñas de los resortes del Poder, favorecidas por el Ejército rojo». A lista começava pelos «tribunales populares de Bulgaria», mas passava por casos que nada tinham a ver com a presença militar soviética, como «la acción de los comunistas griegos contra los griegos no comunistas» ou «los brotes de terrorismo popular en Francia», onde «el número de condenados a muerte por los tribunales de depuración resulta muy crecido»²⁷⁰.

Sem se produzirem referências directas aos governos francês e italiano da Libertação, os termos mais duros de um artigo em que se tratava das vítimas entre «la población civil» durante o pior conflito bélico da História eram utilizados para caracterizar os processos de depuração antinazifascista do pós-guerra: «la persecución de los *colaboracionistas* por los partidarios del nuevo régimen» era feita

«por la chusma, sedienta de sangre, representada en grotescos tribunales que no seguían más norma que la venganza personal[,] (...) la libre acción de las masas populares que se erigen en jueces y ejecutores. (...) Hemos tenido ante los ojos pruebas de envilecimiento que no creíamos posibles. Hombres preeminentes han sido fusilados por la espalda y ultrajados por sus compatriotas. No hubo juicio, no hubo sentencia, no hubo ninguna de las mínimas garantías exigibles en pleno siglo XX; no hubo más que el asesinato».

A referência à captura e à morte de Benito Mussolini às mãos de *partigiani* italianos era evidente. Curiosamente, evitara-se incluir o nome no texto, mas não assim num dos subtítulos que abriam o artigo: «Los símbolos de esta crueldad», escrevia-se em referência à «política de asesinatos», «lo pueden representar los nombres de Katyn, Vinitza [sic], Buchenwald, Belsen, las "depuraciones" en varios países del Este y el asesinato de Mussolini»²⁷¹.

Quero concluir a análise deste documento chamando a atenção para o espaço retórico que sobrava aos publicistas do Franquismo - e o autor deste artigo podia ser Carrero Blanco, Díaz de Villegas ou Tomás García Figueras - para descrever no exterior, e a partir da aparência da indignação moral, comportamentos que só se podiam fingir ter estado e estar ausentes da realidade imposta pelo próprio Franquismo à sociedade espanhola a partir do silenciamento da repressão, da clandestinização de toda a dissidência, da impossibilidade da denúncia pública dos incontáveis crimes praticados pelas forças e pelo regime franquista, antes e depois de uma vitória militar que fora e continuava a ser tão brutal para

²⁷⁰ Elogiava-se, pelo contrário, a «serenidad» finlandesa, belga («supieron salir de la ocupación sin inútiles alardes vengativos»), dinamarquesa, «y puede adelantarse que los holandeses y los noruegos repetirán esa gallarda actitud».

²⁷¹ «Las víctimas de la población civil en esta guerra han sido relativamente más numerosas que las militares», in *Mundo*, nº 262 (13/5/1945), Madrid, pp. 54-56; itálico no original. O artigo é acompanhado de quatro fotografias, duas das quais tiradas em campos de concentração alemães mas mostrando «guardianes» alemães no momento de serem detidos por autoridades aliadas, sem qualquer rasto de sobreviventes reduzidos a esqueletos, muito menos de cadáveres amontoados; uma terceira retrata a chegada de tropas aliadas a um «campo de prisioneros», percebendo-se tratar-se de detidos militares; a quarta é a de um conjunto de pessoas que entra para um navio, com a legenda: «Las familias alemanas residentes en Riga abandonan el país en noviembre de 1939 por acuerdo del Gobierno del Reich». Não se acrescenta que o acordo fora firmado com o Governo letão, e que a anexação à U.R.S.S. ocorreria em Junho seguinte...

com os seus vencidos.

O incómodo, o embaraço, a perplexidade e, seguramente, a recusa em aceitar a completa veracidade dos factos que os Aliados vinham agora trazer a público praticamente sem reservas de informação, não era exclusivo dos dirigentes políticos dos dois regimes, ou dos publicistas cuja opinião publicada mais não fazia do que ir fixando e actualizando, em cada momento, as explicações ideológicas de cada nova etapa. Em Portugal, o mais institucional dos órgãos de opinião católicos queixava-se de que «enquanto as agências de informação e as emissoras das nações vencedoras entretêm e excitam a opinião mundial com narrativas de horrores cometidos nos campos de concentração alemães, com prisões de vultos eminentes do partido nazi ou no exército, com histórias de suicídios e fugas, há povos inteiros na Europa que sofrem uma forçada bolchevização (...): dissolução de todas as instituições políticas, sociais, económicas e culturais; eliminação em massa, pela morte, pela deportação, pela cadeia, pelo trabalho forçado, de todos os elementos dirigentes, deixando o pobre povo à mercê da violência e da propaganda comunista; (...) submissão arbitrária de povos inteiros a minorias atrabiliárias, audazes e odientas».

Começemos por avaliar o valor semântico das palavras escolhidas: as «narrativas» sobre o Holocausto serviam para «entreter» e «excitar» a opinião e vinham acompanhadas de «histórias de suicídios e fugas», numa espécie de novela de terceira categoria; para a descrição da «bolchevização», o eclesiástico que escreve o artigo escolheu termos de aceção política suficientemente precisos e claros para que se percebesse o que era verdadeiramente grave. «E, sobre tudo isto, nem palavra se diz; mantém-se um silêncio, tão sistemático como indesculpável», concluía²⁷².

O «silêncio, tão sistemático como indesculpável», não seria só o de quem reproduzia em 1945 as «narrativas» sobre os campos de concentração alemães mas *calava* outras. Nunca desde o seu primeiro número, publicado em Janeiro de 1937, a *Lumen* fizera uma só referência à «dissolução de todas as instituições políticas, sociais, económicas e culturais» praticada pelo ocupante alemão, italiano, húngaro ou croata em algum dos territórios sobre os quais impôs a sua autoridade»; muito menos sobre a «eliminação em massa, pela morte, pela deportação, pela cadeia, pelo trabalho forçado, de todos os elementos dirigentes» de nenhuma das populações submetidas entre 1939 e 1944, incluída a «submissão arbitrária de povos inteiros a minorias atrabiliárias, audazes e odientas»; uma única vez (em Dezembro de 1941) se atrevera a publicar a menos agressiva das três prédicas que o bispo von Galen pronunciara publicamente contra «actos de violência» praticados pelos nazis «contra alemães sem culpa», referindo-se a crentes e a responsáveis de instituições católicas que as autoridades nazis haviam decidido dissolver, omitindo uma denúncia muito mais chocante como fora a do extermínio das *vidas inúteis*, o chamado *programa da eutanásia*²⁷³. Nem mesmo no próprio número em que estas «Notas» críticas eram publicadas, informação alguma era prestada ou analisada sobre as revelações aliadas - e o mesmo se pode dizer sobre todos os demais números da *Lumen* do ano de 1945²⁷⁴. No mesmo sentido desta

²⁷² «Notas», por «A.G.», in *Lumen*, Vol. IX, Fasc. 7 (Julho 1945), Lisboa.

²⁷³ Cf. *Lumen*, Ano V, Fasc. 12 (Dezembro de 1941), Lisboa, pp. 736-42. Cf. referência no subcapítulo 11.5.

²⁷⁴ E, contudo, desde Junho de 1944 que o director da publicação abre cada um dos números

tomada de posição, o cardeal Cerejeira divulgara no fim de Abril de 1945 uma «Carta Pastoral» na qual, denunciando o que entendia ser a «entrega» das repúblicas bálticas e da Polónia à esfera territorial ou de influência da U.R.S.S., advertia a opinião pública para perceber que «o fim da guerra não é necessariamente o começo da paz»²⁷⁵.

A mesma atitude descortinou Juan Carlos Losada, que estudou a *Ideología del Ejército franquista* nos vinte anos seguintes à vitória de 1939, no conjunto das publicações militares espanholas do período. «Sobre el genocidio practicado en los campos de concentración no hay más que silencio», o que contrastara «con la denuncia insistente de las fosas de Katyn», de responsabilidade soviética, com a crítica do que «ellos llamarán el espíritu de revancha y venganza que se quiere aplicar a los directores del pueblo alemán, y a descalificar los juicios de Núremberg, tachándolos de ilegales, farsa al servicio de Moscú, etc.» (LOSADA, 1990: 176).

Em Fevereiro de 1946, funda-se em Lisboa um novo *Semanário da actualidade política e literária*, com o título de *A Nação*, ao qual se associa Alfredo Pimenta, o consagrado intelectual salazarista e sócio fundador da Academia Portuguesa de História que tanto se citou nos primeiros capítulos deste trabalho. É revelador que incluisse no seu editorial de apresentação princípios como «a unidade política, religiosa e rática da Nação Portuguesa» ou o «extermínio do pensamento internacionalista de feição demo-liberal, marxista e judaico»²⁷⁶. Nos pouco mais de dois anos de existência deste semanário (1946-48), ter-se-á tempo suficiente para, sem obstáculos da Censura salazarista, lançar todo o tipo de ataques contra o «"tribunal-vingança de Nuremberga"» que teria emitido uma «"sentença horrenda"», ou para exaltar a «"Morte Heróica de Goebbels"» no âmbito da revisão dos «"Grandes Vultos do Martírio da Europa"» (cits. in PIRES, 1999-2000: 321). Em Julho de 1948, por exemplo, dois meses depois da proclamação do Estado de Israel, *A Nação* atacava abertamente os poucos processos, que tinham começado a correr desde o fim da guerra, de naturalização portuguesa de judeus sefarditas considerados *pseudoportugueses* pelo M.N.E., perguntando-se se «"lucra o País, tem algum interesse a Nação, tira proveito o Estado, serve a política nacional conceder a naturalização a judeus recém-vindos para Portugal[?]"», apelando para que se «"[pusesse] os olhos na infecção política e social de certo país, chamado latino"» - seguramente a França, que voltava a atrair os ódios de salazaristas e franquistas nesta fase inicial da IV República -, «"onde pululam nomes arrevesados de influentes dirigentes da política, finanças, comércio, indústria, ciências e literatura, afora os que se crismaram e se dão hoje ares de construtores da nacionalidade!"» (cit. in FRANCO, 1999: 322). Não subavaliemos esta opinião ou o órgão em que ela era publicada, pois Salazar ordena a imediata suspensão de despachos favoráveis à

trimestrais com umas «Notas» de três a sete páginas, abordando temas abertamente políticos e relacionados com a própria guerra.

²⁷⁵ «Carta Pastoral de S.E. o Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa ao clero e fiéis do Patriarcado» (30/4/1945), in *Lumen*, Vol. IX, Fasc. 6 (Junho 1945), Lisboa, pp. 391-394.

²⁷⁶ In *A Nação*, nº 1 (23/2/1946), Lisboa.

naturalização da responsabilidade do homem, Caeiro da Matta, que o substituíra em 1947 no Ministério dos Negócios Estrangeiros (cf. FRANCO, 1999: 322).

E, no entanto, em Dezembro de 1945, António Leite de Faria, na Legação de Portugal na Haia, reconhecia perante Salazar que «"a comunidade hebraica portuguesa [nos Países Baixos] foi duramente atingida pelo sistema de perseguições e extermínios seguido pelos alemães; dos quatro mil membros que a compunham antes da guerra, só restam cerca de quinhentos! Os que faltam"», reconhecia, «"foram levados para a Polónia e ali exterminados em câmaras de gases mortíferos"». Num momento em que se empenhava em construir a ideia de que teria contribuído para salvar muitas vidas de judeus perseguidos, ao regime de Salazar não podia ser agradável, seguramente, saber que «"os judeus de origem portuguesa não escondem a forte desilusão que lhes causou o facto de o nosso Governo não ter podido promover a sua ida para Portugal"» - era assim que Faria colocava o problema -, «"a fim de os poupar ao destino implacável que os esperava. Tinham alimentado grandes esperanças nesse sentido, quando, em 1943, os agentes consulares portugueses receberam instruções para organizar uma lista de todos os judeus de origem portuguesa na Holanda, mas posteriormente nada haviam sabido do assunto"» (Faria, cit. in ALEXANDRA, 1995: 57²⁷⁷). Esquecia-se de acrescentar Leite de Faria que tal acontecera meses depois da Declaração Conjunta Aliada de Dezembro de 1942; eventualmente não saberia que em Lisboa, entre a Presidência do Conselho e o M.N.E., se tinham recebido inúmeros indícios, pelo menos indícios, que permitiam perceber suficientemente o que significariam as deportações desde inícios de 1942...

13.8 Um antisemitismo coerente com o complexo ideológico do Salazarismo e do Franquismo

Retomo aqui a ideia que procurei veicular no início desta 4ª Parte deste trabalho: a de que a análise detalhada de toda esta dimensão habitualmente ausente, ou secundarizada, do comportamento oficial português e espanhol durante a última guerra mundial é, não só pelo significado intrínseco que encerra, uma verdadeira pedra de toque pelo que permite revelar da relação moral, ética e ideológica do Salazarismo e do Franquismo com o fenómeno mais geral da violência e da repressão. Antes de mais porque também é neste terreno que se contradiz e desmistifica toda a retórica espiritual de um certo tipo de *cristianismo*, ou mais especificamente *catolicismo*, autodescrito como intrínseco de ambas as fórmulas políticas, e que se reivindica hoje ser e ter sido essencialmente *incompatível* com manifestações de racismo e, portanto, de antisemitismo. Exposta toda a informação de que se compõem os últimos capítulos, é intolerável - intelectualmente, moral e eticamente, cientificamente - que se continue a divulgar a ideia de que só uma «lógica [de] los vencedores, y de modo especial las poderosas Internacionales socialista y comunista», tem impedido «[tributar] el homenaje acostumbrado a las grandes personalidades [españolas] que de algún modo ayudaran a los perseguidos», e isto graças a «una

²⁷⁷ Carta de Leite de Faria a Salazar, 7/12/1945.

campana durísima contra el Régimen [de Franco], empleando mayor proporción de mentiras que de verdades», num processo que teria feito de Pio XII, também ele, uma «víctima de ingratitud» (SUÁREZ, 1997: 494-95)²⁷⁸.

Esta reconstrução despudorada da História dos dois regimes ibéricos, mais descarada no caso franquista que no salazarista, é particularmente grave e reveladora das estratégias revisionistas que intrinsecamente marcam a relação destes regimes com a construção da memória, uma vez que se estabelecem em campos onde é abissal a contradição entre as suas práticas sociais e políticas e os valores publicamente reivindicados no terreno do discurso. Enquanto regimes, enquanto aparelhos de poder, e de um poder desmesurado, enquanto complexos ideológicos, nem o Salazarismo, muito menos o Franquismo, quiseram salvar a vida de vítimas judaicas da perseguição nazi, ou sequer optaram por fazê-lo de *motu proprio*, fora do quadro de uma negociação de benefícios políticos, diplomáticos, propagandísticos, estratégicos. Pelo contrário, levantaram inúmeras barreiras legais, politicoadministrativas e de preconceito ideológico ao acolhimento de judeus no seu território ou sob a sua protecção diplomática ou consular, mesmo quando estes possuíam legalmente uma das duas respectivas nacionalidades ibéricas. Não assassinaram, é certo; mas os mais importantes dos dirigentes de ambos os regimes encontraram motivos de suspeita no mais fundo do que entendiam ser a identidade judaica, coincidentes com uma parte daqueles que eram divulgados pelas elites dos Estados legalmente antisemitas, e, pelo menos no caso franquista, a começar pelo próprio Franco, manifestaram publicamente a sua compreensão para com a perseguição que era movida aos judeus por toda a Europa e apelaram à opinião pública sobre a qual exerciam total hegemonia política que, como eles, manifestasse idêntica compreensão.

Não se diz, nem se procura dizer, aqui, contudo, que os regimes salazarista e franquista - e, já agora, a própria Igreja Católica -, enquanto tais, participaram activamente no Holocausto. Só uma visão demasiado alargada do fenómeno, incluindo, aí sim, todas as manifestações antisemitas, poderia aceitar uma tal afirmação; de tão fluida, de tão pouco rigorosa, ela deixaria de ter significado útil. Também não se diz, por exemplo, que os Estados neutros democráticos da Europa (Suécia e Suíça; o caso irlandês é pouco relevante), por serem-no, se comportaram de forma automaticamente mais solidária para com as vítimas; fizeram-no, apesar de tudo, mas não sempre e de forma coerente com a sua estrutura legal democrática. Nem sequer se diz que quem lutou do lado aliado automaticamente ficou ilibado de qualquer forma de colaboração com o processo discriminatório que conduziu ao Holocausto, ou até mesmo aquele que representou a sua operacionalização assassina. Recorda-nos Raul Hilberg que no momento em que a invasão alemã dirigia uma ferocidade particularmente homicida especificamente contra as comunidades judaicas dos territórios soviéticos ocupados, «l'Unione Sovietica, patria di tante nazionalità, era alquanto fragile e non intendeva distinguere tra gli ebrei e tutti gli altri», não estabelecendo as suas autoridades

²⁷⁸ Ao argumentar desta forma, Suárez introduz um típico recurso revisionista: o de que «conviene advertir que las cifras del holocausto, que al principio, como es normal en estos casos (...) se abultaron, han sido rebajadas por investigaciones posteriores» (1997: 494).

nenhum esquema especial de evacuação para aqueles - o que também não permite negar nem desvalorizar que mais de metade dos efectivos das comunidades judaicas soviéticas tenha podido sobreviver por terem sido evacuadas das regiões onde a grande maioria habitava, em 1941, e que viriam a ser os territórios devastados pelo avanço alemão até 1942. Os aliados angloamericanos, pelo seu lado, demonstraram repetidamente que «non volevano che la guerra fosse vissuta dalle loro popolazioni come uno sforzo per la liberazione degli ebrei. Non bisognava indurre la gente a credere che i soldati alleati fossero mercenari in una causa ebraica». Desta forma, também para eles «la liberazione degli ebrei non poteva che essere un prodotto secondario della vittoria» (HILBERG, 1997: 243 e 246) - mas, também este, não deixou de o ser.

O comportamento de todos os actores relevantes nesta questão na Europa do tempo deve ser sujeito a um escrutínio crítico. Tem-no sido. O que aqui nos compete procurar saber é se é historicamente legítimo o papel que os Governos de Lisboa e de Madrid (e também do Vaticano, naquilo que pesou sobre estes dois), incluídos os seus muitos braços que permaneciam estendidos pelo interior do território do terror nazi, reivindicaram ter sido o seu nestes anos de tragédia. Não parece possível aceitá-lo. Mais: parece, pelo contrário, que a enunciação desse papel se fez como instrumento de política interna e externa, de construção de uma identidade virtual que melhor se adequasse a um mundo que a todos estes lhes era mais desagradável depois de 1945. Tratou-se, afinal, de segregar um discurso autocondescendente com efeitos deliberadamente analgésicos para todos aqueles que se haviam mostrado permeáveis à dúvida sobre o comportamento destes regimes...

É muito provável, por outro lado, que todos os grandes actores da História que assistiram a, participaram em, e em vários casos lutaram contra, o Holocausto tenham assumido contemporaneamente atitudes e preconceitos racistas. Isto é seguramente verdadeiro com a generalidade das elites europeias (o que inclui, obviamente, a britânica, a portuguesa ou a espanhola) ou de ascendência europeia contra a generalidade das populações coloniais; os norteamericanos contra os descendentes de africanos nos Estados Unidos, mas também contra os chamados *americanos nativos*, ou o sentimento partilhado pelos membros de várias comunidades socialmente mais prestigiadas na sociedade norteamericana contra *newcomers* italianos, ou latinoamericanos, ou asiáticos; o sentimento panrusso de muitos dirigentes soviéticos dirigido contra outras comunidades eslavas, mas sobretudo contra os povos do Cáucaso ou da Ásia Central; ou ainda com a atitude e o comportamento generalizadamente discriminatório de todas as anteriores, e de muitos mais aína, face às populações *rom* e *sinti*, na Europa e fora dela... E, contudo, apesar de todas as hesitações e de todas as fraquezas que, na altura, possam ter sido denunciadas por organizações humanitárias judaicas ou não, e que hoje são postas a nu pela investigação, a causa aliada integrou, senão antes, pelo menos desde 1942, uma evidente componente de luta antirracista, com quantas contradições se lhe possam apontar. A política salazarista e franquista nada teve disto: nem de denúncia da perseguição ou do assassinato colectivo, nem de concepção e operativização de uma política de salvamento, nem de campanha antirracista. É historicamente ilegítimo (e moralmente repugnante) *colar* Salazar ou Franco aos esforços para salvar

vidas de perseguidos que foram realizados por judeus e *quakers* nos países aliados e neutrais, pela Resistência antinazi ou por governos exilados, por Aristides Sousa Mendes ou Raoul Wallenberg.

A atitude de salazaristas e de franquistas coincide, em minha opinião, com a descrição que, em tom de lamento, dos alemães se fazia num relatório oficial produzido no interior do regime nazi logo a seguir à *Kristallnacht* de 1938: «Somos un pueblo antisemita, un Estado antisemita, pero, sin embargo, este antisemitismo no se expresa en las manifestaciones de la vida» (cit. in BAUMAN, 1997: 99). A interpretação de Zygmunt Bauman é a de que «la aversión por la violencia» que se conservaria ainda por parte da maioria da população alemã naquele momento, e «especialmente por la violencia que se podía ver y que estaba pensada para que se viera, coincidía sin embargo con una actitud mucho más benévola hacia las medidas administrativas que se habían tomado contra los judíos», perante as quais um «gran número de alemanes» - como de salazaristas e de franquistas - «dieron la bienvenida a la enérgica y clamorosamente anunciada actuación que estaba dirigida a la segregación y separación de los judíos, expresiones e instrumentos tradicionales de la heterofobia y de la enemistad declarada». Os observadores ibéricos que aqui citei *compreenderam* as medidas antisemitas dos primeiros anos do Governo de Hitler, acolheram favoravelmente as medidas antisemitas de Mussolini e de Pétain, apesar de algumas (e não muitas) reservas a que fossem aplicadas a judeus convertidos ao catolicismo, não se opuseram a que muitas destas medidas fossem aplicadas a cidadãos nacionais a quem, por serem judeus residentes no estrangeiro, se atribuíam automáticas intenções de burla e de abuso das leis portuguesas e espanholas.

É já corrente, felizmente, recordar aos leitores destas questões que o racismo, «igual que todas las políticas, para ponerle en práctica exige una división del trabajo y un aislamiento efectivo entre la tarea y el efecto desorganizador de la improvisación y la espontaneidad. Exige que se deje a los especialistas tranquilos y libres para llevar su tarea». Isto ocorre não só com a heterofobia, de que fala Bauman, centrada numa identidade étnica como a judaica ou a cigana, mas também com a heterofobia centrada em identidades políticas como a comunista, a democrata, a nacionalista catalã ou basca - e a dos nacionalismos africanos no Portugal dos anos '50, '60 e '70 -, a libertária, todas elas sujeitas a formas de repressão que exigiam a mesma «divisão do trabalho», as mesmas condições facilitadoras da tarefa desempenhada pelo «especialista» da repressão - só que nestes casos exercida em Portugal e em Espanha. Esta «indiferencia» social, para retomar Bauman, «no es que fuera indiferente, porque no lo fue por lo que se refiere al éxito de la *Solución Final*. Fue la parálisis de la gente (...) que se consiguió por la fascinación y el miedo que emanaban del despliegue del poder, que permitió que la lógica mortífera de la solución del problema siguiera su curso con toda libertad», conclui Bauman (1997: 98-100²⁷⁹).

Neste sentido, e tendo procurado documentar como a actuação de alguns dos observadores, formalmente neutrais, do genocídio pôde contribuir para salvar vidas sempre que inibiu e obstaculizou a acção do genocida, é preciso insistir em que, conhecedores como poucos de muitos dos detalhes da perseguição, os dirigentes (certamente não alguns dos funcionários) salazaristas e franquistas

²⁷⁹ Itálico no original.

deixaram-se *paralisar*, ou seja, cumpriram o seu papel na *divisão do trabalho* que a operacionalização do genocídio requeria. É assim que há que reconhecer razão à incómoda denúncia de Saul Friedlander, que recusa a «exoneration of the "bystanders", whoever they were». Para ele,

«The widespread knowledge of monstrous crimes perpetrated against the Jews and the almost general indifference that accompanied them is a sufficient indictment; an understanding of the full scope of the "Final Solution" is not a necessary precondition for all the questions later raised about European society; about the behavior of the Allies, the Neutrals, and the Churches; about that of German society in particular»²⁸⁰.

O processo social da obtenção da *indiferença* pode ser evidentemente reforçado por determinadas características ideológicas dos valores perfilhados pelos *indiferentes*. Por exemplo, se estamos perante aqueles que Adorno chamava os *fascistas potenciais*, actores sociais em cuja formação ideológica a heterofobia dos «outgroups» é particularmente estruturante²⁸¹. Daniel Levinson, da equipa de Adorno, chamou a atenção para a comunidade de fundamentos psicológicos entre fascismo e antisemitismo quanto às «deeper psychological sources of these ideologies [which] are very similar». Ora se «what people say about Jews depends more upon their own psychology than upon the actual characteristics of Jews» (Levinson, in ADORNO *et alii*, 1969: 57) e se o «anti-Semitism probably is not a specific or isolated phenomenon but a part of a broader ideological framework» (ADORNO *et alii*, 1969: 3 e 2) por constituírem os judeus um «outgroup» por antonomásia, designadamente neste período (ou seja, na *época do fascismo*), toma-se muito difícil estar de acordo com Bauman quando este sustenta não ser comprovável que o antisemitismo «es funcionalmente indispensable para un régimen totalitario», pelo menos se este se gerou durante a *época do fascismo*. O sociólogo polaco exemplificou aqui, a meu ver levemente, o «orgulho» pretensamente sentido pelos falangistas espanhóis «por la ausencia de un solo comentario antisemita en todos los escritos de José Antonio Primo de Rivera» (BAUMAN, 1997: 102), presumindo assim ser o *falangismo* um *totalitarismo*, mas um *totalitarismo* não antisemita²⁸².

Além de só podermos estar perante, uma vez mais, uma daquelas lamentáveis simplificações teóricas e argumentativas que resulta da já citada falta de cuidado metodológico por parte de tantos autores na análise de casos marginais como o franquista²⁸³, recordemos apenas dois argumentos suficientes para levantar automaticamente sérias dúvidas quanto à viabilidade de semelhante simplismo: a presença continuada nas duas sociedades ibéricas, ao longo da História moderna e contemporânea, do preconceito contra os judeus, e a sistematicidade, até 1945 pelo menos, da rejeição ideológica dos judeus, com uma descrição *conceptual*, para usar a expressão de Bauman, que lhes

²⁸⁰ Saul FRIEDLANDER (1993). *Memory, History and the Extermination of the Jews of Europe*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, p. 108.

²⁸¹ Cf. a propósito o subcapítulo 10.1.

²⁸² Um segundo exemplo proposto era o do «neo-fascista francês Maurice Bardèche».

²⁸³ Bauman cita aqui um trabalho genérico de Klaus von BEYME (1988). *Right-Wing Extremism in Western Europe*. Londres: Frank Cass.

atribuía perigosas capacidades de dissolução da *unidade* (social, cultural, religiosa, política, ...), sinistras intenções de ataque à *Europa*, ao *Ocidente*, e uma camaleónica propensão a utilizar todo o tipo de instrumentos subversivos. O complexo ideológico construído, adaptado, reconfigurado, pelas direitas radicais europeias da *época do fascismo* inclui, como bem se sabe, o antisemitismo como um dos seus instrumentos políticos mais frequentes e uma das suas componentes ideológicas mais centrais. Surpreendente e anómalo seria verificar a sua ausência em qualquer uma das expressões deste complexo ideológico - e o Salazarismo e o Franquismo foram, evidentemente, duas dessas expressões. Surpreendente e conveniente, digamos assim, porque isso seria construir uma curiosa coincidência: a ausência de antisemitismo nesta geração de regimes autoritários verificar-se-ia apenas naqueles que, justamente, sobreviveriam à derrota de todos os outros. Como é extraordinariamente difícil sustentar a tese de que o primeiro factor desta equação explica o segundo, resta-nos a operação argumentativa inversa: à versão que nega a detecção de antisemitismo no tecido ideológico e na prática política dos dois regimes ibéricos não é seguramente alheio o facto de ambos terem sobrevivido à descoberta de Auschwitz, o de ambos terem entrado neste outro período da História humana em que a *Shoah* pode ser invocada como possível (e inevitável?) consequência de um processo social de transformação do preconceito em exclusão e da exclusão em extermínio.

Creio que se equivoca Pierre-André Taguieff quando confunde a atitude dos que eventualmente aderem à «*démonologie, à la fois système d'illusions et dispositif de propagande*», para estruturar o seu «*discours antiraciste*», com aquilo que ele depreciativamente considera ser a «*classique amalgame "racisme/antisémitisme/nazisme/fascisme"*, opérateur de base du discours polémique de gauche (des gauches), [qui] s'est imposé dans les instances internationales, sous les influences conjuguées du camp communiste et la mouvance "tiers-mondiste"» (TAGUIEFF, 1987: 178). A crítica poderia não ser completamente desprovida de razão se se limitasse a considerar que nem todo o racismo e nem todo o antisemitismo é fascista ou nazi, mas despreza os dados da análise social e ideológica se admite que algum fascismo ou nazismo é possível se não for racista ou antisemita.

A menos, isso sim, que se admitam também como possíveis, socialmente existentes, as versões *humanizadas, moderadas*, do racismo e do antisemitismo de que Renzo De Felice falava (e que muitos reproduziram depois dele) relativamente ao Fascismo italiano. David Bidussa contraria estes processos comparativos a que se recorre só para demonstrar que não se foi o que os *piores* foram...

«Non c'è il *razzismo* e poi uno scarto per difetto rispetto ad esso in Italia, in Francia, ... ma esistono i *razzismi* che corrispondono e formano una famiglia concettuale che non si basa su un archetipo, bensì su un prototipo. Come tale non si producono scarti rispetto a un presunto modello perfetto e "puro", ma esperienze concrete fondate su tipologie culturali che hanno il loro fondamento e la loro plausibilità in relazione a società civili concrete, a antropologie culturali definite e a collettività storicamente determinate (...)».

Esta é, de resto, como julgo ter deixado bastante claro ao longo deste trabalho, a minha tese quanto ao fascismo e aos *fascismos*, «família conceptual» dentro da qual situei o Salazarismo e o Franquismo.

Sendo obviamente verificável que «non tutti gli antisemitismi portano ad Auschwitz», sublinha o mesmo Bidussa que «l'"assenza" di Auschwitz non significa che si produca un antisemitismo

"posticcio" e alla fine "innocuo", oppure», como muitos pretendem para Portugal e para a Espanha deste período, «non si produca antisemitismo affatto». O mesmo que Bidussa sustenta para o caso italiano de 1938-43 é válido para os casos ibéricos: «Quello delle "leggi razziali" non è un antisemitismo "all'italiana", ma è la versione *politicamente coerente* di una vicenda politico/culturale specifica»²⁸⁴.

²⁸⁴ «I caratteri "propri" dell'antisemitismo italiano», in CENTRO FURIO JESI (org.) (1994). *La menzogna della razza. Documenti e immagini del razzismo e dell'antisemitismo fascista*. Bologna: Grafis Edizioni, p. 114; *italico no original*.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

CAPÍTULO 14: VÁRIAS CONCLUSÕES E UM EPÍLOGO

«Le prime notizie sui campi di annientamento nazisti hanno cominciato a diffondersi nell'anno cruciale di 1942. Erano notizie vaghe, tuttavia fra loro concordi: delineavano una strage di proporzioni così vaste, di una crudeltà così spinta, di motivazioni così intricate, che il pubblico tendeva a rifiutarle per la loro stessa enormità. È significativo come questo rifiuto fosse stato previsto con ampio anticipo dagli stessi colpevoli; molti sopravvissuti (...) ricordano che i militi delle SS si divertivano ad ammonire cinicamente i prigionieri: "In qualunque modo questa guerra finisca, la guerra contro di voi l'abbiamo vinta noi; nessuno di voi rimarrà per portare testimonianza, ma si anche qualcuno scampasse, il mondo non gli crederà. Forse ci saranno sospetti, discussioni, ricerche di storici, ma non ci saranno certezze, perché noi distruggeremo le prove insieme con voi. E quando anche qualche prova dovesse rimanere, e qualcuno di voi sopravvivere, la gente dirà che i fatti che voi raccontate sono troppo mostruosi per essere creduti: dirà che sono esagerazioni della propaganda alleata, e crederà a noi, e non a voi. La storia dei Lager, saremo noi a dettarla"» (LEVI, 1991: 3).

«"No aceptamos las interpretaciones subjetivas que de nuestro Régimen hacen o puedan hacer determinados grupos e individuos; sólo aceptamos la interpretación institucional"» (Carrero Blanco, 1973, cit. in MIGUEL, 1975: 19).

«O Estado, sem se arrogar a posse exclusiva de uma verdade absoluta, pode e deve definir a verdade nacional - quer dizer, a verdade que convém à Nação» (Governo português, Ministério da Instrução Pública, 1932¹).

A *Nova Ordem* foi uma expressão intrínseca, e, portanto, quase inevitável, quase evidente, em todos os regimes autoritários, fascistas ou fascizados, do período de 1936-45. Revelou-se, além disso, enquanto projecto político e bandeira praticamente mística sob a qual se propunha o Eixo combater uma guerra contra inimigos tanto *externos* como *internos*, uma atitude que partia de um pessimismo antropológico de base, comum a todos os movimentos reaccionários, modernos ou antimodernos, do fim de Oitocentos e do início de Novecentos, de verdadeiro asco pela grande maioria daquilo que significara a evolução modernizadora da sociedade, em que democracia, reivindicação e conflito preenchiavam a realidade social, política, cultural, económica. Nesta atitude, apesar de todas as diferenças entre si, reconheciam-se tanto a *Action Française* como os Nacionaisocialistas alemães, tanto a hierarquia máxima da Igreja Católica como Alfred Rosenberg, tanto um Salazar catedrático de Direito de origem rural e formação religiosa, como um Franco oficial militar, brutal com subordinados e adversários, de origem socialmente mediana e de baixa desenvoltura intelectual. Pessimistas e negativistas, os inúmeros crentes na necessidade dessa *Nova Ordem*, uns julgando que a construíam à escala europeia depois de a cimentarem à escala nacional, outros mais descrentes da operação internacional concreta mas não da sua indispensabilidade, todos viveram graus diferentes de uma mesma euforia, julgando serem suficientemente privilegiados para assistir, nas suas vidas, à emergência de uma *Nova Era* que vinha corrigir séculos de erro e de *degenerescência*.

¹ In Decreto nº 21103, *Diário do Governo*, I Série, nº 89, 15/4/1932.

Verificado, como julgo que pode ser, este tipo de hermandades ideológicas e estéticas, filosóficas em geral, entendo ser natural, legítimo e relevante desenhar uma coerência global para as experiências que se reviram no conceito e no projecto da *Nova Ordem*. E esta coerência, que tem um valor de análise muito importante na interpretação das experiências históricas do Salazarismo e do Franquismo, tornou-se tão evidente e necessariamente incómoda e intolerável no mundo pósAuschwitz que levanta todo o tipo de objecções. Muitas, muitíssimas, foram levantadas pelos próprios dignitários das duas ditaduras logo em 1945 e nas décadas seguintes; várias outras têm sido levantadas por investigadores (mas também por dirigentes políticos, opinadores mediáticos e cidadãos comuns) independentes daquelas, sobretudo nos últimos trinta anos. Preocupei-me ao longo deste trabalho sobretudo com estas últimas, já que as primeiras as devo considerar como objectos de estudo integráveis na própria produção ideológica dos regimes aqui em análise.

Desde logo, há que esclarecer que o pressuposto da investigação que levei a cabo não é o da viabilidade de uma equivalência moral das experiências autoritárias ibéricas e das alemã e italiana, nem o da dedução que fixe a regra *comunidade ideológica = comunidade de práticas*. Se da análise que fiz neste trabalho proponho uma avaliação que permite estabelecer um fundo ideológico e, sobretudo esse, um pesado conjunto de preconceitos negativos que Salazar e Franco partilhavam com o conjunto da galáxia *eurofascista* do momento, tal não significa evidentemente que todos ou maioria dos comportamentos, das práticas adoptadas, das políticas desenhadas fossem identicamente comuns. De resto porque a inversão da equação anterior é identicamente falível; ou seja, não é legítimo pressupor que *comunidade de práticas = comunidade ideológica*. A tal ponto não estou convencido que a coincidência de algumas práticas políticas e morais constituam prova de uma comunidade ideológica (ou seja, de interpretações de base e de concepção de objectivos), que em vários casos apontei ter existido alguma convergência entre as potências fascistas e as fascizadas com a máxima hierarquia católica, com governos aliados, até mesmo com o regime estalinista, e isso não significa que seja admissível um discurso reducionista sobre o comportamento e a actuação de todos os agentes políticos durante os anos da *época do fascismo*.

Recordava Primo Levi, um ano antes de pôr termo à sua vida, que o Holocausto, como produto de uma cultura da violência levada ao extremo, «è avvenuto, quindi può accadere di nuovo». Interpretada a violência «dominante nella Germania di Hitler» como elo de «una genealogia della violenza odierna», Levi recordava que «ai bombardamenti aerei terroristici di Goering hanno risposto i bombardamenti "a tappeto" alleati» - por outras palavras, angloamericanos e alemães partilhavam até um certo ponto o conceito da legitimidade política da violência bélica de massa sobre populações civis. Da mesma forma que é possível descortinar um nexó entre «lo sfruttamento massiccio della mano d'opera schiava» por parte dos nazis e o facto de ele ter «ritornato in Unione Sovietica moltiplicato alla fine della guerra» (LEVI, 1991: 164-65). Vários dirigentes angloamericanos, dos Governos exilados em Londres, de vários Estados neutrais ou da Igreja católica partilharam até um certo ponto formas de suspeição face aos judeus, por exemplo. Tudo isto os torna utilizadores dos mesmos recursos e procedimentos, seguramente

herdeiros de formas culturais idênticas, mas não os torna iguais, nem sequer partes de um mesmo complexo ideológico, de uma mesma família política, de um mesmo projecto de transformação do mundo.

A diferença reside, concretamente, em que jamais os Governos aliados ocidentais ou o soviético de Stalin se sentiram, como se sentiram os Governos ibéricos, partícipes de uma *Nova Ordem* que os triunfos alemães e italianos ajudavam a criar. Em Lisboa e em Madrid, da mesma forma que em Roma e em Berlim (e em Vichy, e em Bucareste, e em Zagreb, e em Bratislava, e em Sofia, e até em Tóquio e em Hsinking)

(i) acreditou-se sensivelmente no mesmo *novo* e na sua necessidade,

(ii) autodescreveram-se os respectivos regimes como *revolucionários* e, como tal, gritou-se aos quatro ventos

contra (iii) a *plutocracia* e (iv) o *vírus comunista*.

Nos quatro sítios (v) lamentou-se a perda histórica da *unidade* e repetiu-se ser fundamental restaurar (vi) a *ordem*, (vii) a *Europa* e o *Ocidente*,

(viii) construir, ou reconstruir, ou manter, contra a vontade das democracias ocidentais, *impérios* e *consciências imperiais*.

Nazis, fascistas, franquistas e salazaristas convergiram (ix) na mesma condenação civilizacional da *América plutocrática*, ou pelo menos *imperialista*,

(x) na mesma rejeição de Estados *virtuais* paridos em Versalhes,

(xi) na mesma suspeição de base contra os judeus, que produziu formalizações teóricas, isso sim, de níveis de virulência social, legal e assassina muito diferentes, como foi evidente; perante as informações do significado genocida da perseguição que se perpetrava por ordens que partiam de Berlim, em Lisboa e em Madrid não se levantou voz autorizada alguma contra semelhante violência, impediu-se até 1944 que alguém dentro dos dois regimes o fizesse, o que foi interpretado em Berlim como assentimento tácito; em Madrid, mais do que em Lisboa, disse-se publicamente que se compreendia que assim se procedesse.

Nas quatro capitais (xii) acreditou-se até ao fim que a guerra contra a U.R.S.S., contra o *bolchevismo* e o *comunismo asiático*, servia para proteger a *civilização europeia* e, se Churchill não tivesse sido teimoso e *belicista*, poderia ter solucionado a *crise ocidental*. No (xiii) mesmo gosto pelos *Grandes Espaços*, os aparelhos das ditaduras ibéricas descreveram a *inseparabilidade* da Europa e da África da mesma forma que as duas ditaduras fascistas de referência, e não hesitaram em (xiv) reconhecer, até 1943, a maioria das transformações territoriais que implicava a construção da *Nova Ordem*, (xv) manifestando esperanças e contentamento especiais com a constituição em Vichy do exemplo último da *colaboração* que Hitler imaginava como sendo o modelo da futura cooperação entre os Estados europeus e a Alemanha hegemónica.

Por fim, (xvi) quando resistentes se levantaram contra o ocupante nazifascista, primeiro em

França, depois na Jugoslávia e na Grécia, depois na U.R.S.S., finalmente em Itália, dirigentes e portavozes oficiosos dos regimes ibéricos, os primeiros por vezes confidencialmente, os segundos às escâncaras, clamaram contra os *terroristas* e a sua vontade de *regressar ao passado*,

(xvii) e quando esses resistentes assumiram o Poder depois da derrota dos nazis e dos seus aliados e colaboradores, os processos de depuração que se seguiram foram considerados verdadeiras *barbáries* praticadas pela *turba*.

Eis aqui as etapas principais deste trabalho. Creio terem contribuído com elementos suficientes para que se percebam componentes de uma comunidade ideológica correspondente a uma geração de regimes da mesma natureza que, operando sobre realidades sociais, políticas e económicas muito diferentes, a começar pela iniciativa e participação ou não participação directa na guerra mundial, tiveram desenlaces identicamente diferentes. É importante sublinhar que não foi por terem naturezas ideológicas pretensamente distintas que o Franquismo e o Salazarismo sobreviveram nos trinta anos seguintes à derrota do Nazismo e do Fascismo. Não é líquido poder perceber-se na estrutura interna do Salazarismo nada de significativamente mais distante do modelo fascista que no regime romeno de Antonescu até 1941, por exemplo; o regime de Pétain e o de Horthy foram, praticamente até ao fim, mais plurais no seu interior que o de Salazar ou o de Franco; o Estado franquista foi significativamente mais violento com a população espanhola que o foi com os seus respectivo súbditos a maioria dos Estados aliados da Alemanha nazi, a começar pela Itália de Mussolini, e passando pelos regimes húngaro, romeno, búlgaro, eslovaco ou o francês de Pétain. É a escolha ou o envolvimento mais ou menos forçado na via bélica por parte dos aliados do Eixo, e a adopção da mais brutal das metodologias de guerra até então conhecida por parte dos regimes hitleriano e mussoliniano, que os empurra a todos, sem excepção, para o abismo. Como especulava Primo Levi, «non è assurdo assumere che, se il nazismo non si fosse mostrato sin dall'inizio [della guerra mondiale] così spietato, l'alleanza fra i suoi avversari non si sarebbe costituita, o si sarebbe spezzata prima della fine del conflitto» (1991: 166).

Coerentemente com o que acabo de afirmar, não é por ter trabalhado prioritariamente o plano ideológico e discursivo que contribuirei para uma concepção do Salazarismo e do Franquismo como construções políticas ortodoxas, rígidas. Por mais ortodoxia que se procure eventualmente encontrar neles, nenhum observador, por mais próximo ou mais repugnado que se sinta por eles, negará a capacidade demonstrada por estes regimes em recorrer ao mais despudorado dos pragmatismos e em se comportar como autênticos camaleões políticos se de tal procedimento tiver percebido depender com muita probabilidade a sua sobrevivência. Nem todo o antiamericanismo cultural de Salazar e de Franco, ou a repetida denúncia do imperialismo ianque por parte do primeiro, impediram um e outro de ceder bases militares aos E.U.A., de, num caso, aderir a uma Organização do Tratado do Atlântico Norte pilotada por Washington, ou de, no outro, estabelecer uma aliança verdadeiramente de satelização militar com os norteamericanos. O mesmo regime que inscrevera em todos e cada um dos seus diplomas legais fundacionais o adjectivo *totalitário*, negaria desde 1944 que alguma vez o tivesse feito. O mesmo ditador

que em 1941 assegurava ver no triunfo da Alemanha nazi a consagração de uma *linha geral* de evolução da política europeia, na qual ele próprio se sentia um precursor, discursaria desde 1945 como se jamais lhe tivesse passado pela cabeça tal interpretação da História europeia no médio/longo prazo anterior. O mesmo *Caudillo* que prometia, em 1942, um milhão de soldados espanhóis para proteger Berlim se algum dia o *Exército Vermelho* dela se aproximasse, diria depois da guerra que o seu Estado condenava «más que ningún otro los excesos y crímenes con los que hoy se pretende caracterizar lo nazifascista». O mesmo diplomata português que considerara, também em 1941, não haver na Europa regime político mais semelhante ao nazi que o de Salazar prosseguiria tranquila e destacadamente a sua carreira diplomática, por postos tão estratégicos como a Santa Sé ou a N.A.T.O.. O mesmo Francisco Franco que apelava aos espanhóis em 1939 para compreenderem as medidas antisemitas do Governo nazi diria, a partir de 1945, que tinha feito de tudo para ampliar a quantos judeus ameaçados fosse possível a protecção internacional de uma Espanha *cristã e generosa*. O mesmo Salazar que ainda falaria empenhadamente até 1950 de *Império*, de direito e dever de *assimilar* populações *primitivas*, inferiores, desmerecedoras de direitos cívicos e, portanto, reduzidas ao estatuto de *nativos* submetidos à autoridade de um Estado *protector* mas imperioso, falaria depois de 1961 de *cidadãos* portugueses de África, de uma Nação *tão africana* quanto europeia e nunca mais pronunciaria as palavras *Império* e *colónias*...

As ditaduras não caem, como a salazarista, ou são obrigadas a transigir, como a franquista, por falta de pragmatismo; a mudança dos elementos estruturantes da realidade social é que torna inútil, para a sobrevivência das ditaduras, a partir de determinado momento, a procura oportunista de esta ou daquela forma de pragmatismo, de este ou daquele processo institucional de impor, por decreto, por discurso, uma determinada versão de si próprio.

Consideremos que o pragmatismo constitui a base ideológica (e moral) de todos os processos sociais (e, portanto, políticos) de adaptação àquilo que em cada momento é percebido como dominante. Enquanto recurso, ele é evidentemente revelador da natureza daquele que a ele recorre. Mas não pode ser, por si só, identificado como o ponto central da identidade ideológica do pragmático. Haverá sempre que perceber qual é o ponto de partida do pragmático, mesmo antes de este o ser - ou seja, definir o complexo de valores e de ideias a partir do qual se constrói um projecto original de acção política que, perante os condicionamentos da realidade, poderá ou não sofrer mais ou menos adaptações. O ponto de partida do Salazarismo, entre 1928 (ascensão de Salazar ao Governo) e 1936 (início da Guerra de Espanha) e do Franquismo em 1936-39 (Guerra de Espanha) nada tem a ver com a conjuntura (a meia dúzia de anos que se seguiram à viragem na guerra, em 1943) em que prioritária se tomava uma estratégia de sobrevivência. Naquele período fundacional (sensivelmente, os anos '30), a tendência dominante era a de dismantelar a estrutura liberal e crescentemente democrática dos Estados contemporâneos e a de reprimir com grande violência todas as pressões sociais, políticas e culturais que surgissem à esquerda no sentido de subverter a ordem social e económica capitalista. Mais: estes eram processos que se puderam desenvolver, quer no plano interno de cada Estado, quer no plano internacional, com a complacência das chamadas grandes democracias (Grã Bretanha, França, E.U.A.),

económica e militarmente dominantes até ao início da guerra mundial; estes eram processos que, de aparentemente imparáveis, permitiram que se consolidasse a ideia de que constituíam o *novo*, que configuravam o *futuro*, e ao qual aderiam cada vez mais aparelhos de Estado - nas palavras de Salazar, esta era «a linha geral europeia». Quem assim lia a realidade (como os salazaristas e os franquistas liam) sabia que o *fascismo* era a expressão que servia de referência inevitável para esta «linha geral», mas, dadas as condições específicas nas quais se havia feito convergir uma ampla coligação de interesses e forças sociopolíticas que deram origem aos vários regimes desta geração e desta natureza, preferiram designá-la de forma mais consensual como *nacionalismo*, *regimes nacionais* ou *de ordem*.

Desencadeado em 1936, em Espanha, aquele que era desde o refluxo revolucionário de 1919-23 o primeiro grande embate militar forçado por uma grande coligação sociopolítica de direitas exasperadas, reunindo todos os segmentos das elites sociais tradicionais, contra uma heteróclita e instável coligação de forças democráticas e revolucionárias - um embate no qual, e isto é muito importante, participaram activamente os salazaristas ao lado dos franquistas -, tornou-se inevitável a fascização, a racionalização fascista do complexo ideológico que se reflectia nos dois regimes autoritários ibéricos. Em ambos se tomava muito mais nítida que antes aquela *ideia-guia* de que fala Enzo Collotti, que reforçava e animava mais ainda a sua procura de um âmbito internacional para a *Nova Ordem* de que já todos falavam, em Lisboa, em Burgos/Salamanca, em Budapeste, em Viena, em Bucareste, em Atenas, em Sofia, pouco tempo depois em Bratislava, em Vichy, em Zagreb, e, evidentemente, em Roma e em Berlim. É aqui que a *Nova Ordem*, como projecto ideal, adquire, na pena e na boca agressiva e eufórica dos *chefes* destes regimes e dos publicistas que para eles trabalhavam, uma dimensão *civilizacional, histórica*. Não a perderia até 1945, ou, pelo menos, até 1943. A partir daí, não há verdadeiramente motivo de surpresa pelo facto de ela aparecer descrita, nos textos oficiais ou oficiosos patrocinados pelos regimes ibéricos, meramente como um desígnio esboçado pelos políticos do Eixo, ou só pelos de Berlim, ou até só como um recurso argumentativo nas mãos do ministério da Propaganda de Goebbels... Essa foi a sua versão oficial da História recente; nem por isso a devemos tomar como válida, muito pelo contrário.

Essas versões oficiais, que são inerentes (mas não exclusivas) a todos os regimes em que está hipertrofiada a autoridade do seu aparelho político decisório, são instrumentos políticos preciosos. Possuem o mesmo código genético que os aparelhos de repressão policial, de censura e de propaganda. São, em si mesmos, a propaganda.

E são, evidentemente, recursos numa estratégia de sobrevivência. Contudo, não é legítimo contabilizar a favor da capacidade de adaptação, ou simplesmente de sobrevivência, demonstrada por ambas as ditaduras ibéricas aquelas que foram as suas claras incapacidades, os seus desejos incumpridos, a sua forçosa negociação com os aspectos estruturais de uma realidade que se opunha à concretização dos objectivos que elas próprias se haviam fixado. O caso mais evidente que tenho em mente é o de quem sustenta que o Franquismo nunca quis participar na guerra, quando a investigação comprova que foi ele quem começou por querê-lo, sem nunca conseguir, contudo, reunir as

condições reivindicadas para essa participação. Quem procede no plano teórico daquela forma terá que defender que da natureza de um regime possa fazer parte, como elemento distintivo, tudo aquilo a que ele tenha sido obrigado a renunciar, apesar de enunciado por ele como vontade, intenção, em suma, como *autodefinição*. Ou como se a intenção, pelo facto de não haver sido concretizada, tivesse deixado de o ser, e até perdesse a sua relevância.

É esta a interpretação que pretende dar Manuel de Lucena: o regime salazarista, na sua «intratável e temerosa moderação (inseparável da sua longevidade)», sintetiza-se nas suas «tendências e tentativas mais do que [nas suas] acções consumadas» (2000: 310 e 308). É que na leitura de Lucena, que não se centra especificamente na guerra mundial que o Salazarismo atravessa, as «acções consumadas» não têm a ver com a não participação no conflito, ou com a sua não adesão formal, jurídica, à Europa da *Nova Ordem*, mas sim com a repressão, o arbítrio, a Guerra Colonial, por exemplo. Em todo o caso, estando perfeitamente de acordo com ele em como as «tendências e tentativas» de um regime, se estruturais, partes coerentes do todo, devem ser consideradas na caracterização deste, discordo frontalmente da avaliação que diz que são elas que permitem *desfascizá-la*.

A sobrevalorização daquilo que o Salazarismo e o Franquismo *não tiveram mais remédio senão ser*, em desfavor da valorização daquilo que ambos *gostariam de ter sido*, para lá das diferenças de prisma interpretativo, tem que ser analisada também considerando uma estratégia que, adulcorando a pílula, permite às actuais gerações digerir mais facilmente aqueles fenómenos históricos, ajuda à superação do passado, resolve, finalmente, eventuais problemas de consciência a muitos dos que hoje vivemos no Portugal e na Espanha (que se pretendem) democráticos... Só assim se compreende, por exemplo, que quando o presidente do Governo espanhol, José María Aznar, procurava, em Fevereiro de 2003, um exemplo consensual para ilustrar os males de uma ditadura agressiva como a do regime de Saddam Hussein no Iraque, repropusesse o caso do Nazismo alemão e, como sempre ocorre no seio do seu sector político, se esquecesse de falar de um caso incomparavelmente mais próximo da memória colectiva dos espanhóis: o do Franquismo...²

O efeito social e político pretendido com esta operação não é simplesmente este, o da *boa consciência*, o da autocondescendência, o de uma versão portuguesa ou espanhola da fórmula *italiani, brava gente*. A obstinação intrínseca de regimes da natureza do salazarista ou do franquista não impede que os seus dirigentes fossem apesar disso tão capazes como os dirigentes de qualquer outro regime político de perceber as tendências tomadas dominantes por esses equilíbrios políticos, económicos e militares que eles tão bem conheciam e sabiam avaliar. É na configuração, em cada momento, dessas tendências e desses equilíbrios que devemos procurar o ponto por referência ao qual se propõem estas ou aquelas definições das duas ditaduras.

Já Ricardo Chueca, quando se dedicou a sistematizar o estudo do fascismo enquanto

² Foi o que lhe recordou, na sessão parlamentar de 18/2/2003, Gaspar Llamazares, o coordenador da Izquierda Unida; cf. imprensa espanhola do dia seguinte.

produção autóctona espanhola, se confrontou com que

«muchos, demasiados autores, se han inclinado a considerar a nuestro fascismo como imitación pobre de los modelos alemán e italiano. Si la consideración se formula al nivel de lo político-organizativo y sus secuelas no hay nada que objetar, pero la translación que se ha venido realizando del juicio así obtenido al plano de la ideología es merecedora de fuertes objeciones. En definitiva, no se quiere decir otra cosa, sino que cada país tiene el fascismo que necesita y que tales necesidades objetivas configuran en cada momento el discurso ideológico» (CHUECA, 1983: 22).

Vejo, contudo, outras potencialidades nestas interpretações que *a posteriori* se fazem das experiências políticas encerradas, valorizando nelas tudo quanto as possa tomar mais aceitáveis e *normais* aos olhos (políticos, morais) do presente, mesmo que desta forma se tenham que transformar fracassos em rejeições voluntárias. Penso, por exemplo, em como seguramente não foi ainda suficientemente utilizada no estudo deste período, e dos terríveis e desgarradores processos humanos que nele se desenvolveram, uma perspectiva sociológica da actuação das elites políticas e institucionais, e da forma como aquela actuação é condicionada pela autodefinição histórica e social destas elites (seu lugar e estratégias na estrutura social e nos processos de gestão da mudança social; seu posicionamento na História de um determinado colectivo, na própria produção de um discurso narrativo e explicativo dessa mesma História). Tal estudo deverá, indubitavelmente, recorrer a contribuições da Psicologia e da Antropologia política e social. Dele, aqui sim, coloco a hipótese que pudessem emergir muitos mais aspectos comuns aos valores e à autodefinição de grupos tão díspares quanto as elites políticas e burocráticas de democracias liberais e burguesas como a britânica e a norteamericana, as de Estados assumidamente autoritários que procuraram interferir na totalidade da vida social (*totalitários*, para quem preferir) como o salazarista, o franquista, o nazi, o fascista italiano, o pétainista ou o estalinista, ou ainda, para citar outro grupo a que tanta referência que havia que fazer num trabalho da natureza daquele que aqui apresento, a hierarquia de uma das mais antigas e poderosas instituições europeias, a Igreja de Roma.

Enquanto projecto, enquanto práxis política a partir das estruturas do Estado moderno, enquanto pressuposto da legitimidade e da necessidade de uma engenharia social programada a partir de cima, a *Nova Ordem* que o fascismo internacional quis impor entre 1936 e 1945 é um evidente produto da capacidade efectiva de acção ao dispor dos sectores mais violentos e ressentidos das elites europeias do período, quer num plano que habitualmente se designa como interno a cada sociedade definida enquanto território de actuação de um Estado, quer no nível internacional que aqui mais trabalhei.

A definição politológica, mas também ética e moral, estética, ideológica em geral, dos regimes autoritários que foram partícipes da *época do fascismo* tem evidentes implicações para a forma como se encaram a si próprias as elites que lhes sucederam, que em boa parte com eles mantiveram relações de continuidade social, até mesmo familiar. Mais particularmente para o caso franquista, dado o modelo não rupturista de superação da ditadura, mas também para o caso salazarista. É uma das figuras de referência das elites económicas e políticas conservadoras dos últimos trinta anos da vida portuguesa que assegura que «a grande maioria da direita portuguesa só é democrata de fachada e que no fundo, lá

no íntimo, é salazarista». Uma das figuras dessa direita portuguesa que já foi (ou quase chegou a ser) praticamente tudo quanto nesta se podia conseguir ser, Freitas do Amaral, confessa que «estava convencido, mas hoje julgo que estava errado, de que a grande maioria da direita portuguesa era, ou se tinha transformado, sinceramente, numa direita democrática». Dentro dela, «não se suporta que alguém supostamente de direita», como o próprio Amaral, «critique esse regime [salazarista] ou essa época. O máximo que eles aceitam é que se diga que tinha coisas boas e más tal como o actual [regime democrático] tem coisas boas e más»³. Pelo lado espanhol, recorda bem Pere Ysàs que, dadas as formas que se escolheram para a Transição democrática pósfranquista, «la consideració del franquisme com a una dictadura feixiste, o com un règim feixistitzat, provoca malestar i incomoditat, i en alguns àmbits es del tot inconvenient. Per aquells sectors de la classe política - i empresarial, intel·lectual - franquista avui encara actius, o per molts dels fills i nés de franquistes avui amb presència i protagonisme a la vida pública, és més fàcil d'explicar o justificar la col·laboració amb un règim senzillament autoritari o fins i tot amb una dictadura conservadora que no pas amb una dictadura feixista o feixistitzada, donades les connotacions de condemna moral i política del feixisme en el món actual» (Ysàs, in THOMÁS, s.d.: 26).

Uma das vias possíveis para conseguir um consenso aparente na designação da base ideológica dos dois regimes é optar pelo *nacionalismo*. Chamar *nacionales* aos franquistas na Guerra Civil é ainda um recurso muito frequente em Espanha; em Portugal tornou-se corrente falar, nos meios académicos, dos salazaristas como *nacionalistas*, *nacionalista* a política educativa, *nacionalistas* os membros do Partido único, a União Nacional, justamente.

Nada tem de original este procedimento - e não estou com isto a dizer que o pretende ter -: os próprios salazaristas e franquistas se autodesignaram assim. Entre outras designações, esta foi uma das suas escolhidas. Mais: foi até descrita como instrumento de leitura da realidade. Para Javier Conde, «"el vocablo "nación" es el símbolo político supremo que preside la realidad social española: por él se miden los fenómenos sociales y jurídicos, es criterio soberano, que califica o descalifica, legitima o condena"» (Javier Conde⁴, cit. in CHUECA, 1983: 17). Sendo esta tese admissível ainda hoje - que de resto era, como vimos noutro ponto deste trabalho, aplicada por outros ideólogos como João Ameal ou Juan Beneyto -, também é certo que o nacionalismo no Salazarismo e no Franquismo é mais uma

³ «Margarida Marante entrevista Diogo Freitas do Amaral. De delfim da direita a livre pensador», in *Notícias Magazine*, 9/3/2003, Lisboa. Diogo Freitas do Amaral é catedrático de Direito Administrativo. Foi procurador à Câmara Corporativa nos últimos anos da ditadura e liderou, desde os primeiros meses do período revolucionário, em 1974, até aos primeiros anos '90 um dos dois grandes partidos da direita portuguesa, o Centro Democrático e Social. Enquanto tal, foi viceprimeiro-ministro, ministro dos Negócios Estrangeiros e ministro da Defesa Nacional nos anos 1979-83. Em 1986 conseguiu reunir o pleno dos votos da direita (quase 49%) na segunda volta das eleições presidenciais que levaram Mário Soares à Presidência da República. Em meados da década passada, uma vez abandonada a actividade partidária, o Governo português patrocinou a sua eleição como presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas. As declarações citadas foram produzidas no momento em que eu revia a versão final destas notas finais deste trabalho de investigação.

⁴ Extraído de artigo «La idea nacional-sindicalista de Nación», in *Arriba*, 21/9/1939, Madrid.

ideologia de criação de consensos internos do que um prisma de explicação global da realidade política e cultural, de reagrupamento de comunidades humanas cujo carácter unitário, localizado algures no passado, não era mais do que uma das grandes reinvenções históricas a que procederam estes regimes. A descrição nacionalista de *Portugal* e dos *Portugueses*, de *Espanha* e dos *Espanhóis*, servia os objectivos políticos de salazaristas e franquistas; a interpretação nacionalista das *Revoluções* fascistas italiana e alemã servia à sua explicação da Europa e da sua História recente; sintomaticamente, pelo contrário, nenhuma interpretação ou leitura nacionalista foi feita dos movimentos de resistência antinazifascista por toda a Europa, mesmo quando eles próprios se descreviam prioritariamente como *nacionalistas*, e a sua luta como de libertação *nacional*. Para salazaristas e franquistas, De Gaulle não foi um *nacionalista*, muito menos um *patriota*, até 1944; Tito ou qualquer outro resistente comunista não podia ser, claro está, nem uma coisa, nem outra; estes não eram adjectivos aplicáveis às actividades «terroristas» da Resistência francesa, ou da jugoslava, ou da grega, ou da italiana, ou da soviética (a qual, aliás, nunca seria designada com este adjectivo...). E, contudo, *nacionalista* ou *nacional* era o regime *ustasha* de Ante Pavelitch ou do Manchukuo, *patriota* era Pétain, os *melhores* dos franceses estavam com Damand na *Milice* que lutou até ao fim ao lado dos alemães contra os resistentes... A Hitler nunca um salazarista e um franquista negou, nem mesmo depois de 1945, a sua capacidade de resgatar a *Nação* alemã *humilhada* em 1918, *minada* pelo bolchevismo.

É importante perceber como salazaristas e franquistas mostraram uma evidente capacidade de aplicar uma lógica dual do nacionalismo enquanto leitura da realidade: por um lado, valorizando-o enquanto sinal ideológico identificativo dos regimes *revolucionários* europeus, dos regimes *da ordem* contra a *desordem* liberal e bolchevista; por outro, desvalorizando (pior: negando) o seu carácter de emancipação nacional contra o invasor ou o ocupante quando este último representava um, esse sim, regime *nacional* e, sobretudo, quando aqueles que contra ele se manifestavam reivindicavam valores democráticos e assumiam práticas evidentemente subversivas. Nunca será demais repetir o óbvio: que o conteúdo ideológico autoritário, fascista ou fascizante de alguns nacionalismos foi obviamente priorizado face ao conteúdo ideológico que lhe era radicalmente oposto dos nacionalismos da Resistência antinazifascista; que o nacionalismo enaltecido pelos dois regimes ibéricos quando olhavam para o mundo do seu tempo estava associado à força internacional do fascismo.

E, enquanto tal, esse nacionalismo acabou por constituir a melhor via de passagem do plano nacional para o plano internacional - do *nacionalismo* ao *europeísmo*, das *Ordens Novas* nacionais para a *Nova Ordem* europeia, euroafricana, mundial. A *Europa/Grossraum*, a *Europa/Ocidente*, barreira contra o *Judaísmo*, contra o *Bolchevismo*, contra as ambições da *América* ianque, pressupondo um evidente nacionalismo europeu, descrevia-se como o âmbito superior de um nacionalismo mais tradicional, menos moderno do que este proposto pelo *Eurofascismo*: o da *Europa das Nações* em que falava a ultradireita da *época do fascismo*, em que fala ainda hoje a ultradireita *nacional* de Le Pen, Fini, Haider ou Portas. Um e outro não eram - não são - contraditórios. Encerravam, é certo, a suficiente ambiguidade (inevitável, aliás, neste tipo de conceitos) para que os dirigentes destes regimes

reivindicassem simultaneamente a irredutibilidade *nacional* e a fidelidade a um projecto *européu*, nuns casos (por exemplo, o franquista) mais explicitamente políticos e estratégicos, noutros casos (por exemplo, o salazarista) aparentemente mais culturais, *civilizacionais*. Em todos os casos, o nacionalismo *autorreivindicado* não foi tido como incompatível, muito pelo contrário, com uma forma de *européismo*, em minha opinião evidentemente indefinível de outra forma.

A partir de 1943, e sobretudo nas últimas semanas antes e nos primeiros meses depois do 8 de Maio de 1945, a gradual derrota desse *européismo* produziu uma série de despojos humanos e políticos que aportaram à Península Ibérica. Eram os novos refugiados, desta vez não as antigas vítimas mas aqueles que haviam sido e continuariam a ser os carrascos até ao último estertor do Nazismo e dos seus aliados. Uma pequena e variada multidão de dirigentes da *Nova Ordem* derrotada reconheceram nos Estados de Salazar e de Franco *os seus*, reconheceram-se entre os seus. A forma particularmente cúmplice pela qual foram acolhidos em Portugal e em Espanha pelas autoridades oficiais, ou em todo o caso por altos funcionários com autorização oficial e destacadas figuras das elites políticas e sociais, revela-nos um pouco de quanto estas elites sentiam serem estes refugiados, também eles, *os seus*, mesmo que, por uma infinidade de razões, a eles se não se tivessem podido (caso franquista) ou devido (caso salazarista) juntar durante o conflito. Desde Setembro de 1944 que os dois Governos ibéricos se haviam consultado entre si para estabelecer que não queriam ceder à «injerencia» que os Aliados procuravam exercer junto deles no sentido de impedir que «se diese asilo a los enemigos de las naciones unidas y personalidades responsables y criminales de guerra». Salazar dera então a entender ao irmão de Franco, e embaixador do *Caudillo* em Lisboa, que «la dignidad y la independencia de [cada] nación» exigia que «[nos cobijemos] en el terreno ético y jurídico [y en una] más desapasionada observación de las Leyes, normas y usos internacionales, a los que dignamente no pueden sustraernos coacciones ni presiones ajenas»; que, sendo «confuso [el] concepto de "criminales de guerra"[,] término aplicado por las democracias con fines de propaganda (...) desbordada en su objeto de excitar pasiones y provocar odios que mantuviesen una fuerte moral de guerra», era inaceitável que se

«[considerase] como crimen de guerra la guerra misma, ya que su declaración, su necesidad, su provocación son elementos de juicio que sólo la Historia esclarece y le da más o menos ilegitimidad; ni tampoco pueden serlo conductas políticas que pueden ser errores políticos si se quiere[,] o peligrosas conductas imperialistas, pero que están muy [lejos] de la calificación de crimen tan apasionadamente usada»⁵.

Com os fugitivos da justiça aliada e resistente, que teria em Nuremberga o seu fórum principal, as ditaduras ibéricas usaram de cuidados políticos, carinhos pessoais e garantias jurídicas que não tinham usado (porque se haviam negado, ou se haviam mostrado indiferentes) com nenhuns outros refugiados políticos ou étnicos que em Espanha ou em Portugal, mesmo que territórios de trânsito, haviam procurado refúgio. «El problema es, evidentemente, grave porque en ese acoso de los vencidos

⁵ Carta de Nicolás Franco a Lequerica, 10/9/1944, in A.M.A.E., R. 1373/23.

hay más pasión que espíritu de justicia y nosotros no podemos olvidar los dictados del Derecho Internacional»⁶, diria o recém empossado Lequerica, multiplamente incomodado pela situação em que se imaginaria vir a encontrar - ele, o íntimo de Laval e dos políticos ultracolaboracionistas de Paris, ele o conviva regular de Otto Abetz e dos comandantes militares da ocupação alemã...

As fronteiras ibéricas, com muito raras exceções, não lhes seriam fechadas. Lisboa e Madrid não foram apenas pontos de passagem para a América preferida pelos fugitivos nazis e seus colaboradores - a América do Sul, das ricas comunidades alemãs que mantinham uma forte coesão identitária no seio de Estados governados por ditaduras pseudomodernizadoras que gostavam de imaginar este exílio fascista como pleno de tecnólogos e de génios da organização germânica... No pós-guerra, Madrid seria um dos centros de operações da organização *Odessa*⁷ (cf. MILZA, 1991: 470-71), empenhada durante anos em traficar para a Península Ibérica e, em última instância, para a América Latina, nazis e colaboracionistas procurados por vários aparelhos judiciais, em operações que contavam com apoios na Península Ibérica, no Vaticano e em países árabes, juntamente com outras organizações clandestinas na Alemanha Ocidental. A *Odessa* teria sido dirigida por Otto Skorzeny, o operacional de Hitler, o resgatador de Mussolini, que terá chegado à capital espanhola pelo menos entre 1948 e 1951. Skorzeny publicará em Barcelona as suas memórias⁸ e «colaboró en los boletines de CEDADE», a organização da ultradireita neonazi que se criará em Barcelona em 1965-66 e que em 1969 se encarregou da «organización en Barcelona de la décima asamblea del Nuevo Orden Europeo, asociación internacional de signo neofascista creada en 1951»⁹. O militar de elite viveu, desde 1959, entre Maiorca e

⁶ Carta de Lequerica a Nicolás Franco, 14/9/1944, in A.M.A.E., R. 1373/23.

⁷ Sigla da *Organisation der ehemaligen SS-Angehörigen*, sobre a qual José Luis Rodríguez entende «no [haber] pruebas fehacientes de [su] existencia» enquanto «organización con este nombre, pero sí de la operatividad de las redes nazis de fuga, en ocasiones con la colaboración de servicios secretos de determinados gobiernos, y de los depósitos de oro nazi en bancos suizos (...), de Lichtenstein, Austria, Portugal, España y países sudamericanos que no estaban en guerra con Alemania. Estos fondos habrían sido teóricamente utilizados al término de la guerra para la adquisición de diferentes compañías y permitieron, además, evacuar de Alemania y Austria a nazis que estaban destinados a ser perseguidos como criminales de guerra, establecer a estos dirigentes en países que estaban dispuestos a recibirlos, proporcionar asistencia legal a los detenidos, crear asociaciones de ex prisioneros de guerra, refutar la teoría de la culpabilidad alemana en la guerra y, finalmente, para la financiación de grupos neonazis en diferentes países» (1997:400). Cf. ainda KLEE, 1993, e BOWER, 1997.

⁸ Em dois volumes: *Vive peligrosamente* e *Luchamos y perdimos*, ambos saídos em 1965 em Barcelona: Acervo.

⁹ Sobre o CEDADE (Círculo Español de Amigos de Europa), cf. Xavier CASALS I MESEGUER (1997). *Neonazis en España. De las audiencias wagnerianas a los skinheads (1966-1995)*. Barcelona: Grijalbo. A capital catalã foi a sede de boa parte do mundo editorial neonazifascista espanhol. Citem-se aqui as editoras Mateu (da família de um antigo alcalde de Barcelona e primeiro embaixador de Franco junto ao Governo francês da *Libération*), que publicou *Mi lucha*, de Hitler, o arquiteado falso *Los Protocolos de los Sabios de Sión*, *Las últimas horas de Hitler*, de H. Ludwigg, ou *Stalingrado y yo*, do general von Paulus; a Caralt, «propiedad del falangista y concejal del Ayuntamiento de Barcelona, Luis de Caralt»; e a Acervo, «propiedad del falangista José A. Llorens Borrás» (RODRÍGUEZ, 1997: 402).

a Irlanda, e dirigia a agência de informações *Aginter Press*, «a la que se ha relacionado con la policía política salazarista, la PIDE, y el reclutamiento de mercenarios con destino a las guerras de Africa» (RODRÍGUEZ, 1997: 399, 403 e 405) dos anos de 1961-74. A seu lado, estavam Léon Degrelle (desde Maio de 1945 sob protecção oficial em território espanhol), Hans Ulrich Rudel (expiloto da *Luftwaffe* que se escapara, via Itália e Espanha, para a Argentina¹⁰) e, de entre os oficiais das S.S., pelo menos von Thienen e o coronel Eugen Dollmann (que dirigia as S.S. em Itália). Os Aliados pressionarão o Governo espanhol, em 1945 e de novo em 1949, para entregar mais de duas centenas de alemães, a maioria dos quais permanecerá em Espanha até ao fim dos seus dias, sob a protecção de várias figuras do regime franquista, que iam de Queipo de Llano, o herói da Guerra Civil, à própria mulher do ditador, Carmen Polo¹¹. Com muitos deles conviveria o professor Carl Schmitt que, expulso da sua cátedra berlinense em 1945, assumiria no pósguerra funções docentes na Universidade de Santiago de Compostela e morreria em Espanha.

Ainda há menos de dez anos que a Espanha, por alguma estranha razão, foi o refúgio de Otto-Ernst Remer, um exoficial das S.S. e fundador, em 1950, do efémero *Deutsche Sozialistische Partei*. Acusado pela justiça alemã de incitar ao «racism by denying the Jewish genocide and the existence of the gas chambers in the Nazi concentration camps», Remer escapa em 1994 para a cara estância de veraneio de Marbella e, não conseguindo obter o estatuto de asilado político, conseguiu que em Fevereiro de 1996 a Audiencia Nacional «refused to extradite the eighty-three-year-old» porque «the facts in question refer to the denial of a historical truth but do not amount to a direct encouragement of the destruction of the Jewish race"» (cit. in www.axt.org.uk/antisem/archive/archive1/spain/spain.htm: 12). Tal sentença foi emitida um ano antes de a reforma do Código Penal espanhol passar a punir «acts that (...) deny or justify genocidal crimes» (in idem).

Entre os muitos dirigentes de Estados europeus que foram aliados ou colaboracionistas da Alemanha nazi, os estudiosos da ultradireita espanhola do período da Transição Democrática salientam o papel desempenhado pelos exilados romenos da *Guarda de Ferro* e do já citado rexista belga, Léon Degrelle, na «reelaboración de su discurso»: «Ambos movimientos ofrecieron tanto una mística cristiana y ultranacionalista como la encarnación de la utopía de una pretendida Europa fascista y cristiana

¹⁰ Cf. WISTRICH, 1982: 259. No pósguerra, Rudel «diventa un oggetto di culto per la destra [tedesca]. L'ex pilota è tra l'altro membro onorario del Freikorps Deutschland, che viene proibito nel 1953 (...), e candidato di punta, alle elezioni federali del 1953, della Deutsche Reichspartei, un partito di estrema destra» (KLEE, 1993: 138 e 222).

¹¹ Cf. «Los 104 de la lista negra», in *El País*, Madrid, 30/3/1997; o número refere-se a uma primeira lista elaborada pelos Aliados, já que uma segunda, de Novembro de 1949, inclui 231 nomes; ambas encontram-se no A.M.A.E. e a primeira foi transcrita integralmente no citado jornal, incluindo nomes como o de Hans Lazar, que dirigira os serviços de imprensa e propaganda da Embaixada alemã, com um peso enorme junto dos órgãos de comunicação franquistas, além de uma infinidade de agentes de informações e das S.S.. Entre eles não se encontra o nome do médico do campo de concentração de Mauthausen, Aribert Heim, o qual, contudo, estava refugiado no país - cf. www.axt.org.uk/antisem/archive/archive1/spain/spain.htm.

derrotada em 1945 (de la que sólo había sobrevivido la dictadura del general Franco)». A figura de referência do primeiro é Horia Sima, chefe do Governo que em Viena constituem, em 1944-45, os últimos aliados romenos da Alemanha, que haviam sido vítimas do golpe de Agosto de 1944 que derrubara o regime de Antonescu e que permitira ao rei Miguel sair do Pacto Tripartido e pedir *in extremis* um armistício aos soviéticos¹². É «en torno a las actividades de los refugiados [de la *Guardia de Hierro*] en la Península que gravitó la diáspora fascista rumana internacional», tendo por referência um «centro cultural en Aravaca (Madrid)» e da «importante actividad publicística» de personagens como Traian Popescu, «quien - a través de la Editura Carpatii - publicó diversos materiales en rumano y castellano (como la revista *Carpatii. Revista de cultura si actiune romanescă in exil*)». É com grande apoio institucional do regime franquista que se instalam em Madrid nos últimos anos da guerra, e aí vivem até aos nossos dias, jovens activistas da *Guarda de Ferro* como Aurelio Rauta e Jorge Uscatescu, o primeiro «un prolífico autor» de literatura política, o segundo «catedrático de rumano en la Universidad Complutense de Madrid», figuras com grande ascendente pessoal sobre o líder da ultradireita neofranquista, Blas Piñar, dirigente máximo da *Fuerza Nueva* (cf. CASALS, 1998: 63-66).

A Espanha de Franco acolhe, durante algum tempo, Ante Pavelitch e o general *ustasha* Luburitch (cf. RODRÍGUEZ, 1997: 399¹³). O *Poglavnik*, depois de conseguir fugir aos *partizans*, na direcção da Áustria, conseguira passar para a Itália, onde beneficiará da empenhada protecção da Igreja católica, e em especial do próprio Pio XII, assegurando-se posteriormente, depois da passagem por Espanha, um exílio *dourado* na Argentina.

Lisboa é, evidentemente, um dos pontos de apoio, e sobretudo, de partida para a travessia do Atlântico Sul. Salazar «resiste às pressões [aliadas], e só depois da queda de Berlim vem a congelar os bens e as contas alemãs, numa altura em que [os alemães] já concluíram a operação de transferências para testas de ferro» portugueses. Em Junho de 1945, «os americanos já constatarem indignados que firmas e alemães residentes em Portugal podem movimentar livremente as suas contas, mesmo nos casos em que têm residência fixa» (cf. TELÓ, 1991: 249-52). Pelo seu lado, o Estoril, nos arredores da capital portuguesa, serviu a partir de 1945 de refúgio mais ou menos *dourado* para aquele que em 1920 se autoproclamara *Regente* de um Reino da Hungria sem *rei*, e que, como se orgulhava a propaganda do seu regime, fora o primeiro aliado do Eixo, logo em 1937. Efectivamente, Miklós Horthy, uma vez posto em liberdade na Alemanha, foi acolhido até à sua morte (1957) pelo Portugal de Salazar, país onde aproveitou para escrever «tranquilamente umas memórias¹⁴ em que tenta apresentar-se como

¹² Referências a este «Gobierno "nacional"» no artigo «Alemania representa hoy el papel que correspondió a Inglaterra de albergar a los políticos de gobiernos que huyen de sus patria», in *Mundo*, nº 238 (26/11/1944), Madrid, pp. 508-11. Horia Sima morreu em Madrid em 1993.

¹³ Rodríguez acrescenta que «Pavelic instaló una imprenta en Valencia que editaba propaganda anticomunista y antisemita».

¹⁴ (1955). *Memorias*. Trad. esp.. Barcelona: AHR.

estadista independente, traído por Hitler e protector dos judeus» (MENDES, VIANA, 1994). Também no Estoril encontrarão poiso os Sabóias depois de perdido pelos monárquicos, em 1946, o referendo sobre a forma constitucional da Democracia italiana.

Léon Degrelle (1906-1994) constituiria um caso especial no contexto dos refugiados prtotejidos por Franco. Liderara nos anos '30 o movimento catofascista belga *Christus Rex* (mais comumente conhecido pela última palavra) a partir de uma editora da Acção Católica belga com o mesmo nome. Protagonista máximo do colaboracionismo belga, voluntário na divisão *Wallonnie* das *Waffen-S.S.*, escapa para Espanha em Maio de 1945 e «se nacionalizó español con el nombre de José León Ramírez Reina y estableció en nuestro país su residencia permanente, eludiendo las peticiones de extradición del gobierno belga así como varios intentos de secuestro». Além da sua actividade no campo dos serviços de informação, a que fez referência Pierre Milza, Degrelle, cujo «estatuto de refugiado político [le obrigaba] a mantenerse retirado de la política activa, durante los años setenta y ochenta no dejó de participar en numerosos actos públicos promovidos por formaciones de extrema derecha, convirtiéndose en una figura aclamada en estos ámbitos», tendo produzido «declaraciones a los medios de comunicación en las que no evitó la apología del nazismo y que le valieron procesos judiciales» (CASALS, 1998: 84)¹⁵. É Serrano Suñer, afastado da vida políticoinstitucional do Estado franquista, que organiza com o conde de Mayalde¹⁶, e contando com a tolerância secreta de Franco e do seu Governo, a fuga de Degrelle do hospital militar de San Sebastian onde o oficial das S.S. havia sido internado depois de uma aventureira aterragem junto à costa, no momento em que chega a Espanha em 1945. É graças a esta rede de influências e solidariedades que Degrelle, sob nome espanhol, se instala numa aldeia da província de Sevilha, enquanto o Governo espanhol garantia que estaria algures na América (cf. SAÑA, 1982: 305-08). Nunca foi extraditado para a Bélgica e morreu em Espanha. Foi criada uma *Asociación de Amigos de Léon Degrelle*, liderada por José Luis Jerez Riesco.

Entre os colaboradores da Alemanha nazi, e aparte os casos de Degrelle e do holandês Auke Pattist¹⁷, um número entre dois e cinco mil pétainistas terão sido os «"Refugiados de la Liberación"» (na expressão do embaixador pétainista François Piétri) que, fugindo para Espanha, procuraram escapar

¹⁵ Degrelle publicou em Espanha obras negacionistas como (1979). *Carta al Papa sobre los "millones" de judíos "gaseados" por Hitler en Auschwitz*. Barcelona: Ediciones Nothung (da qual se publicaram três edições até 1988); além de (1975). *Memorias de un fascista*. 3ª ed.. Barcelona: Ediciones Bau; (com J.-M. CHARLIER) (1986). *Léon Degrelle. Firma y rúbrica*. Madrid: Dyrsa; e [1992?]. *El Dr. Leuchter y el fascinante Hitler*. Barcelona: Librería Europa. Em 1954, publicou *Almas ardiendo. Notas de paz, de guerra y de exilio*. Madrid: Editorial Hoja de Roble, livro que contou com, pelo menos, cinco edições em Espanha (cf. CASALS, 1998: 84) e que foi traduzido e prologado por uma das figuras intelectuais de maior prestígio na Espanha franquista e pósfranquista, o médico Gregorio Marañón.

¹⁶ José Finat de nome civil, Director General de Seguridad em 1939-40, embaixador em Berlim no período em que Serrano Suñer dirige a política externa (1940-42), Alcalde de Madrid em 1952-65. Curiosamente, como Serrano, fora jovem deputado da C.E.D.A. durante o período republicano.

¹⁷ Cf. www.axt.org.uk/antisem/archive/archive1/spain/spain.htm: 2.

da depuração de responsabilidades no pós-guerra, e cuja «estancia (...) varia de algumas semanas a varios años para los más culpables» (SÉGUÉLA, 1994: 311). Pierre Laval, já o sabemos, terá sido o caso mais notório, não apenas por ser o número dois do regime colaboracionista francês, mas também por ter sido o único que o Governo de Franco não se empenhou em proteger¹⁸. Mas, além dele, a Espanha de Franco acolhe sem reservas exministros de Pétain, o último responsável pela política antisemita, dirigentes da *Légion des volontaires français contre le bolchevisme* e da *Milice Nationale...* (cf. GALLO, 1969: 191). Nos anos '60, milhares de *pieds noirs* fugidos da Argélia, tomada independente em 1962, estabelecem-se em Espanha, «especialmente en Alicante y en el litoral catalán»; muitos, certamente, tinham até a origem espanhola que permitira ao regime de Franco reivindicar, nos anos da *tentação espanhola*, a soberania do Oranesado argelino (cf. CASALS, 1998: 193)¹⁹. É também o exministro Serrano Suñer a empenhar-se particularmente no acompanhamento e na defesa do general Raoul Salan, um dos conspiradores militares franceses que, na direcção da *Organisation de l'Armée Secrète* (O.A.S.), programou uma série de atentados contra De Gaulle em oposição às negociações que conduziriam à independência da Argélia, encontrando refúgio e base de operações em Espanha durante largos meses a partir de Outubro de 1960. Serrano, o homem das reivindicações franquistas contra a França no Norte de África, e na Argélia em particular, reúne um grupo de figuras ligadas ao regime, gente que «nos preocupamos tanto por la Argelia francesa (...) porque estaba extendida en Europa la idea de que su presencia en África era condición de su seguridad» (Serrano, in SAÑA, 1982: 340), conduz Salan de esconderijo em esconderijo, iludindo a vigilância policial espanhola e francesa. Portugal serviria também de refúgio, incluída a evidente protecção oficiosa, para exmilitares da Argélia francesa que haviam conhecido e orientado militares portugueses que haviam estudado a repressão antinacionalista nos anos '50. Entre eles, outro dos activistas da O.A.S., Jean Bletière, que se envolveria em operações de tráfico de armas para a ultradireita separatista açoriana em 1975²⁰.

A Espanha esteve também para ser território de refúgio para a família dos dirigentes máximos do Fascismo italiano, primeiro logo no Verão de 1943, no mês e meio em que Mussolini permaneceu preso no Gran Sasso por ordem do Governo de Badoglio, período durante o qual a filha do *Duce* casada com Ciano (posteriormente mandado executar pelo Governo de Salò) sondou o embaixador franquista Fernández Cuesta sobre «la posibilidad de salir con sus chicos para España (...) y quizás también, más adelante, su marido el Conde Ciano», abrindo-se a eventualidade de o mesmo fazer «la familia de Mussolini»²¹; depois, numa segunda fase, já com Mussolini à frente da *Repubblica Sociale*, o

¹⁸ Cf. subcapítulo 9.3.

¹⁹ O autor cita algumas fontes jornalísticas dos anos '80, nas quais se falam em três mil *pieds noirs* só nas províncias catalãs.

²⁰ Cf. Nuno Costa SANTOS, «Um país desfeito no mar», in *Grande Reportagem*, Setembro de 2002, Lisboa, pp. 77-89.

²¹ Carta de Fernández Cuesta a Jordana, 1/8/1943, in A.M.A.E., R. 1180/5.

próprio *Duce* tentara organizar a fuga para Espanha das irmãs Petacci (com uma das quais, Clara, mantinha uma relação amorosa), esperando o cônsul espanhol em Milão que com ele se entrevistara que «cualquier día me [pedirán] visados para España (...) incluso la familia del Duce»²². Se a malograda Claretta, a favorita de Mussolini, acabaria por não fugir para Espanha, já uma irmã sua beneficiou da disponibilidade manifestada meses antes pelo exdelfim de Franco, Serrano Suñer, em «serle útil [- a Mussolini -] en su tarea, así como a sus amigos y colaboradores». Serrano reiteraria então ao *Duce* que «para mí es un honor atender cualquier deseo de tan grande amigo de mi patria como vos habéis sido. Y hoy, como ayer, quiero servir limpia y caballerosamente esta amistad» (Serrano²³, transcrito in TUSELL, GARCÍA, 1985: 266 e 269). Para Espanha, e com a ajuda directa das embaixadas franquistas em Roma, escapam à justiça italiana os generais Roatta, um dos mais sanguinários comandantes das tropas de ocupação italianas na Jugoslávia, e Gambará (cf. RODRÍGUEZ, 1997: 398). Depois de alguns dos dirigentes ou dos *factotum* da *R.S.I.*²⁴ se juntarem em Espanha a tantos outros exdirigentes da *Nova Ordem*, os últimos anos da ditadura franquista permitirão ainda que o país sirva de refúgio para neofascistas italianos, procurados pela justiça do seu país por envolvimento no chamado *terrorismo negro*²⁵ ou a uma heteróclita representação da elite empresarial e terratenente portuguesa que, conjuntamente com uma boa parte dos cargos políticos e dos agentes da polícia política salazarista, para lá escapam poucos meses depois do 25 de Abril, quando a queda do regime evolui para um processo revolucionário em Portugal. É em Espanha que conspiram vários grupos de involucionistas, preparados, quer em Setembro de 1974, como em Março de 1975, como ainda em Novembro de 1975, para lançar operações armadas contra as autoridades provisoriamente instaladas no poder em Portugal²⁶.

Se recuperássemos as palavras de Salazar, só a «dementada» Europa de 1945 não entenderia as razões pelas quais a Península se transformara assim de novo num território de refúgio. Com a pequena particularidade de praticamente todos quanto se acolheram nos primeiros anos do pós-guerra serem procurados por uma nova e arrepiante tipologia de crimes contra a Humanidade. A partir dos anos '60, os novos refugiados das variadíssimas ultradireitas europeias que aportavam às fronteiras portuguesas e espanholas conheciam já o crédito de 15-25 anos de *lealdade* que haviam demonstrado os

²² Carta de Fernando Canthal (cônsul em Milão) a Jordana, 8/7/1944, in A.M.A.E., R. 2193/25.

²³ Cartas a Mussolini, datadas de 30/5 e 24/9/1944.

²⁴ Tusell e García acreditam que «Franco mismo puede haber dado instrucciones, quizá a través de Suiza, para que pudieran llegar a la Península, a pesar de su enorme cautela que le llevaba a olvidar un pasado de identificación estrecha» (1985: 270).

²⁵ Cf. a propósito Mariano SÁNCHEZ SOLER (1993). *Los hijos del 20-N. Historia violenta del fascismo español*. Madrid: Temas de Hoy.

²⁶ Cf. Josep SÁNCHEZ CERVELLÓ (1992). «A contra-revolução no PREC (1974-75)», in João MEDINA (dir.). *História de Portugal*, vol. XIV. Lisboa: Ediclube, pp. 133-41; e Luis M. GONZÁLEZ-MATA (1978). *Terrorismo internacional*. Barcelona: Argos-Vergara.

dois regimes para com estas personagens.

Este capítulo de conclusões não poderia ficar completo sem me referir a um aspecto metodológico importante. Recordo Richard Breitman um curioso - e, se pensarmos bem, óbvio - comentário de Gerhard Weinberg²⁷ sobre a forma como Winston Churchill produzia alguns dos seus discursos e mesmo comentários recolhidos na documentação política britânica. Dizia Weinberg que «Churchill esperava provavelmente escrever uma história da guerra (a sua história da Primeira Guerra Mundial já era conhecida) e é muito possível que tenha ajustado alguns comentários que fez durante o seu mandato como primeiro-ministro para que constassem na história». De resto, «era ainda um político activo quando escreveu a sua história da Segunda Guerra Mundial e, na altura em que o último volume apareceu, era de novo primeiro-ministro» (BREITMAN, 2001: 349).

Ora antes e durante a própria guerra, Salazar encarregava-se pessoalmente da compilação dos seus *Discursos e notas políticas*; ao longo deste trabalho citei múltiplas vezes os 2º e 3º volumes que se publicaram, com reveladores prefácios do autor (especialmente do 3º volume), em 1938 e 1943, cobrindo os anos 1935-43. No mesmo ano, Franco publicava uma selecção de discursos e entrevistas que cobriam o período Abril de 1937 - Dezembro de 1942. Em ambos os casos, estamos perante operações explícitas de fixação de imagens, discursos e doutrina que constituiriam a matéria da construção da memória colectiva, e sobretudo da memória oficial do Estado, sobre eles e sobre o período. Essa era a intenção primeira da produção destes documentos. «As ideias destes discursos», escrevia o ditador português na fase em que se aproximava do fim do desenho da arquitectura de base do seu *Estado Novo*, «são geralmente conhecidas: posso mesmo dizer que não são minhas, mas da colectividade, ou porque as fui beber às profundezas da consciência nacional ou porque, correspondendo ao estado de espírito do País, este as adoptou e fez suas» (SALAZAR, 1935: xv-xvi). Salazar, o *arauto da Nação*, a voz através da qual falava o mais profundo de Portugal...

Pensemos que Salazar viveu as guerras de Espanha e a mundial entre os seus 47 e 56 anos, e Franco entre os 43 e os 52. Ambos tinham suficientes indícios de que poderiam permanecer no Poder (e tinham um mais do que intenso empenho em fazê-lo) por tempo suficiente para que no seio dos seus regimes se produzissem compilações documentais e narrativas históricas absolutamente controladas e direccionadas para contribuir para a maior glória de cada um deles. Estes eram, por outro lado, procedimentos que o catedrático de Coimbra e o militar golpista considerariam absolutamente lógicos - além de necessários. E que se vieram a organizar e a produzir a médio prazo. Salazar, esse, era tão consciente desses procedimentos que, num dos momentos de mais evidente irritação com o mais crítico e frontal dos seus colaboradores, Armindo Monteiro, o acusa a ele de «escrever para a História», denunciando com ironia o que lhe parecia ser «o seu [manifesto] intento de documentar e deixar registados os duros esforços que empregou para conduzir ao bom caminho um presidente do Conselho» -

²⁷ Cf. o seu (1995). *Germany, Hitler, and World War II: Essays in Modern German and World History*. Cambridge.

ou seja, o próprio Salazar - «que aí por 1940-1943 governava em Portugal e cuja política consciente ou inconsciente era quebrar a aliança inglesa, entregar-se nos braços da Alemanha e comprometer a integridade territorial do país, designadamente as colónias, sacrificando tudo ao seu mau humor e caprichos pessoais».

Ironia, mas magoada ironia: *touché* sentir-se-ia o catedrático de Direito que, preocupado, isso sem dúvida alguma, em contaminar com a sua marca e as suas teses os documentos que na época lhe fossem mais embaraçosos, optou por redigir a sua resposta a Monteiro nas entrelinhas do texto dactilografado pelo embaixador em Londres... Para ele, no dia em que «algum historiador, mais avisado e preparado, ler correctamente os acontecimentos», a conclusão a retirar não poderia ser outra senão a de «verificar que, além de se pretender repor a aliança [lusobritânica] em termos aceitáveis exactamente para lhe dar mais consistência e eficácia, este período é caracterizado pelos mais altos serviços prestados à Inglaterra (e mais poderiam ser se ela estivesse em condições de compreender a política portuguesa)». Agora (Verão de 1943) que a viragem política no plano estrito das relações internacionais se tomara inevitável para o Governo português, sujeito à pressão de uns aliados angloamericanos que, do domínio exclusivo de todo o continente africano, haviam cruzado com sucesso o Mediterrâneo e começado a retomada da Europa Ocidental através da Itália, o académico fixava normas metodológicas aos futuros historiadores do seu desempenho político: «Esse historiador deverá ter feito a distinção entre directrizes políticas gerais e os mil incidentes diários, mais ou menos vivos e desagradáveis, com uma potência a quem mais de um século (...) de absoluta subserviência da parte de Portugal quase deu direito de se julgar em situação de mandar aqui soberanamente» (M.N.E., 1985: anexo ao doc. nº 110²⁸).

Neste terreno da valorização do discurso escrito, dos elementos documentais com os quais podemos tecer a História do Salazarismo, já fui pessoalmente confrontado, em momentos de divulgação pública de teses que defendo neste trabalho, com a incredulidade de alguns dos meus interlocutores face a textos, expressões, documentos que cito como sendo da autoria de Salazar e de altos funcionários do seu regime. As teses veiculadas naqueles elementos documentais pareciam, àquelas pessoas, tão contraditórias com a versão de um Salazar e de um Salazarismo *razoável* durante o furor nazifascista que percorreu a guerra mundial (a neutralidade, os refugiados judeus, a colaboração com os angloamericanos para conservar a não beligerância espanhola, acima de tudo a manutenção da Aliança Lusobritânica), que elas tendem a tomar semelhantes documentos, expressões ou textos, como objectos marginais ou, pura e simplesmente, como *reconstruções* da minha interpretação - por outras palavras, como objectos *impossíveis*. Porque é que menciono este aspecto nesta passagem do texto? Porque o ponto de partida é quase sempre o mesmo e parece contaminar toda e qualquer manifestação do comportamento oficial português da altura: a Aliança com a Grã Bretanha, sendo mantida, é a prova do desinteresse de Salazar em qualquer convergência séria com a *Nova Ordem eurofascista*, mesmo que esta seja descrita no plano dos princípios ideológicos e da mundivisão. Parte-se portanto do plano da

²⁸ Despacho de Salazar sobre a carta que lhe Monteiro lhe enviara a 1/7/1943, 12/7/1943.

vontade salazarista de convergir *positivamente* com Londres. Se esse não chegasse para negar qualquer veleidade *eurofascista*, há sempre a possibilidade de avançar com a vertente *negativa* da tese: se o Governo português colaborou a contragosto com Londres, a verdade é que essa colaboração foi suficiente para impedir aquelas veleidades. Num segundo nível de resistência à admissão dos elementos estruturais que permitem uma leitura ideológica *eurofascista* do Salazarismo, aqueles que a recusam puxam de um último argumento: os angloamericanos, ou pelo menos os britânicos, não o viam assim; e a opinião deles, em guerra com as potências fascistas, devem ser tomados como uma referência obrigatória, decisiva, numa avaliação desta natureza. O mesmo argumento, diga-se de passagem, é usado identicamente para o Franquismo, que não podia, esse não, invocar *a posteriori* uma aliança com alguma das potências aliadas.

A tal ponto me parece relevante esta última lógica de avaliação da realidade - atribuir a agentes políticos (o Governo britânico, a Administração norte-americana) directamente envolvidos nos acontecimentos históricos uma capacidade *científica*, praticamente *historiográfica*, de análise da realidade de que eles próprios eram uma parte interessada -, que cheguei a considerar a possibilidade, numa fase inicial de preparação da investigação que agora concluo, de estudar o peso atribuído à opinião de diplomatas, funcionários e especialistas angloamericanos na configuração dos trabalhos historiográficos e politológicos produzidos em Portugal e em Espanha sobre este período e esta temática.

Esta especial reverência face à opinião britânica poderia até interpretar-se como uma demonstração actual de como se mantém viva a tese que vê uma *tradição* histórica, politicamente descrita como *patriótica*, nos laços entre Portugal e a Grã Bretanha, ampliados, desde 1944 (concessão de bases militares nos Açores) ou 1949 (adesão à O.T.A.N.), aos laços com os Estados Unidos da América. Viva e maioritária nas elites políticas portuguesas desde sempre; nem o período revolucionário de 1974-76 introduziu alterações substanciais, formalmente, pelo menos, nesses laços.²⁹ Primeiro as forças da oposição não comunista, durante a guerra, depois dela a própria propaganda salazarista, por fim, uma espécie de senso comum, têm descrito em Portugal a Grã Bretanha da guerra mundial como esse actor internacional que, numa visão que tem o seu quê de romântico e que omite várias ambiguidades, se apresenta como sendo o único a permanecer na luta contra a Alemanha nazi desde o primeiro até ao último dia de guerra, e que teria que ceder o seu posto de cabeça política do Ocidente ao seu aliado transatlântico depois de um esforço sobrehumano em nome da liberdade da Europa... Atrás, ou pelo menos ao lado de semelhante *aliado*, o Portugal de Salazar ter-se-ia mantido neutro entre 1939 e 1943 com o pleno acordo de Londres, e teria colaborado generosamente em 1943-45 a partir do momento em que, substancialmente afastado o perigo iminente de uma invasão alemã, pôde demonstrar com mais

²⁹ No momento (meados de Março de 2003) em que revejo este capítulo de conclusões aproxima-se a intervenção militar norte-americana no Iraque, que conta, desde que foi anunciada como possibilidade, com o apoio incondicional dos Governos português e espanhol, num grupo minoritário na União Europeia de que fazem parte os seus congéneres britânico e, secundariamente, italiano. Na linguagem que Durão Barroso tem utilizado publicamente, figuram permanentemente a equação *tradição + responsabilidade + patriotismo = apoio ao Governo dos E.U.A.*

à vontade (e até com mais sinceridade, diriam) os seus sentimentos para com a Grã Bretanha.

Quem partilha semelhante visão da relação entre o Governo português e o Governo britânico não pode aceitar que em algum momento Salazar tivesse pensado em aderir a uma *Comunidade Europeia* pilotada a partir de Berlim; que concebesse a coerência entre vários dos aspectos da *Ordem Nova* portuguesa e da *Nova Ordem* que os fascistas alemães e italianos diziam querer para a Europa ou até para a *Euroáfrica*; e não podem senão desvalorizar até ao seu mais ínfimo significado os inegáveis elogios ao Pétainismo enquanto coveiro de uma França laicista e democrática, mas também enquanto repressor da Resistência *terrorista* e colaborador *razoável* da Alemanha nazi; e desvalorizar, quase como capricho, um discurso antiamericano que tinha tudo de semelhante àquele que se praticava em Roma e em Berlim; e interpretar como aceitáveis as esperanças que em Lisboa se alimentavam de que a incorporação no *Reich* dos territórios europeus da União Soviética pudesse (perdão: devesse!) significar a paz no continente, conseguida graças à *solução da crise ocidental* e, acima de tudo, ao *extermínio do Comunismo*. Os mesmos que assim pensam não têm mais remédio senão omitir, esquecer, que Salazar pedira em 1940 ao Governo britânico que aceitasse os triunfos nazis na Polónia, na Escandinávia e sobre a França, a Bélgica e a Holanda; que achara ser Churchill o mais refinado dos belicistas por se ter recusado a fazer a paz com Hitler quando este invadira a U.R.S.S., ou até mesmo subserviente perante Moscovo por ter oferecido uma aliança ao *chacal* Stalin...

Tende-se, assim, a desvalorizar uma leitura que nos permite dizer que, enquanto o Império Britânico permanecesse suficientemente operacional, condicionando em todos os quadrantes geográficos a soberania portuguesa - e esse foi o caso durante toda a guerra -, o Governo de Lisboa manter-se-ia dentro dos limites da Aliança e do pragmatismo que lhe diziam ser possível desenvolver e potenciar a relação com a Alemanha dominante no continente, e conservar a não hostilidade britânica e, logo a partir de 1944, norteamericana. Nada disto impedia, contudo, que Salazar mantivesse preconceitos claramente negativos e, mais importante, fizesse uma leitura da presença britânica no mundo e na guerra profundamente crítica.

«Sabemos que facilmente se absolvem ou esquecem os pecados das grandes potências (...). O ultimato inglês [de 1890] e as negociações anglo-alemãs acerca das colónias portuguesas, isto é, a brutalidade e a perfídia, tenho para mim que ficaram a envenenar por dezenas e dezenas de anos a amizade luso-britânica»,

escrevia ele em Setembro de 1941. Para ser mais claro ainda, «a nossa aliança é puramente defensiva e a Inglaterra é nesta guerra o agressor». Ora, «não estão directamente em jogo nesta guerra interesses portugueses, mas só e na primeira linha interesses britânicos» (M.N.E., 1974: doc. nº 2333³⁰), o que não pretendia senão dizer que não esperassem os britânicos, nem os partidários portugueses do reforço da Aliança, alguma complacência por parte dele.

Ao contrário do relativo à Alemanha, à Itália, aos vários produtos concretos da *Nova Ordem* e aos próprios Estados Unidos e U.R.S.S., não se fez, ao longo deste trabalho que agora concluo,

³⁰ Ofício de Salazar a Monteiro, 30/9/1941.

uma análise nem dos relacionamentos oficiais lusobritânico e hispanobritânico, nem sequer das percepções salazarista e franquista dos britânicos e da Grã Bretanha. Ao contrário do que pensarão muitos, não me parece imprescindível fazê-lo sempre que se analisa o relacionamento e a percepção com e de outros actores da cena mundial. Não seria difícil, contudo, e só quanto ao caso mais complexo, o salazarista, encontrar dezenas de referências negativas, por exemplo, ao «feito comercial dos ingleses» (M.N.E., 1974: doc. nº 2366³¹), à sua «arrogância» política e cultural, ou, como exemplifiquei acima, à sua «perfídia» face a um aliado débil. A tese do Salazarismo *razoável e leal* à Aliança tende a desvalorizar o profundo incómodo e a evidente irritação que aquele sentia face à política britânica, às pressões britânicas, às bandeiras e aos valores ideológicos que o Governo britânico levantou durante a guerra, mesmo no período anterior à aliança anglosoviética. No melhor dos casos, admite-os como *caprichos* pessoais do ditador, momentos em que a *emoção* supera a *razão*.

E contudo Salazar fora frequentemente claro na forma como (re)explicava o posicionamento português na Aliança:

«Não fomos ouvidos acerca da guerra. Não estivemos nos caminhos por onde se desenvolveram os sucessos que levaram à catástrofe, nem sobre as ideias ou os factos que a provocaram fomos alguma vez consultados. Foi-nos mesmo escondido o verdadeiro estado do rearmamento britânico. (...) Temos dúvidas acerca da guerra e acerca da paz. O imenso atraso do rearmamento inglês e americano não tem sido vencido pelo esforço titânico dos anos de guerra. Tomando a dianteira, o inimigo apoderou-se de quase toda a Europa e pô-la a trabalhar em seu proveito. (...) A Inglaterra, impossível de bater nos mares; a Alemanha, parece impossível de bater em terra» (M.N.E., 1974: doc. nº 2247³²).

Escuso, evidentemente, de reiterar as demais deduções que, em períodos como o de este auge do poderio alemão e do impulso na construção da *Nova Ordem*, Salazar retirou desta conjuntura. Perante o seu já analisado discurso de Junho de 1942³³, particularmente ofensivo para com o modelo político que os Aliados angloamericanos representavam, Sir William Strang, o *Acting Assistant Under-Secretary of State* desde o início da guerra, deduz que Salazar «may be taking a path which if persisted in», desde logo «may be the first step towards the destruction of the Anglo-Portuguese alliance» e, necessariamente, «the disappearance of the Portuguese Empire»³⁴. Quanto a esta última consequência, saibamo-lo bem, nem salazaristas, nem Governo de Londres tinham dúvidas; tentemos perceber então as consequências que daqui resultaram.

A verdade é que em Setembro de 1942, Armindo Monteiro, que dizia «[apoiar] a minha opinião em factos que me aconteceram e em muitos que vieram ao meu conhecimento durante a minha última passagem por Portugal, em Lisboa e noutras terras», não tinha dúvidas de que as «classes altas» e

³¹ Carta de Salazar a Monteiro, 7/10/1941.

³² Ofício de Salazar a Monteiro, 31/8/1941.

³³ Cf. subcapítulo 7.1.

³⁴ Comentário (27/6/1942) a telegrama do embaixador Campbell ao *Foreign Office*, 26/6/1942, in P.R.O., FO 371/31114, C 6446/17/36.

«cultas» portuguesas estavam cheias de «apaixonados partidários da Alemanha», muitos dos quais denunciava frontalmente o embaixador, «o são apenas por suporem - embora erradamente - que a sua atitude agrada ao Governo». Não era um dirigente oposicionista que o denunciava: era uma das figuras de referência da primeira geração da ditadura. Pelo contrário, «não [era assim] entre o povo». Para o exministro, que nunca regressará, justamente, a qualquer cargo governamental uma vez demitido da Embaixada em Londres, «a impotência da massa das classes cultas para interpretar o interesse e o sentimento da Nação foi sempre triste sina nossa, nas grandes crises» - o que não deixa de ser uma reflexão de sociologia histórica surpreendente num autoritário. Reconhecendo ser «certo que muitos dos aliadófilos violentos que se nos deparam no nosso país tiram a maior força da sua paixão do ódio que têm à presente situação política», Monteiro alertava o ditador que estes, «na sua defesa da aliança [lusobritânica] e do cumprimento das obrigações que ela implica - na paz, na neutralidade, na guerra (...) estão dentro da linha dos interesses permanentes da Nação. São estes», em conclusão, «que nos importam: se a eles nos ligarmos tiraremos toda a força de oposição aos nossos adversários internos - pois que os obrigaremos a aclamar a própria política do Governo. Numa crise como esta, a única esperança de unidade reside na fiel interpretação do sentimento geral - mesmo quando este não ousar afirmar-se abertamente» (ROSAS, *et alii*, 1996: doc. 54³⁵).

Nada disto seria suficientemente convincente para Salazar - pelo menos até 1943, quando demite Monteiro por causa desta mesma avaliação da realidade, ou então até 1944, quando a viragem próaliada já não sofre dúvidas na política concreta seguida para com os imperantes angloamericanos e os alemães que batiam em retirada em todas as frentes. Enquanto a guerra, na sua estrita dimensão de conflito bélico, não tomou uma feição reconhecida e irreversivelmente favorável aos Aliados, entendeu que nada havia que ceder *precipitadamente* ao aliado britânico; nem nenhum «interesse permanente», nem nenhuma «fiel interpretação do sentimento geral».

Numa atabalhoada justificação da sua tese de que «forçoso é concluir que o regime salazarista, apesar do seu extenso e minucioso autoritarismo, nada teve, na essência, de totalitário», justamente, diz Manuel de Lucena, porque, «em definitivo, o totalitarismo e o autoritarismo mutuamente se excluem» - vá-se lá saber porquê... -, o investigador admite que a ditadura portuguesa teve «albergando subalternas tendências totalitárias», ou que, «em matéria de métodos propagandísticos e policiais, algo [tinha] aprendido com países totalitários», ou até que, «enfim, partidários seus [desejaram] a vitória da Alemanha nazi na 2ª guerra mundial» (LUCENA, 2000a: 522). Reconheçamos que o argumento, apresentado nesta sequência, é francamente absurdo. Se se supõe que para caracterizar como *totalitário* o Salazarismo seria necessário encontrar a generalidade dos salazaristas a «desejar a vitória da Alemanha», não sendo suficiente, por exemplo, que existisse uma comunidade ideológica ou uma partilha de valores estruturais com o regime alemão, por exemplo, dever-se-á deduzir que o Salazarismo deverá ser descrito como *democrático* se se estabelecesse, como garantem que é possível os estudiosos desta

³⁵ Ofício de Monteiro a Salazar, 6/9/1942.

tendência, que a maioria dos salazaristas terão desejado, com Amindo Monteiro, a vitória dos angloamericanos?

São raciocínios desta natureza que permitem a Lucena escrever que «poder-se-á inclusivamente pretender que Salazar a partir de 1934 (ano do ataque aos camisas azuis³⁶) entrou na ordem de um peculiar anti-fascismo», que se prosseguiria «na luta contra a influência italo-alemã na Península Ibérica e para que a Espanha não se juntasse ao Eixo» (LUCENA, 2000: 309), tese que aliás formulou publicamente, antes de Lucena, o exministro salazarista, José Hermano Saraiva, nos 25 anos de democracia portuguesa, comemorados em 1999.

Estaremos sempre confrontados com visões e explicações destas duas ditaduras que as atiram ou para o campo que a maioria das pessoas percebe hoje ser o da *excepcionalidade* histórica ou societal, ou, pelo contrário, para um campo que será descrito por muitos em termos de *normalidade* histórica; estas duas expressões, em todo o caso inaceitáveis do ponto de vista teórico, poderiam ser uma tradução da discussão em torno da interpretação da História contemporânea alemã como *Sonderweg* (remetido para o campo da excepção) ou como reprodução de um modelo ocidental corrente (integrado no campo da norma). O significado social e político destas explicações já o tentei traduzir no cap. 2 e em passagens anteriores deste mesmo capítulo final; superam evidentemente o âmbito restrito do historiográfico. Posso, contudo, reinterpretar, a essa luz, algumas ideias centradas na relação dos Estados autoritários ibéricos com a violência.

Assim, todas as teses que sustentam que o Franquismo não foi antisemita porque não publicou no Boletín Oficial del Estado legislação idêntica à nazi, à mussoliniana ou à pétainista, só conseguirão espaço argumentativo suficiente enquanto se hipertrofiar o conceito de violência de Estado ao nível da praticada no Holocausto ou pelo sistema estalinista e se fingir não ver o grau terrorífico da repressão que nos anos 1936-45 sofreram milhões de espanhóis declarados como *vencidos*, não tanto pela História, mas pelo Estado. Da mesma forma, todas as versões de um Salazarismo respeitador dos limites da *moral* e do *Direito*, francamente empenhado em economizar a violência, mais até por princípios de uma *ética cristã* e por uma *brandura de costumes* que por um cálculo político, continuarão a ter direitos de cidadania teórica, mediática e institucional enquanto a investigação e a opinião pública não se defrontarem com honestidade com o incómodo, porque sinistro e brutal, legado moral e ético da Guerra Colonial de 1961-74, mas também com os procedimentos descaradamente classistas com que as forças da repressão discriminaram o opositor oriundo dos meios populares do subúrbio industrial e do interior rural, face àquele outro de origem social média e alta, oriundo da burguesia urbana, que produziu muito mais objectos e discursos para a memória colectiva que o anterior.

Não nos esqueçamos nunca que a discussão em torno do significado moral e ético da atribuição do adjetivo *fascista* às ditaduras ibéricas até 1945 não é uma discussão simplesmente

³⁶ Membros do Movimento Nacional Sindicalista, dirigido por Rolão Preto, criado em 1932 e dissolvido em 1934, boa parte do qual cooptado para as fileiras do regime, em paralelo com muitas das suas propostas ideológicas (cf. PINTO, 1994).

académica, ou recente, nem sequer substancialmente posterior ao final da guerra e à derrota do nazifascismo. Logo em 1946, Franco queixava-se de que «intentan presentarnos ante el mundo como nazifascistas y antidemócratas». Num assomo de frontalidade, o *Caudillo* admitia que «si un día pudo no importarnos la confusión por el prestigio de que gozaban las naciones de esta clase de régimen ante el Mundo», mas fazia uma avaliação política que lhe dizia que assim não podia ser «hoy, cuando se han arrojado sobre los vencidos tantos baldones de crueldad y de ignominia».

Para ele, «es de justicia el destacar las muy distintas características de nuestro Estado». E não nos pode surpreender que citasse, a começar, «el abismo y diferencia mayor entre nuestro sistema y el nazifascista es la característica de católico del Régimen que hoy preside los destinos de España». Contudo, só com um enorme descaramento, permitido por uma relativamente eficaz política de manipulação radical da documentação, podia o ditador espanhol sustentar que «ni racismo, ni persecuciones religiosas, ni violencias sobre las conciencias, ni imperialismo sobre sus vecinos, ni la menor sombra de crueldad tienen cabida bajo el sentido espiritual y católico que preside toda nuestra vida». E Franco ia mais longe ainda ao dizer que «precisamente por esta característica (...), España condena, más que ningún otro pueblo, los excesos y crímenes con los que hoy se pretende caracterizar lo nazifascista», sem deixar de acrescentar aquilo que anos depois constituiria o cimento argumentativo da Guerra Fria: aqueles «excesos y crímenes» «desgraciadamente [rebasan] las fronteras de lo nazi para practicarse tanto o más bajo en los sistemas comunistas». Ora, «una cosa es que el español condene en todo su alcance los crímenes de los campos de judíos y de prisioneros de Europa que hoy se exteriorizan, y otra es que el español se preste a darle lanzadas a los muertos» (Franco, transcrito in SABÍN, 1997: 36-37³⁷).

Estava, por então, concluída a operação de reescrita imediata, e evidentemente impositiva, da História recente. Salazar fizera-o um ano antes, rigorosamente no fim da guerra na Europa. «Goza-se hoje em Portugal de mais liberdade que anteriormente», dizia ele, e ensinava a dizer, aos deputados da Assembleia Nacional dez dias depois da rendição incondicional da Alemanha nazi. «Pode aqui e além, por desconhecimento ou deturpação dos factos, erguer-se uma ou outra voz a acusar o nosso regime de ditadura opressiva do povo português, desviado pela força da sua normalidade política. Esses estão confundidos; não vivemos em ditadura». Pelo contrário, «antes de nós» - quase um *nós* majestático - «e por dezenas de anos (...) as ditaduras foram a forma corrente da vida política, e vimo-las alternar-se ou suceder-se quase ininterruptamente, sob formas diversas: a ditadura dos governos - sempre a melhor; a dos partidos - a mais irresponsável; a da rua - a mais turbulenta e trágica. Esses estão confundidos e esquecem que a Constituição foi sancionada por plebiscito popular», que Salazar achava «nem melhor nem pior que todos os outros». Por fim, «esses esquecem-se que não temos deportados por delitos políticos, nem exilados forçados da Pátria» (SALAZAR, 1951: 118-19³⁸), o que era a mais

³⁷ Discurso perante as Cortes, 14/5/1946.

³⁸ Discurso de 18/5/1945.

extraordinária demonstração de deliberado *esquecimento* dos milhares de opositores políticos deportados por ordem do orador e ao abrigo de legislação de que ele fora o autor e que dera um significado completamente novo à «tradição» que o Estado português tinha no campo da deportação para as colónias de «agitadores» políticos desde o final do séc. XIX. Só naquela que o regime designava legalmente como a *Colónia Penal* do Tarrafal, na ilha de Santiago, em Cabo Verde, estariam naquele momento detidos 230 prisioneiros políticos, a maioria dos quais havia pelo menos nove anos - os nove anos que separavam os primeiros meses da guerra de Espanha da rendição alemã. O *Campo da Morte Lenta*, como seria conhecido entre os sobreviventes, fora criado em Abril de 1936³⁹, na precisa conjuntura temporal e política da bateria de medidas legais que correspondem à agudização da fascização do regime português. O decreto que lhe dera origem vinha na sequência de dois outros (de Dezembro de 1932 e de Novembro de 1933) que haviam previsto a criação numa «ilha das colónias» de uma «colónia penal» para os «condenados por crimes políticos»; em 1934, Salazar criaria, no seio da P.V.D.E., uma Secção de Presos Políticos e Sociais⁴⁰, à qual se acometeria a gestão das prisões políticas portuguesas, uma das quais o Tarrafal. Não admira que o ditador português procurasse, poucos meses depois das revelações sobre o universo concentracionário nazi, negar a existência de deportados da Metrópole para um universo cocentracionário à escala portuguesa, sobretudo do caso de um campo como o Tarrafal, onde o primeiro dos directores anunciaria, em 1936, aos primeiros deportados «que não tardariam a "cair como tordos" e que estavam ali para morrer», cujo terceiro director «[estagiara] em campos de concentração alemães e italianos», e onde, sobretudo, se praticava o mesmo método da «"morte natural"» seguido nos *Lager* alemães, só que, evidentemente, em escala incomparavelmente mais pequena⁴¹.

«Se a democracia pode ter, além do seu significado político, significado e alcance social, então os verdadeiros democratas somos nós», prosseguia Salazar, para quem «tal conclusão nem poderia ter o ar de desafio». Pragmatismo na autodefinição - o *Estado Novo* era, em 1945, a «verdadeira democracia» -, evidente construção de uma realidade simulada, virtual, que servisse de écran de projecção das autodefinições do regime. Este homem que agora falava de verdadeira *democracia* e que durante quinze anos reiteradamente a declarara morta, concluía: «Nada do que tenho presenciado e vivido» ao longo dos três anos anteriores (1942-45) «modificou a minha visão dos factos ou alterou a minha convicção». Que extraordinária autossuficiência! «Sou, pois, obrigado em consciência a manter-me fiel

³⁹ Pelo Decreto-Lei nº 26539, de 23/4/1936.

⁴⁰ Cf. o D.L. nº 24112, de 24/6/1934.

⁴¹ «Consistia na falta de condições de salubridade e higiene, na subnutrição, na quase inexistência de medicamentos, na recusa de assistência médica e na exposição deliberada ao *Anopheles*, o mosquito da malária (...). Acresciam o trabalho forçado, a tortura da "Frigideira" e os espancamentos. Praticamente uma condenação à morte, ainda que aleatória na escolha das vítimas». In José BARRETO (2000). «Tarrafal», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX (Suplemento P/Z). Porto: Figueirinhas, pp. 486-90. Encerrado temporariamente em 1954, o Tarrafal reabriria em 1966 para deter presos políticos africanos deportados das três colónias em guerra (Guiné, Angola e Moçambique).

àquelas directrizes» que fixara em 1942: o «tríplice signo da autoridade, do trabalho e da preocupação social»⁴². «Teimo em crer que são úteis à Nação Portuguesa, à sua paz e ao seu progresso, e é isso que acima de tudo me importa, me conduz e me inspira» (SALAZAR, 1951: 122⁴³).

Era o anúncio de que a derrota do nazifascismo e da *Nova Ordem* não alterara nada no empenho de Salazar: ficar. «Aguentar», como parece que lhe pedia, em nome do «Ocidente», Charles Maurras da prisão⁴⁴. Os portugueses teriam ainda mais 23 anos pela frente para saber o que isso significava.

⁴² Referência a discurso que foi analisado no subcapítulo 7.1 deste trabalho.

⁴³ Sublinhado no original.

⁴⁴ As exortações «Restez! Tenez!» constariam de uma carta que em 1951 Maurras, preso em Tours, envia a Salazar e que é transcrita in Henri MASSIS (1961). *Salazar face à face*. Paris/Genebra: La Palatine. O episódio é referido in MEDINA, 1977: 53-54,

GLOSSÁRIO¹

Auswaertiges Amt - Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão.
C.S.I.C. - Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Espanha).
D.G.P.E. - Dirección General de Política Exterior do M.A.E..
D.G.S. - Dirección General de Seguridad (Espanha).
F.F.I. - Forces Françaises de l'Intérieur.
F.E.T. y de las J.O.N.S. - Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista.
F.N.A.T. - Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (Portugal).
F.N.F.F. - Fundación Nacional Francisco Franco.
Foreign Office - Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico.
Gestapo - *Geheime Staatspolizei* (Policia Secreta do Estado).
I.E.P. - Instituto de Estudios Políticos (Espanha).
L.P. - Legião Portuguesa.
M.A.E. - Ministerio de Asuntos Exteriores (Espanha).
M.N.E. - Ministério dos Negócios Estrangeiros (Portugal).
M.P. - Mocidade Portuguesa (masculina).
N.D.H. - *Nezavisna Drzava Hrvatska* (Estado Independente Croata).
N.S.D.A.P. - *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nacionalsocialista dos Trabalhadores Alemães).
P.V.D.E. - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (Portugal).
R.E.P. - *Revista de Estudios Políticos*.
R.S.H.A. - *Reichssicherheitshauptamt* (Serviço Central de Segurança do Reich).
R.S.I. - *Repubblica Sociale Italiana*.
S.D. - *Sicherheitsdienst* (Divisão de Segurança).
S.S. - *Schutzstaffel* (Esquadrões de Protecção).
State Department - Ministério dos Negócios Estrangeiros norteamericano.
U.N. - União Nacional (Portugal).
Wehrmacht - Exército alemão.

FONTES DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS REFERIDAS

1. ARQUIVÍSTICAS

A.G.A. [Archivo General de Administración, Alcalá de Henares] - cotas fazem referência ao ministério de origem, o de Asuntos Exteriores (AE), e a número de processo.

A.M.A.E. [Archivo Histórico del Ministerio de Asuntos Exteriores, Madrid] - cotas fazem referência ao fundo R.[enovado] e a Legajo/Expediente.

A.M.N.E. [Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa] - cotas fazem referência a Piso/Armário/Maço.

A.P.G./J.E. [Archivo de Presidencia del Gobierno/Fondos de Jefatura del Estado, Madrid] - cotas fazem referência a Legajo/Carpeta.

N.A. [National Archives and Records Administration, College Park, Maryland] - cotas fazem referência ao Record Group (R.G.), ao departamento da Administração, concretamente o Department of State (DS), e ao número de «Box» e processo.

¹ Todos os organismos e entidades institucionais portuguesas e espanholas são designadas no seu nome original, sem itálico.

P.R.O. [Public Record Office, Kew, Surrey] - cotas fazem referência a código da «general correspondence, Political, from 1906», do Foreign Office (FO) e a número de processo.

2. DOCUMENTOS PUBLICADOS, PUBLICÍSTICA, MEMORIALÍSTICA

2.1 PORTUGUESES:

AMEAL, João (1932). *Panorama do Nacionalismo Português*. Lisboa: Edição de José Fernandes Júnior.

AMEAL, João (1934). *No limiar da Idade-Nova (Ensaio contemporâneos)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

AMEAL, João (1938). *Construção do Novo Estado*. Porto: Livraria Tavares Martins.

AMEAL, João (1940). *História de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins.

AMEAL, João (1940a). *Liberalismo*. («Conferência proferida na 1ª Semana Social Portuguesa, a 19 de Junho de 1940») Lisboa: s.ed..

AMEAL, João (1941). *Alocução aos Legionários*. («Palavras ditas na noite de 3 de Abril de 1941, durante a sessão nacionalista efectuada no Teatro Sá da Bandeira, do Porto») S.l.: Edição do «Boletim da Legião Portuguesa».

AMEAL, João (1941a). *Porque escrevi a «História de Portugal»*. Porto: Livraria Tavares Martins.

AMEAL, João (1942). *Rumo da Juventude*. S.l.: Editorial Acção.

AMEAL, João (1946). *Breve resumo da História de Portugal*. (Separata do livro «Portugal».) Lisboa: S.N.I..

CAETANO, Marcello (1941). *Problemas da Revolução Corporativa*. S.l.: Editorial Acção.

CAETANO, Marcello (1944). *Por amor da juventude*. Lisboa: s.ed..

CAETANO, Marcello (1985). *Minhas memórias de Salazar*. 3ª ed.. Lisboa: Verbo.

CASTRO, Augusto de (1940). *A Exposição do Mundo Português e o seu significado nacional*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

C.L.N.R.F. (org.) (1986). *Correspondência entre Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista.

C.L.N.R.F. (org.) (1988). *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar*, vol. I (1934-1950). Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista.

C.L.N.R.F. (org.). *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, 4 vols. [(1987): vol. I; (1989): vol. II; (1990): vol. III; (1991): vol. IV]. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista.

CORRÊA, A. A. Mendes (1940). *Congresso Nacional de Ciências da População. Discurso na sessão inaugural pelo presidente A. A. Mendes Corrêa*. Porto: s.ed..

CORRÊA, A. A. Mendes (1940a). *Factores degenerativos na população portuguesa e seu combate*. (Comunicação apresentada à 2ª Secção do Congresso Nacional de Ciências da População). Porto: s.ed..

CORRÊA, A. A. Mendes (1940b). «O mestiçamento nas colónias portuguesas», in COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS. *Congresso do Mundo Português*, XIV vol. («Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Colonial», Tomo I, I Secção). Lisboa: s.ed...

COSTA, Eduardo Freitas da (1942). *Testamento da Europa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

COSTA, José Manuel da (1942a). «El Estatuto portugués del Trabajo», in *Revista de Estudios Políticos*, nº 6 (Abril 1942), Madrid, pp. 251-73.

DIAS, J. S. da Silva (1945). *O problema da Europa*. Lisboa: Edições Gama.

FRANCO, Manuela; FEVEREIRO, Maria Isabel (coord., pesquisa e selecção documental) [2000]. *Vidas poupadas. A acção de três diplomatas portugueses na II Guerra Mundial. Exposição documental. Catálogo. Setembro 2000/Spared Lives. The Actions of Three Portuguese diplomats in World War II. Documentary Exhibition. Catalogue. September 2000*. Edição bilingue. Nota prévia de Jaime Gama; Introdução de Manuel Côrte-Real. S.I.: Ministério dos Negócios Estrangeiros/Instituto Diplomático.

GARNIER, Christine (s.d.). *Férias com Salazar*. [1ª ed. em Portugal: (1952). Lisboa: Parceria António Maria Pereira.] Lisboa: Fernando Pereira Editor.

Lumen. Revista de Cultura para o Clero. Lisboa. Desde o Fascículo 1 do Ano I (Janeiro de 1937) até ao Fascículo 12 do Ano IX (Dezembro de 1945).

MATTA, José Caeiro da (1937). *Ao serviço de Portugal*. Lisboa: s.ed..

MATTA, José Caeiro da (1951). *Ao serviço de Portugal*. Lisboa: s.ed..

MATTOSO, António G. (1944). *Erros de História. Resposta a um crítico*. Lisboa: Edição do Autor.

MELLO, Manuel Homem de (s.d.). *Eu vi morrer o III Reich*. Coordenação e comentários de João Aguiar. Lisboa: Vega.

MIRANDA, Jorge (1984). *As constituições portuguesas. De 1822 ao texto actual da Constituição*, 2ª ed.. Lisboa: Livraria Petrony.

M.N.E. (org.). *Dez anos de política externa (1936-1947) [ou (1936-1948) nos vols. XIII-XV] . A Nação portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, 15 vols. [(1961): vol. I; (1973): vol. II, 2ª ed.; (1964): vol. III; (1965): vol. IV; (1967): vol. V; (1970): vol. VI; (1971): vol. VII; (1973a): vol. VIII; (1974): vol. IX; (1974a): vol. X; (1985): vol. XII]. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros/Imprensa Nacional - Casa da Moeda [ou Imprensa Nacional de Lisboa].

MONCADA, Cabral de (1937). *O dever da hora presente*. [«Conferência realizada (...) em Coimbra, 10/12/1936, e (...) em Lisboa, a 18/12/1936»]. Coimbra: Editor Arménio Amado.

PACHECO, António Carneiro (1935). *O Retrato do Chefe* («Discurso pronunciado pelo Doutor Carneiro Pacheco na cidade da Covilhã em 7 de Julho de 1935»). Lisboa: União Nacional.

PACHECO, António Carneiro (1940). *Portugal renovado (Discursos)*. Lisboa: s.ed..

PEREIRA, Pedro Theotónio (1937). *A batalha do futuro: organização corporativa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

PEREIRA, Pedro Theotónio [1937a]. *O espírito da gente nova na Revolução Nacional* (Conferência realizada em Coimbra, 27/2/1937). Lisboa: Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência

Social.

PEREIRA, Pedro Theotónio (s.d.). *Nacionalismo português*. Coimbra: s.ed..

PIMENTA, Alfredo (1935). *Elementos de História de Portugal*, 2ª ed. [1ª ed.: 1934]. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

PIMENTA, Alfredo (1940). *Garantir o futuro*. («Artigos publicados no jornal A Voz nos dias 16, 21 e 30 de Março de 1940, visados pela Comissão de Censura»). Lisboa: s.ed..

PIMENTA, Alfredo (1941). *O Comunismo, inimigo nº 1*. Porto: Enciclopédia Portuguesa.

PIMENTA, Alfredo (1941a). *Contra o Comunismo*. Famalicão: Grandes Oficinas Gráficas «Minerva».

PIMENTA, Alfredo (1941b). *Palavras à Juventude*. Porto: Publicações "Pola Grey".

PIMENTA, Alfredo (1944). *Contra o Comunismo. Análise comparativa das Encíclicas Mit brennender Sorge e Divini Redemptoris*. Lisboa: edição do autor.

ROSAS, Fernando; BARROS, Júlia Leitão de; OLIVEIRA, Pedro de (orgs.) (1996). *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência Política, 1926-1955*. Lisboa: Editorial Estampa.

SALAZAR, Oliveira. *Discursos e Notas Políticas*, 6 vols. [[1935]: vol. I (1928-1934); [1937]: vol. II (1935-1937); [1943]: vol. III (1938-1943); [1951]: vol. IV (1943-1950); [1959]: vol. V (1950-1958)]. Coimbra: Coimbra Editora.

SARDINHA, António (1939). *La Alianza Peninsular*, 2ª edição em Espanha (1ª edição em Portugal em 1924, em Espanha em 1927). «Prólogo» do Marquês de Quintanar; «Prólogo a la primera edición» de Ramiro de Maeztú; «Unidad y dualismo peninsular» de José Pequito Rebelo. Segovia: Universidad Popular Segoviana, Acción Española.

SARDINHA, António (1943). *À lareira de Castela. Estudos peninsulares*. [S.l.]: Edições Gama.

2.2 ESPANHÓIS:

AREILZA, José María de; CASTIELLA, Fernando María (1941). *Reivindicaciones de España*. 2ª ed.. Madrid: Instituto de Estudios Políticos.

ARRESE, José Luis de [1940]. *La revolución social del Nacional-sindicalismo*. Madrid: Editorial Nacional.

ARRESE, José Luis de (1941). *Manuales del pensamiento falangista. I. El programa social de la Falange*. Madrid: [Editora Nacional].

ARRESE, José Luis de (1941a). *Manuales del pensamiento falangista. V. La revolución de la Falange*. Madrid: [Editora Nacional].

ARRESE, José Luis de (1945). *Nuevos escritos y discursos*. Madrid: Ediciones de la Vicesecretaría de Educación Popular.

AZNAR, Manuel (1940). *Política de Inglaterra y España (seis artículos)*. [Madrid:] Sucesores de Rivadeneyra

AZNAR, Manuel (1941). «Antecedentes políticos y declaración de la guerra (1939)», in AZNAR, Manuel (dir.) (1941-48). *Historia de la Segunda Guerra Mundial*, Tomo I. Madrid: Editorial IDEA.

BARCIA TRELLES, Camilo (1939). *Puntos cardinales de la política exterior española*. Madrid: Ediciones FE.

BAROJA, Pío (1938). *Comunistas, judíos y demás ralea*. Valladolid: Ediciones Reconquista.

BENEYTO PÉREZ, Juan (1939). *El Nuevo Estado español. El régimen Nacional-Sindicalista ante la tradición y los demás sistemas totalitarios*. Prólogo de Arrigo Solmi. Madrid/Cádiz: Biblioteca Nueva.

BENEYTO PÉREZ, Juan (1940). *Genio y Figura del Movimiento*. Madrid: Ediciones Afrodisio Aguado.

BENEYTO PÉREZ, Juan (1942). *España y el problema de Europa. Contribución a la Historia de la idea de Imperio*. Madrid: Editora Nacional.

BENEYTO, Juan (1979). *La identidad del Franquismo. Del Alzamiento a la Constitución*. Madrid: Ediciones de El Espejo.

CARRERO BLANCO, Luis (1941). *España y el mar*. Madrid: Editora Nacional.

CORDERO TORRES, José María (1944). *Aspectos de la misión universal de España. Doctrina internacional y colonial española*. 2ª ed. (revista) [1ª ed.: 1942]. Madrid: Vicesecretaría de Educación Popular.

DELEGACIÓN NACIONAL DEL SERVICIO EXTERIOR DE F.E.T. Y DE LAS JONS (s.d.). *Falanges del Mar*. S.I.: Delegación Nacional del Servicio Exterior.

DÍAZ DE VILLEGAS, José [pseud. Hispanus] (1941). *El estrecho de Gibraltar. Su función en la geopolítica nacional. Del «Fretum Herculeum» al «Fretum Hispaniæ»*. Madrid: s.ed..

DOUSSINAGUE, J. M. (1949). *España tenía razón*. Madrid: Espasa Calpe.

ESCRIVÁ DE BALAGUER, José María (1939). *Camino*. Valencia: Ediciones C.I.D..

[F.E.T. Y DE LAS J.O.N.S.] (s.d.). *Cuadernos de Orientación Política. Notas sobre la Falange como partido único*. S.I.: Editora Nacional.

[F.E.T. Y DE LAS J.O.N.S.] (s.d.a). *Cuadernos de Orientación Política. Notas sobre la Falange como partido único*. S.I.: Editora Nacional.

F.E.T. Y DE LAS J.O.N.S./DELEGACIÓN NACIONAL DEL FRENTE DE JUVENTUDES (1942). *Manual del Jefe de Centuria de las Falanges de Voluntarios*. Ed. provisional. Madrid: Eds. Frente de Juventudes.

F.E.T. Y DE LAS J.O.N.S. (SECCIÓN FEMENINA) (s.d.). *Lecciones de Historia de España*. 3ª ed.. S.I.: Regiduría de Prensa y Propaganda.

FRANCO, Francisco (1943). *Palabras del Caudillo. 19/4/1937 - 7/12/1942*. Madrid: Editorial Nacional.

F.N.F.F. (1992). *Documentos Inéditos para la Historia del Generalísimo Franco*, Tomo II-2. Madrid: Azor/Fundación Nacional Francisco Franco.

F.N.F.F. (1993). *Documentos Inéditos para la Historia del Generalísimo Franco*, Tomo III. Madrid: Azor/Fundación Nacional Francisco Franco.

FUENTES IRUROSQUI, Manuel (1942). *3 ensayos sobre el Nuevo Orden Económico*. Madrid: [Servicios de Propaganda de la Dirección General de Comercio y Política Arancelaria].

GALINSOGA, Luis de (1940). *Del Bidasoa al Danubio bajo el pabellón del Reich*. Madrid: Ediciones Españolas.

GARCÍA VALDECASAS, Alfonso (1941). «Relaciones culturales y política exterior», in *Revista de Estudios Políticos*, nº 3 (julio), Madrid, pp. 517-29.

GARCÍA VALDECASAS, Alfonso (1942). «Los Estados totalitarios y el Estado español», in *Revista de Estudios Políticos*, nº 5 (enero), Madrid, pp. 5-32.

GARRIGA ALEMANY, Ramón (1986). *Franco-Serrano Suñer. Un drama político*. Barcelona: Planeta.

IBÁÑEZ DE IBERO, Carlos (Marqués de Mulhacén) (1940). *La personalidad internacional de España*. San Sebastián: Editorial Española.

IBÁÑEZ MARTÍN, José (1942). *El sentido político de la cultura en la hora presente*. («Discurso pronunciado en el acto de inauguración del año académico 1942-43 en el Paraninfo de la Universidad Central.») Madrid: s.ed..

JORDANA DE POZAS, Luis. «El principio de unidad y sus consecuencias políticas y administrativas», I (1941), in *Revista de Estudios Políticos*, nº 4 (octubre), Madrid, pp. 621-40, e II (1942), in *idem*, nº 5 (enero), pp. 33-53.

KINDELÁN, Alfredo [1943]. *España ante la esfinge*. Madrid: Editorial Plus-Ultra.

KINDELÁN, Alfredo [1944]. «La guerra en el Mediterráneo y en el Norte de Africa», In AZNAR, Manuel (dir.). *Historia de la Segunda Guerra Mundial*, Tomo V. Madrid: Editorial IDEA.

LAÍN ENTRALGO, Pedro (1941). *Los valores morales del Nacional-sindicalismo*. Madrid: Editora Nacional.

LAÍN ENTRALGO, Pedro (1943). *Sobre la cultura española. Confesiones de nuestro tiempo*, Cuaderno Primero. Madrid: Editora Nacional.

LUNA, Antonio de (1943). «España, Europa y Cristiandad», in *Revista de Estudios Políticos*, nº 9 (enero), Madrid, pp. 64-96.

MAEZTU, Ramiro de (1938). *Defensa de la Hispanidad*, 3ª ed.. Evocación de Eugenio Vegas Latapié. Valladolid: s.ed. [«edición costeada por la Infanta Mercedes de Borbón»].

MAYORDOMO PÉREZ, Alejandro (Estudio preliminar y selección de textos) (1990). *Historia de la Educación en España. Textos y documentos*, Tomo V (*Nacional-Catolicismo y Educación en la España de posguerra*). Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia/Secretaría General Técnica.

Mundo. Revista semanal de política exterior y economía. Madrid: Agencia EFE. [Do nº 1 (12/5/1940) ao nº 277 (26/8/1945).]

PARIS EGUILAZ, Higinio (1941). *Un nuevo orden económico*. Madrid: Ediciones FE.

Revista de Estudios Políticos. Madrid: Instituto de Estudios Políticos. Desde o nº 1 (Janeiro-Fevereiro de 1941) até ao nº 93 (Maio-Junho de 1957).

RÍO CISNEROS, Agustín (1965). *Viraje político español durante la II Guerra Mundial, 1942-1945. Réplica al cerco internacional, 1945-1946*. Reedición conjunta de 1ªas edições de 1947 e 1946, respectivamente. Madrid: Ediciones del Movimiento.

RÍO CISNEROS, Agustín del (sist.) (1975). *Pensamiento político de Franco. Antología*. Prólogo de José

Luis Solís Ruiz. *Preámbulo de Agustín del Río Cisneros*. Madrid: Ediciones del Movimiento.

SABÍN RODRÍGUEZ, José Manuel (1997). *La Dictadura franquista (1936-1975). Textos y documentos*. Revisión científica de Elena Hernández Sandoica. Madrid: Akal.

SAÑA, Heleno (1982). *El Franquismo sin mitos. Conversaciones con Serrano Suñer*. Prólogo de Hugh Thomas. Barcelona: Ediciones Grijalbo.

SEMINARIO, Álvaro (1940). *España y Portugal (Incitaciones a una política de acercamiento espiritual)*. Madrid: Espasa-Calpe.

SERRANO SUÑER, Ramón (1941). *De la victoria y la postguerra. (Discursos)*. [Madrid]: Ediciones FE.

SERRANO SUÑER, Ramón (1947). *Entre Hendaya y Gibraltar. (Noticia y reflexión, frente a una leyenda, sobre nuestra política entre dos guerras.)* Madrid: Ediciones y Publicaciones Españolas.

SERRANO SUÑER, Ramón (1977). *Entre el silencio y la propaganda, la Historia como fue. Memorias*. Barcelona: Editorial Planeta.

SERRANO SUÑER, Ramón (1995). *Política de España, 1936-1975. Cursos de Verano de El Escorial, 93-94*. Madrid: Editorial Complutense.

VICENS VIVES, Jaime (1940). *España. Geopolítica del Estado y del Imperio*. Barcelona: Ediciones Yunque.

3. OUTROS:

AA.VV. (1942). *El nuevo orden económico de Europa*. Madrid: Aguilar.

DELZELL, Charles F. (ed.) (1970). *Mediterranean Fascism, 1919-1945*. New York: Macmillan.

DEPARTMENT OF STATE (1960). *Documents on German Foreign Policy, 1918-1945. Series D (1937-1945), XI*. Washington, D.C.: Department of State.

(1978). *Documentos secretos sobre España. Documentos secretos del Ministerio de Asuntos Exteriores de Alemania sobre la Guerra Civil Española*. Trad. esp. da versão fr. da ed. ori. soviética. Madrid: Ediciones Jucar.

(2000). *Hitler's Table Talk, 1941-1944. His Private Conversations*. Trad. ing. [1ª ed. ing.: (1953). Londres: Weidenfeld & Nicolson; 1ª ed. alemã (de parte do texto): (1951). *Hitlers Tischgespraeche*.] «Preface to third edition» e reedição de «The Mind of Adolf Hitler», por Hugh R. Trevor-Roper. Londres: Phoenix Press.

HOARE, Samuel (1977). *Embajador ante Franco en misión especial*. Trad. esp. [ed. ori.: (1946). *Ambassador on Special Mission*. London: Collins Clear-Type Press]. Madrid: Ediciones Sedmay.

LIPGENS, Walter (ed.) (1985). *Documents on the History of European Integration*, vol. 1 [«Continental Plans for European Union 1939-1945 (including 250 Documents in their Original Language on 6 Microfiches)»]. Berlim/Nova York/Florença: Walter de Gruyter/European University Institute.

NOAKES, Jeremy (ed.) (1998). *Nazism, 1919-1945*, vol. 4 («The German Home Front in World War II. A Documentary Reader»). Exeter: University of Exeter Press.

NOAKES, J.; PRIDHAM, G. (eds.) (1991). *Nazism, 1919-1945*, vol. 3 («Foreign Policy, War and Racial

Extermination. A Documentary Reader»). Reimpressão [1ª ed.: 1988]. Exeter: University of Exeter Press.

NOAKES, J.; PRIDHAM, G. (eds.) (2000). *Nazism, 1919-1945*, vol. 2 («State, Economy and Society 1933-1939. A Documentary Reader»). Nova edição com índice remissivo [1ª ed.: 1984]. Exeter: University of Exeter Press.

3. FONTES SECUNDÁRIAS

AA.VV. (1993). *Politiche della memoria*. Roma: manifestolibri.

AA.VV. (1998). *El libro negro del comunismo. Crímenes, terror y represión*. Trad. esp. [ed. ori.: (1997). Paris: Editions Robert Laffont]. Madrid/Barcelona: Espasa Calpe/Planeta.

ACCIAIUOLI, Margarida (1998). *Exposições do Estado Novo, 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.

ADORNO, T. W. et alii (1969). *The Authoritarian Personality*. [1ª ed.: (1950), The American Jewish Committee] Nova York: The Norton Library.

AFONSO, Rui (1990). *Injustiça. O caso Sousa Mendes*. Trad. port.. Lisboa: Editorial Caminho.

AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma (1996). *Memoria y olvido de la Guerra Civil española*. Madrid: Alianza Editorial.

ALEXANDRA, Nair (1995). «O holocausto português», in *História*, Ano XVII (Nova Série), nº 8 (Maio). Lisboa, pp. 54-61.

ALMEIDA, Pedros Ramos de (1995). «O racismo, Salazar e a Segunda Guerra Mundial», in *Vértice*, II Série, nº 69 (Novembro-Dezembro). Lisboa, pp. 87-92.

ÁLVAREZ PELÁEZ, Raquel (1998). «Eugenesia y fascismo en la España de los años treinta», in HUERTAS, Rafael; ORTIZ, Carmen (eds.). *Ciencia y fascismo*. Madrid: Ediciones Doce Calles, pp. 77-96.

ARENDT, Hannah (1972). *Le système totalitaire*, trad. fr. [ed. ori.: (1951). *The Origins of Totalitarianism*. Nova York: Harcourt, Brace & World, Inc.]. «Introduction» da autora datada de 1966-71. Paris: Editions du Seuil.

ARMERO, José Mario (1978). *La política exterior de Franco*. Prólogo de Fernando Morán. Barcelona: Editorial Planeta.

AVNI, Haim (1982). *Spain, the Jews and Franco*. Trad. ing. [ed. ori. em hebreu: (1974)]. Filadélfia: The Jewish Publication Society of America.

AZÉMA, Jean-Pierre (1995). «Pacte Germano-Soviétique», in AZÉMA, J.-P.; BÉDARIDA, François (dirs.). *1938-1948, les années de la tourmente. De Munich à Prague. Dictionnaire critique*. Paris: Flammarion, pp. 993-1003.

BACHOUD, Andrée (1997). *Franco ou la réussite d'un homme ordinaire*. S.l.: Fayard.

BALFOUR, Sebastian (1997). *El fin del Imperio Español (1898-1923)*. Trad. esp. [ed. ori.: (1997). *The End of the Spanish Empire, 1898-1923*]. Barcelona: Crítica/Grijalbo Mondadori.

BÁN, Éva; LOUÇÃ, António (1995). «Budapeste, 1944. Dois diplomatas portugueses face ao holocausto», in *História*, Ano XVIII (Nova Série), nº 15 (Dezembro), pp. 24-33.

BARDAVÍO, Joaquín; SINOVA, Justino (2000). *Todo Franco. Franquismo y antifranquismo de la A a la Z*. Barcelona: Plaza & Janés.

BARREIRA, Cecília (1982). «Três nótuas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia, nas páginas da "Nação Portuguesa, 1914-26)», in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3^a-4^a-5^a [A formação de Portugal Contemporâneo, 1900-1980, vol. I]. Lisboa, pp. 1421-29.

BARRETO, José (1999). «Censura», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII (Suplemento A/E). Porto: Figueirinhas, pp. 275-84.

BARROS, Júlia Leitão de (1989). «Anglofilia e germanofilia em Portugal durante a segunda guerra mundial», in AA.VV.. *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma reavaliação*. Lisboa: Pubs. Dom Quixote, pp. 91-136.

BARROS, Júlia Leitão de [1996]. «Anglofilia», in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I. [S.l.:] Círculo de Leitores, pp. 58-59.

BARROS, Júlia Leitão de [1996a]. «Germanofilia», in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I. [S.l.:] Círculo de Leitores, pp. 379-80.

BARROS, Júlia Leitão de [1996b]. «Rede Shell», in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II. [S.l.:] Círculo de Leitores, pp. 818-20.

BAUMAN, Zigmunt (1997). *Modernidad y Holocausto*. Trad. esp. [ed. ori.: (1989). Polity Press/Blackwell Publishers.]. Madrid: Sequitur.

BELADIEZ, Emilio (1992). «Grandes cuestiones internacionales en la Era de Franco», in F.N.F.F.. *El legado de Franco*. Madrid: Fundación Nacional Francisco Franco, pp. 489-541.

BEN-AMÍ, Shlomó [1980]. *La revolución desde arriba: España, 1936-1979*. Barcelona: Ríopiedras Ediciones.

BENVENUTI, Giuliana (1994). «Antigiudaismo cattolico e antisemitismo fascista», in CENTRO FURIO JESI (org.). *La menzogna della razza. Documenti e immagini del razzismo e dell'antisemitismo fascista*. Bolonha: Grafis Edizioni, pp. 266-74.

BLÁZQUEZ, Feliciano (1991). *La traición de los clérigos en la España de Franco. Crónica de una intolerancia (1936-1975)*. Madrid: Editorial Trotta.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1999). «Historiografia do Estado Novo», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII (Suplemento F/0). Porto: Figueirinhas, pp. 187-98.

BOREJSZA, Jerzy W. (1995), «Katyn», in AZÉMA, J.-P.; BÉDARIDA, François (dirs.). *1938-1948, les années de la tourmente. De Munich à Prague. Dictionnaire critique*. Paris: Flammarion, pp. 973-80.

BOSWORTH, Richard J. B. (1994). *Explaining Auschwitz and Hiroshima. History Writing and the Second World War, 1945-1990* [edição hardback: 1993]. Londres e Nova York: Routledge.

BOWER, Tom (1997). *Blind Eye to Murder. Britain, America and the Purging of Nazi Germany - A Pledge Betrayed*. 3^a ed. [ed. ori.: (1981). Londres: Andre Deutsch]. Londres: Warner Books.

BREITMAN, Richard (2001). *Os segredos do Reich (que os Aliados sabiam)*, trad. port. [ed. ori.: 1998]. Lisboa: Âncora Editora.

BURRIN, Philippe (2000). *Fascisme, nazisme, autoritarisme*. Paris: Editions du Seuil.

CAMPINOS, Jorge (1978). *O presidencialismo do Estado Novo*, Lisboa: Perspectivas & Realidades.

CANALES SERRANO, Antonio Francisco (1993). «Iglesia y totalitarismo», in TUSELL, Javier; SUEIRO, Susana; MARÍN, José María; CASANOVA, Marina (coords.). *Congreso Internacional. El régimen de Franco (1936-1975). Política y relaciones exteriores. Comunicaciones*, tomo I. Madrid: U.N.E.D., 1993, pp. 521-29.

CANFORA, Luciano (1993). «Il revisionismo in tre esempi», in CALCHI NOVATO, Gianpaolo, et alii. *Politiche della memoria*. Roma: manifestolibri, pp. 21-36.

CASALS I MESEGUER, Xavier (1998). *La tentación neofascista en España*. Barcelona: Plaza & Janés.

CASANOVA, Julián (2001). *La Iglesia de Franco*. Madrid: Temas de Hoy.

CASANOVA, Julián (coord.) (2002). *Morir, matar, sobrevivir. La violencia en la dictadura de Franco*. Barcelona: Crítica.

CHUECA, Ricardo (1983). *El Fascismo en los comienzos del régimen de Franco. Un estudio sobre FET-JONS*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

COLLOTTI, Enzo (1962). *La Germania nazista. Della repubblica di Weimar al crollo del Reich hitleriano*. Torino: Einaudi.

COLLOTTI, Enzo (1992). *Fascismo, Fascismos*. Trad.port.. Lisboa: Editorial Caminho. [Ed. ori.: *Fascismo, Fascismi* (1989). Firenze: R.C.S. Sansoni Editore.]

COLLOTTI, Enzo (1992a). «Il collaborazionismo con le potenze dell'Asse nell'Europa occupata: temi e problemi della storiografia», in CAJANI, Luigi; MANTELLI, Brunello (orgs). *Annali della Fondazione Luigi Micheletti*, nº 6 (*Una certa Europa. Il collaborazionismo con le potenze dell'Asse in Europa, 1939-1945*). Brescia: Fondazione Luigi Micheletti, pp. 11-43.

CORNWELL, John (2000). *El Papa de Hitler. La verdadera historia de Pío XII*. Trad. esp. [ed. ori. (1999): *Hitler's Pope. The secret History of Pius XII*. Londres: Viking.] Barcelona: Planeta.

COSPITO, Nicola; NEULEN, Hans Werner (1992). *Salò-Berlino: l'alleanza difficile. La Repubblica Sociale Italiana nei documenti segreti del Terzo Reich*. Milão: Mursia.

CRUZ, Manuel Braga da (1988). *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença.

CRUZ, Manuel Braga da (1998). *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

DELGADO, Iva [s.d.]. *Portugal e a guerra civil de Espanha*. S.l.: Europa-América.

DELGADO GÓMEZ-ESCALONILLA, Lorenzo (1988). *Diplomacia franquista y política cultural hacia Iberoamérica, 1939-1953*. Madrid: C.S.I.C./Centro de Estudios Históricos.

DÍAZ, Elías (1992). *Pensamiento español en la era de Franco (1939-1975)*. 2ª ed.. Madrid: Tecnos.

DRAGNICH, Alex N. [1993]. *Sérvios e croatas*. Trad. port. [ed. ori.: 1992]. Venda Nova: Bertrand Editora.

DURAND, Yves (1990). *Le Nouvel Ordre européen nazi. La collaboration dans l'Europe allemande (1938-1945)*. Bruxelles: Editions Complexe.

DUROSELLE, Jean-Baptiste (1990). *Histoire diplomatique de 1919 à nos jours*, 10e éd.. Paris: Dalloz.

ENGEL-JANOSI, Friedrich (1973). *Il Vaticano fra Fascismo e Nazismo*. Prefácio de Giovanni Spadolini. Trad. ital. [ed. ori.: *Vom Chaos zur Katastrophe. Vatikanische Gespraechen 1918 bis 1938*. Viena: Herold.]. Florença: Felice Le Monnier.

EIROA, Matilde (2001). *Las relaciones de Franco con Europa Centro-Oriental (1939-1955)*. Barcelona: Editorial Ariel.

ESPADAS BURGOS, Manuel (1988). *Franquismo y política exterior*. Madrid: Rialp.

FARGION, Liliana Picciotto (1994). «La persecuzione degli ebrei, 1943-1945», in CENTRO FURIO JESI (org.), *La menzogna della razza. Documenti e immagini del razzismo e dell'antisemitismo fascista*. Bolonha: Grafis, pp. 131-38.

FARIA, Telmo (2000). *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional.

FELICE, Renzo De [1978]. *Explicar o fascismo*. Trad. port. [ed. ori.: (1976). *Le interpretazioni del fascismo*. Roma/Bari: Gius, Laterza.] Lisboa: Edições 70.

FELICE, Renzo De (1992). *Intervista sul fascismo*, a cargo de Michael A. Ledeen. [Ed. ori.: (1975). Roma/Bari: Gius, Laterza.] Cles (TN): Mondadori.

FELICE, Renzo De (1996). *Mussolini l'alleato, I (L'Italia in guerra)*. Tomo Secondo (*Crisi e agonia del regime*), 2ª ed.. Turim: Einaudi.

FERRANDO BADÍA, Juan (1984). *El régimen de Franco: un enfoque político-jurídico*. Madrid: Tecnos.

FERRARY, Alvaro (1993). *El Franquismo: minorías políticas y conflictos ideológicos, 1936-1956*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, S.A..

FERRO, Marc (1987). *Pétain*. Paris: Fayard.

FERRO, Marc (1993). *La Seconda Guerra Mondiale. Problema aperti*. Ed. ital.. Florença: Giunti.

FERRAROTTI, Franco (1994). *La tentazione dell'oblio. Razzismo, antisemitismo e neonazismo*. 2ª ed. [1ª: 1993.]. Roma-Bari: Editori Laterza.

FINKELSTEIN, Norman (2001). *A indústria do Holocausto*, trad. port. [ed. ori.: (2000). *The Holocaust Industry*. Verso]. Lisboa: Antígona Editores Refractários.

FONTANA, Josep (1982). *Historia, análisis del pasado y proyecto social*, Barcelona: Editorial Crítica.

FONTANA, Josep (coord.) (1986). *España bajo el Franquismo*. Barcelona: Editorial Crítica.

FRANCO, Manuela (1999). «Judeus em Portugal», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII (Suplemento F/O). Porto: Figueirinhas, pp. 314-24.

FREYMOND, Jean (1974). *Le IIIe Reich et la réorganisation économique de l'Europe. 1940-1942. Origines et projets*. Leiden/Genebra: A. W. Sijthoff/Institut Universitaire de Hautes Etudes Internationales.

FUSI, Juan Pablo (1999). *Un siglo de España. La cultura*. Madrid/Barcelona: Marcial Pons.

GALLO, Max (1969). *Histoire de l'Espagne franquiste*. Paris: Robert Laffont.

GARCÍA PÉREZ, Rafael (1988). «El envío de trabajadores españoles a Alemania durante la Segunda Guerra Mundial», in *Hispania*, XLVIII/170.

GARCÍA PÉREZ, Rafael (1990). «La idea de la "Nueva Europa" en el pensamiento nacionalista español de la inmediata posguerra, 1939-1944», in *Revista del Centro de Estudios Constitucionales*, nº 5, Enero-Marzo.

GARCÍA PÉREZ, Rafael (1992). «Franquismo y Tercer Reich: la vertiente económica del Nuevo Orden», in BERNECKER, Walther L. (ed.). *España y Alemania en la Edad Contemporánea*. Frankfurt am Main: Vervuert.

GARCÍA PÉREZ, Rafael (1994). *Franquismo y Tercer Reich. Las relaciones económicas hispano-alemanas durante la Segunda Guerra Mundial*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales.

GARCÍA PÉREZ, Rafael (1995). «El proyecto continental del Tercer Reich», in *Revista de Estudios Políticos* (Nueva Época), nº 87 (Janeiro-Março), Madrid, pp. 259-83.

GARCÍA PÉREZ, Rafael (1996). «España en el Eje: La beligerancia y la opinión de los historiadores», in PAYNE, Stanley G.; CONTRERAS, Delia (dirs.). *España y la segunda guerra mundial*. Madrid: Editorial Complutense.

GASPAR, Carlos (1999). «Espanha, relações com a», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII (Suplemento A/E). Porto: Figueirinhas, pp. 648-57.

GEORGEL, Jacques (1985). *O Salazarismo*. Trad. port.. Prefácio de Mário Soares. Lisboa: Pubs. Dom Quixote.

GOMES, Ana Calapez (1989). «Aspectos da ideologia colonial na época das descolonizações. A questão colonial na identidade nacional portuguesa», in *Vértice*, nº13 (II Série), Abril. Lisboa.

GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo; LIMÓN NEVADO, Fredes (1988). *La Hispanidad como instrumento de combate. Raza e imperio en la Prensa franquista durante la Guerra Civil española*. Madrid: C.S.I.C./Centro de Estudios Históricos.

GONZÁLEZ DURO, Enrique (1996). *Historia de la locura en España*, Tomo III («Del reformismo del siglo XIX al Franquismo»). Madrid: Temas de Hoy.

GRIFFIN, Roger (1991). *The Nature of Fascism*. Londres: Pinter Publishers.

GUDERZO, Massimiliano (1995). *Madrid e l'arte della diplomazia. L'incognita spagnola nella seconda guerra mondiale*. Florença: Manent.

HARSÁNYI, Iván [1997]. «La España de 1943-1944 en la documentación diplomática húngara. Una visión de conjunto», in TUSELL, Javier et alii. *La política exterior de España en el siglo XX*. (Congreso Internacional. Madrid, 10, 11, 12 y 13 de diciembre de 1997). Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia.

HEINE, Hartmut (1990). «Tipología y características de la represión y violencia políticas durante el período 1939-1961». In TUSELL, Javier; ALTED, Alicia; MATEOS, Abdón, *La oposición al Régimen de Franco. Estado de la cuestión y metodología de la investigación*, tomo I, vol. 2. Madrid: U.N.E.D., pp. 309-24.

HERMET, Guy (1986). *Los católicos en la España franquista*, vol. II («Crónica de una dictadura»). Trad. esp. [ed. ori.: (1981). Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques]. Madrid: Centro de

Investigaciones Sociológicas/Siglo XXI de España.

HILBERG, Raul (1997). *Camelici, vittime, spettatori. La persecuzione degli ebrei, 1933-1945*, trad. ital. [ed. ori.: (1992). *Perpetrators, Victims, Bystanders*. Nova York.]. Milão: Mondadori.

HOBSBAWM, Eric (1990). *Nations and Nationalism since 1780. Programme, myth, reality*. Cambridge: Cambridge University Press.

HOFFMANN, J. (1984). *Die Geschichte der Wlassow-Armee*. Freiburg i. Br.: Rombach.

HUERTAS, Rafael (1998). «Una nueva Inquisición para un nuevo Estado: Psiquiatría y orden social en la obra de Antonio Vallejo Nágera», in HUERTAS, Rafael; ORTIZ, Carmen (eds.). *Ciencia y fascismo*. Madrid: Ediciones Doce Calles, pp. 97-110.

HUERTAS, Rafael; ORTIZ, Carmen (eds.) (1998). *Ciencia y fascismo*. Madrid: Ediciones Doce Calles.

HUMLEBAEK, Carsten (2002). «The Development of Spanish Historiography on the Franco Period after the Death of Franco», «State of the art report, prepared for research the project "Diktaturbewaeltigung und nationale Selbstvergewisserung an der Semi-Peripherie Europas: Geschichtskulturen in Polen und Spanien im Vergleich"». Inédito.

IBÁÑEZ, Rafael (1996). «Españoles en las trincheras. La División Azul», in PAYNE, Stanley G.; CONTRERAS, Delia (dirs.). *España y la segunda guerra mundial*. Madrid: Editorial Complutense, pp. 55-87.

IBÁÑEZ, Rafael (1997). «La División Azul, elemento de negociación diplomática», in TUSELL, Javier, et alii, *La política exterior de España en el siglo XX*. Congreso Internacional (Madrid, 10, 11, 12 y 13 de diciembre de 1997). Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, pp. 253-70.

JACKSON, Gabriel [1973]. *A República espanhola e a Guerra Civil, 1931-1939*, vol. II, trad. port. [ed. ori. (1965): Princeton: Princeton University Press]. S.l.: Publicações Europa-América.

JÄCKEL, Eberhard (1966). *Frankreich in Hitlers Europa. Die deutsche Frankreichpolitik im Zweiten Weltkrieg*. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt [trad. fr.: (1968.) *La France dans l'Europe de Hitler*. Paris: Fayard].

JANEIRO, Helena Pinto (1998). *Salazar e Pétain. Relações luso-francesas durante a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Cosmos.

JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos (1996). *Franco e Salazar. As relações luso-espanholas durante a Guerra Fria*, trad. port.. Lisboa: Assírio & Alvim.

JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos; LOFF, Manuel (1998). «Problemas históricos de la relación luso-española», in TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (ed.). *España y Portugal (siglos IX-XX). Vivencias históricas*. Madrid: Editorial Síntesis, pp. 366-80.

JULIÁ, Santos (1999). *Un siglo de España. Política y sociedad*. Madrid: Marcial Pons.

KÉDROS, André (s.d.). *A resistência grega, 1940-1944*. Trad. port. [ed. ori.: *La Résistance grecque (1940-1944)*. Paris: Editions Robert Laffont]. Porto: Editorial Inova.

KLEE, Ernst (1993). *Chiesa e nazismo*. Trad. ital. [ed. ori.: (1991). *Persilscheine und falsche Paesse. Wie die Kirchen dem Nazis helfen*. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag]. Turim: Einaudi.

KLEINFELD, Gerald R., TAMBS, Lewis A. (1979). *Hitler's Spanish Legion. The Blue Division in Russia*.

Carbondale: Southern Illinois University Press.

KRIPPENDORFF, Ekkehart (1985). *El sistema internacional como historia. Introducción a las relaciones internacionales*. Trad. esp. [1ª ed. alemã: (1975). Frankfurt am Main: Campus Verlag]. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica.

KUIN, Simon (1997). «O fantasma da raça perfeita», in *Expresso*, 6/9/1997. Lisboa, pp. 48-51.

LAFUENTE, Isaías (2002). *Esclavos por la patria. La explotación de los presos bajo el franquismo*. Prólogo de Luis del Val. Madrid: Temas de Hoy.

LAZO, Alfonso (1995). *La Iglesia, la Falange y el fascismo. (Un estudio sobre la prensa española de posguerra)*. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla.

LEAL, João (2000). *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Pubs. Dom Quixote.

LÉONARD, Yves [1998]. *Salazarismo e fascismo*. Prefácio de Mário Soares. Trad. port. [ed. ori.: (1996). S.l.: Editions Chandeigne]. Mem Martins: Editorial Inquérito.

LEITZ, Christian (2000). *Nazi Germany and Neutral Europe during the Second World War*. Manchester: Manchester University Press.

LEVI, Primo (1991). *I sommersi e i salvati*. 2ª ed. (1ª ed.: 1986), acrescida de quatro artigos («Assonanze») de Paolo Flores d'Arcais, Giovanni Raboni, Primo Levi e Cesare Cases. Turim: Einaudi.

LINZ, Juan J. (1964). «An authoritarian regime: Spain», in ALLARDT, Erik; LITTUNEN, Yrje (eds.). *Cleavages, ideologies and party systems. Contributions to Comparative Political Sociology. Transactions of the Westmark Society*, vol. X. Helsinquia: Westernmark. [Versão espanhola: (1974). «Una teoría de régimen autoritario. El caso de España», in FRAGA IRIBARNE, Manuel; VELARDE, Juan; CAMPO, Salustiano del (orgs.). *La España de los años 70*, vol. 3, tomo 1. Madrid: Moneda y Crédito.]

LIPSCHITZ, Chaim U. (1984). *Franco, Spain, the Jews and the Holocaust*. New York: Ktav Publishing House Inc..

LISBONA, José Antonio (1993). *Retorno a Sefarad. La política de España hacia sus judíos en el siglo XX*. Madrid: Ríopiedras/Comisión Nacional Judía Sefarad '92.

LLORENTE HERNÁNDEZ, Ángel (1993). «La propaganda por la imagen y el arte en la postguerra. La Comisión de Estilo en las conmemoraciones de la patria y el Departamento de Plástica entre 1939-1945», in TUSELL, Javier; SUEIRO, Susana; MARÍN, José María; CASANOVA, Marina (coords.). *Congreso Internacional. El régimen de Franco (1936-1975). Política y relaciones exteriores. Comunicaciones*, tomo I. Madrid: U.N.E.D., pp. 453-62.

LOFF, Manuel (1991). «El papel de Pedro Theotónio Pereira en el cuadro de la definición de la política exterior portuguesa (1937-1940)». Trabalho de avaliação, inédito. Madrid: Departamento de Historia Contemporânea de la Fac. de Geografía e Historia/U.N.E.D..

LOFF, Manuel (1996). *Salazarismo e Franquismo na Época de Hitler (1936-1942). Convergência política, preconceito ideológico e oportunidade histórica na redefinição internacional de Portugal e Espanha*. Porto: Campo das Letras.

LOFF, Manuel [1997]. «El Franquismo ante el Nuevo Orden europeo (1938-44): oportunidad histórica y adhesión voluntaria», in TUSELL, Javier et alii [1997]. *La política exterior de España en el siglo XX*. (Congreso Internacional. Madrid, 10, 11, 12 y 13 de diciembre de 1997) Madrid: Universidad Nacional de

Educación a Distancia, pp. 235-52.

LOFF, Manuel [1998]. «As grandes directrizes da "Nova Ordem" educacional salazarista e franquista nas décadas de 1930 e 1940», in MAGALHÃES, Justino (Org.). *Fazer e ensinar História da Educação*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia/Centro de Estudos em Educação e Psicologia/Universidade do Minho, pp. 311-331.

LOFF, Manuel (1999). «La política cultural de los "Estados Nuevos" español y portugués (1936-1945): tradicionalismo, modernidad y confesionalización», in *Revista de Occidente* («Ideología y Cultura en la España de los vencedores (1939-1945)»), nº 223 (Dezembro). Madrid, pp. 41-62.

LOFF, Manuel (2000). «Esquecimento, revisão da História e revolta da memória», in DELGADO, Iva; LOFF, Manuel; CLUNY, António; PACHECO, Carlos; MONTEIRO, Ricardo (Orgs.). *De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e Direito à Memória*. Lisboa: Edições Cosmos/Fundação Humberto Delgado, pp. 189-99.

LOFF, Manuel (2000a). «As colónias portuguesas de África entre a II Guerra Mundial e a Guerra Colonial - a visão angloamericana», in COELHO, João Paulo; LEÃO, António Roxo (eds.). *V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais* [Maputo, Setembro de 1998]. Edição em CD-Rom.

LOFF, Manuel (2000b). «Nacionalismo e colonialismo entre os factores da crise finissecular portuguesa», in TORRE GÓMEZ, Hipólito; JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos (eds.). *Portugal y España en la crisis de entresiglos (1890-1918)*. Mérida: U.N.E.D./Centro Asociado de Mérida, pp. 51-72.

LOFF, Manuel (2000c). «Los regímenes autoritarios», in TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (ed.). *Portugal y España contemporáneos, Ayer*, nº 37. Madrid: Marcial Pons.

LOFF, Manuel (2002). «A Espanha no historicismo salazarista: de António Sardinha ao Bloco Ibérico», in TORRE GÓMEZ, Hipólito de la; TELO, António José (coords.). *La mirada del otro. Percepciones luso-españolas desde la Historia*. Mérida: Junta de Extremadura/Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, pp. 81-120.

LÓPEZ FACAL, Ramón (2000). «Un sentimiento de crisis (sobre la enseñanza de la historia)», in MORALES MOYA, A. (coord.), *Estado y nación en la España contemporánea*. Madrid: M.E.C./Universidad Internacional Menéndez Pelayo, pp. 189-214.

LOSADA MALVÁREZ, Juan Carlos (1990). *Ideología del Ejército franquista (1939-1959)*. Madrid: Ediciones Istmo.

LOUÇÃ, António (1995). «As SS em demanda duma paz separada. O caso da família Weiss-Chorin e seu exílio em Portugal», in *História*, Ano XVII (Nova Série), nº 8 (Maio). Lisboa, pp. 16-27.

LOUÇÃ, António (1997). *Negócios com os nazis. Ouro e outras pilhagens, 1933-1945*. Lisboa: Fim de Século.

LOUÇÃ, António (2000). *Hitler e Salazar. Comércio em tempos de guerra, 1940-1944*. Lisboa: Terramar.

LUCENA, Manuel de (1970). «O salazarismo: morte ou transfiguração?», in *Polémica*, nº 1. Paris.

LUCENA, Manuel de (1994). «Notas para uma teoria dos regimes fascistas», in *Análise Social*, vol. XXVIII, nºs 125/126. Lisboa, pp. 9-32.

LUCENA, Manuel de [1995]. *O regime salazarista e a sua evolução*. Matosinhos: Contemporânea Editora/Câmara Municipal de Matosinhos.

LUCENA, António (2000), «Salazar, António de Oliveira», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX (Suplemento P/Z). Porto: Figueirinhas, pp. 283-368 e 380-90.

LUCENA, António (2000a), «Totalitarismo», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX (Suplemento P/Z). Porto: Figueirinhas, pp. 518-23.

LUKÁCS, Georg (1975). *El asalto a la razón. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Trad. esp.. Barcelona: Grijalbo.

MAINER, José-Carlos (ed., sel., pról., notas) (1971). *Falange y literatura*. Barcelona: Editorial Labor.

MAINER, José-Carlos (1989). «La Segunda Guerra Mundial y la literatura española: algunos libros de 1940-1955», in GARCÍA DELGADO, José Luis (ed.). *El primer franquismo. España durante la segunda guerra mundial*. (V Coloquio sobre Historia Contemporánea de España, Segovia.) Madrid: Siglo XXI de España.

MAIOCCHI, Roberto (1999). *Scienza italiana e razzismo fascista*. Scandicci: La Nuova Italia.

MALEV, Tatjana Krizman (1992). «Fra Pavelich e Mihailov: forme ed aspetti del collaborazionismo in Croazia e Macedonia», in CAJANI, Luigi; MANTELLI, Brunello (orgs.), *Una certa Europa. Il collaborazionismo con le potenze dell'Asse, 1939-1945. Le fonti*. Annali della Fondazione "Luigi Micheletti", nº 6. Brescia, pp. 341-51.

MARQUINA BARRIO, Antonio (1983). *La diplomacia vaticana y la España de Franco (1936-1945)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Instituto Enrique Flórez.

MARQUINA BARRIO, Antonio (1986). *España en la política de seguridad occidental, 1939-1986*, Madrid: Ediciones Ejército.

MARQUINA, Antonio; OSPINA, Gloria Inés (1987). *España y los judíos en el siglo XX. La acción exterior*. Madrid: Espasa Calpe.

MARTINS, Hermínio (1968). «Portugal», in WOOLF, Stuart J. (org.). *European fascism*. Londres: Weidenfeld and Nicolson/The Graduate School of Contemporary European Studies, University of Reading.

MATOS, Luís Salgado de (1999). «Cerejeira, D. Manuel Gonçalves», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII (Suplemento A/E). Porto: Figueirinhas, pp. 296-313.

MATOS, Sérgio Campos (1990). *História, mitologia, imaginário nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte.

MATOS, Sérgio Campos (1990a). «O ultranacionalismo da memória institucional», in REIS, António (dir.). *Portugal Contemporâneo*, vol. IV. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 339-48.

MATTOSO, José (1998). *A identidade nacional*. Lisboa: Fundação Mário Soares/Gradiva.

MAURÍCIO, Carlos (1999). «História», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII (Suplemento F/O). Porto: Figueirinhas, pp. 172-76.

MEA, Elvira; STEINHARDT, Inácio (1997). *Ben Rosh. Biografia do Capitão Barros Basto, o apóstolo dos marranos*. Porto: Afrontamento.

MEDINA, João (1977). *Salazar em França*. Lisboa: Ática.

MEDINA, João (1982). «O Congresso Fascista em Montreux (1934)», in AA.VV.. *O Fascismo em Portugal* («Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980»). Lisboa: A Regra do Jogo, pp. 187-93.

MELO, António (1998). «O processo dos portugueses levantinos», in *Público*, 10/11/1998. Lisboa.

MELO, António (1998a). «Um caso de honra nacional», in *Público*, 12/11/1998. Lisboa.

MELO, António (2000). «Os refugiados de Bergen-Belsen», in *Público*, 20/4/2000. Lisboa.

MENDES, João; VIANA, Clara (1994). «Budapeste, 1944: a embaixada que salvou mil judeus», in *Público*, 27/3/1994. Lisboa.

MICCOLI, Giovanni (1988). «Santa Sede e Chiesa italiana di fronte alle leggi antiebraiche», in *Studi Storici*, nº 29, pp. 821-902.

MICCOLI, Giovanni (2000). *I dilemmi e i silenzi di Pio XII. Vaticano, Seconda guerra mondiale e Shoah*. Milão: Rizzoli.

MICHONNEAU, Stéphane (1996). «Le monument à la Victoire: un cas exemplaire de la politique de la mémoire franquiste à Barcelone», in *Bulletin d'Histoire Contemporaine de l'Espagne*, nº 24 («Imaginaires et symboliques dans l'Espagne du franquisme»), décembre 1996. Talence: C.N.R.S./Maison des Pays Ibériques, pp. 189-203.

MIGUEL, Amando de (1975). *Sociología del Franquismo. Análisis ideológico de los ministros del Régimen*. Barcelona: Editorial Euros.

MILGRAM, Avraham (1999). «Os cônsules portugueses e a questão dos refugiados judeus. Potencial de salvação», in *História*, ano XXI (Nova Série), nº 15 (Junho). Lisboa, pp. 54-63.

MILWARD, Alan S. (1970). *The New Order and the French Economy*. Oxford: Oxford University Press/Clarendon Press.

MILZA, Pierre (1991). *Les fascismes*. Edição acrescida de um posfácio [1ª ed.: 1985]. S.l.: Editions du Seuil.

MONTERO, Mercedes (1993). *Historia de la Asociación Católica Nacional de Propagandistas. La construcción del Estado Confesional, 1946-1945*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, S.A..

MORADIELLOS, Enrique [2000]. *La España de Franco (1939-1975). Política y sociedad*. Madrid: Editorial Síntesis.

MORALES LEZCANO, Víctor (1980). *Historia de la no-beligerancia española durante la Segunda Guerra Mundial (VI, 1940-X, 1943)*. Las Palmas: Excmª Mancomunidad de Cabildos das Palmas.

MORALES LEZCANO, Víctor (1986). *España y el Norte de Africa: el Protectorado en Marruecos (1912-56)*. 2ª ed.. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia.

MORENO GÓMEZ, Francisco (2002). «Huidos, guerrilleros, resistentes. La oposición armada a la dictadura», in CASANOVA, Julián (coord.), *Morir, matar, sobrevivir. La violencia en la dictadura de Franco*. Barcelona: Crítica, pp. 197-295.

MORIANI, Gianni (1998). *Il secolo dell'odio. Conflitti razziali e di classe nel Novecento*. Veneza: Marsilio

Editori.

MORODO, Raúl (1985). *Los orígenes ideológicos del franquismo: Acción Española*. [«Nueva edición, ampliada y revisada»; 1ª ed.: 1980] Madrid: Alianza Editorial.

MUCZNIK, Esther (1999). «Comunidade israelita em Portugal. Presença e memória», in *História*, ano XXI (Nova Série), nº 15 (Junho). Lisboa, pp. 32-41.

MÜHLEN, Patrik von zur (1995). «Portugal, itinerário de fuga», in *Vértice*, II Série, nº 69 (Novembro-Dezembro). Lisboa, pp. 11-15.

NEILA HERNÁNDEZ, José Luis (1990). «Las responsabilidades internacionales de la II República en Marruecos: el problema del abandonismo», in *Estudios Africanos*, vol. V, nºs 8-9. Madrid.

NAVARRO SANDALINAS, Ramón (1990). *La Enseñanza Primaria durante el Franquismo (1936-1975)*. Prólogo de Manuel TUÑÓN DE LARA, Barcelona: PPU.

NERÍN, Gustau; BOSCH, Alfred (2001). *El imperio que nunca existió. La aventura colonial discutida en Hendaya*. Prólogo de Paul Preston. Barcelona: Plaza & Janés.

NEVES, Mário (1989). «A diplomacia portuguesa nas duas guerras do século», in AA.VV.. *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma reavaliação*. Lisboa: Pubs. Dom Quixote.

NOGUEIRA, Franco. *Salazar*, 2 vols. [(1977): vol. I, «A mocidade e os princípios (1889-1923)»; (1977a): vol. II, «Os tempos áureos (1928-1936)»]. Coimbra: Atlântida Editora.

NOGUEIRA, Franco. *Salazar*, 4 vols. [(1984): vol. V, «A resistência (1958-1964)»; (1985): vol. VI «O último combate (1964-1970)»; (1986): vol. III, «As grandes crises (1936-1945)», 3ª ed., revista pelo autor; (1986a): vol. IV, «O ataque (1945-1958)», 3ª ed., revista pelo autor]. Porto: Livraria Civilização Editora.

NOLTE, Ernst [1993]. *Il fascismo nella sua epoca. I tre volti del Fascismo*. Trad. ital. [ed. ori.: (1963). *Der Faschismus in seine Epoche*, 3 vols.. Munique: Piper GmbH & Co]. Florença: Sansoni.

Ó, Jorge Ramos do (1999). *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a "Política do Espírito", 1933-1949. Ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa.

OLIVEIRA, César (1987). *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: o jomal.

PALACIOS, Jesús (1999). *La España totalitaria. Las raíces del franquismo: 1934-1946*. Prólogo de Stanley G. Payne. Barcelona: Planeta.

PARDO SANZ, Rosa (1995). *Con Franco hacia el Imperio. La política exterior española en América Latina, 1939-1945*. Prólogo de Javier Tusell. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia.

PASSERINI, Luisa (1993). «La memoria europea tra totalitarismo e democrazia», in CALCHI NOVATO, Gianpaolo, *et alii. Politiche della memoria*. Roma: manifestolibri, pp. 77-95.

PATRIARCA, Fátima [1995]. *A questão social no Salazarismo, 1930-1947*, 2 vols.. S.l.: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

PAULO, Heloísa (2000). *"Aqui também é Portugal". A colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto Editora.

PAVONE, Claudio (1991). *Una guerra civile. Saggio storico sulla moralità nella Resistenza*. Turim: Bollati Boringhieri.

PAXTON, Robert O. (1982). *Vichy France. Old Guard and New Order, 1940-1944*. Nova York: Columbia University Press (Morningside Edition).

PAYNE, Stanley G. (1985). *Falange. Historia del fascismo español*. Trad. esp. [Ed. ori.: (1961). *Falange a history of Spanish Fascism*. Stanford: Stanford University Press]. Madrid: Sarpe.

PAYNE, Stanley G. (1995). *Historia del Fascismo*. Trad. esp. [ed. ori.: (1995). *History of the Fascism*]. Barcelona: Editorial Planeta.

PÉLISSIER, René (1999). «Guerras coloniais», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII (Suplemento F/O). Porto: Figueirinhas, pp. 159-63.

PENA RODRÍGUEZ, Alberto (1998). *El gran aliado de Franco. Portugal y la Guerra Civil española: prensa, radio, cine y propaganda*. Sada-A Coruña: Edición do Castro.

PEREIRA, José Pacheco (2001). *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*, vol. 2 [«Duarte», o dirigente clandestino (1941-1949)]. Lisboa: Temas e Debates.

PÉREZ GARZÓN, Juan Sisinio et alii (2000). *La gestión de la memoria. La historia de España al servicio del poder*. Barcelona: Crítica.

PIMENTEL, Irene Flunser (1995). «Refugiados entre portugueses (1933-1945)», in *Vértice*, II Série, nº 69 (Novembro-Dezembro). Lisboa, pp. 102-11.

PIMENTEL, Irene Flunser (1996). «Refugiados», in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II. [S.l.: Círculo de Leitores, pp. 823-25.

PIMENTEL, Irene (1998). «A eugenia na primeira metade do século XX. O aperfeiçoamento da raça», in *História*, Ano XX (Nova Série), nº 3 (Junho). Lisboa, pp. 18-27.

PIMENTEL, Irene (1998a). «Refugiados durante a II Guerra Mundial. Portugal porto de abrigo», in *História*, Ano XX (Nova Série), nº 8 (Novembro). Lisboa, pp. 16-25.

PIMENTEL, Irene (1999). «O anti-semitismo português na primeira metade do século XX. Marginal e importado», in *História*, ano XXI (Nova Série), nº 15 (Junho). Lisboa, pp. 42-53.

PIMENTEL, Irene (2001). *História das organizações femininas do Estado Novo. O Estado Novo e as mulheres. A Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN). A Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)*. Lisboa: Temas e Debates.

PINTO, António Costa (1992). *O salazarismo e o fascismo europeu*. Lisboa: Editorial Estampa.

PINTO, António Costa (1994). *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.

PINTO, António Costa; RIBEIRO, Nuno Afonso (1980). *A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936). A juventude nacionalista nos primórdios do Estado Novo*. Lisboa: Cooperativa Editora História Crítica.

PIRES, Daniel [1999-2000]. *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX (1941-1974)*, vol. II (2 tomos). Lisboa: Grifo.

PLAHN, Sten Erik Norling (1997). «La Revista de Estudios Políticos, 1941-1943. Un intento de elaboración de una doctrina exterior durante la II Guerra Mundial», in TUSELL, Javier, et alii, *La política exterior de España en el siglo XX*. Congreso Internacional (Madrid, 10, 11, 12 y 13 de diciembre de 1997). Madrid:

Universidad Nacional de Educación a Distancia, pp. 287-98.

PONS PRADES, Eduardo (1995). *Morir por la libertad. Españoles en los campos de exterminio nazis*. Madrid: Vosa.

PONS, Silvio (1995a). *Stalin e la guerra inevitabile, 1936-1941*. Torino: Einaudi.

PORTELA, Artur (1982). *Salazarismo e artes plásticas*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

PRESSAC, Jean-Claude [1994]. *Os crematórios de Auschwitz. A maquinaria do assassinio em massa*. Trad. port. [ed. ori.: (1993). *Les crématoires d'Auschwitz. La machinerie du meurtre de masse*. Paris: C.N.R.S.]. Lisboa: Editorial Notícias.

PRESTON, Paul (1993). *Franco. A biography*. London: HarperCollins.

PRESTON, Paul (1997). *La política de la venganza. El fascismo y el militarismo en la España del siglo XX*, trad. esp. [ed. ori.: (1995). Londres: Routledge]. Barcelona: Ediciones Península.

QUEUILLE, Pierre [1976]. *Histoire diplomatique de Vichy. Pétain diplomate*. Paris: Eds. Albatros.

RABY, Dawn Linda [1990]. *A resistência antifascista em Portugal. Comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941/1974*, trad. port.. Lisboa: Edições Salamandra.

RAMÍREZ, Manuel (1978). *España 1939-1975 (Régimen político e ideología)*. Barcelona: Editorial Labor.

RAMÍREZ, Manuel (1987). «A etapa totalitária do Novo Estado em Espanha: em especial da sua ideologia», in AA.VV.. *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, vol. I. Lisboa: Fragmentos.

RASPANTI, Mauro (1994). «I razzismi del fascismo», in CENTRO FURIO JESI (org.). *La menzogna della razza. Documenti e immagini del razzismo e dell'antisemitismo fascista*. Bolonha: Grafis Edizioni, pp. 73-89.

REIG TAPIA, Alberto (1996). *Franco «Caudillo»: mito y realidad*, 2ª ed. [1ª ed.: 1995]. Madrid: Tecnos.

REIN, Raanan (1996). *Franco, Israel y los Judíos*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

REZOLA, Maria Inácia (1999). *O sindicalismo católico no Estado Novo, 1931-1948*. Lisboa: Editorial Estampa.

RIBEIRO, Maria da Conceição (1995). *A polícia política no Estado Novo, 1926-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.

ROCAMORA, José Antonio (1994). *El nacionalismo ibérico, 1792-1936*. Valladolid: Universidad de Valladolid, Servicio de Publicaciones.

RODAO, Florentino (2002). *Franco y el imperio japonés*. Prólogo de Stanley Payne. Barcelona: Plaza & Janés.

RODRIGUES, Luís Nuno (1996). *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo, 1936-1944*. Lisboa: Editorial Estampa.

RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, José Luis (1997). *La extrema derecha española en el siglo XX*. Madrid: Alianza Editorial.

- RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, José Luis (2002). *Los esclavos españoles de Hitler*. Barcelona: Planeta.
- RODRÍGUEZ-PUÉRTOLAS, Julio (1986). *Literatura fascista española*, vol. I (*Historia*). Madrid: Akal.
- ROMÃO, António (1996). «Comércio externo», in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I. [S.l.:] Círculo de Leitores, pp. 167-71.
- ROSAS, Fernando [1988]. *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica. Estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 e 40*. Lisboa: Fragmentos.
- ROSAS, Fernando (1989). «Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo», in *Vértice*, nº 13, II Série, Abril. Lisboa.
- ROSAS, Fernando (1990). *Portugal entre a paz e a guerra. Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- ROSAS, Fernando (1992). «As grandes linhas da evolução institucional», in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII de SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dirs.). *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- ROSAS, Fernando (2001). «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», in *Análise Social*, vol. XXXV (157), Lisboa, pp. 1031-54.
- ROSSI, Elena Aga (1993). *Una nazione allo sbando. L'armistizio italiano del settembre 1943*. Bolonha: Mulino.
- ROUSSO, Henry (1990). *Le syndrome de Vichy, de 1944 à nos jours*. 2ª ed., «revue et mise à jour». Paris: Eds. du Seuil.
- RUAH, Joshua (1999). «Comunidade judaica», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII (Suplemento A/E). Porto: Figueirinhas, pp. 384-85.
- RUHL, Klaus-Jörg (1986). *Franco, Falange y «Tercer Reich». España en la Segunda Guerra Mundial*. Trad. esp. [Ed. ori.: (1975). Hamburg: Hoffmann und Campe Verlag]. Madrid: Ediciones Akal.
- SABÍN, José Manuel (1996). *Prisión y muerte en la España de la postguerra*. Madrid: Anaya & Mario Muchnik.
- SALA, Teodoro (1990-91). «Guerra e amministrazione in Jugoslavia, 1941-1943: un'ipotesi coloniale», in MICHELETTI, Bruna; POGGIO, Pier Paolo (orgs.), *L'Italia in guerra, 1940-43*. Annali della Fondazione "Luigi Micheletti", nº 5. Brescia, pp. 83-94.
- SALA, Teodoro (1996). «Italiani, brutta gente», in *Espresso*, 19/9/1996, Roma, pp. 26-30.
- SANTOS, Américo Ramos dos (1989). «Abertura e bloqueamento da economia portuguesa», in REIS, António. *Portugal Contemporâneo*, vol. 5. Lisboa: Pubs. Alfa, 1989, pp. 109-51.
- SAZ, Ismael (2001). «Paradojas de la Historia, paradojas de la historiografía. Las peripecias del fascismo español», in *Hispania*, LXI/1, nº 207.
- SCHÄFER, Ansgar (1995). «Terra prometida "no Império"? Os projectos para uma colonização israelita de Angola», in *História*, ano XVII (Nova Série), nº 9 (Junho), Lisboa, pp. 32-45.
- SCHÄFER, Ansgar (1995a). «Angola, terra prometida?», in *História*, ano XVII (Nova Série), nº 14

(Novembro), Lisboa, pp. 52-64.

SCHREIBER, Gerhard (1990-91). «"Due popoli, una vittoria"? Gli italiani nei Balcani nel giudizio dell'alleato germanico», in MICHELETTI, Bruna; POGGIO, Pier Paolo (orgs.), *L'Italia in guerra, 1940-43*. Annali della Fondazione "Luigi Micheletti", nº 5. Brescia, pp. 95-124.

SEGUELA, Matthieu (1994). *Franco-Pétain. Los secretos de una alianza*, trad. esp. [ed. ori.: (1992). Paris: Albin Michel]. Barcelona: Editorial Prensa Ibérica.

SEMIRJAGA, Michail (1992). «Alcune questioni circa il collaborazionismo con le autorità d'occupazione in URSS (1941-1944)», in CAJANI, Luigi; MANTELLI, Brunello (orgs.), *Una certa Europa. Il collaborazionismo con le potenze dell'Asse, 1939-1945. Le fonti*. Annali della Fondazione "Luigi Micheletti", nº 6. Brescia, pp. 415-30.

SERRA, João (1991). «Os estudos sobre o séc. XX na historiografia portuguesa do pós-guerra», in *Penélope*, nº 5, Lisboa: Edições Cosmos, pp. 111-47.

SERRANO, Secundino (2001). *Maquis. Historia de la guerrilla antifranquista*. 7ª ed. [1ª: 2001]. Madrid: Temas de Hoy.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo [2000]. *História de Portugal*, vol. XIV [«Da 1ª legislatura à visita presidencial aos Açores (1935-1941)»]. [S.l.:] Lisboa.

SILVA, Irène Da (1996). «Deux collections-bréviaires de la Editora Nacional dans les années quarante», in *Bulletin d'Histoire Contemporaine de l'Espagne*, nº 24 («Imaginaires et symboliques dans l'Espagne du franquisme»), décembre 1996. Talence: C.N.R.S./Maison des Pays Ibériques, pp. 344-58.

STERNHELL, Zeev (1983). *Ni droite ni gauche. L'idéologie fasciste en France*. Paris: Eds. du Seuil.

STERNHELL, Zeev (1994). «Le due destre», in *Democrazia e diritto*, nº 1 (Janeiro-Março), ano XXXIV [reedición de entrevista, a cargo de Umberto de Giovannangeli, originalmente publicada in *Rinascita*, nº 15 (22/4/1989), Roma]. Nápoles, pp. 33-43.

SNYDER, Louis L. (1998). *Encyclopedia of the Third Reich*. Ware: Wordsworth Editions.

SORIANO, Antonio (1989). *Éxodos. Historia oral del exilio republicano en Francia, 1939-1945*. Barcelona: Crítica.

STEINBERG, Jonathan (1990). *All or Nothing. The Axis and the Holocaust, 1941-1943*. Londres e Nova York: Routledge.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. *Francisco Franco y su tiempo*, 8 Tomos [(1984), Tomo I: «Introducción general» e «General de la Monarquía y de la República»; (1984a), Tomo II: «Generalísimo de la Guerra Civil»; (1984b), Tomo III: «Un Caudillo para la neutralidad»; (1984c), Tomo IV: «Jefe de Estado para la resistencia»]. Madrid: Fundación Nacional Francisco Franco.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis (1997). *Franco: crónica de un tiempo. España, Franco y la Segunda Guerra Mundial. Desde 1939 hasta 1945*. Madrid: Actas Editorial.

TAGUIEFF, Pierre-André (1987). *La force du préjugé. Essai sur le racisme et ses doubles*. S.l.: Editions La Découverte.

TAMAMES, Ramón (1983). *La República. La Era de Franco*. Vol. VII de ARTOLA, Miguel (dir.). *Historia de España Alfaguara*. 10ª ed.. Madrid: Ediciones Alfaguara/Alianza Editorial.

- TELO, António [1987]. *Portugal na Segunda Guerra*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- TELO, António José (1990). *Propaganda e guerra secreta em Portugal (1939-1945)*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- TELO, António (1991). *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, 2 vols. [(1991): vol. 1; (1991a): vol. 2]. Lisboa: Vega.
- TELO, António (1993). *Os Açores e o controlo do Atlântico (1898/1948)*. Porto: Edições Asa.
- TELO, António José (1999). «Germanofilia», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII (Suplemento F/O). Porto: Figueirinhas, pp. 98-99.
- TELO, António José (2000). *A neutralidade portuguesa e o ouro nazi*. Lisboa: Quetzal Editores/Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Diplomático.
- TERNON, Yves (1995). *El Estado criminal. Los genocidios en el siglo XX*. Trad. esp. [ed. ori. (1995): *L'Etat criminel. Les génocides au XXe siècle*. Paris: Eds. du Seuil]. Barcelona: Península.
- THOMAS, Hugh [1988]. *La Guerra Civil Española*, 2 vols.. Trad. esp., 10ª ed., corrigida e aumentada [1ª ed. (1961)]. Barcelona: Grijalbo.
- THOMÀS, Joan Maria (ed.) (s.d.). *Franquisme/Feixisme*. Reus: Fundació d'Estudis Socials Josep Recasens.
- TORGAL, Luís Reis (1993). «Salazarismo, fascismo, Europa», in *Vértice*, nº 52 (Janeiro-Fevereiro), II Série. Lisboa, pp. 41-52.
- TORGAL, Luís Reis (1994). «Salazarismo, Alemanha e Europa. Discursos políticos e culturais», in *Revista de História das Ideias*, vol. 16. Coimbra: Instituto de História das Ideias/Fac. Letras da Univ. Coimbra.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1980). *Na encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha, 1913-1919*. Trad. port.. Lisboa: Editorial Estampa.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1984). «Portugal frente al "peligro español" (1910-1936)», in *Proserpina*, nº 1. Mérida.
- TORRE GÓMEZ (1985). *Do "perigo espanhol" à amizade peninsular. Portugal-Espanha, 1919-1930*. Trad. port.. Lisboa: Editorial Estampa.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1988). «Las relaciones hispano-portuguesas. Una aproximación histórica e historiográfica», in *Bulletin d'Histoire Contemporaine de l'Espagne*, nº 7 (juin). Pau: C.N.R.S./Greco 30 - Maison des Pays Ibériques.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1989). «Portugal, el mar y la Alianza Inglesa», in TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (coord.). *España, Portugal y la OTAN*, *Proserpina*, nº 8 abril. Mérida.
- TOYNBEE, Arnold J.; TOYNBEE, Victoria M. (eds.) (1985). *La Europa de Hitler*. Trad. esp. [ed. ori. (1954): *Hitler's Europe*. Londres: Oxford University Press.]. Madrid: Sarpe.
- TUÑÓN DE LARA, Manuel; BIESCAS, José Antonio (1985). *España bajo la dictadura franquista (1939-1975)*, 2ª ed. [1ª ed.: 1980], vol. X de TUÑÓN DE LARA, Manuel (dir.). *Historia de España*. Barcelona: Labor.
- TUSELL, Javier [1984]. *Franco y los católicos. La política interior española entre 1945 y 1957*. Madrid:

Alianza Editorial.

TUSELL, Xavier; GARCÍA QUEIPO DE LLANO, Genoveva (1985). *Franco y Mussolini. La política española durante la segunda guerra mundial*. Barcelona: Editorial Planeta.

TUSELL, Javier (1993). *Carrero. La eminencia gris del régimen de Franco*. Madrid: Temas de Hoy.

TUSELL, Javier (1993a). «La dictadura de Franco a los cien años de su muerte [sic]», in FUSI, Juan Pablo (ed.). *La Historia en el 92, Ayer*, nº 10. Madrid: Marcial Pons, pp. 13-28.

TUSELL, Javier (1995). *Franco, España y la II Guerra Mundial. Entre el Eje y la neutralidad*. 2ª ed. (1ª ed.: 1995). Madrid: Temas de Hoy.

VAKIL, Abdoolkarim (2002). «Questões inacabadas: Colonialismo, Islão e Portugalidade», in FERREIRA, Ana Paula; RIBEIRO, Margarida (org.). *Fantasmata e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras (no prelo).

VALENTE, José Carlos (1999). *Estado Novo e alegria no trabalho. Uma história política da F.N.A.T. (1935-1958)*. Lisboa: Edições Colibri/INATEL.

VALENTE, Vasco Pulido (2000). «Caetano, Marcelo José das Neves Alves», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX (Suplemento P/Z). Porto: Figueirinhas, pp. 198-216.

VALÉRIO, Nuno (1998). «O significado económico do Império Colonial para um pequeno poder: o caso de Portugal (de finais do século XIX ao terceiro quartel do século XX)», in ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, COMISIÓN ESPAÑOLA DE HISTORIA DE LAS RELACIONES INTERNACIONALES (eds.). *I Encuentro Peninsular de Historia de las Relaciones Internacionales*. («Actas del I Encuentro...»). Zamora: Associação Portuguesa de História das Relações Internacionais/Comisión Española de Historia de las Relaciones Internacionales, pp. 53-69.

VIDAL, César (1994). *La revisión del Holocausto*. Madrid: Anaya & Mario Muchnik.

VIÑAS, Angel, et alii (1979). *Política comercial exterior en España (1931-1975)*, 3 tomos. Madrid: Servicios de Estudios Económicos/Banco Exterior de España.

VIÑAS, Ángel (1981). *Los pactos secretos de Franco con Estados Unidos. Bases, ayuda económica, recortes de soberanía*. Barcelona: Grijalbo.

VIÑAS, Ángel (1984). *Guerra, dinero, dictadura. Ayuda fascista y autarquía en la España de Franco*. Barcelona: Editorial Crítica.

WHEELER, Douglas (1999). «Judeus na 2ª guerra mundial», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII (Suplemento F/O). Porto: Figueirinhas, pp. 324-25.

WISTRICH, Robert (1982). *Who's who in Nazi Germany*. Nova York: MacMillan Publishing.

YSART, Federico (1973). *España y los judíos en la segunda guerra mundial*. Barcelona: Dopesa.

ZUCCOTTI, Susan (2000). *Under his very windows. The Vatican and the Holocaust in Italy*. New Haven/Londres: Yale University Press.

